Concorrência Pública

02/2024

Processo Administrativo 22/2024

Protocolo nº 11035/2024

Objeto: Concessão administrativa - PPP para prestação dos serviços de Iluminação Pública no Município de Fazenda Rio Grande/PR.

Abertura: 07/06/2024
Horário: 16h00min

Volume 02

MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
ESTADO DO PARANÁ

Publicado no Diário Oficial Eletrônico Nº275/2020 - Data: de 20 de novembro de 2020.

LEI N.º 1436/2020
DE 18 DE NOVEMBRO DE 2020

SÚMULA: "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2021 e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL,** sanciono a seguinte **LEI:**

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 e art. 46, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Fazenda Rio Grande, as diretrizes orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2021, compreendendo:

I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;

II – a organização e a estrutura dos orçamentos;

III – as diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV – as disposições sobre créditos suplementares e especiais;

V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI – as disposições sobre transferências públicas

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

VIII – os ajustamentos no plano plurianual

IX – as disposições gerais.

Parágrafo único. A chefia do Poder Executivo fará audiências públicas na Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, para avaliação do cumprimento das metas fiscais quadrimestrais, nos termos do artigo 9º, § 4º, da Lei Federal n.º 101/2000.

Art. 2º. A Lei Orçamentária Anual compreenderá o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento:

I – O Orçamento Fiscal, refere-se aos Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta;

II – O Orçamento da Seguridade Social, abrange os fundos, entidades e órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, vinculados a Saúde, Assistência Social e Previdência.

PM FAZENDA RIO GRANDE

CAPÍTULO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 3°. As metas e as prioridades para o exercício de 2021 são as especificadas no Anexo de Metas, por programas e funções de governo, que integram esta Lei, compatíveis com a Lei Municipal do Plano Plurianual 2018/2021 e ainda na Lei Orçamentária Anual para 2021 à qual será encaminhada à Câmara Municipal até 15 de outubro de 2020.

§ 1°. A regra contida no "*caput*" deste artigo, não se constitui em limite à programação das despesas.

§ 2°. Será garantida a destinação de recursos orçamentários, nos programas de atendimento social, à infância e à adolescência no Município.

§ 3°. O Anexo de Metas Fiscais que será elaborado, de acordo com o § 1° do artigo 4° da Lei Complementar Federal n.° 101, de 2000, abrangerá os órgãos, fundações, fundos e autarquias que recebem recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4°. Para efeito desta Lei entende-se por:

I – Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado pelas metas estabelecidas no Plano Plurianual;

II – Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1°. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2°. As atividades e projetos serão dispostos de modo a especificar a localização física integral ou parcial dos programas de governo.

§ 3°. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 2023 Ass

Estado do Paraná
PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2021 (C) - Lei Ordinária, nº 1436/2020 de 18/11/2020

Programa: 22 - FORTALECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA MULHER FAZENDENSE

Objetivo: FORTALECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA MULHER FAZENDENSE

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa Totais - Esfera/Cat.Econômica	Totais
		Fiscal/Seguridade	950.000,00
		DESPESAS CORRENTES	923.000,00
		DESPESAS DE CAPITAL	27.000,00
		Total:	950.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021 Meta	R$
2.152 - Grupamento Maria da Penha	APOIO ADMINISTRATIVO (un)	Fazenda Rio Grande	48,000	400.000,00
2.088 - Serviços de Acolhimento Mulheres Vítimas de Violencia	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	12,000	200.000,00
2.133 - Manutenção da Folha de Pagamento da SM da Mulher	SERVIDORES ATENDIDOS (PE)	Fazenda Rio Grande	48,000	250.000,00
2.134 - Manutenção das Atividades da SM da Mulher	PESSOAS ATENDIDAS (PE)	Fazenda Rio Grande	48,000	100.000,00

PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021

Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas

Seleção: Alteração em 01/01/2021 (C) - Lei Orçamento, nº 1438/2020 de 18/11/2020

Programa: 20 - ENCARGOS ESPECIAIS

Objetivo: MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais	Esfera/Cat.Econômica
			Fiscal/Seguridade
		7.897.375,00	DESPESAS CORRENTES
		2.568.800,00	DESPESAS DE CAPITAL
		5.428.575,00	Total:
		7.897.375,00	

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021	
			Meta	R$
2.004 - Parcelamento PASEP	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	12,000	609.300,00
2.005 - Amortização e Encargos da Dívida Contratada	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	0,00	7.005.075,00
2.007 - Precatórios e Sentenças Judiciais	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	0,00	383.000,00

§ 4º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos e operações especiais, sendo identificados através da indicação de suas metas físicas.

Art. 5º. O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as suas respectivas dotações, especificando a unidade orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza da despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e as fontes de recursos.

§ 1º. Nos grupos de natureza da despesa será observado o seguinte detalhamento:

I – Pessoal e encargos sociais - 1;

II – Juros e encargos da dívida - 2;

III – Outras despesas correntes - 3;

IV – Investimentos - 4;

V – Inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas - 5;

VI – Amortização da dívida - 6.

§ 2º. A Reserva de Contingência prevista no artigo 7º desta Lei, será identificada pelo dígito nove no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

§ 3º. A especificação por elemento de despesa será apresentada por unidade orçamentária, conforme a sua aplicação.

§ 4º. Na especificação das modalidades de aplicação será observada, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I – Transferências à União – 20;

II – Transferências a Estados e ao Distrito Federal - 30;

III – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - 50;

IV – Transferências a Instituições Multi governamentais - 70;

V – Aplicações Diretas - 90;

VI – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - 91.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 37
Assinatura

§ 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar, alterar ou extinguir os códigos da modalidade de aplicação, incluídos na Lei Orçamentária Anual para 2021 e em seus Créditos Adicionais.

Art. 6º. A Lei Orçamentária Anual para 2021 conterá a destinação de recursos, classificados pelo Identificador de Uso, Grupo de Destinação de Recursos e Fontes de Recursos, regulamentados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

§ 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar, alterar ou extinguir os códigos da destinação de recursos, composto por Identificador de Uso, Grupo de Destinação de Recursos e Fontes de Recursos, incluídos na Lei Orçamentária Anual para 2021 e em seus Créditos Adicionais.

§ 2º. O Município poderá incluir na Lei Orçamentária Anual para 2021, outras fontes de recursos para atender as suas peculiaridades, além das determinadas pelo *caput* deste artigo.

Art. 7º. Os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento compreenderão a programação dos Poderes Legislativo e Executivo, seus órgãos, autarquias, fundações e fundos, instituídos e mantidos pela Administração Municipal, bem como as empresas em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 8º. Será constituída a Reserva de Contingência exclusivamente com recursos do Orçamento Fiscal, no projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021, para atender às determinações da Lei Complementar Federal n.º 101, de 2000.

Parágrafo único. Além de atender às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Reserva de Contingência poderá ser utilizada como recurso para abertura de Créditos Adicionais e emendas à Lei Orçamentária para 2021.

Art. 9º. A Reserva Orçamentária incluída no Orçamento da Seguridade Social para 2021, poderá ser utilizada como recurso, para abertura de Créditos Adicionais Suplementares ou Especiais, destinados exclusivamente às despesas previdenciárias.

Art. 10. A Lei Orçamentária Anual para 2021 discriminará em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

I – À participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

II – Ao pagamento de precatórios judiciários, que constarão nas unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

III – Ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor;

IV – Ao pagamento de juros, de encargos e da amortização da dívida fundada.

Art. 11. A alocação dos créditos orçamentários será feita à unidade orçamentária, responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferências para as unidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 285 Ass

Estado do Paraná
PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2021 (C) - Lei Ordinária, nº 1 de 04/2020 de 18/11/2020

Programa: 19 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Objetivo: RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa Totais	Esfera/Cat.Econômica	Totais
			Fiscal/Seguridade	200.000,00
			RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00
			Total:	200.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Reserva de Contingência

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021 Meta	R$
9.999 - Reserva de Contingência	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	4,000	200.000,00

Programa: 18 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR

Objetivo: PROMOVER A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA INCLUSÃO E MANUTENÇÃO DO TRABALHADOR NO MERCADO DE TRABALHO

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa Totais	Esfera/Cat.Econômica	Totais
			Fiscal/Seguridade	2.902.262,50
			DESPESAS CORRENTES	2.896.262,50
			DESPESAS DE CAPITAL	6.000,00
			Total:	2.902.262,50

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021 Meta	R$
2.113 - Manutenção da Folha de Pagamento da SM do Trabalho	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	1.819.912,50
2.114 - Manutenção da Agencia do Trabalhador	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	23.150,00
2.115 - Manutenção das Atividades da SM do Trabalho	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	435.200,00
2.116 - Programa de Qualificação Profissional	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	232.500,00
2.146 - PROGRAMA TIRO DE GUERRA	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	47,000	391.500,00

Parágrafo único. A vedação contida no inciso VI do art. 167 da Constituição Federal de 1988, não impede a descentralização de créditos orçamentários para a execução de ações de responsabilidade da unidade descentralizadora.

Art. 12. O projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, obedecerá à Lei 4.320 de 17 de março de 1964, e suas alterações.

Art. 13. Para efeito do disposto no artigo anterior, a Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, as autarquias, fundações e fundos, deverão entregar suas respectivas propostas orçamentárias à Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 14. Cada projeto ou atividade constará somente de uma esfera orçamentária e de um único programa, porém poderá ser classificada em diversas funções e subfunções.

Art. 15. Não se aplicam às empresas integrantes do orçamento de investimento as normas gerais da Lei Federal n.º 4320, de 17 de março de 1964, no que concerne ao regime contábil, execução do orçamento e demonstrativo de resultado.

Art. 16. O orçamento fiscal destinará recursos, através de atividades e projetos específicos, às empresas que compõem o orçamento de investimento.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 17. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2021 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 18. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação de recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos Programas de Governo.

Art. 19. Será assegurado a destinação de recursos orçamentários para a oferta nos programas públicos de atendimento à infância, à adolescência e ao jovem no Município, conforme dispõe o art. 227, da Constituição Federal, o art. 4º, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e suas alterações, e na instrução Normativa nº 36. De 2009, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR.

Art. 20. A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, até 30 de agosto do ano corrente, a relação dos débitos constantes PM de precatórios judiciários a serem incluídos na proposta da Lei Orçamentária de 2021.

FAZENDA RIO GRANDE

conforme determina o art. 100 da Constituição Federal, discriminada por órgão da administração direta, autarquias e fundações e por grupos de despesas.

Art. 21. Somente poderão ser incluídos no projeto de Lei Orçamentária, recursos provenientes de operações de crédito aprovados e contratados e de transferências voluntárias, firmados mediante instrumento legal, condicionado a apresentação da documentação comprobatória de sua efetivação.

Art. 22º. As metas e prioridades estabelecidas no projeto de Lei Orçamentária deverão estar elencadas na lei do Plano Plurianual para o quadriênio 2018 – 2021.

Art. 23. Na programação da despesa não poderão ser:

I – Fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II – Incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;

III – Incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal;

IV – Transferidos a outras unidades orçamentárias os recursos recebidos por transferência de outra esfera de governo.

Art. 24. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que atendam diretamente ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde e educação, conforme Instruções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 1º. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de utilidade pública municipal.

§ 2º. Os recursos destinados a título de subvenções sociais, somente serão alocados nos órgãos, entidades e fundos, que atuam nas áreas citadas no "caput" deste artigo.

§ 3º. Os repasses de recursos serão efetivados através de termos de colaboração, fomento ou termos afins, conforme determina o artigo 116, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e a exigência do "caput" do artigo 26 da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, e Instruções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 25. As fontes de recursos aprovados na Lei Orçamentária e nos créditos adicionais abertos poderão ser modificadas por Decreto do Executivo, para atender as necessidades de sua execução.

Art. 26. Fica o Poder Executivo autorizado nos termos da legislação vigente a:

I – abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% da proposta orçamentária;

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 287 Ass

Estado do Paraná
PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2021 (C) - Lei Orçamento nº 1435/2020 de 18/11/2020

Programa: 17 - FAZENDA MAIS VERDE

Objetivo: ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO COM VISTAS AO EQUILIBRIO AMBIENTAL

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Esfera/Cat.Econômica	Totais
		Fiscal/Seguridade	11.381.570,04
		DESPESAS CORRENTES	10.757.770,04
		DESPESAS DE CAPITAL	623.800,00
		Total:	**11.381.570,04**

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021	
			Meta	R$
1.016 - Ampliação e Reforma da Capela Mortuária do Cemitério Municipal	EDIFICAÇÃO CONSTRUIDA (VF)	Fazenda Rio Grande	4,000	1.000,00

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021	
			Meta	R$
2.106 - Manutenção da Folha de Pagamento da SM de Meio Ambiente	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	1.462.675,75
2.107 - Manutenção da Folha de Pagamento do Cemitério Municipal	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	184.000,00
2.108 - Manutenção do Cemitério Municipal	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	83.889,38
2.109 - Manutenção do Sistema de Limpeza Publica	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	7.731.268,91
2.110 - Manutenção do Praças Parques e Jardins	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	832.450,00
2.111 - Manutenção do Programa Troca Verde	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	58.140,00
2.112 - Parcelamento Consorcio Lixo	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	4,000	485.000,00
2.122 - Manutenção do Fundo Municipal do Meio Ambiente	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	485.850,00
2.125 - Manutenção das Atividades do Meio Ambiente	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	379.096,00

PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2021 (Q) - Lei Ordinaria, nº 1436/2020 de 18/11/2020

Programa: 16 - FAZENDA MAIS SEGURA

Objetivo: APOIO AOS SISTEMAS PUBLICOS DE SEGURANÇA NO MUNICÍPIO

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa Totais - Esfera/Cat.Econômica	Totais
		Fiscal/Seguridade	
		DESPESAS CORRENTES	4.076.500,00
		DESPESAS DE CAPITAL	28.950,00
		Total:	4.105.450,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021 Meta	R$
2.103 - Manutenção da Folha do Pagamento da SM de Defesa Social	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	3.200.000,00
2.104 - Manutenção das Atividades da SM de Defesa Social	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	798.950,00
2.105 - Convenio SESP	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	4,000	106.500,00

II – Proceder à redistribuição das parcelas de dotação de pessoal e respectivos encargos sociais entre unidades orçamentárias, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 66 da Lei Federal n.º 4.320/64, não considerando os limites previstos no inciso I, mas considerando a compatibilidade das fontes de recursos;

III – Transpor, remanejar ou transferir recursos, de uma categoria de programação para outra, de um órgão para outro, nos termos do inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal;

IV – Abrir créditos adicionais suplementares indicando como recursos o superavit financeiro do exercício anterior, excesso de arrecadação e operação de crédito, sem contar para o limite do inciso I deste artigo.

Art. 27. A Receita será programada de acordo com as seguintes prioridades:

I – Custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais;

II – Pagamento de amortizações e encargos da dívida;

III – Cumprir os princípios constitucionais com a saúde e o ensino fundamental, bem como a garantia no que se refere à criança e ao adolescente;

IV – Aporte local para as Operações de Crédito;

V – Aporte local para os convênios firmados com o Estado e com a União;

VI – Investimentos em andamento;

VII – Novos investimentos.

Parágrafo único. Somente após, atendidas as prioridades elencadas acima, poderão ser programados recursos para atender novos investimentos.

Art. 28. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações da Saúde, Assistência Social e Previdência Social do Servidor Municipal, conforme o Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS e obedecerá ao disposto na Lei Municipal, que contará com recursos provenientes:

I – Das contribuições sociais previstas em Lei Municipal;

II – Do Orçamento Fiscal;

III – Das demais receitas, inclusive próprias e vinculadas, de órgãos, entidades e fundos, cujas despesas integram este orçamento.

Art. 29. Na execução orçamentária para 2021, a apuração dos custos dar-se-á, conforme determina a alínea "e", do inciso I, do artigo 4º e o § 3º, do artigo 50, ambos da LRF Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

PREFEITURA MUNICIPAL FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 288
Assinatura

Art. 30. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado por órgão, nos termos do artigo 8.º, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, visando ao cumprimento da meta de resultado primário, estabelecida nesta Lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual para 2021.

Art. 31. No prazo previsto no artigo anterior desta Lei, o Poder Executivo deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e à sonegação, bem como as quantidades e valores das ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

Art. 32. Caso seja necessária a limitação de empenhos, das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para o cumprimento do disposto no artigo 9º, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, serão fixados em ato próprio, os percentuais e os montantes estabelecidos para cada órgão, entidade e fundo, bem como serão excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução e de forma proporcional à participação dos Poderes, no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária Anual para 2021.

Art. 33. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas, que viabilizem a execução das mesmas, sem o cumprimento dos artigos 15 e 16, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

Parágrafo único. A Contabilidade registrará os atos e os fatos, relativos à gestão orçamentário financeira, que tenham efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e das providências derivadas do *caput* deste artigo.

Art. 34. Cabe a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças a responsabilidade pela coordenação do processo de elaboração e consolidação do projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021, de que trata esta Lei, e determinará:

I – O calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;

II – A elaboração e a distribuição do material que compõem as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus órgãos, autarquias, fundações, fundos e sociedades de economia mista;

III – As instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos, de que trata esta Lei;

Art. 35. Poderão ser incluídas no projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021, as dotações relativas aos convênios, programas e operações de crédito aprovados no exercício 2020.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 289 Ass

CAPÍTULO IV

Estado do Paraná
PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2021 (C) - Lei Ordinária, nº 1436/2020 de 13/11/2020

Programa: 15 - TRANSITO MAIS SEGURO

Objetivo: MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE MOBILIDADE VIÁRIO DO MUNICÍPIO

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa Totais - Esfera/Cat.Econômica	Totais
		Fiscal/Seguridade	
		DESPESAS CORRENTES	5.209.505,00
		DESPESAS DE CAPITAL	5.197.692,50
		Total:	11.812,50
			5.209.505,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021 Meta	R$
2.097 - Manutenção da Folha de Pagamento do FAZTRANS	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	1.341.365,00
2.098 - Manutenção do FAZTRANS	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	3.868.140,00

Programa: 14 - MORADIA COM QUALIDADE

Objetivo: MELHORIA DA POLITICA HABITACIONAL DO MUNICÍPIO

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa Totais	Esfera/Cat.Econômica	Totais
			Fiscal/Seguridade	1.176.681,16
			DESPESAS CORRENTES	1.103.382,03
			DESPESAS DE CAPITAL	73.299,13
			Total:	1.176.681,16

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021 Meta	R$
2.043 - Manutenção das Atividades da SM de Habitação	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	12,000	90.328,25
2.100 - Manutenção da Folha de Pagamento da Gestão do Fundo Municipal de Habitação	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	405.168,75
2.101 - Manutenção do Controle Social do Fundo Municipal de Habitação	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	11.945,75
2.102 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Habitação	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	517.299,13
2.130 - Manutenção da Folha de Pagamento da SM de Habitação	SERVIDORES ATENDIDOS (PE)	Fazenda Rio Grande	48,000	151.939,28

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 36. As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se ao disposto nas normas constitucionais aplicáveis, Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000, Lei Federal n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998 e a legislação municipal em vigor.

Art. 37. O reajuste salarial dos servidores públicos municipais deverá seguir os preceitos estabelecidos pela Lei Municipal n.º 548/2007, ou naquela que venha a substituí-la ou alterá-la, conforme previsão de recurso orçamentário e financeiro previsto na Lei Orçamentária de 2021, em categoria de programação específica, observando o limite do artigo 21 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 38. A instituição, concessão e o aumento de qualquer vantagem pecuniária ou remuneração, a criação de cargos ou adaptações na estrutura de carreiras e a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta, inclusive fundações instituídas pelo Município, observado o contido no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município de Fazenda Rio Grande, poderão ser levados a efeito para o exercício de 2021, de acordo com os limites estabelecidos na Emenda Constitucional n.º 25, de 14 de fevereiro de 2000 e na Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 39. A legislação tributária do Município será revista e atualizada para o exercício de 2021, em especial a Taxa de Coleta de Lixo; a Taxa de Iluminação Pública, as demais Taxas, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Art. 40. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana de 2021, poderá ter desconto, para pagamento à vista.

Art. 41. A renúncia dos valores apurados no artigo 29 desta Lei, não serão considerados na previsão da receita de 2021, nas respectivas rubricas orçamentárias.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de créditos ao longo do exercício de 2021, destinadas a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 43. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 44. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos da Lei Complementar 101/2000

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha 29

Art. 45. Os valores das metas e prioridades em anexo devem ser vistos como indicativo, para tanto ficam admitidas variações, de forma a acomodar a trajetória que as determinem, até o envio do projeto da Lei Orçamentária para 2021.

Art. 46. Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 47. A Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças publicará juntamente com a lei orçamentária anual, o quadro de detalhamento da despesa, especificando por atividades, projetos e operações especiais em cada unidade orçamentária, contidos no orçamento fiscal e demais normas para a execução orçamentária.

Art. 48. Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterem os valores da receita orçamentária, poderão ser utilizados mediante créditos suplementar e especial, nos termos do artigo 166, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 49. Para efeito do disposto do artigo 42 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000:

I – Considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II – No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deve se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 50. Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado para sanção do Prefeito até o primeiro dia de janeiro de 2021 a programação constante deste projeto encaminhado pelo Executivo poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, enquanto não se completar o ato sancionatório.

Art. 51. A reabertura de créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no artigo 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. Na reabertura a que se refere o "caput" deste artigo, a fonte de recursos deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 52. O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado à Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, devidamente acompanhado do quadro de detalhamento da despesa, discriminando as unidades orçamentárias, os elementos de despesas e seus respectivos valores, obedecendo na sua apresentação a forma analítica.

Art. 53. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

FAZENDA RIO GRANDE PMFR Folha Nº 291 Ass

Estado do Paraná
PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2021 (C) - Lei Ordinária, nº 1430/2020 de 18/11/2020

Programa: 13 - PREVIDENCIA MUNICIPAL

Objetivo: MANUTENÇÃO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa Totais - Esfera/Cat.Econômica	Totais
		Fiscal/Seguridade	26.828.378,75
		DESPESAS CORRENTES	7.221.702,50
		DESPESAS DE CAPITAL	80.000,00
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.526.676,25
		Total:	26.828.378,75

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021 Meta	R$
1.004 - Aquisição de Bens Móveis	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	4,000	70.000,00
1.005 - Construção Sede do FAZPREV	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	0,00	10.000,00

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021 Meta	R$
2.045 - Manutenção das Atividades do FAZPREV	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	800.102,50
2.047 - Reserva de Contingências do FAZPREV	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	4,000	19.526.676,25
2.048 - Manutenção da Folha de Pagamento de Benefícios	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	6.421.600,00

Programa: 12 - FUNREBOM

Objetivo: MANUTENÇÃO DO DESTACAMENTO DO CORPO DE BOBEIROS NO MUNICÍPIO

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa Totais	Esfera/Cat.Econômica	Totais
			Fiscal/Seguridade	210.000,00
			DESPESAS CORRENTES	126.000,00
			DESPESAS DE CAPITAL	84.000,00
			Total:	210.000,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021 Meta	R$
2.044 - Manutenção do FUNREBOM	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	210.000,00

Art. 54. Fica autorizada a compatibilização dos valores, programas e ações, constantes da presente lei com os valores, programas e ações do PPA – Plano Plurianual.

Art. 55. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com os Governos Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 56. O Poder Executivo poderá celebrar consórcios com outros Municípios e órgãos dos governos estadual e federal, para desenvolver Projetos ou atividades de interesse comum.

Art. 57. Fica autorizado o Executivo Municipal proceder a reclassificação da receita orçamentária, conforme o plano de Contas definido pelo Tribunal de Constas do Estado do Paraná, obedecidos os valores previstos nos anexos que compõe esta Lei.

Art. 58. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação poderão ser assumidas pela Administração Municipal desde que firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (Art. 62 da LC 101).

Art. 59. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e contrário.

Fazenda Rio Grande, 18 de novembro de 2020.

Marcio Claudio Wozniack
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
ESTADO DO PARANÁ

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 292
Ass

Estado do Paraná
PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021
Discriminação das Receitas
Seleção: Emitir somente as contas com valor ; Alteração em 01/01/2021 (C) - Lei Ordinaria, nº 1436/2020 de 18/11/2020

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 293
Ass

Conta	Descrição		LDO 2021	Projeção 2022	Projeção 2023
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas		295.389.689,36	310.169.173,83	325.667.132,52
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes		300.266.388,81	315.279.708,25	331.043.693,66
4.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		76.395.658,77	80.215.441,71	84.226.213,79
4.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições		26.928.297,50	28.274.712,38	29.688.447,99
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		5.426.576,25	5.697.905,06	5.982.800,32
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços		1.124.505,81	1.180.731,10	1.239.767,66
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferência Correntes		164.714.552,22	193.950.290,33	203.647.804,85
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		5.676.798,26	5.960.627,87	6.258.659,05
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital		20.231.252,50	21.242.825,63	22.304.966,91
4.2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito		20.000.000,00	21.000.000,00	22.050.000,00
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens		10.500,00	11.025,00	11.576,25
4.2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferência de Capital		220.752,50	231.800,63	243.390,66
4.9.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RENÚNCIAS, RESTITUIÇÕES, DESCONTOS E DEDUÇÕES		-25.107.961,95	-26.363.360,05	-27,681.528,05
4.9.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-5.269.450,00	-5.522.422,50	-5,798.543,63
4.9.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferência Correntes		-19.846.511,95	-20.840.937,55	-21.882.984,42
		Total geral:	295.389.689,36	310.169.173,83	325.667.132,52

Estado do Paraná
PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2021 (C) - Lei Ordinaria, nº 1436/2020 de 18/11/2020

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021 - Meta	R$
6.010 - Programas a Cargo do FMDCA	APOIO ADMINISTRATIVO (GAL)	Fazenda Rio Grande	48,000	401.940,00
6.011 - Programas a Cargo do FMDCA Convenios	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	114.865,35

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021 Meta	R$
2.081 - Serviços de Proteção e Atend Especializado a Familia e Individuos - PAE	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	136.020,94
2.082 - Serviços Especializados para Pessoas em Situação de Rua	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	458.862,49
2.083 - Serviços de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiencia e Idosos	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	14.552,07
2.084 - Manutenção da Folha Pagamento da Proteção Social Especial Alta Compexidade	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	1.520.000,00
2.085 - Serviços de Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	265.110,63
2.087 - Manutenção da Folha de Pagamento Componentes para Qualificação da gestão	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	2.080.000,00
2.088 - Manutenção das Atividades da Gestão	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	927.872,32
2.089 - IGD PBF	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	224.570,95
2.090 - IGD-SUAS Qualificação da Gestão	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	84.035,16
2.091 - Manutenção das Atividades do Controle Social	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	42.209,32
2.092 - Manutenção do Armazem da Familia	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	4,000	558.575,00
2.093 - Subvenções Sociais a Entidades	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	4,000	231.525,00
2.094 - Contrapartida Convênios	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	4,000	11.576,26
2.095 - Emergencias e Calamidades	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	4,000	347.287,50
2.096 - Manutenção dos Programas de Beneficios Eventual	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	97.497,03
2.118 - Programas a Cargo do Fundo Municipal do Idoso	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	87.043,50
2.119 - Serviços para Pessoas Idosas - Centro Dia	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	206.992,75
2.147 - SEMANA DA MATURIDADE	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	47,000	55.000,00
6.001 - Serviços de Convivencia e Fortalecimento de Vinculos	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	479.286,37
6.002 - Benefícios e Prestação Continuada na Escola	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	5.058,63
6.003 - AEPETI - Àções Estrategicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	90.437,13
6.004 - Serv de Proteção Social a Adolec em Cumprimento de Medidas Socieducativas de L.A. e Prest Serv Comu	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	42.139,65
6.005 - Serviços de Acolhimento para Criança e Adolescente	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	405.143,76
6.007 - Subvenções Sociais - Criança	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	4,000	232.525,00
6.008 - Manut da Folha de Pgto do Conselho Tutelar	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	360.000,00
6.009 - Manutenção do Conselho Tutelar	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	220.635,38

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021
ANEXOS DE MÉTAS FISCAIS
Demonstrativo I - Metas s Anuais

LRF, art 4º, § 1º

Especificações	2021			2022			2023		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	%	Valor Corrente (b)	Valor Constante	%	Valor Corrente (c)	Valor Constante	%
Receita Total	295.389.689,36	256.436.921,05	93,82	310.159.173,83	256.435.860,96	89,35	325.667.132,52	256.430.813,01	85,09
Receitas Primárias (I)	275.389.689,36	239.074.302,77	87,47	292.014.862,16	241.434.363,09	84,12	306.615.605,27	241.429.610,45	80,12
Despesas Total	395.389.689,36	343.250.012,47	1,26	310.159.173,83	256.435.860,96	0,89	325.667.132,52	256.430.813,01	85,09
Despesas Primárias (II)	239.404.029,63	207.834.039,09	76,04	286.276.917,44	236.690.299,66	82,47	300.590.763,32	236.685.640,41	78,54
Resultado Primario (III)+(I-II)	35.985.659,73	31.240.263,68	11,43	5.737.944,72	4.744.063,43	1,65	6.024.841,95	4.743.970,04	1,57
Resultado Nominal	36.287.812,93	31.502.398,58	11,53	5.542.530,48	4.582.487,30	1,60	5.722.888,75	4.506.211,61	1,50
Dívida Pública Consolidada	18.713.638,33	16.245.887,95	5,94	22.300.765,66	18.438.003,85	6,42	23.391.064,50	18.418.161,02	6,11
Dívida Consolidada Líquida	-286.361,67	-248.599,42	-0,09	1.300.765,66	1.075.457,35	0,37	1.391.064,50	1.095.326,38	0,36

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico							
EXERCÍCIO		2019		2020		2021	
PIB real (Crescimento % anual)		4,48%		6%		5%	

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando os cenários macroeconômico

Variáveis	2021	2022	2023
Receita Corrente Liquida	273.331.494,59	286.998.069,32	301.347.972,79

2021 Valor Corrente / 1,1519
2020 Valor Corrente / 1,1519*1,05=1,2095
2021 Valor Corrente / 1,1519*1,05*1,05*1,05=1,27

As métas da Administração Pública parao período de 2019 a 2021 nos termos do inciso II, do Art. 4º da Lei Complementar nº 101/00 foram definidas considerando o cenário macroeconomico atual bem como o incremento da receita, projetada com base na expectativade crescimento do 5% ao exercicio

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 194
Ass

Programa: 11 - ASSISTENCIA SOCIAL - DIREITO DE TODOS

Objetivo: MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS COM VISTAS A PROMOÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa			Totais
		Totais	Esfera/Cat.Econômica		
				Fiscal/Seguridade	13.938.888,24
				DESPESAS CORRENTES	12.330.495,80
				DESPESAS DE CAPITAL	1.608.392,44
				Total:	13.938.888,24

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021		R$
			Meta		
1.022 - Construção do Centro POP	PESSOAS ATENDIDAS (an)	Fazenda Rio Grande	48.000		448.500,00

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021		R$
			Meta		
2.042 - Manutenção da Folha de Pagamento de SM da Assistência Social	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	1.000		151.837,78

Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021		R$
			Meta		
1.008 - Construção do CRAS	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48.000		350.000,00
1.009 - Ampliação e Reforma do Cras e Creas	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	4.000		100.000,00

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021		R$
			Meta		
2.077 - Manutenção da Folha de Pagamento da Proteção Social Básica	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48.000		1.530.000,00
2.078 - Serviços de Proteção Alcandramento Integral a Família	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48.000		768.771,56
2.079 - Manutenção do Projeto Amigos da Melhor Idade	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48.000		20.916,63
2.080 - Manutenção da Folha de Pagamento da Proteção Social Especial	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48.000		880.000,00

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021
ANEXOS DE MÉTAS FISCAIS
Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com As Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

LRF, art 4º, § 1º

Especificações	Valores a Preços Correntes											
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	254.672.094,39	286.594.988,59	1,13	301.435.096,48	1,05	295.389.689,36	0,98	310.159.173,83	1,05	325.667.132,52	1,05
Receitas Primárias (I)	239.782.457,11	259.914.897,20	1,08	272.435.096,48	1,05	275.389.689,36	1,01	292.014.862,16	1,06	306.615.605,27	1,05
Despesas Total	222.560.172,40	240.174.722,86	1,08	301.435.096,48	1,25	295.389.689,36	0,98	310.159.173,83	1,05	325.667.132,52	1,05
Despesas Primárias (II)	206.435.717,80	227.383.411,83	1,11	224.666.460,31	0,99	239.404.029,63	1,07	286.276.917,44	1,20	300.590.763,32	1,05
Resultado Primario (III)+(I-II)	34.346.739,31	32.531.485,37	0,95	47.768.636,17	1,47	35.985.659,73	0,75	5.737.944,72	0,16	6.024.841,95	1,05
Resultado Nominal	33.450.067,97	32.229.532,16	0,96	47.466.682,97	1,47	36.287.612,93	0,76	5.542.530,48	0,15	5.722.888,75	1,03
Dívida Pública Consolidada	24.313.994,40	19.677.656,23	0,81	20.304.653,12	1,03	18.713.638,33	0,92	22.300.765,68	1,19	23.391.064,50	1,05
Dívida Consolidada Liquida	4.866.791,71	-9.360.037,66	-1,92	-695.346,88	0,07	-286.361,67	0,41	1.300.765,66	-4,54	1.391.064,50	1,07

Especificações	Valores a Preços Constantes											
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%
Receita Total	263.407.347,23	274.306.085,94	1,04	274.781.309,45	1,00	258.436.921,05	0,93	256.435.860,96	1,00	256.430.813,01	1,00
Receitas Primárias (I)	248.006.995,39	248.770.001,15	1,00	248.345.575,64	1,00	239.074.302,77	0,96	241.434.363,09	1,01	241.429.610,45	1,00
Despesas Total	230.193.986,31	229.876.266,14	1,00	274.781.309,45	1,20	258.436.921,05	0,83	256.435.860,96	1,00	256.430.813,01	1,00
Despesas Primárias (II)	212.482.162,92	217.633.433,99	1,02	204.800.784,24	0,94	207.834.039,09	1,01	236.660.299,66	1,14	236.885.640,41	1,00
Resultado Primario (III)+(I-II)	35.524.832,47	31.136.567,16	0,88	43.544.791,40	1,40	31.240.263,68	0,72	4.744.063,43	0,15	4.743.970,04	1,00
Resultado Nominal	34.597.405,30	30.847.581,41	0,89	43.269.537,80	1,40	31.502.398,58	0,73	4.582.497,29	0,15	4.506.211,62	0,98
Dívida Pública Consolidada	25.147.964,41	18.833.897,62	0,75	18.509.255,35	0,98	16.245.887,95	0,88	18.438.003,85	1,13	18.418.161,02	1,00
Dívida Consolidada Liquida	5.033.722,67	-8.958.688,42	-1,92	-633.862,24	0,07	-248.599,42	0,39	1.075.457,35	-4,33	1.095.326,38	1,02

ÍNDICE DE INFLAÇÃO											
EXERCÍCIO	2018	2018		2020		2021		2022		2023	
IPCA-IBGE EM %	3,43	4,48		0		5,2		5,2		5,2	

Inflação Média (%Anual) Projetada com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Divulgado pelo IBGE

2018 Valor Corrente x 1,0343
2019 Valor Corrente / 1,0448
2020 Valor Corrente / 1,0448*1,05=1,0970
2021 Valor Corrente / 1,0448*1,05*1,05*1,05=1,1519
2022 Valor Corrente / 1,0448*1,05*1,05*1,05*1,05=1,2095
2023 Valor Corrente / 1,0448*1,05*1,05*1,05*1,05=1,2700

bem como o incremento da receita, projetada com base na expectativade crescimento do 6% ao exercício

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 285
Ass

PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2021 (C) - Lei Ordinaria, nº 1436/2020 de 18/11/2020

Programa: 10 - MAIS OBRAS

Objetivo: MANUTENÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DE OBRAS E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa Totais - Esfera/Cat.Econômica	Totais
		Fiscal/Seguridade	40.762.388,24
		DESPESAS CORRENTES	17.718.007,77
		DESPESAS DE CAPITAL	23.044.378,47
		Total:	40.762.388,24

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021 Meta	R$
1.003 - Pavimentação de Vias Urbanas	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	4,000	20.685.762,50
1.019 - Acessibilidade aos Prédios Públicos	OBRA CONSTRUIDA/ AMPLIADA (an)	Fazenda Rio Grande	1,000	200.000,00

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021 Meta	R$
2.033 - Manutenção da Folha de Pagamento da SM de Obras Publicas	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	3.915.500,00
2.034 - Manutenção das Atividades da SM de Obras Publicas	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	1.109.411,63
2.035 - Manutenção da Malha Viária Municipal	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	12,000	2.249.500,00
2.036 - Manutenção do Sistema Micro e Macro Drenagem	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	794.115,00
2.037 - Manutenção da Folha de Pagamento da SM Urbanismo	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	1.765.500,00
2.038 - Manutenção das Atividades da SM de Urbanismo	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	2.082.000,00
2.039 - Manutenção do Sistema de Iluminação Publica	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	5.486.137,50
2.040 - Manutenção da Folha de Pagamento do Sistema Iluminação Publica	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	12,000	1.041.862,50
2.137 - Manutenção do Fundo Municipal de Politicas Urbanas	PESSOAS ATENDIDAS (PE)	Fazenda Rio Grande	48,000	1.421.597,11
2.149 - Manutenção do Terminal de Transporte Coletivo e Pontos de Ônibus	APOIO ADMINISTRATIVO (an)	Fazenda Rio Grande	1,000	10.000,00

MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2021

ARF (LRF, art.4º, §3º) R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Julgamento de processos judiciais pertinentes a administração pública referente a precatórios.	383.000,00	Abertura de creditos adicionais através da reserva de contingencia ou abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesa.	383.000,00
Despesas oriunda de situação de emergencia e ou calamidade pública decorretnes de fenomenos naturais imprevisiveis, epidemias, pandemias, enchentes e outras calamidades que necessitem de ações emergenciais.	200.000,00	Abertura de créditos adicionais através da reserva de contingencia ou abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotação de despesa.	200.000,00
SUBTOTAL	583.000,00	SUBTOTAL	583.000,00
TOTAL	583.000,00	TOTAL	583.000,00

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº
Ass

Estado do Paraná
PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021
Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo da Metas Fiscais da Despesas
Seleção: Alteração em 01/01/2021 (C)

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias	2021	2022	2023
PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE			
1 LEGISLATIVO MUNICIPAL	R$ 9.747.000,00	R$ 10.234.350,00	R$ 10.746.067,50
2 GOVERNANÇA E TRANSPARENCIA	R$ 19.202.973,29	R$ 20.163.121,95	R$ 21.171.278,05
3 MAIS SAÚDE	R$ 50.310.919,90	R$ 52.826.465,90	R$ 55.467.789,19
4 EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	R$ 93.108.646,75	R$ 97.764.079,09	R$ 102.652.283,04
5 CULTURA PARA TODOS	R$ 1.266.262,63	R$ 1.329.575,76	R$ 1.396.054,55
6 ESPORTE PARA TODOS	R$ 1.437.516,73	R$ 1.509.392,57	R$ 1.584.862,19
7 EFICIÊNCIA E REPUPERAÇÃO FISCAL	R$ 2.929.335,63	R$ 3.075.802,41	R$ 3.229.592,53
8 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	R$ 1.590.037,50	R$ 1.669.539,38	R$ 1.753.016,34
9 FAZENDA ORGÂNICA	R$ 134.500,00	R$ 141.225,00	R$ 148.286,25
10 MAIS OBRAS	R$ 40.762.385,24	R$ 42.800.505,55	R$ 44.940.530,83
11 ASSISTENCIA SOCIAL - DIREITO DE TODOS	R$ 13.936.688,24	R$ 14.635.632,65	R$ 15.367.624,28
12 FUNREBOM	R$ 210.000,00	R$ 220.500,00	R$ 231.525,00
13 PREVIDENCIA MUNICIPAL	R$ 26.828.378,75	R$ 28.169.797,69	R$ 29.578.287,57
14 MORADIA COM QUALIDADE	R$ 1.176.681,16	R$ 1.235.515,22	R$ 1.297.290,98
15 TRANSITO MAIS SEGURO	R$ 5.209.505,00	R$ 5.469.980,25	R$ 5.743.479,26
16 FAZENDA MAIS SEGURA	R$ 4.105.450,00	R$ 4.310.722,50	R$ 4.526.258,63
17 FAZENDA MAIS VERDE	R$ 11.381.570,04	R$ 11.950.648,54	R$ 12.548.180,97
18 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR	R$ 2.902.262,50	R$ 3.047.375,63	R$ 3.199.744,41
19 RESERVA DE CONTINGENCIA	R$ 200.000,00	R$ 210.000,00	R$ 220.500,00
20 ENCARGOS ESPECIAIS	R$ 7.997.375,00	R$ 8.397.243,75	R$ 8.817.105,94
22 FORTALECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA MULHER FAZENDENSE	R$ 950.000,00	R$ 997.500,00	R$ 1.047.375,00
Total da Entidade:	R$ 295.389.689,36	R$ 310.159.173,83	R$ 325.667.132,52
Total geral:	R$ 295.389.689,36	R$ 310.159.173,83	R$ 325.667.132,52

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 297 Ass

Estado do Paraná
PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2021 (C) - Lei Ordinária, nº 1439/2020 de 18/11/2020

Programa: 9 - FAZENDA ORGÂNICA

Objetivo: PROMOÇÃO DO INCENTIVO A PRODUÇÃO ORGÂNICA COM VISTAS AO AUMENTO DA RENDA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Consolidação dos Valores do Programa		
	Regionalização	Totais Esfera/Cat.Econômica	Totais
	Fiscal/Seguridade		134.500,00
	DESPESAS CORRENTES		124.500,00
	DESPESAS DE CAPITAL		10.000,00
	Total:		134.500,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021	
			Meta	R$
2.031 - Manutenção do Programas de Apoio ao Agricultor Familiar	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	4,000	100.000,00
2.032 - Manutenção do Programa de Distribuição de Calcário	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	4,000	34.500,00

Programa: 8 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Objetivo: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa Totais - Esfera/Cat.Econômica	Totais
		Fiscal/Seguridade	1.690.037,50
		DESPESAS CORRENTES	1.550.037,50
		DESPESAS DE CAPITAL	40.000,00
		Total:	1.590.037,50

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021 Meta	R$
2.029 - Manutenção da Folha de Pagamento da SM de Desenvolvimento Econômico	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	1.268.300,00
2.030 - Manutenção das Atividades da SM de Desenvolvimento Econômico	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	196.237,50
2.120 - Manutenção do Fundo Municipal de Desenvolvimento Economico	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	70.000,00
2.123 - Manutenção da CODEF	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	67.500,00

Estado do Paraná

PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (conforme Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2021 (C) - Lei Ordinária, nº 1436/2020 de 18/11/2020

Receitas	Valor	Despesas	Valor
Receitas Correntes	300.266.388,81	DESPESAS CORRENTES	238.816.529,63
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	76.395.658,77	DESPESAS CORRENTES	238.816.529,63
Contribuições	26.928.287,50		
Receita Patrimonial	5.426.576,25		
Receita de Serviços	1.124.505,81		
Transferência Correntes	184.714.582,22		
Outras Receitas Correntes	5.676.788,26		
RENÚNCIAS, RESTITUIÇÕES, DESCONTOS E DEDUÇ	-25.107.961,95		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-5.259.450,00		
Transferência Correntes	-19.848.511,95		
		Superavit	36.341.897,23
Total	275.158.426,86	Total	275.158.426,86
Superavit do orçamento corrente	36.341.897,23		
Receitas de Capital	20.231.262,50	DESPESAS DE CAPITAL	36.846.483,48
Operações de Crédito	20.000.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	36.846.483,48
Alienação de Bens	10.500,00		
Transferência de Capital	220.762,50		
Deficit	16.615.220,98		
Total	36.846.483,48	Total	36.846.483,48

Resumo			
Receitas Correntes	300.266.388,81	101,65 %	DESPESAS CORRENTES
Receitas de Capital	20.231.262,50	6,85 %	DESPESAS DE CAPITAL
RENÚNCIAS, RESTITUIÇÕES, DESCONTO	-25.107.961,95	-8,50 %	RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Total	295.389.689,36	100,00 %	Total

238.816.529,63	80,85 %	
36.846.483,48	12,47 %	
19.726.676,25	6,68 %	
295.389.689,36	100,00 %	

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 298
Ass

Estado do Paraná
PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021
Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)
Seleção: Alteração em 01/01/2021 (C) - Lei Ordinaria, nº 1435/2020 de 18/11/2020

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes			274.307.010,06
4.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		76.395.658,77	
4.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições		6.510.000,00	
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		20.000,00	
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços		1.124.505,61	
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferência Correntes		184.714.562,22	
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		5.542.283,26	
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital			20.231.262,50
4.2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito		20.000.000,00	
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens		10.500,00	
4.2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferência de Capital		220.762,50	
4.9.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RENÚNCIAS, RESTITUIÇÕES, DESCONTOS E DEDUÇÕES			-25.107.961,95
4.9.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-5.259.450,00	
4.9.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferência Correntes		-19.848.511,95	
			Total das receitas:	**269.430.310,61**
			Total por entidade:	**269.430.310,61**
Entidade: 2 - INSTITUTO DE PREV. MUN. DE FAZENDA RIO GRANDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes			25.959.378,75
4.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições		20.418.297,50	
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		5.406.576,25	
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		134.505,00	
			Total das receitas:	**25.959.378,75**
			Total por entidade:	**25.959.378,75**
			Total geral das transferências:	**0,00**
			Total geral das receitas:	**295.389.689,36**
			Total geral:	**295.389.689,36**

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 297 Ass

Estado do Paraná
PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2021 (C) - Lei Ordinaria, nº 1435/2020 de 18/11/2020

Programa: 7 - EFICIÊNCIA E REPUPERAÇÃO FISCAL

Objetivo: PROMOVER A REPRESENTAÇÃO JURIDICA DO MUNICÍPIO COM VISTA A EFICIÊNCIA FISCAL

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa Totais	Esfera/Cat.Econômica	Totais
			Fiscal/Seguridade	2.929.335,63
			DESPESAS CORRENTES	2.905.560,63
			DESPESAS DE CAPITAL	23.775,00
			Total:	**2.929.335,63**

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Atividades

Ação - Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021 Meta	R$
2.025 - Manutenção da Folha de Pagamento da PGM	Fazenda Rio Grande	48,000	2.342.150,00
2.121 - Manutenção do Fundo Municipal da Procuradoria Jurídica	Fazenda Rio Grande	48,000	445.685,63
2.124 - Manutenção das Atividades da PGM	Fazenda Rio Grande	48,000	141.500,00

APOIO ADMINISTRATIVO (GL)
APOIO ADMINISTRATIVO (GL)
SERVIDORES ATENDIDOS (PE)

PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2021 (C) - Lei Ordinaria, nº 1438/2020 de 18/11/2020

Programa: 6 - ESPORTE PARA TODOS

Objetivo: PROMOÇÃO DE ATIVIDADES DE ESPORTE E LAZER COM OBJETIVOS DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA A POPULAÇÃO FAZENDENSE

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa Totais	Esfera/Cat.Econômica	Totais
			Fiscal/Seguridade	1.437.516,73
			DESPESAS CORRENTES	1.257.337,09
			DESPESAS DE CAPITAL	180.179,64
			Total:	1.437.516,73

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021 Meta	R$
2.023 - Manutenção de Atividades Esportivas	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	695.603,36
2.024 - Transferências a Fundação Municipal de Esportes	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	4,000	13.155,09
2.128 - Manutenção da Folha de Pagamento da SM de Esporte, Lazer e Juventude	SERVIDORES ATENDIDOS (PE)	Fazenda Rio Grande	48,000	579.970,13
2.129 - Manutenção de Programas Vinculados a Juventude	PESSOAS ATENDIDAS (PE)	Fazenda Rio Grande	48,000	121.000,00
2.138 - Manutenção da Fanfarra Municipal	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	12,000	27.788,13

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021
DISCRIMINAÇÃO DAS DESPESA
Seleção: Emitir as contas com valor; Alteração em 01/01/2021

Conta	Descrição		LDO 2021	Projeção 2022	Projeção 2023
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTE		238.816.529,63	250.757.356,11	263.295.223,92
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		36.846.483,48	38.688.807,65	40.623.248,04
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		19.726.676,25	20.713.010,06	21.748.660,57
		Total Geral	295.389.689,36	310.159.173,83	325.667.132,52

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº
Ass

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 301
Ass

MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2021

AMF - Demonstrativo 4 (LDF, art.4º, §2º, inciso III)

Patrimônio Líquido	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio	103.045.036,00	37,71	103.045.036,00	39,52	103.045.036,00	50,38
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	170.199.967,00	62,29	157.675.425,00	60,48	101.491.147,00	49,62
TOTAL	273.244.003,00	100,00	260.720.461,00	100,00	204.536.183,00	100,00

Estado do Paraná
PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021
Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas
Seleção: Alteração em 01/01/2021 (C) - Lei Ordinaria, nº 1435/2020 de 18/11/2020

Programa: 5 - CULTURA PARA TODOS

Objetivo: PROMOÇAO DA DIFUSÃO E AO ACESSO AS ATIVIDADES CULTURAIS NO MUNICÍPIO.

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa Totais Esfera/Cat.Econômica	Totais
		Fiscal/Seguridade	1.266.262,63
		DESPESAS CORRENTES	1.227.512,63
		DESPESAS DE CAPITAL	38.750,00
		Total:	1.266.262,63

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021 Meta	R$
2.019 - Manutenção das Atividades da Sm da Cultura e Turismo	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	20,000	241.000,00
2.020 - Manutenção do Centro de Artes e Esporte Integrado	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	12,000	89.250,00
2.135 - Manutenção da Folha de Pagamento da SM de Cultura e Turismo	SERVIDORES ATENDIDOS (PE)	Fazenda Rio Grande	48,000	510.512,63
2.136 - Manutenção de Programas de Incentivo ao Turismo	PESSOAS ATENDIDAS (PE)	Fazenda Rio Grande	3.600,000	121.000,00
2.142 - Fundo Municipal de Cultura	PESSOAS ATENDIDAS (PE)	Fazenda Rio Grande	1,000	189.000,00
2.143 - Fundo Municipal de Desenvolvimento do Turismo (FUMDETUR)	PESSOAS ATENDIDAS (PE)	Fazenda Rio Grande	1,000	105.000,00
2.144 - Taxas de Utilização de Bens Culturais	PESSOAS ATENDIDAS (PE)	Fazenda Rio Grande	1,000	10.500,00

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE
Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021 Meta	R$
2.075 - Manutenção das Atividades do FUNDEB	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	2.618.349,91
2.153 - Manutenção dos Programas CIPA escolar e PAE	APOIO ADMINISTRATIVO (an)	Fazenda Rio Grande	12,000	100.000,00

8. DEMONSTRATIVO DO FLUXO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

8.1. Projeções Considerando o Plano de Custeio Vigente:

Data-Base: 31/12/2019

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ANUAL (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
2020	35.557.302,08	8.104.417,32	27.447.884,76	249.895.632,46
2021	36.775.578,74	9.324.193,81	27.451.384,93	277.347.017,38
2022	38.613.820,51	10.318.193,44	28.295.627,07	305.642.639,43
2023	40.461.560,05	11.943.510,78	28.517.849,27	334.160.488,72
2024	42.324.975,70	13.946.266,11	28.378.709,59	362.439.198,31
2025	43.814.872,50	16.490.355,62	27.324.516,88	389.763.625,19
2026	45.407.037,60	18.914.448,01	26.492.589,59	416.256.214,78
2027	46.991.383,76	21.651.676,21	25.339.707,55	441.595.922,32
2028	48.544.724,62	23.445.008,85	24.899.715,77	467.055.638,09
2029	49.784.354,35	25.301.368,37	24.482.985,98	491.538.624,07
2030	51.023.724,16	27.516.850,46	23.506.873,70	515.045.497,77
2031	52.107.397,28	30.395.907,78	21.711.489,50	536.757.587,27
2032	53.171.915,24	32.971.013,27	20.200.901,97	556.958.490,24
2033	54.001.187,57	35.600.690,51	18.400.497,06	575.358.987,40
2034	54.801.908,76	37.897.185,63	16.904.723,13	592.263.710,53
2035	55.434.228,49	40.169.128,30	15.265.100,19	607.528.810,72
2036	56.057.320,46	41.869.193,54	14.188.127,92	621.716.938,64
2037	56.448.009,98	44.283.514,75	12.164.495,23	633.879.433,87
2038	56.647.548,59	46.714.206,68	9.933.342,31	643.812.835,89
2039	56.753.372,67	49.029.889,20	7.723.483,47	651.536.319,35
2040	56.553.011,09	52.092.135,76	4.460.875,33	655.997.194,68
2041	56.285.605,57	54.075.685,47	2.209.920,10	658.207.114,78
2042	55.946.091,04	56.094.785,96	-148.694,92	658.058.419,86
2043	55.790.425,01	59.790.425,01	-4.815.233,13	653.193.186,53
2044	53.974.682,57	63.318.036,44	-9.343.353,87	644.809.772,66
2045	52.949.571,71	63.401.272,26	-10.451.700,55	634.358.072,11
2046	51.718.413,42	64.777.096,28	-13.058.682,86	621.299.389,25
2047	50.380.678,28	65.710.459,09	-15.329.780,81	605.969.608,44
2048	48.903.362,12	66.696.833,07	-17.793.460,95	588.176.147,49
2049	47.366.851,76	66.779.019,25	-19.412.167,49	568.763.980,00
2050	45.751.467,81	66.516.810,58	-20.765.342,77	547.998.637,22
2051	44.104.663,18	65.676.572,39	-21.571.859,21	526.426.778,01
2052	42.459.806,76	64.307.400,01	-21.847.629,25	504.579.148,76
2053	40.727.291,69	63.314.250,25	-22.586.958,65	481.992.210,11
2054	39.020.290,50	61.700.669,62	-22.680.379,12	459.311.830,99
2055	37.247.127,14	60.356.678,91	-23.109.551,77	436.202.279,22
2056	35.511.074,19	58.372.435,91	-22.861.361,72	413.340.917,50
2057	33.768.940,59	56.379.599,32	-22.610.658,73	390.730.258,77

Continua...

Atuarial - Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda.
Rua Coronel Dulcídio, 67 Curitiba - PR CEP 80420-160 Telefax: (41) 3222-3117
CNPJ 03.760.910/0001-05

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº
Ass

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 303
Ass

...continuação

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ANUAL (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
2058	32.044.036,18	54.261.206,87	-22.217.170,69	368.513.088,08
2059	30.313.978,84	52.367.398,48	-21.953.419,64	346.559.668,44
2060	30.614.372,13	50.033.615,62	-21.419.243,49	325.140.324,95
2061	26.941.690,76	47.753.993,22	-20.812.302,46	304.328.020,49
2062	25.303.071,12	45.436.359,54	-20.134.288,43	284.193.732,08
2063	23.701.191,10	43.089.224,99	-19.388.033,89	264.805.698,19
2064	22.144.720,87	40.731.872,54	-18.577.151,67	246.228.546,71
2065	20.638.154,17	38.344.314,63	-17.706.160,51	228.522.386,21
2066	19.186.756,01	35.967.116,75	-16.780.360,74	211.742.025,47
2067	17.795.483,36	33.601.204,16	-15.805.720,80	195.936.304,67
2068	16.468.894,51	31.257.553,53	-14.788.658,72	181.147.645,96
2069	15.211.115,09	28.947.128,99	-13.736.013,90	167.411.632,05
2070	14.025.532,73	26.680.971,29	-12.655.138,56	154.756.493,49
2071	12.916.257,14	24.469.937,96	-11.553.680,82	143.202.812,67
2072	11.885.071,67	22.324.631,84	-10.439.560,17	132.763.252,51
2073	10.934.410,41	20.255.331,85	-9.320.921,42	123.442.331,09
2074	10.065.838,72	18.271.718,27	-8.205.879,55	115.236.451,54
2075	9.280.324,22	16.382.708,45	-7.102.384,23	108.134.067,31
2076	8.578.167,24	14.586.065,90	-6.007.898,66	102.116.168,65
2077	7.958.982,30	12.918.141,53	-4.959.159,23	97.157.009,42
2078	7.421.718,98	11.353.722,63	-3.931.003,65	93.225.005,77
2079	6.964.754,52	9.906.288,33	-2.941.533,81	90.283.471,96
2080	6.585.886,09	8.577.641,41	-1.991.755,32	88.291.716,65
2081	6.282.433,90	7.367.838,03	-1.085.414,18	87.206.302,46
2082	6.051.378,52	6.375.728,31	-324.349,79	86.981.952,68
2083	5.889.442,79	5.298.691,71	590.751,08	87.572.703,76
2084	5.793.669,01	4.432.604,63	1.360.464,38	88.933.168,14
2085	5.758.552,48	3.671.949,79	2.086.602,69	91.019.770,83
2086	5.782.214,80	3.010.545,59	2.771.669,21	93.791.440,04
2087	5.860.348,03	2.441.022,50	3.419.325,53	97.210.765,57
2088	5.989.338,61	1.955.102,97	4.034.235,64	101.245.001,21
2089	6.165.697,11	1.544.440,11	4.621.437,00	105.866.438,21
2090	6.386.976,31	1.200.956,61	5.186.019,70	111.052.447,90
2091	6.650.122,13	917.118,44	5.733.003,69	116.785.451,60
2092	6.953.199,53	686.157,18	6.267.042,35	123.052.493,95
2093	7.294.520,54	502.008,52	6.792.512,02	129.845.005,97
2094	7.672.647,80	358.488,15	7.314.159,65	137.159.165,62
2095	8.086.430,12	249.451,69	7.836.978,43	144.996.144,05

Considerações no levantamento dos resultados da demonstração de Receitas e Despesas:

1. A coluna saldo financeiro contempla o valor atual dos investimentos do RPPS;
2. A Coluna Receitas Previdenciárias é composta pelas contribuições da Prefeitura, ativos e inativos, descontada a taxa de administração, recebimento dos parcelamentos, compensação previdenciária a receber e rentabilidade financeira;
3. A Coluna Despesas Previdenciárias agrega as obrigações anuais com o pagamento de benefícios.

Atuarial Assessoria e Consultoria Ltda.
R.J. Doutor e Cândido Xavier de Almeida e Souza, 66 - Cond. Rio Corrente - Andar 4 - Sala 402 - Cristo Rei - Curitiba - PR - CEP 80.050-240
Fone: (41) 3222-3110
CNPJ 03.767.707/0001-05

Programa: 4 - EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA

Objetivo: MANUTENÇÃO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Público alvo:

Indicador (Unidade de Medida)	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa Totais Esfera/Cat.Econômica	Totais
		Fiscal/Seguridade	93.108.646,75
		DESPESAS CORRENTES	90.176.035,19
		DESPESAS DE CAPITAL	2.932.611,56
		Total:	93.108.646,75

AÇÕES DO ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE

Projetos

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021 Meta	R$
1.006 - Contrução e Ampliação de Unidades Escolares	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	1,000	2.136.525,00

Atividades

Ação	Produto (Unidade)	Regionalização	Período - 2021 Meta	R$
2.013 - Manutenção da Folha de Pagamento da SM de Educação	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	9.459.597,00
2.014 - Manutenção das Atividades da SM de Educação	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	3.273.319,25
2.015 - Complementação do Programa de Alimentação Escolar	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	1.056.870,63
2.016 - Programa Distribuição de Kit e Uniforme Escolar	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	4,000	2.738.997,50
2.017 - Manutenção do Programa PROCONDEV	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	4,000	57.881,25
2.065 - Manutenção do Salário Educação	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	5.355.000,00
2.066 - Subvenções Sociais - APAE	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	4,000	104.186,25
2.067 - Subvenções Sociais - Entidades Educacionais	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	4,000	11.576,25
2.068 - Manutenção do Pete	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	856.642,50
2.069 - Manutenção do Programa de Merenda Escolar	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	1.470.000,00
2.070 - Manutenção da Educação Infantil	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	4.646.309,82
2.071 - Manutenção do Programa PNAT	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	34.728,75
2.073 - Manutenção da Folha de Pagamento da Educação Infantil	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	3.007.016,55
2.074 - Manutenção da Folha de Pagamento do FUNDEB	APOIO ADMINISTRATIVO (GL)	Fazenda Rio Grande	48,000	56.183.650,09

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
ESTADO DO PARANÁ

LEI N.º 1444/2020
De 18 de dezembro de 2020

Publicado no Diário Oficial Eletrônico Nº299/2020 - Data: de 18 de dezembro de 2020.

SÚMULA: **ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE,** ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL,** sanciono a seguinte **LEI:**

Art. 1º - Esta lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2021.

Art. 2º - A Receita Total dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de **R$ 295.389.689,36** (Duzentos e noventa e cinco milhões trezentos e oitenta e nove mil seiscentos e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos), decorrentes da arrecadação de tributos próprios e transferidos, contribuições e demais receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e de acordo com cada orçamento:

I - A Receita do Orçamento Fiscal é de **R$ 269.430.310,61** (Duzentos e Sessenta e nove milhões, quatrocentos e trinta mil, trezentos e dez reais e sessenta e um centavos) e a Receita do Orçamento da Seguridade Social é de **R$ 25.959.378,75** (Vinte e cinco milhões, novecentos e cinqüenta e nove mil, trezentos e setenta e oito reais e setenta e cinco centavos), conforme o desdobramento:

	RECEITA DO ORÇAMENTO	VALOR
1	**RECEITAS CORRENTES**	**300.266.388,81**
	Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	76.395.658,77
	Contribuições	26.928.297,50
	Receita Patrimonial	5.426.576,20
	Receita de Serviços	1.124.505,81
	Transferências Correntes	184.714.562,23
	Outras Receitas Correntes	5.676.788,25
9	**DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE**	**-25.107.961,95**
	Dedução das Transferências Correntes	-5.259.450,00
	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-19.848.511,95
2	**RECEITAS DE CAPITAL**	**20.231.262,50**
	Operações de Crédito	20.000.000,00
	Alienação de Bens	10.500,00
	Transferências de Capital	220.762,50
	TOTAL	**295.389.689,36**

PM FAZENDA RIO GRANDE FOLHA Nº 3 ASS

MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
ESTADO DO PARANÁ

Art. 3º - A Despesa Total fixada nos Orçamento Fiscal e da Seguridade Social é de **R$ 295.389.689,36** (duzentos e noventa e cinco milhões trezentos e oitenta e nove mil seiscentos e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos), será realizada segundo as discriminações previstas na legislação em vigor, conforme o descrito nos incisos deste artigo:

I – Despesa distribuída entre os seguintes órgãos orçamentários:

	PODER LEGISLATIVO	**9.747.000,00**
01.00	CÂMARA MUNICIPAL	9.747.000,00
	PODER EXECUTIVO	**258.556.810.61**
02.00	Secretaria Municipal de Administração	22.441.150,13
03.00	Secretaria Municipal de Saúde	1.805.321,07
04.00	Secretaria Municipal de Educação	16.686.665,63
05.00	Procuradoria Geral do Município	2.483.650,00
06.00	Secretaria Municipal de Governo	1.201.350,00
07.00	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	1.562.037,50
08.00	Secretaria Municipal de Obras Públicas	28.755.289,13
09.00	Secretaria Municipal de Urbanismo	12.707.097,11
10.00	Secretaria Municipal de Assistência Social	151.937,76
11.00	FUNREBOM	210.000,00
14.00	Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças	1.579.933,16
15.00	Fundo Municipal de Saúde	50.055.598,83
16.00	Fundo Municipal de Educação	76.421.981,12
17.00	Fundo Municipal de Assistência Social	12.976.108,88
18.00	Fundo Municipal de Transito	5.209.505,00
20.00	Fundo Municipal de Habitação	934.413,63
21.00	Secretaria Municipal de Defesa Social	4.305.450,00
22.00	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	9.494.720,04
23.00	Secretaria Municipal do Trabalho	2.902.262,50
24.00	Gabinete do Prefeito	227.915,00
25.00	Fundo Municipal dos Dtos da Criança e do Adolescente	516.805,35
26.00	Fundo Municipal do Idoso	294.036,25
27.00	Fundo Municipal de Desenvolvimento	70.000,00
29.00	Fundo Municipal da Procuradoria Jurídica	445.685,63
30.00	Fundo Municipal do Meio Ambiente	486.850,00
32.00	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude	1.437.516,73
33.00	Secretaria Municipal de Habitação	242.267,53
34.00	Secretaria Municipal de Comunicação Social	800.000,00
35.00	Secretaria Municipal da Mulher	950.000,00
36.00	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	1.266.262,63

FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 305
ESTADO DO PARANÁ

Estado do Paraná
PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021
Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
27	Desporto e Lazer		1.437.516,73		1.437.516,73
27.812	Desporto Comunitário		1.437.516,73		1.437.516,73
27.812.0006	ESPORTE PARA TODOS		1.437.516,73		1.437.516,73
28	Encargos Especiais		8.482.375,00		8.482.375,00
28.843	Serviço da Dívida Interna		8.482.375,00		8.482.375,00
28.843.0017	FAZENDA MAIS VERDE		485.000,00		485.000,00
28.843.0020	ENCARGOS ESPECIAIS		7.997.375,00		7.997.375,00
99	Reserva de Contingência		19.528.676,25		19.681.676,25
99.999	Reserva de Contingência		19.528.676,25		19.681.676,25
99.999.0013	PREVIDENCIA MUNICIPAL		19.528.676,25		19.528.676,25
99.999.0019	RESERVA DE CONTINGENCIA				135.000,00
	Total:	25.406.787,50	259.847.901,86	0,00	285.389.689,36
	Total geral:	25.406.787,50	259.847.901,86	0,00	285.389.689,36

PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
14	Direitos da Cidadania		4.198.950,00		4.198.950,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		4.198.950,00		4.198.950,00
14.422.0016	FAZENDA MAIS SEGURA		4.198.950,00		4.198.950,00
15	Urbanismo	21.087.762,50	21.811.103,12		42.898.865,62
15.451	Infra-Estrutura Urbana	20.686.762,50	4.465.212,11		25.151.974,61
15.451.0010	MAIS OBRAS	20.686.762,50	4.465.212,11		25.151.974,61
15.452	Serviços Urbanos	401.000,00	17.345.891,01		17.746.891,01
15.452.0010	MAIS OBRAS		16.310.411,63		16.310.411,63
15.452.0017	FAZENDA MAIS VERDE	401.000,00	1.035.479,38		1.436.479,38
16	Habitação		1.176.681,16		1.176.681,16
16.482	Habitação Urbana		1.176.681,16		1.176.681,16
16.482.0014	MORADIA COM QUALIDADE		1.176.681,16		1.176.681,16
18	Gestão Ambiental		8.060.090,66		8.060.090,66
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		5.731.266,91		5.731.266,91
18.541.0017	FAZENDA MAIS VERDE		5.731.266,91		5.731.266,91
18.542	Controle Ambiental		2.328.823,75		2.328.823,75
18.542.0017	FAZENDA MAIS VERDE		2.328.823,75		2.328.823,75
20	Agricultura		134.500,00		134.500,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária		134.500,00		134.500,00
20.608.0009	FAZENDA ORGÂNICA		134.500,00		134.500,00
22	Indústria		1.555.037,50		1.555.037,50
22.661	Promoção Industrial		1.555.037,50		1.555.037,50
22.661.0008	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL		1.555.037,50		1.555.037,50
23	Comércio e Serviços		121.000,00		121.000,00
23.695	Turismo		121.000,00		121.000,00
23.695.0005	CULTURA PARA TODOS		121.000,00		121.000,00
26	Transporte		5.209.505,00		5.209.505,00
26.782	Transporte Rodoviário		5.209.505,00		5.209.505,00
26.782.0015	TRANSITO MAIS SEGURO		5.209.505,00		5.209.505,00

MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE
ESTADO DO PARANÁ

13.00	Instituto de Previdência Munic. Fazenda Rio Grande	26.828.378,75
	FAZPREV	26.828.378,75
31.00	Cia. de Desenvolvimento de Fazenda Rio Grande	57.500,00
	CODEF	57.500,00
	RESERVA DE CONTIGENCIA	135.000,00
99.00	Reserva de Contingência	135.000,00

Art. 4º - O Orçamento do Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande - FAZPREV, fica fixado em **R$ 26.828.378,75** (Vinte e seis milhões oitocentos e vinte e oito mil trezentos e setenta e oito reais e setenta e cinco centavos), será realizada com a seguinte distribuição:

RECEITA DO ORÇAMENTO DO FAZPREV	
1 RECEITAS	26.828.378,75
CONTRIBUIÇOES SOCIAIS	8.845.000,00
REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCÁRIOS	5.406.576,25
COMPENSAÇÃO ENTRE REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	132.300,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.205,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇOES – INTRA ORÇAMENTARIA	11.573.297,50
REPASSE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	869.000,00
TOTAL DA RECEITA	26.828.378,75

DESPESAS DO ORÇAMENTO DO FAZPREV	
DESPESAS	26.828.378,75
3 DESPESAS CORRENTES	7.221.702,50
4 DESPESAS DE CAPITAL	80.000,00
9 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.526.676,25
TOTAL DA DESPESA	26.828.378,75

Art. 5º - O Orçamento Da Companhia de Desenvolvimento de Fazenda Rio Grande – CODEF, fica fixado em **R$ 57.500,00** (cinqüenta e sete mil e quinhentos reais), será realizada com a seguinte distribuição:

RECEITA DO ORÇAMENTO DA CODEF	
1 RECEITAS	57.500,00
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	57.500,00
TOTAL DA RECEITA	57.500,00

DESPESAS DO ORÇAMENTO DA CODEF	
DESPESAS	57.500,00
3 DESPESAS CORRENTES	57.500,00
4 DESPESAS DE CAPITAL	0,00
TOTAL DA DESPESA	57.500,00

Art. 6º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº
Ass

I – remanejar as dotações de despesas previstas no "caput" do art. 18, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na mesma unidade orçamentária ou de uma para outra, nos termos previsto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – remanejar as dotações de despesas nas respectivas categorias econômicas, exceto as despesas previstas no "caput" do art. 18, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na mesma unidade orçamentária ou de uma para outra, nos termos previstos no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III – transpor, remanejar ou transferir recursos, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal.

IV – utilizar a Reserva de Contingência, também como recurso para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

Art. 7º - Fica os Poderes Executivo e Legislativo e os Órgãos da Administração Indireta autorizados a abrir créditos adicionais suplementares nos moldes e limites fixados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, nos termos previstos no § 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Efetuar Operações de Crédito, previstas nos art. 32 e 38 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, até o limite de 16 % (dezesseis por cento) da receita corrente liquida, nos termos previstos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 9º - Os Créditos Adicionais Suplementares a que se referem os arts. 6º e 7º, desta lei, terão sua abertura detalhada ao nível de elemento de despesas, identificador de uso, destinação de recursos e especificação das fontes de recursos.

Art. 10 - Os Créditos Adicionais Suplementares com indicação de recursos do Poder Legislativo de Fazenda Rio Grande, do Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande e da Companhia de Desenvolvimento de Fazenda Rio Grande, nos termos do inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, poderão ser abertos até o limite de 20% (Vinte por cento) da despesa autorizada, no âmbito dos respectivos órgãos, por Ato próprio de cada entidade.

Art. 11 - Os Créditos Adicionais Especiais e Extraordinários autorizados no exercício financeiro de 2020 poderão ser reabertos nos limites de seus saldos no exercício de 2021, segundo o disposto no § 2º, do art. 167, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, obedecendo à codificação constante nesta lei.

Art. 12 - Os recursos oriundos de convênios, programas estaduais e federais, operações de créditos ou excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 304
Ass

Estado do Paraná
PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021
Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
08	Assistência Social	899.500,00	13.989.388,24		14.888.888,24
08.244	Assistência Comunitária	899.500,00	11.178.830,79		12.078.330,79
08.244.0022	FORTALECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA MULHER FAZENDENSE		950.000,00		950.000,00
09	Previdência Social		6.421.600,00		6.421.600,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário		6.421.600,00		6.421.600,00
09.272.0013	PREVIDENCIA MUNICIPAL		6.421.600,00		6.421.600,00
10	Saúde	792.000,00	51.068.919,93		51.860.919,93
10.122	Administração Geral		50.000,00		50.000,00
10.122.0003	MAIS SAÚDE		50.000,00		50.000,00
10.301	Atenção Básica	792.000,00	22.093.784,12		22.885.784,12
10.301.0003	MAIS SAÚDE	792.000,00	22.093.784,12		22.885.784,12
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		27.855.536,36		27.855.536,36
10.302.0003	MAIS SAÚDE		27.855.536,36		27.855.536,36
10.305	Vigilância Epidemiológica		1.069.599,42		1.069.599,42
10.305.0003	MAIS SAÚDE		1.069.599,42		1.069.599,42
11	Trabalho		2.902.262,50		2.902.262,50
11.334	Fomento ao Trabalho		2.902.262,50		2.902.262,50
11.334.0018	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR		2.902.262,50		2.902.262,50
12	Educação	2.136.525,00	90.972.121,75		93.108.646,75
12.361	Ensino Fundamental	2.136.525,00	83.214.813,13		85.351.138,13
12.361.0004	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	2.136.525,00	83.214.813,13		85.351.138,13
12.365	Educação Infantil		7.653.322,37		7.653.322,37
12.365.0004	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		7.653.322,37		7.653.322,37
12.367	Educação Especial		104.186,25		104.186,25
12.367.0004	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		104.186,25		104.186,25
13	Cultura		1.145.262,63		1.145.262,63
13.392	Difusão Cultural		840.762,63		840.762,63
13.392.0005	CULTURA PARA TODOS		840.762,63		840.762,63
13.695	Turismo		304.500,00		304.500,00
13.695.0005	CULTURA PARA TODOS		304.500,00		304.500,00
14	Direitos da Cidadania		4.198.950,00		4.198.950,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		4.198.950,00		4.198.950,00
14.422.0016	FAZENDA MAIS SEGURA		4.198.950,00		4.198.950,00

PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa	211.000,00	9.536.000,00		9.747.000,00
01.031	Ação Legislativa	211.000,00	9.536.000,00		9.747.000,00
01.031.0001	LEGISLATIVO MUNICIPAL	211.000,00	9.536.000,00		9.747.000,00
02	Judiciária		2.483.650,00		2.483.650,00
02.061	Ação Judiciária		2.483.650,00		2.483.650,00
02.061.0007	EFICIÊNCIA E REPUPERAÇÃO FISCAL		2.483.650,00		2.483.650,00
03	Essencial à Justiça		445.685,63		445.685,63
03.092	Representação Judicial e Extrajudicial		445.685,63		445.685,63
03.092.0007	EFICIÊNCIA E REPUPERAÇÃO FISCAL		445.685,63		445.685,63
04	Administração	280.000,00	18.853.075,79		19.133.075,79
04.122	Administração Geral	280.000,00	16.283.142,63		16.563.142,63
04.122.0010	MAIS OBRAS	200.000,00			200.000,00
04.122.0013	PREVIDENCIA MUNICIPAL	80.000,00	800.102,50		880.102,50
04.122.0002	GOVERNANÇA E TRANSPARENCIA		15.483.040,13		15.483.040,13
04.123	Administração Financeira		1.579.933,16		1.579.933,16
04.123.0002	GOVERNANÇA E TRANSPARENCIA		1.579.933,16		1.579.933,16
04.128	Formação de Recursos Humanos		180.000,00		180.000,00
04.128.0002	GOVERNANÇA E TRANSPARENCIA		180.000,00		180.000,00
04.131	Comunicação Social		810.000,00		810.000,00
04.131.0002	GOVERNANÇA E TRANSPARENCIA		810.000,00		810.000,00
06	Segurança Pública		316.500,00		316.500,00
06.181	Policiamento		106.500,00		106.500,00
06.181.0016	FAZENDA MAIS SEGURA		106.500,00		106.500,00
06.182	Defesa Civil		210.000,00		210.000,00
06.182.0012	FUNREBOM		210.000,00		210.000,00
08	Assistência Social	699.500,00	13.989.388,24		14.688.888,24
08.241	Assistência ao Idoso		294.036,25		294.036,25
08.241.0011	ASSISTENCIA SOCIAL - DIREITO DE TODOS		294.036,25		294.036,25
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		14.552,07		14.552,07
08.242.0011	ASSISTENCIA SOCIAL - DIREITO DE TODOS		14.552,07		14.552,07
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		2.503.969,13		2.503.969,13
08.243.0011	ASSISTENCIA SOCIAL - DIREITO DE TODOS		2.503.969,13		2.503.969,13
08.244	Assistência Comunitária	699.500,00	11.176.830,79		12.076.330,79
08.244.0011	ASSISTENCIA SOCIAL - DIREITO DE TODOS	699.500,00	10.226.830,79		11.126.330,79

fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades.

Parágrafo Único – Os valores dos créditos suplementares abertos com base neste artigo, não serão considerados para fins de percentual estabelecido no artigo 6º desta Lei.

Art. 13 - As despesas decorrentes de convênios que vierem a ser celebrados junto aos órgãos da administração federal, estadual e municipal, não previstos nesta Lei.

Parágrafo Único – Os valores dos créditos suplementares abertos com base neste artigo, não serão considerados para fins de percentual estabelecido no artigo 6º desta Lei.

Art. 14 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da federação.

Art. 15 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos federal, estadual e municipal e entidades assistenciais, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 16 - A execução orçamentária seguirá o disposto na Lei Municipal do Plano Plurianual para o período de 2018/2021, a Lei Municipal das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021 e suas alterações.

Art. 17 – Ficam alterados/compatibilizados os anexos das metas do PPA e LDO, conforme disposto nos anexos desta Lei.

Art. 18 - Fica autorizado a compatibilização dos valores, programas e ações no PPA e LDO para o exercício de 2021 e fontes de recursos de acordo com as instruções normativas do TCE.

Art. 19 - Esta Lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Fazenda Rio Grande, 18 de dezembro de 2020.

MÁRCIO CLÁUDIO WOZNIACK
Prefeito Municipal

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº
Ass

Estado do Paraná

PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
Receitas Correntes	300.266.388,81	DESPESAS CORRENTES	238.140.160,57
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	76.395.658,77	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	142.923.323,14
Contribuições	26.928.297,50	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.535.800,00
Receita Patrimonial	6.426.576,25	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92.681.037,43
Receita de Serviços	1.124.505,81		
Transferências Correntes	184.714.562,23		
Outras Receitas Correntes	5.676.788,25		
RENÚNCIAS, RESTITUIÇÕES, DESCONTOS E DEDUÇ	-25.107.961,95		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-5.259.450,00		
Transferências Correntes	-19.848.511,95		
		Superavit	37.018.266,29
Total	275.158.426,86	Total	275.158.426,86
Superavit do orçamento corrente	37.018.266,29		
Receitas de Capital	20.231.262,50	DESPESAS DE CAPITAL	37.587.852,54
Operações de Crédito	20.000.000,00	INVESTIMENTOS	32.022.177,54
Alienação de Bens	10.500,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO D/	5.565.675,00
Transferência de Capital	220.762,50		
Deficit	17.356.590,04		
Total	37.587.852,54	Total	37.587.852,54

Resumo

Receitas Correntes	300.266.388,81	101,65 %	DESPESAS CORRENTES	238.140.160,57	80,62 %
Receitas de Capital	20.231.262,50	6,85 %	DESPESAS DE CAPITAL	37.587.852,54	12,72 %
RENÚNCIAS, RESTITUIÇÕES, DESCONTOS	-25.107.961,95	-8,50 %	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.661.676,25	6,66 %
Total	295.389.689,36	100,00 %	Total	295.389.689,36	100,00 %

PM FAZ. GRANDE Folha Nº 309 Ass

Estado do Paraná

PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE		25.496.787,50	269.647.901,86	0,00	295.389.689,36
Órgão: 35.00 SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER		0,00	950.000,00	0,00	950.000,00
Unidade: 35.01 SM da Mulher		0,00	950.000,00	0,00	950.000,00
08	Assistência Social		950.000,00		950.000,00
08.244	Assistência Comunitária		950.000,00		950.000,00
08.244.0022	FORTALECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA MULHER FAZENDENSE		950.000,00		950.000,00
08.244.0022.2.152	Grupamento Maria da Penha		400.000,00		400.000,00
Órgão: 38.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO		0,00	1.266.262,63	0,00	1.266.262,63
Unidade: 38.01 SM de Cultura e Turismo		0,00	1.266.262,63	0,00	1.266.262,63
13	Cultura		1.145.262,63		1.145.262,63
13.392	Difusão Cultural		840.762,63		840.762,63
13.392.0005	CULTURA PARA TODOS		840.762,63		840.762,63
13.392.0005.2.019	Manutenção das Atividades da Sm de Cultura e Turismo		241.000,00		241.000,00
13.392.0005.2.020	Manutenção do Centro de Artes e Esporte Integrado		89.250,00		89.250,00
13.392.0005.2.135	Manutenção da Folha de Pagamento da SM de Cultura e Turismo		510.512,63		510.512,63
13.695	Turismo		304.500,00		304.500,00
13.695.0005	CULTURA PARA TODOS		304.500,00		304.500,00
13.695.0005.2.142	Fundo Municipal de Cultura		189.000,00		189.000,00
13.695.0005.2.143	Fundo Municipal de Desenvolvimento do Turismo (FUMDETUR)		105.000,00		105.000,00
13.695.0005.2.144	Taxas de Utilização de Bens Culturais		10.500,00		10.500,00
23	Comércio e Serviços		121.000,00		121.000,00
23.695	Turismo		121.000,00		121.000,00
23.695.0005	CULTURA PARA TODOS		121.000,00		121.000,00
23.695.0005.2.138	Manutenção de Programas de Incentivo ao Turismo		121.000,00		121.000,00
Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	135.000,00
Unidade: 99.01 Reserva de Contingência		0,00	0,00	0,00	135.000,00
99	Reserva de Contingência				135.000,00
99.999	Reserva de Contingência				135.000,00
99.999.0019	RESERVA DE CONTINGENCIA				135.000,00
99.999.0019.9.999	Reserva de Contingência				135.000,00
					Total geral: 295.389.689,36

PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE		25.406.787,50	269.847.901,86	0,00	295.389.689,36
Órgão: 32.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		0,00	1.437.516,73	0,00	1.437.516,73
Unidade: 32.01 SM de Esporte, Lazer e Juventude		0,00	1.437.516,73	0,00	1.437.516,73
27	Desporto e Lazer		1.437.516,73		1.437.516,73
27.812	Desporto Comunitário		1.437.516,73		1.437.516,73
27.812.0006	ESPORTE PARA TODOS		1.437.516,73		1.437.516,73
27.812.0006.2.024	Transferências a Fundação Municipal de Esportes		13.155,09		13.155,09
27.812.0006.2.128	Manutenção da Folha de Pagamento da SM de Esporte, Lazer e Juventude		579.970,13		579.970,13
27.812.0006.2.129	Manutenção de Programas Vinculados a Juventude		121.000,00		121.000,00
27.812.0006.2.138	Manutenção da Fanfarra Municipal		27.788,13		27.788,13
Órgão: 33.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		0,00	242.267,53	0,00	242.267,53
Unidade: 33.01 SM de Habitação		0,00	242.267,53	0,00	242.267,53
16	Habitação		242.267,53		242.267,53
16.482	Habitação Urbana		242.267,53		242.267,53
16.482.0014	MORADIA COM QUALIDADE		242.267,53		242.267,53
16.482.0014.2.043	Manutenção das Atividades da SM de Habitação		90.328,25		90.328,25
16.482.0014.2.130	Manutenção da Folha de Pagamento da SM de Habitação		151.939,28		151.939,28
Órgão: 34.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		0,00	800.000,00	0,00	800.000,00
Unidade: 34.01 SM de Comunicação Social		0,00	800.000,00	0,00	800.000,00
04	Administração		800.000,00		800.000,00
04.131	Comunicação Social		800.000,00		800.000,00
04.131.0002	GOVERNANÇA E TRANSPARENCIA		800.000,00		800.000,00
04.131.0002.2.131	Manutenção da Folha de Pagamento da SM de Comunicação Social		625.000,00		625.000,00
04.131.0002.2.132	Manutenção das Atividades da SM de Comunicação Social		175.000,00		175.000,00
Órgão: 35.00 SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER		0,00	950.000,00	0,00	950.000,00
Unidade: 35.01 SM da Mulher		0,00	950.000,00	0,00	950.000,00
08	Assistência Social		950.000,00		950.000,00
08.244	Assistência Comunitária		950.000,00		950.000,00
08.244.0022	FORTALECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA MULHER FAZENDENSE		950.000,00		950.000,00
08.244.0022.2.086	Serviços de Acolhimento Mulheres Vítimas de Violência		200.000,00		200.000,00
08.244.0022.2.133	Manutenção da Folha de Pagamento da SM da Mulher		250.000,00		250.000,00
08.244.0022.2.134	Manutenção das Atividades da SM da Mulher		100.000,00		100.000,00
08.244.0022.2.152	Grupamento Maria da Penha		400.000,00		400.000,00

Estado do Paraná

PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes			249.199.048,11
4.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		71.135.208,77	
4.1.1.1.00.0.0.00.00.00	Impostos		56.595.000,00	
4.1.1.1.3.00.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	8.820.000,00		
4.1.1.1.3.03.0.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	8.820.000,00		
4.1.1.1.3.03.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	8.820.000,00		
4.1.1.1.3.03.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	8.820.000,00		
4.1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder Executivo	8.820.000,00		
4.1.1.1.3.03.1.1.01.01.00	LIVRE - IRRF - Poder Executivo	5.292.000,00		
4.1.1.1.3.03.1.1.01.02.00	EDUCAÇÃO - IRRF - Poder Executivo	2.205.000,00		
4.1.1.1.3.03.1.1.01.03.00	SAÚDE - IRRF - Poder Executivo	1.323.000,00		
4.1.1.1.8.00.0.0.00.00.00	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	47.775.000,00		
4.1.1.1.8.01.0.0.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio perá Estados/DF/Municípios	33.285.000,00		
4.1.1.1.8.01.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	23.100.000,00		
4.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	23.100.000,00		
4.1.1.1.8.01.1.1.01.00.00	LIVRE - IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	17.010.000,00		
4.1.1.1.8.01.1.1.01.00.00	LIVRE - IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	-3.150.000,00		
4.1.1.1.8.01.1.1.02.00.00	EDUCAÇÃO - IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	7.087.500,00		
4.1.1.1.8.01.1.1.02.00.00	EDUCAÇÃO - IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	-1.312.500,00		
4.1.1.1.8.01.1.1.03.00.00	SAÚDE - IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	4.252.500,00		
4.1.1.1.8.01.1.1.03.00.00	SAÚDE - IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	-787.500,00		
4.1.1.1.8.01.4.0.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	10.185.000,00		
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Princ	10.185.000,00		
4.1.1.1.8.01.4.1.01.00.00	LIVRE - ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	6.111.000,00		
4.1.1.1.8.01.4.1.02.00.00	EDUCAÇÃO - ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	2.548.250,00		
4.1.1.1.8.01.4.1.03.00.00	SAÚDE - ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	1.527.750,00		
4.1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços	14.490.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.0.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	14.490.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	14.490.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.01.00.00	LIVRE - ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	8.694.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.02.00.00	EDUCAÇÃO - ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.622.500,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.03.00.00	SAÚDE - ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2.173.500,00		
4.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas		13.521.458,77	
4.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	4.972.873,73		
4.1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	4.972.873,73		

PM FAZENDA RIO GRANDE — Folha Nº 31 — Ass.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 311
Ass

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.1.2.1.01.1.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	4.972.873,73		
4.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	4.206.373,73		
4.1.1.2.1.01.1.1.01.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	226.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.01.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	-3.150,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.02.00.00	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadoras	703.500,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.03.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	1.514.997,50		
4.1.1.2.1.01.1.1.04.00.00	Taxa de Fiscalização do Urbanismo	21.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.05.00.00	Taxa do Fundo Municipal de Políticas Públicas	1.523.528,23		
4.1.1.2.1.01.1.1.06.00.00	Taxa de Combate a Incêndio - FUNREBOM	210.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.07.00.00	Taxa de Utilização de Bens de Domínio Público	10.500,00		
4.1.1.2.1.01.1.2.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	94.500,00		
4.1.1.2.1.01.1.2.01.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	10.500,00		
4.1.1.2.1.01.1.2.02.00.00	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadoras	10.500,00		
4.1.1.2.1.01.1.2.03.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	73.500,00		
4.1.1.2.1.01.1.3.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	451.500,00		
4.1.1.2.1.01.1.3.01.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	10.500,00		
4.1.1.2.1.01.1.3.02.00.00	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadoras	441.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.4.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	220.500,00		
4.1.1.2.1.01.1.4.01.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	21.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.4.02.00.00	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadoras	199.500,00		
4.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela prestação de Serviços	8.548.585,04		
4.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela prestação de Serviços	8.548.585,04		
4.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela prestação de Serviços	8.548.585,04		
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Taxas pela prestação de Serviços - Principal	8.468.976,88		
4.1.1.2.2.01.1.1.01.00.00	Taxa de Cemitérios	248.889,38		
4.1.1.2.2.01.1.1.01.00.00	Taxa Cemitério - Principal	-1.050,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Taxa de Limpeza Pública	7.987.612,50		
4.1.1.2.2.01.1.1.03.00.00	Taxa de Serviços do Meio Ambiente	57.881,25		
4.1.1.2.2.01.1.1.04.00.00	Taxa de Serviços de Patrulha Mecanizada	173.643,75		
4.1.1.2.2.01.1.2.00.00.00	Taxas pela prestação de Serviços - Multas e Juros	2.315,24		
4.1.1.2.2.01.1.2.01.00.00	Taxa de Cemitérios	578,81		
4.1.1.2.2.01.1.2.02.00.00	Taxa de Limpeza Pública	578,81		
4.1.1.2.2.01.1.2.03.00.00	Taxa de Serviços do Meio Ambiente	578,81		
4.1.1.2.2.01.1.2.04.00.00	Taxa de Serviços de Patrulha Mecanizada	578,81		
4.1.1.2.2.01.1.3.00.00.00	Taxas pela prestação de Serviços - Dívida Ativa	79.292,92		
4.1.1.2.2.01.1.3.01.00.00	Taxa de Cemitérios	79.292,92		

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE		25.406.787,50	269.847.901,86	0,00	295.389.689,36
Órgão: 27.00 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO		0,00	70.000,00	0,00	70.000,00
Unidade: 27.01 Fundo Municipal de Desenvolvimento		0,00	70.000,00	0,00	70.000,00
22	Indústria		70.000,00		70.000,00
22.661	Promoção Industrial		70.000,00		70.000,00
22.661.0008	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL		70.000,00		70.000,00
22.661.0008.2.120	Manutenção do Fundo Municipal de Desenvolvimento Economico		70.000,00		70.000,00
Órgão: 29.00 FUNDO MUNICIPAL DA PROCURADORIA JURIDICA		0,00	445.685,63	0,00	445.685,63
Unidade: 29.01 Fundo Municipal da Procuradoria Juridica		0,00	445.685,63	0,00	445.685,63
03	Essencial à Justiça		445.685,63		445.685,63
03.092	Representação Judicial e Extrajudicial		445.685,63		445.685,63
03.092.0007	EFICIÊNCIA E REPUPERAÇÃO FISCAL		445.685,63		445.685,63
03.092.0007.2.121	Manutenção do Fundo Municipal da Procuradoria Juridica		445.685,63		445.685,63
Órgão: 30.00 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		0,00	486.850,00	0,00	486.850,00
Unidade: 30.01 Fundo Municipal do Meio Ambiente		0,00	486.850,00	0,00	486.850,00
18	Gestão Ambiental		486.850,00		486.850,00
18.542	Controle Ambiental		486.850,00		486.850,00
18.542.0017	FAZENDA MAIS VERDE		486.850,00		486.850,00
18.542.0017.2.122	Manutenção do Fundo Municipal do Meio Ambiente		486.850,00		486.850,00
Órgão: 31.00 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE FAZENDA RIO GRANDE		0,00	57.500,00	0,00	57.500,00
Unidade: 31.01 CODEF		0,00	57.500,00	0,00	57.500,00
22	Indústria		57.500,00		57.500,00
22.661	Promoção Industrial		57.500,00		57.500,00
22.661.0008	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL		57.500,00		57.500,00
22.661.0008.2.123	Manutenção da CODEF		57.500,00		57.500,00
Órgão: 32.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE		0,00	1.437.516,73	0,00	1.437.516,73
Unidade: 32.01 SM de Esporte, Lazer e Juventude		0,00	1.437.516,73	0,00	1.437.516,73
27	Desporto e Lazer		1.437.516,73		1.437.516,73
27.812	Desporto Comunitário		1.437.516,73		1.437.516,73
27.812.0006	ESPORTE PARA TODOS		1.437.516,73		1.437.516,73
27.812.0006.2.023	Manutenção de Atividades Esportivas		695.603,38		695.603,38

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE		25.406.787,50	269.847.801,86	0,00	295.389.689,36
Órgão: 23.00 SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO		0,00	2.902.262,50	0,00	2.902.262,50
Unidade: 23.01 SM do Trabalho		0,00	2.902.262,50	0,00	2.902.262,50
11	Trabalho		2.902.262,50		2.902.262,50
11.334	Fomento ao Trabalho		2.902.262,50		2.902.262,50
11.334.0018	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR		2.902.262,50		2.902.262,50
11.334.0018.2.114	Manutenção da Agencia do Trabalhador		23.150,00		23.150,00
11.334.0018.2.116	Manutenção das Atividades da SM do Trabalho		435.200,00		435.200,00
11.334.0018.2.118	Programa de Qualificação Profissional		232.500,00		232.500,00
11.334.0018.2.146	PROGRAMA TIRO DE GUERRA		391.500,00		391.500,00
Órgão: 24.00 GABINETE DO PREFEITO		0,00	227.915,00	0,00	227.915,00
Unidade: 24.01 Gabinete do Prefeito		0,00	227.915,00	0,00	227.915,00
04	Administração		227.915,00		227.915,00
04.122	Administração Geral		227.915,00		227.915,00
04.122.0002	GOVERNANÇA E TRANSPARENCIA		227.915,00		227.915,00
04.122.0002.2.117	Manutenção do Gabinete do Prefeito		227.915,00		227.915,00
Órgão: 25.00 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS CRIANÇA E ADOLESCENTE		0,00	516.805,35	0,00	516.805,35
Unidade: 25.01 Fundo Municipal dos Direitos Criança e Adolescente		0,00	516.805,35	0,00	516.805,35
08	Assistência Social		516.805,35		516.805,35
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		516.805,35		516.805,35
08.243.0011	ASSISTENCIA SOCIAL - DIREITO DE TODOS		516.805,35		516.805,35
08.243.0011.6.010	Programas a Cargo do FMDCA		401.940,00		401.940,00
08.243.0011.6.011	Programas a Cargo do FMDCA Convenios		114.865,35		114.865,35
Órgão: 26.00 FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO		0,00	294.036,25	0,00	294.036,25
Unidade: 26.01 Fundo Municipal do Idoso		0,00	294.036,25	0,00	294.036,25
08	Assistência Social		294.036,25		294.036,25
08.241	Assistência ao Idoso		294.036,25		294.036,25
08.241.0011	ASSISTENCIA SOCIAL - DIREITO DE TODOS		294.036,25		294.036,25
08.241.0011.2.118	Programas a Cargo do Fundo Municipal do Idoso		87.043,50		87.043,50
08.241.0011.2.119	Serviços para Pessoas Idosas - Centro Dia		206.992,75		206.992,75

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria		1.019.750,00	
4.1.1.3.8.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Especifica E/M	1.019.750,00		
4.1.1.3.8.04.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	1.019.750,00		
4.1.1.3.8.04.1.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	1.019.750,00		
4.1.1.3.8.04.1.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	619.750,00		
4.1.1.3.8.04.1.1.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	100.000,00		
4.1.1.3.8.04.1.1.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	-5.250,00		
4.1.1.3.8.04.1.1.02.00.00	Contribuição de Melhoria - Fundo Municipal de Habitação - fonte 1007	525.000,00		
4.1.1.3.8.04.1.3.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Divida Ativa	200.000,00		
4.1.1.3.8.04.1.3.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	200.000,00		
4.1.1.3.8.04.1.4.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Divida Ativa - Multas e Ju	200.000,00		
4.1.1.3.8.04.1.4.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	200.000,00		
4.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições		6.510.000,00	
4.1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		6.510.000,00	
4.1.2.4.0.00.1.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	6.510.000,00		
4.1.2.4.0.00.1.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	6.510.000,00		
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		20.000,00	
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		20.000,00	
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	20.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	20.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	20.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos Livres	20.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.01.00	Remuneração de Depósitos Bancários Fonte: 1000	20.000,00		
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços		1.124.505,81	
4.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		69.457,50	
4.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	11.576,25		
4.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	11.576,25		
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	11.576,25		
4.1.6.1.0.01.1.1.01.00.00	Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destino Final Lixo	11.576,25		
4.1.6.1.0.02.0.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	57.881,25		
4.1.6.1.0.02.1.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	57.881,25		
4.1.6.1.0.02.1.1.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	57.881,25		
4.1.6.3.0.00.0.0.00.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Saúde		1.055.048,31	
4.1.6.3.0.01.0.0.00.00.00	Serviços de atendimento à Saúde	1.055.048,31		
4.1.6.3.0.01.1.0.00.00.00	Serviços de atendimento à Saúde	1.055.048,31		
4.1.6.3.0.01.1.1.00.00.00	Serviços de atendimento à Saúde - Principal	1.055.048,31		

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE
Folha Nº 312
Ass

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 313
Ass

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferência Correntes		164.868.050,26	
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferência da União e de suas Entidades		68.857.220,73	
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferência da União - Específica E/M	68.857.220,73		
4.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União	48.532.270,52		
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de participação dos Municípios - Cota Mensal	44.452.800,00		
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	44.452.800,00		
4.1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	LIVRE - FPM - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	33.339.600,00		
4.1.7.1.8.01.2.1.02.00.00	EDUCAÇÃO - FPM - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Princip	13.891.500,00		
4.1.7.1.8.01.2.1.02.00.00	Dedução da receita para formação do FUNDEB - FPM	-11.113.200,00		
4.1.7.1.8.01.2.1.03.00.00	SAÚDE - FPM - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	8.334.900,00		
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de participação do Municípios - 1% Cota entregue no mdas de dezembro	2.315.250,00		
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de participação do Municípios - 1% Cota entregue no mdas de dezembro - Pri	2.315.250,00		
4.1.7.1.8.01.3.1.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios 1% Livre	1.736.437,50		
4.1.7.1.8.01.3.1.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios 1% 104	578.812,50		
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mdas de julho	1.736.437,52		
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mdas de julho - Princip	1.736.437,52		
4.1.7.1.8.01.4.1.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios 1% Livre	1.302.328,14		
4.1.7.1.8.01.4.1.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios 1% 104	434.109,38		
4.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	27.783,00		
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	27.783,00		
4.1.7.1.8.01.5.1.01.00.00	LIVRE - ITR - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	20.837,25		
4.1.7.1.8.01.5.1.02.00.00	EDUCAÇÃO - ITR - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	8.682,19		
4.1.7.1.8.01.5.1.02.00.00	Dedução da receita para formação do FUNDEB - ITR - Imposto Sobre a Propriedade Territorial Ru	-6.945,75		
4.1.7.1.8.01.5.1.03.00.00	SAÚDE - ITR - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	5.209,31		
4.1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	605.437,88		
4.1.7.1.8.02.2.0.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	23.162,50		
4.1.7.1.8.02.2.1.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	23.162,50		
4.1.7.1.8.02.3.0.00.00.00	Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	3.472,88		
4.1.7.1.8.02.3.1.00.00.00	Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89 - Princ	3.472,88		
4.1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	578.812,50		
4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	578.812,50		
4.1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Custeio das Ações e Serviços Públicc	10.820.512,49		
4.1.7.1.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica	10.820.512,49		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica - Principal	10.820.512,49		
4.1.7.1.8.03.1.1.09.00.00	PAB - Custeio Atenção Primária em Saúde	368.124,75		
4.1.7.1.8.03.1.1.19.00.00	PAB - Piso de Atenção Básica Fixo - (PAB FIXO)	10.452.387,74		

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE		26.406.787,50	269.847.901,86	0,00	295.389.689,36
Órgão: 21.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL		0,00	4.305.450,00	0,00	4.305.450,00
Unidade: 21.01 SM de Defesa Social		0,00	4.305.450,00	0,00	4.305.450,00
14	Direitos da Cidadania		4.198.950,00		4.198.950,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		4.198.950,00		4.198.950,00
14.422.0016	FAZENDA MAIS SEGURA		4.198.950,00		4.198.950,00
14.422.0016.2.104	Manutenção das Atividades da SM de Defesa Social		998.950,00		998.950,00
Órgão: 22.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		401.000,00	9.093.720,04	0,00	9.494.720,04
Unidade: 22.01 SM de Meio Ambiente		401.000,00	9.093.720,04	0,00	9.494.720,04
15	Urbanismo	401.000,00	1.035.479,38		1.436.479,38
15.452	Serviços Urbanos	401.000,00	1.035.479,38		1.436.479,38
15.452.0017	FAZENDA MAIS VERDE	401.000,00	1.035.479,38		1.436.479,38
15.452.0017.1.016	Ampliação e Reforma da Capela Mortuária do Cemitério Municipal	401.000,00			401.000,00
15.452.0017.2.107	Manutenção da Folha de Pagamento do Cemitério Municipal		184.000,00		184.000,00
15.452.0017.2.108	Manutenção do Cemitério Municipal		63.669,38		63.669,38
15.452.0017.2.110	Manutenção de Praças Parques e Jardins		732.450,00		732.450,00
15.452.0017.2.111	Manutenção do Programa Troca Verde		55.140,00		55.140,00
18	Gestão Ambiental		7.573.240,66		7.573.240,66
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		5.731.266,91		5.731.266,91
18.541.0017	FAZENDA MAIS VERDE		5.731.266,91		5.731.266,91
18.541.0017.2.109	Manutenção do Sistema de Limpeza Publica		5.731.266,91		5.731.266,91
18.542	Controle Ambiental		1.841.973,75		1.841.973,75
18.542.0017	FAZENDA MAIS VERDE		1.841.973,75		1.841.973,75
18.542.0017.2.105	Manutenção da Folha de Pagamento da SM de Meio Ambiente		1.462.875,75		1.462.875,75
18.542.0017.2.125	Manutenção das Atividades de Meio Ambiente		379.098,00		379.098,00
28	Encargos Especiais		485.000,00		485.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna		485.000,00		485.000,00
28.843.0017	FAZENDA MAIS VERDE		485.000,00		485.000,00
28.843.0017.2.112	Parcelamento Consorcio Lixo		485.000,00		485.000,00
Órgão: 23.00 SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO		0,00	2.902.262,50	0,00	2.902.262,50
Unidade: 23.01 SM do Trabalho		0,00	2.902.262,50	0,00	2.902.262,50
11	Trabalho		2.902.262,50		2.902.262,50
11.334	Fomento ao Trabalho		2.902.262,50		2.902.262,50
11.334.0018	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR		2.902.262,50		2.902.262,50
11.334.0018.2.113	Manutenção da Folha de Pagamento da SM do Trabalho		1.819.912,50		1.819.912,50

PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE		25.406.787,50	269.847.901,86	0,00	295.389.689,36
Órgão: 17.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		899.500,00	12.076.608,88	0,00	12.976.108,88
Unidade: 17.05 Blocos de Investimentos		899.500,00	0,00	0,00	899.500,00
08	Assistência Social	899.500,00			899.500,00
08.244	Assistência Comunitária	899.500,00			899.500,00
08.244.0011	ASSISTENCIA SOCIAL - DIREITO DE TODOS	899.500,00			899.500,00
08.244.0011.1.009	Ampliação e Reforma do Cras e Creas	100.000,00			100.000,00
08.244.0011.1.022	Construção do Centro POP	449.500,00			449.500,00
Órgão: 18.00 FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO		0,00	5.209.505,00	0,00	5.209.505,00
Unidade: 18.01 Fundo Municipal de Trânsito		0,00	5.209.505,00	0,00	5.209.505,00
26	Transporte		5.209.505,00		5.209.505,00
26.782	Transporte Rodoviário		5.209.505,00		5.209.505,00
26.782.0015	TRANSITO MAIS SEGURO		5.209.505,00		5.209.505,00
26.782.0015.2.097	Manutenção da Folha de Pagamento do FAZTRANS		1.341.365,00		1.341.365,00
26.782.0015.2.098	Manutenção do FAZTRANS		3.868.140,00		3.868.140,00
Órgão: 20.00 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		0,00	934.413,63	0,00	934.413,63
Unidade: 20.01 Fundo Municipal de Habitação		0,00	934.413,63	0,00	934.413,63
16	Habitação		934.413,63		934.413,63
16.482	Habitação Urbana		934.413,63		934.413,63
16.482.0014	MORADIA COM QUALIDADE		934.413,63		934.413,63
16.482.0014.2.100	Manutenção da Folha de Pagamento da Gestão do Fundo Municipal de Habitação		405.168,75		405.168,75
16.482.0014.2.101	Manutenção do Controle Social do Fundo Municipal de Habitação		11.945,75		11.945,75
16.482.0014.2.102	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Habitação		517.299,13		517.299,13
Órgão: 21.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL		0,00	4.305.450,00	0,00	4.305.450,00
Unidade: 21.01 SM de Defesa Social		0,00	4.305.450,00	0,00	4.305.450,00
06	Segurança Pública		106.500,00		106.500,00
06.181	Policiamento		106.500,00		106.500,00
06.181.0016	FAZENDA MAIS SEGURA		106.500,00		106.500,00
06.181.0016.2.105	Convenio SESP		106.500,00		106.500,00
14	Direitos da Cidadania		4.198.950,00		4.198.950,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		4.198.950,00		4.198.950,00
14.422.0016	FAZENDA MAIS SEGURA		4.198.950,00		4.198.950,00
14.422.0016.2.103	Manutenção da Folha de Pagamento da SM de Defesa Social		3.200.000,00		3.200.000,00

PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Bloco Investimentos na Rede de Se	2.039.271,09		
4.1.7.1.8.04.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS destinados à Atenção Básica	2.039.271,09		
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS destinados à Atenção Básica _Prin	2.039.271,09		
4.1.7.1.8.04.1.1.01.00.00	Piso Básio Fixo (SUAS)	1.284.258,34		
4.1.7.1.8.04.1.1.03.00.00	Componente para Qualificação da Gestão - IGD-SUAS	54.035,16		
4.1.7.1.8.04.1.1.10.00.00	Componentes para Implantação de Ações e Serviços Bolsa Família	218.942,54		
4.1.7.1.8.04.1.1.13.00.00	Componentes para Implantação de Ações e Serviços Bolsa Família	482.035,05		
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	6.859.728,75		
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferência do Salário-Educação	5.355.000,00		
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferência do Salário-Educação - Principal	5.355.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferência Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	1.504.728,75		
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferência Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE -	1.504.728,75		
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferência dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		36.497.328,55	
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferência dos Estados - Específica E/M	36.497.329,55		
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	35.110.261,05		
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	25.873.464,80		
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	25.873.464,80		
4.1.7.2.8.01.1.1.01.00.00	LIVRE - Cota-Parte do ICMS - Principal	19.255.098,60		
4.1.7.2.8.01.1.1.02.00.00	EDUCAÇÃO - Cota-Parte do ICMS - Principal	8.022.957,75		
4.1.7.2.8.01.1.1.02.00.00	Dedução da receita para formação do FUNDEB - Cota parte do ICMS	-8.416.356,20		
4.1.7.2.8.01.1.1.03.00.00	SAÚDE - Cota-Parte do ICMS - Principal	4.813.774,65		
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	8.820.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	8.820.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.01.00.00	LIVRE - Cota-Parte do IPVA - Principal	6.615.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.02.00.00	EDUCAÇÃO - Cota-Parte do IPVA - Principal	2.756.250,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.02.00.00	Dedução da receita para formação do FUNDEB - Cota parte do IPVA	-2.205.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.03.00.00	SAÚDE - Cota-Parte do IPVA - Principal	1.653.750,00		
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	420.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	420.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.01.00.00	LIVRE - Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	316.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.02.00.00	EDUCAÇÃO - Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	131.250,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.02.00.00	Dedução da receita para formação do FUNDEB - Cota parte do IPI	-105.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.03.00.00	SAÚDE - Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	78.750,00		
4.1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	196.795,25		
4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	196.795,25		
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	11.576,00		

PMFAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 314
Ass

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 315
Ass

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	11.576,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo - Princi	11.576,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.01.00.00	FAF - INC. FINANC DE INV. PARA TRANSPORTE SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS - FONTE 1381	11.576,00		
4.1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras transferência dos Estados	1.375.492,50		
4.1.7.2.8.99.1.0.00.00.00	Outras transferência dos Estados	1.375.492,50		
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.00	Outras transferência dos Estados - Principal	1.375.492,50		
4.1.7.2.8.99.1.1.01.00.00	Programa Transporte Escolar Estadual - PETE	856.642,50		
4.1.7.2.8.99.1.1.02.00.00	Programa Estadual - PPAS II Centro POP - F. 1712	81.900,00		
4.1.7.2.8.99.1.1.03.00.00	FEAS PPA IV - F. 1770	31.500,00		
4.1.7.2.8.99.1.1.04.00.00	CEAS/PR - Deliberação 51/2016 - Expansão p/ Serv. Abordagem - F. 1941	94.500,00		
4.1.7.2.8.99.1.1.05.00.00	CEAS/PR - Deliberação 51/2016 - Expansão p/ Acolhimento Instituc. - F. 1942	40.950,00		
4.1.7.2.8.99.1.1.18.00.00	Repasse Programa Primeira Infância no SUAS Fonte 11726	270.000,00		
4.1.7.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferência de Instituições Privadas		711.500,00	
4.1.7.4.8.00.0.0.00.00.00	Transferência de Instituições Privadas - Específica E/M	711.500,00		
4.1.7.4.8.10.0.0.00.00.00	Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Anteriormente	711.500,00		
4.1.7.4.8.10.1.0.00.00.00	Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Anteriormente	711.500,00		
4.1.7.4.8.10.1.1.00.00.00	Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Anteriorment	711.500,00		
4.1.7.4.8.10.1.1.01.00.00	Convênio SANEPAR	472.500,00		
4.1.7.4.8.10.1.1.02.00.00	CONTRIBUIÇÕES E LEGADOS DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS - ECA/FMDCA Font	189.000,00		
4.1.7.4.8.10.1.1.03.00.00	Receita Fundo Municipal da Pessoa Idosa Fonte 11900	50.000,00		
4.1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferência de Outras Instituições Públicas		58.800.000,00	
4.1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferência de Outras Instituições Públicas - Específica E/M	58.800.000,00		
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de va	58.800.000,00		
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de v	58.800.000,00		
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de	58.800.000,00		
4.1.7.5.8.01.1.1.01.00.00	FUNDEB 60%	47.040.000,00		
4.1.7.5.8.01.1.1.02.00.00	FUNDEB 40%	11.760.000,00		
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		5.542.283,25	
4.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		4.748.152,50	
4.1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	4.748.152,50		
4.1.9.1.0.01.1.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	4.748.152,50		
4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	4.748.152,50		
4.1.9.1.0.01.1.1.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	4.725.000,00		
4.1.9.1.0.01.1.1.02.00.00	Multas por Auto de Infração	23.152,50		
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		1.157,62	
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	1.157,62		

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE		25.406.787,50	269.847.901,88	0,00	295.389.689,38
Órgão: 17.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		899.500,00	12.076.608,88	0,00	12.976.108,88
Unidade: 17.03 Bloco de Financiamento da Proteção Especial - AC		0,00	2.190.254,39	0,00	2.190.254,39
08	Assistência Social		2.190.254,39		2.190.254,39
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		405.143,76		405.143,76
08.243.0011	ASSISTENCIA SOCIAL - DIREITO DE TODOS		405.143,76		405.143,76
08.243.0011.6.005	Serviços de Acolhimento para Criança e Adolescente		405.143,76		405.143,76
08.244	Assistência Comunitária		1.785.110,63		1.785.110,63
08.244.0011	ASSISTENCIA SOCIAL - DIREITO DE TODOS		1.785.110,63		1.785.110,63
08.244.0011.2.084	Manutenção da Folha Pagamento da Proteção Social Especial Alta Compexidade		1.520.000,00		1.520.000,00
08.244.0011.2.085	Serviços de Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua		265.110,63		265.110,63
Unidade: 17.04 Componentes para Qualificação da Gestão		0,00	5.386.308,92	0,00	5.386.308,92
08	Assistência Social		5.386.308,92		5.386.308,92
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		813.160,38		813.160,38
08.243.0011	ASSISTENCIA SOCIAL - DIREITO DE TODOS		813.160,38		813.160,38
08.243.0011.6.007	Subvenções Sociais - Criança		232.525,00		232.525,00
08.243.0011.6.008	Manut da Folha de Pgto do Conselho Tutelar		360.000,00		360.000,00
08.243.0011.6.009	Manutenção do Conselho Tutelar		220.635,38		220.635,38
08.244	Assistência Comunitária		4.573.148,54		4.573.148,54
08.244.0011	ASSISTENCIA SOCIAL - DIREITO DE TODOS		4.573.148,54		4.573.148,54
08.244.0011.2.087	Manutenção da Folha de Pagamento Componentes para Qualificação da gestão		2.080.000,00		2.080.000,00
08.244.0011.2.088	Manutenção das Atividades da Gestão		927.872,32		927.872,32
08.244.0011.2.089	IGD PBF		224.570,95		224.570,95
08.244.0011.2.090	IGD-SUAS Qualificação da Gestão		54.035,16		54.035,16
08.244.0011.2.091	Manutenção das Atividades do Controle Social		42.209,32		42.209,32
08.244.0011.2.092	Manutenção do Armazem da Família		556.575,00		556.575,00
08.244.0011.2.093	Subvenções Sociais a Entidades		231.525,00		231.525,00
08.244.0011.2.094	Contrapartida Convênios		11.576,26		11.576,26
08.244.0011.2.095	Emergencias e Calamidades		347.287,50		347.287,50
08.244.0011.2.096	Manutenção dos Programas de Benefícios Eventual		97.497,03		97.497,03
Unidade: 17.05 Blocos de Investimentos		899.500,00	0,00	0,00	899.500,00
08	Assistência Social	899.500,00			899.500,00
08.244	Assistência Comunitária	899.500,00			899.500,00
08.244.0011	ASSISTENCIA SOCIAL - DIREITO DE TODOS	899.500,00			899.500,00
08.244.0011.1.008	Construção do CRAS	350.000,00			350.000,00

PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE		25.406.787,50	269.847.901,86	0,00	295.389.689,36
Órgão: 16.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		2.136.525,00	74.285.456,12	0,00	76.421.981,12
Unidade: 16.03 FUNDEB		0,00	58.800.000,00	0,00	58.800.000,00
12	Educação		58.800.000,00		58.800.000,00
12.361	Ensino Fundamental		58.800.000,00		58.800.000,00
12.361.0004	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		58.800.000,00		58.800.000,00
12.361.0004.2.075	Manutenção das Atividades do FUNDEB		2.616.349,91		2.616.349,91
Órgão: 17.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		899.500,00	12.076.608,88	0,00	12.976.108,88
Unidade: 17.01 Bloco do Financiamento da proteção Básica		0,00	2.968.470,52	0,00	2.968.470,52
08	Assistência Social		2.968.470,52		2.968.470,52
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		574.782,33		574.782,33
08.243.0011	ASSISTENCIA SOCIAL - DIREITO DE TODOS		574.782,33		574.782,33
08.243.0011.6.001	Serviços de Convivencia e Fortalecimento de Vinculos		479.286,37		479.286,37
08.243.0011.6.002	Benefícios e Prestação Continuada na Escola		5.058,83		5.058,83
08.243.0011.6.003	AEPETI - Ações Estrategicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil		90.437,13		90.437,13
08.244	Assistência Comunitária		2.393.688,19		2.393.688,19
08.244.0011	ASSISTENCIA SOCIAL - DIREITO DE TODOS		2.393.688,19		2.393.688,19
08.244.0011.2.077	Manutenção da Folha de Pagamento da Proteção Social Basica		1.530.000,00		1.530.000,00
08.244.0011.2.078	Serviços de Proteção Atendimento Integral a Familia		786.771,56		786.771,56
08.244.0011.2.079	Manutenção do Projeto Amigos da Melhor Idade		20.916,63		20.916,63
08.244.0011.2.147	SEMANA DA MATURIDADE		56.000,00		56.000,00
Unidade: 17.02 Bloco do Financiamento da Proteção Especial - MC		0,00	1.531.575,05	0,00	1.531.575,05
08	Assistência Social		1.531.575,05		1.531.575,05
08.242	Assistência ao Portador de Deficiência		14.552,07		14.552,07
08.242.0011	ASSISTENCIA SOCIAL - DIREITO DE TODOS		14.552,07		14.552,07
08.242.0011.2.083	Serviços de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiencia e Idosos		14.552,07		14.552,07
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		42.139,55		42.139,55
08.243.0011	ASSISTENCIA SOCIAL - DIREITO DE TODOS		42.139,55		42.139,55
08.243.0011.6.004	Serv de Proteção Social a Adolec em Cumprimento de Medidas Socieducativas de L.A. e Prest S		42.139,55		42.139,55
08.244	Assistência Comunitária		1.474.883,43		1.474.883,43
08.244.0011	ASSISTENCIA SOCIAL - DIREITO DE TODOS		1.474.883,43		1.474.883,43
08.244.0011.2.080	Manutenção da Folha de Pagamento da Proteção Social Especial		880.000,00		880.000,00
08.244.0011.2.081	Serviços de Proteção e Atend Especializado a Familia e Individuos - PAE		136.020,94		136.020,94
08.244.0011.2.082	Serviços Especializados para Pessoas em Situação de Rua		458.862,49		458.862,49

PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	1.157,62		
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	1.157,62		
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	1.157,62		
4.1.9.2.2.99.1.1.03.00.00	Restituições por pagamentos indevidos	1.157,62		
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes		792.973,13	
4.1.9.9.0.12.0.0.00.00.00	Encargos Legais pela Inscrição em Divida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	445.685,63		
4.1.9.9.0.12.1.0.00.00.00	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa	445.685,63		
4.1.9.9.0.12.1.1.00.00.00	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal	445.685,63		
4.1.9.9.0.12.1.1.01.00.00	Honorários de Sucumbência de Ações Judiciais - fonte 1008	445.685,63		
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	347.287,50		
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	347.287,50		
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primérias - Principal	347.287,50		
4.1.9.9.0.99.1.1.01.00.00	Outras receitas primarias	347.287,50		
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital			20.231.262,50
4.2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito		20.000.000,00	
4.2.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno		20.000.000,00	
4.2.1.1.9.00.0.0.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	20.000.000,00		
4.2.1.1.9.00.1.0.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	20.000.000,00		
4.2.1.1.9.00.1.1.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	20.000.000,00		
4.2.1.1.9.00.1.1.01.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	20.000.000,00		
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens		10.500,00	
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis		10.500,00	
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	10.500,00		
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	10.500,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	3.150,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.01.00.00	Alieneção de Bens Móveis - Recursos do FUNDEB	3.150,00		
4.2.2.1.3.00.1.4.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Divida Ativa - Multas e Juros	7.350,00		
4.2.2.1.3.00.1.4.02.00.00	Alieneção de Bens Móveis - Recursos da Saúde	2.100,00		
4.2.2.1.3.00.1.4.03.00.00	Alieneção de Bens Móveis - Recursos não Vinculados	5.250,00		
4.2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferência de Capital		220.762,50	
4.2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferência dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		220.762,50	
4.2.4.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas Entidades	220.762,50		
4.2.4.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	105.000,00		
4.2.4.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	105.000,00		
4.2.4.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Principal	105.000,00		
4.2.4.2.8.03.1.1.01.00.00	Estruturação da Rede de Atenção Basica de Saúde	105.000,00		

Folha Nº 316
PMFAZENDA RIO GRANDE
Ass

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 317
Ass

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.2.4.2.8.03.1.1.01.01.00	Estrutur Rede Atenção Basica Saude - F 1518	105.000,00		
4.2.4.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência do convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	115.762,50		
4.2.4.2.8.10.1.0.00.00.00	Transferência de convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS	115.762,50		
4.2.4.2.8.10.1.1.00.00.00	Transferência de convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal	115.762,50		
4.2.4.2.8.10.1.1.02.00.00	Programa Estadual VIAGIASUS - Resolução 22/2015	115.762,50		
			Total das receitas:	269.430.310,61
			Total por entidade:	269.430.310,61
Entidade: 2 - INSTITUTO DE PREV. MUN. DE FAZENDA RIO GRANDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes			
4.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições			25.959.378,75
4.1.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições Sociais		20.418.297,50	
4.1.2.1.0.04.0.0.00.00.00	Contribuição do Servidor Ativo		20.418.297,50	
4.1.2.1.0.04.1.1.00.00.00	Contribuições Sociais	20.418.297,50		
4.1.2.1.0.04.1.1.01.00.00	Contribuições do Servidor Ativo	19.548.427,50		
4.1.2.1.0.04.3.1.00.00.00	Contribuições do Servidor Inativo	19.548.427,50		
4.1.2.1.0.04.4.1.00.00.00	Contribuições do Servidor Pensionista	642.120,00		
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	227.750,00		
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		5.406.576,25	
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias		5.406.576,25	
4.1.3.2.1.00.4.1.00.00.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de previdência Social - RPPS - Principal	5.406.576,25		
4.1.3.2.1.00.4.1.01.00.00	Rendimentos de Aplicação Financeira - Vinculado	5.406.576,25		
4.1.3.2.1.00.4.1.02.00.00	Rendimentos de Aplicação Financeira - Ações	5.240.000,00		
4.1.3.2.1.00.4.1.03.00.00	Rendimentos de Aplicação Imobiliárias	75.000,00		
4.1.3.2.1.00.4.1.04.00.00	Rendimentos de Aplicação Financeira - Comp. Financeira	11.576,25		
4.1.3.2.1.00.4.1.05.00.00	Rendimentos de Aplicação Financeira - Taxa de Adm	70.000,00		
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	10.000,00		
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		134.505,00	
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições		2.205,00	
4.1.9.2.2.06.0.0.00.00.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	2.205,00		
4.1.9.2.2.06.1.1.00.00.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	2.205,00		
4.1.9.2.2.06.1.1.01.00.00	Ressarcimento Folha de Pagamento - vinculados	2.205,00		
4.1.9.2.2.06.1.1.02.00.00	Ressarcimento Folha de Pagamento - Administrativos	1.102,50		
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	1.102,50		
4.1.9.9.0.03.0.0.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de previdência dos Servidor	132.300,00	132.300,00	

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE		25.406.787,50	259.847.901,86	0,00	285.389.689,36
Órgão: 15.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		792.000,00	49.263.598,83	0,00	50.055.598,83
Unidade: 15.05 Bloco da Média e Alta Complexidade		0,00	27.855.536,36	0,00	27.855.536,36
10	Saúde				
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		27.855.536,36		27.855.536,36
10.302.0003	MAIS SAÚDE		27.855.536,36		27.855.536,36
10.302.0003.2.064	Manutenção das Atividades - Bloco de Media e Alta Complexidade - CAPS		27.855.536,36		27.855.536,36
10.302.0003.2.139	Manutenção Folha Hospital e Maternidade N S Aparecida		426.153,70		426.153,70
			97.778,75		97.778,75
Órgão: 16.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
Unidade: 16.01 Manutenção do Ensino Fundamental		2.136.525,00	74.285.456,12	0,00	76.421.981,12
		2.136.525,00	7.832.133,75	0,00	9.968.658,75
12	Educação				
12.361	Ensino Fundamental	2.136.525,00	7.832.133,75		9.968.658,75
12.361.0004	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA	2.136.525,00	7.727.947,50		9.864.472,50
12.361.0004.1.008	Contrução e Ampliação de Unidades Escolares	2.136.525,00	7.727.947,50		9.864.472,50
12.361.0004.2.065	Manutenção do Salário Educação				2.136.525,00
12.361.0004.2.067	Subvenções Sociais - Entidades Educacionais		5.355.000,00		5.355.000,00
12.361.0004.2.068	Manutenção do Pete		11.576,25		11.576,25
12.361.0004.2.069	Manutenção do Programa de Merenda Escolar		856.642,50		856.642,50
12.361.0004.2.071	Manutenção do Programa PNAT		1.470.000,00		1.470.000,00
12.367	Educação Especial		34.726,75		34.726,75
12.367.0004	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		104.166,25		104.166,25
12.367.0004.2.066	Subvenções Sociais - APAE		104.166,25		104.166,25
			104.166,25		104.166,25
Unidade: 16.02 Manutenção da Educação Infantil		0,00	7.653.322,37	0,00	7.653.322,37
12	Educação				
12.365	Educação Infantil		7.653.322,37		7.653.322,37
12.365.0004	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		7.653.322,37		7.653.322,37
12.365.0004.2.070	Manutenção da Educação Infantil		7.653.322,37		7.653.322,37
12.365.0004.2.073	Manutenção da Folha de Pagamento da Educação Infantil		4.646.305,82		4.646.305,82
			3.007.016,55		3.007.016,55
Unidade: 16.03 FUNDEB		0,00	58.800.000,00	0,00	58.800.000,00
12	Educação				
12.361	Ensino Fundamental		58.800.000,00		58.800.000,00
12.361.0004	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		58.800.000,00		58.800.000,00
12.361.0004.2.074	Manutenção da Folha de Pagamento do FUNDEB		58.800.000,00		58.800.000,00
			58.183.650,09		58.183.650,09

PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE		25.406.787,50	269.847.901,86	0,00	295.389.689,36
Órgão: 15.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		792.000,00	49.263.598,83	0,00	50.055.598,83
Unidade: 15.02 Bloco da Atenção Básica		242.000,00	13.869.964,79	0,00	14.111.964,79
10	Saúde	242.000,00	13.869.964,79		14.111.964,79
10.301	Atenção Básica	242.000,00	13.869.964,79		14.111.964,79
10.301.0003	MAIS SAÚDE	242.000,00	13.869.964,79		14.111.964,79
10.301.0003.1.013	Manutenção e Reforma de Unidades de Saúde	242.000,00			242.000,00
10.301.0003.2.053	Manutenção da Folha de Pagamento - Bloco da Gestão Básica		9.811.817,16		9.811.817,16
10.301.0003.2.054	Manutenção das Atividades - Bloco da Gestão Básica		4.058.147,63		4.058.147,63
Unidade: 15.03 Bloco da Vigilância em Saúde		0,00	1.119.599,42	0,00	1.119.599,42
10	Saúde		1.119.599,42		1.119.599,42
10.122	Administração Geral		50.000,00		50.000,00
10.122.0003	MAIS SAÚDE		50.000,00		50.000,00
10.122.0003.2.148	Enfrentamento a Emergência		50.000,00		50.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		1.069.599,42		1.069.599,42
10.305.0003	MAIS SAÚDE		1.069.599,42		1.069.599,42
10.305.0003.2.055	Manutenção da Folha de Pagamento - Bloco de Vigilância em Saúde		505.186,06		505.186,06
10.305.0003.2.056	Manutenção das Atividades - Bloco de Vigilância em Saúde		564.413,36		564.413,36
Unidade: 15.04 Bloco da Assistência Farmaceutica		0,00	2.543.235,57	0,00	2.543.235,57
10	Saúde		2.543.235,57		2.543.235,57
10.301	Atenção Básica		2.543.235,57		2.543.235,57
10.301.0003	MAIS SAÚDE		2.543.235,57		2.543.235,57
10.301.0003.2.057	Manutenção da Folha de Pagamento - Bloco de Assistencia Farmaceutica		442.647,17		442.647,17
10.301.0003.2.058	Manutenção das Atividades - Bloco de Assistência Farmaceutica		2.100.588,40		2.100.588,40
Unidade: 15.05 Bloco da Média e Alta Complexidade		0,00	27.855.536,36	0,00	27.855.536,36
10	Saúde		27.855.536,36		27.855.536,36
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		27.855.536,36		27.855.536,36
10.302.0003	MAIS SAÚDE		27.855.536,36		27.855.536,36
10.302.0003.2.059	Manutenção da Folha de Pagamento - Bloco de Media e Alta Complexidade - Hospital Municipal		8.978.469,28		8.978.469,28
10.302.0003.2.060	Manutenção da Folha de Pagamento - Bloco de Media e Alta Complexidade - UPA e SAMU		6.080.879,30		6.080.879,30
10.302.0003.2.061	Manutenção da Folha de Pagamento - Bloco de Media e Alta Complexidade - CAPS		988.993,43		988.993,43
10.302.0003.2.062	Manutenção das Atividades - Bloco de Média e Alta Complexidade - Hospital Municipal		4.298.486,98		4.298.486,98
10.302.0003.2.063	Manutenção das Atividades - Bloco de Média e Alta Complexidade - UPA E SAMU		4.984.774,94		4.984.774,94

PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 2 - INSTITUTO DE PREV. MUN. DE FAZENDA RIO GRANDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.9.0.03.1.1.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de previdência dos Servid	132.300,00		

Total das receitas:	25.959.378,75
Total por entidade:	25.959.378,75
Total geral:	295.389.689,36

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 318
Ass

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			238.140.160,57
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		142.923.323,14	
3.1.50.00.00.00.00.00	TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS		182.763,69	
3.1.50.43.00.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	182.763,69		
3.1.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		128.809.629,41	
3.1.90.01.00.00.00.00	APOSENT. DO RPPS, RESERVA REMUN. E REFORM MILITAR	4.680.000,00		
3.1.90.03.00.00.00.00	PENSÕES, EXCLUSIVE DO RGPS	1.625.000,00		
3.1.90.05.00.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	37.050,00		
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	109.674.995,93		
3.1.90.13.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.689.114,72		
3.1.90.16.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	4.111.349,59		
3.1.90.91.00.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	22.050,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4.790.069,17		
3.1.91.00.00.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECOR. OPER. ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS		13.930.930,04	
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	13.930.930,04		
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		2.635.800,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		2.635.800,00	
3.2.90.21.00.00.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	2.635.800,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		92.681.037,43	
3.3.30.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL		7.505,00	
3.3.30.93.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.505,00		
3.3.50.00.00.00.00.00	TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS		1.017.312,41	
3.3.50.41.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES	284.311,25		
3.3.50.43.00.00.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	733.001,16		
3.3.71.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		1.015.133,62	
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	1.015.133,62		
3.3.72.00.00.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAM. DELEGADA A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		1.630.000,00	
3.3.72.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.630.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		88.983.433,81	
3.3.90.14.00.00.00.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	601.623,17		
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	18.283.071,61		
3.3.90.31.00.00.00.00	PREM. CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍF, DESPORT.	179.500,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIB. GRATUITA	2.042.787,50		
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	4.496.078,28		
3.3.90.35.00.00.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	27.500,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	7.053.192,02		
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	39.930.194,26		
3.3.90.40.00.00.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	2.891.930,43		
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	8.876.294,74		

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 319
Ass

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE		25.406.787,50	269.847.901,86	0,00	295.389.689,36
Órgão: 13.00 INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNIC. FAZENDA RIO GRANDE		80.000,00	26.748.378,75	0,00	26.828.378,75
Unidade: 13.01 FAZPREV		80.000,00	26.748.378,75	0,00	26.828.378,75
04	Administração	80.000,00	800.102,50		880.102,50
04.122	Administração Geral	80.000,00	800.102,50		880.102,50
04.122.0013	PREVIDENCIA MUNICIPAL	80.000,00	800.102,50		880.102,50
04.122.0013.1.004	Aquisição de Bens Móveis	70.000,00			70.000,00
04.122.0013.1.005	Construção Sede do FAZPREV	10.000,00			10.000,00
04.122.0013.2.045	Manutenção das Atividades do FAZPREV		800.102,50		800.102,50
09	Previdência Social		6.421.600,00		6.421.600,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário		6.421.600,00		6.421.600,00
09.272.0013	PREVIDENCIA MUNICIPAL		6.421.600,00		6.421.600,00
09.272.0013.2.048	Manutenção da Folha de Pagamento de Benefícios		6.421.600,00		6.421.600,00
99	Reserva de Contingência		19.526.676,25		19.526.676,25
99.999	Reserva de Contingência		19.526.676,25		19.526.676,25
99.999.0013	PREVIDENCIA MUNICIPAL		19.526.676,25		19.526.676,25
99.999.0013.2.047	Reserva de Contingências do FAZPREV		19.526.676,25		19.526.676,25
Órgão: 14.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS		0,00	1.579.933,16	0,00	1.579.933,16
Unidade: 14.01 SM de Planejamento e Finanças		0,00	1.579.933,16	0,00	1.579.933,16
04	Administração		1.579.933,16		1.579.933,16
04.123	Administração Financeira		1.579.933,16		1.579.933,16
04.123.0002	GOVERNANÇA E TRANSPARENCIA		1.579.933,16		1.579.933,16
04.123.0002.2.048	Manutenção da Folha de Pagamento da SM de Planejamento e Finanças		1.392.500,00		1.392.500,00
04.123.0002.2.049	Manutenção das Atividades da SM de Planejamento e Finanças		187.433,16		187.433,16
Órgão: 15.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		792.000,00	49.263.698,83	0,00	50.055.698,83
Unidade: 15.01 Bloco da Gestão Administrativa		550.000,00	3.875.262,69	0,00	4.425.262,69
10	Saúde	550.000,00	3.875.262,69		4.425.262,69
10.301	Atenção Básica	550.000,00	3.875.262,69		4.425.262,69
10.301.0003	MAIS SAÚDE	550.000,00	3.875.262,69		4.425.262,69
10.301.0003.1.023	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO (ONIBUS TRATAMENTO HEMODIÁLISE)	550.000,00			550.000,00
10.301.0003.2.050	Manutenção da Folha de Pagamento - Bloco da Gestão ADM		1.644.118,05		1.644.118,05
10.301.0003.2.051	Manutenção das Atividades - Bloco da Gestão ADM		1.462.481,64		1.462.481,64
10.301.0003.2.150	Consórcios Públicos		768.663,00		768.663,00

PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE		25.406.787,50	269.847.901,86	0,00	295.389.689,36
Órgão: 08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS		20.686.762,50	8.068.526,63	0,00	28.755.289,13
Unidade: 08.01 SM de Obras Públicas		20.686.762,50	8.068.526,63	0,00	28.755.289,13
15	Urbanismo	20.686.762,50	8.068.526,63		28.755.289,13
15.452	Serviços Urbanos		5.024.911,63		5.024.911,63
15.452.0010	MAIS OBRAS		5.024.911,63		5.024.911,63
15.452.0010.2.034	Manutenção das Atividades da SM de Obras Publicas		1.109.411,63		1.109.411,63
Órgão: 09.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO		0,00	12.707.097,11	0,00	12.707.097,11
Unidade: 09.01 SM de Urbanismo		0,00	12.707.097,11	0,00	12.707.097,11
15	Urbanismo		12.707.097,11		12.707.097,11
15.451	Infra-Estrutura Urbana		1.421.597,11		1.421.597,11
15.451.0010	MAIS OBRAS		1.421.597,11		1.421.597,11
15.451.0010.2.137	Manutenção do Fundo Municipal de Politicas Urbanas		1.421.597,11		1.421.597,11
15.452	Serviços Urbanos		11.285.500,00		11.285.500,00
15.452.0010	MAIS OBRAS		11.285.500,00		11.285.500,00
15.452.0010.2.037	Manutenção da Folha de Pagamento da SM Urbanismo		1.765.500,00		1.765.500,00
15.452.0010.2.038	Manutenção das Atividades da SM de Urbanismo		1.982.000,00		1.982.000,00
15.452.0010.2.039	Manutenção do Sistema de Iluminação Publica		6.486.137,50		6.486.137,50
15.452.0010.2.040	Manutenção da Folha de Pagamento do Sistema Iluminação Publica		1.041.862,50		1.041.862,50
15.452.0010.2.149	Manutenção do Terminal de Transporte Coletivo e Pontos de Ônibus		10.000,00		10.000,00
Órgão: 10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	151.937,76	0,00	151.937,76
Unidade: 10.01 SM de Assistência Social		0,00	151.937,76	0,00	151.937,76
08	Assistência Social		151.937,76		151.937,76
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		151.937,76		151.937,76
08.243.0011	ASSISTENCIA SOCIAL - DIREITO DE TODOS		151.937,76		151.937,76
08.243.0011.2.042	Manutenção da Folha de Pagamento da SM de Assistência Social		151.937,76		151.937,76
Órgão: 11.00 FUNREBOM		0,00	210.000,00	0,00	210.000,00
Unidade: 11.01 FUNREBOM		0,00	210.000,00	0,00	210.000,00
06	Segurança Pública		210.000,00		210.000,00
06.182	Defesa Civil		210.000,00		210.000,00
06.182.0012	FUNREBOM		210.000,00		210.000,00
06.182.0012.2.044	Manutenção do FUNREBOM		210.000,00		210.000,00

PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.90.47.00.00.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.585.437,88		
3.3.90.48.00.00.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	85.000,00		
3.3.90.49.00.00.00.00	AUXÍLIO-TRANSPORTE	1.995.302,85		
3.3.90.91.00.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	376.500,00		
3.3.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.900,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	504.620,87		
3.3.90.96.00.00.00.00	COMPENSAÇÕES AO RGPS	62.500,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECOR. OPER. ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS		27.652,79	
3.3.91.34.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	27.652,79		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			37.567.852,54
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		32.022.177,54	
4.4.22.00.00.00.00.00	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA À UNIÃO		211.000,00	
4.4.22.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	211.000,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		31.811.177,54	
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	26.472.975,63		
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.104.003,44		
4.4.90.61.00.00.00.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	200.948,47		
4.4.90.91.00.00.00.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	33.250,00		
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		5.565.675,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		5.565.675,00	
4.6.90.71.00.00.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	5.565.675,00		
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			19.681.676,25
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		19.681.676,25	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA		19.681.676,25	
9.9.99.99.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.681.676,25		
			Total das despesas:	295.389.689,36
			Total da entidade:	295.389.689,36
			Total geral:	295.389.689,36

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 32
Ass

Estado do Paraná

PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021

Quadro Discriminativo das Receitas e Respectivas Legislações - Consolidada

Seleção: Emitir somente as contas com valor

Conta	Descrição	Valor Estimado
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas	
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes	300.266.388,81
4.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	76.395.658,77
4.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Impostos	61.845.000,00
4.1.1.1.3.00.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	8.820.000,00
4.1.1.1.3.03.0.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	8.820.000,00
4.1.1.1.3.03.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	8.820.000,00
4.1.1.1.3.03.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	8.820.000,00
4.1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Poder Executivo	8.820.000,00
4.1.1.1.3.03.1.1.01.01.00	LIVRE - IRRF - Poder Executivo	5.292.000,00
4.1.1.1.3.03.1.1.01.02.00	EDUCAÇÃO - IRRF - Poder Executivo	2.205.000,00
4.1.1.1.3.03.1.1.01.03.00	SAÚDE - IRRF - Poder Executivo	1.323.000,00
4.1.1.1.8.00.0.0.00.00.00	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	53.025.000,00
4.1.1.1.8.01.0.0.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	38.535.000,00
4.1.1.1.8.01.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	28.350.000,00
4.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	28.350.000,00
4.1.1.1.8.01.1.1.01.00.00	LIVRE - IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	17.010.000,00
4.1.1.1.8.01.1.1.02.00.00	EDUCAÇÃO - IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	7.087.500,00
4.1.1.1.8.01.1.1.03.00.00	SAÚDE - IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	4.252.500,00
4.1.1.1.8.01.4.0.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Im	10.185.000,00
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre I	10.185.000,00
4.1.1.1.8.01.4.1.01.00.00	LIVRE - ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	6.111.000,00
4.1.1.1.8.01.4.1.02.00.00	EDUCAÇÃO - ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	2.546.250,00
4.1.1.1.8.01.4.1.03.00.00	SAÚDE - ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	1.527.750,00
4.1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços	14.490.000,00
4.1.1.1.8.02.3.0.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	14.490.000,00
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	14.490.000,00
4.1.1.1.8.02.3.1.01.00.00	LIVRE - ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	8.694.000,00
4.1.1.1.8.02.3.1.02.00.00	EDUCAÇÃO - ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.622.500,00
4.1.1.1.8.02.3.1.03.00.00	SAÚDE - ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2.173.500,00
4.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	13.525.658,77
4.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	4.976.023,73
4.1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	4.976.023,73
4.1.1.2.1.01.1.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	4.976.023,73
4.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	4.209.523,73
4.1.1.2.1.01.1.1.01.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	226.000,00
4.1.1.2.1.01.1.1.02.00.00	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e	703.500,00
4.1.1.2.1.01.1.1.03.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	1.514.997,50
4.1.1.2.1.01.1.1.04.00.00	Taxa de Fiscalização de Urbanismo	21.000,00
4.1.1.2.1.01.1.1.05.00.00	Taxa do Fundo Municipal de Políticas Públicas	1.523.526,23
4.1.1.2.1.01.1.1.06.00.00	Taxa de Combate a Incêndio - FUNREBOM	210.000,00
4.1.1.2.1.01.1.1.07.00.00	Taxa de Utilização de Bens de Domínio Público	10.500,00
4.1.1.2.1.01.1.2.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	94.500,00
4.1.1.2.1.01.1.2.01.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	10.500,00
4.1.1.2.1.01.1.2.02.00.00	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e	10.500,00
4.1.1.2.1.01.1.2.03.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	73.500,00
4.1.1.2.1.01.1.3.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	451.500,00
4.1.1.2.1.01.1.3.01.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	10.500,00
4.1.1.2.1.01.1.3.02.00.00	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e	441.000,00
4.1.1.2.1.01.1.4.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	220.500,00
4.1.1.2.1.01.1.4.01.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	21.000,00
4.1.1.2.1.01.1.4.02.00.00	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e	199.500,00
4.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela prestação de Serviços	8.549.635,04
4.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela prestação de Serviços	8.549.635,04
4.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela prestação de Serviços	8.549.635,04
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Taxas pela prestação de Serviços - Principal	8.468.026,86
4.1.1.2.2.01.1.1.01.00.00	Taxa de Cemitérios	248.889,38
4.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Taxa de Limpeza Pública	7.987.612,50
4.1.1.2.2.01.1.1.03.00.00	Taxa de Serviços do Meio Ambiente	57.881,23
4.1.1.2.2.01.1.1.04.00.00	Taxa de Serviços de Patrulha Mecanizada	173.643,75

Estado do Paraná

PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE		25.406.787,50	269.847.901,86	0,00	295.359.689,36
Órgão: 06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO		0,00	1.201.350,00	0,00	1.201.350,00
Unidade: 06.01 SM de Governo		0,00	1.201.350,00	0,00	1.201.350,00
04	Administração		1.201.350,00		1.201.350,00
04.122	Administração Geral		1.191.350,00		1.191.350,00
04.122.0002	GOVERNANÇA E TRANSPARENCIA		1.191.350,00		1.191.350,00
04.122.0002.2.026	Manutenção da Folha de Pagamento da SM de Governo		1.025.000,00		1.025.000,00
04.122.0002.2.027	Manutenção das Atividades da SM de Governo		166.350,00		166.350,00
04.131	Comunicação Social		10.000,00		10.000,00
04.131.0002	GOVERNANÇA E TRANSPARENCIA		10.000,00		10.000,00
04.131.0002.2.028	Manutenção de Ações Institucionais		10.000,00		10.000,00
Órgão: 07.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		0,00	1.662.037,50	0,00	1.662.037,50
Unidade: 07.01 SM do Desenvolvimento Econômico		0,00	1.662.037,50	0,00	1.662.037,50
20	Agricultura		134.500,00		134.500,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária		134.500,00		134.500,00
20.608.0009	FAZENDA ORGÂNICA		134.500,00		134.500,00
20.608.0009.2.031	Manutenção de Programas de Apoio ao Agricultor Familiar		100.000,00		100.000,00
20.608.0009.2.032	Manutenção do Programa de Distribuição de Calcário		34.500,00		34.500,00
22	Indústria		1.427.537,50		1.427.537,50
22.661	Promoção Industrial		1.427.537,50		1.427.537,50
22.661.0009	DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL		1.427.537,50		1.427.537,50
22.661.0009.2.029	Manutenção da Folha de Pagamento da SM de Desenvolvimento Econômico		1.266.300,00		1.266.300,00
22.661.0009.2.030	Manutenção das Atividades da SM de Desenvolvimento Econômico		161.237,50		161.237,50
Órgão: 08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS		20.686.762,50	8.068.526,63	0,00	28.755.289,13
Unidade: 08.01 SM de Obras Públicas		20.686.762,50	8.068.526,63	0,00	28.755.289,13
15	Urbanismo	20.686.762,50	8.068.526,63		28.755.289,13
15.451	Infra-Estrutura Urbana	20.686.762,50	3.043.615,00		23.730.377,50
15.451.0010	MAIS OBRAS	20.686.762,50	3.043.616,00		23.730.377,50
15.451.0010.1.003	Pavimentação de Vias Urbanas	20.686.762,50			20.686.762,50
15.451.0010.2.035	Manutenção da Malha Viária Municipal		2.248.500,00		2.248.500,00
15.451.0010.2.036	Manutenção do Sistema Micro e Macro Drenagem		794.115,00		794.115,00
15.452	Serviços Urbanos		5.024.911,63		5.024.911,63
15.452.0010	MAIS OBRAS		5.024.911,63		5.024.911,63
15.452.0010.2.033	Manutenção da Folha de Pagamento da SM de Obras Publicas		3.915.500,00		3.915.500,00
15.452.0010.2.034	Manutenção das Atividades da SM de Obras Publicas		1.109.411,63		1.109.411,63

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 321 Ass

PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE		26.406.787,50	269.647.901,86	0,00	296.389.689,36
Órgão: 03.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	1.805.321,07	0,00	1.805.321,07
Unidade: 03.01 SM de Saúde		0,00	1.805.321,07	0,00	1.805.321,07
10	Saúde		1.805.321,07		1.805.321,07
10.301	Atenção Básica		1.805.321,07		1.805.321,07
10.301.0003	MAIS SAÚDE		1.805.321,07		1.805.321,07
10.301.0003.2.009	Manutenção das Atividades da SM de Saúde		1.075.882,37		1.075.882,37
10.301.0003.2.010	Programas do Conselho Municipal de Saúde		64.438,57		64.438,57
10.301.0003.2.011	Programas Conselho Municipal da Mulher		7.500,00		7.500,00
10.301.0003.2.012	COMESP		246.470,62		246.470,62
Órgão: 04.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	16.686.665,63	0,00	16.686.665,63
Unidade: 04.01 SM de Educação		0,00	16.686.665,63	0,00	16.686.665,63
12	Educação		16.686.665,63		16.686.665,63
12.361	Ensino Fundamental		16.686.665,63		16.686.665,63
12.361.0004	EDUCAÇÃO PARA CIDADANIA		16.686.665,63		16.686.665,63
12.361.0004.2.013	Manutenção da Folha de Pagamento da SM de Educação		9.459.597,00		9.459.597,00
12.361.0004.2.014	Manutenção das Atividades da SM de Educação		3.273.319,25		3.273.319,25
12.361.0004.2.015	Complementação do Programa de Alimentação Escolar		1.056.870,63		1.056.870,63
12.361.0004.2.016	Programa Distribuição de Kit e Uniforme Escolar		2.738.997,50		2.738.997,50
12.361.0004.2.017	Manutenção do Programa PROCONDEV		57.881,25		57.881,25
12.361.0004.2.163	Manutenção dos Programas CIPA escolar e PAE		100.000,00		100.000,00
Órgão: 05.00 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		0,00	2.483.650,00	0,00	2.483.650,00
Unidade: 05.01 Procuradoria Geral do Município		0,00	2.483.650,00	0,00	2.483.650,00
02	Judiciária		2.483.650,00		2.483.650,00
02.061	Ação Judiciária		2.483.650,00		2.483.650,00
02.061.0007	EFICIÊNCIA E REPUPERAÇÃO FISCAL		2.483.650,00		2.483.650,00
02.061.0007.2.025	Manutenção da Folha de Pagamento da PGM		2.342.150,00		2.342.150,00
02.061.0007.2.124	Manutenção das Atividades da PGM		141.500,00		141.500,00

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 324
Ass

Conta	Descrição	Valor Estimado
4.1.1.2.2.01.1.2.00.00.00	Taxas pela prestação do Serviços - Multas e Juros	2.315,24
4.1.1.2.2.01.1.2.01.00.00	Taxa de Cemitérios	578,81
4.1.1.2.2.01.1.2.02.00.00	Taxa do Limpeza Pública	578,81
4.1.1.2.2.01.1.2.03.00.00	Taxa do Serviços do Meio Ambiente	578,81
4.1.1.2.2.01.1.2.04.00.00	Taxas do Serviços de Patrulha Mecanizada	578,81
4.1.1.2.2.01.1.3.00.00.00	Taxas pela prestação do Serviços - Dívida Ativa	79.292,92
4.1.1.2.2.01.1.3.01.00.00	Taxa do Cemitérios	79.292,92
4.1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	1.025.000,00
4.1.1.3.8.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Específica EM	1.025.000,00
4.1.1.3.8.04.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	1.025.000,00
4.1.1.3.8.04.1.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	1.025.000,00
4.1.1.3.8.04.1.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	625.000,00
4.1.1.3.8.04.1.1.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	100.000,00
4.1.1.3.8.04.1.1.02.00.00	Contribuição de Melhoria - Fundo Municipal de Habitação - fonte 1007	525.000,00
4.1.1.3.8.04.1.3.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Dívida Ativa	200.000,00
4.1.1.3.8.04.1.3.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	200.000,00
4.1.1.3.8.04.1.4.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Dívida Ativa	200.000,00
4.1.1.3.8.04.1.4.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	200.000,00
4.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições	26.928.297,50
4.1.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições Sociais	20.418.297,50
4.1.2.1.0.04.0.0.00.00.00	Contribuição do Servidor Ativo	20.418.297,50
4.1.2.1.0.04.1.1.00.00.00	Contribuições Sociais	19.548.427,50
4.1.2.1.0.04.1.1.01.00.00	Contribuições do Servidor Ativo	19.548.427,50
4.1.2.1.0.04.3.1.00.00.00	Contribuições do Servidor Inativo	642.120,00
4.1.2.1.0.04.4.1.00.00.00	Contribuições do Servidor Pensionista	227.750,00
4.1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	6.510.000,00
4.1.2.4.0.00.1.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	6.510.000,00
4.1.2.4.0.00.1.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	6.510.000,00
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	5.428.576,25
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	5.428.576,25
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	5.428.576,25
4.1.3.2.1.03.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	20.000,00
4.1.3.2.1.03.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	20.000,00
4.1.3.2.1.03.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos Livres	20.000,00
4.1.3.2.1.03.1.1.01.01.00	Remuneração de Depósitos Bancários Fonte: 1000	20.000,00
4.1.3.2.1.03.4.1.00.00.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de previdência Social - RPPS - Princip	5.408.576,25
4.1.3.2.1.03.4.1.01.00.00	Rendimentos da Aplicação Financeira - Vinculado	5.240.000,00
4.1.3.2.1.03.4.1.02.00.00	Rendimentos da Aplicação Financeira - Ações	75.000,00
4.1.3.2.1.03.4.1.03.00.00	Rendimentos da Aplicação Imobiliárias	11.576,25
4.1.3.2.1.03.4.1.04.00.00	Rendimentos da Aplicação Financeira - Comp. Financeira	70.000,00
4.1.3.2.1.03.4.1.05.00.00	Rendimentos da Aplicação Financeira - Taxa de Adm	10.000,00
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	1.124.505,81
4.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	69.457,50
4.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	11.576,25
4.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	11.576,25
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	11.576,25
4.1.6.1.0.01.1.1.01.00.00	Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Destino Final Lixo	11.576,25
4.1.6.1.0.02.0.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	57.881,25
4.1.6.1.0.02.1.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	57.881,25
4.1.6.1.0.02.1.1.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	57.881,25
4.1.6.3.0.00.0.0.00.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Saúde	1.055.048,31
4.1.6.3.0.01.0.0.00.00.00	Serviços de atendimento à Saúde	1.055.048,31
4.1.6.3.0.01.1.1.00.00.00	Serviços de atendimento à Saúde - Principal	1.055.048,31
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferência Correntes	184.714.562,23
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferência da União e de suas Entidades	79.977.366,48
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferência da União - Específica EM	79.977.366,48
4.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União	59.632.416,27
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de participação dos Municípios - Cota Mensal	55.566.000,00
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	55.566.000,00

Estado do Paraná
PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021
Quadro Discriminativo das Receitas e Respectivas Legislações - Consolidada
Seleção: Exibir somente as contas com valor

Conta	Descrição	Valor Estimado
4.1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	LIVRE - FPM - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal -	33.339.600,00
4.1.7.1.8.01.2.1.02.00.00	EDUCAÇÃO - FPM - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Me	13.891.500,00
4.1.7.1.8.01.2.1.03.00.00	SAÚDE - FPM - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	8.334.900,00
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de participação do Municípios - 1% Cota entregue no mdas de de	2.315.250,00
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de participação do Municípios - 1% Cota entregue no mdas de d	2.315.250,00
4.1.7.1.8.01.3.1.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios 1% Livre	1.736.437,50
4.1.7.1.8.01.3.1.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios 1% 104	578.812,50
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mdas de ju	1.736.437,52
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mdas de	1.736.437,52
4.1.7.1.8.01.4.1.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios 1% Livre	1.302.328,14
4.1.7.1.8.01.4.1.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios 1% 104	434.109,38
4.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	34.728,75
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	34.728,75
4.1.7.1.8.01.5.1.01.00.00	LIVRE - ITR - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principa	20.837,25
4.1.7.1.8.01.5.1.02.00.00	EDUCAÇÃO - ITR - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Pr	8.682,19
4.1.7.1.8.01.5.1.03.00.00	SAÚDE - ITR - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Princip	5.209,31
4.1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	605.437,88
4.1.7.1.8.02.2.0.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	23.152,50
4.1.7.1.8.02.2.1.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM - Principal	23.152,50
4.1.7.1.8.02.3.0.00.00.00	Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7,9	3.472,88
4.1.7.1.8.02.3.1.00.00.00	Cota-parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.	3.472,88
4.1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	578.812,50
4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	578.812,50
4.1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Custeio das Ações e Se	10.820.512,49
4.1.7.1.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica	10.820.512,49
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica - Principal	10.820.512,49
4.1.7.1.8.03.1.1.09.00.00	PAB - Custeio Atenção Primária em Saúde	368.124,75
4.1.7.1.8.03.1.1.19.00.00	PAB - Piso de Atenção Básica Fixo - (PAB FIXO)	10.452.387,74
4.1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Bloco Investimentos n	2.039.271,09
4.1.7.1.8.04.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS destinados à Atenção	2.039.271,09
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS destinados à Atenção	2.039.271,09
4.1.7.1.8.04.1.1.01.00.00	Piso Básio Fixo (SUAS)	1.284.258,34
4.1.7.1.8.04.1.1.03.00.00	Componente para Qualificação da Gestão - IGD-SUAS	54.035,16
4.1.7.1.8.04.1.1.10.00.00	Componentes para Implantação de Ações e Serviços Bolsa Família	218.942,54
4.1.7.1.8.04.1.1.13.00.00	Componentes para Implantação de Ações e Serviços Bolsa Família	482.035,05
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FND	6.859.728,75
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferência do Salário-Educação	5.355.000,00
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferência do Salário-Educação - Principal	5.355.000,00
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferência Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Esco	1.504.728,75
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferência Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Esc	1.504.728,75
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferência dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	45.225.695,75
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferência dos Estados - Específica E/M	45.225.695,75
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	43.638.627,25
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	32.091.831,00
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	32.091.831,00
4.1.7.2.8.01.1.1.01.00.00	LIVRE - Cota-Parte do ICMS - Principal	19.255.098,60
4.1.7.2.8.01.1.1.02.00.00	EDUCAÇÃO - Cota-Parte do ICMS - Principal	8.022.957,75
4.1.7.2.8.01.1.1.03.00.00	SAÚDE - Cota-Parte do ICMS - Principal	4.813.774,65
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	11.025.000,00
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	11.025.000,00
4.1.7.2.8.01.2.1.01.00.00	LIVRE - Cota-Parte do IPVA - Principal	6.615.000,00
4.1.7.2.8.01.2.1.02.00.00	EDUCAÇÃO - Cota-Parte do IPVA - Principal	2.756.250,00
4.1.7.2.8.01.2.1.03.00.00	SAÚDE - Cota-Parte do IPVA - Principal	1.653.750,00
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	525.000,00
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	525.000,00
4.1.7.2.8.01.3.1.01.00.00	LIVRE - Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	315.000,00
4.1.7.2.8.01.3.1.02.00.00	EDUCAÇÃO - Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	131.250,00
4.1.7.2.8.01.3.1.03.00.00	SAÚDE - Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	78.750,00
4.1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	196.796,25
4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	196.796,25

Estado do Paraná
PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUN. FAZENDA RIO GRANDE		25.406.787,50	269.847.901,88	0,00	295.389.689,38
Órgão: 01.00 PODER LEGISLATIVO		211.000,00	9.536.000,00	0,00	9.747.000,00
Unidade: 01.01 CAMARA MUNICIPAL		211.000,00	9.536.000,00	0,00	9.747.000,00
01	Legislativa	211.000,00	9.536.000,00		9.747.000,00
01.031	Ação Legislativa	211.000,00	9.536.000,00		9.747.000,00
01.031.0001	LEGISLATIVO MUNICIPAL	211.000,00	9.536.000,00		9.747.000,00
01.031.0001.1.001	Construção, Ampliação e Reforma da Câmara Municipal	211.000,00			211.000,00
01.031.0001.2.001	Manutenção da Câmara de Vereadores		8.550.000,00		8.550.000,00
01.031.0001.2.126	Atividades do Legislativo		686.000,00		686.000,00
01.031.0001.2.151	Procuradoria Legislativa da Mulher		300.000,00		300.000,00
Órgão: 02.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		200.000,00	22.241.160,13	0,00	22.441.160,13
Unidade: 02.01 SM de Administração		200.000,00	22.241.160,13	0,00	22.441.160,13
04	Administração	200.000,00	14.243.775,13		14.443.775,13
04.122	Administração Geral	200.000,00	14.063.775,13		14.263.775,13
04.122.0010	MAIS OBRAS	200.000,00			200.000,00
04.122.0010.1.019	Acessibilidade aos Prédios Públicos	200.000,00			200.000,00
04.122.0002	GOVERNANÇA E TRANSPARENCIA		14.063.775,13		14.063.775,13
04.122.0002.2.002	Manutenção da Folha de Pagamento da SM de Administração		9.005.850,00		9.005.850,00
04.122.0002.2.003	Manutenção das Atividades da SM de Administração		4.857.925,13		4.857.925,13
04.122.0002.2.141	Manutenção do Paço Municipal		200.000,00		200.000,00
04.128	Formação de Recursos Humanos		180.000,00		180.000,00
04.128.0002	GOVERNANÇA E TRANSPARENCIA		180.000,00		180.000,00
04.128.0002.2.140	Manutenção Escola Administração Pública		180.000,00		180.000,00
28	Encargos Especiais		7.997.375,00		7.997.375,00
28.843	Serviço da Dívida Interna		7.997.375,00		7.997.375,00
28.843.0020	ENCARGOS ESPECIAIS		7.997.375,00		7.997.375,00
28.843.0020.2.004	Parcelamento PASEP		609.300,00		609.300,00
28.843.0020.2.005	Amortização e Encargos da Dívida Centralizada		7.005.075,00		7.005.075,00
28.843.0020.2.007	Precatórios e Sentenças Judiciais		383.000,00		383.000,00
Órgão: 03.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	1.805.321,07	0,00	1.805.321,07
Unidade: 03.01 SM de Saúde		0,00	1.805.321,07	0,00	1.805.321,07
10	Saúde		1.805.321,07		1.805.321,07
10.301	Atenção Básica		1.805.321,07		1.805.321,07
10.301.0003	MAIS SAÚDE		1.805.321,07		1.805.321,07
10.301.0003.2.008	Manutenção da Folha de Pagamento da SM de Saúde		411.029,51		411.029,51

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 323 Ass

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
2 Judiciária	61 Ação Judiciária
3 Essencial à Justiça	92 Representação Judicial e Extrajudicial
4 Administração	122 Administração Geral
	123 Administração Financeira
	126 Formação de Recursos Humanos
	131 Comunicação Social
6 Segurança Pública	181 Policiamento
	182 Defesa Civil
8 Assistência Social	241 Assistência ao Idoso
	242 Assistência ao Portador de Deficiência
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
9 Previdência Social	272 Previdência do Regime Estatutário
10 Saúde	122 Administração Geral
	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
	305 Vigilância Epidemiológica
11 Trabalho	334 Fomento ao Trabalho
12 Educação	361 Ensino Fundamental
	365 Educação Infantil
	367 Educação Especial
13 Cultura	392 Difusão Cultural
	695 Turismo
14 Direitos da Cidadania	422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
16 Habitação	482 Habitação Urbana
18 Gestão Ambiental	541 Preservação e Conservação Ambiental
	542 Controle Ambiental
20 Agricultura	608 Promoção da Produção Agropecuária
22 Indústria	661 Promoção Industrial
23 Comércio e Serviços	695 Turismo
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 334
Ass

Quadro Discriminativo das Receitas e Respectivas Legislações - Consolidada
Seleção: Exibir somente as contas com valor

Conta	Descrição	Valor Estimado
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência do Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fu	11.576,00
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fu	11.576,00
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a F	11.576,00
4.1.7.2.8.03.1.1.01.00.00	FAF - INC. FINANC DE INV. PARA TRANSPORTE SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS -	11.576,00
4.1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras transferência dos Estados	1.375.492,50
4.1.7.2.8.99.1.0.00.00.00	Outras transferência dos Estados	1.375.492,50
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.00	Outras transferência dos Estados - Principal	1.375.492,50
4.1.7.2.8.99.1.1.01.00.00	Programa Transporte Escolar Estadual - PETE	856.642,50
4.1.7.2.8.99.1.1.02.00.00	Programa Estadual - PPAS II Centro POP - F. 1712	81.900,00
4.1.7.2.8.99.1.1.03.00.00	FEAS PPA IV - F. 1770	31.500,00
4.1.7.2.8.99.1.1.04.00.00	CEAS/PR - Deliberação 51/2016 - Expansão p/ Serv. Abordagem - F. 1941	94.500,00
4.1.7.2.8.99.1.1.05.00.00	CEAS/PR - Deliberação 51/2016 - Expansão p/ Acolhimento Instituc. - F. 1942	40.950,00
4.1.7.2.8.99.1.1.16.00.00	Repasse Programa Primeira Infância no SUAS Fonte 11725	270.000,00
4.1.7.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferência de Instituições Privadas	711.500,00
4.1.7.4.8.00.0.0.00.00.00	Transferência de Instituições Privadas - Específica E/M	711.500,00
4.1.7.4.8.10.0.0.00.00.00	Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Ar	711.500,00
4.1.7.4.8.10.1.0.00.00.00	Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas /	711.500,00
4.1.7.4.8.10.1.1.00.00.00	Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas	711.500,00
4.1.7.4.8.10.1.1.01.00.00	Convênio SANEPAR	472.500,00
4.1.7.4.8.10.1.1.02.00.00	CONTRIBUIÇÕES E LEGADOS DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS - ECA/	189.000,00
4.1.7.4.8.10.1.1.03.00.00	Receita Fundo Municipal da Pessoa Idosa Fonte 11900	50.000,00
4.1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferência de Outras Instituições Públicas	58.800.000,00
4.1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferência de Outras Instituições Públicas - Específica E/M	58.800.000,00
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação E	58.800.000,00
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação	58.800.000,00
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educaçã	58.800.000,00
4.1.7.5.8.01.1.1.01.00.00	FUNDEB 60%	47.040.000,00
4.1.7.5.8.01.1.1.02.00.00	FUNDEB 40%	11.760.000,00
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	5.676.768,25
4.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	4.748.152,50
4.1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	4.748.152,50
4.1.9.1.0.01.1.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	4.748.152,50
4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	4.748.152,50
4.1.9.1.0.01.1.1.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	4.725.000,00
4.1.9.1.0.01.1.1.02.00.00	Multas por Auto de Infração	23.152,50
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	3.362,62
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	3.362,62
4.1.9.2.2.06.0.0.00.00.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	2.205,00
4.1.9.2.2.06.1.1.00.00.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	2.205,00
4.1.9.2.2.06.1.1.01.00.00	Ressarcimento Folha de Pagamento - vinculados	1.102,50
4.1.9.2.2.06.1.1.02.00.00	Ressarcimento Folha de Pagamento - Administrativos	1.102,50
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	1.157,62
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	1.157,62
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	1.157,62
4.1.9.2.2.99.1.1.03.00.00	Restituições por pagamentos indevidos	1.157,62
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	925.273,13
4.1.9.9.0.03.0.0.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de previdênci	132.300,00
4.1.9.9.0.03.1.1.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de previdênc	132.300,00
4.1.9.9.0.12.0.0.00.00.00	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência	445.685,63
4.1.9.9.0.12.1.0.00.00.00	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa	445.685,63
4.1.9.9.0.12.1.1.00.00.00	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal	445.685,63
4.1.9.9.0.12.1.1.01.00.00	Honorários de Sucumbência de Ações Judiciais - fonte 1008	445.685,63
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	347.287,50
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	347.287,50
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	347.287,50
4.1.9.9.0.99.1.1.01.00.00	Outras receitas primarias	347.287,50
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	20.231.262,50
4.2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	20.000.000,00
4.2.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno	20.000.000,00
4.2.1.1.9.00.0.0.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	20.000.000,00

Conta	Descrição	Valor Estimado
4.2.1.1.9.00.1.0.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	20.000.000,00
4.2.1.1.9.00.1.1.00.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	20.000.000,00
4.2.1.1.9.00.1.1.01.00.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	20.000.000,00
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	10.500,00
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	10.500,00
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	10.500,00
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	10.500,00
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	3.150,00
4.2.2.1.3.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Móveis - Recursos do FUNDEB	3.150,00
4.2.2.1.3.00.1.4.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Dívida Ativa - Multas e Juros	7.350,00
4.2.2.1.3.00.1.4.02.00.00	Alienação de Bens Móveis - Recursos da Saúde	2.100,00
4.2.2.1.3.00.1.4.03.00.00	Alienação de Bens Móveis - Recursos não Vinculados	6.250,00
4.2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferência de Capital	220.762,50
4.2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferência dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	220.762,50
4.2.4.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas Entidades	220.762,50
4.2.4.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	105.000,00
4.2.4.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	105.000,00
4.2.4.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Principal	105.000,00
4.2.4.2.8.03.1.1.01.00.00	Estruturação da Rede de Atenção Basica da Saúde	105.000,00
4.2.4.2.8.03.1.1.01.01.00	Estrutur Rede Atenção Basica Saude - F 1518	105.000,00
4.2.4.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	115.762,50
4.2.4.2.8.10.1.0.00.00.00	Transferência de convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS	115.762,50
4.2.4.2.8.10.1.1.00.00.00	Transferência de convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS - Prin	115.762,50
4.2.4.2.8.10.1.1.02.00.00	Programa Estadual VIAGIASUS - Resolução 22/2015	115.762,50
4.9.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RENÚNCIAS, RESTITUIÇÕES, DESCONTOS E DEDUÇÕES	-25.107.961,95
4.9.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-5.259.450,00
4.9.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Impostos	-5.250.000,00
4.9.1.1.8.00.0.0.00.00.00	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	-5.250.000,00
4.9.1.1.8.01.0.0.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	-5.250.000,00
4.9.1.1.8.01.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	-5.250.000,00
4.9.1.1.8.01.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	-5.250.000,00
4.9.1.1.8.01.1.1.01.00.00	LIVRE - IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	-3.150.000,00
4.9.1.1.8.01.1.1.02.00.00	EDUCAÇÃO - IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	-1.312.500,00
4.9.1.1.8.01.1.1.03.00.00	SAÚDE - IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	-787.500,00
4.9.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	-4.200,00
4.9.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-3.150,00
4.9.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	-3.150,00
4.9.1.2.1.01.1.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	-3.150,00
4.9.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	-3.150,00
4.9.1.2.1.01.1.1.01.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	-3.150,00
4.9.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela prestação de Serviços	-1.050,00
4.9.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela prestação de Serviços	-1.050,00
4.9.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela prestação de Serviços	-1.050,00
4.9.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Taxas pela prestação de Serviços - Principal	-1.050,00
4.9.1.2.2.01.1.1.01.00.00	Taxa Cemitério - Principal	-1.050,00
4.9.1.3.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	-5.250,00
4.9.1.3.8.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Específica E/M	-5.250,00
4.9.1.3.8.04.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	-5.250,00
4.9.1.3.8.04.1.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	-5.250,00
4.9.1.3.8.04.1.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	-5.250,00
4.9.1.3.8.04.1.1.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	-5.250,00
4.9.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferência Correntes	-19.848.511,95
4.9.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferência da União e de suas Entidades	-11.120.145,75
4.9.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferência da União - Específica E/M	-11.120.145,75
4.9.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União	-11.120.145,75
4.9.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de participação dos Municípios - Cota Mensal	-11.113.200,00
4.9.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	-11.113.200,00
4.9.7.1.8.01.2.1.02.00.00	Dedução da receita para formação do FUNDEB - FPM	-11.113.200,00
4.9.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	-6.945,75
4.9.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	-6.945,75

Estado do Paraná
PREFEITURA MUN. FAZE RIO GRANDE
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2021
Quadro Discriminativo das Receitas e Respectivas Legislações - Consolidada
Seleção: Emitir somente as contas com valor

Conta	Descrição	Valor Estimado
4.9.7.1.8.01.5.1.02.00.00	Dedução da receita para formação do FUNDEB - ITR - Imposto Sobre a Propriedade	-6.945,75
4.9.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferência dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-8.728.366,20
4.9.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferência dos Estados - Específica E/M	-8.728.366,20
4.9.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	-8.728.366,20
4.9.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	-6.418.366,20
4.9.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	-6.418.366,20
4.9.7.2.8.01.1.1.02.00.00	Dedução da receita para formação do FUNDEB - Cota parte do ICMS	-6.418.366,20
4.9.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	-2.205.000,00
4.9.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	-2.205.000,00
4.9.7.2.8.01.2.1.02.00.00	Dedução da receita para formação do FUNDEB - Cota parte do IPVA	-2.205.000,00
4.9.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	-105.000,00
4.9.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-105.000,00
4.9.7.2.8.01.3.1.02.00.00	Dedução da receita para formação do FUNDEB - Cota parte do IPI	-105.000,00
	Total geral:	295.389.689,36

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 325 Ass

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 326
Ass

Leis Municipais 20 ANOS

www.LeisMunicipais.com.br

Versão consolidada, com alterações até o dia 10/12/2018

LEI Nº 154/2002 De 26 de dezembro de 2.002.

"INSTITUI CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PREVISTA NO ART. 149-A DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída no Município de Fazenda Rio Grande a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COCIP, prevista no art. 149-A da Constituição Federal.

~~§ único. A receita proveniente da arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública é destinada exclusivamente ao custeio da iluminação pública no Município.~~

Parágrafo Único. A receita proveniente da arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública é destinada exclusivamente ao custeio da iluminação pública no Município, compreendido este como pagamento de locação de imóvel para depósito e sede administrativa do departamento de iluminação pública, pagamento de material de consumo de iluminação pública, pagamento de passagens e despesas com locomoção e diárias relacionadas com a iluminação pública, pagamento de capacitação de servidores do departamento de iluminação pública, pagamento dos vencimentos dos servidores do departamento de iluminação pública, pagamento de equipamentos de proteção individual relativos aos serviços de iluminação pública, pagamento de combustível para os veículos do departamento de iluminação pública, pagamento da aquisição e manutenção de veículos e equipamentos do departamento de iluminação pública, pagamento de iluminações públicas decorativas, pagamento de instalação de rede de iluminação pública, pagamento de remoção e realocação de postes e pagamento de equipamentos de monitoramento integrado e instalação e manutenção de câmeras de segurança relativas à iluminação pública. (Redação dada pela Lei nº 1038/2014)

Art. 1º-A Além dos casos previstos no parágrafo único do artigo primeiro, desta Lei Municipal, a receita proveniente da arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública a qual é destinada exclusivamente ao custeio da iluminação pública no Município de Fazenda Rio Grande compreende também os custos para implantação, atualização e manutenção de software ou aplicativo de comunicação e atendimento ao usuário através de computadores, tablets e celulares, bem como a publicidade e propaganda, ambas institucionais, voltadas a informação no âmbito da iluminação pública do Município. (Redação acrescida pela Lei nº 1257/2018)

Art. 2º É fato gerador da COCIP o consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território do Município.

Art. 3º Sujeito passivo da COCIP é o consumidor de energia elétrica residente ou estabelecido no território do Município e que esteja cadastrado junto à concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão.

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

~~Art. 4º O valor da contribuição é fixado em 10% (dez por cento) do valor total da fatura de energia elétrica, por mês ou fração para cada unidade consumidora.~~

Continuar

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 32
Assinatura

Art. 4º O valor da contribuição será fixado em Lei Complementar, por mês ou fração, para cada unidade consumidora. (Redação dada pela Lei nº 1257/2018)

~~§ 1º O valor da contribuição, com exceção dos contribuintes enquadráveis no parágrafo segundo, não poderá exceder a R$ 30,00 (trinta reais).~~

~~§ 1º O valor da contribuição dos contribuintes enquadrados nas Classes Comercial e Industrial não poderá exceder a R$ 50,00 (cinqüenta reais). (Redação dada pela Lei nº 193/2003)~~

§ 1º A determinação da classe consumidora deverá obedecer as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, ou órgão regulador que vier a substituí-la. (Redação dada pela Lei nº 1257/2018)

~~§ 2º O valor da contribuição dos contribuintes enquadráveis nas classes Comercial e Industrial, não poderá exceder a R$ 50,00 (cinqüenta reais).~~

~~§ 2º O valor da contribuição dos contribuintes enquadrados nas demais Classes não poderá exceder a R$ 30,00 (trinta reais). (Redação dada pela Lei nº 193/2003)~~

§ 2º Ficam isentos da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COCIP :

I - Os consumidores das Classes: Residencial e Rural durante o período em que estiverem enquadrados no Programa Luz Fraterna, nos termos da legislação federal ou estadual;

II - Os contribuintes que mantenham atividades exlusivamente vinculadas ao Setor Primário, a saber: agricultura, pecuária, pesca, piscicultura, silvicultura, olarias e demais atividades correlatas. (Redação dada pela Lei nº 1257/2018)

~~§ 3º Os valores previstos nos parágrafos anteriores serão reajustados anualmente, de acordo com os índices de reajuste da tarifa de energia elétrica incidentes sobre a iluminação pública.~~

~~§ 3º O valores previstos nos parágrafos anteriores poderão ser reajustados anualmente com base na variação da Unidade Fiscal do Município-UFM. (Redação dada pela Lei nº 193/2003)~~ (Revogado pela Lei nº 195/2003)

§ 4º A determinação da classe consumidora deverá obedecer as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, ou órgão regulador que vier a substituí-la. (Redação dada pela Lei nº 193/2003)

~~§ 5º Ficam isentos do pagamento da COCIP os consumidores das Classes Residencial e Rural durante o período que estiverem enquadrados no Programa Luz Fraterna, nos termos da LEI Nº 14.087, de 11 de setembro de 2.003, do Estado do Paraná. (Redação dada pela Lei nº 193/2003)~~

§ 5º Ficam isentos da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COCIP :

I - os consumidores das Classes Residencial e Rural durante o período em que estiverem enquadrados no Programa Luz Fraterna, nos termos da Lei nº 14.087, de 11 de setembro de 2.003, do Estado do Paraná;

II - os contribuintes que mantenham atividades vinculadas ao Setor Primário, a saber: agricultura, pecuária, pesca, piscicultura, silvicultura, olarias e demais atividades correlatas. (Redação dada pela Lei nº 380/2006)

Art. 5º O prazo para pagamento da contribuição é o mesmo do vencimento da fatura de energia elétrica de cada unidade consumidora.

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

Continuar

§ único. O atraso no pagamento implica em multa moratória de 2% (dois por cento).

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 328
Ass

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a concessionária de energia elétrica para arrecadação da contribuição.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor a partir de 2003, revogando-se todas as demais disposições de caráter tributário conflitantes com o presente normativo.

Fazenda Rio Grande, 26 de dezembro de 2.002.

Antonio Wandscheer
Prefeito Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 06/02/2019

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

Continuar

LEI ORGÂNICA

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE/PR.

PREÂMBULO

Nós, Vereadores representantes da população fazendense, reunidos para atualizar o ordenamento básico do Município, em consonância com os fundamentos, objetivos e princípios expressos na Constituição Federativa do Brasil e na Constituição Estadual do Paraná, aprovamos e, a mesa da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, sob a proteção de Deus, promulga nos termos do art. 29 da Constituição Federal e art. 16 da Constituição Estadual a LEI ORGÂNICA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE - PARANÁ:

TÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

Capítulo I
DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Município de Fazenda Rio Grande, pessoa jurídica de direito público interno, no pleno uso de sua autonomia política, administrativa e financeira, reger-se-á por esta Lei Orgânica.

Art. 2º O Governo Municipal é constituído pelos Poderes Legislativo e Executivo, independentes e harmônicos entre si.

Parágrafo Único - São símbolos do Município de Fazenda Rio Grande, a Bandeira, o Hino e o seu Brasão, representativos de sua cultura e história.

Art. 3º Constituem bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam ou lhe sejam agregados no curso de sua existência.

Art. 4º A sede do Município dá-lhe o nome e tem categoria de cidade.

SEÇÃO II
DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

Art. 5º O Município poderá dividir-se, para fins administrativos, em administrações regionais, criadas por decreto do Prefeito Municipal ou em distritos a serem criados, organizados, suprimidos ou fundidos por lei após consulta plebiscitária à população diretamente interessada, observada a legislação estadual e o atendimento aos requisitos estabelecidos no Art. 6º desta Lei Orgânica.

§ 1º A criação de Distritos poderá efetuar-se mediante fusão de dois ou mais Distritos, que serão suprimidos, sendo dispensada, nessa hipótese a verificação dos requisitos do art. 6º desta Lei Orgânica.

§ 2º A extinção do Distrito somente se efetuará mediante consulta plebiscitária à população da área interessada, seguida da respectiva Lei que assim o declare.

§ 3º O Distrito terá o nome da respectiva sede, cuja categoria será a de vila.

§ 4º A sede do Distrito deverá situar-se o mais próximo do seu centro territorial ou onde se localizar a maior concentração de moradores.

Art. 6º São requisitos para a criação do Distrito:

I - população, eleitorado e arrecadação não inferiores á quinta parte exigida para a criação do Município;

II - existência, na povoação - sede, de pelo menos cinqüenta moradias, escola pública de ensino fundamental completa, posto de saúde e posto policial, em áreas adequadas para a existência destes equipamentos comunitários.

Parágrafo Único - A comprovação do atendimento às exigências enumeradas neste artigo far-se-á mediante:

a) através de certidão ou declaração emitida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de estimativa de população;
b) certidão, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, certificando o número de eleitores;
c) certidão, emitida pelo agente municipal de estatística ou pela repartição fiscal do Município, certificando o número de moradias;
d) certidão do órgão fazendário estadual e do municipal, certificando a respectiva área territorial;
e) certidão emitida pela Prefeitura ou pelas Secretarias de Educação, de Saúde e de Segurança Pública do Estado, certificando a existência da escola pública e de postos de saúde e policial na povoação sede.

Art. 7º Na fixação das divisas distritais serão observadas as seguintes normas:

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 382 Ass

I - evitar-se-á, tanto quanto possível, formas assimétricas, estrangulamentos e alongamentos exagerados;

II - dar-se-á preferência, para a delimitação, às linhas naturais, facilmente identificáveis;

III - na inexistência de linhas naturais, utilizar-se-á linha reta, cujos extremos, pontos naturais ou não, sejam facilmente identificáveis e tenham condições de fixidez;

IV - é vedada a interrupção de continuidade territorial do Município ou Distrito de origem.

Parágrafo Único - As divisas distritais serão descritas trecho a trecho, salvo, para evitar duplicidade, nos trechos que coincidirem com os limites municipais.

Art. 8º A alteração da divisão administrativa do Município somente pode ser feita e devidamente concluída quadrianualmente, em até seis meses antecedentes as eleições municipais.

Capítulo II
DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I
DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA

Art. 9º Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber;

III - elaborar Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e mantê-lo sempre atualizado em face do seu desenvolvimento, observado, para tanto, para entrada em vigor de suas alterações, o prazo de 6 (seis) meses contados de sua publicação;

IV - criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação estadual e esta Lei Orgânica;

V - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação em todos os níveis, observadas as prescrições das Constituições Federal e Estadual;

VI - elaborar o orçamento anual e plurianual de investimentos;

PM RIO GRANDE SECRETARIA DA FAZENDA Folha Nº 338

VII - instituir e arrecadar tributos, bem como aplicar as suas receitas;

VIII - fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;

IX - dispor sobre organização, administração e execução dos serviços locais;

X - dispor sobre administração e utilização dos bens públicos;

XI - organizar o quadro de pessoal, com respectivas carreiras organizadas em classes de progressão vertical ou horizontal, por merecimento ou antiguidade e estabelecer o regime jurídico único servidores públicos, cujos serviços sejam permanentes e imprescindíveis à administração e o regime celetário para os serviços de natureza não permanentes, não podendo estes exceder a quarenta por cento do pessoal efetivo;

XII - organizar e prestar, diretamente, ou sob regime jurídico de concessão ou permissão, os serviços locais;

XIII - planejar o uso e a ocupação do solo em seu território, especialmente em sua zona urbana;

XIV - estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes á ordenação do seu território, observado o Plano Diretor do Município e a legislação Estadual e Federal aplicáveis a espécie;

XV - conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais de qualquer natureza, prestadoras de serviços e quaisquer outras;

XVI - cassar a licença concedida a estabelecimento que se torne prejudicial à saúde, à higiene, ao sossego, à segurança, aos bons costumes e ao meio ambiente, fazendo cessar a atividade ou determinando sua adequação técnica que enseje o restabelecimento da normalidade, em prazo que lhe será fixado, ou ainda o fechamento do estabelecimento, mediante produção de laudo técnico que demonstre a inconveniência de seu funcionamento, laudo este produzido pelas autoridades do Município ou do Estado, hábeis para assim se pronunciarem;

XVII - estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços, inclusive a de seus concessionários;

XVIII - regular a disposição, o traçado e as demais condições dos bens públicos de uso comum;

XIX - regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente no perímetro urbano, determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos;

XX - fixar os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;

XXI - conceder, permitir ou autorizar os serviços de transporte coletivo e de táxis, fixando as respectivas tarifas e suas revisões, quando necessárias;

XXII - fixar e sinalizar as zonas de silêncio bem como o trânsito e tráfego de veículos automotores e de pedestres, em condições especiais;

XXIII - disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais;

XXIV - tornar obrigatória a utilização de terminais rodoviários;

XXV - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;

XXVI - promover, diretamente ou de forma terceirizada, a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino de lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza; buscando a Administração Pública, através da colaboração dos Munícipes, obter a reciclagem do lixo, assim como, deverá dar destinação separada aos de natureza tóxica, principalmente os oriundos de hospitais, pronto socorro, postos de saúde, farmácia, congêneres e outros, dando-lhes destinação técnica recomendável pelos organismos de saúde; devendo ainda, a Administração Pública, evitar, tanto que possível, o fazimento de aterros sanitários que possam, de alguma forma produzir poluição, danosa ao ambiente e à saúde humana. A reciclagem do lixo poderá ser terceirizada, sob fiscalização direta do Município e, complementar do Estado;

XXVII - ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, observadas as normas federais pertinentes;

XXVIII - dispor sobre os serviços funerários e de cemitérios;

XXIX - regulamentar, licenciar, permitir, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

XXX - prestar assistência nas emergências médico - hospitalares de pronto socorro, por seu próprios serviços ou mediante convênio com instituição especializada;

XXXI - organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício de seu poder de política administrativa;

XXXII - fiscalizar, nos locais de venda, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios;

XXXIII - dispor sobre o depósito de venda de animais e mercadorias apreendidas em

decorrência de transgressão à legislação Municipal;

XXXIV - dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de erradicar as moléstias de que possam ser portadores ou transmissíveis a própria espécie ou a outrem de qualquer natureza, após laudo produzido por profissional habilitado para tal, vinculado ao serviço público e credenciado para tal;

XXXV - estabelecer e impor penalidade por infração de suas leis e regulamentos;

XXXVI - promover os seguintes serviços:

a) mercados, feiras e matadouros, obedecidos os padrões de higiene:
b) construção e conservação de estradas e caminhos municipais;
c) transportes coletivos estritamente municipais;
d) iluminação pública, observada a legislação Federal pertinente;

XXXVII - regulamentar o serviço de carros de aluguel, inclusive o uso de taxímetro;

XXXVIII - assegurar a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas municipais, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilidade funcional.

§ 1º As normas de loteamento e arruamento a que se refere o inciso XIV deste artigo deverão exigir reserva de áreas destinadas a:

a) zonas verdes e demais logradouros públicos;
b) vias de tráfego e de passagem de canalizações de galerias de águas pluviais e de esgoto, ambos direcionado para fundos dos vales, de forma a facilitar seu escoamento, sendo, no entanto vedado o seu lançamento do esgoto "in natura", a céu aberto, em córregos, rios, nascentes, etc., sem o adequado tratamento, objetivando evitar poluição;
c) passagem de canalizações públicas de esgotos e de águas pluviais com largura mínima de dois metros nos fundos de lotes, cujo desnível seja superior a um metro da frente ao fundo.

§ 2º A lei complementar de criação da guarda municipal estabelecerá a organização e competência dessa força auxiliar na proteção dos bens, serviços e instalações municipais, agindo também, em conjunto e harmonicamente, com a Polícia Militar e Civil do Estado, na prevenção e combate aos crimes praticados contra o patrimônio e a pessoa, na forma da Lei.

§ 3º A lei estabelecerá as diretrizes e normas para a exploração de serviços funerários deste Município, de que trata o inciso XXVIII, ficando vedada, a quaisquer título, as exclusividade, o monopólio ou a formação de cartel.

SEÇÃO II
DA COMPETÊNCIA COMUM

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 334
Ass

Art. 10 É competência administrativa do Município de Fazenda Rio Grande, em conjunto com a União e o Estado do Paraná, observada a lei complementar federal, o exercício das seguintes medidas:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, inclusive com ação preventiva, e da proteção e garantia das pessoas portadoras de necessidades especiais, facilitando-lhes o uso dos bens públicos em geral, de forma a lhes garantir o direito de ir e vir, sem qualquer obstáculo;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, além de sítios arqueológico encontrados ou localizados no Município;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

V - proporcionar os meios de acesso á cultura, à educação e à ciência;

VI - a proteção do meio ambiente, a garantia da qualidade de vida e o combate á poluição, em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas de pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos, através da educação, esporte, profissionalização, empregos e outras formas de reintegração;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito, a partir do curso básico de primeiro grau, nas escolas do Município, além de campanhas educativas periódicas.

SEÇÃO III
DA COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR

Art. 11 Ao Município compete suplementar a legislação federal e a estadual no que couber e naquilo que diz respeito a seu peculiar interesse, visando a realidade local.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 332
Ass

Capítulo III
DAS VEDAÇÕES

Art. 12 Ao Município é vedado:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

IV - subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto falante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou com fins estranhos à administração;

V - manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade da qual constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - É vedada a outorga de isenções e anistias fiscais, ou permitir a remissão de dívidas, sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato;

VII - exigir ou aumentar tributos sem lei que o estabeleça;

VIII - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

IX - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destinos;

X - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;
b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;
c) é vedada à Administração Pública quitar quaisquer tributos pela dação ou permuta de bens em pagamentos feitos pelo contribuinte devedor;

XI - utilizar tributos com efeito de confisco;

XII - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

XIII - instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços da União, do Estado e de outros Municípios;
b) templos de qualquer culto;
c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisites da Lei Federal;
d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão;

XIV - contrair empréstimo externo sem prévia autorização do Senado Federal;

§ 1º A vedação do inciso XIII, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, a renda e aos serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou à delas decorrentes;

§ 2º As vedações do inciso XIII, "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis e empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel;

§ 3º As vedações expressas no inciso XIII, alíneas "b" e "c",, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas;

§ 4º As vedações expressas nos incisos VII e XIII, somente serão excluídas e admitidas se houver disposição legal Federal.

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

Capítulo I
DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I
DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 13 O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Cada legislatura terá a duração de quatro anos, compreendendo, cada ano,

uma sessão legislativa.

Art. 14 A Câmara Municipal é composta de 13 (treze) vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como representantes do povo, com mandato de 04 (quatro) anos. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 02, de 03 de outubro de 2011)

§ 1º São condições de elegibilidade para o mandato de Vereador, na forma da Lei Federal:

a) a nacionalidade brasileira;
b) o pleno exercício dos direitos políticos;
c) o alistamento eleitoral;
d) o domicílio eleitoral na circunscrição;
e) a filiação partidária;
f) a idade mínima de dezoito anos;

§ 2º O número de Vereadores será fixado pela Câmara Municipal, tendo em vista a população do Município e observados os limites estabelecidos no Art. 29, IV, Constituição Federal e o Art. 16,IV, da Constituição Estadual.

SEÇÃO II
DAS REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 15 A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, na sede do Município, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

Art. 16 As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria dos seus membros, salvo disposições em contrário constantes na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica.

Art. 17 A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a deliberação sobre o projeto da lei orçamentária.

Art. 18 As sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, observado o disposto no Art. 34, inciso XII, desta Lei Orgânica.

§ 1º Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas em outro local designado pela Mesa da Câmara;

§ 2º As sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.

Art. 19 As sessões da Câmara, ordinária, extraordinária e solenes serão sempre públicas, vedadas as sessões secretas.

Art. 20 As sessões somente poderão ser abertas com a presença de no mínimo, um terço

PM FAZENDA GRANDE Folha Nº 333 Ass:

(1/3) dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - Considerar-se-á presente á sessão o Vereador que assinar o livro de presença até o início da Ordem do Dia e participar dos trabalhos do Plenário e das votações.

SEÇÃO III
DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 21 A Câmara Municipal reunir-se-á em sessão solene, no dia 1º de janeiro do primeiro ano da legislatura, às 15:30 horas, para posse de seus membros e eleição da mesa diretiva para o primeiro biênio e às 19:00 horas para atendimento ao contido no art. 58 desta lei.

§ 1º Sob a Presidência do Vereador mais idoso, dentre os presentes, os Vereadores prestarão os seguintes compromissos:

"PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO, COM FIDALGUIA E HONRADEZ, TRABALHANDO SEMPRE PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E O BEM ESTAR DE SEU POVO."

§ 2º Prestado o compromisso pelo Presidente, este designara um Secretário, para execução da chamada nominal de cada Vereador, que declarará:

"Assim o prometo."

§ 3º O Vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara Municipal.

§ 4º A eleição da Mesa da Câmara para o segundo biênio, far-se-á em sessão solene no dia 15 de dezembro do ano que encerra o respectivo mandato, considerando-se automaticamente empossados os eleitos a partir do dia 1º de janeiro.

Art. 22 O mandato da Mesa Diretiva será de dois anos, permitida a reeleição de seus membros, para os mesmos cargos.

Art. 23 A Mesa da Câmara compõe-se de: Presidente, 1º Vice - Presidente, 2º Vice - Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, os quais se substituirão nessa ordem.

§ 1º Na constituição da Mesa é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Casa;

§ 2º Na ausência dos Membros da Mesa o Vereador mais votado assumirá a Presidência;

§ 3º Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído da mesma, pelo voto de dois terços (2/3) dos membros da Câmara, quando faltoso, omisso e ineficiente no desempenho de suas

PM FAZ... GRANDE Folha Nº 334 Ass

atribuições regimentais, elegendo-se outro Vereador para a complementação do mandato;

SEÇÃO IV
DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 24 A Câmara terá comissões permanentes e especiais:

§ 1º As comissões permanentes em razão da matéria de sua competência, cabe:

a) discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário, salvo se houver recurso para manifestação em plenário, subscrita por no mínimo um quinto (1/5) dos membros da Casa;
b) realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
c) convocar os Gerentes Municipais ou Diretores equivalentes, para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;
d) receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissão das autoridades ou entidades públicas;
e) solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
f) exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Executivo e da Administração Indireta;

§ 2º As comissões especiais, criadas por deliberação do Plenário, serão destinadas ao estudo de assuntos específicos e à representação da Câmara em congressos, solenidades ou outros atos públicos.

§ 3º Na formação das Comissões assegurar-se-á tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.

§ 4º As comissões especiais de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Casa, serão criadas pela Câmara Municipal, mediante requerimento de um terço dos seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal do infrator.

Art. 25 A indicação dos Líderes será feita em documento subscrito pelos membros das representações partidárias, à Mesa, nas vinte e quatro horas que se seguirem á instalação do primeiro período legislativo anual.

Parágrafo Único - Os Líderes indicarão os respectivos Vice-líderes, dando conhecimento à Mesa da Câmara dessa designação.

Art. 26 Além de outras atribuições previstas no Regimento interno, os Líderes indicarão os representantes partidários nas Comissões da Câmara.

Parágrafo Único - Ausente ou impedido o Líder, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Líder.

Art. 27 A Câmara Municipal, observado o disposto nesta Lei Orgânica, compete elaborar seu Regimento Interno, dispondo sobre sua organização, funcionamento, política e provimento de cargos, que não serão diferentes dos existentes no âmbito do Poder Executivo, exceto em número adequados aos seus serviços e, especialmente sobre:

I - sua instalação e funcionamento;

II - posse de seus membros;

III - eleição da Mesa, sua composição e suas atribuições;

IV - número de reuniões mensais;

V - comissões;

VI - sessões;

VII - deliberações;

VIII - todo e qualquer assunto de sua administração interna.

Art. 28 Por deliberação da maioria dos seus membros, a Câmara poderá convocar Gerente Municipal ou Diretor equivalente para, pessoalmente prestar informações acerca de assuntos previamente estabelecidos.

Parágrafo Único - A falta de comparecimento do Secretário Municipal ou Diretor equivalente, sem justificativa razoável, será considerada desacato à Câmara e, se o Gerente Municipal ou Diretor equivalente for Vereador licenciado, o não comparecimento nas condições mencionadas caracterizará procedimento incompatível com a dignidade da Câmara, para instauração do respectivo processo, na forma da lei federal, e conseqüente cassação de mandato.

Art. 29 O Gerente Municipal ou Diretor equivalente, a seu pedido, poderá comparecer perante o Plenário ou qualquer Comissão da Câmara, para expor assunto e discutir projeto de lei ou qualquer outro ato normativo relacionado com o seu serviço administrativo.

Art. 30 A Mesa da Câmara poderá encaminhar pedidos escritos de informações aos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes importando crimes de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de quinze dias, bem como a prestação de informação falsa.

Art. 31 À Mesa, dentre outras atribuições, compete:

I - tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II - propor projetos que criem ou extingam cargos nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

III - apresentar projetos de lei dispondo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

IV - promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;

V - representar junto ao Executivo sobre necessidades de economia interna;

VI - contratar técnico ou de apoio, na forma da lei, por tempo determinado, não superior a 90 (noventa) dias, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 32 Dentre outras atribuições, compete ao Presidente da Câmara;

I - representar a Câmara em juízo e fora dele;

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos administrativos da Câmara;

III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

IV - promulgar as resoluções e decretos legislativos;

V - promulgar as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário, determinando a respectiva publicação, com cópia para o Executivo Municipal;

VI - fazer publicar os atos da Mesa, as resoluções, decretos legislativos e as leis que vierem a promulgar;

VII - autorizar as despesas da Câmara;

VIII - representar por decisão da Câmara, sobre a inconstitucionalidade da lei ou ato municipal;

IX - solicitar intervenção no Município, por descumprimento de normas legais ou nos casos especificados na Constituição Estadual, na Constituição Federal, e na legislação infra constitucional, através de deliberação por maioria absoluta de dois terços dos membros do Legislativo Municipal;

X - manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força policial necessária para esse fim;

XI - encaminhar para parecer prévio, a prestação de contas do Município ao Tribunal de

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 335 Ass.

Contas do Estado;

XII - na ausência, por afastamento ou por renúncia do Vice-Prefeito, cumprirá ao Presidente do Legislativo substituir o Prefeito Municipal, em suas ausências, seja por motivo de força maior, por renúncia, cassação ou por viagens superiores a 15 (quinze) dias, dentro do território brasileiro ou no âmbito do Mercosul, ou por qualquer prazo, quando se tratar de viagens ao exterior, fora do território do Mercosul.

SEÇÃO V
DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 33 Compete à Câmara, com a sanção do Prefeito, ressalvada a competência privativa do art. 34, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente:

I - instituir os tributos de sua competência, bem como autorizar operações de crédito junto a instituições financeiras;

II - autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas, observadas para tanto a Lei Complementar nº 101/00, de Responsabilidade Fiscal;

III - votar o plano plurianual de investimentos, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, bem como abertura de créditos suplementares e especiais;

IV - deliberar sobre a obtenção e concessão de empréstimos e de crédito, bem como a forma e meios de pagamento;

V - autorizar a concessão de auxílios e subvenções para entidades reconhecidas de utilidade pública ou filantrópicas, mediante exigência de prestação de contas da aplicação dos recursos, que não podem destinação de subvenção com pessoal;

VI - autorizar a concessão/permissão de serviços públicos, mediante licitação pública;

VII - autorizar a concessão/permissão de direito real de uso de bens municipais, mediante licitação pública;

VIII - autorizar a concessão administrativa de uso de bens municipais para fim específico, por prazo determinado e para atendimento de interesse público relevante;

IX - autorizar a alienação de bens imóveis, mediante procedimento licitatório;

X - autorizar a aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargo;

XI - criar, transformar e extinguir cargos, empregos e funções públicas e fixar os respectivos vencimentos, inclusive os dos servidores da Câmara;

PM FAZENDÁRIO GRANDE
Folha Nº 136
Ass

XII - criar, estruturar e conferir atribuições a Secretários ou Diretores de órgãos da administração pública;

XIII - aprovar o Plano Diretor

XIV - autorizar convênios com o Estado ou outros Municípios;

XV - delimitar o perímetro urbano;

XVI - autorizar a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

XVII - estabelecer normas urbanísticas, particularmente as relativas a zoneamento e loteamento;

Art. 34 Compete privativamente á Câmara Municipal exercer as seguintes atribuições:

I - eleger sua Mesa Diretiva;

II - elaborar o Regimento Interno;

III - organizar os serviços administrativos internos da Câmara e prover os cargos efetivos, mediante concurso público e os de "confiança", demissíveis "*ad nutum*";

IV - propor a criação ou a extinção de cargos dos serviços internos e a fixação dos respectivos vencimentos;

V - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores;

VI - autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município na forma do art. 63;

VII - tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado;

VIII - decretar a perda do mandato do Prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados na Constituição Federal, nesta Lei Orgânica e na Legislação Federal aplicável;

IX - autorizar a realização de empréstimo, operação ou acordo externo de qualquer natureza, de interesse do Município;

X - proceder á tomada de contas do Prefeito, através de Comissão especial, quando não apresentadas à Câmara, dentro de 60 (sessenta) dias, após a abertura da sessão legislativa,

XI - aprovar convênio, acordo ou qualquer outro instrumento celebrado pelo Município com a União, o Estado, outra pessoa jurídica de direito público interno ou entidades assistenciais culturais;

XII - estabelecer e mudar temporariamente o local de suas reuniões;

XIII - convocar o Prefeito, Secretários do Município ou Diretores equivalentes para prestar esclarecimentos, aprazando dia e hora para o comparecimento, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;

XIV - deliberar sobre o adiamento e a suspensão de suas reuniões;

XV - criar comissão especial de inquérito sobre fato determinado e prazo certo, mediante requerimento de um terço (1/3) de seus membros;

XVI - conceder título de cidadão honorário ou conferir homenagem a pessoas que reconhecidamente tenha prestado relevantes serviços ao Município ou nele se destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular mediante proposta pelo voto de um dos membros da Câmara, o qual deverá ser acompanhado do curriculum do homenageado, com apoiamento de pelo menos mais dois vereadores;

XVII - solicitar a intervenção do Estado no Município;

XVIII - julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores, nos casos previstos em Lei Federal;

XIX - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XX - fixar, observado o que dispõe a Constituição Federal, em cada legislatura para a subseqüente, os subsídios dos Vereadores;

XXI - fixar, observado o que dispõe a Constituição Federal, em cada legislatura para a subseqüente, os subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito.

SEÇÃO VI
DOS VEREADORES

Art. 35 Os Vereadores são invioláveis na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos, quando estas forem manifestadas exclusivamente no exercício da vereança, em atos públicos ou "interna corporis", não alcançando, tal inviolabilidade, os atos de natureza particular, praticado pelo Vereador.

Art. 36 É vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter acordo com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer as cláusulas uniformes da administração pública observado o procedimento licitatório regular;

b) aceitar cargos, emprego ou função, no âmbito da administração direta e indireta municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e as normas esculpidas na presente Lei, na Constituição do Estado e da República, e da legislação esparsa aplicável a espécie;

II - desde a posse:

a) ocupar cargo, função ou emprego na administração pública do Município, de que seja exonerável "*ad nutum*", salvo o cargo de Secretário ou Diretor equivalente, desde que se licencie do exercício do mandato;
b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;
c) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do Município, ou nela exercer função remunerada;
d) patrocinar causa, como patrono, contra o Município ou qualquer órgão ou entidade de direito público municipal, enquanto no exercício do cargo ou função ocupada, seja no Legislativo ou no Executivo Municipal.

Art. 37 Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório ás instituições vigentes;

III - que utilizar do mandato para a prática de atos de corrupção ativa ou passiva ou de improbidade administrativa;

IV - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, a cinco sessões ordinárias consecutivas ou dez alternadas e a quatro sessões extraordinárias consecutivas ou a oito alternadas, salvo se por doença, devidamente comprovada mediante atestado médico ou missão autorizada pela edilidade;

V - que deixar de manter domicilio no Município;

VI - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos, em decorrência de sentença judicial ou por qualquer outro ato legal que leve a tal;

VII - que for condenado por crime de morte ou hediondo, na forma da Lei.

§ 1º Além de outros casos definidos no Regimento Interno da Câmara Municipal, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens ilícitas ou imorais;

§ 2º Nos casos dos incisos I e II, após regular processo administrativo, a perda do mandato será declarada pela Câmara por voto aberto e maioria absoluta, mediante representação da Mesa ou de Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa e o contraditório.

PM FAZENDA RIO GRANDE

§ 3º Nos casos previstos nos incisos III e VI, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante representação de qualquer de seus membros do Legislativo Municipal ou de Partido Político representado na Casa, assegurada ampla defesa.

Art. 38 O Vereador poderá licenciar-se:

I - por motivo de doença;

II - para tratar de assunto de seu interesse particular, sem remuneração, desde que não ultrapasse cento e vinte (120) dias corridos, por sessão legislativa, impedido o retorno antes de expirado o prazo da licença;

III - para desempenhar missões temporárias, de caráter cultural ou de Município;

IV - a Vereadora gestante ou que por adoção legalmente formalizada, dedicar-se aos hábitos da maternidade, poderá licenciar-se pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, na forma da legislação previdenciária, sem prejuízo da sua remuneração;

V - ao Vereador, por ocasião do nascimento de seu filho(a), será concedido licença paternidade na forma da legislação previdenciária.

§ 1º Não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado, o Vereador investido no Cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, conforme previsto no Art. 36º, inciso II, alínea "a" desta Lei Orgânica.

§ 2º Ao Vereador licenciado nos termos do inciso I, a Câmara poderá determinar o pagamento, no valor que estabelecer e na forma que especificar, de auxílio - doença ou de auxilio especial.

§ 3º o auxílio de que trata o parágrafo anterior poderá ser fixado no curso da legislatura e não será computado para o efeito de cálculo de remuneração dos Vereadores.

§ 4º A licença para tratar de interesse particular não será inferior a 30 (trinta) dias, e o Vereador não poderá reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

§ 5º Independentemente de requerimento, a ausência do Vereador, privado de sua liberdade, por ordem judicial ou prisão em flagrante, considerar-se-á o mesmo como licenciado, até o trânsito em julgado da sentença que o condenar, excepcionada a hipótese prevista no inciso VII do artigo 37 desta Lei.

§ 6º Na hipótese do § 1º o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato

Art. 39 Dar-se-á a convocação do Suplente de Vereador nos casos de vaga ou de licença.

§ 1º O Suplente convocado deverá tomar posse no prazo de 15(quinze) dias, contados da

PM FAZENDA RIO GRANDE Ficha Nº 330 Ass 2021

data da convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo.

§ 2º Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida calcular-se-á o quorum em função dos Vereadores remanescentes.

Art. 40 A remuneração dos Vereadores compreenderá os subsídios na forma do Art. 3º da Emenda Constitucional nº 25/2000 e as parcelas indenizatórias pelo comparecimento às sessões extraordinárias.

§ 1º A percepção e o "quantum" correspondente às parcelas indenizatórias pelo comparecimento em sessões extraordinárias, será disciplinada e regulamentada pelo Regimento Interno;

§ 2º A parcela retribuitória devida pelo comparecimento às sessões extraordinárias, não poderá exceder o valor percebido a titulo de subsidio mensal.

Art. 41 O subsídio do Presidente da Câmara será acrescido de 1/3 (um terço) do valor dos subsídios percebidos pelos demais Vereadores.

SEÇÃO VII
DO PROCESSO LEGISLATIVO

Art. 42 O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

I - emendas á Lei Orgânica Municipal;

II - leis complementares;

III - leis ordinárias;

IV - leis delegadas;

V - resoluções, e

VI - decretos legislativos.

Art. 43 A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante propostas;

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.

II - do Prefeito Municipal;

III - de iniciativa popular;

§ 1º A proposta será votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada

por dois terços dos membros da Câmara Municipal;

§ 2º A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem;

§ 3º A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio ou de intervenção no Município.

Art. 44 A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total do numero de eleitores do Município.

Art. 45 As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos adotados para a votação das leis ordinárias.

Parágrafo Único - Serão leis complementares, dentre outras previstas:

a) Código Tributário do Município;
b) Código de Obras;
c) Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
d) Código de Postura;
e) Lei instituidora de regime jurídico único dos servidores municipais;
f) Lei Orgânica instituidora da Guarda Municipal;
g) Lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;

Art. 46 São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e Indireta ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, avanços, estabilidade e aposentadoria;

III - criação, estruturação e atribuições das secretarias ou departamentos equivalentes e órgãos da Administração Pública;

IV - matéria orçamentária e a que autoriza a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios ou subvenções.

Parágrafo Único - Não será admitido emendas que enseje aumento da despesa, nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvado o disposto no Artigo 166, §§ 3º e 4º da Constituição Federal.

Art. 47 É da competência exclusiva da Mesa da Câmara a iniciativa das Leis que disponham sobre;

I - autorização para abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações Orçamentárias da Câmara;

II - organização dos serviços administrativos da Câmara, criação, transformação ou extinção de seus cargos, empregos ou funções e fixação da respectiva remuneração.

Parágrafo Único - Nos projetos de competência exclusiva da Mesa da Câmara, não serão admitidas emendas que aumentem a despesa prevista, ressalvada a fixação da remuneração dos servidores da Câmara, se proposta pela maioria dos Vereadores.

Art. 48 O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 1º Somente será considerado motivo de urgência para discussão da matéria cujo adiamento torne inútil a deliberação ou importe em grave prejuízo à coletividade ou ao erário público.

§ 2º Solicitada a urgência, a Câmara deverá se manifestar em até 15 (quinze) dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.

§ 3º Esgotado o prazo previsto no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara, será a proposição com pedido de urgência incluída na Ordem do Dia, sobrestando-se ás demais proposições, até que se ultime a votação desta.

§ 4º o prazo do § 2º não corre no período de recesso da Câmara nem se aplica aos projetos de lei complementar.

Art. 49 Aprovado o projeto de lei, será este enviado ao Prefeito, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º O Prefeito, considerando o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá o artigo em seu todo, o mesmo ocorrendo com o parágrafo, com inciso ou com a alínea, que restar vetado.

§ 3º Decorrido o prazo do parágrafo 1º, o silêncio do Prefeito importará em sanção tácita.

§ 4º A apreciação do veto pelo Plenário da Câmara dá-se, dentro de 30 (trinta) dias, contados do seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer da Comissão de Constituição e Justiça ou sem ele, considerando-o rejeitado, pela maioria absoluta dos votos dos Vereadores, em escrutínio aberto e por chamada nominal.

§ 5º Rejeitado o veto, o Sr. Presidente do Legislativo Municipal promulgará a Lei e fará publica-la, no órgão oficial do Município, na primeira edição subsequente a data de rejeição do veto, no seu inteiro teor, dando ciência, por escrito e com cópia do ato, ao Sr. Prefeito

PM FAZENDA RIO GRANDE 339

Municipal.

§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas às demais proposições, até sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o Art. 48 desta Lei Orgânica.

Art. 50 Não poderá o Legislativo Municipal delegar ao Chefe do Poder Executivo, poderes para legislar sobre qualquer matéria, em especial as de interesse público, social, econômico, financeiro, de pessoal, estrutural, cargos e salários e outros afins.

Art. 51 Os projetos de resoluções disporão sobre matérias de interesse interno da Câmara e os projetos de decreto legislativo sobre os demais casos de sua competência privativa.

Parágrafo Único - Nos casos de projeto de resolução e de projeto legislativo, considerar-se-á encerrada com a votação final a elaboração da norma que será promulgada pelo Presidente da Câmara.

Art. 52 A matéria constante de projeto de lei rejeitada, somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

SEÇÃO VIII
DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 53 A fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo e pelos sistemas de controles internos do Executivo, instituídos por Lei.

§ 1º O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado e compreenderá a apreciação das Contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos;

§ 2º As contas do Prefeito e da Câmara Municipal prestadas anualmente, serão julgadas pela Câmara dentro de 60 (sessenta) dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas, considerando-se julgadas nos termos das conclusões desse parecer, se não houver deliberação dentro desse prazo;

§ 3º Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, em uma única votação de plenário;

§ 4º Rejeitadas as contas, serão estas imediatamente remetidas ao Ministério Público para os fins de direito;

PM FAZENDA RIO GRANDE Ass. Fls. 340

§ 5º As contas relativas à aplicação de recursos repassados pela União ou Estado, serão prestadas na forma da legislação pertinente e em vigor, podendo o Município, suplementar essas contas, sem prejuízo de sua inclusão na prestação anual de contas.

Art. 54 O Poder Executivo manterá sistema de controle interno a fim de:

I - criar condições indispensáveis para assegurar eficácia ao controle externo e regularidade à realização da receita e despesa;

II - acompanhar as execuções de programas de trabalho e do orçamento;

III - avaliar os resultados alcançados pelos administradores;

IV - verificar a execução dos contratos e convênios onerosos ou não.

Art. 55 As contas do Município ficarão durante sessenta dias, anualmente, á disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

Capítulo II
DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I
DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 56 O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Gerentes Municipais ou Diretores equivalentes.

Parágrafo Único - Aplica-se, para o Prefeito e Vice-Prefeito à elegibilidade ao mandato de Vereador, as exigências dispostas nesta Lei Orgânica e idade mínima de 21 (vinte e um) anos.

Art. 57 A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizar-se-á, simultaneamente, nos termos estabelecidos no Art. 29, incisos I e II da Constituição Federal.

Parágrafo Único - A eleição do Prefeito importará na do Vice-Prefeito com ele registrado perante Justiça Eleitoral.

Art. 58 O Prefeito e Vice-Prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro subsequente ao da eleição, na qual fora proclamado eleito pela Justiça Eleitoral, em sessão da Câmara Municipal, na qual, o Prefeito empossado prestará, publicamente, perante os vereadores e convidados presentes, o seguinte compromisso:

"Assumo neste ato o elevado cargo de (vice)* Prefeito Municipal, comprometendo-me, publicamente e perante este Poder, (uma vez investido no cargo de Prefeito)* a administrar o Município dentro dos princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da publicidade, respeitando a Constituição da República, a do Estado do Paraná, a Lei Orgânica do Município, além de outras normas legais incidentes sobre a gestão pública, assim como aos demais Poderes Constituídos, exercendo o cargo que ora passo a ocupar, com desenvoltura, com responsabilidade, com dignidade e com respeito, tudo fazendo para o Município ter um crescimento ordenado, com desenvolvimento social, econômico, cultural, esportivo, incentivando e defendendo o pleno exercício da democracia, até o último dia de meu mandato."
(* apenas para o compromisso do vice-Prefeito)

§ 1º O Vice-Prefeito, após o compromisso e posse do Prefeito, por igual prestará o seu compromisso, capacitando-se, na ausência, afastamento, renúncia ou a perda do mandato, pelo Prefeito, a substituí-lo, naturalmente, na forma da Lei.

§ 2º Decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou Vice-Prefeito, salvo por motivo de força maior, não assumindo o cargo, ensejará seja este declarado pelo Presidente da Câmara, vago, do que se dará, imediatamente ciência à Justiça eleitoral.

Art. 59 Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento e suceder-lhe-á, no de vacância, o Vice-Prefeito.

§ 1º O Vice-Prefeito não poderá se recusar a substituir o Prefeito, sob pena da extinção do mandato.

§ 2º O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele for convocado para missões especiais.

Art. 60 Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou vacância do cargo, assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara.

Parágrafo Único - O Presidente da Câmara recusando-se, por qualquer motivo, a assumir o cargo de Prefeito, renunciará, incontinente, à função de dirigente do Legislativo, ensejando assim a eleição de outro membro para ocupar, como Presidente da Câmara, a chefia do Poder Executivo.

Art. 61 Verificando-se a vacância do cargo de Prefeito e inexistindo Vice-Prefeito, observar-se-á o seguinte:

I - ocorrendo a vacância nos três primeiros anos de mandato, dar-se-á a convocação de eleição, no prazo de noventa dias após a sua abertura, cabendo aos eleitos completar o período dos seus antecessores;

II - ocorrendo a vacância no último ano do mandato, assumirá o Presidente da Câmara para completar o período.

Art. 62 O mandato do Prefeito é de quatro anos, admitida a reeleição para o período subseqüente.

Art. 63 O Prefeito e o Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo, não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município e no âmbito do território do Mercosul por período superior a 15 (quinze) dias, ou por qualquer prazo, fora deste território, sob pena de perda do cargo ou do mandato.

Parágrafo Único - O Prefeito regularmente licenciado terá direito a perceber a remuneração, quando:

I - a impossibilidade de exercer o cargo decorrer de doença devidamente comprovada, que impeça o exercício da função;

II - a serviço ou em missão de representação do Município, no País ou fora dele;

III - em deslocamento no âmbito do território do Mercosul.

Art. 64 A remuneração do Prefeito e do seu Vice, será fixada de acordo com o contido na Constituição Federal.

Parágrafo Único - A remuneração do Prefeito será atualizada sempre na mesma época e nos mesmos índices da atualização da remuneração dos Vereadores.

SEÇÃO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 65 Ao Prefeito, como chefe da administração do Poder Executivo, compete dar cumprimento às deliberações da Câmara, dirigir, fiscalizar e defender os interesses do Município, bem como adotar, de acordo com a lei, todas as medidas administrativas de utilidade pública, sem exceder as verbas orçamentárias.

Art. 66 Compete ao Prefeito, entre outras, as seguintes atribuições:

I - a iniciativa das leis, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;

II - representar o Município em juízo e fora dele;

III - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir os regulamentos, por decreto, para sua fiel execução;

IV - vetar, no todo ou em parte, os projetos de lei aprovados pela Câmara, observado, para os vetos, o contido no Art. 49 e parágrafos da presente Lei Orgânica;

PM. FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 34

V - decretar área de imóvel particular, de interesse público para fins de desapropriação e, obedecido o contido na Constituição da República e nos termos da lei, quando não for possível a desapropriação amigável, requerer ao Juízo competente, mediante depósito prévio do valor do bem desapropriado, precedido de avaliação feita por comissão composta, por no mínimo três pessoas de destaque no Município, nomeadas por Decreto, a imissão na posse, devendo, a declaração do interesse público ser adequada e devidamente fundamentada, demonstrada a necessidade e a finalidade social, econômica ou ecológica a que tal bem se destina.

VI - expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;

VII - permitir ou autorizar a execução de serviços públicos, por terceiros, mediante procedimento licitatório, na forma da Lei;

VIII - prover os cargos públicos e expedir os demais atos referentes a situação funcional dos servidores;

IX - enviar à Câmara os projetos de lei relativos ao orçamento anual, diretrizes orçamentárias e ao plano plurianual de investimentos do Município; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 1/2003)

X - encaminhar á Câmara, até 15 de abril, a prestação de contas, bem como os balanços do exercício findo;

XI - encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;

XII - fazer publicar os atos oficiais, no prazo de 30 (trinta) dias;

XIII - prestar à Câmara, dentro de 15 (quinze) dias, as informações solicitadas pela mesma, salvo prorrogação, a seu pedido, em face de complexidade da matéria ou dificuldade de obtenção, nas respectivas fontes, dos dados pleiteados;

XIV - prover os serviços e obras da administração pública;

XV - superintender a arrecadação dos tributos bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos votados pela Câmara;

XVI - colocará à disposição da Câmara, dentro de 10 (dez) dias de sua requisição, as quantias que devam ser despendidas de uma só vez;

XVII - aplicar multas previstas em leis e contratos;

XVIII - resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidas;

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 342 Ass 28/6

XIX - oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos, mediante denominação aprovada pela Câmara;

XX - convocar, extraordinariamente, a Câmara, em caso de urgência ou interesse público relevante;

XXI - aprovar os projetos de edificação, os planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;

XXII - apresentar, anualmente, à Câmara, relatório circunstanciado sobre o estado das obras e dos serviços municipais, bem assim o programa da administração para o ano seguinte;

XXIII - organizar os serviços internos das repartições criadas por lei, sem exceder as verbas para tal destinadas;

XXIV - contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante prévia autorização da Câmara;

XXV - manter Cadastro dos Bens Móveis e Imóveis de Propriedade do Município e sobre eles manter rigorosa administração, só podendo os disponibilizar, mediante uso especial, Alienação ou inutilização ou abandono, observadas as normas aplicáveis, contidas na presente lei assim como na Lei Federal das Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 4/2018)

§ 1º Será utilizado uso especial, quando a modalidade de movimentação de material do acervo ocorrer através de concessão de uso, permissão de uso, autorização de uso, cessão de uso, concessão de direito real de uso ou aforamento. (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 4/2018)
f
§ 2º Será utilizada a alienação, quando o Poder Executivo transferir qualquer bem declarado dominical, móvel ou imóvel, através das modalidades de venda, permuta, doação, investidura, legitimação de posse, concessão de domínio, e incorporação retrocessão. (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 4/2018)

§ 3º Será utilizada a inutilidade ou abandono, quando o Poder Executivo verificar a impossibilidade ou inconveniência da alienação do material classificado como irrecuperável, determinando sua descarga patrimonial e sua inutilização ou abandono. (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 4/2018)

XXVI - organizar e dirigir, nos termos da lei, os serviços relativos as terras do Município;

XXVII - desenvolver o sistema viário do Município;

XXVIII - conceder auxílios, prêmios e subvenções nos limites das respectivas verbas orçamentárias e do plano de distribuição, prévia e anualmente aprovado pela Câmara;

XXIX - providenciar sobre o incremento do ensino por todos os setores do Município;

XXX - estabelecer a divisão administrativa do Município, de acordo com a Lei;

XXXI - solicitar o auxílio das autoridades policiais do Estado para garantia do cumprimento de seus atos;

XXXII - solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara para ausentar-se do Município por tempo superior a 15 (quinze) dias, solicitação essa que terá prioridade entre as demais matérias constantes da pauta da primeira sessão a ser realizada após o recebimento do pedido, nos termos do art. 63 desta Lei;

XXXIII - adotar providências para conservação e salvaguarda do patrimônio municipal;

XXXIV - publicar até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 1º Deverá o Prefeito Municipal, nos anos em que ocorrerem eleições para os cargos de Prefeito, Vice Prefeito e Vereadores, fazer publicar no átrio da Prefeitura e no órgão oficial do Município, até 60 (sessenta) dias anteriores a data do pleito, demonstrativo contábil das contas públicas, evidenciando as despesas correntes, a receita, a qualquer título, os débitos existentes e datas de pagamentos, relacionando-os e identificando-os; as obras de qualquer natureza em andamento ou a se iniciar até o final do exercício e o seu prazo de conclusão; convênios ou contratos onerosos ao Município, explicitando valor, prazo e a fonte de custeio; o número de funcionários e suas lotações, relacionados nominalmente, destacando os que se encontrem em gozo de férias ou licenças, bem como os titulares de cargos em comissão, também chamados de confiança, suas lotações e subsídios, sob pena de responsabilidade civil e do crime de improbidade administrativa.

§ 2º O Prefeito Municipal, em face da omissão cometida, será, em rito sumaríssimo, afastado da função pública, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros do Legislativo Municipal, em sessão única, ouvida a exposição dos motivos os quais serão expostos pelo Vereador que o requerer, mediante o uso da palavra, pelo prazo de 30` (trinta minutos), sujeitos a "apartes", findo os quais, se dará ao Prefeito, o direito a defesa oral, pelo prazo de 60 (sessenta) minutos, os quais poderão ser utilizados diretamente pelo Prefeito ou por advogado para esse fim constituído pelo mesmo ou, na ausência de produção de tal defesa, pelo próprio Prefeito ou por advogado por este constituído, ser-lhe-á nomeado, dentre os presente, advogado ou não, cidadão de notório saber, para que proceda a defesa do mesmo, em face do descumprimento do "caput" e parágrafo primeiro deste artigo.

§ 3º Feita a exposição do requerente e esgotada a defesa do Prefeito, é facultado ao Vereador que assim o requerer, o encaminhamento de voto, pelo prazo de 2` (dois) minutos, vedado apartes, após o que serão colhidos os votos, por chamada nominal e manifestados oralmente, em aberto, pelo Vereador, que votará "SIM" ou "NÃO", significando "sim" pelo acolhimento da denúncia e "não", pela sua rejeição.

§ 4º Decidindo o Plenário pelo afastamento, por maioria de 2/3 (dois terços), imediatamente o Presidente proclamará o afastamento do Prefeito, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias e dará posse ao sucessor legal, o qual, nesse prazo, além da prática normal dos atos administrativos inerentes à função, deverá fazer publicar o demonstrativo de que trata o "caput" deste artigo e seu parágrafo primeiro.

§ 5º findo o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias do afastamento, deverá o Prefeito afastado reassumir suas funções, independentemente de ato do Legislativo Municipal.

Art. 67 O Prefeito poderá delegar, por decreto, a seus auxiliares ocupantes de cargo de Gerente ou de Diretor, as funções administrativas previstas nos incisos XV, XXIV, XXVI, XXVII e XXVIII do antigo anterior.

§ 1º O atendimento ao contido no inciso XXII decorrerá de análise do Departamento de obras e Edificações do Município, observado o Plano Diretor e, submetido ao Prefeito, este, aprovando-o, fará publicar tal decisão por Decreto, com prazo de 30 (trinta) dias para entrada em vigor, prazo esse reservado para impugnação manifestada por qualquer cidadão ou entidade de direito privado, devidamente constituída e com sede no Município, ou público, com abrangência no Município, demonstrando a inviabilidade do projeto aprovado ou dano ambiental que tal possa promover, se executado, o qual será levado a uma Comissão composta de 3 (três) membros, escolhidos dentre cidadãos de notório saber, residente e domiciliados no Município, constituída por ato do Prefeito Municipal, através de decreto, devendo esta se pronunciar no prazo de 10 (dez) dias, acatando ou não a impugnação, de forma fundamentada.

§ 2º Interposta a impugnação, esta será recebida no efeito suspensivo, suspendendo, "ipso facto" a eficácia e vigência do Decreto, até decisão final manifestada pela Comissão.

§ 3º A Comissão designada, após acurada análise da impugnação, deverá exarar seu parecer. Dando pela procedência da impugnação, indicará os pontos que ditaram tais acolhimentos, decisão essa que deverá ser publicada no órgão oficial do Município, com remessa do processo ao Prefeito Municipal, para as providências necessárias ou arquivamento do objeto impugnado. Denegada procedência à impugnação, esta será publicada no órgão oficial do Município, convalidando o Decreto publicado, restabelecendo-lhe o prazo de fruição, se ainda não completado os 30 (trinta) dias mencionados no parágrafo 1º deste artigo.

§ 4º A impugnação de que trata o parágrafo primeiro não ilide outras, exercitadas no âmbito do Poder Judiciário, pela forma e tempo preconizados no procedimento processual adotado.

SEÇÃO III
DA PERDA E EXTINÇÃO DO MANDATO

Art. 68 É vedado ao Prefeito assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto na

PMH FAZENDA RIO GRANDE 242

Constituição Federal, Constituição Estadual e nesta Lei Orgânica.

§ 1º É igualmente vedado ao Prefeito, desempenhar função de administração em qualquer empresa privada;

§ 2º A infringência ao disposto neste artigo e em seu § - 1º, importará em perda de mandato.

Art. 69 As incompatibilidades declaradas e observadas nesta Lei Orgânica, no que couber, estende-se aos Secretários Municipais e ou Diretores equivalentes.

Art. 70 São crimes de responsabilidade do Prefeito os previstos em Lei Federal.

Parágrafo Único - O Prefeito será julgado pela prática de crime de responsabilidade, perante o Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 71 São infrações político - administrativas do Prefeito as previstas em Lei Federal e as que contrariarem a presente Lei Orgânica.

§ 1º O Prefeito será julgado pela prática de infrações político - administrativas, perante a Câmara Municipal, através de denúncia fundada, apresentada por qualquer cidadão no pleno gozo de seus direitos políticos e residente no Município ou por representação de pelo menos um terço dos membros da Câmara, no qual será requerida a abertura de Comissão Especial de Inquérito, com força processante, assegurado ao indiciado, a ampla defesa e o contraditório.

§ 2º Recebida a denúncia contra o Prefeito ou Secretário ou ainda Diretor, esta será encaminhada, após lida em plenário, à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que deverá se pronunciar, sob os aspectos legais da representação, no prazo de 3 (três) dias. Após, com o Parecer da CCJ, será a denúncia submetida ao plenário, sendo acolhida com o voto de dois terços dos membros da Câmara.

§ 3º Acolhida a denúncia pelo plenário, no mesmo ato constituir-se-á a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 3 (três) membros, excepcionados os subscritores da denúncia e escolhidos de forma paritária, entre as bancadas com representação na Câmara, recaindo a Presidência ao membro integrante da maior bancada, o relator da Segunda maior bancada e o secretário, da terceira maior bancada.

§ 4º Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, terá esta prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos investigatórios, podendo, este prazo, autorizado pelo Plenário, ser prorrogado em até mais 30 (trinta) dias.

§ 5º Todos os atos praticados pela Comissão deverão ser acompanhados pelo denunciado ou denunciados, ou por seus representantes legais. Na ausência destes, ser-lhe(s)-á nomeado defensor dativo, podendo tal nomeação recair sobre um advogado militante na Comarca ou em pessoa de notório saber, residente e domiciliado no Município, assegurando assim a ampla defesa e o contraditório.

PM FAZENDA RIO GRANDE Fls. Nº 344 Ass

§ 6º Concluídos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, deverá o Relator apresentar o seu relatório e voto, de forma circunstanciada, que será submetido à Comissão. Aprovado o parecer do Relator, será o processo, juntamente com o Parecer remetido ao Sr. Presidente da Câmara que convocará, no prazo de cinco dias, tantas sessões públicas quantas forem necessárias, para a leitura do relatório da Comissão, defesa oral do (s) denunciado (s), que será manifestada pelo próprio ou por advogado seu, pelo prazo de uma hora, sem apartes, reservada a cada denunciado;

§ 7º Encerrada a manifestação de defesa do denunciado ou de cada denunciado, será concedida a palavra aos membros da Câmara, para debates, assegurando o uso da palavra a cada um dos inscritos, por 10 (dez) minutos;

§ 8º Os apartes, pedidos por outros membros da Câmara ao que estiver usando da palavra, não excederá a 1` (um minuto), salvo se assim permitir o aparteado;

§ 9º Encerrada as discussões, o Presidente deverá anunciar a votação, a qual deverá ser feita mediante chamada nominal dos Srs. Vereadores, os quais votarão aprovando ou não o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, mediante "SIM" ou "NÃO", expressado verbalmente ao Sr. Presidente, de forma clara e audível por todos os presentes;

§ 10 Aprovado o Parecer da CPI, será declarado cassado o denunciado, do cargo em que ocupa. Sendo este Prefeito Municipal, imediatamente será empossado o Vice - Prefeito e, na ausência deste, o Sr. Presidente da Câmara, na forma prescrita por esta Lei;

§ 11 O processo investigatório, juntamente com o relatório, com a defesa do denunciado e com a decisão do plenário, será remetido ao Ministério Público, para as providências que julgar conveniente;

Art. 72 Será declarado vago, pela Câmara Municipal, o cargo do Prefeito, quando.

I - ocorrer falecimento, renúncia ou condenação por crime funcional ou eleitoral

II - deixar de tomar posse, sem motivo justo, aceito pela Câmara, dentro do prazo de 10 (dez) dias;

III - infringir as normas do artigo 63 desta Lei Orgânica;

IV - perder ou tiver suspenso os direitos políticos.

SEÇÃO IV
DOS AUXILIARES DIRETOS DO PREFEITO

Art. 73 São auxiliares do Prefeito:

I - Os Gerentes Municipais ou Diretores equivalentes;

II - os Subprefeitos

Parágrafo Único - Os cargos são de livre nomeação e demissão do Prefeito.

Art. 74 A Lei Municipal estabelecerá as atribuições dos Gerentes municipais e dos auxiliares diretos do Prefeito, definindo-lhes a competência, deveres e responsabilidades

Art. 75 São condições essenciais para a investidura rio cargo de Gerente, Diretor ou equivalente:

I - ser brasileiro;

II - estar no exercício dos direitos políticos;

III - ser maior de 21 (vinte e um) anos.

Parágrafo Único - A escolha do Secretário ou Diretor equivalente deverá recair, preferencialmente, em pessoa de notória capacidade profissional para o cargo a ser ocupado.

Art. 76 Além das atribuições fixadas em lei, compete aos Gerentes Municipais ou Diretores equivalentes:

I - subscrever atos e regulamentos referentes aos seus órgãos;

II - expedir instruções para a boa execução e cumprimento das leis, decretos e regulamentos;

III - apresentar ao Prefeito, relatório anual dos serviços por suas repartições;

IV - comparecer à Câmara Municipal, sempre que convocados pela mesma, para prestação de esclarecimentos oficiais.

Parágrafo Único - A infringência do inciso IV deste artigo, sem justificação, importa em crime de responsabilidade.

Art. 77 Os Gerentes Municipais ou Diretores equivalentes são solidariamente responsáveis com o Prefeito pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

Art. 78 A competência do Subprefeito limitar-se-á ao Distrito para o qual foi nomeado.

Parágrafo Único - Os Subprefeitos atuaram como delegados do Poder Executivo e terão, para efeitos remuneratórios, "status" de secretário, competindo-lhes:

a) cumprir e fazer cumprir, de acordo com as instruções recebidas, as leis, resoluções, regulamentos e demais atos do Prefeito e da Câmara;

b) fiscalizar os serviços distritais;
c) atender às reclamações das partes e encaminhá-las ao Prefeito, quando se tratar de matéria estranha às suas atribuições ou quando lhes for favorável a decisão proferida;
d) indicar ao Prefeito as providências necessárias ao Distrito;
e) prestar contas ao Prefeito mensalmente, ou quando lhe forem solicitadas.

Art. 79 O Subprefeito, em caso de licença ou impedimento, será substituído por pessoa de livre escolha do Prefeito.

Art. 80 Os auxiliares diretos do Prefeito farão declaração de renda e patrimônio, no início e no término do exercício do cargo.

TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL

Capítulo I
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 81 A Administração Pública direta e indireta do Município, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e também ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, o candidato aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargos ou empregos na carreira para a qual fora aprovado;

V - os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos preferencialmente por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições previstos em lei:

VI - é garantido ao Servidor Público Municipal Civil o direito à livre associação sindical, garantindo-se, por igual, a dispensa da obrigação funcional do servidor eleito Presidente, sem prejuízo de sua remuneração, enquanto no exercício do cargo para o qual fora eleito.

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar federal, assegurado um mínimo de funcionamento do órgão público atingido pela greve.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha nº 345

respeitado o princípio de continuidade do serviço público;

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e definirá os critérios de sua admissão

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de serviço e de excepcional interesse público;

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do artigo 39 da Constituição Federal somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

XI - A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos, da administração direta, autárquica, fundacional e empresas públicas ou de economia mista da qual o Município participe e os proventos de aposentadoria e pensões, bem como dos subsídios de mandatos eletivos, terão como limite o teto fixado no inciso XI do artigo 37º da Constituição da República;

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superior aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, salvo se integrantes de uma mesma categoria funcional organizada em carreira.

IV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público, não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvados o contido nos incisos XI e XIV do artigo 37, Arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observando, em qualquer caso, o disposto no inciso XI do art. 37º da Constituição Federal;
a) a dois cargos de professor;
b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico
c) a de dois cargos privativos de médico;

XVII - a proibição de acumular, estende-se a empregos e funções, e, abrange autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público Municipal;

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais, terão dentro de suas áreas de

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 346 Ass 36/61

competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - somente por lei específica, poderá ser criada empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública, cabendo à lei que lhe der origem definir sua forma de atuação e área de abrangência;

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienação pública deverá ser feita através de procedimento licitatório que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, exigindo-se a qualificação técnico-econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.

XXII - a fixação dos padrões de vencimentos de servidores públicos e dos demais componentes de cada carreira, obedecerá o contido no parágrafo 1º do artigo 39 da Constituição da República;

§ 1º A não observância do disposto nos incisos II e III implicará na nulidade do ato e na punição da autoridade responsável, nos termos da lei;

§ 2º As reclamações relativas á prestação de serviços públicos, serão disciplinadas por lei.

§ 3º Os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade dos bens e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 4º A lei federal estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízo ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 5º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado, prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes nessa qualidade, causarem, terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.

XXII - A Lei assegurará a participação paritária de servidores públicos na gerência de fundos e entidades para as quais contribuem.

Art. 82 Ao servidor público com exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato eletivo federal, ou estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função que exerça;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Parágrafo Único - No âmbito da Administração Pública, direta e indireta do Poder Executivo e do Poder Legislativo Municipal, o dispêndio com pessoal ocupantes de cargos comissionados ou de confiança não poderá ultrapassar em 20% (vinte por cento) do total despendido com o quadro de pessoal administrativo de qualquer natureza, observado, na despesa geral com pessoal, o limite imposto pelo art. 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 83 O pagamento dos vencimentos aos servidores públicos municipais deverá ser efetuado até o último dia útil do mês vencido.

Capítulo II
DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 84 O Município poderá manter regime único de pessoal e, nesse caso deverá ser o regime estatutário, com cargos criados por Lei, providos por concurso público de provas ou de provas e títulos, com estágio probatório mínimo de 3 (três) anos, ou regime celetista, mediante a abertura de quadro celetista, devidamente autorizado por Lei Municipal e obedecidos os limites de dispêndio com pessoal, imposta pela Legislação Federal.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

a) em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
b) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
c) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa;
d) invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
e) Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

f) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

§ 2º Excetua-se do regime da consolidação dos Leis do Trabalho, as carreiras de servidores considerados essenciais ao serviço público, tais como de fiscalização, magistério, procuradores do Município e outras, que por sua natureza, demonstre ser essencial ao serviço público municipal;

§ 3º Aplica-se a esses servidores o disposto no Artigo 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX da Constituição Federal, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir;

§ 4º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poder ser fixada nos termos do parágrafo 4º do artigo 39 da Constituição da República.

Art. 85 O servidor será aposentado nos termos da Constituição Federal e da legislação que regula a previdência municipal. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 1/2003)

Art. 86 Fica assegurado ao Servidor Público Municipal o acesso ao Vale Transporte e ao Vale refeição, subsidiados pela Municipalidade, o que será definido em lei especifica.

Capítulo III
DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 87 O Município poderá constituir guarda municipal, força auxiliar destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos da lei complementar.

§ 1º A lei complementar de criação da guarda municipal. disporá sobre acesso, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho, com base na hierarquia e disciplina;

§ 2º A investidura nos cargos da guarda municipal se dará através de concurso público de provas escrita e física ou provas escrita, física e títulos.

Capítulo IV
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 88 A Administração Municipal é constituída pelos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria;

§ 1º Os órgãos de administração direta que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura, se organizam e se coordenam, atendendo aos princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de suas atribuições;

§ 2º As entidades dotadas de personalidade jurídica própria que compõem a Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO HERVAL
Folha Nº 342

Indireta do Município, se classificam em:

I - autarquia - o serviço autônomo, criado por lei e com personalidade jurídica, patrimônio e receitas próprias, para executar atividades típicas da administração pública que representam, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizadas;

II - empresa pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital do Município, criada por lei, para exploração de atividades econômicas que o Município seja levado a exercer, por força de contingência ou conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito:

III - sociedade de economia mista - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei, para exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, ao Município ou a entidade da Administração Indireta;

IV - fundação pública - a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e, funcionamento custeado por recursos do Município e de outras fontes.

§ 3º A entidade de que trata o inciso IV do § 2º, adquire personalidade jurídica, após parecer prévio formulado pelo representante do Ministério Público competente, com a inscrição de escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, aplicando-se a esta as normas de direito público e privado pertinentes e vigentes, quando de sua constituição e durante sua existência.

Capítulo V
DOS ATOS MUNICIPAIS

SEÇÃO I
DA PUBLICIDADE DOS ATOS MUNICIPAIS

Art. 89 A publicação das leis e atos municipais deverá ser feita através do órgão oficial do Município;

§ 1º Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação;

§ 2º A publicação de atos ou editais de interesse público que, por sua natureza devam ser levados a conhecimento de terceiros interessados, além do Município, serão efetuados, também, em um ou mais jornal de grande circulação no Estado ou no País.

SEÇÃO II

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 348 Ass

DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Art. 90 Os atos administrativos de competência do Prefeito, devem ser expedidos com obediência às seguintes normas:

I - Decreto numerado em ordem cronológica, nos seguintes casos:

a) regulamentação de lei;
b) instituição, modificação ou extinção de atribuições não constantes de lei;
c) regulamentação interna dos órgãos que forem criados na administração municipal;
d) abertura de créditos especiais e suplementares, até o limite autorizado por lei. assim como de créditos extraordinários;
e) declaração de utilidade pública ou interesse social,. para fins de desapropriação ou de servidão administrativa;
f) aprovação de regulamento, estatuto ou de regimento das entidades que compõem a administração municipal;
g) permissão de uso dos bens municipais, por prazo determinado e presente o interesse público;
h) medidas executórias do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
i) normas e efeitos externos, não privativos da lei;
j) fixação e alteração de preços de passagens urbanas de transporte coletivo; de serviços administrativos e emolumentos; de tarifa de taxi; de limpeza de terrenos baldios feitas pelo Poder Público, e de outras natureza, as quais devem compor tabela seguida de ampla divulgação aos munícipes usuários dos serviços em geral.

II - Portarias, nos seguintes casos:

a) provimento a vacância dos cargos públicos e demais atos de efeitos individuais;
b) lotação e relotação nos quadros de pessoal;
c) abertura de sindicâncias e processos administrativos, aplicações de penalidades e demais atos individuais de efeitos internos:
d) outros casos determinados em lei ou decreto.

III - Contrato, nos seguintes casos:

a) admissão temporário, nos termos do antigo 81 IX, desta Lei Orgânica;
b) execução de obras e serviços municipais, nos termos da lei;

Parágrafo Único - Os atos constantes dos itens II e III deste antigo, poderão ser delegados à Secretário Municipal ou Diretor equivalente.

SEÇÃO III
DAS PROIBIÇÕES

Art. 91º O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores Municipais e seus respectivos cônjuges, não poderão contratar, direta ou indiretamente com o Município, persistindo essa proibição até 6 (seis) meses após findar as funções exercidas no âmbito da administração pública .

Parágrafo Único - Considera-se contratação indireta, para fins do disposto neste antigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica. financeira ou trabalhista entre as pessoas referidas no "caput" deste antigo e a pessoa jurídica a ser contratada pelo Município.

Art. 92 A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, como estabelecido em lei federal, ou ainda, em débito com a Fazenda Municipal ou Estadual, não poderá contratar com o Poder Público Municipal, nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

SEÇÃO IV
DAS CERTIDÕES

Art. 93 A Administração Publica Direta e Indireta do Município, A Câmara de Vereadores e as Autarquias Municipais são obrigadas a fornecer a qualquer interessado, no prazo máximo de 15 dias (quinze) dias, certidões dos atos, contratos, decisões de processos administrativos, de atos legislativos, de regularidade fiscal, funcional, entre outros, desde que, requeridas para fins de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender as requisições judiciais se outro não for fixado pelo juízo requerente, ou órgão do Ministério Publico

Parágrafo Único - As certidões relativas ao poder Executivo serão fornecidas pelo Gerente Municipal ou Diretor da Administração da Prefeitura, exceto as declaratórias reservadas a competência do Prefeito, ou ao Presidente da Câmara Municipal, e nas autarquias, serão expedidas pelo seu respectivo Presidente. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 1/2003)

Capítulo VI
DOS BENS MUNICIPAIS

Art. 95 Cabe ao Prefeito, a administração dos bens Municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços.

Art. 96 Todos os bens municipais deverão ser cadastrados, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento e os imóveis, ficando esse sob a responsabilidade da Gerência ou Diretoria a que forem distribuídos.

Art. 97 Os bens patrimoniais do Município deverão ser classificados:

I - pela sua natureza;

II - em relação a cada serviço.

Parágrafo Único - Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e na prestação de contas de cada exercício, será incluído em inventário, todos os bens municipais.

Art. 98 A alienação de bens municipais dominicais será sempre subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, precedida de avaliação prévia, e obedecerá as seguintes normas: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 4/2018)

I - quando se tratar de alienação de bens imóveis, esta dependerá de demonstração de interesse público justificado, avaliação prévia, autorização legislativa e de procedimento licitatório, respeitando-se o insculpido na ei Federal de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93, ao que tange a modalidade escolhida, assim como aos casos em que a licitação será dispensada; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 4/2018)

II - quando se tratar de alienação de bens móveis este dependerá de demonstração de interesse público justificado, avaliação prévia e de Procedimento Licitatório, respeitando-se o insculpido na Lei Federal da Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93, ao que tange a modalidade escolhida, assim como aos casos em que a licitação será dispensada. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 4/2018)

III - Os bens inservíveis, o serão assim declarados, por comissão de servidores efetivos municipais, criada por ato do Poder Executivo, que os classificarão como ociosos, recuperáveis, antieconômicos ou irrecuperáveis, podendo ser doados exclusivamente para fins de uso de interesse social, após a avaliação de sua oportunidade e conveniência em relação à escolha de outra forma de alienação, nos termos da Lei Federal das licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93. (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 4/2018)

§ 1º Quando o bem móvel inservível for declarado pela Comissão, que se refere o inciso III deste artigo, como irrecuperável e inviável a qualquer uma das modalidades de alienação, inclusive doação, será declarada sua inutilização ou abandono, por meio de documentação específica contendo justificação e comprovação,os quais integrarão o respectivo processo de desfazimento, após a retirada das partes economicamente aproveitáveis, que possam porventura existir, e posteriormente incorporadas ao patrimônio. (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 4/2018)

§ 2º A inutilização ou abandono que trata o parágrafo anterior, consistirá na destruição total ou parcial e/ou destinação adequada ao resíduo, que ofereça ameaça vital para pessoas, riscos de contaminação ambiental ou inconveniente de qualquer natureza, para a Administração Pública deste Município. (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 4/2018)

Art. 99 O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 349 Ass.

pública.

§ 1º A concorrência poderá ser dispensada, através de lei específica, quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a entidades assistenciais, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado;

§ 2º A venda aos proprietários de imóveis lindeiros de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificações, resultantes de obras públicas, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa, dispensada a licitação, e, as áreas remanescentes de modificações de alinhamento, serão alienadas nas mesmas condições;

Art. 100 A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 101 É proibida a doação, venda ou concessão de qualquer fração dos parques, praças, jardins ou lagos públicos, salvo para instalação de pequenos quiosques destinados à venda de jornais, revistas e ou refrigerantes, os quais poderão ser cedidos por prazo determinado, mediante licitação pública.

Art. 102 O uso de bens municipais, por terceiros, só poderá ser feito mediante concessão, ou permissão a título precário e por tempo determinado, conforme o interesse público o exigir.

§ 1º A concessão de uso dos bens públicos, para uso especial e dominicais, dependerá de lei e licitação pública, e será feita mediante contrato por prazo certo, não superior a cinco anos, sob pena de nulidade do ato, ressalvando-se a hipótese do § 1º do Art. 99, desta Lei Orgânica;

§ 2º A concessão administrativa de bens públicos de uso comum, poderá ser outorgada para finalidades escolares, de nível básico ou superior, de assistência social ou mediante autorização legislativa;

§ 3º A permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita, a título precário, por ato unilateral do Prefeito, através de decreto, observadas as normas aplicáveis, contidas na presente lei e em legislação federal.

Art. 103 Poderão ser cedidos a particulares, para serviços transitórios, máquinas e operadores de propriedade do Município, desde que não haja prejuízos para os trabalhos regulares da Administração, e o interessado recolha, previamente, a remuneração estipulada e assine termo de responsabilidade pela conservação e devolução dos bens cedidos.

Art. 104 A utilização e administração dos bens públicos de uso especial, como: mercados, matadouros, terminais em geral, recintos de espetáculos e campos de esportes, serão feitas na forma da lei e regulamentos respectivos.

Capítulo VII
DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 350 Ass 44/61

Art. 105 Nenhum empreendimento de obras e serviços do Município, poderá ter início sem prévia elaboração do plano respectivo, no qual, obrigatoriamente conste:

I - a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse comum;

II - os pormenores para sua execução;

III - os recursos para o atendimento das respectivas despesas;

IV - os prazos para o seu início e conclusão, acompanhados da respectiva justificação;

§ 1º Nenhuma obra, serviço ou melhoramento, salvo casos de extrema urgência, será executada sem prévio orçamento de seu custo e a existência do recurso financeiro e orçamentário;

§ 2º As obras públicas poderão ser executadas pela administração direta do Município, por suas autarquias e demais entidades da administração indireta, e, por terceiros, mediante licitação.

Art. 106 A permissão de serviço público a título precário, será outorgada por decreto do Prefeito, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente, sendo que a concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato, precedido de licitação pública.

§ 1º Serão nulas de pleno direito as permissões, as concessões, bem como quaisquer outros ajustes feitos em desacordo com o estabelecido neste artigo;

§ 2º Os serviços permitidos ou concedidos, ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo aos que os executem, sua permanente atualização e adequação às necessidades dos usuários;

§ 3º Município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato autorizatório ou contrato, bem como aqueles que se revelarem insuficientes para o atendimento dos usuários;

§ 4º As licitações para a concessão de serviço público, deverão ser precedidas de ampla publicidade, na forma da Lei nº 8.666/93;

Art. 107 As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pelo Executivo com aprovação da Câmara, tendo-se em vista a justa remuneração.

Parágrafo Único - Nenhuma tarifa de Serviço Público Municipal poderá ser cobrada, sem que o mesmo esteja em perfeitas condições de uso e ou aproveitamento, á disposição do

contribuinte.

Art. 108 Nos serviços, obras e concessões do Município, bem nas compras e alienações, será adotada a licitação, nos termos da lei.

Art. 109 O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares, bem assim, através de consórcio com outros Municípios.

Capítulo VIII
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

SEÇÃO I
DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 110 São tributos municipais, os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas, instituídos por lei municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e nas normas gerais de Direito Tributário.

Art. 111 São de competência do Município, os impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direito à sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência do Estado, definidos na lei complementar prevista no artigo 146 da Constituição Federal.

§ 1º o imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo nos termos da lei, de forma a assegurar o cumprimento da função social;

§ 2º o imposto previsto no inciso II não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação ou extinção de pessoa jurídica, salvo se nesse caso a atividade preponderante do adquirente, for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

Art. 112 As taxas só poderão ser instituídas por lei em razão do exercício do Poder de Polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis prestados ao contribuinte ou postos à disposição pelo Município.

Art. 113 A contribuição de melhoria poderá ser cobrada dos proprietários de imóveis

valorizados por obras públicas municipais, tendo como limite total a despesa realizada.

Art. 114 O Município poderá instituir contribuição cobrada de seus servidores para o custeio, em benefício e em favor destes, no sistema de previdência e assistência social.

Art. 115 As empresas aéreas e as prestadoras de serviços com atividade em aeroportos localizados no território do Município, bem com as de transportes municipal ou intermunicipal de passageiros estão sujeitas a impostos e taxas devidas ao Município, na forma da Lei.

Art. 116 Todos os estabelecimentos de crédito com agências instaladas no território do Município, ficam obrigados a recolherem a este, o Imposto Sobre Serviços - ISS, sobre arrendamento mercantil e demais serviços prestados, ficando vedada suas transferências às matrizes dos referidos estabelecimentos, sob qualquer título.

SEÇÃO II
DA RECEITA E DA DESPESA

Art. 117 A receita municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação em tributos da União e do Estado, dos recursos resultantes do Fundo de Participação dos Municípios e da utilização de seus bens, serviços, atividades e de outros ingressos.

Art. 118 Pertencem ao Município:

I - o produto de arrecadação do imposto da União sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título, pela administração direta, autárquica e fundações públicas do Município;

II - cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural relativamente aos imóveis situados no Município;

III - cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território do município;

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação.

Art. 119 A fixação de preços públicos devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais, será feita pelo Prefeito mediante edição de decreto, conforme lei aprovada pela Câmara.

Parágrafo Único - As tarifas dos serviços públicos deverão cobrir os seus custos, sendo reajustáveis quando se tornarem deficientes ou excedentes.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 351 Assº

Art. 120 Nenhum contribuinte será obrigado ao pagamento de qualquer tributo lançado pela Administração Pública sem prévia notificação.

§ 1º Considera-se notificação, a entrega do aviso de lançamento no domicílio fiscal do contribuinte ou a divulgação através de edital, nos termos da legislação federal pertinente.

§ 2º Do lançamento do tributo cabe recurso ao Prefeito, assegurado para sua interposição o prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação.

Art. 121 A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e às normas de direito financeiro.

Art. 122 Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista recurso disponível e crédito autorizado pelo Legislativo Municipal, salvo a que correr por conta de crédito extraordinário.

Art. 123 Nenhuma lei que crie ou aumente despesa será executada sem que dela conste a indicação do recurso orçamentário e financeiro para atendimento dos correspondentes encargos.

SEÇÃO III
DO ORÇAMENTO

Art. 124 A elaboração e execução da lei orçamentária anual, lei de diretrizes orçamentárias e a do plano plurianual de investimentos, obedecerá as regras estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição do Estadual do Paraná, nas normas de Direito Financeiro e nos preceitos desta Lei Orgânica.

Parágrafo Único - O Poder Executivo publicará até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 1/2003)

Art. 125 Os projetos de lei relativos ao plano plurianual de investimentos, diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual e os créditos adicionais, serão apreciados pela Comissão competente da Câmara Municipal, á qual caberá:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos e as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito Municipal;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos e exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo de atuação das demais Comissões da Câmara.

§ 1º As emendas serão apresentadas na comissão que sobre elas emitirem parecer, e apreciados na forma da lei.

PM FAZENDA RIO GRANDE Ass. Fls. 352

§ 2º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que modifiquem, somente podem ser aprovados caso:

I - sejam compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e ao plano plurianual;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

a) dotação para pessoal e seus encargos; ou
b) serviços da dívida;

III - sejam relacionados:

a) com a correção de erros ou omissões; ou
b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 3º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição de lei orçamentária anual, ficarem sem despesa correspondente, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares com prévia e específica autorização legislativa. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 1/2003)

Art. 126 A lei orçamentária compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta ou indireta;

II - o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha maioria de capital social com direito a voto;

III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos instituídos pelo Poder Público.

Art. 127 Os projetos de Lei relativos ao plano plurianual, a diretrizes orçamentárias e o orçamento anual das diversas unidades gestoras da administração municipal, obedecerão aos seguintes prazos para encaminhamento e votação na Câmara Municipal:

I - O projeto de lei do plano plurianual será encaminhado à Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande pelo Poder Executivo até 30 (trinta) de junho do primeiro ano de cada mandato;

II - O projeto de lei das diretrizes orçamentárias será encaminhado à Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande pelo Poder Executivo até 15 (quinze) de agosto de cada exercício;

III - O projeto de lei do orçamento anual será encaminhado à Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande pelo Poder Executivo até 15 (quinza) de outubro de cada exercício.

§ 1º A Câmara Municipal apreciará, votará e devolverá ao Executivo Municipal os instrumentos de planejamento referidos nos incisos deste artigo:

I - O plano plurianual, até 31 de julho do primeiro ano de cada mandato;

II - A Lei de Diretrizes Orçamentárias, até 30 de setembro de cada exercício;

III - A Lei Orçamentária Anual, até 15 de dezembro de cada exercício.

§ 2º Vencidos quaisquer dos prazos estabelecidos no § 1º deste artigo sem que tenha concluído a votação, a Câmara passará a realizar sessões diárias até concluir a votação da matéria objeto da discussão, sobrestando todas as outras matérias em tramitação.

§ 3º O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara, para propor a modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não iniciada a votação da parte que deseja alterar. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 1/2003)

Art. 128 A Câmara não enviando, no prazo consignado na lei complementar federal, o projeto de lei orçamentária à sanção, será promulgada como lei, pelo Prefeito, o projeto originário do Executivo.

Art. 129 Rejeitado pela Câmara, o projeto de lei orçamentária anual, aplicar-se-á o disposto no art. 166, parágrafo 8º da Constituição Federal.

Art. 130 Aplica-se ao projeto de lei orçamentária, no que não contrariar o disposto nesta seção, as regras do processo legislativo.

Art. 131 O Município, para execução de projetos, programas, obras, serviços ou despesas cuja execução se prolongue além de um exercício financeiro, deverá elaborar orçamento plurianual de investimentos.

Parágrafo Único - As dotações anuais dos orçamentos plurianual deverão ser incluídas no orçamento de cada exercício, para utilização do respectivo crédito.

Art. 132 O orçamento será uno, incorporando-se, obrigatoriamente, na receita, todos os tributos, rendas e suprimentos de fundos, e incluindo-se discriminadamente, na despesa, as dotações necessárias ao custeio de todos os serviços municipais.

Art. 133 O orçamento não conterá dispositivo estranho à previsão da receita, nem a fixação da despesa anteriormente autorizada. Não se incluem nesta proibição:

I - a autorização para abertura de créditos suplementares;

II - a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Art. 134 São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizações mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pela Câmara, por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, a fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto de arrecadação dos impostos a que se referem os artigos 158º e 159º da Constituição Federal, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado por esta Lei Orgânica e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive os mencionados no artigo 126 desta Lei Orgânica;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza e sem prévia autorização legislativa;

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual ou em lei que autorize a inclusão no plano plurianual, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º Os créditos especiais extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subseqüente;

§ 3º A abertura de crédito extraordinário, por decreto, somente será admitida para atender às despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de declarado estado de calamidade pública;

Art. 135 Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias compreendidos os créditos

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 353 Ass.

suplementares e especiais, destinados à Câmara Municipal, ser-lhe-ão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Art. 136 A despesa com pessoal ativo e inativo, do Município, não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Parágrafo Único - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação e alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e acréscimos dela decorrentes, exceto o contido no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 137 As despesas com publicidade dos Poderes Legislativo e Municipal, serão objeto de dotação orçamentária e despendidas através de procedimento licitatório adequado, na forma da Lei.

Art. 138 O Município poderá destinar recursos para promoção de desporto especial, reabilitatório, incentivando também as manifestações desportivas, bem como à promoção de cursos voltados à área de reabilitação e integração social, das pessoas portadoras de necessidades especiais.

TÍTULO IV
DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

Capítulo I
DOS PRINCÍPIOS GERAIS DAS ATIVIDADES ECONÔMICA E SOCIAL

Art. 139 O Município, na sua circunscrição territorial e dentro de sua competência constitucional, assegura a todos, dentro dos princípios da ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, existência digna observados os seguintes princípios:

I - autonomia municipal;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente;

PM FAZENDA GRANDE Folha nº 327

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca de pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para cooperativas e empresas brasileiras de pequeno porte e microempresas;

§ 1º É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização dos órgãos públicos municipais, salvo nos casos previstos em lei.

§ 2º Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público Municipal dará tratamento preferencial, na forma da lei, às empresas de capital nacional.

§ 3º A exploração direta da atividade econômica será permitida, em caso de relevante interesse coletivo, na forma regulamentada em Lei Complementar que, dentre outras questões, especificará, para as empresas públicas e sociedades de economia mista ou entidades que criar e manter, as seguintes exigências:

I - regime jurídico das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias;

II - proibição de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado;

III - subordinação a uma secretaria municipal;

IV - adequação da atividade ao Plano Diretor, ao Plano Plurianual e às diretrizes orçamentárias;

V - orçamento anual aprovado pelo Prefeito;

Art. 140 O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Capítulo II
DA POLÍTICA URBANA

Art. 141 A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes fixadas em leis, tendo por objetivo ordenar o plano de desenvolvimento das funções da cidade e seus bairros, dos distritos e dos aglomerados urbanos e garantir o bem estar de seus habitantes.

§ 1º O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana;

§ 2º A propriedade cumpre a sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação urbana expressa no Plano Diretor.

§ 3º Os imóveis urbanos desapropriados pelo Município, avaliados previamente, serão pagos com prévia e justa indenização em dinheiro, salvo nos casos do inciso III, do parágrafo seguinte

§ 4º O proprietário do solo urbano incluído no Plano Diretor, com área não edificada ou não utilizada, nos termos da lei federal, deverá promover seu adequado aproveitamento sob pena, sucessivamente de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - Ter lançado imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana de forma progressiva;

III - desapropriação, com pagamento mediante título de dívida pública municipal de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 142 O Plano Diretor do Município, contemplará áreas de atividade rural produtiva, respeitadas as restrições decorrentes da expansão urbana.

Capítulo III
DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA

Art. 143 A política de desenvolvimento agropecuário será executada pelo poder público municipal ou em convênio com o Estado e ou União, conforme diretrizes gerais fixadas pela lei concernente à matéria.

§ 1º O Plano Diretor aprovado pelo Poder Legislativo Municipal é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano;

§ 2º Poder Público Municipal executará a política de desenvolvimento agropecuário através de uma secretaria ou departamento especifico, em conjunto com órgãos do Estado e da União, no que pertine as diretrizes gerais aplicáveis;

§ 3º A propriedade rural cumpre sua função social e econômica quando atende às exigências fundamentais do manejo integrado, do solo e da proteção e conservação das águas, produz alimento de acordo com a capacidade de uso do solo e preserva o meio ambiente, conforme as diretrizes do Plano Diretor, na legislação do Estado e da União;

Art. 144 Os imóveis públicos não poderão ser adquiridos, e nem desvinculados do Patrimônio Público Municipal, sob qualquer circunstância, através da Lei do Usucapião.

Art. 145 O Município atuará no campo de sua competência, no meio rural para fixação de contingentes populacionais, possibilitando-lhes acesso aos meios de produção e geração de rendas, estabelecendo as necessárias infra-estruturas destinadas a viabilizarem esse propósito.

Art. 146 A atuação do Município na zona rural, terá como principais objetivos:

I - oferecer meios para assegurar ao pequeno produtor e trabalhador rural, condições de trabalho e de mercado para os produtos, a rentabilidade dos empreendimentos e a melhoria do padrão de vida da família rural;

II - garantir o escoamento da produção sobretudo do abastecimento alimentar;

III - garantir a utilização racionar dos recursos naturais;

IV - o Município poderá organizar, orientar ou administrar propriedades rurais, destinadas à formação de mão de obra capacitadas às atividades agropecuárias, produção e pesquisas.

Art. 147 Como principais instrumentos para o fomento da produção da zona rural, o Município utilizará a assistência técnica e extensão rural, o armazenamento, o transporte, o associativismo, o cooperativismo e a divulgação das oportunidades de créditos e de incentivos fiscais.

Art. 148 O Poder Público Municipal cadastrará todas as propriedades rurais, classificando-as por tamanho de áreas e por especialidade de produção agropecuária, definindo o verdadeiro percentual de abastecimento e de exportação intermunicipal.

Art. 149 Compete ao Poder Público Municipal, através de suas gerências municipais ou departamentos equivalentes específicos, desenvolver sistemas de controle sanitário da produção de alimentos, garantindo ao público consumidor superior padrão de qualidade dos produtos comercializados, quer seja com relação ao uso de agrotóxicos, quer seja com relação às zoonoses, promovendo e incentivando, tanto quanto possível, a realização de feiras livres, no perímetro urbano, de produtos animais ou vegetais, extraídos da zona rural, como forma de fomento a sua comercialização.

Parágrafo Único - O abate de animais para fins de comercialização, bem como os produtos derivados de origem animal, deverão obedecer as normas estipuladas pelo SIPA - Serviço de Inspeção de Produto de Origem Animal, órgão do Ministério da Agricultura.

Art. 150 Nenhum empreendimento de natureza imobiliária, com características de loteamentos urbanos será permitido além do perímetro urbano, salvo as agro-vilas ou condomínios rurais, com lotes não inferiores a 5.000 m2. (cinco mil metros quadrados), com projetos devidamente aprovados pelos órgãos de proteção ambiental e pelo departamento de fomento agrícola e de desenvolvimento do município, na forma da Lei.

Capítulo IV

PM FAZENDA GRANDE Folha Nº 355 Ass.

DA ORDEM SOCIAL

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 151 A ordem social tem por base o primado do trabalho e como objetivo o bem estar e a justiça social.

Art. 152 O Município assegurará, em seus orçamentos anuais, a sua parcela de contribuição para financiar a seguridade social.

SEÇÃO II
DA SAÚDE

Art. 153 O Município integra, com a União e o Estado, com os recursos da seguridade social, o Sistema Único Descentralizado de Saúde, cujas ações e serviços públicos na circunscrição territorial são por ele dirigidos com as seguintes diretrizes:

I - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízos dos serviços assistenciais;

II - participação da comunidade;

§ 1º A assistência à saúde é livre à iniciativa privada;

§ 2º As instituições privadas poderão participar de forma complementar, do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direto público ou convênio tendo preferências as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos;

§ 3º É vedado ao Município a destinação de recursos públicos para auxilias e subvencionar às instituições privadas com fins lucrativos;

Art. 154 Ao Sistema Único Descentralizado de Saúde compete além de outras atribuições, nos termos da lei:

I - controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção imuno-biológicos, hemoderivados e outros insumos;

II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem cama as de saúde do trabalhador;

III - ordenar a formação de recursos humanas na área de saúde;

PM FAZENDA Folha Nº 356 SANDE

IV - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V - incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico;

VI - fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano, de forma complementar aos serviços desse jaez prestados pelo Estado e pela União;

VII - participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente nele compreendido o do trabalho.

Parágrafo Único - O Município poderá, por sua própria iniciativa, através de Lei, criar autarquia para a administração e prestação dos serviços de saúde, possibilitando o atendimento médico hospitalar pelo S.U.S. e, através de convênios firmados com planos de saúde, mediante reembolso.

SEÇÃO III
DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 155 O Município executará na sua circunscrição territorial, com recursos da seguridade social, consoante normas gerais federais, os programas de ação governamental na área de assistência social.

§ 1º As fundações e associações privadas beneficentes, sem fins lucrativos que exerçam funções de utilidade pública e sejam, nesse sentido reconhecidas por Lei Municipal, terão preferência na destinação de subvenções ou transferências, à conta do orçamento do Município, podendo também integrar os programas referidos no "caput" deste artigo;

§ 2º A comunidade, por meio de suas organizações representativas, participarão na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Capítulo V
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO DESPORTO E DO LAZER

SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO

Art. 156 O Município manterá seu sistema de ensino em colaboração com o Estado, atuando, prioritariamente, no ensino fundamental e pré-escolar.

§ 1º Os recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino compreenderão:

I - vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita oriunda de impostos, compreendidas as provenientes de transferências;

II - as transferências específicas da União e do Estado;

§ 2º Os recursos referidos no parágrafo anterior poderão ser dirigidos também, às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, na forma da lei. desde que atendidas as prioridades da rede de ensino do Município.

Art. 157 Integra o atendimento ao educando os programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Parágrafo Único - O Município promoverá a realização de cursos, palestras e outras atividades afins para a orientação programática e pedagógica, especialmente em campanhas anti-tóxicos, aids e deficiência imunológica.

Art. 158 O Município dispensará especial atenção ao atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais físicas e mentais, com recursos pré-definidos para sua manutenção e desenvolvimento.

SEÇÃO II
DA CULTURA

Art. 159 O Município apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, prioritariamente ligadas diretamente a sua história, a sua comunidade e aos seus bens.

Art. 160 Ficam sob a proteção do Município os conjuntos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, ecológico e científico tombados pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo Único - Os bens tombados pela União ou pelo Estado merecerão idêntico tratamento, mediante convênio.

Art. 161 O Município promoverá o levantamento e a divulgação das manifestações culturais da memória da cidade e realizará concursos, exposições publicações para sua divulgação.

Art. 162 O acesso à consulta aos arquivos da documentação oficial do Município é livre.

SEÇÃO III
DO DESPORTO E DO LAZER

Art. 163 O Município fomentará as práticas desportivas formais ou não formais, dando prioridade aos alunos de sua rede de ensino e às promoções desportivas dos clubes locais.

Parágrafo Único - O Município, dentro da sua capacidade de investimentos. Desenvolverá, diretamente ou em parceria com o Estado e/ou a União, programas de construção de espaços destinados à prática esportiva e de lazer, objetivando o incentivo destas atividades aos cidadãos fazendenses.

Art. 164 É vedado ao Município patrocinar entidades particulares de desporto, equipes ou atletas profissionais, bem como eventos de caráter esportivo nos quais hajam participação de profissionais do desporto em geral.

Art. 165 O Município incentivará a prática do esporte amador, principalmente na rede escolar do município e fomentará o lazer como forma de promoção social.

Capítulo VI
DO MEIO AMBIENTE

Art. 166 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à comunidade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público Municipal cumprir e fazer cumprir os preceitos e normas enumeradas no § 1º do Art. 207, da Constituição Estadual.

§ 2º A exploração de recursos minerais, inclusive extrações de areias, cascalhos ou pedreiras, ou ainda de corte da flora silvestre, deverá apresentar relatório de impacto ambiental, com solução para a recuperação do ambiente explorado, o qual deverá ser objeto de análise conclusiva de técnicos do Município e do Instituto Ambiental do Estado, apresentando soluções e forma de preservação do ambiente para gerações futuras, sem o qual não será fornecido alvará para a sua execução.

§ 3º É vedada a aprovação de parcelamento de solo, a qualquer título, que ponha em risco ou prejudique mananciais hídricos, nascentes ou vegetação nativa, no perímetro urbano e rural.

§ 4º Aquele que explorar recursos minerais, inclusive extrações de areias, cascalhos ou pedreiras, fica abrigado a recuperar o meio ambiente degradado de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, constante do relatório de impacto ambiental, sob pena de multa diária, até o seu atendimento, além da responsabilidade criminal promovida pela autoridade policial ou do Ministério Público, competente.

§ 4º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão as infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções administrativas e penais, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Capítulo VII

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 32 Ass.

DOS DEFICIENTES, DA CRIANÇA E DO IDOSO

Art. 167 A lei disporá sobre a exigência e adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de necessidades especiais física ou sensorial.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos comercias em geral, industriais, bancários ou de qualquer outra natureza, instalados no Município, deverão adequar-se a norma contida no "caput" do artigo, no prazo de dois anos, sob pena de cassação do respectivo alvará de funcionamento.

Art. 168 O Município promoverá programas de assistência à criança, ao idoso e aos portadores de necessidades especiais.

Parágrafo Único - Haverá concessão de auxilio funeral a pessoas carentes, conforme dispuser a Lei.

Art. 169 Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade do transporte coletivo urbano, assim com às pessoas podadoras de necessidades especiais, comprovadamente carentes de recursos financeiros.

Art. 170 Fica o Município com o encargo de custear as despesas de água e energia elétrica, das escolas especiais e entidades, reconhecidas de utilidade pública pelo Município e que se dediquem exclusivamente às pessoas podadoras de necessidades especiais e com o menor abandonado, conforme dispuser a lei.

TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 171 O Prefeito Municipal e os Vereadores, no ato e na data de promulgação, prestarão o compromisso de manter, defender e cumprir esta Lei Orgânica.

Art. 172 A revisão desta Lei Orgânica será realizada pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, sempre que alterações constitucionais que nela reflitam ocorrerem, devendo tais alterações ser propostas pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal.

Art. 173 Os projetos de lei relativos a regulamentação de dispositivos específicos de que trata esta Lei Orgânica serão apresentados no prazo máximo de doze meses a contar da promulgação desta Lei.

Art. 174 É lícito a qualquer cidadão obter informações e certidões sobre assuntos referentes a administração municipal.

Art. 175 O Município não poderá dar nome de pessoas vivas a logradouros, ruas ou a bens e

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 358

serviços públicos de qualquer natureza.

Art. 176 Os Servidores Públicos Municipais, terão seu Estatuto adequado a presente Lei e às normas constitucionais vigentes, no prazo de 12 (doze) meses.

Parágrafo Único - Enquanto não for revisto o estatuto de que trata este artigo, os servidores públicos municipais serão regidos pelo Estatuto atual, com as normas inseridas na presente Lei, revogadas as disposições em contrário.

Art. 177 A Câmara Municipal promulgará, no prazo de cento e oitenta dias, a contar da data de promulgação desta Lei Orgânica, o seu Regimento Interno, adotando os princípios e diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal, Constituição Estadual e por esta Lei Orgânica.

Art. 178 A criação, organização, composição e competência dos Conselhos Municipais aludidos por esta Lei Orgânica serão objetos de lei especifica.

Art. 179 O Município mandará imprimir esta Lei Orgânica para distribuir nas escolas, entidades representativas da comunidade, gratuitamente, de modo que se faça a mais ampla divulgação do seu conteúdo.

Art. 180 Esta Lei Orgânica, aprovada e assinada pelos integrantes da Câmara Municipal, é promulgada pela Mesa e entra em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Mesa da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, 03 de dezembro de 2002.

Alisson Anthony
Presidente

Wandscheer Eloi Kuhn
Primeiro Secretário

Pedro Eloir dos Santos
Vice-Presidente

Pedro Alvassir de Lima
Segundo Secretário

Vereadores:
Ademir Ferreira dos Santos
Ademir Francisco
Amilton José da Silva
Claudio Mortari
Edmar Alcides Dal Forno (Magrão)
Elvis Roberto Maioky

Francisco Luis dos Santos
Leslie Carlos Khervald de Moura
Lirani Maria Franco

PM CA... GRANDE
Fls. Nº 359
Ass.

LEI Nº 501/2007 - de 17 de outubro de 2007.

"INSTITUI O ~~FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO~~ FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". (Redação dada pela Lei nº 680/2009)

A CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, Estado do Paraná, aprovou, e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I
DO FUNDO MUNICIAL DE HABITAÇÃO

SEÇÃO I
DOS OBJETIVOS

~~Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Habitação Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, vinculado à Gerência Municipal de Ação Social e Relações de Trabalho, destinado a apoiar e dar suporte financeiro à Política Municipal de Habitação, com a finalidade de administrar e aplicar os recursos financeiros, instituídos nesta Lei, que objetivem a execução de programas e projetos habitacionais de interesse social.~~

~~Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, vinculado à Secretaria Municipal de Habitação, destinado a apoiar e dar suporte financeiro à Política Municipal de Habitação, com a finalidade de administrar e aplicar os recursos financeiros, instituídos nesta Lei, que objetivem a execução de programas e projetos habitacionais de interesse social. (Redação dada pela Lei nº 1443/2020)~~

Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, vinculado à Secretaria Municipal de Habitação, destinado a apoiar e dar suporte financeiro à Política Municipal de Habitação, com a finalidade de administrar e aplicar os recursos financeiros, instituídos nesta Lei, que objetivem a execução de programas e projetos habitacionais de interesse social. (Redação dada pela Lei nº 1447/2021)

SEÇÃO II
DAS DIRETRIZES E FINALIDADES

Art. 2º O ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS tem por objetivo, centralizar recursos destinados às atividades referentes à política habitacional de interesse social, contribuindo para a redução de seu déficit, visando a:

I - custear a construção de moradias, de lotes urbanizados e de sua infra-estrutura básica, bem como a recuperação e melhoria das condições de vida nas formas degradadas de habitação;

II - possibilitar a aquisição de materiais de construção e estimular processos alternativos para a melhoria e menor custo das unidades habitacionais;

III - propiciar a regularização fundiária de áreas urbanas irregulares, bem como, complementação de sua infra-estrutura.

§ 1º A aplicação dos recursos do ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, observará as prioridades estabelecidas pelo Conselho Municipal de Habitação, que definirá parâmetros e critérios de alocação de seus recursos, considerando, primordialmente os dados relativos às necessidades habitacionais e aos perfis de renda da população a ser atendida.

§ 2º Na formulação de programas e projetos com recursos do ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, respeitada as disposições governamentais, serão observadas as seguintes diretrizes gerais:

I - concessão de financiamentos para a população de renda familiar de até 05 (cinco) salários mínimos, sendo admitido o atendimento à famílias de outras faixas de renda em empreendimentos integrados ou em operações especiais;

II - ação integrada de órgãos e instituições que objetivem o encaminhamento de soluções habitacionais e a melhoria da qualidade de vida das populações de baixa renda;

III - atendimento à população organizada, através de cooperativas habitacionais ou qualquer outra forma associativa;

IV - preservação do meio ambiente;

V - adoção de prazos e carências, limites de financiamento, de juros, encargos diferenciados em função da condição sócio-econômica da população a ser beneficiada;

VI - a aplicação dos recursos do ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, sob forma de empréstimo, somente poderá ser efetuada

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 360 Ass

mediante operações com garantia real;

VII - dependerá de autorização do Poder Legislativo, aplicação de recursos para produção de unidades habitacionais e de lotes urbanizados exclusivamente a fundo perdido.

Capítulo II

SEÇÃO I - DA GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

~~Art. 2º Fundo Municipal de Habitação Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS terá como gestor o Gerente Municipal de Ação Social e Relações de Trabalho.~~

~~Art. 2º O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS terá como gestor o Secretario Municipal de Habitação. (Redação dada pela Lei nº 1443/2020)~~

Art. 3º O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS terá como gestor o Secretario Municipal de Habitação. (Redação dada pela Lei nº 1447/2021)

SEÇÃO II - DAS ATRIBUIÇÕES DO EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 4º São atribuições do Prefeito Municipal:

I - Criar condições de manutenção e gerenciamento do ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS;

II - Assinar cheques e ordens bancárias de pagamento das despesas do Fundo, juntamente com o Gestor do Fundo;

III - Contratar profissionais em obediência às necessidades e observância às disponibilidades orçamentárias e financeiras;

IV - Elaborar leis e regulamentos para o bom funcionamento e procedimentos do Fundo.

SEÇÃO III
DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO FUNDO

Art. 5º São atribuições do gestor do ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS:

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 361 4/9

I - Gerir o ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS e estabelecer políticas de aplicação de seus recursos de acordo com as decisões do Conselho Municipal de Habitação;

II - Acompanhar, avaliar e decidir, em conjunto com o Conselho Municipal de Habitação, sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Habitação

III - Submeter ao Conselho Municipal de Habitação o Plano Municipal de Habitação para o Município, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - Executar e controlar o orçamento anual, bem como as metas fiscais da lei;

V - Submeter ao Conselho Municipal de Habitação as demonstrações semestrais de prestação de contas orçamentárias e financeira do Fundo;

VI - Encaminhar à Contabilidade Geral do Município os pareceres e atas das demonstrações mencionadas no inciso anterior;

VII - Firmar convênios e contratos, juntamente com o Prefeito Municipal, referentes a recursos que serão destinados aos programas a serem custeados pelo Fundo;

VIII - Ordenar empenhos e pagamentos de despesas à conta do Fundo;

IX - Assinar cheques e ordens bancárias de pagamento das despesas do fundo, juntamente com o Prefeito Municipal;

X - Manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal, os controles necessários sobre os bens patrimoniais com carga ao órgão ao qual o Fundo se vincula operacionalmente;

XI - Encaminhar, após parecer do Conselho Municipal de Habitação, até 15 (quinze) de julho de cada ano, proposta de metas fiscais e financeiras, para inclusão no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias da municipalidade, na forma da lei.

SEÇÃO IV
DO PLANEJAMENTO DO FUNDO

Art. 6º O orçamento do ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS evidenciará as políticas e os programas de trabalhos governamentais, observando o Plano Municipal de Habitação, e a Lei das Diretrizes Orçamentárias.

§ 1º O orçamento do ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de

Interesse Social - FMHIS integrará o Município, em obediência ao princípio da unidade.

§ 2º O orçamento do ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS observará, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§ 3º O Plano Plurianual de Investimento contemplará o previsto no Plano Municipal de Habitação em deliberação específica, obedecidos aos limites financeiros do Capítulo III desta Lei.

§ 4º A elaboração e acompanhamento de metas, bem como as audiências previstas em lei, serão de responsabilidade da Gerência Municipal de Planejamento.

SEÇÃO V
DA CONTABILIDADE DO FUNDO

Art. 7º A contabilidade do ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 8º A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio concomitante e subseqüente a de informar, inclusive de apropriar e apurar custos dos serviços, e, conseqüentemente, de concretizar o seu objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 9º São atribuições da Contabilidade Geral do Município, além das que tratam os artigos 5º e 6º, apresentar ao Gestor do Fundo, o que segue:

a) mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas;
b) anualmente, o inventário contábil dos bens móveis e o balanço geral do Fundo.
c) demonstrações que indiquem a situação econômico-financeira geral do ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS ;
d) os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado e dos empréstimos feitos para a habitação;
e) atender a todas as normas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no que diz respeito às prestações de contas do ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS;
f) se fazer representar em audiências públicas de prestação de contas ao Conselho Municipal de Habitação quando solicitado.

Capítulo III
DOS RECURSOS DO FUNDO

SEÇÃO I
DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 10: São receitas do Fundo:

I - as dotações orçamentárias ou subvenções do Orçamento do Município, e aquelas oriundas de transferências do Estado e da União, destinadas a programas habitacionais;

II - os créditos orçamentários suplementares a ele destinado;

III - os recursos repassados ao Município decorrentes da elevação das alíquotas de tributos federais ou estaduais, ou ainda de contribuições compulsórias, desde que na origem, estejam vinculados ao incremento da produção habitacional;

IV - os retornos e resultados de suas aplicações;

V - as multas, correção monetária e juros decorrentes de suas operações;

VI - as contribuições ou doações de outras origens;

VII - os provenientes de empréstimos internos e externos;

VIII - as receitas advindas do pagamento de prestações de programas habitacionais, desenvolvidos com recursos do ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS;

IX - receitas de convênios, acordos e outros ajustes que visem atender aos objetivos do ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS ;

X - receitas advindas da alienação de bens pertencentes ao ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS ;

XI - outros recursos destinados a programas habitacionais.

§ 1º - Os recursos do ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS serão depositados obrigatoriamente, em conta especial, a ser aberta e mantida em instituição financeira oficial.

§ 2º - A aplicação financeira dos recursos do Fundo obedecerá a legislação vigente.

§ 3º - As dotações ou subvenções do Orçamento Municipal de que trata o inciso "I" deste artigo, deverão apresentar valores equivalentes a no mínimo 0,5% (meio por cento)da receita

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 362
Ass.

líquida do Município.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, em conformidade com a alínea "b", inciso I, do artigo 17 da Lei 8.666/93, áreas de propriedade do Município, consideradas como bens patrimoniais disponíveis.

Art. 12. As áreas de propriedade do ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS poderão ser alienadas, em conformidade com a alínea "f", inciso I, do artigo 17 da Lei 8.666/93, as quais obrigatoriamente deverão integrar programas habitacionais de interesse social, inclusive as que propiciem regularização fundiária de áreas urbanas irregulares, sendo os recursos resultantes de sua alienação, revertidos obrigatoriamente, em sua totalidade, ao ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS.

Art. 13. As alienações de imóveis autorizadas por esta Lei, serão avaliadas por Comissão Municipal de Avaliação, nomeada por Ato do Poder Executivo, efetuadas com cláusula de atualização monetária.

SEÇÃO II
DOS ATIVOS DO FUNDO

Art. 14. Constituem ativos do ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS:

I - Disponibilidades monetárias em banco ou em caixa especial oriundas das receitas especializadas;

II - Direitos que, porventura, vierem a constituir;

III - Bens móveis e imóveis que forem adquiridos com recursos financeiros provenientes do Fundo.

Parágrafo Único. Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos adquiridos com os recursos do Fundo.

SEÇÃO III
DOS PASSIVOS DO FUNDO

Art. 15. Constituem passivos do ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação

de Interesse Social - FMHIS, as obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha assumir para a manutenção e o funcionamento dos objetivos previstos nesta Lei.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 363
Ass.

Capítulo IV
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 16. Nenhuma despesa será realizada sem a devida autorização orçamentária municipal.

Parágrafo Único. Para os casos de insuficiência orçamentária, poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por lei e abertos por Decreto do Executivo.

Art. 17. A despesa do ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS se constituirá de verbas destinadas a:

I - Financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de habitação desenvolvidos pela Gerência Municipal de Ação Social e Relações de Trabalho pela execução da Política de Habitação ou por órgãos conveniados;

II - Pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público para execução de programas e projetos específicos do setor de habitação;

III - Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

IV - Construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para a prestação de serviços de habitação;

V - Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de habitação;

VI - Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de habitação;

VIII - Atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias ao desenvolvimento dos programas e objetivos desta Lei.

Capítulo V
DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 18. O ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, utilizar-se-á do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, a quem cabe os procedimentos de contratação, observadas as disposições legais, orçamentárias e financeiras, ficando à disposição do Fundo, a quem caberá a responsabilidade funcional.

Art. 19. Todos os procedimentos relativos à gestão de pessoal deverão seguir a legislação municipal vigente.

Art. 20. Os atos de pessoal serão executados pela Administração Municipal, cabendo ao Fundo repassar todas as informações necessárias para a elaboração da folha de pagamento, impreterivelmente, até o dia 15 de cada mês, responsabilizando-se pelas informações na forma da Lei.

Capítulo VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. O ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS terá vigência ilimitada, com endereço à Rua Jacarandá, 300, Bairro Nações, Fazenda Rio Grande, Paraná, Brasil.

Art. 22. O orçamento para o exercício de 2007 será aberto por lei específica de crédito especial, aprovado pela Câmara Municipal.

Art. 23. O ~~Fundo Municipal de Habitação~~ Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS ficará sob a fiscalização e acompanhamento do Serviço de Controle Interno do Município.

Art. 24. A Política Municipal de Habitação e o Conselho Municipal de Habitação, instituídos pela Lei 051/2001 ficarão sob a responsabilidade da Gerência Municipal de Ação Social e Relações de Trabalho.

Art. 25. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os artigos 5º a 14 da Lei 051/2001.

Fazenda Rio Grande, 17 de outubro de 2007.

Antonio Wandscheer
Prefeito Municipal

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 32
Ass.

PM FAZENDA RIO GRANDE
1/9
Folha Nº 365
Ass

LEI Nº 812/2011, DE 28 DE ABRIL DE 2011.

"ESTABELECE OS PRINCÍPIOS, AS DIRETRIZES E OS OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PMHIS, INSTITUI O PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PLHIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:

Considerando a moradia como um direito social estabelecido no art. 6º da Constituição Federal da República de 1988;

Considerando o estabelecido no inciso IX do art. 23 da Constituição Federal da República de 1988 sobre a competência dos Municípios na promoção de programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

Considerando o estabelecido no inciso I do art. 30 da Constituição Federal da República de 1988 sobre a competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local;

Considerando a necessidade de implantar mecanismos que garantam a gestão democrática da cidade e instrumentos da política urbana nos termos do Estatuto da Cidade, lei federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001;

Considerando os princípios constitucionais da propriedade privada e da função social da propriedade e da cidade;

Considerando a necessidade de integrar a política habitacional à política urbana;

Considerando a Lei Federal nº 11.124 de 16 de junho de 2005 que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS e criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS;

Considerando que a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS é uma das exigências para as prefeituras requererem recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS;

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 366
Ass

Considerando que 1ª Conferência Municipal da Habitação realizada em 29 de outubro de 2010 aprovou o Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS;

Considerando a necessidade do monitoramento, avaliação e revisão do PLHIS conforme disposto nas Estratégias de Ação.

Resolve instituir, por meio da presente Lei, o Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS do Município de Fazenda Rio Grande, Paraná, e o Sistema de Acompanhamento, Avaliação e Revisão do PLHIS.

Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política Municipal de Habitação - PMH, institui o Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS e o Sistema de Acompanhamento, Avaliação e Revisão do PLHIS.

Capítulo II
DA FINALIDADE

Art. 2º A Política Municipal de Habitação (PMH) tem por finalidade orientar as ações do Poder Público levando-se em consideração a Política Nacional de Habitação, o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor, a Lei 11.124/05, os eixos de desenvolvimento que causam impacto na questão habitacional e urbana e os princípios democráticos de participação social, compartilhadas com as do setor privado, expressando a interação com a sociedade civil organizada, de modo a assegurar às famílias, especialmente as de baixa renda, o acesso, de forma gradativa, à habitação.

Capítulo III
DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Art. 3º A Política Municipal de Habitação observará os seguintes princípios, diretrizes e objetivos gerais:

Princípios

PM FAZENDA GRANDE
Folha Nº 367
Ass

I - O reconhecimento do direito à moradia;

II - Moradia digna;

III - A moradia como construção e exercício da cidadania;

IV - O acesso à habitação e ao meio ambiente equilibrado, como garantia da qualidade de vida;

V - Função social da propriedade urbana;

VI - A participação da sociedade na definição da política habitacional e sua gestão;

VII - O acesso à moradia enquanto política social.

VIII - A integração com as demais políticas públicas;

IX - Articulação das ações de habitação à política urbana;

X - Questão habitacional como uma política de Estado.

Diretrizes

I - Promover o acesso à terra e à moradia digna, com a melhoria das condições de habitabilidade, de preservação ambiental e de qualificação dos espaços urbanos, avançando na construção da cidadania, priorizando as famílias de baixa renda;

II - Assegurar políticas fundiárias que garantam o cumprimento da função social da terra urbana;

III - Promover processos democráticos na formulação, implementação e controle dos recursos da política habitacional, estabelecendo canais permanentes de participação das comunidades e da sociedade organizada;

IV - Assegurar a vinculação da política habitacional com as demais políticas públicas, com ênfase às sociais, de geração de renda, de educação ambiental e de desenvolvimento urbano;

V - Estimular a participação da iniciativa privada na promoção e execução de projetos compatíveis com as diretrizes e objetivos da Política Municipal de Habitação.

VI - Regularização Fundiária com a incorporação da cidade informal através da legalização e gradativa integração ao conjunto dos serviços urbanos e comunitários;

VII - A democratização do acesso à terra e à habitação através da ampliação e diversificação da produção da Habitação de Interesse Social (HIS);

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 360
Ass

VIII - A capacitação do poder público para a implementação da Política Habitacional e para a produção regular da HIS;

IX - Desenvolvimento Institucional;

X - Mobilização de recursos, identificação da demanda e gestão de subsídio;

XI - Sistema de avaliação, monitoramento e revisão;

XII - Integração da política habitacional à política de desenvolvimento urbano.

Objetivos

I - Universalizar o acesso à moradia digna;

II - Promover a urbanização, regularização e inserção dos assentamentos precários à cidade;

III - Fortalecer o papel do Município;

IV - Tornar a questão habitacional uma prioridade;

V - Democratizar o acesso à terra urbanizada;

VI - Incentivar a geração de empregos e renda;

VII - Qualificação e regulação do poder público nos processos da produção informal e da auto-construção da habitação;

VIII - Real conhecimento da situação da demanda habitacional, com a quantificação e qualificação do déficit;

IX - A instituição de canais ou mecanismos para a participação permanente das comunidades na política e nos programas específicos;

X - Fiscalização do município e das áreas de interesse público, de preservação ambiental e impróprias para moradia.

XI - A melhoria dos projetos e das obras com a qualificação da mão-de-obra utilizada na produção de habitações atendendo, de forma direta, a população mais carente, associando processos de desenvolvimento social e de geração de renda.

Capítulo IV
DAS HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 369
Ass

SEÇÃO I
DO PÚBLICO ALVO

Art. 4º Para fins de definição de ações de política habitacional, o público alvo a ser atendido pelos programas habitacionais deverá ser de acordo com a Estratificação da demanda em Grupos de Atendimento:

I - Grupo I - Famílias com renda abaixo da linha de financiamento;

II - Grupo II - Famílias com renda que permite assumir pagamento mensal e acessar financiamento, mas insuficiente para adquirir uma solução habitacional e com alto risco de crédito para os Agentes Financeiros;

III - Grupo III - Famílias com renda mensal que permite assumir pagamento mensal e acessar financiamento, com moderado risco de crédito para os Agentes Financeiros;

IV - Grupo IV - Famílias com capacidade de acesso a uma habitação através de financiamento, em valor suficiente para acessar uma moradia adequada, (perfil do FGTS);

V - Grupo V - Famílias com plena capacidade de acesso a uma habitação através de financiamento de mercado (SBPE e outros).

SEÇÃO II
DOS PROGRAMAS E PROJETOS

Art. 5º Os programas e projetos habitacionais de interesse social poderão contemplar, entre outras, as seguintes modalidades:

I - Aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;

II - Produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

III - Urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;

IV - Implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;

V - Aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 320
Ass

VI - Recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

VII - Outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Gestor do FNHIS.

SEÇÃO III
DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Art. 6º O processo de regularização fundiária comporta os seguintes níveis:

I - A regularização urbanística, que compreende regularizar o parcelamento das áreas dos assentamentos existentes e dos novos assentamentos do ponto de vista urbanístico, ou seja, de acordo com legislação específica adequada aos padrões locais e de qualidade urbana;

II - A regularização do domínio do imóvel, que compreende regularizar os assentamentos existentes e os novos assentamentos do ponto de vista da propriedade da posse.

§ 1º Para as áreas de propriedade ou cedida ao Município, a regularização jurídica deverá se dar através da outorga de título de propriedade ou de concessão de direito real de uso na forma da Lei.

§ 2º Para as áreas de propriedade privada, deverá o Município prestar assessoramento técnico-jurídico aos ocupantes no requerimento de usucapião especial ou na negociação com os proprietários originais para compra da gleba de interesse para assentamento.

§ 3º Nos casos de áreas de propriedade do Estado ou da União, deverá o Município, intermediar caso a caso, as negociações concernentes à cessão das mesmas áreas para implantação de novos assentamentos ou regularização de assentamentos existentes.

SEÇÃO IV
DA CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS

Art. 7º Para viabilizar o acesso à habitação das famílias inscritas em programas e projetos habitacionais de interesse social, o município, através do FMHIS - Fundo Municipal para Habitação de Interesse Social poderá destinar recursos orçamentários e extra-orçamentários para subsidiar aquelas que, comprovadamente, não disponham de meios financeiros para pagar total ou parcialmente o custo de acesso à moradia.

Parágrafo Único - Além dos subsídios previstos no caput deste artigo o município, através do

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 321 7/95
Ass.

FMHIS alocará, também, recursos orçamentários e extra-orçamentários com as seguintes finalidades:

I - Complementar recursos federais e estaduais alocados à cobertura de um percentual dos riscos de crédito de beneficiários de projetos habitacionais de interesse social;

II - Financiar, em parceria com a União, o Estado e outros Municípios, projetos de regularização fundiária e urbanística em loteamentos informais e outros assentamentos de sub-habitações, de reurbanização, recuperação ou revitalização de áreas degradadas com potencial de uso habitacional.

Art. 8º Na concessão dos subsídios previstos no caput do artigo 7º serão observadas as seguintes normas:

I - A modalidade e o valor do subsídio serão vinculados à capacidade de pagamento do beneficiário, aferida segundo sua renda familiar líquida, na forma a ser estabelecida em regulamento;

II - O subsídio será concedido em forma direta, terá caráter pessoal e temporário, será absolutamente intransferível e sua concessão limitada a uma única vez, por beneficiário;

III - O subsídio será estabelecido em contrato específico, que conterá, obrigatoriamente, cláusulas que definam as hipóteses da respectiva suspensão, bem assim as do possível restabelecimento, em caráter integral ou parcial;

IV - O subsídio será revisto, na periodicidade estipulada no contrato, em função da mudança da capacidade de pagamento do beneficiário;

V - Para os fins previstos no inciso precedente, o órgão encarregado da concessão do subsídio procederá à atualização periódica dos dados relativos à renda da família beneficiária.

Art. 9º O Poder Executivo fixará, em regulamento, através de liberação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social os tipos de subsídios a serem utilizados na promoção do acesso à moradia, as categorias de famílias que poderão recebê-los e os critérios a serem observados na respectiva concessão, suspensão ou restabelecimento, utilizando o parâmetro previsto no Art. 4º desta Lei.

Capítulo V
DO SISTEMA MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO E REVISÃO DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PLHIS E DO CADASTRO MUNICIPAL.

Art. 10. Fica criado o Sistema Municipal de Avaliação e Revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS, que integrará as informações gerenciais e as estatísticas

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 337
Ass

relacionadas com o setor habitacional.

§ 1º O Sistema referido no caput deste artigo será implantado e mantido pela Secretaria Municipal de Ação Social e Relações do Trabalho, e:

I - Coletará, processará e disponibilizará informações que permitam monitorar a implantação do PLHIS no Município;

II - Levantará informações dos programas disponíveis no Ministério das Cidades para atender as metas estabelecidas no PLHIS;

III - Acompanhará a oferta de recursos do FNHIS para atender a demanda prevista no PLHIS;

IV - Elaborará indicadores que permitam o acompanhamento da situação do Município no campo da habitação, destacando, neste, a habitação de interesse social;

V - Executará anualmente relatório com os ajustes que se fizerem necessários no PLHIS em função da disponibilidade de programas e recursos ofertados pelo Ministério das Cidades;

VI - Tornará acessível, o relatório a todos os membros do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e disponibilizara as informações a Comunidade interessada;

VII - Encaminhará a Câmara de Vereadores para apreciação, discussão e votação;

VIII - Sistematizará as informações, estabelecendo novas metas, se for o caso, para o PLHIS;

IX - Executará outras tarefas vinculadas ao desenvolvimento e implantação do PLHIS.

§ 2º A Prefeitura Municipal encaminhará os ajustes aprovados, se for o caso, no Plano Local de Habitação de Interesse Social - PLHIS, pela Câmara de Vereadores por ocasião da discussão e aprovação do Ministério das Cidades, por meio da Caixa Econômica Federal.

Art. 11. O cadastro será organizado e mantido pela Prefeitura, e conterá:

I - Os nomes dos beneficiários finais dos projetos habitacionais de interesse social, identificando o projeto em que esteja incluído, a localização deste, o tipo de solução habitacional com que foram contemplados, o valor desta, e, se for o caso, o tipo e valor do subsídio concedido;

II - O custo final de produção de cada solução habitacional, classificada por tipo, e seu grau de adimplemento, bem como o valor original das prestações ou das taxas de ocupação pagos pelos beneficiários finais, por empreendimento;

III - A condição sócio-econômica das famílias contempladas em cada empreendimento habitacional, aferida pelos respectivos padrões de consumo;

PM FAZENDA RIO GRANDE 9/53 Folha Nº 373 Ass

IV - Outros dados que julgar necessários.

Capítulo VI
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12. Aquele que inserir ou fizer inserir, no Cadastro Municipal de Informações de Natureza Social, dado ou declaração falsa ou diversa daquela que deveria ter sido inserida, com o fim de alterar a verdade sobre o fato, será responsabilizado civil, penal e administrativamente.

§ 1º Sem prejuízo da sanção penal, o beneficiário que usufruir ilicitamente de qualquer modalidade de subsídio habitacional ressarcirá ao poder público os valores indevidamente recebidos, no prazo de trinta dias, atualizados segundo a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e de juros moratórios de um por cento ao mês, calculados desde a data do recebimento do subsídio até a da restituição.

§ 2º Ao servidor público ou agente de unidade federativa conveniada que concorrer para o ilícito previsto no caput deste artigo, inserindo ou fazendo inserir declaração falsa em documento que deva produzir efeito nos projetos e programas habitacionais, aplicar-se-á, nas condições previstas em regulamento e sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis, multa nunca inferior ao dobro dos valores despendidos, atualizada, mensalmente, até seu pagamento, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

Art. 13. Os contratos de compra e venda com financiamento, bem como quaisquer outros atos resultantes da aplicação desta Lei, mesmo aqueles constitutivos ou translativos de direitos reais sobre imóveis, poderão ser celebrados por instrumento particular, a eles se atribuindo o caráter de escritura pública, para todos os fins de direito, não se lhes aplicando a norma do artigo 134, II, do Código Civil Brasileiro.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Fazenda Rio Grande, 28 de abril de 2011.

Francisco Luis dos Santos
Prefeito Municipal

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 374
Ass.

DECRETO Nº 2511, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO VALOR EM REAL DA UNIDADE FISCAL DO MUNICÍPIO - UNFM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, amparado pelas Leis Municipal nº 12/2001, de 15.02.2001, e 192/2003, de 23.12.2003, DECRETA:

Art. 1º Fica a Unidade Fiscal do Município - UFM, corrigida pelo percentual de 4,45% (quatro e quarenta e cinco por cento), sendo atualizado para R$ 46,51 (quarenta e seis reais e cinquenta e um centavos). Conforme previsto no artigo 2º da Lei nº 12 de 15 de fevereiro de 2001, alterado pela Lei nº 192 de 23 de dezembro de 2003.

Art. 2º Todas as tabelas de impostos e taxas municipais que utilizam como parâmetro de referência a Unidade Fiscal do Município - UFM terão seu valor em Real convertido pelo valor definido neste Decreto.

Art. 3º As tabelas de que trata a Lei 192, passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010, conforme valores constantes no Anexo I deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2010, revogando-se as disposições em contrário.

Fazenda Rio Grande, 10 de dezembro de 2009.

FRANCISCO LUIS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 375
Ass

ANEXO I

TAXA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS - ANEXO VII LEI 195/2003	Valor em UFM	Valor em R
Construções		
Casa Fácil	0,2500	11,63
Projetos Sociais de Habitação até 50m²	0,2500	11,63
Construções Residenciais e Comerciais (por m²)		
Até 100,00m²	0,0300	1,40
De 100,01 a 200,00m²	0,0350	1,63
Acima de 200,01m²	0,0400	1,86
Barracões Industriais (por m²)		
De 200,00 a 500,00m²	0,0300	1,40
De 500,01 a 1000,00m²	0,0250	1,16
Acima de 1000,00m²	0,0200	0,93
Construção de Fachadas de Edifícios (por m²)	0,0300	1,40
Construção de Muros (por metro linear)	0,0100	0,47
Construção de Coberturas e Obras análogas (por m²)	0,0130	0,60
Demolição (por m²)	0,0050	0,23
Outras Obras e Serviços não Especificados (por m²)	0,0200	0,93
Reforma de Edificações	0,0130	0,60
Execução de Loteamentos (por m²)	0,0046	0,21
Taxa de Vistoria de Obras em Loteamentos e Subdivisões		

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 376
Ass

Até 10.000,00m²	2,0000	93,02
De 10.000,01 a 100.000,00m²	3,0000	139,53
Acima de 100.000,01m²	4,0000	186,04
Vistoria de Edificações para Efeito da Regularização de obra feita irregularmente, por m²	0,3400	15,81
Renovação de Alvará de Construção	Valor em UFM	Valor em R$
Casa Fácil	Isento	Isento
Demais Construções	0,3400	15,81
Verificação de Projetos Arquitetônicos	0,3400	15,81
Demarcação, Alinhamento e Nivelamento de Imóveis		
Para Lotes até 500,00m²	0,6600	30,70
Acima de 500,00m², por m² excedente	0,0026	0,12
Unificação de Lotes (por Lote)	1,3500	62,79
Subdivisão de Lotes (por Lote)	1,3500	62,79
Emissão de Alvarás de Construção, Obras e Loteamentos	0,3400	15,81
Análise Sanitária (Habite-se) e Certificado de Conclusão de Obras		
Porte da Edificação - RESIDENCIAL		
Casa Fácil	Isento	Isento
Até 50,00m²	0,7200	33,49
De 50,01 a 100,00m²	1,3600	63,25
De 100,01 a 200,00m²	2,0800	96,74
De 200,01 a 300,00m²	2,7200	126,51

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 372
Ass

De 300,01 a 400,00m²	3,0400	141,39
De 400,01 a 500,00m²	3,3600	156,2
De 500,01 a 1000,00m²	4,0000	186,0
De 1000,01 a 2000,00m²	4,6400	215,81
De 2000t01 a 3000,00m²	5,2800	245,57
De 3000,01 a 4000,00m²	5,9200	275,34
De 4000,01 a 5000,00m²	6,5600	305,11
Acima de 5000,01m²	6,5600	305,11
Acrescer para cada 50m² ou fração, adicionais de	0,1000	4,65
Porte da Edificação - COMERCIAL	Valor em UFM	Valor em R$
Até 50,00m²	1,3500	62,79
De 50,01 a 100,00m²	2,5500	118,60
De 100,01 a 200t00m²	3,9000	181,39
De 200,01 a 300,00m²	5,1000	237,20
De 300,01 a 400,00m²	5,7000	265,11
De 400,01 a 500,00m²	6,3000	293,01
De 500,01 a 1000,00m²	7,5000	348,83
De 1000,01 a 2000,00m²	8,7000	404,64
De 2000,01 a 3000,00m²	9,9000	460,45
De 3000,01 a 4000,00m²	11,1000	516,26
De 4000,01 a 5000,00m²	12,3000	572,07
Acima de 5000,01m²	12,3000	572,07

PM FAZENDA NO GRANDE
Folha Nº 378
Ass

Acrescer para cada 50m² ou fração, adicionais de	0,3000	13,95
CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - ANEXO III DA LEI 195/2003		
Classe de Consumidor		
Consumidor Comercial e Industrial - 10% do valor do consumo limitado a R$ 75,70	1,6276	75,70
Demais Consumidores - 10% do valor total do consumo limitado a R$ 45,42	0,9766	45,42
TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO		
COLETA RESIDENCIAL - VALOR MENSAL	0,1450	6,74
COLETA COMERCIAL - VALOR MENSAL	0,2100	9,77
TAXA DE COMBATE A INCÊNDIOS		
CATEGORIAS		
Residencial	0,0220	1,02
Comercial	0,0366	1,70
Industrial	0,0733	3,41
Utilidade pública	0,0220	1,02
Poder Público	Isento	Isento
TAXAS DE SERVIÇOS DO CEMITÉRIO - ANEXO IV DA LEI 195/2003	Valor em UFM	Valor em R$
Taxa para Construção de Túmulos	1,0000	46,51
Sepultamento		
Sepultura Geral ou Provisória (com uso da Capela)	1,6700	77,67
Exumação ou Remoção		
Para Lotes com Concessão Municipal	1,0000	46,51

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 379
Ass

Para Lotes Pertencentes ao Municipio	0,2500	11,63
Concessão de Sepulturas	27,0000	1.255,7
Taxa para Expedição do Título de Concessão	0,7000	32,5
Taxa para uso da Capela (velório) sem sepultamento	1,0000	46,51
TAXA DE VIGILNCIA SANITÁRIA - ANEXO V DA LEI 195/2005		
Procedimentos Específicos de Interesse da Saúde		
Expedição de licença de ingresso ou baixa de responsável técnico ou de		
alterações contratuais que incidam sobre a responsabilidade técnico	1,5000	69,77
Expedição de baixa ou encerramento de atividade	1,5000	69,77
Licenciamento de barracas em festas - válido somente para o evento	0,7500	34,88
Licenciamento de vendedores ambulantes em festas - válido somente para o evento	0,4000	18,60
Licenciamento para veículos que comercializam produtos alimentícios não industrializados por evento	0,7500	34,88
Licença anual para vendedores ambulantes	0,7500	34,88
Multa por infração de natureza leve - por item	2,5000	116,28
Multa por infração de natureza grave - por item	5,0000	232,55
Multa por infração de natureza gravíssima - por item	10,0000	465,10
Liberação de animais apreendidos - por animal e por dia	0,1500	6,98
Taxa de Vistoria e Expedição de Licença Sanitária para Atividades Eventuais	0,3500	16,28
BANCAS, COMÉRCIO AMBULANTE E EVENTUAL - ANEXO VI DA LEI 195/2003	Valor em UFM	Valor em R$
Veículo de Tração Mecânica	0,4000	18,60
Por mês	4,0000	186,04

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 380
Ass.

Por ano		
Veículo de Tração Animal		
Por mês	0,2000	9,30
Por ano	2,0000	93,02
Carrinho de Doce, Pipoca, Salgados, Lanches e Sorvetes		
Por mês	0,2000	9,30
Por ano	1,6000	74,42
Trailler		
Por mês	0,4000	18,60
Por ano	4,0000	186,04
Banca de Frutas e Verduras		
Por mês	0,4000	18,60
Por ano	4,0000	186,04
Banca de Jornais e Revistas		
Por mês	0,4000	18,60
Por ano	4,0000	186,04
Banca de Doces, Pipocas, Salgados, Lanches e Sorvetes		
Por mês	0,5000	23,26
Por ano	5,0000	232,55
Banca de Artesão (do próprio e devidamente cadastrado no setor de Cultura)		
Por mês	0,4000	18,60
Por ano	4,0000	186,04

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 381
Ass.

Demais formas		
Por mês	0,4000	18,6
Por ano	4,0000	186,04
Comércio Eventual de Qualquer Espécie		
Por dia	0,4000	18,60

LEI COMPLEMENTAR Nº 135, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2016.

"Altera Artigos, Tabela e Anexos que especifica da Lei Municipal nº 195 de 23 de dezembro de 2003".

A CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica alterada a Tabela I do Anexo III da Lei Municipal nº 195 de 23 de dezembro de 2003, passando a mesma a vigorar na forma como segue, substituindo integralmente a composição anterior:

"...

TABELA I - CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

CLASSE DE CONSUMIDOR
Comercial e Industrial - 10% do valor do consumo, limitado a 2,0 (duas) UFM.
Demais Consumidores - 10% do valor do consumo, limitado a 1,0 (uma) UFM.

Os valores constantes desta tabela estão definidos em UFM - Unidade Fiscal do Município e serão atualizados anualmente observando o índice legal.

...".

Art. 2º Fica alterada a Tabela II do Anexo III da Lei Municipal nº 195 de 23 de dezembro de 2003, passando a mesma a vigorar na forma como segue, substituindo integralmente a composição anterior:

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 382 Ass

PM FAZENDA RIO GRANDE
Ass
Folha Nº 383

"...

TABELA II - TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO.

Volume em Metros Cúbicos	Unidade de Valor Mensal em UFM
Taxa Social do Lixo	Isento
Residencial - até 10 m³	0,1757
Residencial > 10 e <= 15 m³	0,2050
Residencial > 15 e <= 20 m³	0,2343
Residencial > 20 e <= 30 m³	0,2636
Residencial > 30 e <= 50 m³	0,2929
Residencial acima de 50 m³	0,4394
Comercial - Industrial até 10 m³	0,2197
Comercial - Industrial > 10 e <= 15 m³	0,2636
Comercial - Industrial > 15 e <= 20 m³	0,2929
Comercial - Industrial > 20 e <= 30 m³	0,3661
Comercial - Industrial >30 e < 50 m³	0,4394
Comercial - Industrial acima de 50 m³	0,7323

...".

Art. 3º Fica alterada a Tabela III do Anexo III da Lei Municipal n.º195de 23 de dezembro de 2003, passando a mesma a vigorar na forma como

segue, substituindo integralmente a composição anterior:

"...

TABELA III - TAXA DE COMBATE A INCÊNDIOS.

Taxa de Combate a Incêndios	Valor (UFM)/Mês
Residencial - Valor Mensal	0,286
Comercial - Valor Mensal	0,476
Industrial - Valor Mensal	0,953
Utilidade Pública - Valor Mensal	0,286
Poder Público	Isento

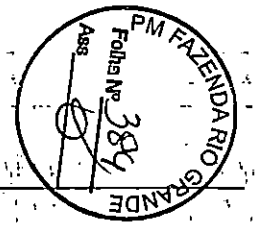
...".

Art. 4º Fica alterada a Tabela IV do Anexo III da Lei Municipal n.º195de 23 de dezembro de 2003, passando a mesma a vigorar na forma como segue, substituindo integralmente a composição anterior:

"...

TABELA IV - TAXA DE SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.

Taxa de Serviço	Unidade de Valor em UFM
Anuência Ambiental Prévia	1,0
Autorização Ambiental para Movimentação de Solo e Aterro	
até 100 m³	1,0



PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 4/18
Ass.
365

de 101 m³ até 1.000 m³	1,50
de 1.001 m³ até 2.000 m³	2,5
de 2.001 m³ até 4.000 m³	3,0
de 4.001 m³ até 8.000 m³	3,5
de 8.001 m³ até 10.000 m³	4,0
acima de 10.000 m³	4,5
Autorização para poda de árvore por unidade	1,0
Autorização para corte de árvore Isolado até 15 unidades	2,0
Autorização Para Corte de Árvore - Acima de 15 Unidades Considera-se Desmate*	
de 16 a 30	1,0
de 31 a 70	3,0
de 71 a 100	5,0
de 101 a 200	8,0
de 201 a 500	12,0
Acima de 501	15,0
Autorização Ambiental Diversa	0,50
Parecer Ambiental	
Até 1.000 m²	1,0
de 1.001 m² até 2.000 m²	1,5
de 2.001 m² até 4.000 m²	2,5
de 4.001 m² até 8.000 m²	3,0

de 8.001 m² até 10.000 m²	3,5
de 10.001 m² até 15.000 m²	4,0
Acima de 15.000 m ²	4,5
Vistorias a Pedido do Requerente	1,0
Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental	19,0
Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança	11,0
Autorização para Extração Mineral	11,0
Plano de Gerenciamento de Resíduo Sólido	4,0
Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil	4,0
Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde	5,0
Dispensa de Licenciamento Ambiental	1,0
Protocolo de Qualquer Espécie	0,50
*Na tabela de desmate deverá o requerente apresentar inventário ambiental.	

...".

Art. 5º Fica alterada a Tabela do Anexo IV da Lei Municipal n.º195de 23 de dezembro de 2003, passando a mesma a vigorar na forma como segue, substituindo integralmente a composição anterior:

"...

ANEXO IV - TAXA DE SERVIÇOS DO CEMITÉRIO.

PM FAZENDA MUNICIPAL GRANDE
Folha Nº 386
Ass

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 387
Ass.

Taxa de Serviços do Cemitério	Valor (UFM)
Taxa para Construção de Túmulos	1,0
Taxa Anual de Manutenção	3,0
Sepultamento	
Sepultura Geral ou Provisória	2,0
Exumação ou Remoção	
Para Lotes com Concessão Municipal	1,5
Para Lotes Pertencentes ao Município	0,25
Concessão de Sepulturas	27,0
Taxa para Expedição de Título de Concessão - Inclusive 2.ª Via.	1,0
Taxa para Uso da Capela (velório) Sem Sepultamento	1,5

...".

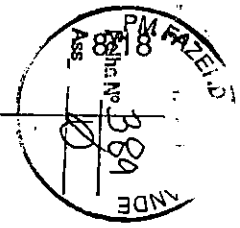
Art. 6º Fica alterada a Tabela do Anexo V da Lei Municipal n.º195de 23 de dezembro de 2003, passando a mesma a vigorar na forma como segue, substituindo integralmente a composição anterior:

"...

ANEXO V - TAXAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

Procedimentos Específicos de Interesse da Saúde	Valor (UFM)
Expedição de Licença de Ingresso ou Baixa de Responsável Técnico ou de Alterações Contratuais que Incidam sobre a Responsabilidade Técnica	2,0
Expedição de Baixa ou Encerramento de Atividade	2,0
Licenciamento de Barracas em Festas - Válido Somente para o Evento	1,0
Licenciamento de Vendedores Ambulantes em Festas - Válido Somente para o Evento	0,55
Licenciamento para Veículos que Comercializam Produtos Alimentícios Não Industrializados - Por Evento	1,0
Licença Anual para Vendedores Ambulantes	1,0
Taxa Para Vistoria e Expedição de Licença Sanitária - Estabelecimento de Baixo Risco Sanitário	1,0
Taxa Para Vistoria e Expedição de Licença Sanitária - Estabelecimento de Médio Risco Sanitário	2,0
Taxa Para Vistoria e Expedição de Licença Sanitária - Estabelecimento de Alto Risco Sanitário	4,0
Multa por Infração de Natureza Leve - Por Item	4,0
Multa por Infração de Natureza Grave - Por Item	8,0
Multa por Infração de Natureza Gravíssima - Por Item	13,0
Liberação de Animais Apreendidos - Por Animal - Por Dia	0,30
Taxa de Vistoria e Expedição de Licença Sanitária para Atividades Eventuais	0,50

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 388
Ass.



...".

Art. 7º Fica alterada a Tabela do Anexo VI da Lei Municipal n.º195de 23 de dezembro de 2003, passando a mesma a vigorar na forma como segue, substituindo integralmente a composição anterior:

"...

ANEXO VI - BANCAS, COMÉRCIO AMBULANTE EVENTUAL.

Tipologia	Valor (UFM)/Por Mês	Valor (UFM)/Por Ano
Veículo de Tração Mecânica	1,0	6,0
Veículo de Tração Animal	0,50	4,0
Carrinho de Doce, Pipoca, Salgados, Lanches e Sorvetes	0,50	3,0
Trailler	2,0	12,0
Barracas Autorizadas	1,8	11,0
Banca ou Barraca de Frutas e Verduras	0,80	6,0
Banca de Jornais/Revistas e Similares	1,0	6,0
Banca de Doce, Pipoca, Salgados, Lanches e Sorvetes	1,0	6,0
Banca de Artesão (do próprio artesão e devidamente cadastrado pela setor competente)	1,0	8,0
Demais Formas - Incluso Comércio Eventual de Qualquer Espécie	2,0	8,0
*Para os casos de comércio eventual de qualquer espécie solicitado, por dia, o valor a ser recolhido é de 0,80 UFM/dia.	-	-

...".

Art. 8º Ficam alteradas as Tabela I e II do Anexo VII da Lei Municipal n.º195de 23 de dezembro de 2003, passando a mesma a vigorar na forma como segue, substituindo integralmente a composição anterior:

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 39
Ass

"...

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 391
Ass

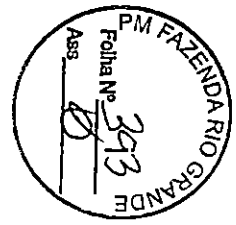
TABELA I - TAXA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS.

Taxas de Serviço	Unidade de Valor em UFM
Construções	
Casa Fácil	0,25
Projetos Sociais de Habitação até 50 m²	0,25
Construções Residenciais e Comerciais (por metro quadrado)	
Até 100 m²	0,04
De 100,01 a 200,00 m²	0,05
Acima de 200,01 m²	0,06
Alteração de projeto sem acréscimo de área	2,00
Alteração de projeto com acréscimo de área (ampliação)	2,00 + a proporcionalidade da área a ser acrescida em conformidade com o padrão estabelecido para construções residenciais e comerciais - por m² - constante desta tabela.
Alteração de titularidade em Alvarás de Construção e Certificados de Vistoria de Conclusão de Obras	2,0
Emissão de segunda via de Alvarás de Construção e Certificados de Vistoria de Conclusão de Obras	2,0
Visita técnica para emissão do CVCO - Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras (a partir da segunda visita)	2,0
Barracões Industriais (por metro quadrado)	

De 200,00 a 500,00 m²	0,030
De 500,01 a 1000,00 m²	0,025
Acima de 1000,00 m²	0,020
Construções de Fachadas de Edifícios (por m²)	0,030
Construções de Muros (por metro linear)	0,010
Construção de coberturas ou obras análogas (por m²)	0,020
Demolição (por m²)	0,008
Outras obras e serviços não especificados (por m²)	0,020
Reforma de Edificações	0,020
Execução de Loteamentos (por m²) *Excluída a área doada ao Município.	0,010
Taxa de Vistoria de Obras em Loteamentos e Subdivisões (Por Vistoria Efetuada).	
Até 10.000,00 m²	2,0
De 10.000,01 a 100.000,00 m²	3,0
Acima de 100.000,00 m²	3,0
Taxa de Vistoria de Edificações para Efeito de Regularização de Obra Feita Irregularmente - por metro quadrado.	0,50
Renovação de Alvará de Construção	
Casa Fácil	Isento
Demais Construções	0,50
Verificação de Projetos Arquitetônicos	0,50
Demarcação, Alinhamento e Nivelação de Imóveis	

PM FAZENDA RIO GRANDE
Ass.
Folha Nº 392

Para lotes até 500,00 m²	0,70
Lotes acima de 500,00 m² - por metro quadrado excedente.	0,03
Unificação de Lotes (por lote)	1,50
Subdivisão de Lotes (por lote)	1,50
Emissão de Alvarás de Construção, Obras e Loteamentos	0,50
Taxas para Análise Sanitária (Habite-se) de Projetos Arquitetônicos e Certificado de Conclusão de Obras	



Porte da Edificação	Residencial	Comercial
Casa Fácil	Isento	Isento
Até 50,00 m²	0,80	1,35
De 50,01 a 100,00 m²	1,50	2,55
De 100,01 a 200,00m²	2,30	4,00
De 200,01 a 300,00m2	3,00	5,10
De 300,01 a 400,00m²	3,35	5,70
De 400,01 a 500,00m²	3,70	6,30
De 500,01 a 1000,00m²	4,40	7,50
De 1000,01 a 2000,00m²	5,10	8,70
De 2000,01 a 3000,00m²	5,80	9,90
De 3000,01 a 4000,00m²	6,55	11,5
De 4000,01 a 5000,00m²	7,25	12,3
Acima de 5000,01m²	7,25	12,3
*Para cada fração de 50m² acima dos 5000,01m², além dos valores dispostos, deve-se acrescer as seguintes frações:	0,15	0,30

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 394
Ass

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 395
Ass.

Taxas de Expediente	
Alteração de Projeto Sem Acréscimo de Área	2,00
Alteração de Projeto Com Acréscimo de Área (ampliação)	2,00 + a proporcionalidade da área a ser acrescida em conformidade com o padrão estabelecido para construções residenciais e comerciais - por m² - constante desta tabela.
Alteração de Titularidade em Alvarás de Construção e Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras	2,00
Emissão de Segunda Via de Alvarás de Construção, Alvarás de Demolição e Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras	2,00
Visita Técnica Para Emissão do CVCO - Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras (à partir da segunda vistoria)	2,00

...".

Art. 9º Fica alterada a Tabela do Anexo VIII da Lei Municipal n.º195de 23 de dezembro de 2003, passando a mesma a vigorar na forma como segue, substituindo integralmente a composição anterior:

"...

TABELA I - TAXAS PARA PUBLICIDADE.

Taxa	Valor (UFM)
Anúncios Luminosos e Iluminados - por mês/m²	0,10
Placas Indicativas - por mês/m²	0,10
Painéis sob a Responsabilidade de Empresas Especializadas - por mês/m²	0,15
Anúncios Projetados (fachada) - por mês/m²	0,25
Banner - por mês/m²	0,10
Propaganda Falada	
Por dia	0,80
Por Mês	6,0
Demais Propagandas	
Faixas, por ano e metro linear	0,20
Demais Propagandas, por m²	0,30

...".

Art. 10º Fica alterada a Tabela do Anexo IX da Lei Municipal n.º195de 23 de dezembro de 2003, passando a mesma a vigorar na forma como segue, substituindo integralmente a composição anterior:

"...

TABELA I - TAXAS DE OCUPAÇÃO DE ÁREAS, VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 396 Ass

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 397
Ass

Taxa	Valor (UFM)
Veículo de Aluguel	
Com Tração Mecânica, por ano e unidade	10,00
Com Tração Animal - por ano e unidade	5,00
Circos e Parques - por dia	1,50
Feiras Livres	
Por Mês	2,00
Barracas ou Bancas, em período de festividades e comemorações - por dia	0,50
Bancas Fixas - por ano	6,00
Demais Propagandas	
Faixas, por mês e metro linear	0,20
Demais Propagandas, por m²	0,30

...".

Art. 11 Altera a redação do artigo 68 da Lei Municipal nº 195 de 23 de dezembro de 2003, passando o mesmo a vigorar como segue:

"....

Art. 68. A Taxa de licença para localização, instalação e funcionamento é devida para o exercício fiscal da outorga, mesmo que a licença para localização, instalação e funcionamento tenha ocorrido em qualquer mês do exercício, observado os seguintes parâmetros:

I - estabelecimentos com até 50 (cinquenta) metros quadrados: 01 (uma) UFM - Unidade Fiscal do Município;

II - estabelecimentos entre 51 (cinquenta e um) e 100 (cem) metros quadrados: 02 (duas) UFM - Unidade Fiscal do Município;

III - estabelecimentos entre 101 (cento e um) e 200 (duzentos) metros quadrados: 03 (três) UFM - Unidade Fiscal do Município;

IV - estabelecimentos entre 201 (duzentos e um) e 300 (trezentos) metros quadrados: 04 (quatro) UFM - Unidade Fiscal do Município;

V - estabelecimentos entre 301 (trezentos e um) e 400 (quatrocentos) metros quadrados: 05 (cinco) UFM - Unidade Fiscal do Município.

§ 1º Para estabelecimentos de porte superior a 400 (quatrocentos) metros quadrados deve-se incluir 01 (uma) UFM a cada 100 (cem) metros quadrados até o limite de 15 (quinze) UFM.

§ 2º A taxa a que se refere o caput quando se tratar de pessoa física - profissionais autônomos - será efetivada no montante de 02 (duas) UFM - Unidade Fiscal do Município.

...".

Art. 12 Altera a redação do artigo 70 da Lei Municipal nº 195 de 23 de dezembro de 2003, passando o mesmo a vigorar como segue:

"....

Art. 70 Todos os estabelecimentos que praticarem execução musical, através de qualquer meio, deverão recolher Taxa para Execução Musical de 02 (duas) UFM - Unidade Fiscal do Município, por mês, ou 01(uma) UFM - Unidade Fiscal do Município por evento, além de necessitarem de prévia consulta comercial liberada pela Secretaria Municipal de Urbanismo.

Parágrafo único. Nos casos de não informação pelo contribuinte requerente quanto à utilização de execução musical, através de qualquer meio, constatado por esta Municipalidade, através de auto próprio, será aplicada multa de 05 (cinco) UFM - Unidade Fiscal do Município, sem prejuízo a aplicação de embargo do estabelecimento.

...".

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 38 Ass.

PM FA... RIO GRANDE
Folha Nº 399
Ass

Art. 13. Esta Lei Complementar entra em vigor em data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fazenda Rio Grande, 03 de dezembro de 2016.

Marcio Claudio Wozniack
Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 4629, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre a atualização do valor em Real da Unidade Fiscal do Município - UFM".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, amparado pelas Leis Municipais nº 12, de 15 de fevereiro de 2001, e 192, de 23 de dezembro de 2003, bem como nos moldes do Processo Administrativo nº 24.236/2017, DECRETA:

Art. 1º Fica a Unidade Fiscal do Município - UFM, corrigida pelo percentual de 1,6299% (um vírgula seis mil duzentos e noventa e nove pontos percentuais), sendo atualizada para R$ 75,75 (setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), conforme previsto no artigo 2º da Lei Municipal nº 12 de 15 de fevereiro de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 192 de 23 de dezembro de 2003.

Art. 2º Todas as tabelas de impostos e taxas municipais que utilizam como parâmetro de referência a Unidade Fiscal do Município - UFM - terão seu valor em Real (R$) convertido pelo valor definido neste Decreto.

Art. 3º As tabelas de que trata a Lei Municipal nº 195/2003 e suas alterações, passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme valores constantes no Anexo I deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Fazenda Rio Grande, 04 de dezembro de 2017.

Marcio Claudio Wozniack
Prefeito Municipal

PM FAZENDA RIO GRANDE
Ass
Folha Nº 10

PM FAZENDA GRANDE
Folha Nº 107
Ass

ANEXO I

DO DECRETO N° 4629 DE 04 de dezembro de 2017

SERVIÇOS	Valor em UFM	Valor em R$
CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - TABELA I DO ANEXO III DA LEI 195/2003		
Classe de Consumidor		
Consumidor Comercial e Industrial - 10% do valor do consumo limitado a 2,0 (duas) UFM	2,0000	151,50
Demais Consumidores - 10% do valor total do consumo Limitado a 1,0 (uma) UFM	1,0000	75,75
Os valores constantes desta tabela estão definidos em UFM - Unidade Fiscal do Município e serão atualizados anualmente observando o índice legal.		

TAXA DE COLETA DOMICILIAR DE LIXO - TABELA II DO ANEXO III DA LEI 195/2003		
Taxa Social do Lixo	isento	isento
Residencial - até 10m3	0,1757	13,31
Residencial >10 e <=15m3	0,2050	15,53
Residencial >15 e <=20m3	0,2343	17,75
Residencial >20 e <=30m3	0,2636	19,97
Residencial >30 e <=50m3	0,2929	22,19
Residencial acima de 50m3	0,4394	33,28
Comercial - Industrial até 10m3	0,2197	16,64
Comercial - Industrial > 10 e <= 15m3	0,2636	19,97
Comercial - Industrial > 15 e <= 20m3	0,2929	22,19
Comercial - Industrial > 20 e <= 30m3	0,3661	27,73
Comercial - Industrial > 30 e <= 50m3	0,4394	33,28
Comercial - Industrial acima de 50m3	0,7323	55,47

TAXA DE COMBATE A INCÊNDIOS - TABELA III DO ANEXO III DA LEI 195/2003

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 402 Ass

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 102
Ass.

Taxa de combate a incêndios		mês
Residencial - Valor Mensal	0,0220	1,67
Comercial - Valor Mensal	0,0366	2,77
Industrial - Valor Mensal	0,0733	5,55
Utilidade Pública - Valor Mensal	0,0220	1,67
Poder Público	Isento	Isento

TAXA DE SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - TABELA IV DO ANEXO III DA LEI 195/2003		
Anuência Ambiental Prévia	1,0000	75,75
Autorização Ambiental para Movimentação de Solo e Aterro		
até 100 m³	1,0000	75,75
de 101 m³ até 1.000 m³	1,5000	113,63
de 1.001 m³ até 2.000 m³	2,5000	189,38
de 2.001 m³ até 4.000 m³	3,0000	227,25
de 4.001 m³ até 8.000 m³	3,5000	265,13
de 8.001 m³ até 10.000 m³	4,0000	303,00
acima de 10.000 m³	4,5000	340,88
Autorização para poda de árvore por unidade	1,0000	75,75
Autorização para corte de árvore Isolado até 15	2,0000	151,50

unidades		
Autorização para corte de árvore - Acima de 15 unidades considera-se desmate		
de 16 a 30	1,0000	75,75
de 31 a 70	3,0000	227,25
de 71 a 100	5,0000	378,75
de 101 a 200	8,0000	606,00
de 201 a 500	12,0000	909,00
Acima de 501	15,0000	1.136,25
Autorização Ambiental Diversa	0,5000	37,88
Parecer Ambiental		
Até 1.000 m²	1,0000	75,75
de 1.001 m² até 2.000 m²	1,5000	113,63
de 2.001 m² até 4.000 m²	2,5000	189,38
de 4.001 m² até 8.000 m²	3,0000	227,25
de 8.001 m² até 10.000 m²	3,5000	265,13
de 10.001 m² até 15.000 m²	4,0000	303,00
Acima de 15.000 m ²	4,5000	340,88
Vistorias a pedido do requerente	1,0000	75,75
Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental	19,0000	1.439,25
Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança	11,0000	833,25
Autorização para Extração Mineral	11,0000	833,25

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 104
Ass.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 405
Ass

Plano de Gerenciamento de Resíduo Sólido	4,0000	303,00
Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil	4,0000	303,00
Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde	5,0000	378,75
Protocolo de qualquer espécie	0,5000	37,88
Dispensa de Licenciamento Ambiental	1,0000	75,75
* Na tabela de desmate deverá o requerente apresentar inventário florestal ambiental.		

TAXAS DE SERVIÇOS DO CEMITÉRIO - ANEXO IV DA LEI 195/2003		
Taxa para Construção de Túmulos	1,0000	75,75
Taxa anual de Manutenção	3,0000	227,25
Sepultamento		
Sepultura Geral ou Provisória (com uso da Capela)	2,0000	151,50
Exumação ou Remoção		
Para lotes com Concessão Municipal	1,5000	113,63
Para lotes pertencentes ao Município	0,2500	18,94
Concessão de Sepulturas	27,0000	2.045,25
Taxa para Expedição do título de Concessão - Inclusive 2ª via	1,0000	75,75
Taxa para uso da Capela (velório) sem sepultamento	1,5000	113,63

TAXAS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANEXO V DA LEI 195/2003		
Procedimentos Específicos de Interesse da Saúde		
Expedição de licença de Ingresso ou baixa de responsável técnico ou de alteração contratuais que incidam sobre a responsabilidade técnica	2,0000	151,50

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 106
Ass

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 404
Ass

Expedição de Baixa ou encerramento de atividade	2,0000	151,50
Licenciamento de barracas em festas - válido somente para evento	1,0000	75,75
Licenciamento de vendedores ambulantes em festas - válido somente para eventos	0,5500	41,66
Licenciamento para veículos que comercializam produtos alimentícios não industrializados por evento	1,0000	75,75
Licença Anual para vendedores ambulantes	1,0000	75,75
Taxa para vistoria e expedição de licença sanitária - Estabelecimento de BAIXO risco	1,0000	75,75
Taxa para vistoria e expedição de licença sanitária - Estabelecimento de MÉDIO risco	2,0000	151,50
Taxa para vistoria e expedição de licença sanitária - Estabelecimento de ALTO risco	4,0000	303,00
Multa por infração de natureza leve - por item	4,0000	303,00
Multa por infração de natureza grave - por item	8,0000	606,00
Multa por infração de natureza gravíssima - por item	13,0000	984,75
Liberação de Animais aprendidos - por animal e por dia	0,3000	22,73
Taxa de vistoria e Expedição de licença Sanitária para atividades eventuais	0,5000	37,88

BANCAS,. COMÉRCIO AMBULANTE EVENTUAL - ANEXO VI DA LEI		

195/2003		
Veículo de tração Mecânica		
Por mês	1,0000	75,75
Por ano	6,0000	454,50
Veículo de tração Animal		
Por mês	0,5000	37,88
Por ano	4,0000	303,00
Carrinho de Doce, Pipoca, Salgados, lanches e Sorvetes		
Por mês	0,5000	37,88
Por ano	3,0000	227,25
Trailler		
Por mês	2,0000	151,50
Por ano	12,0000	909,00
Barracas		
Por mês	1,8000	136,35
Por ano	11,0000	833,25
Banca de Frutas e verduras		
Por mês	0,8000	60,60
Por ano	6,0000	454,50
Banca de jornais e revistas		
Por mês	1,0000	75,75
Por ano	6,0000	454,50

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 408
Ass

Banca de doces, Pipocas, Salgados, lanches e Sorvetes		
Por mês	1,0000	75,75
Por ano	6,0000	454,50
Banca de Artesão (do próprio e devidamente cadastrado no setor de Cultura)		
Por mês	1,0000	75,75
Por ano	8,0000	606,00
Demais Formas - Incluso Comércio eventual de qualquer espécie		
Por mês	2,0000	151,50
Por ano	8,0000	606,00
* Para os casos de Comércio eventual de qualquer espécie solicitado, por dia, o valor a ser recolhido	-	
Por dia	0,8000	60,60

TAXAS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS - ANEXO VII TABELA I DA LEI 195/2003		
Construções		
Casa Fácil	0,2500	18,94
Projetos Sociais de Habitação até 50 m2	0,2500	18,94
Construções Residenciais e Comerciais (por m2)		
Até 100,00 m2	0,0400	3,03

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 409 Ass

De 100,01 a 200,00 m2	0,0500	3,79
Acima de 200,01 m2	0,0600	4,55
Alteração de projeto sem acréscimo de área	2,0000	151,50
Alteração de projeto com acréscimo de área (ampliação)	2,0+ proporcionalidade da área a ser acrescida em conformidade com o padrão esstabelecido para construções residenciais e comerciais - por m2 - constante desta tabela.	
Alteração de titularidade em Alvarás de Construção e Certificados de Vistoria de Conclusão de Obras	2,0000	151,50
Emissão de segunda via de Alvarás de Construção, Alvarás de Demolição e Certificados de Vistoria de Conclusão de Obras	2,0000	151,50
Visita técnica para emissão do CVCO - Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras (à partir da segunda visita)	2,0000	151,50
Barrações Industriais(por m2)		
De 200,00 a 500,00 m2	0,0300	2,27
De 500,01 a 1000,00 m2	0,0250	1,89
Acima de 1000,00 m2	0,0200	1,52
Construção de Fachadas de Edifícios (por m2)	0,0300	2,27
Construção de Muros (por metro Linear)	0,0100	0,76
Construção de Coberturas e Obras análogas (por m2)	0,0200	1,52
Demolição (por m2)	0,0080	0,61
Outras Obras e Serviços não Especificados (por m2)	0,0200	1,52
Reforma de Edificações	0,0200	1,52

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 54
Ass

Execução de Loteamentos (por m2)	0,0100	0,76
Taxa de vistoria de Obras em Loteamentos e Subdivisões (Por vistoria efetada)		
Até 10.000,00 m2	2,0000	151,50
De 10.000,01 a 100.000,00 m2	3,0000	227,25
Acima de 100.000,01 m2	3,0000	227,25
Taxa de Vistoria de Edificações para Efeito da Regularização de Obras feita irregularmente (por m2)	0,5000	37,88
Renovação do Alvará de Construção		
Casa Fácil	Isento	Isento
Demais construções	0,5000	37,88
Verificação de Projetos Arquitetônicos	0,5000	37,88
Demarcação, Alinhamento e Nivelamento de Imóveis		
Para lotes até 500,00 m2	0,7000	53,03
Acima de 500,00 mÂ², por m2 excedente	0,0300	2,27
Unificação de Lotes (por lote)	1,5000	113,63
Subdivisão de Lotes (por lote)	1,5000	113,63
Emissão de Alvarás de Construção, Obra e Loteamentos	0,5000	37,88
Taxas para Análise Sanitária (Habite-se) de Projetos Arquitetônicos e Certificado de Conclusão de Obras		
Porte da Edificação - RESIDENCIAL		
Casa Fácil	Isento	Isento
Até 50,00 m2	0,8000	60,60

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 114
Ass

De 50,01 a 100,00 m2	1,5000	113,63
De 100,01 a 200,00 m2	2,3000	174,23
De 200,01 a 300,00 m2	3,0000	227,25
De 300,01 a 400,00 m2	3,3500	253,76
De 400,01 a 500,00 m2	3,7000	280,28
De 500,01 a 1000,00 m2	4,4000	333,30
De 1000,01 a 2000,00 m2	5,1000	386,33
De 2000,01 a 3000,00 m2	5,8000	439,35
De 3000,01 a 4000,00	6,5500	496,16
De 4000,01 a 5000,00 m2	7,2500	549,19
Acima de 5000,01 m2	7,2500	549,19
* Para cada fração de 50m2 acima dos 5000,01mÂ², al´me dos valores dispostos, devem acrescer as seguintes frações:	0,1500	11,36
Porte da Edificação - COMERCIAL		
Até 50,00 m2	1,3500	102,26
De 50,01 a 100,00 m2	2,5500	193,16
De 100,01 a 200,00 m2	4,0000	303,00
De 200,01 a 300,00 m2	5,1000	386,33
De 300,01 a 400,00 m2	5,7000	431,78
De 400,01 a 500,00 m2	6,3000	477,23
De 500,01 a 1000,00 m2	7,5000	568,13

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 412
Ass

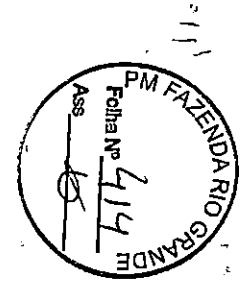
De 1000,01 a 2000,00 m2	8,7000	659,03
De 2000,01 a 3000,00 m2	9,9000	749,93
De 3000,01 a 4000,00	11,5000	871,13
De 4000,01 a 5000,00 m2	12,3000	931,73
Acima de 5000,01 m2	12,3000	931,73
* Para cada fração de 50m2 acima dos 5000,01mÂ², al´me dos valores dispostos, devem acrescer as seguintes frações:	0,3000	22,73

TAXAS DE EXPEDIENTE		
Alteração de Projeto Sem Acréscimo de Área	2,0000	151,50
Alteração de titularidade em Alvarás de construção e certificado de vistoria de conclusão de obras	2,0000	151,50
Emissão de segunda via de alvará de construção/ demolição e Certificado de vistoria de conclusão de obra	2,0000	151,50
Vistoria técnica para emissão do CVCO (à partir da segunda via)	2,0000	151,50
Alteração de Projeto Com Acréscimo de Área (ampliação) 2,00 + a proporcionalidade da área a ser acrescida em conformidade com o padrão estabelecido para construções residenciais e comerciais - por m2 - constante desta tabela.	2,0000	151,50

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 413
Ass

TAXAS PARA PUBLICIDADE - ANEXO VIII DA LEI 195/2003		
Anúncios Luminosos e iluminados, por mês/ m2	0,1000	7,58
Placas Indicativas por mês/ m2	0,1000	7,58
Painéis sob responsabilidade de empresas especializadas, por mês/ m2	0,1500	11,36
Anúncios projetados (fachada), por mês	0,2500	18,94
Banner, por mês/ m2	0,1000	7,58
Propaganda Falada		
Por dia	0,8000	60,60
Por mês	6,0000	454,50
Demais Propagandas		
Faixas, por ano e metro linear	0,2000	15,15
Demais Publicidades não Enumeradas, por m2	0,3000	22,73

TAXAS DE OCUPAÇÃO DE ÁREAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS - ANEXO IX DA LEI 195/2003



Veículos de Aluguel		
Com tração mecânica, por ano e unidade	10,0000	757,50
Com tração animal, por ano e unidade	5,0000	378,75
Circos e Parques por dia	1,5000	113,63
Feiras Livres		
Por mês	2,0000	151,50
Barracas ou Bancas, em período de Festividades e comemorações por dia	0,5000	37,88
Bancas Fixas, por exercício	6,0000	454,50

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 415
Ass

TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - ARTIGO 68 LEI 195/2003		
Estabelecimento até 50 m2	1,0000	75,75
Estabelecimento entre 51 e 100 m2	2,0000	151,50
Estabelecimentos entre 101 e 200 m2	3,0000	227,25
Estabelecimentos entre 201 e 300 m2	4,0000	303,00
Estabelecimentos entre 301 e 400 m2	5,0000	378,75
Estabelecimentos com mais de 401 m2 deve-se incluir 01 UFM a cada 100 m2 até o limite de 15 UFM		
Pessoa física (profissionais autônomos)	2,0000	151,50
Taxa de Execução Musical por mês art.70 Lei 195	1,0000	75,75
Taxa de Fiscalização de Funcionamento Regular - art. 78 Lei 195/2003 - Pessoa Física	0,5000	37,88
Taxa de Fiscalização de Funcionamento Regular - art. 78 Lei 195/2003 - Pessoa Jurídica	1,0000	75,75
Taxa de Expediente art 38 Lei 195/20013	0,1443	10,93

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 416
Ass

LIMPEZA DE TERRENO BALDIO CONFORME LEI 54/2012		
Limpeza de terreno baldio por metro	0,0125	0,95
Por caminhão de detrito	2,0000	151,50
Hora máquina	2,3000	174,23
Multa por detrito de construção civil (descarte irregular)	10,0000	757,50

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 418
Ass

Leis Municipais 20 Anos

www.LeisMunicipais.com.br

DECRETO Nº 5.467/2020 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre a atualização do valor em Real da Unidade Fiscal do Município - UFM".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, amparado pelas Leis Municipais nº 12, de 15 de fevereiro de 2001 e suas alterações, bem como nos moldes do processo administrativo eletrônico nº 46.160/2020:

DECRETA

Art. 1º Fica a Unidade Fiscal do Município - UFM, corrigida pelo percentual de 18,4179% (dezoito inteiros e quatro mil cento e setenta e nove décimos de milésimo por cento), sendo atualizada para R$ 101,92 (cento e um reais e noventa e dois centavos), conforme previsto no artigo 2º da LEI Municipal nº 12 de 15 de fevereiro de 2001, e suas alterações.

Art. 2º Todas as tabelas de impostos e taxas municipais que utilizam como parâmetro de referência a Unidade Fiscal do Município - UFM - terão seu valor em Real (R$) convertido pelo valor definido neste DECRETO.

Art. 3º As tabelas de que trata a LEI Municipal nº 195/2003 e suas alterações, passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021, conforme valores constantes no Anexo I, deste DECRETO.

Art. 4º Este DECRETO entra em vigor em 1º de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Fazenda Rio Grande, 16 de dezembro de 2020.

Marcio Claudio Wozniack
Prefeito Municipal

Download Anexo: Decreto Nº 5467/2020 - Fazenda Rio Grande-PR (www.leismunicipais.com.brhttps://s3.amazonaws.com/municipais/anexos/fazenda-rio-grande-pr/2020/anexo-decreto-5467-2020-fazenda-rio-grande-pr-1.pdf?X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAI4GGM64DHHZJ3HAA%2F20220912%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20220912T143807Z&X-Amz-Expires=900&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=692c9e49c3ff311dd409ff3d78fac51ca1dbbc7208ff844ef995fd187a634718)

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Continuar

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 10/06/2021

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 419
Ass

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

Continuar

Leis Municipais 20 ANOS

www.LeisMunicipais.com.br

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 420
Ass

LEI Nº 1.492/2021 DE 28 DE OUTUBRO DE 2021.

"Dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2022 a 2025".

A CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual para o quadriênio 2022 a 2025, em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, na forma dos Anexos, partes integrantes desta Lei.

Art. 2º A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas poderão serem propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei específico.

Parágrafo único. Os recursos financeiros encaminhados para o Município de Fazenda Rio Grande, em razão do artigo 166-A da Constituição Federal, quando sem destinação específica, deverão atender aos programas e projetos indicados pela Câmara de Vereadores, a qual deverá ser prontamente comunicada a respeito do ingresso de recursos.

Art. 3º A inclusão, exclusão ou alteração ou exclusão de ações orçamentárias deste Plano, poderão também ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus respectivos créditos especiais e/ou suplementares, bem como de leis específicas, aprimorando-se as modificações aos respectivos programas.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a promover a adequação das metas e ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou outras modificações efetivadas nas Leis Orçamentárias Anuais.

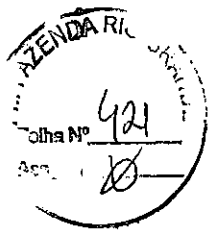
Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar indicadores de programas e a incluir, excluir ou alterar ações e suas respectivas metas, sempre que tais modificações não requeiram mudança no orçamento do Município que contribuam para a efetivação da realização dos objetivos dos programas.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Fazenda Rio Grande, 28 de outubro de 2021.

Nassib Kassem Hammad
Prefeito Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.



Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 09/11/2021

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 422
Ass

Leis Municipais 20 anos

www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 1.492/2021 DE 28 DE OUTUBRO DE 2021.

"Dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2022 a 2025".

A CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Plano Plurianual para o quadriênio 2022 a 2025, em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, na forma dos Anexos, partes integrantes desta Lei.

Art. 2º A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas poderão serem propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei específico.

Parágrafo único. Os recursos financeiros encaminhados para o Município de Fazenda Rio Grande, em razão do artigo 166-A da Constituição Federal, quando sem destinação específica, deverão atender aos programas e projetos indicados pela Câmara de Vereadores, a qual deverá ser prontamente comunicada a respeito do ingresso de recursos.

Art. 3º A inclusão, exclusão ou alteração ou exclusão de ações orçamentárias deste Plano, poderão também ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus respectivos créditos especiais e/ou suplementares, bem como de leis específicas, aprimorando-se as modificações aos respectivos programas.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a promover a adequação das metas e ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou outras modificações efetivadas nas Leis Orçamentárias Anuais.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar indicadores de programas e a incluir, excluir ou alterar ações e suas respectivas metas, sempre que tais modificações não requeiram mudança no orçamento do Município que contribuam para a efetivação da realização dos objetivos dos programas.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022, revogadas as disposições em contrário.

Fazenda Rio Grande, 28 de outubro de 2021.

Nassib Kassem Hammad
Prefeito Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 423
Ass

Leis Municipais 20 ANOS

www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 1.524/2022 DE 19 DE JANEIRO DE 2022.

"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2022 e confere outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:

CAPÍTULO I
DO OBJETO

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal; Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e art. 46, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Fazenda Rio Grande, as diretrizes orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2022, compreendendo:

I - As metas e prioridades da Administração Pública Municipal;

II - A organização e a estrutura dos orçamentos;

III - As diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - As disposições sobre créditos suplementares e especiais;

V - As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - As disposições sobre transferências públicas;

VII - As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

VIII - As ajustamentos no plano plurianual;

IX - As disposições gerais.

Parágrafo único. A chefia do Poder Executivo fará audiências públicas na Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, para avaliação do cumprimento das metas fiscais quadrimestrais, nos termos do artigo 9º, § 4º, da Lei Federal nº 101/2000.

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

Continuar

Art. 2º A Lei Orçamentária Anual compreenderá o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimento:

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 424
Ass

I - O Orçamento Fiscal refere-se aos Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta;

II - O Orçamento da Seguridade Social abrange os fundos, entidades e órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, vinculados a Saúde, Assistência Social e Previdência.

CAPÍTULO II
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 3º As metas e as prioridades para o exercício de 2022 são as especificadas no Anexo de Metas, por programas e funções de governo, que integram esta Lei, compatíveis com a Lei Municipal referente ao Plano Plurianual 2002/2025 e ainda na Lei Orçamentária Anual para 2022 à qual será encaminhada à Câmara Municipal até 15 de outubro de 2020.

§ 1º A regra contida no "caput" deste artigo, não se constitui em limite à programação das despesas.

§ 2º Será garantida a destinação de recursos orçamentários, nos programas de atendimento social, à infância e à adolescência no Município.

§ 3º O Anexo de Metas Fiscais que será elaborado, de acordo com o § 1º do artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, abrangerá os órgãos, fundações, fundos e autarquias que recebem recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado pelas metas estabelecidas no Plano Plurianual;

II - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º As atividades e projetos serão dispostos de modo a especificar a localização física integral ou parcial dos programas de governo.

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

§ 3º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

Continuar

PMFAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 425
Ass

§ 4º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária constando posteriormente na Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos e operações especiais, sendo identificados através da indicação de suas metas físicas.

Art. 5º O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as suas respectivas dotações, especificando a unidade orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza da despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e as fontes de recursos.

§ 1º Nos grupos de natureza da despesa será observado o seguinte detalhamento:

I - Pessoal e encargos sociais - 1;

II - Juros e encargos da dívida - 2;

III - Outras despesas correntes - 3;

IV - Investimentos - 4;

V - Inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas - 5;

VI - Amortização da dívida - 6.

§ 2º A Reserva de Contingência prevista no artigo 7º, desta Lei, será identificada pelo dígito nove (9) no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

§ 3º A especificação por elemento de despesa será apresentada por unidade orçamentária, conforme a sua aplicação.

§ 4º Na especificação das modalidades de aplicação será observada, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências à União - 20;

II - Transferências a Estados e ao Distrito Federal - 30;

III - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - 50;

IV - Transferências a Instituições Multi Governamentais - 70;

V - Aplicações Diretas - 90;

VI - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - 91.

§ 5º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, alterar ou extinguir os códigos da modalidade de aplicação, incluídos na Lei Orçamentária Anual para 2022 e em seus Créditos Adicionais.

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

Art. 6º A Lei Orçamentária Anual para 2022 conterá a destinação de recursos, classificados pelo Identificador de Uso, Grupo de Destinação de Recursos e Fontes de Recursos, regulamentados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado do

Continuar

Paraná - TCE/PR.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 426 Ass

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, alterar ou extinguir os códigos da destinação de recursos, composto por Identificador de Uso, Grupo de Destinação de Recursos e Fontes de Recursos, incluídos na Lei Orçamentária Anual para 2022 e em seus Créditos Adicionais.

§ 2º O Município poderá incluir na Lei Orçamentária Anual para 2022, outras fontes de recursos para atender as suas peculiaridades, além das determinadas pelo caput deste artigo.

Art. 7º Os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento compreenderão a programação dos Poderes Legislativo e Executivo, seus órgãos, autarquias, fundações e fundos, instituídos e mantidos pela Administração Municipal, bem como as empresas em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 8º Será constituída a Reserva de Contingência exclusivamente com recursos do Orçamento Fiscal, no projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022, para atender às determinações da Lei Complementar Federal nº 101/ 2000.

Parágrafo único. Além de atender às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Reserva de Contingência poderá ser utilizada como recurso para abertura de Créditos Adicionais e emendas à Lei Orçamentária para 2022.

Art. 9º A Reserva Orçamentária incluída no Orçamento da Seguridade Social para 2022, poderá ser utilizada como recurso, para abertura de Créditos Adicionais Suplementares ou Especiais, destinados exclusivamente às despesas previdenciárias.

Art. 10. A Lei Orçamentária Anual para 2022 discriminará em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

I - À participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

II - Ao pagamento de precatórios judiciários, que constarão nas unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

III - Ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor;

IV - Ao pagamento de juros, de encargos e da amortização da dívida fundada.

Art. 11. A alocação dos créditos orçamentários será feita à unidade orçamentária, responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferências para as unidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo único. A vedação contida no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal de 1988 não impede a descentralização de créditos orçamentários para a execução de ações de responsabilidade da unidade descentralizadora.

Art. 12. O projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, obedecerá à Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações.

Utilizamos cookies para personalizar anúncios e melhorar sua experiência. Para aceitar ou dispor sobre isso, acesse Privacidade

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, a Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, as autarquias, fundações e fundos, deverão entregar suas respectivas propostas orçamentárias à Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Continuar

PREFEITURA FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 427
Ass

Art. 14. Cada projeto ou atividade constará somente de uma esfera orçamentária e de um único programa, porém poderá ser classificada em diversas funções e subfunções.

Art. 15. Não se aplicam às empresas integrantes do orçamento de investimento as normas gerais da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, no que concerne ao regime contábil, execução do orçamento e demonstrativo de resultado.

Art. 16. O orçamento fiscal destinará recursos, através de atividades e projetos específicos, às empresas que compõem o orçamento de investimento.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 17. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2022 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 18. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação de recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos Programas de Governo.

Art. 19. Será assegurado a destinação de recursos orçamentários para a oferta nos programas públicos de atendimento à infância, à adolescência e ao jovem no Município, conforme dispõe o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, o artigo 4º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e suas alterações, e na instrução Normativa nº 36/2009, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná: TCE/PR ou outra que venha a substituí-la.

Art. 20. A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, até 30 de agosto do ano corrente, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciários a serem incluídos na proposta da Lei Orçamentária de 2022, conforme determina o artigo 100 da Constituição Federal, discriminada por órgão da Administração Direta, Autarquias e Fundações e por grupos de despesas.

Art. 21. Somente poderão ser incluídos no projeto de Lei Orçamentária, recursos provenientes de operações de crédito aprovados e contratados e de transferências voluntárias, firmados mediante instrumento legal, condicionado a apresentação da documentação comprobatória de sua efetivação.

Art. 22. As metas e prioridades estabelecidas no projeto de Lei Orçamentária deverão estar elencadas na Lei do Plano Plurianual para o quadriênio 2022 - 2025.

Art. 23. Na programação da despesa não poderão ser:

I - Fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - Incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;

III - Incluídas despesas a título de investimentos - Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, § 3º, da Constituição Federal;

IV - Transferidos a outras unidades orçamentárias os recursos recebidos por transferência de outra

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade
Continuar

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 428 Ass

esfera de governo.

Art. 24. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que atendam diretamente ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde e educação, conforme Instruções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de utilidade pública municipal.

§ 2º Os recursos destinados a título de subvenções sociais somente serão alocados nos órgãos, entidades e fundos, que atuam nas áreas citadas no caput deste artigo.

§ 3º Os repasses de recursos serão efetivados através de termos de colaboração, fomento ou termos afins, conforme determina o artigo 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e a exigência do caput do artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, e Instruções do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 25. As fontes de recursos aprovados na Lei Orçamentária e nos créditos adicionais abertos poderão ser modificadas por Decreto do Executivo, para atender as necessidades de sua execução.

Art. 26. Fica autorizado nos termos da legislação vigente:

I - O Poder Executivo a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) das despesas fixadas, nos termos do inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64;

II - O Poder Legislativo a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) das despesas fixadas, nos termos do inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64;

III - O RPPS (FAZPREV) a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) das despesas fixadas, nos termos do inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64;

IV - Os créditos suplementares e especiais nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados por lei específica, não serão computadas no inciso I, deste artigo.

§ 1º O Poder Executivo poderá proceder à redistribuição das parcelas de dotação de pessoal e respectivos encargos sociais entre unidades orçamentárias, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 66 da Lei Federal nº 4.320/64, não considerando os limites previstos no inciso I, mas considerando a compatibilidade das fontes de recursos;

§ 2º O Poder Executivo poderá transpor, remanejar ou transferir recursos, de uma categoria de programação para outra, de um órgão para outro, nos termos do inciso VI, do artigo 167 da Constituição Federal, em percentual limite de 5%.

Art. 27. A Receita será programada de acordo com as seguintes prioridades:

I - Custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais;

II - Pagamento de amortizações e encargos da dívida;

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

III - Cumprir os princípios constitucionais com a saúde e o ensino fundamental, bem como a garantia no que se refere à criança e ao adolescente;

Continuar

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 429
Ass

IV - Aporte local para as Operações de Crédito;

V - Aporte local para os convênios firmados com o Estado e com a União;

VI - Investimentos em andamento;

VII - Novos investimentos.

Parágrafo único. Somente após, atendidas as prioridades elencadas acima, poderão ser programados recursos para atender novos investimentos.

Art. 28. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações da Saúde, Assistência Social e Previdência Social do Servidor Municipal, conforme o Regime Próprio de Previdência do Servidor - RPPS e obedecerá ao disposto na Lei Municipal, que contará com recursos provenientes:

I - Das contribuições sociais previstas em Lei Municipal;

II - Do Orçamento Fiscal;

III - Das demais receitas, inclusive próprias e vinculadas, de órgãos, entidades e fundos, cujas despesas integram este orçamento.

Art. 29. Na execução orçamentária para 2022, a apuração dos custos dar-se-á, conforme determina a alínea "e", do inciso I, do artigo 4º e o § 3º, do artigo 50, ambos da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 30. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado por órgão orçamentário, nos termos do art. 8º, da Lei Complementar Federal nº 101/00 - LRF, visando ao cumprimento da meta de resultado primário, estabelecida nesta Lei.

§ 1º O Poder Executivo deverá publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual para 2022;

§ 2º O Chefe do Poder Executivo deverá encaminhar ao Poder Legislativo, em até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório de avaliação do disposto no caput deste artigo, sem prejuízo do disposto no § 4º do art. 9º da LRF.

Art. 31. No prazo previsto no artigo anterior desta Lei, o Poder Executivo deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de controle à evasão e à sonegação, bem como as quantidades e valores das ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13, da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá encaminhar ao Poder Legislativo, em até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório de avaliação do disposto no caput deste artigo, sem prejuízo do disposto no § 4º, do art. 9º da LRF.

Art. 32. Caso seja necessária a limitação de empenhos das dotações orçamentárias e da programação financeira, para o cumprimento do disposto no artigo 9º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, serão fixados em ato próprio, os percentuais e os montantes estabelecidos para cada órgão, entidade e fundo, bem como serão excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de

Utilizamos cookies essenciais e tecnologias semelhantes de acordo com a nossa Política de Privacidade e, ao continuar navegando, você concorda com essas condições.
Continuar

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 430
Ass.

execução e de forma proporcional à participação dos Poderes, no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária Anual para 2022.

Art. 33. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas, que viabilizem a execução das mesmas, sem o cumprimento dos artigos 15 e 16, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Parágrafo único. A Contabilidade registrará os atos e os fatos, relativos à gestão orçamentário financeira, que tenham efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e das providências derivadas do caput deste artigo.

Art. 34. Cabe a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças a responsabilidade pela coordenação do processo de elaboração e consolidação do projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022, de que trata esta Lei, e determinará:

I - O calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;

II - A elaboração e a distribuição do material que compõem as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus órgãos, autarquias, fundações, fundos e sociedades de economia mista;

III - As instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos, de que trata esta Lei;

Art. 35. Poderão ser incluídas no projeto de Lei Orçamentária Anual para 2022, as dotações relativas aos convênios, programas e operações de crédito aprovados no exercício 2021.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 36. As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se ao disposto nas normas constitucionais aplicáveis, Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 e a legislação municipal em vigor.

Art. 37. O reajuste salarial dos servidores públicos municipais deverá seguir os preceitos estabelecidos pela Lei Municipal nº 548/2007, ou outra que venha a substituí-la ou alterá-la, conforme previsão de recurso orçamentário e financeiro previsto na Lei Orçamentária de 2022, em categoria de programação específica, observando o limite do artigo 21 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 38. A instituição, concessão e o aumento de qualquer vantagem pecuniária ou remuneração, a criação de cargos ou adaptações na estrutura de carreiras e a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da Administração Direta ou Indireta, inclusive fundações instituídas pelo Município, observado o contido no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município de Fazenda Rio Grande, poderão ser levados a efeito para o exercício de 2022, de acordo com os limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000 e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

Art. 39. A legislação tributária do Município será revista e atualizada, nos termos da legislação vigente, para o exercício de 2022, em especial a Taxa de Coleta de Lixo; a Taxa de Iluminação Pública, as demais Taxas, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre Serviços de

Continuar

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 431 Ass.

Qualquer Natureza (ISSQN).

Art. 40. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana de 2022 poderá ter desconto condizente com as orientações expedidas pelo TCE/PR, para pagamento à vista.

Art. 41. A renúncia dos valores apurados no artigo 29 desta Lei serão considerados na previsão da receita de 2022, nas respectivas rubricas orçamentárias, conforme preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de créditos ao longo do exercício de 2022, destinadas a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 43. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 44. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 45. Os valores das metas e prioridades em anexo devem ser vistos como indicativo, para tanto ficam admitidas variações, de forma a acomodar a trajetória que as determinem, até o envio do projeto da Lei Orçamentária para 2022.

Art. 46. Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 47. A Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças publicará juntamente com a Lei Orçamentária Anual, o quadro de detalhamento da despesa, especificando por atividades, projetos e operações especiais em cada unidade orçamentária, contidos no orçamento fiscal e demais normas para a execução orçamentária.

Art. 48. Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterem os valores da receita orçamentária, poderão ser utilizados mediante créditos suplementar e especial, nos termos do artigo 166, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 49. Para efeito do disposto do artigo 42 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000:

I - Considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II - No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deve se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 50. Se o projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado para sanção do Prefeito até o primeiro dia de janeiro de 2022 a programação constante deste projeto encaminhado pelo Executivo poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, enquanto não se completar o ato sancionatório.

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade Continuar

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 432
Ass.

Art. 51. A reabertura de créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no artigo 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. Na reabertura a que se refere o caput deste artigo, a fonte de recursos deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 52. O projeto de lei orçamentária anual será encaminhado à Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, devidamente acompanhado do quadro de detalhamento da despesa, discriminando as unidades orçamentárias, os elementos de despesas e seus respectivos valores, obedecendo na sua apresentação a forma analítica.

Art. 53. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 54. Fica autorizada a compatibilização dos valores, programas e ações, constantes da presente lei com os valores, programas e ações do PPA - Plano Plurianual.

Art. 55. Fica autorizada a compatibilização dos Planos de Contas Receita e Despesas (PCASP) contido no PPA 2022-2025 e da LDO 2022 ao Plano de Contas da Receita e Despesa atualizado divulgado pela Secretária do Tesouro Nacional (STN) .

Art. 56. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com os Governos Federal e Estadual através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 57. O Poder Executivo poderá celebrar consórcios com outros Municípios e órgãos dos governos estadual e federal, para desenvolver Projetos ou atividades de interesse comum.

Art. 58. Fica autorizado o Executivo Municipal proceder a reclassificação da receita orçamentária, conforme o plano de Contas definido pelo Tribunal de Constas do Estado do Paraná, obedecidos os valores previstos nos anexos que compõe esta Lei.

Art. 59. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação poderão ser assumidas pela Administração Municipal desde que firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (Art. 62 da LC 101).

Art. 60. Excepcionalmente, as Ações 1063, 1064 e 1065, somente poderão ter suas dotações movimentadas mediante prévia autorização legislativa específica.

Art. 61. Eventual valor remanescente da Ação 1071 somente poderá ser reutilizado mediante prévia autorização legislativa específica.

Art. 62. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e contrário.

Fazenda Rio Grande, 19 de janeiro de 2022.

Nassib Kassem Hammad
Prefeito Municipal

Usamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

Continuar

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 433
Ass

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 04/04/2022

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

Continuar

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 434
Ass

LEI Nº 1044, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

"APROVA E INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE FAZENDA RIO GRANDE, PARANÁ".

A CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aprovado e instituído, em atenção aos artigos 18 e seguintes da Lei Federal nº 12.305/2010, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Fazenda Rio Grande, Paraná, incluindo-se neste o Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, nos termos do anexo, parte integrante desta Lei Municipal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fazenda Rio Grande, 17 de novembro de 2014.

Marcio Claudio Wozniack
Prefeito em Exercício

Download: Anexo - Lei nº 1044/2014 - Fazenda Rio Grande-PR

Prefeitura Municipal de

FAZENDA RIO GRANDE – PR



PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

CURITIBA

OUTUBRO DE 2012

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 2
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICIPIO 3
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO 3
2.2 LOCALIZAÇÃO 4
2.3 ASPECTOS GERAIS 6
2.3.1 CLIMA 6
2.3.2 HIDROGRAFIA 6
2.3.3 GEOLOGIA 6
2.3.4 VEGETAÇÃO 7
2.3.5 POPULAÇÃO 7
3. DEFINIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS 8
3.1 CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS 8
3.1.1 QUANTO AOS RISCOS AO MEIO AMBIENTE 8
3.1.2 QUANTO A NATUREZA FÍSICA 9
3.1.3 QUANTO À COMPOSIÇÃO QUÍMICA 10
3.1.4 QUANTO A ORIGEM 10
3.2 ESTIMATIVA DA COMPOSIÇÃO GRAVIMÉTRICA 12
4. LEGISLAÇÃO DE REFERENCIA 14
4.1 LEGISLAÇÃO FEDERAL 14
4.2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL 16
5. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL 18
5.1 SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE O SANEAMENTO 18
5.1.1 SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO 8
5.1.2 RESÍDUOS SÓLIDOS 19
5.2 DIAGNÓSTICO ATUAL 28
5.2.1 SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA 29
5.2.1.1 Acondicionamento dos resíduos domiciliares/comerciais 29
5.2.1.2 C
oleta Domiciliar e Coleta Seletiva 30

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 135
Visto

5.2.1.3 Associação de Catadores de Materiais Recicláveis "Comunidade Unida de Fazenda Rio Grande" 35
5.2.1.4 Acondicionamento dos resíduos hospitalares 37
5.2.1.5 Coleta de resíduos hospitalares 39
5.2.1.6 Varrição e limpeza pública 44
5.2.1.7 Resíduos da Construção Civil 45
5.2.1.8 Resíduos Funerários 45
5.2.1.9 Programas de Educação Ambiental 46
5.2.2 ESTIMATIVA FUTURA DA PRODUÇÃO PER CAPITA DE RESÍDUOS SÓLIDOS 47
5.2.2.1 Projeção populacional 47
5.2.2.2 Produção per capita de resíduos sólidos 50
5.2.3 DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS 52
5.2.3.1 Coleta domiciliar 52
5.2.3.2 Coleta seletiva 53
5.2.3.3 Resíduos de saúde 53
5.2.3.4 Resíduos de construção civil 54

6. PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES 56

6.1 ASPECTOS GERAIS 56
6.2 RECOMENDAÇÕES GERAIS 59
6.2.1 COLETA - EQUIPE DE TRABALHO 59
6.2.2 PROCEDIMENTOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO 59
6.2.3 GRANDES GERADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS 59
6.3 RESÍDUOS DOMÉSTICOS – SECOS 60
6.4 RESÍDUOS DOMÉSTICOS – ÚMIDOS 62
6.5 RESÍDUOS VERDES 62
6.6 LIMPEZA PÚBLICA 63
6.7 RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE 64
6.7.1 SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICOS 64
6.7.2 SERVIÇOS DE SAÚDE PRIVADOS 65
6.8 RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCC) 65
6.9 RESÍDUOS ESPECIAIS 67
6.10 RESÍDUOS INDUSTRIAIS 68
6.11 RESÍDUOS CEMITERIAIS 68

PREFEITURA MUNICIPAL FAZENDA RIO GRANDE
Ambiente Integral ESTUDOS E PROJETOS AMBIENTAIS

6.12 ÓLEOS COMESTÍVEIS 69
6.13 QUADRO SÍNTESE 70

7. PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA 74

8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES 75

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 76

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 136
Ass.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2-1: Casa Antiga em Fazenda Rio Grande 3
Figura 5-1: Disposição irregular de resíduos sólidos..... 30
Figura 5-2: Disposição irregular de resíduos sólidos..... 30
Figura 5-3: Lixeiras seletivas localizadas na Câmara Municipal. 30
Figura 5-4 : Lixeiras seletivas localizadas na sede do Programa Pró-Ação PUC/PR. 30
Figura 5-5: Sede da associação de catadores. 35
Figura 5-6: Catador de material reciclável. 35
Figura 5-7: Funcionários trabalhando na triagem do material reciclado..... 36
Figura 5-8: Material reciclável separado e pronto para a prensa. 36
Figura 5-9: Prensa do material reciclável separado para venda. 37
Figura 5-10: Armazenamento dos fardos. 37
Figura 5-11: Armazenamento correto de resíduos hospitalares em posto de saúde. 38
Figura 5-12: Resíduos hospitalares armazenado em local aberto. 38
Figura 5-13: Resíduos hospitalares acondicionados em local aberto. 38
Figura 5-14: Resíduos hospitalares acondicionados em local aberto. 38
Figura 5-15: Disposição de lixeiras na frente do Cemitério Municipal. 46
Figura 5-16: Adesão popular ao Programa Troca Verde – 1ª Edição (21/04/2012). 47
Figura 5-17: Dinâmica temporal de geração de RSU – 2012 a 2032. 52

LISTA DE QUADROS

Quadro 2-1: Informações Administrativas do município 4
Quadro 3-1: Classificação conforme a NBR 10.004/2004 9
Quadro 3-2: Classificação quanto a natureza física 9
Quadro 3-3: Classificação quanto a composição química..... 10
Quadro 3-4: Classificação dos resíduos quanto a origem 10
Quadro 3-5: Estimativa média da Composição Gravimétrica dos RSU 12
Quadro 3-6: Estimativa média da Composição Gravimétrica dos RSU para Fazenda Rio Grande..... 13
Quadro 4-1: Legislação Estadual 16
Quadro 5-1: Informações quanto aos serviços de água e esgoto – Dados Operacionais 18
Quadro 5-2: Informações quanto aos serviços de água e esgoto – Dados Financeiros 19
Quadro 5-3: Informações Gerais – SNIS 2010 20
Quadro 5-4: Informações sobre despesas com manejo de resíduos sólidos – SNIS 2010 .. .21
Quadro 5-5: Informações sobre população atendida, estrutura operacional, frequência e terceirização do serviço de coleta domiciliar e pública – SNIS 2010 22
Quadro 5-6: Informações sobre quantidade de resíduos coletados – SNIS 2010 22
Quadro 5-7: Outras informações sobre a coleta de resíduos sólidos – SNIS 2010 23
Quadro 5-8: Informações sobre coleta seletiva de resíduos sólidos 23
Quadro 5-9: Informações sobre a triagem de resíduos sólidos – SNIS 2010 24
Quadro 5-10: Informações sobre Coleta dos Resíduos Sólidos de Serviço de Saúde – SNIS 2010..... 24
Quadro 5-11: Informações sobre coleta de resíduos sólidos da construção civil – SNIS 2010 25
Quadro 5-12: Informações sobre catadores – SNIS 2010..... 25
Quadro 5-13: Informações sobre as unidades de processamento – SNIS 2010 26
Quadro 5-14: Indicadores gerais – SNIS 2010 27
Quadro 5-15: Coleta domiciliar/comercial..... 31
Quadro 5-16: Frota de veículos utilizada na coleta domiciliar/comercial..... 31
Quadro 5-17: Coleta seletiva 32

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 43
Ass.

Quadro 5-18: Frota de veículos utilizados na coleta seletiva 32
Quadro 5-19: Informações do veículo utilizado para coleta de resíduos hospitalares em estabelecimentos públicos..... 39
Quadro 5-20: Servidores de coleta de estabelecimentos de saúde 40
Quadro 5-21: Relação de estabelecimentos públicos 40
Quadro 5-22: Relação de estabelecimentos privados 40
Quadro 5-23: Volume mensal de resíduos serviços de saúde gerados pelas unidades públicas do município 42
Quadro 5-24: Servidores envolvidos na atividade de varrição 44
Quadro 5-25: Equipamentos / Ferramentas utilizados na varrição manual..... 44
Quadro 5-26: Histórico do crescimento das unidades consumidoras de energia elétrica 48
Quadro 5-27: População censitária 49
Quadro 5-28: Projeção populacional 49
Quadro 5-29: Geração de resíduos sólidos domésticos para o Brasil – SNIS 2009 50
Quadro 5-30: Estimativa da geração de resíduos sólidos urbanos (RSU). 51
Quadro 6-1: Definição de responsabilidades na gestão dos resíduos sólidos 57
Quadro 6-2: Síntese dos tipos de resíduos gerados no município, diretrizes e estratégias propostas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. 71

LISTA DE MAPAS

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 428
Ass. 5

Mapa 2-1: Localização do município de Fazenda Rio Grande 5
Mapa 5-1: Rota de coleta de resíduos sólidos domiciliares / comerciais no município de Fazenda Rio Grande. 33
Mapa 5-2: Rota de coleta seletiva de resíduos sólidos no município de Fazenda Rio Grande. 34
Mapa 5-3: Unidades geradoras de resíduos de saúde no município de Fazenda Rio Grande. 43
Mapa 5-4: Área destinada para descarte dos resíduos da construção civil. 55

Anexo 01 – Resolução ANVISA RDC 306/2004 resíduos serviços de saúde
Anexo 02 – Resolução CONAMA 307/2002 – Resíduos da Construção Civil
Anexo 03 – Anotações de Responsabilidade Técnica

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

Rua Jacarandá, 300

Nações • CEP 83.823 -901

Telefone: 41 3627-8500

Prefeito Municipal	**Francisco Luis dos Santos**
Secretario Meio Ambiente	**Fernando Araújo de Camargo**

Representantes do Município:

Rafael Nunes Campaner

Diógenes Moreira Menon

Fabiano Pedrolli Neves

EXECUÇÃO

AMBIENTE INTEGRAL ESTUDOS E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA

Rua Marechal Deodoro, 51 cjto 1401

Centro • CEP 80.020 – 905

Curitiba – PR

www.ambienteintegral.srv.br contato@ambienteintegral.srv.br

EQUIPE TÉCNICA

Função	Profissional
Direção Técnica	Bruno Victor Veiga
Coordenação Geral	Adriana Slapnig Martins
Coordenação Técnica	Maria Alice Cordeiro Soares
Engenheiro Ambiental, MSc.	Gustavo Kaminski
Geógrafo, Msc.	Cesar Augusto Crovador Siefert
Graduando de Geografia	Cristiano Cit
Edição	Taciane Gandra de Oliveira
Apoio Administrativo	Goretti Snak

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 439
Ass

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o **Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Fazenda Rio Grande - PGIRS**, o qual foi objeto de contratação do Processo Administrativo nº 4621/2012 e da Carta Convite nº 002/2012.

O PGIRS de Fazenda Rio Grande foi elaborado tendo como base o Termo de Referencia anexado ao processo licitatório supracitado, e este foi elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 12.305/2010, a qual institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 440
Ass

1. INTRODUÇÃO

Conforme indicado no Plano Nacional de Resíduos Sólidos (2011), a aprovação da Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), após longas discussões no Congresso Nacional marcou o início de uma forte articulação institucional envolvendo os três entes federados – União, Estados e Municípios, o setor produtivo e a sociedade civil na busca de soluções para os graves problemas causados pelos resíduos, que vem comprometendo a qualidade de vida dos brasileiros.

Desta maneira, dentro dos princípios da responsabilidade compartilhada para a gestão, o gerenciamento e a destinação final de resíduos sólidos, devem ser observados a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Lei Federal 12.305/10). Assim, torna-se factível a sistematização das informações municipais sobre resíduos sólidos a partir da elaboração dos Planos Municipais Integrados de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Especificamente para o município de Fazenda Rio Grande, elaborou-se primeiramente um diagnóstico cujo objetivo é apresentar uma descrição das atividades relacionadas com a limpeza urbana executadas atualmente no município. Discorre ainda sobre a caracterização dos serviços de limpeza pública existentes apresentando a situação atual da coleta de resíduos sólidos domésticos, coleta seletiva de materiais recicláveis, limpeza urbana, resíduos de serviços de saúde, resíduos especiais e industriais. Desta forma, procurou-se detalhar o funcionamento desses serviços e suas particularidades.

Com base neste levantamento inicial de dados, pode-se identificar as carências do município e, cotejou-se esta informação com os planos e metas apresentados no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, elaborando assim uma série de ações e programas que deverão ser implementados no município com o objetivo de atender as diretrizes do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Este plano municipal atende às injunções da política nacional de gerenciamento de resíduos, notadamente na busca da ampliação significativa dos índices de reciclagem e na definição de soluções de manejo ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas para destinação final dos resíduos gerados pelo município.

As demais informações contidas neste documento poderão ainda serem utilizadas nas tomadas de decisões futuras, sobretudo quando o assunto se fundamenta em questões econômicas financeiras visando a adequabilidade ambiental de toda a gestão de resíduos sólidos urbanos do município de Fazenda Rio Grande.

Ademais, salienta-se ainda a possibilidade de revisão e atualização deste plano, conforme artigo 20 da Lei 12.305, sendo suas ações revistas e readequadas com base nas novas demandas e potencialidades identificadas no município no decorrer da implantação deste plano conforme proposta apresentada.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICIPIO

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

No início do século XVI as terras onde hoje se encontra Fazenda Rio Grande pertenciam ao governo da 5ª Comarca de São Paulo e eram ocupadas por índios tupi-guaranis. Dentre as aldeias indígenas formadas na região, destacou-se a aldeia Capocu, que quer dizer "capão fino". Em 1800, surge junto à Fazenda Capocu outra fazenda denominada Rio Grande, ou Grande Rio, porque se desenvolveu as margens do Rio Iguaçu. Nesta época, a principal atividade era a criação de cavalos de raça, sendo o exército brasileiro seu principal comprador.

Figura 2-1: Casa Antiga em Fazenda Rio Grande



FONTE: Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande
Disponível em: <www.fazendariogrande.pr.gov.br>

As margens do rio Iguaçu, outro grande povoado se desenvolveu atrelado à fazenda Rio Grande (Figura 2-1). Esses dois povoados originados pelas duas fazendas passaram a ser denominados de Fazenda Rio Grande. E, juntamente com outros povoados desta região em 25 de julho de 1960, foram desmembrados de São José dos Pinhais formando o Município de Mandirituba. Em 1981, através da lei 7521, publicada no Órgão Oficial do Estado Nº 1.171, no dia 17 de novembro de 1981, assinado pelo então Governador Ney Braga, Fazenda Rio Grande tornou-se Distrito Administrativo do Município de Mandirituba. A emancipação de Fazenda Rio Grande se deve a um contexto socioeconômico específico, que está atrelado ao crescimento da grande Curitiba ao final da década de 70.

A partir de 1975 com a quase erradicação da produção de café na Região Norte do Paraná, houve um grande movimento de êxodo rural no Estado, o qual tornou a região metropolitana de Curitiba um pólo de atração populacional.

A emancipação de Fazenda Rio Grande se deve a um contexto sócio-econômico atrelado ao crescimento da grande Curitiba ao final da década de 70 com o êxodo rural. A proximidade do município com a capital e os baixos custos da terra atraíram famílias vindas do interior do estado.

O Município de Fazenda Rio Grande, começou a se tornar realidade em 15 de setembro de 1989, através do Projeto de Lei nº 229/89, de autoria do Deputado Estadual Aníbal Khury. Em 26 de janeiro de 1990 através da Lei Estadual nº 9.213, sancionada pelo então Governador Álvaro Fernandes Dias, nas dependências da Churrascaria 22, na presença de mais de três mil testemunhas, foi criado o município de Fazenda Rio Grande. Em 25 de março de 1990, foi realizado um plebiscito popular atestando a vontade da maioria (4.186 pessoas) pela emancipação de Fazenda Rio Grande. No total, 4.512 pessoas, das quais 203 votaram contra, 85 em branco e 38 anularam seus votos. Assim, o município foi oficialmente criado através da Lei Estadual nº 9.213 de 29 de janeiro de 1990, sendo seu território desmembrado de Mandirituba.

O Quadro 2-1 apresenta um resumo das informações administrativas do município.

Quadro 2-1: Informações Administrativas do município

Origem do município – Desmembramento	Mandirituba
Data de instalação do município	01/01/1993
Data de comemoração do município	8 de Setembro

FONTE: IPARDES, 2012.

2.2 LOCALIZAÇÃO

O município de Fazenda Rio Grande está localizado na Região Metropolitana de Curitiba, fazendo divisa ao norte com a capital do estado do Paraná, sul com Mandirituba, Araucária a oeste e, São José dos Pinhais a leste. O Mapa 2-1 disposto na sequencia apresenta a localização do município de Fazenda Rio Grande.

Está localizada a uma altitude de 910 metros com relação ao nível dos mares, e possui uma

até a capital do estado.

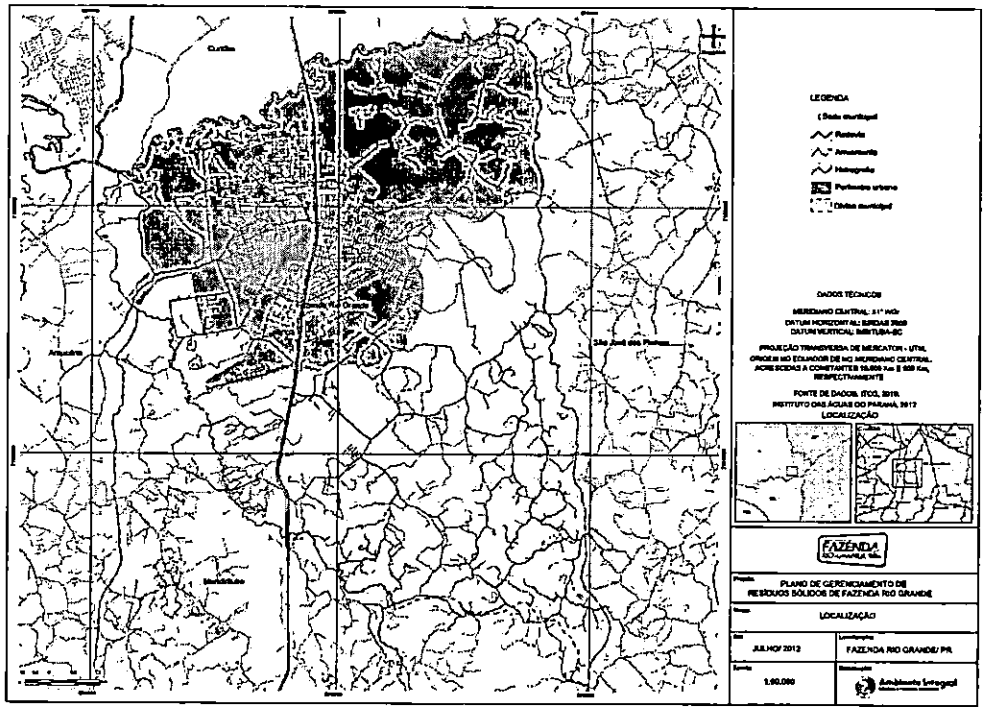
O município começa no rio Iguaçu, na foz do rio Despique, sobe até a foz do rio Abaixo, até sua foz no rio Maurício, pelo qual desce até sua foz no rio Iguaçu, e por este acima até encontrar a foz do rio Despique.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº
Ass

PREFEITURA MUNICIPAL
FAZENDA
RIO GRANDE

Ambiente Integral
ESTUDOS E PROJETOS AMBIENTAIS

PMFRG
Folha Nº 442
Ass.



área de aproximadamente 115 km . A sede do município dista aproximadamente 30km

2.3 ASPECTOS GERAIS

2.3.1 CLIMA

O clima da região do município de Fazenda Rio Grande, de acordo com a classificação de Köppen, é do tipo *Cfb*- subtropical úmido, mesotérmico, sem estação seca, intercalando verões com temperaturas frescas e invernos relativamente frios com geadas frequentes.

A média anual de pluviosidade na RMC é de 1.400 mm, a temperatura varia entre 12° a 23°C, sendo que a umidade relativa do ar apresenta médias entre 82% e 84%.[1]

2.3.2 HIDROGRAFIA

O município de Fazenda Rio Grande está inserido integralmente na bacia hidrográfica do rio Iguaçu, subbacia 65 da bacia hidrográfica do rio Paraná – bacia 6. A rede hidrográfica principal do município de Fazenda Rio Grande é composta pelos seguintes rios:

- um trecho da bacia do rio Iguaçu, para onde drenam todos os outros corpos hídricos;
- rio Despique, que faz a divisa do Município com São José dos Pinhais;
- rio Maurício, que faz a divisa do Município com Araucária e Mandirituba;
- rio do Moinho, cuja bacia está integralmente dentro do Município;
- rio Ana Luiza ou da Divisa, cuja bacia está integralmente dentro do Município;
- rio Mascate, cuja bacia está integralmente dentro do Município;
- pequenos córregos que drenam para a margem esquerda do Iguaçu.

2.3.3 GEOLOGIA

Em relação à caracterização geológica, o município de Fazenda Rio Grande apresenta o predomínio de duas unidades distintas, a saber:

a) Sedimentos recentes, oriundos de deposição fluvial (aluviões), com areias, silte, argilas e cascalhos, depositados em canais, barras e planícies de inundação do período Cenozóico Quaternário Holoceno, e

b) Migmatitos oftálmicos, com paleossoma de biotita-gnaisse, biotita-hornblenda-gnaisse e hornblenda-gnaisse, com ocorrência de quartzitos localmente, do período Arqueano – Proterozóico inferior.

O município localiza-se ainda no Planalto do Alto Iguaçu, inserido na unidade geomorfológica do Primeiro Planalto Paranaense. De maneira geral, o relevo no Planalto do Alto Iguaçu apresenta topografia plana e com baixas elevações, sendo caracterizado como possuindo baixa dissecação, com predomínio de vertentes convexas, topos alongados e aplainados, vales em V aberto e com gradiente altimétrico de 140m.

2.3.4 VEGETAÇÃO

Pela classificação da vegetação proposta pelo IBGE, para o município de Fazenda Rio Grande, são observadas as seguintes formações: Floresta Ombrófila Mista Aluvial e Formações Pioneiras com Influência Fluvial. Atualmente, estas formações sofrem intensa pressão antrópica e se apresentam fragmentadas na área de estudo.

2.3.5 POPULAÇÃO

De acordo com o censo demográfico realizado pelo IBGE (2010), o município de Fazenda Rio Grande possui um total de 81.675 habitantes. Sendo que deste total, 92% concentra-se na área urbana do município. Em relação ao gênero da população, 51% da população do total do município é composta por membros do sexo feminino. Em relação a qualidade de vida da população, o município possui ainda um IDH-M de 0,763, estando na 114º posição dentre os municípios do estado do Paraná.

[1] FONTE: Instituto das Águas, 2007.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 43
Ass.

3. DEFINIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A Norma Brasileira – NBR 10.004/2004, que trata a respeito da classificação de resíduos, define resíduos sólidos da seguinte maneira:

> *"Resíduos nos estados sólidos e semi-sólidos, resultantes de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviço e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes do sistema de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos, cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, exijam para isso soluções técnica e economicamente inviável em face à melhor tecnologia disponível."*

A Lei Federal 12.305 de 02/08/2010, trás como diferença entre resíduo e rejeito:

- Resíduo: devem ser reaproveitados e reciclados
- Rejeito: aquilo que não tem como ser reaproveitado e portanto deve ter disposição final.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

3.1.1 QUANTO AOS RISCOS AO MEIO AMBIENTE

De acordo com a NBR 10.004/2004, classifica os resíduos sólidos em função da identificação do processo ou atividade que lhes deu origem e de seus constituintes e características comparando os constituintes com listagens de resíduos e substâncias cujo impacto à saúde e ao meio ambiente é conhecido.

Com esta premissa, esta normativa, classifica os resíduos sólidos conforme mostra no Quadro 3-1.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 444
Ass

Quadro 3-1: Classificação conforme a NBR 10.004/2004

Classificação		Descrição	Exemplos
Classe I – Perigosos		Apresentam risco á saúde pública e ao meio ambiente apresentando uma ou mais das seguintes características: Periculosidade; Inflamabilidade; Corrosidade; Reatividade; Toxicidade; e, Patogenicidade.	Baterias; Pilhas; Óleos usados; Resíduos de tinta e pigmentos; Resíduos de serviços de saúde; Entre outros.
Classe II – Não Perigosos	**A – Não inertes**	Resíduos que apresentam propriedades tais como: Biodegradabilidade; Combustabilidade; ou, Solubilidade em água. Correspondem aos resíduos que não se enquadram nas classificações de resíduos classe I – perigosos ou de resíduos classe II – B – Inertes.	Restos de alimentos; Resíduos de varrição não perigoso; Sucata de metais ferrosos; Borrachas; Espumas; Materiais cerâmicos; Entre outros.
	B – Inertes	São resíduos que, quando amostrados de uma forma representativa, segundo a NBR 10.007, e submetidos a um contato dinâmico e estático com água destilada ou deionizada, à temperatura ambiente, conforme a NBR 10.006, não tiverem nenhum de seus constituintes solubilizadas a concentrações superiores aos padrões de potabilidade de água, excetuando-se aspecto, cor, turbidez, dureza e sabor.	Rochas; Tijolos; Vidros; Entulhos de construção civil; Isopor; Entre outros.

3.1.2 QUANTO A NATUREZA FÍSICA

Os resíduos podem ser classificados em secos e úmidos, conforme ilustra o Quadro 3-2.

Quadro 3-2: Classificação quanto a natureza física

Classificação	Exemplos	
Secos	Metais; Papéis, papelão;	Vidros; Plásticos; Entre outros.
Úmidos	Resíduos provenientes de banheiros; Sobras de alimentos;	Entre outros.

3.1.3 QUANTO À COMPOSIÇÃO QUÍMICA

Os resíduos podem ser classificados de acordo com a composição química em resíduos orgânicos e resíduos inorgânicos. O Quadro 3-3ilustra os resíduos conforme este critério.

Quadro 3-3: Classificação quanto a composição química

Classificação	Descrição	Exemplos
Resíduos Orgânicos	Resíduos de origem animal ou vegetal.	Sobras de alimentos; Papéis; Madeiras; Entre outros.
Resíduos Inorgânicos	Material que não possui origem biológica	Plástico; Metais; Vidros; Entre outros

3.1.4 QUANTO A ORIGEM

Os resíduos podem ser classificados conforme a origem, ou seja, local onde são gerados. O Quadro 3-4 apresenta esta classificação.

Quadro 3-4: Classificação dos resíduos quanto a origem

Classificação	Descrição	Exemplos
Doméstico	Resíduos gerados nas residências	Sobras de alimentos; Papéis; Latas; Vidros; Papel higiênico; Fraldas descartáveis; Entre outros.
Comercial	Resíduos gerados em estabelecimentos comerciais e serviços em geral, tais como: escritórios, restaurantes, bares, lojas, bancos, etc..	Resíduos orgânicos; Plástico; Metais; Vidros; Entre outros
Público	Resíduos oriundos dos serviços de limpeza urbana, como: varrição de ruas, podas de árvores, limpeza de feiras, etc.	Resíduos vegetais; Resíduos orgânicos; Entre outros.

Classificação	Descrição	Exemplos
Serviços de Saúde[1]	Resíduos gerados em estabelecimentos hospitalares, clínicas médicas e veterinárias, consultórios médicos, odontológicos, farmácias, estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde, centros de controle de zoonoses, etc.	Resíduos Grupo A: resíduos potencialmente poluidores; Resíduos Grupo B: resíduos químicos; Resíduos Grupo C: rejeitos radioativos; Resíduos Grupo D: resíduos comuns; Resíduos Grupo E: perfurocortantes.
Especiais	Resíduos em função de suas características tóxicas, radioativas e contaminantes.	Pilhas e baterias; Lâmpadas fluorescentes; Óleos lubrificantes; Pneus; Embalagens de agrotóxicos; Entre outros
Construção Civil[2]	Resíduos provenientes da construção civil.	Tijolos; Blocos cerâmicos; Tintas; Madeiras; Fiação elétrica; Gesso; Telhas; Entre outros
Industrial	Resíduos gerados pelas atividades industriais (metalúrgica, química, petroquímica, alimentícia, etc)	Cinzas; Lodos; Óleos; Plástico; Madeira; Escórias; Entre outros
Serviços de transporte	Resíduos gerados em portos, aeroportos, terminais rodoviários, ferroviários, etc.	Resíduos comuns; Resíduos patogênicos; Entre outros
Agrosilvopastoris	Resíduos de atividades agrícolas e da pecuária	Embalagens de adubo ou defensivos agrícolas; Medicamentos; Entre outros.

[1] Ver no Anexo 01, a classificação mais detalhada conforme Resolução ANVISA RDC nº 306/04.

[2] Ver no Anexo 02, a classificação de acordo com o CONAMA nº 307/2002.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 11
Ass.

3.2 ESTIMATIVA DA COMPOSIÇÃO GRAVIMÉTRICA

A versão preliminar do Plano Nacional de Resíduos Sólidos apresenta como estimativa da composição gravimétrica de resíduos sólidos no Brasil, a média do resultado de 93 estudos de caracterização física realizados entre 1995 e 2008. Estes estudos foram embasados em diversas metodologias, optou-se por utilizar a mesma estratificação estabelecida na Pesquisa sobre Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para a Gestão dos Resíduos Sólidos (PSAU) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que também equivale ao método utilizado no Programa Pró-Municípios do Ministério das Cidades.

O Quadro 3-5, abaixo, apresenta a estimativa da composição gravimétrica considerando a quantidade de resíduos sólidos no ano de 2008.

Quadro 3-5: Estimativa média da Composição Gravimétrica dos RSU

Resíduos	Participação (%)	Quantidade (ton/dia)
Material Reciclável	**31,9**	**58.527,40**
Metais	2,9	5.293,50
Aço	2,3	4.213,70
Alumínio	0,6	1.079,90
Papel, papelão e tetrapak	13,1	23.997,40
Plástico total	13,5	24.847,90
Plástico filme	8,9	16.399,60
Plástico rígido	4,6	8.448,30
Vidro	2,4	4.388,60
Matéria Orgânica	**51,4**	**94.335,10**
Outros	16,7	30.618,90
Total	**100,0**	**183.481,50**

FONTE: Plano Nacional de Resíduos Sólidos – versão preliminar – setembro, 2011

Especificamente para o município de Fazenda Rio Grande, baseado no estudo de Romero (2007) que elaborou a composição gravimétrica para os municípios da Região Metropolitana de Curitiba, obteve-se a caracterização gravimétrica do resíduo sólido do município, considerando como período de referência Julho de 2005 a Junho e 2006.

O Quadro 3-6, abaixo, apresenta a estimativa média da composição gravimétrica dos resíduos sólidos urbanos para o município de Fazenda Rio Grande.

PREFEITURA MUNICIPAL FAZENDA RIO GRANDE
Ambiente Integral ESTUDOS E PROJETOS AMBIENTAIS

Quadro 3-6: Estimativa média da Composição Gravimétrica dos RSU para Fazenda Rio Grande

Resíduos	Participação (%)
Material Seco	**55,8**
Papel	11,5
Papelão	3,1
Plástico Filme	12,2
Plástico Duro	4,2
Metais Ferrosos	1,9
Metais Não ferrosos	0,3
Vidro	1,8
Borracha	1,4
Madeira	0,0
Trapos	6,2
Couro	1,8
Fraldas	9,8
Tetra-Pak	1,6
Matéria Orgânica	**43,9**
Outros	**0,3**
Total	**100,0**

FONTE: Romero, 2007.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 446
Ass.

4. LEGISLAÇÃO DE REFERENCIA

4.1 LEGISLAÇÃO FEDERAL

A **Lei Federal nº 11.445, de 05/01/2007** – dispõe sobre as **Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico.** Este instrumento legal institui como diretrizes para a prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos os seguintes pontos:

- O planejamento, a regulação e fiscalização;
- A prestação de serviços com regras;
- A exigência de contratos precedidos de estudo de viabilidade técnica e financeira;
- Definição de regulamento por lei, definição de entidade de regulação, e controle social assegurado.
- Princípios como universalidade e integridade na prestação dos serviços, além da interação com outras áreas como recursos hídricos, saúde, meio ambiente e desenvolvimento urbano.

A Lei Federal de Saneamento Básico institui também a prestação regionalizada dos serviços de saneamento básico, a qual é caracterizada levando-se em conta os seguintes itens:

- Um único prestador do serviço para vários municípios, contíguos ou não;
- Uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive de sua remuneração;
- Compatibilidade de planejamento.

A exigência quanto a elaboração dos planos, é de que estes sejam realizados pelos próprios titulares, compatíveis com os planos das bacias hidrográficas, revistos ao menos a cada quatro anos, anteriormente ao Plano Plurianual e, se envolverem a prestação regionalizada de serviços, que os planos dos titulares que se associarem sejam compatíveis entre si.

A Lei Federal de Saneamento Básico faculta a elaboração de planos específicos por serviço. Portanto, o presente PMGIRS pode fazer parte do Plano de Saneamento Básico.

A **Lei Federal nº 12.187, de 29/12/2009** – institui a **Política Nacional sobre Mudança do Clima**, definindo princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos visando a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) oriunda das atividades humanas, nas diferentes fontes, inclusive naquelas referente aos resíduos sólidos. Isto porque, o gás metano (CH_4) é um gás com potencial de aquecimento global 21 vezes maior que o gás carbônico (CO_2) e é

emitido em grande escala durante o processo de degradação e aterramento de rejeitos e resíduos orgânicos.

Visando a minimização dos impactos no clima, a Política Nacional sobre Mudança Climática (PNMC) estabelece o compromisso nacional voluntario de ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, buscando reduzir entre 36,1% a 38,9% as emissões nacionais até o ano de 2020.

Ainda como meta do PNMC tem-se a recuperação do metano em instalações de tratamento de resíduos urbanos e a ampliação da reciclagem de resíduos sólidos para 20% até o ano de 2015.

A **Lei Federal nº 11.107 de 06/04/2005** – dispõe sobre a **Contratação de Consórcios Públicos.** Possibilita a constituição de consórcio público como órgão autárquico, integrante da administração pública de cada município associado, contratado entre os entes federados consorciados. Este instrumento legal institui os seguintes instrumentos:

Contrato de Consórcio celebrado entre os entes consorciados que contem todas as regras da associação: nasce como um protocolo de intenções entre os entes federados, autoriza a gestão associada de serviços públicos, explicitando as competências cujo exercício será transferido ao consórcio público. Explicita quais serão os serviços públicos objeto da gestão associada, e o território em que serão prestados. Cede, ao mesmo tempo, autorização para licitar ou outorgar concessão, permissão ou autorização para prestação dos serviços. Apresenta os critérios técnicos para cálculo do valor das taxas, tarifas e outros preços públicos para o reajuste ou revisão.

Contrato de Rateio para transferência de recursos dos consorciados ao consórcio:

Contrato de Programa, que regula a delegação da prestação de serviços públicos, de um ente da Federação para outro, ou entre entes e o consórcio publico.

A **Lei Federal nº 12.305, de 02/08/2010** – dispõe sobre a **Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).** Este instrumento dispõe sobre os princípios e objetivos, bem como, as diretrizes relativas a gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo os perigosos. As responsabilidades dos geradores e do poder público foram definidas juntamente com as ferramentas econômicos aplicáveis.

Com a Lei 12.305, a prioridade para a gestão dos resíduos sólidos que antes era voluntaria, passa a ser obrigatória: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Como instrumentos, a PNRS define:

- Coleta seletiva;
- Sistemas de logística reversa;

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 147 Assc.

- Incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas e outras formas de associação dos catadores de materiais recicláveis; e,
- Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SINIR).

Na esfera municipal, para que estes possam ter acesso a recursos da União para investimento em empreendimentos e serviços relacionados a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, o Art. 18, da Política Nacional, condiciona a elaboração do **plano municipal de gestão integrada de resíduos.**

Ressalta-se que serão priorizados no acesso aos recursos da União os municípios que:

- Optarem por soluções **consorciadas intermunicipais** para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal, ou que se inserirem de forma voluntária nos planos microrregionais de resíduos sólidos;
- Implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

O **Decreto nº 7.404, de 23/12/2010** – regulamenta a **Política Nacional de Resíduos Sólidos**, criando como um dos seus principais instrumentos o Plano Nacional de Resíduos Sólidos e a instituição do Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos (CI), composto por 12 ministérios, coordenados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a responsabilidade de elaborar e implantar o Plano Nacional.

Através deste decreto, a PNRS define que os sistemas de coleta seletiva e de logística reversa deverão priorizar a participação dos catadores de materiais recicláveis, e que os planos municipais deverão definir programas e ações para sua inclusão nos processos.

4.2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL

A seguir, o Quadro 4-1, apresenta a legislação estadual.

Quadro 4-1: Legislação Estadual

Lei	Súmula
LEI ESTADUAL Nº12. 493, de 22 de janeiro 1999	Estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no estado do Paraná, visando controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais e adota outras providências.
DECRETO ESTADUAL Nº 6.674, de 03 de dezembro de 2002	Aprova o Regulamento da Lei nº. 12.493, de 1999, que dispõe sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 448

Lei	Súmula
	destinação final dos Resíduos Sólidos no Estado do Paraná, visando o controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais e adota outras providências.
RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 001/94 – SEMA/SESA, de 28 de março de 1.994	Regulamenta à geração, o acondicionamento, o armazenamento, a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos visando ao controle da poluição, da contaminação e à minimização dos impactos ambientais no território do Estado do Paraná, regidos em estrito atendimento ao disposto na Lei nº. 12.493, de 22 de janeiro de 1.999.
LEI Nº.16.075, DE 01 DE ABRIL DE 2009	Proíbe o descarte de pilhas, lâmpadas fluorescentes, baterias de telefone celular e demais artefatos que contenham mercúrio metálico em lixo doméstico ou comercial, conforme especifica e adota outras providências.
DECRETO Nº 4167, de 20 de janeiro de 2009	Dispõe sobre a obrigatoriedade da separação coletiva dos resíduos sólidos recicláveis gerados pelos órgãos públicos e entidades da administração pública estadual direta e indireta.

5. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

5.1 SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE O SANEAMENTO

A seguir são apresentadas informações disponibilizadas pelo Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento (SNIS), banco de dados que é administrado pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades. O SNIS contem informações de caráter operacional, gerencial, financeiro e de qualidade sobre a prestação de serviços de água, de esgotamento sanitário e sobre os serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos.

5.1.1 SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

A seguir são apresentadas as informações disponíveis no Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto, para o ano de 2010.

Quadro 5-1: Informações quanto aos serviços de água e esgoto – Dados Operacionais

Tabela Síntese 1 – Dados Operacionais	
Índice de atendimento com rede de água	97,5 % da população total 100 % da população urbana
Índice de atendimento com rede de esgoto	35,8 % da população total 35,8 % da população urbana
Índice com tratamento do esgoto	100% esgoto coletado 33,1% esgoto gerado
Consumo médio per capita de água	88,4 L/hab.dia
Índice de perdas na distribuição	30,1%
Quantidade de ligações de água	24.687 ligações ativas e inativas 22.644 ligações ativas
Quantidade de ligações de esgoto	8.712 ligações ativas e inativas 8.214 ligações ativas
Quantidade de economias residenciais ativas	23.150 água 8.507 esgoto

Fonte: Ministério das Cidades / Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – Ano Referencia 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL FAZENDA RIO GRANDE
Ambiente Integral ESTUDOS E PROJETOS AMBIENTAIS

Quadro 5-2: Informações quanto aos serviços de água e esgoto – Dados Financeiros

Tabela Síntese 2 – Dados Financeiros	
Receita Operacional total	R$ 9.443.801/ano
Arrecadação Total	R$ 9.208.065/ano
Despesa total com serviços	R$ 9.918.308/ano
Despesa de exploração	R$ 3.758.885/ano
Investimento realizado	Total: R$ 4.969.056/ano Água: R$ 875.070/ano Esgoto: R$ 4.081.316/ano
Serviço da dívida total	R$ 4.153.064/ano
Despesa total média	R$ 2,02/m3
Tarifa média praticada	R$ 1,73/m3
Índice de sustentabilidade de caixa	116,4%
Quantidade equivalente de pessoal total	37 empregados

Fonte: Ministério das Cidades / Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – Ano Referencia 2010.

5.1.2 RESÍDUOS SÓLIDOS

Os dados com relação ao manejo dos resíduos sólidos são atualizados anualmente para uma amostra de municípios brasileiros tendo como ano base de 2002.

A análise dos dados do SNIS apresenta uma grande importância na elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, uma vez que dentre os objetivos do SNIS pode-se destacar:

- Planejamento e execução de políticas públicas;
- Orientação da aplicação de recursos;
- Avaliação de desempenho dos serviços;
- Aperfeiçoamento da gestão, elevando os níveis de eficiência e eficácia; e,
- Orientação de atividades regulatórias, de fiscalização e controle social.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 247
Ass. 19

As informações que integram o SNIS são coletadas junto aos órgãos municipais encarregados dos serviços e os indicadores são calculados a partir dos mesmos.

Os dados apresentados na sequencia consistem no extrato das informações com relação ao serviço de limpeza urbana (sob os aspectos organizacionais e operacionais), cobertura do serviço regular de coleta de resíduos sólidos, a massa coletada, os aspectos relacionados a coleta seletiva e recuperação de materiais recicláveis, bem como da frota atuante e os aspectos da força de trabalho, desempenho financeiro dos órgãos gestores do manejo.

Quadro 5-3: Informações Gerais – SNIS 2010

Informações Gerais – Tabela Ge01b			
População (IBGE, Censo 2010)	Total: 81.675 habitantes Urbana: 75.928 habitantes		
Natureza jurídica do órgão municipal responsável	Administração publica direta		
Existência de algum serviço concedido	Não		
Órgão também presta serviço de água e esgoto?	Não		
Cobrança dos serviços	Regulares	Existência	Sim
		Forma	Taxa Boleto de água
	Especiais	Existência	Não
Receitas e despesas com serviços de limpeza urbana	Receitas	Orçada (R$/ano)	0
		Arrecadada (R$/ano)	0
	Despesas, segundo agente executor	Total (R$/ano)	1.013.039
		Público (R$/ano)	0
		Privado (R$/ano)	1.013.039
Despesas decorrentes da Prefeitura	89.000.000		
Recursos federais recebidos para manejo de resíduos sólidos	Ocorrência	Não	
	Valor (R$/ano)		
	Tipo		

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 150
Ass.

Informações Gerais – Tabela Ge01b		
	Aplicação	
Quantidades total trabalhadores remunerados de todo o manejo com RSU, segundo agente executor	Total	10 trabalhadores
	Público	6 trabalhadores
	Privado	4 trabalhadores
Trabalhadores de frentes de trabalho temporários	—	

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos - 2010

Quadro 5-4: Informações sobre despesas com manejo de resíduos sólidos – SNIS 2010

Informações sobre Despesas, Segundo o tipo de serviço realizado – Despesas com Manejo de Resíduos Sólidos – Tabela Ge02 e Ge03	
Coleta de RS domiciliares e públicos	Total: R$ 959.579/ano Publico: não informado Privado: R$ 959.579/ano
Coleta de RS serviços de saúde	Total: R$ 53.460/ano Publico: não informado Privado: R$ 53.460/ano
Varrição de logradouros públicos	Não informado
Demais serviços, inclusive admin. e com unid. de proc	Não informado
Total	Domiciliares: R$ 959.579/ano Saúde: R$ 53.460/ano Varrição: não informado Demais: não informado
Publico	Não informado
Privado	Domiciliares: R$ 959.579/ano Saúde: R$ 53.460/ano Varrição: não informado Demais: não informado

O município de Fazenda Rio Grande, para o ano de 2010, não disponibilizou informações sobre os trabalhadores remunerados alocados no serviço de manejo de resíduos sólidos.

Quadro 5-5: Informações sobre população atendida, estrutura operacional, frequência e terceirização do serviço de coleta domiciliar e pública – SNIS 2010

Informações sobre população atendida, estrutura operacional, frequência e terceirização do serviço de coleta domiciliar e pública – Tabela Cs01	
População atendida	Urbana: 75.928 Rural: 5.747
População atendida segundo frequência	Diária: 10% 2 ou 3 vezes por semana: 80% 1 vez por semana: 10%
Coleta noturna	Sim
Coleta com elevação de container	Não
Quantidade de coletadores e motoristas	Não informado.

Quadro 5-6: Informações sobre quantidade de resíduos coletados – SNIS 2010

Informações sobre quantidade de resíduos sólidos domiciliares e públicos coletados – Tabela Co02a/b	
Total de Resíduos Coletados	Total: 13.590,7 toneladas Prefeitura: 0 Empresas: 13.372 toneladas Associação de Catadores com apoio Prefeitura: 218,7 toneladas Outro Executor: 0
Resíduos Domiciliares	Total: 13.590,7 toneladas Prefeitura: 0 Empresas: 13.372 toneladas Associação de Catadores com apoio Prefeitura: 218,7 toneladas Outro Executor: 0
Resíduos públicos coletados	Total: 0 Prefeitura: 0 Empresas: 0 Associação de Catadores com apoio Prefeitura: 0 Outro Executor: 0
Quantidade coletada por agente publico	0
Quantidade coletada por agente privado	Total: 13.372 toneladas Domiciliar: 13.372 toneladas Publico: 0
Quantidade gerada por associação de catadores com apoio da prefeitura	Total = Domiciliar = 218,7 Público = 0
Quantidade coletada por outro agente	0

Quadro 5-7: Outras informações sobre a coleta de resíduos sólidos – SNIS 2010

Informações diversas sobre a coleta de resíduos sólidos – Tabela Co03 e Co04a/b	
Remessa de resíduos domiciliares ou públicos para outros municípios	Não
Uso de balança	Sim
Serviço terceirizado	Valor contratual: R$ 74,74/tonelada (incluindo transporte ate destino final) Distância media até a unidade: <15 km Serviço terceirizado de disposição final em aterro: R$ 83,00/tonelada.
Quantidade de veículos na coleta de resíduos sólidos	Agentes públicos: Não informado Agentes privados: Não informado

Quadro 5-8: Informações sobre coleta seletiva de resíduos sólidos

Informações sobre coleta seletiva de resíduos sólidos – Tabela Cs01	
Existência de coleta seletiva	Sim
Quantidade recolhida (exceto matéria orgânica)	Total: 218,7 t Prefeitura ou SLU: 0

PM FAZENDA RIO GRANDE
Ass.
Folha Nº 151
2

Informações sobre coleta seletiva de resíduos sólidos – Tabela Cs01	
	Empresas Contratadas: 0 Catadores com apoio da prefeitura: 218,7 t Outros: 0
Forma de execução	Sem informação

Quadro 5-9: Informações sobre a triagem de resíduos sólidos – SNIS 2010

Informações sobre a triagem de resíduos sólidos, provenientes ou não da coleta seletiva – Tabela Cs02	
Materiais Recuperados, exceto material orgânico e rejeito	Total: 181,9 t Papel / papelão: 51,2 t Plástico: 58,2 t Metais: 40 t Vidros: 0 Outros 32,5 t

Quadro 5-10: Informações sobre Coleta dos Resíduos Sólidos de Serviço de Saúde – SNIS 2010

Informações sobre coleta dos resíduos sólidos de serviço de saúde – Tabela Rs01	
Execução de coleta diferenciada de resíduos de serviço de saúde.	Existência: Sim Prefeitura ou SLU: Não Empresa contratada pela prefeitura ou pela SLU: Sim Próprio gerador ou empresa contratada por ele : Não
Veículos Utilizados	Exclusivo: Sim Da coleta domiciliar em viagem exclusiva: Não
Ocorrência de cobrança pela coleta diferenciada	Não
Quantidade de resíduos de serviço de saúde coletados	Total: 13 t Prefeitura ou contratados: 13 t Geradores ou contratados: 0
Coleta de resíduos de serviço de saúde em unidades públicas de saúde terceirizadas	Ocorrência: Sim Valor contratual: R$ 2.400,00/t, incluindo o tratamento.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 452
Ass

Informações sobre coleta dos resíduos sólidos de serviço de saúde – Tabela Rs01	
Tratamento de resíduos de saúde terceirizado	Sem informação quanto ao valor contratual.
Remessa de resíduos de serviço de saúde	Ocorrência: Não

Quadro 5-11: Informações sobre coleta de resíduos sólidos da construção civil – SNIS 2010

Informações sobre coleta de resíduos sólidos da construção civil – Tabela Cc01	
Serviço executado pela prefeitura	Existência: Não
Existência de empresas especializadas	Sim
Existência de serviço de coleta de resíduos de construção e demolição feita por autônomo	Com caminhões tipo basculante ou carroceria: Sim Com carroças ou outro tipo de veículo de pequena capacidade: Não
Quantidade coletada	Sem informação

O município de Fazenda Rio Grande não disponibilizou informações quanto ao serviço de varrição para o ano de 2010. O serviço de capina e roçada existente no município é do tipo manual, não ocorrendo roçada mecanizada ou química.

Com relação a execução de serviços por parte da Prefeitura com relação ao manejo dos resíduos sólidos, Fazenda Rio Grande executa a limpeza de lotes vagos e a remoção de animais mortos.

Quadro 5-12: Informações sobre catadores – SNIS 2010

Informações sobre catadores – Tabela Ca01	
Existência de catadores dispersos	Sim
Existência de organização formal	Sim
Quantidade de entidades	1
Quantidade de associados	16
Existência de trabalho social executado pela prefeitura	Sim

Quadro 5-13: Informações sobre as unidades de processamento – SNIS 2010

Informações sobre as unidades de processamento – Tabelas Up01, Up02, Up03, Up04 e Up05	
Nome da Unidade de processamento existente no município	Estre Ambiental S/A
Tipo de unidade	Aterro controlado
Município responsável pelo gerenciamento	O próprio
Operador	Prefeitura ou SLU
Início de operação	2010
Recebe de outros municípios	Sim
Unidade em operação no ano de referencia (2010)	Sim
A unidade recebe resíduos dos seguintes municípios	Almirante Tamandaré, Araucaria, Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Contenda, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Pinhais, Quitandinha, São José dos Pinhais
Quantidade de resíduos recebidos	Sem informação
Tipo de licença ambiental obtida	Operação
Características da unidade de disposição no solo	Cerca: Sim Instalação Administrativa: Sim Impermeabilização da base: Sim Frequência da cobertura dos resíduos: Diária Drenagem de gases: Sim Aproveitamento dos gases: Não Drenagem de águas pluviais: Sim Recirculação de chorume: Não Drenagem de chorume: Sim Tratamento interno de chorume: Não Tratamento externo de chorume: Sim Vigilância: Sim Monitoramento Ambiental: Sim Queima a céu aberto: Não Animais exceto aves: Não

Informações sobre as unidades de processamento – Tabelas Up01, Up02, Up03, Up04 e Up05	
	Presença de catadores: Não Moradia: Não
Quantidade de equipamentos públicos usados na operação	0
Quantidade de equipamentos privados usados na operação	Trator de esteiras: 9 Retroescavadeira: 3 Pá carregadeira: 2 Caminhão basculante: 24 Caminhão pipa: 3 Trator com rolo: 3 Outros: 16

O Consórcio Intermunicipal para a prestação de serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos é composto pelos seguintes municípios: Almirante Tamandaré, Araucária, Pinhais, Piraquara, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Campo Largo, Quitandinha, Campo Magro, Tijucas do Sul, São José dos Pinhais, Colombo, Contenda, Curitiba, Bocaiuva do Sul e Mandirituba.

Quadro 5-14: Indicadores gerais – SNIS 2010

Indicadores gerais – Tabelas In01, In02, In03, In04 e In05	
Incidência de despesas com resíduos sólidos na prefeitura	1,14%
Incidência de despesas com empresas contratadas	100%
Autossuficiência financeira	0
Despesas *per capita* com resíduos sólidos urbanos	13,34
Receita arrecadada *per capita* com serviços de manejo	0
Taxa de cobertura da coleta de resíduo domiciliar em relação a população total	100%
Taxa de cobertura da coleta de resíduo domiciliar em relação a população urbana	100%
Massa (resíduo domiciliar + resíduo público) coletada *per capita* em relação a população urbana	0,49 kg/hab x dia
Massa (resíduo domiciliar) coletada *per capita* em relação a população total atendida	0,46 kg/hab x dia

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 453
ASS.

Indicadores gerais – Tabelas In01, In02, In03, In04 e In05	
Relação: quantidades coletadas de resíduo público por resíduo domiciliar	0
Massa (resíduo domiciliar + resíduo público) coletada *per capita* em relação a população total atendida	0,46 kg/hab x dia
Taxa de recuperação de recicláveis em relação à quantidade de resíduo domiciliar e publico	1,34%
Massa recuperada *per capita*	2,4 kg/hab x ano
Relação entre quantidades da coleta seletiva e resíduo domiciliar	1,61%
Incidência de papel/papelão sobre total material recuperado	28,15%
Incidência de plástico sobre total material recuperado	32%
Incidência de metais sobre total material recuperado	21,99%
Incidência de vidros sobre total material recuperado	0
Incidência de "outros" sobre total material recuperado	17,87%
Massa per capita recolhida via coleta seletiva	2,8 kg/hab x ano
Massa de resíduos de serviços de saúde coletada *per capita*	0,47 kg/(1000hab x dia)
Taxa de resíduos de serviços de saúde sobre (resíduos domiciliares e públicos)	0,1%

5.2 DIAGNÓSTICO ATUAL

No município de Fazenda Rio Grande, a geração de resíduos domésticos é de aproximadamente 1.400 toneladas/mês, contabilizando todos os resíduos coletados pela coleta convencional. A coleta, transporte e destinação final dos resíduos domésticos são terceirizados, através da empresa Inova Ambiental. Já a destinação final do material ocorre no Centro de Gerenciamento de Resíduos (CGR) Iguaçu, operado pela Estre Ambiental S.A..

Quanto aos resíduos de saúde, o serviço é terceirizado, ficando a cargo dos estabelecimentos comerciais geradores deste tipo de resíduos, como farmácias, clínicas e consultórios, a responsabilidade de contratação e pagamento do mesmo. Para a coleta, transporte e destinação dos resíduos de saúde de estabelecimentos privados a Cavo Gestão Ambiental (empresa do Grupo Estre) é a empresa responsável. No caso do resíduo de serviço de saúde proveniente do serviço público, a coleta, transporte e destinação são

terceirizados. Neste caso, a responsável pelos serviços é a empresa Serquip Tratamento de Resíduos Ltda.

A execução dos serviços de limpeza pública em Fazenda Rio Grande também é terceirizada, feita pela mesma empresa que realiza a coleta, transporte e destinação final dos resíduos domésticos, Inova Ambiental. O serviço de varrição diária contempla a zona central comercial do município. Sendo que a destinação final dos resíduos gerados pela construção civil não é contemplada neste contrato.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 454
Ass.

5.2.1 SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA

O serviço de limpeza urbana de Fazenda Rio Grande é regulamentado pelo Código de Posturas do município, expresso pela Lei Municipal Complementar nº 3 de 15 de Setembro de 2006. A execução dos serviços de limpeza urbana cabe a administração municipal, por meio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, o qual poderá terceirizar este serviço.

Os principais serviços executados são:

- Coleta domiciliar manual e mecanizada;
- Coleta seletiva de materiais (metal, plástico, papel e vidro);
- Coleta e destinação dos resíduos sólidos de serviços de saúde;
- Varrição manual de vias e logradouros públicos;
- Capina e poda em áreas públicas;
- Limpeza de lotes vagos;
- Campanhas de educação ambiental.

5.2.1.1 Acondicionamento dos resíduos domiciliares/comerciais

Em visita *in loco* realizada no dia 13/07/2012 na área urbana do município de Fazenda Rio Grande constatou-se que os resíduos sólidos domiciliares/comerciais, de maneira geral, são apresentados para a coleta pública de forma incorreta. Em alguns pontos do município, como por exemplo, bares e restaurantes, os resíduos são acondicionados de maneira correta em recipientes reutilizáveis de plástico e com capacidade volumétrica variável.

Em diversos locais foi constatada a presença de lixo acondicionado de maneira incorreta sendo despejado lixo domiciliar em terrenos baldios e nas calçadas (Figura 5-1 e Figura 5-2). Esta situação possibilita a proliferação de vetores diversos e a exalação de mau cheiro.

Em contrapartida, observou-se a presença de lixeiras seletivas dispostas em áreas públicas e de grande circulação de pessoas no município, como por exemplo, na frente da Câmara Municipal, Pronto Atendimento Arlete Richa, postos de saúde e sede do Programa Pró-Ação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) (Figura 5-3 e Figura 5-4).

Figura 5-1: Disposição irregular de resíduos sólidos.



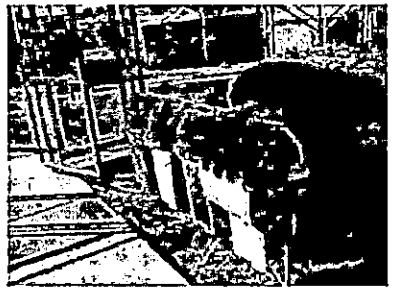
Figura 5-2: Disposição irregular de resíduos sólidos.



Figura 5-3: Lixeiras seletivas localizadas na Câmara Municipal.



Figura 5-4 : Lixeiras seletivas localizadas na sede do Programa Pró-Ação PUC/PR.



5.2.1.2 Coleta Domiciliar e Coleta Seletiva

Os trabalhos descritos nesse item abrangem os serviços de coleta regular, utilizando caminhões compactadores com frequência alternada, de todos os resíduos especificados a seguir, encontrados nas vias e logradouros, originários de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e residenciais:

- Resíduos domiciliares, inclusive os resultantes de varredura;
- Resíduos sólidos originários de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços e comerciais, exceto resíduos sólidos da área de saúde e de construção civil.

PREFEITURA MUNICIPAL FAZENDA RIO GRANDE
Ambiente Integral ESTUDOS E PROJETOS AMBIENTAIS

Os veículos partem da sede da empresa Inova Ambiental. A coleta de resíduos domiciliares/comerciais contempla 100% da área urbana do município, incluindo vilas e favelas, com roteiro planejado conforme calendário (Quadro 5-15) e Mapa 5-1.

Quadro 5-15: Coleta domiciliar/comercial

Dia de coleta	Rota
Diária	Área Central
Segunda-feira, Quarta-feira e Sexta-feira	Iguaçú, Pioneiros, Santa Terezinha e Estados, Santa Maria, Veneza e Colonial;
Terça-feira, Quinta-feira e Sábado	Eucaliptos - Jardim Sidon, Pátria Minha, Residencial das Araucárias, Jardim Europa e Hortência I, II e III, Nações, Gralha Azul e Jardim Palmeira.

Para a coleta e transporte dos resíduos domiciliares, a Inova Ambiental dispõe de cinco caminhões Ford Cargo, com coletor compactador toco cuja capacidade é de 15m³ (Quadro 5-16).

Quadro 5-16: Frota de veículos utilizada na coleta domiciliar/comercial

Placa	Modelo Chassi	Modelo Carroceria	Ano	Estado de Conservação
AUS 6329	Ford Cargo	Usimeca	2012	Novo
AUS 6331	Ford Cargo	Usimeca	2012	Novo
AUZ 3687	Ford Cargo	Usimeca	2012	Novo
AUW 3753	Ford Cargo	Usimeca	2012	Novo
ATR 6614	Ford Cargo	Usimeca	2011	Novo

A coleta domiciliar é executada porta a porta, com freqüência variável de acordo com o itinerário de coleta, em todas as vias públicas oficiais da sede municipal em condições de tráfego para os caminhões coletores compactadores em marcha reduzida. No serviço da coleta de resíduos sólidos domiciliares, trabalham equipes com composição variável de acordo com turno e demanda da rota percorrida. No total, 26 funcionários se revezam na coleta, sendo seis motoristas e 20 coletadores.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 455
Ass

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 456
Ass.

Os funcionários possuem equipamentos de proteção individual para a realização da atividade de coleta de resíduos domiciliares / comerciais, tais como: calça com elástico na cintura, blusa de algodão com manga, capa de chuva, botas de couro e luvas de malha nitrílica.

O município dispõe de coleta seletiva realizada porta a porta, contemplando 100% da zona urbana. A coleta e transporte de materiais recicláveis é o recolhimento regular de todo material que tenha condições de reaproveitamento (papel, papelão, plástico, vidro, metais ferrosos e não ferrosos), separados na fonte de geração e colocados para coleta seletiva nos dias e horários pré-estabelecidos e encaminhados a sede da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis "Comunidade Unida de Fazenda Rio Grande".

As rotas semanais da coleta seletiva seguem o calendário abaixo (Quadro 5-17) e sua distribuição espacial no município é apresentada no Mapa 5-2:

Quadro 5-17: Coleta seletiva

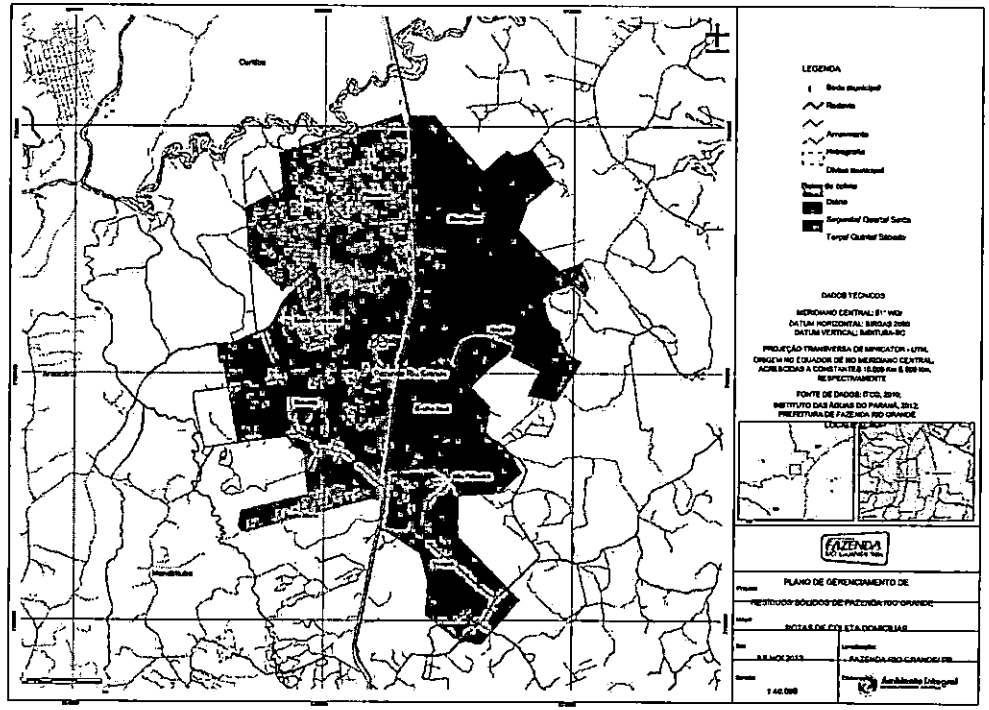
Dia de coleta	Rota
Segunda-feira	Nações, Veneza e Colonial
Terça-feira	Santa Terezinha e Estados
Quarta-feira	Eucaliptos – Jardim Sidon, Pátria Minha, Residencial das Araucárias, Jardim Europa e Hortência I, II e III
Quinta-feira	Iguaçú, Pioneiros e Canaã
Sexta-feira	Gralha Azul

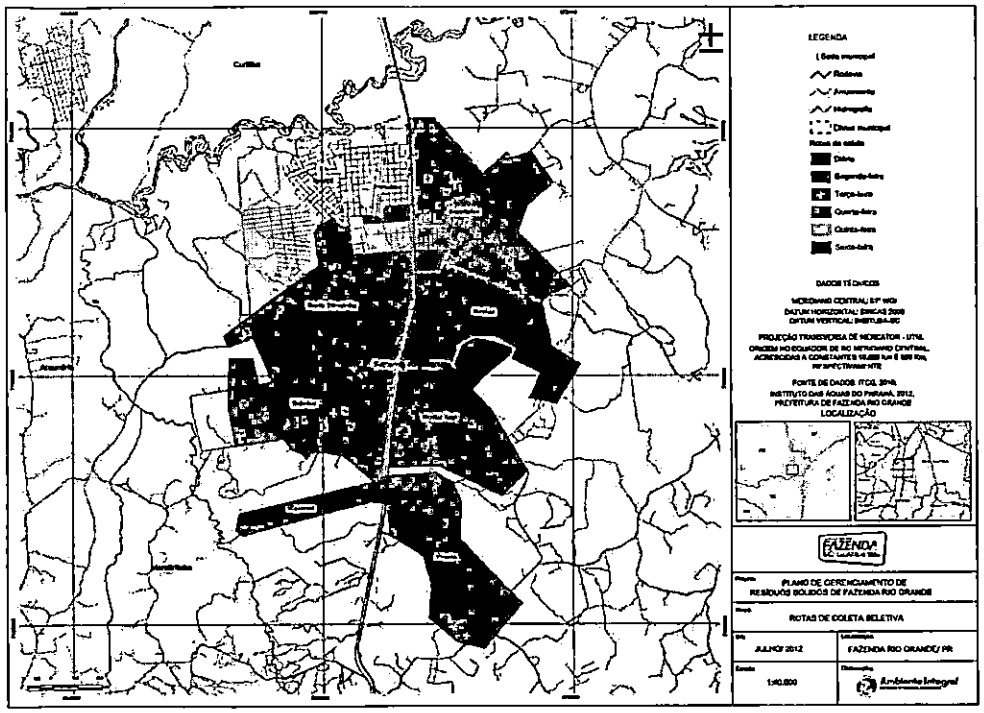
Esta coleta é realizada há quatro anos, contemplando a separação dos materiais compostos por metal, plástico, papel e vidro.

A coleta e o transporte dos resíduos são de responsabilidade da Inova Ambiental, sendo utilizados dois caminhões com capacidades distintas para a atividade (Quadro 5-18). Os veículos partem da sede da empresa Inova Ambiental e salienta-se que não foi realizada a caracterização gravimétrica dos resíduos do município.

Quadro 5-18: Frota de veículos utilizados na coleta seletiva

Placa	Modelo Chassi	Modelo Carroceria	Capacidade útil. (m³)	Ano	Estado de Conservação
AUF 3525	Ford Cargo	Baú Fibra	40	2012	Novo
APX 9409	Ford Cargo	Baú Fibra	30	2008	Reserva Técnica





5.2.1.3 Associação de Catadores de Materiais Recicláveis "Comunidade Unida de Fazenda Rio Grande"

Um dos instrumentos para o cumprimento dos objetivos da Lei Federal 12.305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é o incentivo a criação e ao desenvolvimento de cooperativas de catadores. Desta forma, considera-se a inclusão produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, priorizando a participação de cooperativas ou de outras formas de associação destes trabalhadores. Assim, as cooperativas de catadores de material reciclável podem ser incluídas são incluídas na "responsabilidade compartilhada", devendo ser incentivadas e apoiadas pelo poder público.

Mesmo refletindo uma delicada condição socioeconômica, os catadores cumprem um papel essencial na re-inserção de matéria-prima secundária na cadeia de produção e consumo. Frente ao desafio crescente dos municípios em gerenciar de forma adequada as quantidades cada vez maiores de resíduos, o catador passa a ser visto como um aliado das prefeituras no trabalho de coleta de resíduos sólidos.

Para o caso específico do município de Fazenda Rio Grande, os catadores de materiais recicláveis estão organizados por meio da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis "Comunidade Unida de Fazenda Rio Grande". A Associação de Catadores possui Licença Ambiental de Operação, expedida pelo Instituto Ambiental do Paraná, registrada sob o nº 21078.

O barracão da associação é fornecido pela Prefeitura Municipal e está localizado na Avenida Brasil, nº 1846 – Nações I (Figura 5-5). A associação conta ainda com 16 catadores cadastrados realizando a coleta seletiva diretamente nas ruas do município (Figura 5-6).

Figura 5-5: Sede da associação de catadores.



Figura 5-6: Catador do material reciclável.



PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 157
Ass.

Além disso, a prefeitura do município apóia a associação disponibilizando para separação e venda os resíduos provenientes da coleta seletiva regular, com volume médio variável. E cede um caminhão para buscar o material reciclável proveniente de empresas que mantém parceria com a associação cuja localização é fora da área urbana de Fazenda Rio Grande.

A associação possui ainda a parceria com a prefeitura através do Programa Troca Verde, que promove a troca de três quilos de material reciclado – papel, papelão, vidro, sucata, PET, plásticos e baterias - por um quilo de frutas e verduras. Os objetivos do programa contemplam o incentivo aos moradores a separarem o lixo orgânico do inorgânico, sensibilização da população para a correta destinação dos resíduos sólidos, promover a segurança alimentar das famílias e incentivar a produção da agricultura familiar de Fazenda Rio Grande. No lançamento do programa, em Abril de 2012, a prefeitura recolheu 1.047kg de material reciclável que foram destinados a associação dos catadores[4].

Em visita a associação, foi relatado que os catadores possuem convênio com 8 empresas privadas, localizadas no município e em municípios próximos (Curitiba e Campo Largo), dentre elas: Hamaya do Brasil, Mercado Central de Fazenda Rio Grande e Mercado Araucária.

A associação é responsável pela separação e venda do material coletado. Desta forma, no barracão atuam cerca de 10 funcionários na atividade de triagem e prensa do material destinado a venda. O material de EPI utilizado nas atividades é fornecido pela Estre Ambiental. A associação conta ainda com duas prensas enfardadeiras, obtidas a partir da parceria com empresas privadas (Figura 5-7, Figura 5-8, Figura 5-9 e Figura 5-10).

Figura 5-7: Funcionários trabalhando na triagem do material reciclado.



Figura 5-8: Material reciclável separado e pronto para a prensa.



[4] Jornal Agora Fazenda, Ano 08, nº 81, Abril de 2012.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 458
Ass

Figura 5-9: Prensa do material reciclável separado para venda.

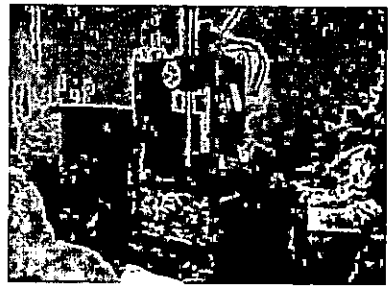
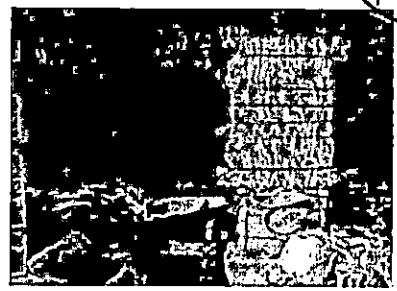


Figura 5-10: Armazenamento dos fardos.



De acordo com informações levantadas com os cooperados, o volume mensal médio de material trabalhado pela associação é de 20.000kg. A distribuição qualitativa é extremamente variável, porém, observou-se que o maior volume é proveniente da venda de garrafas PET e sacos.

Os carrinheiros associados não possuem vínculos trabalhistas, por isso não tem obrigatoriedade de metas de coleta a serem cumpridas, ficando a sua remuneração atrelada ao volume de material coletado na quinzena.

A associação atua ainda na promoção da educação ambiental nas escolas municipais. Neste projeto, a associação conta com o apoio da Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande e das secretarias de Educação, Ação Social e Relações de Trabalho, Urbanismo e Meio Ambiente, Indústria e Comércio e o CODEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

5.2.1.4 Acondicionamento dos resíduos hospitalares

Em visita *in loco* realizada no dia 13/07/2012 percorreu-se todas as unidades de saúde públicas e realizou-se uma amostragem nas unidades privadas geradoras de resíduos hospitalares.

Os resíduos hospitalares gerados pelas unidades de saúde públicas são acondicionados de forma disciplinada em recipientes plásticos tampados e os materiais perfuro-cortantes em caixas de papelão (Figura 5-11), conforme estabelecido na legislação. Sendo que o material não contaminante é acondicionado em sacos plásticos da cor preta. De maneira geral, cada unidade de saúde separa os resíduos de acordo com seu tipo nas seguintes categorias: Grupo A (recipientes e materiais resultantes de curativos e peças anatômicas, acondicionados em sacos da cor branca), Grupo B (medicamentos vencidos, contaminados

e parcialmente utilizados, acondicionados em bombonas com símbolo de identificação) e Grupo E (materiais perfuro-cortantes, acondicionados em caixa de descartex com simbologia de material infectante).

Quanto ao armazenamento destes resíduos, observou-se que diversos estabelecimentos públicos não contam com um local adequado para tal, sendo freqüentemente observada a destinação do material em locais abertos de fácil acesso e em locais onde o lixo comum e o lixo hospitalar são misturados (Figura 5-12, Figura 5-13 e Figura 5-14).

Figura 5-11: Armazenamento correto de resíduos hospitalares em posto de saúde.



Figura 5-12: Resíduos hospitalares armazenado em local aberto.



Figura 5-13: Resíduos hospitalares acondicionados em local aberto.

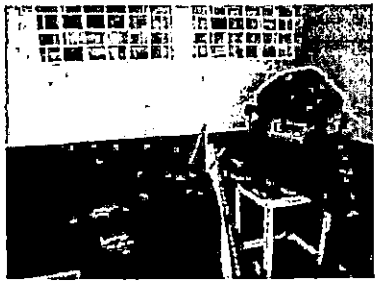


Figura 5-14: Resíduos hospitalares acondicionados em local aberto.



Em relação aos estabelecimentos privados, notou-se que, em geral, os estabelecimentos visitados seguem as recomendações da empresa responsável pela destinação – Cavo Gestão Ambiental – e acondicionam o resíduo em recipientes fechados e os materiais perfuro-cortantes em caixas de papelão próprias para este fim.

5.2.1.5 Coleta de resíduos hospitalares

A coleta de resíduos hospitalares de estabelecimentos públicos é de responsabilidade da empresa Serquip Tratamento de Resíduos Ltda. Conforme informações obtidas nas unidades, a coleta é realizada semanalmente, nas segundas-feiras, percorrendo todas as unidades públicas geradoras de resíduos hospitalares.

A coleta é realizada por um veículo Volkswagen 8-150 Delivery (Quadro 5-19), sendo utilizado três funcionários para a realização da atividade (Quadro 5-20). O veículo parte da cidade de Curitiba, bairro Cidade Industrial, para realizar a coleta dos resíduos hospitalares e retorna ao mesmo endereço no final do dia de coleta.

Quadro 5-19: Informações do veículo utilizado para coleta de resíduos hospitalares em estabelecimentos públicos

	Informações
Placa	AUY-3490
Modelo de Chassi	Vw 8-150 Delivery
Modelo de Carroceria	Fechada
Capacidade útil (t)	3,02
Ano	2011 / 2011
Estado de Conservação	Novo
Estanqueidade	Sim
Proteção	Sim
Adaptação	Sim
Propriedade	Serquip Tratamento de Resíduos Ltda.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 359
Ass.

Quadro 5-20: Servidores de coleta de estabelecimentos de saúde

Número	Função	Vacinas em dia		Uniformes Completos		EPIs (luvas, botas e máscaras)	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
1	Motorista	X		X		X	
2	Coletores	X		X		X	

O Quadro 5-21 e o Quadro 5-22 apresentam o endereço das unidades públicas e privadas geradoras de resíduos de saúde. Já o Mapa 5-3 apresenta a distribuição espacial destes pontos de geração de resíduos hospitalares.

Quadro 5-21: Relação de estabelecimentos públicos

Tipos de Estabelecimentos Públicos	Endereço
Unidade De Saúde Canaã	Rua São Teófilo, 367 - Sta Terezinha
Unidade De Saúde Eucaliptos	Rua Seringueira, S/N
Unidade De Saúde Gralha Azul	Rua Flamingos, 1899 Esq. Com Av. Portugal - Gralha Azul
Unidade De Saúde Hortência	Rua Pessegueiro, S/N - Eucaliptos
Unidade De Saúde Iguaçu	Rua Rio Piquiri, S/N - Iguaçu
Unidade De Saúde Nações	Rua Egito, 478 - Nações
Unidade De Saúde Pioneiros	Rua Rio Madeira, S/N - Pioneiros
Unidade De Saúde Santa Maria	Avenida Curitiba, 1382 - Estados
Unidade De Saúde Santa Terezinha	Rua Santa Mônica, 352 - Santa Terezinha
Unidade De Saúde São Sebastião	Rua João Quirino Leal, 04 - Jardim Veneza
Unidade De Saúde Vila Marli	Avenida Paraguai, 1738 - Vila Marli
Hospital e Maternidade Nossa Senhora Aparecida	Rua Francisco Claudino dos Santos, 430 – Pioneiros
Pronto Atendimento Arlete Richa	Rua Francisco Claudino dos Santos, 430 – Pioneiros

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Fazenda Rio Grande, 2012.

Quadro 5-22: Relação de estabelecimentos privados

Tipo de Estabelecimento Privados	Endereço
Consultórios Odontológicos	
Abc Vida – Associação Beneficiente Curitibana	Avenida Brasil, 1283/1297 – Nações
Ana Cristina Lorenzon	Rua Francisco Claudino Dos Santos, 216 - Sl 01 - Pioneiros
Carlos Augusto Beduschi	Rua César Carelli, 90 (Sala 01) – Pioneiros
Ceob - Clínica De Estética Oral De Brasília Ltda	Rua Francisco Claudino Dos Santos, 259 - Pioneiros
Clínica Integrada Dra. Andreia Rodrigues S/S Ltda	Rua Goiabeira, 51 – Eucaliptos
Daniele Cristine Wandscheer	Avenida Brasil, 1890 - Eucaliptos
Hermes Dos Santos	Avenida Portugal, 1561 – Nações

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 190
Ass

Tipo de Estabelecimento Privados	Endereço
I V R Clínica Odontológica Sociedade Ltda	Rua César Carelli, 90 – Pioneiros
Liciani Kelli Thibes	Rua Pitangueira, 130 - Eucaliptos
Luciana Miyamoto	Avenida Brasil, 2171 – Eucaliptos
Luciano Humberto Terra Schila	Avenida Brasil, 2118 – Nações
Luiz Alberto Perone Bastos	Rua Carlos Eduardo Nichele, 1542 – Pioneiros
Luiz Paulo Veiga Vilela	Rua Carlos Eduardo Nichele, 1794 – Pioneiros
Marcelo Massao Ogassawara	Rua César Carelli, 135 – Pioneiros
Odontoart Clínica De Odontologia S/S Ltda	Avenida Brasil, 2381 - Nações
Ortomais Consultório Odontológico Ltda	Rua Manoel Claudino Barbosa, 1482 – Pioneiros
Peterson Krubniki De Mattos	Rua Cesar Carelli, 320 – Pioneiros
Policlínica Benvenutti Ltda – Me	Avenida Brasil, 2422 – Nações
Roberto Yoshio Kaeya	Rua Jacarandá, 208 – Nações
Roberval José De Oliveira	Rua Cesar Carelli, 261 - Pioneiros
Rosa Kimiyo Noda	Rua Carlos Eduardo Nichele, 1542 – Pioneiros
Veronica Araceli Aquino Coitino Monteiro	Avenida Paraguai, 1255 - Nações
Yamamoto Moreira Odontologia Ss Ltda	Avenida Rio Amazonas, 1303 - Iguaçu
Clínicas Médicas	
Axel - Consultoria E Serviços Médicos S/S Ltda	Rua César Carelli, 98 - Pioneiros
Atlas – Clínica Médica	Rua Jacarandá, 82 – Nações
Carlos Alberto De Almeida Gapski	Rua Francisco Claudino Dos Santos, 260 - Pioneiros
Cemed Centro Médico S S Ltda	Avenida Brasil, 2605 - Nações
Centro Avançado Da Saúde Ltda	Rua Macedônia, 173 – Nações
Clínica Dr. Mantovani S/S Ltda	Rua César Carelli, 90 (Sala 701) – Pioneiros
Ernesto Oviedo Alvarado	Rua Rio Negro, 681 – Iguaçu
Hospital E Maternidade Nossa Senhora Aparecida	Rua Francisco Claudino Dos Santos, 430 - Pioneiros
Instituto Teqi	Rua César Carelli, 98 - Pioneiros
Luiz Carlos Naldony Junior	Rua Francisco Claudino Dos Santos, 260 – Pioneiros
Naldony Junior Consultório Médico S/S Ltda	Rua Francisco Claudino Dos Santos, 260 - Pioneiros
Neves Luiz Gastroenterologia S/S Ltda	Rua Ephigênio Pereira Da Cruz, 1396 – Pioneiros
Policlínica Fazenda Rio Grande S/C Ltda	Rua Ephigênio Pereira Da Cruz, 1396 - Pioneiros
Thiago Manoel Nascimento	Rua Francisco Claudino Dos Santos, 260 – Pioeniros
Clínicas de Fisioterapia e Estética	
Atena Fisioterapia E Acupuntura Ltda	Rua Manoel Claudino Barbosa, 1132 - Pioneiros
Bela Forma Pilates E Fisioterapia Ltda	Rua César Carelli, 98 (Sala 402) - Pioneiros
Clínica Da Fisioterapia Alquino S/C Ltda Me	Rua Francisco Claudino Dos Santos, 216 - Pioneiros
M. A. Barbosa Arruda – Centro Estético	Rua Jacarandá, 82 – Nações
Laboratório de Análises Clínicas	Endereço
Laboratório De Análises Clínicas Frg S/C Ltda	Rua Francisco Claudino Dos Santos, 259 – Pioneiros
João Antônio Munaro & Cia Ltda	Rua Farid Stephens, 115 - Pioneiros
Diagnóstico Da América S.A.	Rua Ephigênio Pereira Da Cruz, 1396 - Pioneiros
Clínicas Veterinárias	
Clínica Veterinária Arca De Noé	Avenida Cedro, 679 – Eucaliptos
Tavares & Cherubim Ltda	Rua Tenente Sandro Luiz Kampa, 65 - Iguaçu

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Fazenda Rio Grande, 2012.

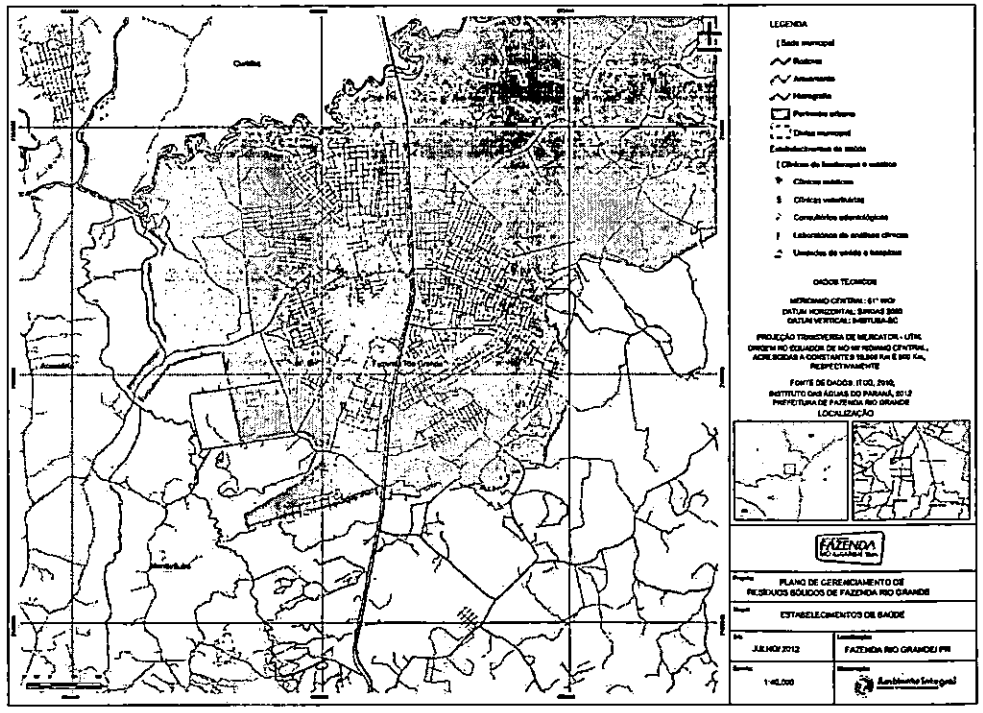
Com base nos dados de volume de resíduos coletados das unidades públicas de saúde em Fazenda Rio Grande no mês de Julho de 2012, estima-se a seguinte situação, conforme apresentado no Quadro 5-23:

Quadro 5-23: Volume mensal de resíduos serviços de saúde gerados pelas unidades públicas do município

Grupo	Volume Coletado (Kg)	Descrição[1]
A1 + A4E	1.385,00	**A1:** Culturas e estoques de microrganismos; descarte de vacinas de microrganismos vivos ou atenuados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas. Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação, ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta. Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre. **A4E:** Kits de linhas arteriais, endovenosas e dialisadores, quando descartados. Filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico-hospitalar e de pesquisa, entre outros similares. Sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções. Resíduos de tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo. Recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre. Peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anátomo-patológicos ou de confirmação diagnóstica. Bolsas transfusionais vazias ou com volume residual pós-transfusão.
A2 + A3 + A5	595,00	**A2:** Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microorganismos, bem como suas forrações, e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anátomo-patológico ou confirmação diagnóstica. **A3:** Peças anatômicas (membros) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou familiares. **A5:** Órgãos, tecidos, fluidos orgânicos, materiais perfurocortantes ouescarificantes e demais materiais resultantes da atenção à saúde deindivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação com príons
Total (kg)	1.980,00	

Fonte: Dados obtidos junto a Secretaria de Saúde – Vigilância Sanitária de Fazenda Rio Grande, 2012.

[1] Resolução da Diretoria Colegiada – RDC - ANVISA nº 306, de 07 de dezembro de 2004.



PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 167

5.2.1.6 Varrição e limpeza pública

O planejamento básico das atividades inerentes à varrição manual é decorrente das características específicas dos serviços a executar, em função das extensões de vias a atender de acordo com o quantitativo de resíduos gerados.

O sistema de varrição abrange os resíduos gerados nas seguintes atividades:

- Operação não mecanizada de recolhimento e remoção de resíduos espalhados pelas vias e logradouros públicos;
- Trabalhos de raspagem em situações de rotina;
- Esvaziamento e reposição de sacos plásticos existentes nas lixeiras e vias públicas;
- Varrição de resíduos resultantes de eventos havidos em logradouros públicos.

Conforme apresentado no Quadro 5-24, são empregados atualmente 7 funcionários nessa atividade. Para a execução da atividade, os funcionários utilizam os seguintes EPIs, fornecidos pela empresa: uniforme, boné, luva, calçado de couro e capa de chuva.

Quadro 5-24: Servidores envolvidos na atividade de varrição

Turno	Nº equipes	Nº de garis por equipe	Nº de encarregados	Carrinheiros por equipe
Diário	2	2	1	2

A atividade de varrição é realizada apenas na Zona Central Comercial, em frequência diária e no turno diurno (jornada de trabalho semanal de 44 horas). As operações de varrição manual compreendem sarjetas, canteiros centrais não ajardinados e passeios ao longo das vias e logradouros públicos. O Quadro 5-25 apresenta os equipamentos e ferramentas utilizados nesta atividade.

Quadro 5-25: Equipamentos / Ferramentas utilizados na varrição manual

Tipo	Estado de Conservação	Quantidade
Carrinhos	Novo	2 por equipe
Vassouras	Novo	2 por equipe
Pás	Novo	2 por equipe

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 462
Ass

O material coletado decorrente da atividade é acondicionado em sacos plásticos e nos carrinhos para posterior destinação.

5.2.1.7 Resíduos da Construção Civil

O serviço é contratado diretamente pelo responsável pela geração de resíduos. Estima-se que o volume médio mensal de geração de resíduos da construção civil no município seja em torno de 1.500 m³, perfazendo uma estimativa anual per capita de 0,22 ton/ano gerados.

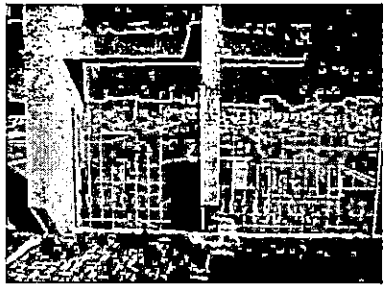
5.2.1.8 Resíduos Funerários

O município de Fazenda Rio Grande possui um Cemitério Municipal (Rua Rio Ivai, 1570).

Os resíduos produzidos pelos visitantes, caracterizados como material comum (restos de velas e flores) são depositados em lixeiras localizadas na frente do cemitério (Figura 5-17).

Os restos funerários, geralmente, são mantidos dentro dos jazigos. Entretanto, os resíduos retirados dos jazigos são acondicionados em uma construção destinada para este fim com capacidade finita, localizada nos fundos do cemitério.

Figura 5-15: Disposição de lixeiras na frente do Cemitério Municipal.



5.2.1.9 Programas de Educação Ambiental

A Lei Municipal nº761 de 20 de Outubro de 2010, dispõe sobre a educação ambiental, institui a política municipal de educação ambiental e dá outras providências. Neste sentido, os programas de educação ambiental estão alinhados com o disposto na lei. Assim, entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

O Programa Troca Verde foi instituído por meio da Lei Municipal nº 857/2011 de 25 de novembro de 2011, sendo oficialmente lançado em 04/2012. Trata-se de uma ação da prefeitura do município coordenada pela Secretaria do Meio Ambiente, com o intuito de recolher e separar os resíduos sólidos reciclados gerados no município.

A operacionalização do programa consiste na troca de 03 (três) quilos material reciclável (papel, papelão, vidro, sucata ferrosa e não ferrosa, garrafas PET, plásticos e baterias) por 01 (um) quilo de frutas e verduras da estação, sendo que esta troca é realizada mensalmente em escolas do município (Figura 5-18), aplicando assim os conceitos de educação ambiental aos alunos e a comunidade.

O programa conta com o apoio do Departamento de Agricultura da Secretaria de Desenvolvimento Econômico que cuidará de suprir, através da Associação dos Produtores Rurais de Fazenda Rio Grande, os hortifrutis necessários para a troca por materiais recicláveis, e as demais secretarias divulgarão através dos seus programas e projetos a institucionalização do Programa, os locais e datas das trocas e a importância da participação da comunidade. Os resíduos sólidos recolhidos são repassados para a associação de catadores para separação e venda do material.

Figura 5-16: Adesão popular ao Programa Troca Verde – 1ª Edição (21/04/2012).



Fonte: Jornal Agora Fazenda, 2012.

Além do Programa Troca Verde, as escolas municipais de Fazenda Rio Grande são palcos de apresentações teatrais que reforçam a importância da participação da comunidade na gestão e destinação dos resíduos sólidos recicláveis.

Este programa conta com a realização de campanhas de educação e conscientização ambiental nas escolas através de teatros e palestras ministradas pela Secretaria de Ação Social do município, com apoio das secretarias de Educação, Ação Social e Relações de Trabalho, Urbanismo e Meio Ambiente, Indústria e Comércio e o CODEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis "Comunidade Unida de Fazenda Rio Grande".

5.2.2 ESTIMATIVA FUTURA DA PRODUÇÃO PER CAPITA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

5.2.2.1 Projeção populacional

Para a estimativa da produção per capita dos resíduos sólidos foi elaborado um estudo preliminar para a definição do crescimento populacional para o município de Fazenda Rio Grande no intervalo entre 2012 e 2032 com base nos seguintes dados:

PM-FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 163
Ass.

- Dados censitários, utilizando como referência os Censos Demográficos (2010) e Contagem Populacional (1996 e 2007) realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Evolução do número de consumidores de energia elétrica entre os anos 1993 a 2011, utilizando indicadores da Companhia Paranaense de Energia (COPEL).

O Quadro 5-26 apresenta o histórico do crescimento das unidades consumidoras de energia elétrica.

Quadro 5-26: Histórico do crescimento das unidades consumidoras de energia elétrica

Ano	Consumidores	Taxa de Incremento
1993	7.973	-
1994	8.992	12,78%
1995	10.104	12,37%
1996	11.477	13,59%
1997	13.319	16,05%
1998	14.722	10,53%
1999	15.578	5,81%
2000	16.779	7,71%
2001	17.611	4,96%
2002	17.740	0,73%
2003	18.383	3,62%
2004	19.036	3,55%
2005	19.901	4,54%
2006	20.858	4,81%
2007	21.702	4,05%
2008	22.583	4,06%
2009	23.914	5,89%
2010	25.867	8,17%
2011	28.790	11,30%
Média Geométrica		4,51%

Fonte: COPEL, 2012.

Adotou-se a média geométrica do histórico do crescimento das unidades consumidoras de energia elétrica para o período de 1993 a 2011, como a taxa de incremento da população do município de Fazenda Rio Grande.

Desta maneira, para a estimativa da população utilizou-se como base a população do município obtida na contagem da população realizada IBGE em 2007 e aplicou-se a média geométrica como parâmetro de evolução da população.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 464
Ass.

Para efeitos comparativos, avaliou-se a estimativa da população obtida neste estudo a partir dos dados de população do município de Fazenda Rio Grande de acordo com os dados censitários de 2010 e a estimativa da população realizada pelo IBGE para o ano de 2011, obtendo-se um erro de 4,8% e 7,7%, respectivamente.

O Quadro 5-27 apresenta os dados censitários do município de Fazenda Rio Grande para os anos de 2007, 2010 e 2011 e o Quadro 5-28 apresenta a evolução populacional estimada para o município de Fazenda Rio Grande.

Quadro 5-27: População censitária

Ano	População	Fonte
2007	75.006	Contagem da População – IBGE
2010	81.675	Censo Demográfico – IBGE
2011	83.118	Estimativa populacional - IBGE

Quadro 5-28: Projeção populacional

Ano	População estimada
2007	75.006*
2008	78.389
2009	81.924
2010	81.675*
2011	83.118*
2012	86.867
2013	90.784
2014	94.879
2015	99.158
2016	103.630
2017	108.303
2018	113.188
2019	118.293
2020	123.628
2021	129.203
2022	135.030
2023	141.120
2024	147.485
2025	154.136
2026	161.088
2027	168.353

Ano	População estimada
2028	175.946
2029	183.881
2030	192.174
2031	200.841
2032	209.899

* Ver Quadro 5-27.

Fonte: Ambiente Integral, 2012.

5.2.2.2 Produção per capita de resíduos sólidos

A geração "*per capita*" relaciona a quantidade de resíduos urbanos gerada diariamente e o número de habitantes de determinada região.

O Quadro 5-29 apresenta a estimativa média de produção de resíduos domésticos para o Brasil, conforme indicador sugerido pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (2009).

Quadro 5-29: Geração de resíduos sólidos domésticos para o Brasil – SNIS 2009

População urbana	Geração per capita (kg.hab/dia)
até 30 mil	0,81
de 30 mil a 100 mil	0,77
de 100 mil a 250 mil	0,81
de 250 mil a 1 milhão	0,97
de 1 milhão a 3 milhões	1,19
acima de 3 milhões	0,95

Fonte: SNIS, 2012.

Para a estimativa da geração de resíduos *per capita* em Fazenda Rio Grande utilizou-se os dados médios de resíduos sólidos urbanos coletados pela Inova Ambiental no mês de Maio/2012 e a população total do município oriunda do censo demográfico (IBGE, 2010). Desta forma, a estimativa média diária de geração *per capita* de resíduos sólidos urbanos é de **0,614 kg/hab**, valor subestimado se comparado com os valores de referência do Sistema Nacional de Informações de Saneamento. Salienta-se que esta estimativa não contempla o

PREFEITURA MUNICIPAL FAZENDA RIO GRANDE
Ambiente Integral ESTUDOS E PROJETOS AMBIENTAIS

volume de resíduos cuja responsabilidade é do gerador, como por exemplo, os resíduos gerados pela construção civil, setor industrial e em estabelecimentos de saúde.

Com base na estimativa média diária de geração *per capita* de resíduos, pode-se estabelecer as projeções de produção de resíduos para curto e médio prazo, conforme disposto no Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305 de 2010) considerando sua vigência por 20 anos.

O Quadro 5-30 apresenta a estimativa da geração de resíduos sólidos urbanos nas escalas diária e mensal para o município considerando o crescimento da população apresentado anteriormente e a taxa média de geração *per capita* de resíduos.

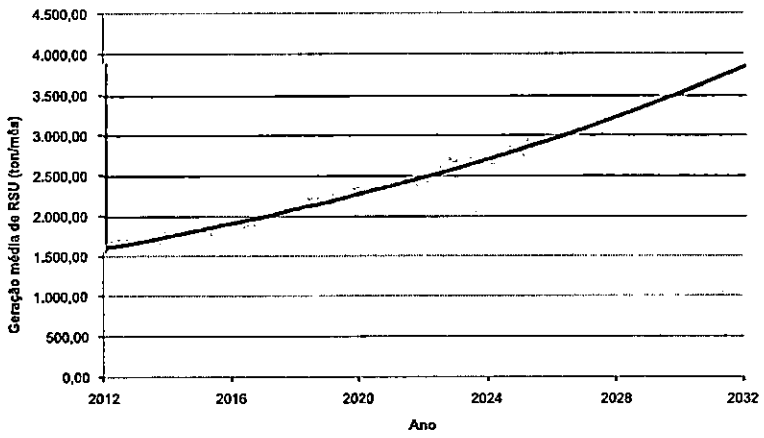
Quadro 5-30: Estimativa da geração de resíduos sólidos urbanos (RSU).

Ano	População Estimada	Geração de RSU (kg/dia)	Geração de RSU (ton/mês)
2012	86.867	53.336,11	1.600,08
2013	90.784	55.741,56	1.672,24
2014	94.879	58.255,51	1.747,66
2015	99.158	60.882,83	1.826,48
2016	103.630	63.628,65	1.908,85
2017	108.303	66.498,3	1.994,94
2018	113.188	69.497,37	2.084,92
2019	118.293	72.631,70	2.178,95
2020	123.628	75.907,39	2.277,22
2021	129.203	79.330,82	2.379,92
2022	135.030	82.908,64	2.487,25
2023	141.120	86.647,82	2.599,43
2024	147.485	90.555,63	2.716,66
2025	154.136	94.639,69	2.839,19
2026	161.088	98.907,94	2.967,23
2027	168.353	103.368,70	3.101,06
2028	175.946	108.030,60	3.240,91
2029	183.881	112.902,80	3.387,08
2030	192.174	117.994,70	3.539,84
2031	200.841	123.316,30	3.699,48
2032	209.899	128.877,80	3.866,33

A Figura 5-19 apresenta a estimativa da dinâmica temporal de geração média mensal de resíduos sólidos no município para o período de 2012 a 2032.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 165 Ass.

Figura 5-17: Dinâmica temporal de geração de RSU – 2012 a 2032.



Fonte: Ambiente Integral, 2012.

Conforme descrito anteriormente, para o cálculo da taxa de crescimento de geração *per capita* ao longo do tempo, foram considerados os dados da estimativa de população e a geração média diária de resíduos sólidos (kg.hab/dia). Desta forma, considerou-se que o incremento de resíduos ao longo do tempo apresenta tendência linear, desconsiderando-se neste estudo a variação inerente de geração de resíduos devido ao crescimento do município e possível aumento do poder aquisitivo da população.

5.2.3 DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

5.2.3.1 Coleta domiciliar

Quanto à destinação final dos resíduos sólidos do município de Fazenda Rio Grande, o município segue o disposto na Lei Municipal nº 469/2007 de 09 de Julho de 2007, ratificando o protocolo do Consórcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos, nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005.

Neste sentido, o município de Fazenda Rio Grande, em conjunto com os municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Contenda, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Pinhais, Quatro Barras, Quitandinha e São José dos Pinhais, a partir da necessidade de providências

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 466
Ass

comuns e compartilhadas, visando os princípios norteadores da administração pública, principalmente o da economicidade e o interesse comum dos signatários na universalização do direito ao meio ambiente equilibrado, repassam o compromisso de destinação dos resíduos sólidos ao Consórcio Intermunicipal para Gestão de Resíduos Sólidos (CONRESOL).

Desta forma, o consórcio possui como objetivo principal organizar e proceder ações e atividades para a gestão do sistema de tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos gerados pelos municípios integrantes. Assim, cabe ao consórcio: (a) representar o conjunto de municípios que o integram, perante quaisquer entidades de direito público ou privado; (b) planejar, supervisionar, coordenar, orientar, gerir, controlar e avaliar as ações e atividades do Consórcio; (c) prestar serviços públicos inerentes ao tratamento e a destinação final dos RSU gerados pelos integrantes; (d) cumprir e fazer cumprir a legislação ambiental relacionada ao gerenciamento do tratamento e destinação final dos RSU; entre outras atividades.

Assim, a solução encontrada pelo CONRESOL para destinação final dos resíduos provenientes da coleta domiciliar, comercial e da varrição de logradouros públicos do município de Fazenda Rio Grande a sua alocação no Centro de Gerenciamento de Resíduos (CGR) Iguaçu, operado pela empresa Estre Ambiental e localizado na área rural do município de Fazenda Rio Grande.

5.2.3.2 Coleta seletiva

O material proveniente da coleta seletiva do município é fornecido para a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis "Comunidade Unida de Fazenda Rio Grande". No barracão da associação é realizada a triagem do material, enfardamento e disposição para comercialização dos materiais recicláveis.

5.2.3.3 Resíduos de saúde

A Serquip encaminha os resíduos de saúde das unidades de saúde pública do município para pré-tratamento e destinação final, de acordo com o Grupo a que pertencem.

Os resíduos do Grupo A e E são encaminhados para tratamento por Autoclave. O método de tratamento consiste na aplicação de vapor saturado sob pressão, garantindo-se condições de temperatura, pressão e tempo de exposição que proporcionam a inativação dos microorganismos presentes. Depois de esterilizados, os resíduos são triturados para a sua descaracterização, sendo então dispostos em aterro sanitário.

Os resíduos do Grupo B encaminhados para tratamento por Incineração. O incinerador utilizado incinera resíduos de maneira limpa e segura, sem causar danos ao meio ambiente.

O tratamento por Incineração prevê as seguintes etapas:

- Pré - aquecimento;
- Alimentação ao carregador;
- Carga Automática;
- Incineração propriamente dita (câmara primária e secundária)
- Remoção de cinzas;
- Tratamento dos gases de combustão

Os subprodutos da Incineração (cinzas) são encaminhados a aterro industrial classe I. Os resíduos após Autoclavados/triturados/descaracterizados são encaminhados a aterro industrial classe II. Ambos os aterros localizam-se na cidade de Rio Negrinho, SC e são operados pela empresa Herasul Tratamento de Resíduos.

5.2.3.4 Resíduos de construção civil

Conforme a Autorização Ambiental nº35.196 de 06 de Agosto de 2012, expedida pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), o município de Fazenda Rio Grande está autorizado a dispor os resíduos da construção civil em três cavas desativadas na planície do rio Iguaçu, que serão objeto de recuperação ambiental devido a construção de um parque linear. O local de destinação dos resíduos da construção civil localiza-se na Rua Rio Palmital, s/nº, Vila Aquário, Bairro Iguaçu Gralha Azul. A localização da área de bota fora é apresentada no Mapa 5-4.

6. PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

6.1 ASPECTOS GERAIS

As diretrizes, programas, projetos e ações descritas na sequencia deste plano de gerenciamento municipal estão embasados na Política Nacional de Resíduos Sólidos, definida na legislação federal.

O acesso aos recursos da União, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, será priorizado para os municípios que fizerem a opção por soluções consorciadas intermunicipais. A solução consorciada permite ganhos em escala, propiciando redução de custos, estabilização da equipe gerencial, construção da capacidade de gestão dos resíduos, convergindo para os objetivos da Lei Federal de Saneamento Básico.

Neste sentido, vale ressaltar, como já apontado no diagnóstico situacional, o município de Fazenda Rio Grande integra o Consorcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos, juntamente com os municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Contenda, Curitiba, Mandirituba, Pinhais, Quatro Barras, Quitandinha e São José dos Pinhais, repassando o compromisso de destinação final dos resíduos sólidos ao Consorcio.

Buscando realizar a síntese das responsabilidades quanto a coleta e destinação dos resíduos sólidos no município, elaborou-se elencando a classificação de resíduos sólidos com base na Política Nacional de Resíduos Sólidos e as responsabilidades vigentes no município de acordo com as informações obtidas durante a etapa do diagnóstico, conforme descreve o Quadro 6-1.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 462
Ass.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Ass.
Fls. 968

Quadro 5-1: Definição de responsabilidades na gestão dos resíduos sólidos

Domiciliares RSD - Coleta convencional	PMFRG	Inova Ambiental	Domicílios, comércios, etc	Inova Ambiental	CGR Iguaçu
Domiciliares RSD - secos	PMFRG	Inova Ambiental		Inova Ambiental	CGR Iguaçu
Domiciliares RSD - úmidos	PMFRG	Inova Ambiental		Inova Ambiental	Associação dos Catadores de Fazenda Rio Grande
Limpeza Pública	PMFRG	Inova Ambiental	Zona urbana	Inova Ambiental	CGR Iguaçu
Resíduos da construção civil	PMFRG	Responsabilidade do gerador		TRN Transportes	Área de Bota fora
Volumosos	-				
Verdes	PMFRG	-	Mediante solicitação a PMFRG	PMFRG	PMFRG
Serviços de Saúde públicos	PMFRG	Serquip Tratamento de Resíduos Ltda	Hospital e postos de saúde	Serquip Tratamento de Resíduos Ltda	Herosul Tratamento de Resíduos
Serviços de Saúde privados	PMFRG: exigência do PGRS para liberação do alvará		Consultórios e clínicas privadas	CAVO Gestão Ambiental	CAVO Gestão Ambiental
Equipamentos eletrônicos	PMFRG identifica e convoca os estabelecimentos julgados adequados para ajustamento como pontos de devolução dos resíduos. Além disso, a prefeitura deverá orientar tais estabelecimentos sobre o resíduo a ser coletado como formas de manuseio, armazenamento, legislações pertinentes, responsabilidades etc.		Lei nº 12.305 de 2 de Agosto de 2010. - Logística Reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada		
Pilhas e baterias					
Lâmpadas					
Pneus					
Óleos lubrificantes e embalagens					

Agrotóxicos	PMFRG fiscaliza o cumprimento das ações previstas na lei	Lei nº. 9974 de 6 de Junho de 2000 - Usuários de agrotóxicos, seus componentes e afins deverão efetuar a devolução das embalagens vazias dos produtos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, de acordo com as instruções previstas nas respectivas bulas, no prazo de até um ano, contado da data de compra, ou prazo superior, se autorizado pelo órgão registrante, podendo a devolução ser intermediada por postos ou centros de recolhimento, desde que autorizados e fiscalizados pelo órgão competente		
Sólidos comerciais	PMFRG	-	Conforme PGRS do Cemitério municipal do FRG	
Serviços públicos e de saneamento básico	-	-	Domicílios, comércios, etc	SANEPAR	SANEPAR
Óleos comestíveis	PMFRG identifica e convoca os estabelecimentos julgados adequados para ajustamento como pontos de devolução dos resíduos. Além disso, a prefeitura deverá orientar tais estabelecimentos sobre o resíduo e ser coletado como formas de manuseio, armazenamento, legislações pertinentes, responsabilidades etc.	Lei nº 12.305 de DE 2 DE AGOSTO DE 2010. - Logística Reversa: Instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada		
Industriais	PMFRG: exigência do PGRS para liberação de alvará	Conforme PGRS do gerador		
Serviços de transporte	-			

6.2 RECOMENDAÇÕES GERAIS

6.2.1 COLETA - EQUIPE DE TRABALHO

Os funcionários deverão usar uniformes com identificação de que estão a serviço da Prefeitura, mesmo que este serviço seja executado por uma empresa terceirizada. O vestuário utilizado deverá ser composto por: calça, blusão, borzeguim e boné. O uso de EPI's deverá ser obrigatório. A prefeitura deverá certificar-se de que a guarnição além de devidamente equipada apresente treinamentos. Caso contrário recomenda-se que o treinamento seja realizado no início da implantação do PGRS com atualização a cada seis meses. No caso de um funcionário novo ou remanejado, deverá ser previsto um treinamento rápido abrangendo questões como: direção defensiva, segurança no trabalho e primeiros socorros. Reforça-se que, uma vez o serviço de coleta é realizado por empresa terceirizada, cabe a Prefeitura, solicitar a comprovação da realização deste treinamento por parte do prestador de serviço.

6.2.2 PROCEDIMENTOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Sugere-se a adoção dos seguintes procedimentos para controle e fiscalização da coleta convencional no município.

- Avaliação dos serviços de coleta por horários e frequências;
- Otimização do trajeto e horários de transferência visando à minimização dos problemas de trânsito, sobretudo na região central do município;
- Estabelecer horários de coleta dos resíduos;
- Definir limite máximo diário de resíduos coletados na zona comercial da cidade;
- Condições de segurança no transporte dos coletores no caminhão de coleta;
- Padrão de qualidade dos serviços;
- Condições de trabalho dos empregados (higiene e segurança do trabalho), Uniformes e EPI's; e,
- Aferição do volume coletado.

6.2.3 GRANDES GERADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Como forma de organizar e delimitar as responsabilidades da prefeitura na coleta de resíduos de grandes geradores cabe a Secretaria de Meio Ambiente através de estudos

FAZENDA RIO GRANDE
Ambiente Integral ESTUDOS E PROJETOS AMBIENTAIS

técnicos desenvolvidos especificamente para a realidade municipal, definir o volume de resíduos sólidos máximos coletados pela Inova Ambiental.

Após a definição deste limite, regulamentar a exigência da apresentação e implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos dos empreendimentos enquadrados como grandes geradores.

Desta forma, a Prefeitura do município deverá manter um cadastro atualizado dos empreendimentos classificados como grandes geradores de resíduos, exigindo o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para liberação/renovação de alvará de funcionamento.

Em concordância com o Plano Nacional, recomenda-se que até o ano de 2015, todos os estabelecimentos, classificados como grande gerador, em operação no município de Fazenda Rio Grande, apresentem o PGRS para aprovação da prefeitura municipal.

6.3 RESÍDUOS DOMÉSTICOS – SECOS

Parte dos resíduos domiciliares são os resíduos constituídos principalmente por embalagens de produtos em geral, fabricados a partir de plásticos, papéis, vidro e metais diversos, ocorrendo também produtos miscigenados com os das embalagens "longa vida" e outros. Há predominância dos resíduos de produtos fabricados com papéis, 39%, e plásticos, 22%, conforme levantamento realizado pelo Compromisso Empresarial pela Reciclagem-CEMPRE (2001).

Um aspecto relevante na Lei Federal nº 12.305/2010, que dispõe sobre a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, é o apoio central à inclusão produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, priorizando a participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda. Ademais, uma das metas do Plano Nacional de Resíduos Sólidos é proporcionar a inclusão e fortalecimento de organizações de catadores.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos definiu por meio do Decreto nº 7.404, que os sistemas de coleta seletiva e de logística reversa, priorizarão a participação dos catadores de materiais recicláveis, da mesma forma que os planos municipais deverão definir programas e ações para sua inclusão nos processos. Deverá ser observada a dispensa de licitação para a contratação de cooperativas ou associações de catadores; o estímulo ao fortalecimento institucional de cooperativas, bem como à pesquisa voltada para sua integração nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e a melhoria das suas condições de trabalho. A prioridade na participação dos catadores se reflete na priorização de acesso a recursos federais para os municípios que implantem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de organização.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 68
Ass.

Diante do exposto, tem-se como diretrizes:

- Maximizar a reutilização e reciclagem de resíduos, com o objetivo de reduzir ainda mais a quantidade de resíduos recicláveis que eventualmente podem estar sendo encaminhados para disposição final no aterro sanitário;
- Fortalecimento da organização de catadores de materiais recicláveis;
- Fiscalização quanto a coleta, tratamento e destinação final dos RSD – secos de grandes geradores.

Sendo assim, para alcançar as diretrizes acima, indica-se ao município a adoção das seguintes ações com o intuito de formalizar, organizar e maximizar a reutilização e reciclagem de resíduos:

- Incentivar a adoção de medidas relacionadas aos sistemas de logística reversa pós consumo;
- Promover o fortalecimento da Associação de Catadores, regularizar associações irregulares (caso necessário);
- Divulgação da Associação dos Catadores para os catadores informais no município e elaborar plano de cadastro dos associados;
- Apoio na realização de projetos, instalação e operação de unidade de triagem.
- Apoio e promoção de ações de capacitação técnica e gerencial dos membros da associação de catadores, ou até mesmo através do estabelecimento de parcerias com entidades privadas, visando capacitação, treinamento e melhoras na infraestrutura da Associação de Catadores;
- Divulgar, de uma maneira mais ampla, a Associação de Catadores como um Ponto de Entrega Voluntária (PEV), para aqueles que queiram deixar os resíduos recicláveis, independentemente da coleta municipal, ou para os grandes geradores, que não serão atendidos pelo serviço municipal;
- Apoio técnico da Secretaria do Meio Ambiente e da Prefeitura Municipal para o fortalecimento da Associação, evitando a ação de atravessadores no processo produtivo;
- Organização e divulgação das campanhas de educação ambiental do município em pontos com grande circulação, visando fomentar nos habitantes do município a cultura da separação do resíduo na origem;
- Ações de educação ambiental especificamente aplicadas à temática da coleta seletiva e da atuação dos catadores junto a população afetada, visando o fortalecimento da imagem do catador e a valorização de seu trabalho perante a comunidade.

FAZENDA RIO GRANDE
Ambiente Integral ESTUDOS E PROJETOS AMBIENTAIS

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 470
Ass

Salienta-se ainda que o estabelecimento e fortalecimento da Associação de Catadores, em conjunto com ações de educação ambiental do município, irá gerar uma significativa diminuição de material reciclável encaminhado ao CGR Iguaçu. Ocasionando a redução dos custos do município para destinação dos resíduos sólidos domiciliares num cenário a longo prazo.

Além disso, recomenda-se também implementar a triagem obrigatória de resíduos na origem e fiscalização do fluxo ordenado de materiais até a destinação final. Esta meta pode ser realizada mediante simples ações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, como por exemplo, a disponibilização de lixeiras seletivas em áreas de grande circulação no município e as já referidas campanhas de educação ambiental junto aos geradores.

6.4 RESÍDUOS DOMÉSTICOS – ÚMIDOS

Parte dos resíduos domiciliares são constituídos principalmente por restos oriundos do preparo dos alimentos. Contém partes de alimentos *in natura*, como folhas, cascas e sementes, restos de alimentos industrializados e outros. Estimativa descrita no Plano Nacional de Resíduos Sólidos (2011) apresenta a composição gravimétrica média dos Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil, considerando como base a quantidade de resíduos sólidos urbanos coletados no ano de 2008. Nela a matéria orgânica – RSD Úmidos – aparece com 51,4% de participação na composição geral dos resíduos sólidos gerados.

Como forma de maximar o reaproveitamento dos resíduos domésticos úmidos, propõe-se neste plano que o município adote a seguinte estratégia:

- Fomentar a separação do resíduo orgânico na fonte geradora mediante campanhas de educação ambiental;
- Implantação de unidades de valorização de orgânicos, através de compostagem simplificada ou acelerada, em pátios ou galpões, analisando a viabilidade de instalações para biodigestores;
- Cadastramento dos grandes geradores, com geração homogênea de orgânicos, como feiras, sacolões, indústrias, restaurantes.

6.5 RESÍDUOS VERDES

São os resíduos provenientes da manutenção de parques, áreas verdes e jardins, além da manutenção das redes de distribuição de energia elétrica, telefonia e outras. São comumente classificados em troncos, galharia fina, folhas e material de capina e desbaste. Boa parte deles coincide com os resíduos gerados nas atividades de limpeza pública.

Especificamente para o município de Fazenda Rio Grande, com o objetivo de reduzir a quantidade de resíduos verdes dispostos no aterro sanitário, sugere-se a adoção das seguintes estratégias referente a coleta, tratamento e destinação final dos resíduos verdes do município:

- Formalizar e divulgar canal oficial para solicitação da coleta dos resíduos verdes;
- Maximizar o reaproveitamento e correta destinação de resíduos verdes do município.

Além disso, sugere-se que o município disponha os resíduos verdes para correta destinação em local adequado, onde será realizada a compostagem e reaproveitamento do resíduo.

6.6 LIMPEZA PÚBLICA

As atividades de limpeza pública são definidas na Lei Federal de Saneamento – Lei nº 11.445 de 05 de Janeiro de 2007, como as relativas à varrição, capina, podas e atividades correlatas; o asseio de escadarias, monumentos, sanitários, abrigos e outros; raspagem e remoção de terra e areia em logradouros públicos; desobstrução e limpeza de bueiros, bocas de lobo e correlatos; e limpeza dos resíduos de feiras públicas e eventos de acesso aberto ao público. Os resíduos da varrição são constituídos por materiais de pequenas dimensões, principalmente os carreados pelo vento ou oriundos da presença humana nos espaços urbanos. É comum a presença de areias e terra, folhas, pequenas embalagens e pedaços soltos, fezes de animais e outros.

O serviço de varrição manual de vias e logradouros públicos pode ser executado por equipe ou individualmente, e deve obedecer a roteiros previamente elaborados, com itinerários, horários e frequências definidas em função da importância de cada área na malha urbana do Município, do tipo de ocupação/uso e grau de urbanização do logradouro. Além disso, deve haver serviços de varrição nos canteiros e áreas gramadas, que deverão ser executados de maneira análoga ao serviço de varrição de vias. O serviço de limpeza de logradouros públicos tem por objetivo evitar:

- Problemas sanitários para a comunidade;
- Interferências perigosas no trânsito de veículos;
- Riscos de acidentes para pedestres;
- Inundações das ruas pelo entupimento dos ralos.

Complementando a atividade de varrição, inseridos no sistema de limpeza, estão normalmente associados os serviços de:

- Capinação, Roçada e Poda;

- Lavagem de vias e logradouros;
- Pintura de meio fio;
- Raspagem de terra/areia;
- Limpeza e desobstrução de caixas de ralos.

Com base nas informações obtidas durante a etapa do diagnóstico, propõe-se que sejam adotadas medidas de fiscalização, por parte da prefeitura, da empresa terceirizada responsável pela limpeza pública, visando a organização e eficiência destas atividades.

Assim, recomenda-se que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente oriente e fiscalize os agentes responsáveis pela execução desta atividade, salientando a importância da triagem correta do resíduo e destinação do resíduo proveniente da varrição ao CGR Iguaçu.

6.7 RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Estes resíduos são tipificados de classe A a classe E. A observação de estabelecimentos de serviços de saúde tem demonstrado que, tipicamente, os de classe A (infecto contagiantes e membros ou peças anatômicas), classe B (químicos), classe C (radioativos) e classe E (perfuro cortantes) são, no conjunto, 25% do volume total e os de classe D (resíduos recicláveis, como as embalagens) são 75% do volume.

6.7.1 SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICOS

De acordo com as informações coletadas durante a etapa do diagnóstico, recomenda-se a Prefeitura Municipal formalizar plano de ações dos serviços de saúde público, organização do acondicionamento e separação do RSS.

Assim, é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande:

- Definição do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS referente às Unidades de Saúde existentes no município, obedecendo a critérios técnicos, legislação ambiental e outras orientações regulamentares;
- Designação de profissional, para exercer a função de Responsável pela implantação e fiscalização do PGRSS em todas as Unidades de Saúde;
- Capacitação, o treinamento e a manutenção de programa de educação continuada para os funcionários das Unidades de Saúde na gestão e manejo dos resíduos.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 263
64

6.7.2 SERVIÇOS DE SAÚDE PRIVADOS

Em relação aos serviços de saúde privados, sugere-se que a Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande faça um cadastramento desses estabelecimentos de acordo com a quantidade de resíduos por elas gerada, enquadrando-os de acordo com seu porte.

Este cadastramento e classificação subsidiarão o tipo de PGRSS a ser elaborado e implantado pelos prestadores particulares de serviços de saúde. Ressalta a importância da efetivação de uma fiscalização por parte da vigilância sanitária, perante a elaboração dos PGRSS e de sua respectiva implantação e liberação de alvará de funcionamento.

6.8 RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCC)

Tem predomínio dos materiais trituráveis como restos de alvenaria, argamassas, concretos e asfalto, além de solo incorporado a mistura, todos designados como RCC classe A, que responde por 80% da composição típica do material. Comparecem ainda materiais facilmente recicláveis, como embalagens em geral, tubos, fiação, metais, madeira e o gesso – este conjunto é designado de classe B, com quase 20% do total, dos quais metade é debitada às madeiras, bastante usadas na construção. O restante dos RCC são materiais sem viabilidade de reciclagem, por sua complexidade, ou resíduos potencialmente perigosos como alguns tipos de óleos, graxas, impermeabilizantes, solventes, tintas e baterias de ferramentas.

Assim, considerando o panorama diagnosticado no município, onde os serviços para coleta e disposição dos resíduos da construção civil são contratados diretamente pelo gerador a empresa TRN Transportes e Serviços Ltda, recomenda-se em primeiro lugar, a conscientização da população quanto a correta disposição dos RCC. Isto pode ser obtido mediante a inclusão deste tópico nas campanhas de educação ambiental que deverão ser realizadas no município e divulgadas utilizando-se dos preceitos da comunicação social para atingir o público-alvo.

Atualmente, o município de Fazenda Rio Grande, possui Autorização Ambiental, concedida pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), que permite a disposição destes resíduos em 3 três cavas desativadas na planície do rio Iguaçu, que são objeto de recuperação ambiental visando a construção de um parque linear.

Ademais, o PNRS (2011) recomenda aos municípios que elimine as áreas de disposição irregular de resíduos da construção civil até 2015, destinando assim os RCC em áreas licenciadas ambientalmente pelo órgão competente.

Com o objetivo ainda de fiscalizar os geradores quanto a correta disposição final dos RCC, a Prefeitura de Fazenda Rio Grande pode exigir a apresentação de um contrato com um particular devidamente autorizado para a realização da coleta e transporte de entulhos, sob

a pena de não fornecer o alvará para reforma ou construção de edificações. Esta ação também minimiza o aterramento deste tipo de resíduos em áreas irregulares, ou em terrenos baldios. Existem várias empresas particulares trabalhando no ramo com autorizações municipais. Deste modo o poder público possui mais condições de fiscalizar e controlar os despejos indiscriminados destes materiais.

Outra ação consiste na criação, por parte do município, de um disk-denúncia para fomentar a participação popular no processo de gerenciamento de resíduos sólidos do município. O disque denúncia tem como objetivo diminuir os despejos indiscriminados de resíduos. Ao ligar para a prefeitura, o denunciante passa o número da placa do veículo usado no transporte e o horário do despejo dos resíduos. Com as informações, os fiscais vão atrás do infrator, que tem por obrigação a pagar multa ou retirar o resíduo para um destino final adequado. As reclamações feitas fora do horário comercial são registradas em uma secretaria eletrônica, e apuradas pelos fiscais do setor durante a semana.

Além disso, sugere-se também uma maior fiscalização por parte da prefeitura em relação a empresa que realiza a coleta e o transporte de resíduos da construção civil. Recomenda-se estabelecer um compromisso de correta destinação dos resíduos coletados, evitando a disposição em áreas públicas ou aterramentos ilegais.

No caso dos resíduos da construção civil, a Resolução CONAMA 307/2002 prevê a disposição final de rejeitos dos resíduos classe A em aterros que possibilitem o uso do espaço aterrado para alguma função urbana e prevê os aterros de reservação, já existindo vários no país, em que o resíduo classe A, triturável, é acondicionado temporariamente à espera de um aproveitamento futuro (NBR 15113:2004).

Sugere-se ainda que o município disponha os resíduos da construção civil para correta destinação em local adequado e licenciado pelo órgão competente, sendo ainda realizada a triagem e reciclagem do resíduo classe A e destinação adequada dos demais resíduos. Neste sentido, no próprio município de Fazenda Rio Grande, destaca-se o CGR Iguaçu - Unidade de Triagem, Beneficiamento e Armazenamento de Resíduos da Construção Civil e Demolição como possível local para encaminhamento dos RCC.

Com o objetivo de incentivar atividades de reutilização e reciclagem dos RCC, nos empreendimentos do município, a prefeitura de Fazenda Rio Grande, poderá ainda:

- Fomentar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico visando a obtenção de tecnologias voltadas a reutilização e reciclagem de RCC;
- Priorizar a reutilização e a reciclagem de RCC em obras e empreendimentos do município e nas compras públicas;
- Estabelecer metas e indicadores de redução, coleta, destinação e disposição final dos resíduos e rejeitos.

Por fim, recomenda-se ainda elaborar um inventário de RCC no município, através de elaboração de um diagnóstico quali-quantitativo dos resíduos gerados em Fazenda Rio Grande.

6.9 RESÍDUOS ESPECIAIS

Apresentado como um dos instrumentos da PNRS, a Logística Reversa é definida no Art. 3°, inciso XII da PNRS como: "*o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.*" Assim, a PNRS também estabelece a responsabilidade compartilhada pelos resíduos entre geradores, poder público, fabricantes e importadores.

Conforme disposto na Lei Federal n° 12.305 de 2 de Agosto de 2010, embasado na ideia da responsabilidade compartilhada torna-se recomendável estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

- Agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;
- Pilhas e baterias;
- Pneus;
- Óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;
- Lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- Produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Neste sentido, recomenda-se a instalação de pontos de entrega voluntária (PEV) de resíduos especiais para o município. Os PEVs (Ecopontos) são os pontos iniciais das redes que precisam ser definidas – alocados nos bairros, a partir de vários critérios, permitem transformar resíduos difusos em resíduos concentrados, propiciando a partir disso uma logística de transporte adequada, com equipamentos adequados e custos suportáveis.

Assim, com base no exposto, cabe a Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande identificar e convocar os estabelecimentos julgados adequados para ajustamento como pontos de

devolução dos resíduos. Além disso, a prefeitura deverá orientar tais estabelecimentos sobre o resíduo a ser coletado como formas de manuseio, armazenamento, legislações pertinentes e responsabilidades.

Sugere-se ainda delimitar e estabelecer as responsabilidades quanto ao processo de logística reversa na Lei de Política Municipal de Resíduos Sólidos.

6.10 RESÍDUOS INDUSTRIAIS

Resíduo sólido industrial é todo resíduo que resulte de atividades industriais e que se encontre nos estados sólido, semi-sólido, gasoso - quando contido, e líquido – cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgoto ou em corpos hídricos ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível. Os resíduos industriais apresentam composição variada, dependendo do processo industrial. Os resíduos industriais comuns são aqueles que, coletados pelos serviços municipais de limpeza urbana e/ou coleta de resíduos sólidos, podem ter o mesmo destino final que os resíduos sólidos urbanos. Normalmente não considera as grandes indústrias geradoras, que necessitam contratar empresas privadas para a coleta e destinação final, pois, em alguns municípios, a coleta pública está limitada a uma determinada tonelagem.

Especificamente para o município de Fazenda Rio Grande, cabe a definição de um valor de referência para enquadramento das indústrias do município como grandes geradores de resíduos ou não e a exigência do PGRS para liberação e renovação de alvará de funcionamento.

6.11 RESÍDUOS CEMITERIAIS

Os resíduos sólidos cemiteriais são constituídos basicamente por materiais particulados de restos florais resultantes das coroas e ramalhetes conduzidos nos féretros, vasos plásticos ou cerâmicos de vida útil reduzida, resíduos de construção e reforma dos túmulos e da infraestrutura, resíduos gerados em exumações e resíduos de velas.

Estes resíduos deverão ser separados adequadamente, para posterior destino final específico para cada tipo de resíduo.

Como ações estratégicas para este tipo de resíduo têm-se:

- Estabelecer os procedimentos para apresentação dos Planos de Gerenciamento de Resíduos com normas específicas para cemitérios privados existentes no município;
- Estabelecer e implantar o Plano de Gerenciamento dos resíduos com normas específicas para resíduos cemiteriais para o cemitério municipal;

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 472 68

- Realizar o manejo adequado de todos os resíduos secos, úmidos e infectantes.

Na fase de diagnóstico, foi identificado que o cemitério municipal, possui estocado resíduos funerários, que deverão ser eliminados. Para a correta destinação destes resíduos, recomenda-se a contratação de empresa, devidamente licenciada para a coleta, tratamento e destino final.

6.12 ÓLEOS COMESTÍVEIS

Os óleos comestíveis são resíduos com alto potencial de contaminação, uma vez ao serem descartados de forma irregular, podem causar grandes prejuízos ao meio ambiente, causando entupimentos na rede coletora de esgoto e também na rede de águas pluviais.

O município de Fazenda Rio Grande, através da Lei Municipal nº 779 de 2010, institui o Programa de Incentivo à Reciclagem de Óleo e Gordura. Este programa apresenta como diretrizes os seguintes pontos:

- Discussão, o desenvolvimento, a adoção e a execução de ações, projetos e programas que atendam aos objetivos da Lei, reconhecendo-os como fundamentais para o bom funcionamento da rede de esgotos, bem como para a preservação dos mananciais hídricos do Município;
- A busca e o incentivo à cooperação entre União, Estados, Municípios e organizações sociais;
- Estímulo ao desenvolvimento da pequena e da média empresa e ao cooperativismo;
- Criar e incentivar galpões de triagem no Município a fim de gerar emprego e renda;
- Propor projetos de incentivo ao tratamento e à reciclagem de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal, de uso doméstico, comercial ou industrial, vinculados a projetos de proteção ao meio ambiente, enfocando, principalmente, os efeitos da poluição em decorrência do descarte residual de gorduras e óleos de utilização doméstica;
- O estímulo à participação dos consumidores e da sociedade, por seus representantes, nas discussões que antecedam o planejamento e a implementação do Programa;
- O estímulo e o apoio às iniciativas não-governamentais voltadas à reciclagem, bem como a outras ações ligadas às diretrizes de política ambiental de que trata esta Lei;
- A promoção de campanhas de conscientização da opinião pública, inclusive de usuários domésticos, visando à solidariedade e à união de esforços em prol da preservação do meio ambiente e do desenvolvimento de políticas de reciclagem dos resíduos;

- Incentivo à instalação de postos de coleta administradas por empresas especializadas na reciclagem de óleos e gorduras vegetais, devidamente licenciadas pelos órgãos competentes.

PM FAZENDA RIO GRANDE

Sendo assim, recomenda-se a implantação das seguintes ações de acordo com o Programa instituído pela Lei Municipal:

- Implantar estratégias para coleta de 100% do óleo de cozinha gerado pelos órgãos públicos municipais; e,
- Estimular a formação de cooperativas para reuso e processamentos de óleos comestíveis.

6.13 QUADRO SÍNTESE

Por fim, o Quadro 6-2 apresenta a síntese dos tipos de resíduos gerados no município, diretrizes e estratégias propostas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para Fazenda Rio Grande, apresentando as metas quantitativas a serem alcançadas.

Quadro 6-2: Síntese dos tipos de resíduos gerados no município, diretrizes e estratégias propostas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Tipos de resíduos	O que? Diretrizes	Como? Estratégias	Quando? Quantos? Metas quantitativas
RSD - secos	Maximizar a reutilização e reciclagem de resíduos, reduzindo ainda mais a quantidade de resíduos recicláveis encaminhados ao aterro sanitário	a) Incentivar a adoção de medidas relacionadas aos sistemas de logística reversa pós consumo; b) Promover o fortalecimento da Associação de Catadores, regularizar associações irregulares (se houver), realizar cadastro de catadores informais; c) Apoio na realização de projetos, instalação e operação de unidade de triagem; d) Ações de capacitação técnica e gerencial dos membros das cooperativas e associações; e) Divulgação da Associação dos Catadores como ponto de entrega voluntária; f) Ações de educação ambiental especificamente aplicadas à temática da coleta seletiva e da atuação dos catadores junto à população atendida, visando o fortalecimento da imagem do catador e a valorização de seu trabalho perante a comunidade.	Reduzir em 70% a quantidade de resíduos secos ainda dispostos no Aterro Sanitário
	Fortalecimento da organização de catadores de materiais recicláveis		Inclusão e fortalecimento de organização de catadores, de 100% até 2015.
RSD - úmidos	Maximar o reaproveitamento de RSD úmidos	a) Fomentar a separação do resíduo sólido orgânico na fonte geradora mediante campanhas de educação ambiental; b) Implantar unidades de valorização de orgânicos, através de compostagem simplificada ou acelerada, em pátios ou galpões, analisando a viabilidade de instalação de biodigestores; c) Cadastramento dos grandes geradores, com geração homogênea de orgânicos, como feiras, escolões, industrias, restaurantes, etc.	Reduzir em 70% a quantidade de resíduos úmidos ainda dispostos no Aterro Sanitário e que tenham potencial para reaproveitamento.
Verdes	Reduzir a quantidade de resíduos verdes dispostos no Aterro Sanitário	a) Formalizar e divulgar canal oficial para solicitação da coleta de resíduos verdes; b) Maximizar o reaproveitamento e incentivar a correta destinação de resíduos verdes do município.	Reduzir em 70% a quantidade de resíduos verdes ainda dispostos no Aterro Sanitário e que tenham potencial para reaproveitamento.

Tipos de resíduos	O que? Diretrizes	Como? Estratégias	Quando? Quantos? Metas quantitativas
Limpeza Pública	Reduzir a quantidade de resíduos provenientes das atividades de limpeza pública que são dispostos no Aterro Sanitário	Implementar a triagem obrigatória de resíduos no processo de limpeza corretiva e o fluxo ordenado de materiais até a destinação final.	Reduzir em 70% a quantidade de resíduos de limpeza pública ainda dispostos no Aterro Sanitário e que tenham potencial para reaproveitamento.
Serviços de saúde públicos	Fortalecer a gestão dos resíduos sólidos de serviços de saúde nos estabelecimentos públicos	a) Formalizar plano de ações dos serviços de saúde público, organização do acondicionamento e separação do RSS; b) Treinamento e capacitação de pessoal.	Exigir o PGRSS de 100 % dos estabelecimentos de saúde públicos em operação no município para a obtenção da renovação do alvará de funcionamento. Estabelecer o mesmo procedimento para empreendimentos novos.
Serviços de saúde privados	Fortalecer a gestão dos resíduos sólidos de serviços de saúde nos estabelecimentos públicos	a) Fiscalização quanto a coleta, tratamento e destinação dos RSS; b) Exigência do PGRS para liberação de alvará de empreendimentos geradores de RSS.	Exigir o PGRSS de 100 % dos estabelecimentos de saúde privados em operação no município para a obtenção da renovação do alvará de funcionamento. Estabelecer o mesmo procedimento para empreendimentos novos.
Construção Civil	Eliminar áreas irregulares de disposição final de RCC	Fiscalização quanto a disposição final dos RCC através das seguintes ações: a) Criação do disk denúncia, b) Cadastro das empresas de transporte de RCC atuantes no município; c) Definir limites para enquadramento dos grandes geradores e exigir PGRCC dos mesmos.	Criar o disk denuncia até 2014; Cadastrar todas as empresas de transportes até 2014, Exigir o PGRCC de 100% dos grandes geradores até 2014.
	Centro de triagem de RCC / Formalização de ação com a Estre	Consórcio com municípios vizinhos.	Implantar centro de triagem de RCC até 2014.
	Incremento das atividades de reutilização e reciclagem dos RCC nos empreendimentos do município	a) Fomento a pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico destinado a obtenção de tecnologias voltadas a reutilização e reciclagem de RCC; b) Priorizar a reutilização e a reciclagem de RCC em obras e empreendimentos do município e nas compras públicas; c) Criação de metas e indicadores de redução, coleta, destinação e disposição final dos resíduos e rejeitos.	Definição das metas, e indicadores de redução da geração dos RCC até 2014.
	Inventário de RCC no município	Elaboração do diagnóstico dos resíduos gerados no município.	Elaborar inventário até 2014

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 435
Ass.

Tipos de resíduos	O que fazer? Diretrizes	Como fazer? Estratégias	Quando / Quanto? Metas quantitativas
Equipamentos eletrônicos	Lei nº 12.305 de DE 2 DE AGOSTO DE 2010. - Logística Reversa	PMFRG identifica e convoca os estabelecimentos julgados adequados para ajustamento como pontos de devolução dos resíduos. Além disso, a prefeitura deverá orientar tais estabelecimentos sobre o resíduo a ser coletado como formas de manuseio, armazenamento, legislações pertinentes, responsabilidades etc.	Entre 2013 e 2014: destinação final ambientalmente correta de 100% dos resíduos gerados no município, através da elaboração e implementação de iniciativas de mobilização e estruturação de parcerias.
Pilhas e baterias			
Lâmpadas			
Pneus			
Óleos, lubrificantes e embalagens			
Industriais	Fiscalização quanto a coleta, tratamento e destinação dos RI de grandes geradores	Exigência de PGRS para liberação de alvará.	Exigir o PGRS de 100 % dos empreendimentos industrias em operação no município para a obtenção da renovação do alvará de funcionamento. Estabelecer o mesmo procedimento para empreendimentos novos.
Sólidos cemiteriais	Eliminar resíduos funerários estocados no cemitério municipal	a) Elaborar PGRS para o cemitério municipal; b) Edital de contratação de empresa para incineração dos resíduos; c) Estabelecer normas e procedimentos para apresentação de PGRS para os cemitérios privados.	Eliminar 100% dos resíduos funerários estocados no cemitério municipal até 2014. Exigir o PGRS de todos os cemitérios (publico e privados) até 2014.
Óleos comestíveis	Lei nº 12.305 de DE 2 DE AGOSTO DE 2010. - Logística Reversa	PMFRG identifica e convoca os estabelecimentos julgados adequados para ajustamento como pontos de devolução dos resíduos. Além disso, a prefeitura deverá orientar tais estabelecimentos sobre o resíduo a ser coletado como formas de manuseio, armazenamento, legislações pertinentes, responsabilidades etc.	Entre 2013 e 2014: destinação final ambientalmente correta de 100% deste tipo de resíduo gerado pelos órgãos públicos (escolas municipais, por exemplo).

Legenda: Resíduo Sólido Domiciliar (RSD), Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande (PMFRG), Equipamento de Proteção Individual (EPI), Centro de Gerenciamento de Resíduos Iguaçu (CGR Iguaçu), Resíduos da Construção Civil (RCC), Resíduos Verdes (RV), Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), Resíduos Industriais (RI).

PM FAZ ... ANDE

7. PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA

As ações e as metas definidas neste Plano de Gerenciamento deverão ser revistas, a cada 4 anos, de acordo com o que a Lei Federal nº 12.305/2010 estabelece. Sendo assim, é importante estabelecer procedimentos para monitoramento e avaliação sistemática permanente, para que, na ocasião da revisão, sejam aplicadas as correções necessárias.

Para a definição destes procedimentos é necessário que o município de Fazenda Rio Grande implante os seguintes elementos de monitoramento:

- Implantação da Ouvidoria: órgão que será responsável pelo recebimento de reclamações, avaliações e denuncias;
- Estabelecimento de rotinas de avaliação dos indicadores, tal como a produção de relatórios periódicos que incluam a análise dos registros feitos pela Ouvidoria; e,
- Reuniões do órgão colegiado com competência estabelecida sobre a gestão dos resíduos.

Dentre as ações de rotina de avaliação dos indicadores, este plano sugere a elaboração de um relatório anual, denominado de Relatório da Eficiência da Gestão dos Resíduos Sólidos (REGRS). Este relatório deverá ser elaborado do órgão da Administração Pública que responsável pela fiscalização e regulação dos serviços de limpeza publica. Este relatório tem como objetivo caracterizar os serviços, a infraestrutura, pessoal, recursos financeiros, entre outros fatores que estão associados a gestão de resíduos sólidos. Outro objetivo deste relatório consiste na coleta de informações que serão encaminhadas ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) do Ministério das Cidades.

8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este documento apresentou o Plano Municipal Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para o município de Fazenda Rio Grande.

O diagnóstico da situação atual mostrou que o município vem desenvolvendo ações que visam uma gestão apropriada dos resíduos sólidos, isso se comprova quando se observa, por exemplo, que 100 % da população urbana é atendida por serviço de coleta seletiva.

Quanto a disposição final dos resíduos sólidos, o município de Fazenda Rio Grande sedia a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos, da empresa Estre, licenciada junto ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para o recebimento dos resíduos sólidos e mantém contrato com o Consórcio Intermunicipal de Resíduos, o qual Fazenda Rio Grande integra.

O presente documento não apresentou diagnóstico quanto aos custos operacionais, uma vez que estas informações não estavam disponíveis. Porem ressalta-se que na revisão deste, deverá contemplar os custos com os serviços de limpeza publica, coleta, manejo e destino final dos resíduos sólidos, bem como um orçamento para as ações futuras.

As ações propostas neste documento foram elaboradas em consonância com as diretrizes da Lei Federal nº 12.305/2010 e adequadas a realidade obtida a partir do diagnóstico da situação atual.

Nesse sentido, deve a prefeitura sugerir ao legislativo municipal, uma proposta de elaboração de um Decreto Municipal que institua a política municipal de resíduos sólidos, a qual deve ser abrangente e permita um completo gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos desde a geração até a destinação final ambientalmente apropriada.

Outro aspecto importante no processo de implantação do plano municipal de gerenciamento de resíduos é a participação popular. Recomenda-se que Fazenda Rio Grande continue com as campanhas de educação ambiental visando sempre fomentar a ideia da participação coletiva no gerenciamento de resíduos no município e a formação da cultura de separação do resíduo na fonte geradora.

FAZENDA RIO GRANDE
Ambiente Integral ESTUDOS E PROJETOS AMBIENTAIS

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Plano de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo na Região do Karst na Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba-Paraná, 2002.

BRASIL. Lei Federal nº 11.107 de 06/04/2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal nº 11.445 de 5 de Janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal nº 12.187, de 29/12/2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal nº 12.305 de 2 de Agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal nº 9.795 de 27 de Abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 7.404, de 23/12/2010. Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.

BRASIL. Plano Nacional de Resíduos Sólidos, 2011.

FUNASA. Manual de Saneamento. 3 ed: Fundação Nacional de Saúde, 2006.

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 76
Ass

Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR). Cartas Climáticas do Paraná. Elaborado por: CAVIGLIONE, J.H.; KIIHL, L.R.B.; CARAMORI, P.H.; OLIVEIRA, D.. Londrina: IAPAR, 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2010/>, Acesso em Julho, 2012.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Caderno Estatístico do município de Fazenda Rio Grande. Disponível em: < http://www.ipardes.gov.br >. Acesso em agosto de 2012.

KARPINSK, A. L. et al. Gestão diferenciada de resíduos da construção civil: uma abordagem ambiental. EDIPUCRS, Porto Alegre: 2009.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS 2008 – publicado em 2010. Disponível em http://www.censo2010.ibge.gov.br/ Acesso em Agosto/2012.

Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande (PMFRG). História do Município de Fazenda Rio Grande. Disponível em: < http://www.fazendariogrande.pr.gov.br/>. Acessado em Agosto/2012.

Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande (PMFRG). Lei Complementar nº 3 em 15 de setembro de 2006. Dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Fazenda Rio Grande, e dá outras providências.

Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande (PMFRG). Lei Complementar nº 4 em 15 de setembro de 2006. Institui o Plano Diretor, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes e dá outras providências para ações de planejamento no município de Fazenda Rio Grande.

Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande (PMFRG). Lei Municipal nº 749 em 2 de junho de 2010. Dispõe sobre a instalação de receptores para descarte de resíduos sólidos potencialmente perigosos à saúde e ao meio ambiente.

Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande (PMFRG). Lei Municipal nº 761 em 20 de outubro de 2010. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Municipal de Educação Ambiental e dá outras providências.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 126
Ass.

Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande (PMFRG). Lei Municipal nº 779 em 26 de novembro de 2010. Institui no município de Fazenda Rio Grande, estado do Paraná, programa de incentivo à reciclagem do óleo de cozinha e gordura e dá outras providências.

Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande (PMFRG). Lei Municipal nº 861 em 16 de dezembro de 2011. Dispõe sobre ruídos urbanos, proteção do bem estar e do sossego público, e dá outras providências.

Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande (PMFRG). Lei Municipal nº 877 em 21 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a criação do projeto "Cidade Limpa" e dá outras providências.

RDC 306 2004

Apêndice I

Classificação

GRUPO A

Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção.

A1

- Culturas e estoques de microrganismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; descarte de vacinas de microrganismos vivos ou atenuados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética.

- Resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica por agentes classe de risco 4, microrganismos com relevância epidemiológica e risco de disseminação ou causador de doença emergente que se tome epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido.

- Bolsas transfusionais contendo sangue ou hemocomponentes rejeitadas por contaminação ou por má conservação, ou com prazo de validade vencido, e aquelas oriundas de coleta incompleta.

- Sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

A2

- Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microorganismos, bem como suas forrações, e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anátomo-patológico ou confirmação diagnóstica.

A3

- Peças anatômicas (membros) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou familiares.

FAZENDA RIO GRANDE
Ambiente Integral ESTUDOS E PROJETOS AMBIENTAIS

A4

- Kits de linhas arteriais, endovenosas e dialisadores, quando descartados.

- Filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico-hospitalar e de pesquisa, entre outros similares.

- Sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções, provenientes de pacientes que não contenham e nem sejam suspeitos de conter agentes Classe de Risco 4, e nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou microrganismo causador de doença emergente que se tome epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com príons.

- Resíduos de tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo. RDC 306 2004

- Recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.

- Peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anátomo-patológicos ou de confirmação diagnóstica.

- Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais nãosubmetidos a processos de experimentação com inoculação de microorganismos, bem como suas forrações.

- Bolsas transfusionais vazias ou com volume residual pós-transfusão.

A5

- Órgãos, tecidos, fluidos orgânicos, materiais perfurocortantes ou escarificantes e demais materiais resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação com príons.

GRUPO B

Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade.

- Produtos hormonais e produtos antimicrobianos; citostáticos; antineoplásicos; imunossupressores; digitálicos; imunomoduladores; anti-retrovirais, quando descartados por serviços de saúde, farmácias, drogarias e distribuidores de medicamentos ou apreendidos e os resíduos e insumos farmacêuticos dos Medicamentos controlados pela Portaria MS 344/98 e suas atualizações.

- Resíduos de saneantes, desinfetantes, desinfestantes; resíduos contendo metais pesados; reagentes para laboratório, inclusive os recipientes contaminados por estes.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 179
Ass.

- Efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores).

- Efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas

- Demais produtos considerados perigosos, conforme classificação da NBR 10.004 da ABNT (tóxicos, corrosivos, inflamáveis e reativos).

GRUPO C

Quaisquer materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de isenção especificados nas normas do CNEN e para os quais a reutilização é imprópria ou não prevista.

- Enquadram-se neste grupo os rejeitos radioativos ou contaminados com radionuclídeos, provenientes de laboratórios de análises clínicas, serviços de medicina nuclear e radioterapia, segundo a resolução CNEN-6.05.

GRUPO D

Resíduos que não apresentem risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares. RDC 306 2004

- papel de uso sanitário e fralda, absorventes higiênicos, peças descartáveis de vestuário, resto alimentar de paciente, material utilizado em anti-sepsia e hemostasia de venóclises, equipo de soro e outros similares não classificados como A1;

- sobras de alimentos e do preparo de alimentos;

- resto alimentar de refeitório;

- resíduos provenientes das áreas administrativas;

- resíduos de varrição, flores, podas e jardins

- resíduos de gesso provenientes de assistência à saúde

GRUPO E

Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; micropipetas; lâminas e lamínulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.

Anexo 02 – Resolução CONAMA 307/2002 – Resíduos da Construção Civil

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 482
Ass

RESOLUÇÃO CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002

*...

Art. 3º: Os resíduos da construção civil deverão ser classificados, para efeito desta Resolução, da seguinte forma:

I - Classe A - são os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infra-estrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;

b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;

c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meio fios etc.) produzidas nos canteiros de obras;

II - Classe B - são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras e outros;

III - Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso;

IV - Classe D - são os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais ~~como: tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros.~~

IV - Classe D: são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde. (nova redação dada pela Resolução nº 348/04).

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77
Lavrada sob Provisão Mediante os Projetos as Obra
3ª VIA - LOCAL DA OBRA

ART Nº 20122996358
Obra ou Serviço Técnico
ART Principal

Esta ART somente terá validade se for apresentada em conjunto com o comprovante de quitação bancária.

Profissional Contratado: ADRIANA SLAPNIQ MARTINS — Nº Carteira: PR-16457/D
Título Formação Prof.: ENGENHEIRA QUÍMICA, — Nº Visto Crea: -
Empresa contratada: AMBIENTE INTEGRAL ESTUDOS E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA — Nº Registro: 49200
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE — CPF/CNPJ: 95.422.966/0001-02
Endereço:R JACARANDA 300 - PREFEITURA MUNICIPAL DA FAZENDA RIO GRANDE 300838 NACÃ«ES
CEP: 83823001 FAZENDA RIO GRANDE PR Fone: — Contrato:PRESTAÃ‡Ã¿O DE SERVIÃ¿O
Local da Obra: R JACARANDA 300 - PREFEITURA MUNICIPAL DA FAZENDA RIO GRANDE 300838 — Quadra: — Lote:
NACÃ-ES - FAZENDA RIO GRANDE PR — CEP: 83823901

Tipo de Contrato	4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	Dimensão 1 UNID
Ativ. Técnica	1	SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA	
Área de Conh.	4100	SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM ENG QUÍMICA	
Tipo Obra/Serv	132	OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS	
Serviços	130	OUTROS	
contratados	165	SUPERVISÃO/COORD/ORIENTAÇÃO	

Dados Compl. 0

Guia Nº
ART Nº
20122996358

Data Início 10/05/2012
Data Conclusão
Vlr Taxa R$ 150,00 Entidade de Classe 0

Base do cálculo: TABELA VALOR DE CONTRATO

Outras informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc:
SUPERVISÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - (PMGIRS) DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE ESTADO DO PARANÁ.
Insp 4269
03/08/2012
CreaWeb 1.08

Assinatura do Contratante — Assinatura do Profissional

3ª VIA - LOCAL DA OBRA Deve permanecer no local da obra / serviço, à disposição das equipes de fiscalização do CREA-PR.
Central de Informações do CREA-PR 0800 410067
A autenticação desta documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

Autenticação Mecânica

ART Nº. 20124254877 - Informações a serem impressas no verso da ART

OBJETIVOS:
PROTEÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA E DA QUALIDADE AMBIENTAL;
NÃO GERAÇÃO, REDUÇÃO, REUTILIZAÇÃO, RECICLAGEM E TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS, BEM COMO DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS REJEITOS;
GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS;
ARTICULAÇÃO ENTRE DIFERENTES ESFERAS DO PODER PÚBLICO E DESTAS COM O SETOR EMPRESARIAL COM VISTAS À COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS;
CAPACITAÇÃO TÉCNICA CONTINUADA NA ÁREA DE RESÍDUOS SÓLIDOS;
EDUCAÇÃO AMBIENTAL, QUE PROMOVAM NÃO A GERAÇÃO, REDUÇÃO E REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 681
Assinatura

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77
Valorize sua Profissão: Licenciado em Projetos na Obra

ART Nº 20124254628
Vinculação
ART Vinculada: 20122596358

3ª VIA - LOCAL DA OBRA

Esta ART somente terá validade se for apresentada em conjunto com o comprovante de quitação bancária.

Profissional Contratado: MARIA ALICE SIMOES CORDEIRO SOARES (CPF:025.684.729-83) — Nº Carteira: FR-53010/D
Título Formação Prof.: ENGENHEIRA CIVIL — Nº Visto Crea:
Empresa contratada: AMBIENTE INTEGRAL ESTUDOS E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA — Nº Registro: 45200

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE — CPF/CNPJ: 95.422.986/0001-02
Endereço: RUA CARANDA 300 - PREFEITURA MUNICIPAL DA FAZENDA RIO GRANDE 300839 NACÃ-ES — Contrato: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
CEP: 83823901 FAZENDA RIO GRANDE PR Fone: — Quadra: Lote:
Local da Obra: RUA CARANDA 300 - PREFEITURA MUNICIPAL DA FAZENDA RIO GRANDE 300839 NACÃ-ES - FAZENDA RIO GRANDE PR — CEP: 83823901
Tipo de Contrato: 4 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS — Dimensão: 1 UND
Ativ. Técnica: 1 - SUPERVISÃO, COORDENAÇÃO, ORIENTAÇÃO TÉCNICA
Área de Comp.: 1208 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
Tipo Obra/Serv.: 132 - OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS
Serviços contratados: 130 - OUTROS; 165 - SUPERVISÃO/COORDO/ORIENTAÇÃO

Dados Compl.: 0

Guia Nº
ART Nº 20124254628

Data Início: 15/05/2012
Data Conclusão:
Vlr Taxa: R$ 40,00 — Entidade de Classe: 201

Base de cálculo: TABELA VALOR DE CONTRATO

Outras informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituída, contratantes, etc

SUPERVISÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PMGIRS) DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE ESTADO DO PARANÁ.

Insp.: 4319
30/10/2012
CreaWeb 1.08

Assinatura do Contratante

Assinatura do Profissional

3ª VIA - LOCAL DA OBRA Deve permanecer no local da obra / serviço, à disposição das equipes de fiscalização do CREA-PR.
Central de Informações do CREA-PR 0800 410067
A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

Autenticação Mecânica

ART Nº 20124254877 - Informações a serem impressas no verso da ART

OBJETIVOS:
PROTEÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA E DA QUALIDADE AMBIENTAL;
NÃO GERAÇÃO, REDUÇÃO, REUTILIZAÇÃO, RECICLAGEM E TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS, BEM COMO DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS REJEITOS;
GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS;
ARTICULAÇÃO ENTRE DIFERENTES ESFERAS DO PODER PÚBLICO E DESTAS COM O SETOR EMPRESARIAL, COM VISTAS À COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS;
CAPACITAÇÃO TÉCNICA CONTINUADA NA ÁREA DE RESÍDUOS SÓLIDOS;
EDUCAÇÃO AMBIENTAL, QUE PROMOVAM NÃO A GERAÇÃO, REDUÇÃO E REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 1682
Ass.

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77 - Fiscaliza nos Projetos: Memorial e Projetos na Obra

ART Nº 20124254[illegible]
Vinculação
ART Vinculada: 20122955356

3ª VIA - LOCAL DA OBRA

Esta ART somente terá validade se for apresentada em conjunto com o comprovante de quitação bancária.

Profissional Contratado: GUSTAVO KALINOSKI (CPF:004.510.409-83) — Nº Carteira: PR-105297/D
Título Formação Prof.: ENGENHEIRO AMBIENTAL — Nº Visto Crea: -
Empresa contratada: AMBIENTE INTEGRAL ESTUDOS E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA — Nº Registro: 49200

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE — CPF/CNPJ: 95.427.886/0001-62
Endereço: RJACARANDA 300 - PREFEITURA MUNICIPAL DA FAZENDA RIO GRANDE 300838 NAÇÕES — Contrato: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CEP: 83823091 FAZENDA RIO GRANDE/PR Fone: — Quadra: Lote:
Local da Obra: RJACARANDA 300 - PREFEITURA MUNICIPAL DA FAZENDA RIO GRANDE 300838 NAÇÕES - FAZENDA RIO GRANDE/PR — CEP: 83823091

Tipo de Contrato: 4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS — Dimensão: 1 UNID
Ativ. Técnica: 2 ESTUDO, PLANEJAMENTO, PROJETO, ESPECIFICAÇÕES
Área de Conhe.: 1208 SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS EM SANEAMENTO E MEIO-AMBIENTE
Tipo Obra/Serv: 132 OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS
Serviços contratados: 130 OUTROS

Dados Compl: 0

Guia Nº:
ART Nº: 20124254877
Data Início: 15/05/2012
Data Conclusão:
Vlr Taxa: R$ 48,00 — Entidade de Classe: 308

Base de cálculo: TABELA VALOR DE CONTRATO

Outras informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc
Hap: 4275
ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PMGIRS) DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE ESTADO DO PARANÁ.
30/10/2012
CreaWeb 1.08

Assinatura do Contratante

Assinatura do Profissional

3ª VIA - LOCAL DA OBRA Deve permanecer no local da obra/serviço, à disposição das equipes de fiscalização do CREA-PR
Central de Informações do CREA-PR 0500 410067
A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

Autenticação Mecânica

ART Nº. 20124254577 - Informações a serem impressas no verso da ART

OBJETIVOS:
PROTEÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA E DA QUALIDADE AMBIENTAL;
NÃO GERAÇÃO, REDUÇÃO, REUTILIZAÇÃO, RECICLAGEM E TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS, BEM COMO DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DOS REJEITOS;
GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS;
ARTICULAÇÃO ENTRE DIFERENTES ESFERAS DO PODER PÚBLICO E DESTAS COM O SETOR EMPRESARIAL COM VISTAS À COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS;
CAPACITAÇÃO TÉCNICA CONTINUADA NA ÁREA DE RESÍDUOS SÓLIDOS;
EDUCAÇÃO AMBIENTAL, QUE PROMOVAM NÃO A GERAÇÃO, REDUÇÃO E REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 182
Ass.

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77
Valorize sua Profissão; Mantenha os Projetos no Clire
2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS

ART Nº 20123214990
Vinculação
ART Vinculada: 20122998358
Subempreitada

Esta ART somente terá validade se for apresentada em conjunto com o comprovante de quitação bancária.

Profissional Contratado: CESAR AUGUSTO CROVADOR SEFERT (CPF: 052.988.879-09) — Nº Carteira: PR-125257/D
Título Formação Prof: GEÓGRAFO — Nº Visto Crea: -
Empresa contratada: — Nº Registro:
Contratante: AMBIENTE INTEGRAL ESTUDOS E PROJETOS AMBIENTAIS — CPF/CNPJ: 10.975.862/0001-93
Endereço: R MARECHAL DEODORO 51 - EDFICIO WENCESLAU GLASER 1401 CENTRO — Contrato: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CEP: 80020905 CURITIBA PR Fone: 41-3022 3315
Local da Obra: R JACARANDA 300 - PREFEITURA MUNICIPAL DA FAZENDA RIO GRANDE — Quadra: — Lote: -
300
NACOES - FAZENDA RIO GRANDE PR — CEP: 83823901
Tipo de Contrato: 3 SUB-EMPREITADA — Dimensão: 1 UND
Ativ Técnica: 14 CONDUÇÃO DE TRABALHO TÉCNICO
Área da Comp.: 6400 SERVIÇOS TÉC PROFISSIONAIS EM GEOGRAFIA
Tipo Obra/Serv: 343 OUTRAS ATIVIDADES AGRIM/TOPICART/GEOD/GEOGR
Serviços contratados: 130 OUTROS

Dados Compl.: 0

Guia Nº
ART Nº
20123214990

Data Início: 20/06/2012
Data Conclusão:
Vlr Taxa: R$ 40,00 — Entidade de Classe: 0

Base de cálculo: TABELA VALOR DE CONTRATO

Outras informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, construtoras, etc.
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PMGIRS) DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE E ESTADO DO PARANÁ.

Insp.: 4269
17/08/2012
CreaWeb 1.03

Assinatura do Contratante

Assinatura do Profissional

2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS Destina-se à apresentação nos órgãos de administração pública, cartórios e outros.
Central de atendimento do CREA-PR 0800 410067
A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

As Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs foram instituídas pela Lei nº 6496, de 07/12/1977, e sua aplicação está regulamentada pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), através da Resolução nº 425, de 18/12/1998, que define os seguintes aspectos:

- Fatos geradores de ARTs
- ARTs originais e ARTs vinculadas
- Substituições de ARTs
- Desdobramentos de ARTs - casos de co-autoria e co-responsabilidade
- Responsabilidade pelo preenchimento das ARTs e pagamentos das taxas
- Condições em que as ARTs serão consideradas nulas
- Implicações da inexistência/nulidade de ARTs - aplicação de multas previstas na Lei nº 5194, de 24/12/1966.
- Outros

O texto completo destas normas está disponível via Internet no seguinte endereço : www.confea.org.br

Autenticação Mecânica

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 484
Ass.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 485
Ass

Leis Municipais 20 anos

www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 1.525/2022 DE 19 DE JANEIRO DE 2022.

"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Fazenda Rio Grande para o Exercício Financeiro de 2022."

A CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Esta lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2022.

Art. 2º A Receita Total dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R$ 435.159.645,00 (Quatrocentos e trinta e cinco milhões cento e cinquenta e nove mil seiscentos quarenta e cinco reais), decorrentes da arrecadação de tributos próprios e transferidos, contribuições e demais receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e de acordo com cada orçamento:

Parágrafo único. A Receita do Orçamento Fiscal é de R$ 397.226.545,00 (Trezentos e noventa e sete milhões duzentos e vinte e seis mil e quinhentos e quarenta e cinco reais) e a Receita do Orçamento da Seguridade Social é de R$ 37.933.100,00 (Trinta e sete milhões novecentos e trinta e três mil e cem reais), conforme o desdobramento:

	RECEITA DO ORÇAMENTO	VALOR
1	RECEITAS CORRENTES	315.443.029,00
	Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	96.760.615,00
	Contribuições	19.682.984,00
	Receita Patrimonial	9.874.500,00
	Receita de Serviços	1.220.280,00
	Transferências Correntes	210.453.540,00
	Outras Receitas Correntes	4.926.000,00
9	DEDUÇÃO DA RECEITA CORRENTE	- 27.474.890,00
	Dedução das Transferências Correntes	- 5.738.890,00
	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	- 21.736.000,00
2	RECEITAS DE CAPITAL	103.911.000,00
	Operações de Crédito	43.000.000,00
	Alienação de Bens	10.000,00
	Transferências de Capital	60.101.000,00

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando você concorda com a nossa Política de Privacidade
Continuar



	Outras Receitas de Capital	3.800.000,00
7	Receitas Intraorçamentárias	15.805.616,00
	TOTAL	435.159.645,00

Art. 3º A Despesa Total fixada nos Orçamento Fiscal e da Seguridade Social é de R$ 435.159.645 (Quatrocentos e trinta e cinco milhões cento e cinquenta e nove mil seiscentos quarenta e cinco mil), será realizada segundo as discriminações previstas na legislação em vigor, conforme o descrito nos incisos deste artigo:

Parágrafo único. Despesa distribuída entre os seguintes órgãos orçamentários:

	PODER LEGISLATIVO	**10.234.350,00**
01.00	CÂMARA MUNICIPAL	10.234.350,00
	PODER EXECUTIVO	386.472.195,00
02.00	Secretaria Municipal de Administração	9.536.112,52
03.00	Secretaria Municipal de Saúde	1.421.713,00
04.00	Secretaria Municipal de Educação	2.264.000,00
05.00	Procuradoria Geral do Município	2.927.500,00
06.00	Secretaria Municipal de Governo	1.919.000,00
07.00	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	3.538.584,00
08.00	Secretaria Municipal de Obras Públicas	58.199.753,00
09.00	Secretaria Municipal de Urbanismo	3.721.500,00
10.00	Secretaria Municipal de Assistência Social	368.946,00
11.00	FUNREBOM	165.000,00
14.00	Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças	14.537.113,25
15.00	Fundo Municipal de Saúde	80.658.369,00
16.00	Fundo Municipal de Educação	104.097.415,43
17.00	Fundo Municipal de Assistência Social	11.965.764,80
18.00	Fundo Municipal de Transito	3.000.000,00
20.00	Fundo Municipal de Habitação	700.000,00
21.00	Secretaria Municipal de Defesa Social	5.385.000,00
22.00	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	13.442.115,00
23.00	Secretaria Municipal do Trabalho	3.328.265,00
24.00	Gabinete do Prefeito	1.079.487,00
25.00	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	80.000,00
26.00	Fundo Municipal do Idoso	33.475,00
27.00	Fundo Municipal de Desenvolvimento	150.000,00
28.00	Secretaria Municipal de Planejamento Urbano	52.173.500,00
29.00	Fundo Municipal da Procuradoria Jurídica	300.000,00

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade
Continuar

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 487
Ass.

30.00	Fundo Municipal do Meio Ambiente	560.000,00
32.00	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude	2.602.955,00
33.00	Secretaria Municipal de Habitação	761.488,00
34.00	Secretaria Municipal de Comunicação Social	1.392.500,00
35.00	Secretaria Municipal da Mulher	1.220.344,00
36.00	Secretaria Municipal de Cultura	1.979.295,00
37.00	Fundo Municipal de Cultura	68.000,00
38.00	Unidade de Controle Interno	895.000,00
39.00	Fundo de Políticas Públicas	2.000.000,00
	Instituto de Previdência Municipal Fazenda Rio Grande	37.933.100,00
13.00	FAZPREV	37.933.100,00
	Cia. de Desenvolvimento de Fazenda Rio Grande	120.000,00
31.00	CODEF	120.000,00
	RESERVA DE CONTIGENCIA	400.000,00
99.00	Reserva de Contingência	400.000,00

Art. 4º O Orçamento do Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande - FAZPREV - fica fixado em R$ 37.933.100,00 (Trinta e sete milhões novecentos e trinta e três mil e cem reais), será realizada com a seguinte distribuição:

	RECEITA DO ORÇAMENTO DO FAZPREV	
1	RECEITAS	37.933.100,00
	CONTRIBUIÇOES SOCIAIS	12.182.984,00
	REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCÁRIOS	9.824.500,00
	COMPENSAÇÃO ENTRE REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	120.000,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.205,00
	RECEITA DE CONTRIBUIÇOES - INTRA ORÇAMENTARIA	15.805.616,00
	TOTAL DA RECEITA	37.933.100,000

	DESPESAS DO ORÇAMENTO DO FAZPREV	R$
	DESPESAS	37.933.100,00
3	DESPESAS CORRENTES	8.746.526,00
4	DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	29.176.574,00
	TOTAL DA DESPESA	37.933.100,00

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade
Continuar

Art. 5º O Orçamento da Companhia de Desenvolvimento de Fazenda Rio Grande - CODEF - fica fixado em



R$ 120.000,00 (cinquenta e cinco mil e quinhentos reais), será realizada com a seguinte distribuição:

	RECEITA DO ORÇAMENTO DA CODEF	R$
1	RECEITAS	120.000,00
	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	120.000,00
	TOTAL DA RECEITA	120.000,00

	DESPESAS DO ORÇAMENTO DA CODEF	R$
	DESPESAS	120.000,00
3	DESPESAS CORRENTES	120.000,00
4	DESPESAS DE CAPITAL	0,00
	TOTAL DA DESPESA	120.000,00

Art. 6º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I - Remanejar as dotações de despesas previstas no caput do artigo 18, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na mesma unidade orçamentária ou de uma para outra, nos termos previsto no inciso III, do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Remanejar as dotações de despesas nas respectivas categorias econômicas, exceto as despesas previstas no caput do artigo 18, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na mesma unidade orçamentária ou de uma para outra, nos termos previstos no inciso III, do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III - Transpor, remanejar ou transferir recursos, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI, do artigo 167 da Constituição Federal.

IV - Utilizar a Reserva de Contingência, também como recurso para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

Art. 7º Ficam os Poderes Executivo e Legislativo e os Órgãos da Administração Indireta autorizados a abrir créditos adicionais suplementares nos moldes e limites fixados na Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, nos termos previstos no parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 8º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Efetuar Operações de Crédito, previstas nos artigos 32 e 38 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, até o limite de 16 % (dezesseis por cento) da receita corrente liquida, nos termos previstos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 9º Os Créditos Adicionais Suplementares a que se referem os artigos 6º e 7º, desta lei, terão sua abertura detalhada ao nível de elemento de despesas, identificador de uso, destinação de recursos e especificação das fontes de recursos.

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

Art. 10. Os créditos adicionais suplementares com indicação de recursos do Poder Legislativo de Fazenda Rio Grande e do Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande, nos termos do inciso III,

PMFAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 489
Ass

parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, poderão ser abertos até o limite de 5% (cinco por cento) da despesa autorizada, no âmbito dos respectivos órgãos, por ato próprio de cada entidade.

Art. 11. Os Créditos Adicionais Especiais e Extraordinários autorizados no exercício financeiro de 2021 poderão ser reabertos nos limites de seus saldos no exercício de 2022, segundo o disposto no parágrafo 2º, do artigo 167, da Constituição Federal de 1988, obedecendo à codificação constante nesta lei.

Art. 12. Os recursos oriundos de convênios, programas estaduais e federais, operações de créditos ou excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades.

Parágrafo único. Os valores dos créditos suplementares abertos com base neste artigo, não serão considerados para fins de percentual estabelecido no artigo 6º desta Lei.

Art. 13. As despesas decorrentes de convênios que vierem a ser celebrados junto aos órgãos da Administração Federal; Estadual e Municipal, não previstos nesta Lei.

Parágrafo único. Os valores dos créditos suplementares abertos com base neste artigo, não serão considerados para fins de percentual estabelecido no artigo 6º desta Lei.

Art. 14. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros Entes da Federação.

Art. 15. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os Governos Federal, Estadual e Municipal e entidades assistenciais, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta.

Art. 16. A execução orçamentária seguirá o disposto na Lei Municipal do Plano Plurianual para o período de 2022/2025, a Lei Municipal das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022 e suas alterações.

Art. 17. Ficam alterados/compatibilizados os anexos das metas do PPA e LDO, conforme disposto nos anexos desta Lei.

Art. 18. Fica autorizado a compatibilização dos valores, programas e ações no PPA e LDO para o exercício de 2022 e fontes de recursos de acordo com as instruções normativas do TCE e última atualização do plano de contas da receita e despesa efetuado pela STN.

Art. 19. Excepcionalmente, as Ações 1063, 1064 e 1065, somente poderão ter suas dotações movimentadas mediante prévia autorização legislativa específica.

Art. 20. Eventual valor remanescente da Ação 1071 somente poderá ser reutilizado mediante prévia autorização legislativa específica.

Art. 21. Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022, revogando-se as disposições em contrário.

Fazenda Rio Grande, 19 de janeiro de 2022.

Nassib Kassem Hammad
Prefeito Municipal

Usamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

Continuar

PM FAZENDA RIO GRANDE
Nº 490
Fls. 10

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 04/04/2022

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

Continuar

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 491
Ass.

SECRETARIA MUN
CULTURA

Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Cultura
Rua São Nicolau, 2450, bairro Iguaçu - Fazenda Rio Grande – PR
CEP: 83833.138 CNPJ 95.422.986/0001-02
Tel: (41) 3608 – 7706 e-mail: cultura@fazendariogrande.pr.gov.br

Fazenda Rio Grande, 10 de Novembro de 2021.

- Paroquia São Gabriel

R. Farid Stephens, 20 - Pioneiros, Fazenda Rio Grande - PR, 83833-008

Igreja Matriz que carrega o nome do padroeiro da cidade, São Gabriel da Virgem Dolorosa, o dia do padroeiro é comemorado no dia 27/02 – Foi Construído e finalizada em 27 de fevereiro de 1978.

Curiosidade do local:
Após a instalação do sistema de som, o qual anuncia as horas, e ao meio-dia e as 18 hrs ao invés de um sinal de sino é a Ave Maria que anuncia a hora.

- Comunidade Ucraniana Sagrado Coração de Jesus

Estr. Passo Amarelo - Passo Amarelo, Fazenda Rio Grande - PR

Esta comunidade tem suas origens nos imigrantes ucranianos e poloneses oriundos de várias localidades europeias, os quais inicialmente se estabeleceram na localidade chamada Castelhanos, município de São José dos Pinhais nos anos de 1898 e 1899.

- Igreja de São Sebastião

Av. Francisco Ferreira da Cruz, 1844

Igreja localizada na atual Fazenda Iguaçu, antiga Capo-pocu ou Capocu, a qual fica em uma das portas de entrada para a cidade de Fazenda Rio Grande, dando boas vindas aos nossos visitantes. Construída em meados 1958

- Gruta de São João Batista

É uma gruta onde as famílias do local, por meio de bombeamento hoje feito por motor são abastecidas pela água da nascente a qual a gruta faz parte.
Curiosidade. Na mesma época da construção da primeira igreja, foi construída a gruta de São João Batista. E em 1933 a gruta foi restaurada, em meados de 2018 ocorreu uma nova reforma no local com a adição de uma cobertura na construção, além de uma nova pintura.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 492
Ass.

SECRETARIA MUN
CULTURA

Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande
Secretaria Municipal de Cultura
Rua São Nicolau, 2450, bairro Iguaçu - Fazenda Rio Grande – PR
CEP: 83833.138 CNPJ 95.422.986/0001-02
Tel: (41) 3608 – 7706 e-mail: cultura@fazendariogrande.pr.gov.br

- Igreja de Santo Antônio

R. Demétrio Zanão

Considerada a Igreja mais antiga do município de Fazenda Rio Grande, com arquitetura singela, famosa na região pelas festas beneficentes, onde grande parte da comunidade toma a frente para os preparos. Construída em 1917

Curiosidade:

O terreno foi doado por populares, porém mesmo ela tendo sido construída em 1917 a sua primeira missa foi realizada apenas em 1924.

- Parque verde

R. Santos, 100 – Estados

O parque verde é uma área que une esporte e natureza, com pista de caminhada, quadra sintética com arquibancada, quadra de areia e um ampla área verde em torno de seu grande lago, oferece também churrasqueiras e água encanada e banheiros para seus usuários.

Curiosidade:

A partir do ano de 1993, o então Parque Verde recebeu etapas da competição de jet ski, indo até o ano de 1996 com as provas.

O saudoso Parque Verde foi renomeado como Centro esportivo Ayrton Senna esse que foi o maior piloto brasileiro de Fórmula 1, três vezes campeão mundial, nos anos de 1988, 1990 e 1991. Foi também vice-campeão no controverso campeonato de 1989 e em 1993. Sua morte, assim como o funeral e velório, provocou uma das maiores comoções da história do Brasil.

- Multi eventos – Antigo CTG

Av. Brasil, Eucaliptos - Fazenda Rio Grande – PR

O espaço foi inaugurado em 24 de Fevereiro de 2018 e é destinado ao lazer, à cultura e à prática de esportes. Além disso, o Centro Multieventos possui uma extensa área verde com bosque, lago, parques e está na área do antigo CTG, no bairro Eucaliptos, que foi totalmente revitalizado.

PM FAZENDA RIO GRANDE Nº 493 Ass.

- **Teatro Municipal**

R. Italia, 287 - Nações - Fazenda Rio Grande – PR

Uma obra de patrimonio historico do municipio que teve como inauguração no ano de 2004, tem com sua capacidade de lotação 180 pesssoas, tal ponto hoje utilizado para ensaios, apresentações, formaturas e eventos diversos e que tem como localização a praça central do município.

- **Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande - PR**

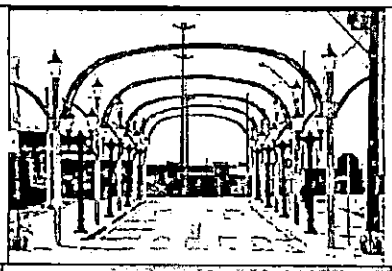
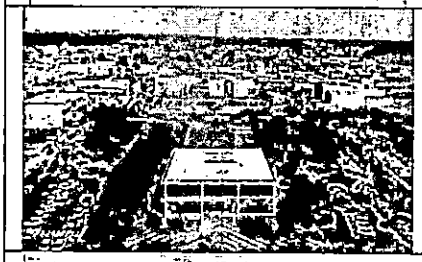
R. Jacarandá, 300 - Fazenda Rio Grande – PR

Sede municipal da cidade, ao qual tem seu centro administrativo, destinado atendimento aos municipes, em divisão territorial data de 1995, o município é constituído do distrito sede.

Caio Fabio dos Santos
Diretor-Geral de Cultura

MAIS LOCAIS PARA ILUMINAÇÃO CÊNICA:

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 494
Ass.

IMAGEM	ESPAÇO	ENDEREÇO
	Largo Bom Gourmet	R. Grécia - Nações, Fazenda Rio Grande - PR, 83823-016
	Praça Brasil	R. Macedônia, 157-363 - Nações, Fazenda Rio Grande - PR, 83823-010
	BR-116 de Fazenda rio Grade	BR-116 Km 124 ao Km 132

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 495 Ass

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

PORTARIA Nº 002/2022 - SMPU

De 10 de Agosto de 2022

Súmula: Designa servidores responsáveis pela Comissão de acompanhamento da PPP (Parceria Público Privado) em Iluminação Pública Ref.: FEP CAIXA – Estruturação de Projeto de Concessão do(s) Sistema(s) de Iluminação Pública do Município de Fazenda Rio Grande/PR

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, na qualidade de Gestor do Sistema de Iluminação Pública, no uso de suas atribuições legais e constitucionais:

RESOLVE:

Art. 1° Fica designado os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para a composição da comissão de acompanhamento da PPP (Parceria Público Privado) em Iluminação Pública.

I. Representante e Gestor de Contrato: Bruno Martins dos Santos, matrícula: 359.637;

II. Representante da Iluminação Pública e Gestor de Contrato: Celso Sinatra Pedro da Silva, matrícula: 359.343;

III. Representante Área Jurídica: Alexandre Jankovski Botto de Barros, matrícula: 350.250;

IV. Representante Comunicação Social: Thauana Padilha de Araújo, matrícula: 359.381;

V. Representante Área de Finanças: Givanildo Francisco Pego, matrícula: 349.543;

VI. Representante da Área de Licitações: Geovana Maria Cordeiro, matrícula: 22001;

VII. Representante Técnico: Hideki Yanagita, matrícula: 352.545.

Art. 2° Fica designado os Representantes I- Bruno Martins dos Santos e II- Celso Sinatra Pedro da Silva, como o líder da equipe e serão o ponto focal da CAIXA no Município, participando de todas as reuniões de ponto de controle.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fazenda Rio Grande, 10 de Agosto de 2022.

Bruno Martins dos Santos

Bruno Martins dos Santos

Secretário Municipal de Planejamento Urbano

Decreto n° 6462/2022

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 496
Ass

Etapa 2 - Estruturação do Contrato

Edital, Contrato e Anexos

- Baseados nos Estudos realizados, serão elaborados os documentos relacionados à PPP no município, englobando:
  - ***Edital*** - condições de participação; garantia das propostas; procedimentos sobre recursos, homologação, adjudicação e assinatura do contrato etc.;
  - ***Minuta de Contrato*** - responsabilidades do Poder Concedente e da Concessionária; relacionamento com a Distribuidora de Energia; Matriz de Riscos; Penalidades; Regras e condições de Término Contratual etc.;
  - ***Anexos Jurídicos*** - Condições Gerais para Apólices de Seguro; Condições Gerais da Garantia de Execução do Contrato; Minuta Contrato Instituição Financeira Depositaria; Diretrizes para Contratação do Verificador Independente;
  - ***Anexo – Caderno de Encargos*** - obrigações da Concessionária para execução do contrato, sobre marcos contratuais, modelo operacional, iluminação especial, telegestão, prazos etc.;
  - ***Anexo – Sistema de Mensuração de Desempenho*** – indicadores e metas para acompanhamento do desempenho;
  - ***Anexo – Mecanismo de Pagamento*** - mecanismos de pagamentos relacionados ao contrato

Processo Administrativo da Licitação

- . Elaboração de um Manual de Apoio para a Prefeitura referente ao Processo Administrativo de Licitações, considerando as características do Município
- Auxílio preliminar ao Município nas etapas necessárias à realização da Consulta Pública e Audiência Pública, como a aprovação de projetos de lei eventualmente necessários para a realização do projeto, procedimentos a serem executados em conformidade com a lei de PPP (11.079) e demais legislações aplicáveis ao projeto;
- Apoio, se necessário, na elaboração de processos administrativos internos e suporte nos itens definidos na lei de PPP, ou outra lei e procedimento aplicável, caso exigido como condição precedente para a realização das etapas de Consulta e Audiência Pública.

Etapa 1 - 1.3 Modelagem

Modelo Jurídico-Institucional

- O relatório do Modelo Jurídico-Institucional será desenvolvido a partir dos documentos jurídicos para a licitação (Edital, Contrato e Anexos);
- Este produto será apresentado em um formato comentado (contendo as justificativas técnicas para as propostas apresentadas), a partir dos documentos licitatórios, incluindo todo o conteúdo previsto em:
  - ***Edital*** - Regulamento da concorrência; condições de participação; qualificação; garantia das propostas; procedimentos sobre recursos, homologação, adjudicação e assinatura do contrato; etc.
  - ***Minuta de Contrato*** - Responsabilidades do Poder Concedente e da Concessionária; relacionamento com a Distribuidora de Energia; Matriz de Riscos; Penalidades; Regras e condições de Término Contratual; etc.
  - ***Anexos*** - Condições Gerais para Apólices de Seguro; Condições Gerais da Garantia de Execução do Contrato; Minuta Contrato Instituição Financeira Depositaria; Diretrizes para Contratação do Verificador Independente e outros, etc

Modelagem dos Serviços e Indicadores

- Será um relatório desenvolvido a partir dos documentos técnicos para a licitação (Anexos Técnicos e Econômico-Financeiros);
- Este produto será apresentado em um formato comentado (contendo as justificativas técnicas para as propostas apresentadas) a partir dos documentos licitatórios, incluindo todo o conteúdo a ser previsto em:
  - ***Caderno de Encargos*** - Anexo com detalhamento das obrigações da Concessionária durante a execução do contrato, relacionado à meta de eficientização, marcos contratuais, modelo operacional, prazos de atendimento etc.
  - ***Sistema de Mensuração de Desempenho*** - Anexo com indicadores e metas para acompanhamento periódico do desempenho da Concessionária;
  - ***Mecanismos de Pagamentos*** - Anexo com detalhes sobre contraprestação; aporte público (se aplicável); bônus sobre a conta de energia; receitas acessórias; mecanismos de reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro etc.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 1247
Ass.

Etapa 1 - 1.3 Modelagem

Modelo Jurídico-Institucional

- Análise de pré-viabilidade econômico-financeira da PPP com base em:
  - Diagnóstico preliminar do parque de IP do Município;
  - Histórico de arrecadação da COSIP;
  - Benchmarkings de custos e investimentos de outros projetos de PPP de IP.

Análise de Atratividade

- Mapeamento de potenciais participantes interessados (potenciais licitantes, financiadores, fornecedores, operadores, etc.);
- Realização de *Market Sounding* preliminar junto ao mercado para coleta de informações da percepção do mercado sobre últimos projetos estruturados/licitados (melhorias, críticas, etc.). Assim como, contribuições iniciais para estruturação do projeto, em relação aos principais aspectos da PPP.

Etapa 3 - Validação Externa

Audiência Pública e Consulta Pública

- Apoio à equipe da Prefeitura durante todo o processo de Audiência Pública (AP) e Consulta Pública (CP), como na elaboração de apresentações e textos para o processo;
- Mapeamento de contribuições feitas na AP e na CP, bem como registro em ata da AP, classificação das contribuições recebidas e discussão entre equipes Caixa, Prefeitura e Omatic das possíveis respostas às contribuições;
- Elaboração de respostas sugestivas para os Pedidos de Esclarecimentos durante a Audiência Pública;
- Análise dos questionamentos / contribuições à Consulta Pública e apoio na elaboração de respostas.

Roadshows – Apresentação ao Mercado Interessado

- Preparação de material para a promoção do projeto;
- Reuniões com potenciais interessados para apresentação do projeto e recebimento de contribuições;
- Mapeamentos dos principais interessados no projeto e avaliação de eventuais gargalos (*Deal Breakers*) à participação no certame.

Revisão Documentos (Estudos + Edital)

- Revisão dos estudos e dos documentos licitatórios, incluindo Edital, Contrato e Anexos, com base nas contribuições coletadas durante a validação externa;
- Apoio ao Município nas etapas necessárias para início do Processo de Licitação, para publicação definitiva do Edital.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 990
Ass

Etapa 4 - Licitação e Programa de Capacitação

Licitação - Apoio à Prefeitura

- Apoio à equipe da Prefeitura durante todo o processo licitatório, incluindo publicação do Edital, leilão e assinatura de contrato;
- Orientação sobre Procedimentos necessários para a Publicação Final do Edital;
- Orientação sobre Procedimentos necessários para a assinatura do Contrato;
- Elaboração de notas técnicas a eventuais esclarecimentos enviados após a publicação do Edital;
- Elaboração de notas técnicas a eventuais impugnações sobre a licitação em andamento.

Programa de Capacitação para a Prefeitura

- Fornecer um Programa de Capacitação para garantir que o Município irá ser capaz de Gerenciar o Contrato de PPP após sua assinatura;
- Explicação de todos os componentes e fatores críticos presentes no Contrato de PPP necessários para o pleno entendimento do Contrato de PPP pela equipe do Município;
- Apoio ao Município na definição do Modelo de Governança do contrato;
- Sessões de Workshops para apresentar a "Gestão de Contratos de PPP - Manual" para o Município.

Etapa 1 - 1.3 Modelagem do Projeto

Modelagem Econômico-Financeira

- Projeção de Receitas, OPEX e CAPEX considerando diferentes cenários de investimento, prazos e formas de operação, bem como da contraprestação máxima que será devida pelo Poder Concedente ao parceiro privado;
- Projeção de DRE, Balanço e Fluxo de Caixa para obtenção de Taxas de Retorno e cálculo da Contraprestação a ser paga com os recursos da COSIP;
- Análise de cenários e sensibilidades incluindo dados operacionais e indicadores relacionados ao Custo de Capital (WACC); condições de financiamento (ICSD) e outros.
- Definição do mecanismo de pagamentos e garantias mitigando riscos da prestação de serviço prevista ao contrato para o longo prazo.

Value for Money

- Análise *Value for Money*, a qual consiste na apresentação dos benefícios quantitativos e qualitativos de se desenvolver o projeto na modalidade de Parceria Público-Privada (PPP) em vez de pelo modelo tradicional de contratação direta de serviços por parte da administração pública.
- Análise de Capacidade Financeira (*Affordability*) do projeto, considerando os níveis disponíveis da COSIP, frente às despesas no cenário da PPP, como contraprestação, conta de energia e outras despesas.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 409
Ass.

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

Etapa 1 - 1.3 Modelagem do Projeto

Estudos de Engenharia

- Simulações Luminotécnicas para definição de quantitativo, potência e posicionamento dos pontos de IP no parque a ser modernizado e dimensionamento da eficiência energética após a modernização do parque de IP;
- Definição de Modelo Operacional referencial, ou seja, da estrutura de custos e despesas do projeto, bem como a definição do faseamento desse, do funcionamento do Centro de Controle Operacional (CCO), do dimensionamento de equipes etc.;
- Projetos referenciais de iluminação especial em locais indicados pela Prefeitura;
- Precificação dos investimentos (*CAPEX*) e custos/despesas (*OPEX*) necessários a execução do projeto.

Estudos Socioambientais

- Análise de aspectos socioambientais relacionados ao contexto do Município e setor de iluminação pública;
- Análise dos Performance Standards Ambientais e Sociais aplicáveis;
- Análise dos itens do Princípio do Equador que sejam aplicáveis.

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

PÁGINA INTENCIONALMENTE

EM BRANCO

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 580
Ass

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

Projeto para Estruturação da PPP de Iluminação Pública de FAZENDA RIO GRANDE/PR

Modelo de Gestão *SETEMBRO/22*

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

Etapa 1 - 1.2 Diagnóstico

Análise de Pré-Viabilidade Financeira

- Análise de pré-viabilidade econômico-financeira da PPP com base em:
  - Diagnóstico preliminar do parque de IP do Município;
  - Histórico de arrecadação da COSIP;
  - *Benchmarkings* de custos e investimentos de outros projetos de PPP de IP.

Análise de Atratividade

- Mapeamento de potenciais participantes interessados (potenciais licitantes, financiadores, fornecedores, operadores, etc.);
- Realização de *Market Sounding* preliminar junto ao mercado para coleta de informações da percepção do mercado sobre últimos projetos estruturados/licitados (melhorias, críticas, etc.). Assim como, contribuições iniciais para estruturação do projeto, em relação aos principais aspectos da PPP.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 571
Ass

Etapa 1 - 1.2 Diagnóstico

Situação Técnico Operacional

- Este relatório irá apresentar um diagnóstico técnico da rede de iluminação pública do Município, avaliando, dentre outros, os seguintes aspectos:
  - Apresentação da distribuição dos pontos de IP conforme tecnologia, potência e localização, com base nas informações do cadastro de IP;
  - Classificação viária das vias públicas do Município conforme a Norma ABNT NBR 5101;
  - Trabalho em campo para coleta dos parâmetros atualmente implementados nas vias do município e aferimento do nível atual de atendimento aos índices luminotécnicos estabelecidos pela Norma ABNT NBR 5101;
- Avaliação do histórico financeiro sob a ótica do Município: receita (CIP) e despesas com iluminação pública (conta energia, manutenção do parque etc.).
- Análise fiscal do nível de comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) com projetos de PPP.

Situação Jurídico-Institucional

- Identificação das Leis, Aprovações, Licenças e Autorizações aplicáveis ao projeto, no contexto de Iluminação Pública e Parceria Público-Privada (PPP);
- Análise de compatibilidade das normas vigentes sobre fornecimento de iluminação pública ao Município;
- Análise Jurídica da CIP e eventuais recomendações acerca da metodologia, arrecadação, previsibilidade etc.;
- Análise dos contratos vigentes do Município com a Distribuidora de Energia.

Modelo de Governança

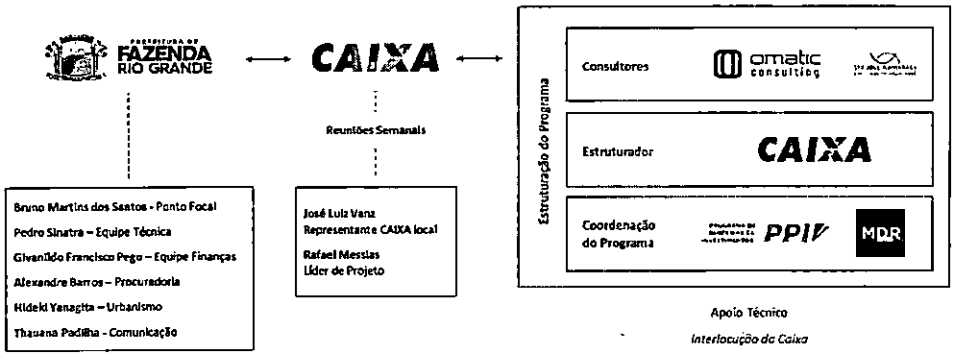


Figura 7 – Modelo Governança e fluxo de informações. Fonte: Omatic Engenharia (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 502
Ass

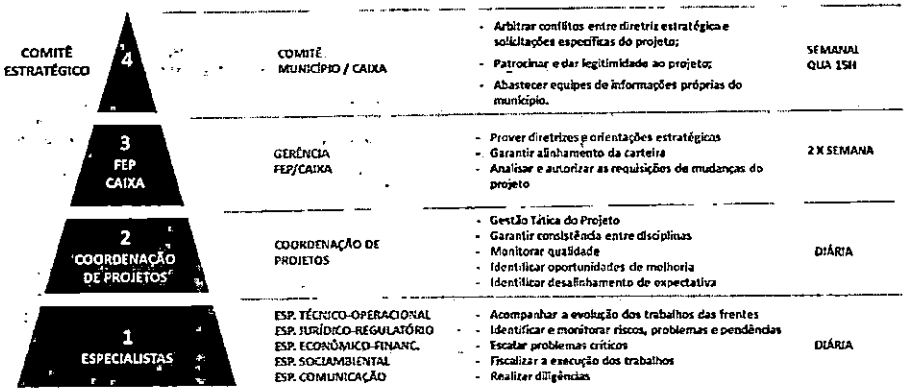


Figura 8 – Modelo Governança. Fonte: Omatic Engenharia (2022)

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

Etapa 1 - 1.1 Planejamento e Gestão do Projeto

Gestão Integrada

- Monitoramento de etapas, atividades, riscos e pendências do projeto, comparando-se o planejado e o realizado em relação ao período relatado, bem como apresentação das justificativas para eventuais atrasos e plano de recuperação;
- Acompanhar a implementação da Estratégia de Comunicação, da promoção do projeto e dar suporte a este.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 503
Ass.

Etapa 1 - 1.1 Planejamento e Gestão do Projeto

Planejamento do Projeto

- Introdução e apresentação institucional de partes integrantes do Grupo de Trabalho;
- Modelo de Governança para o projeto;
- Apresentação de cronograma para agendas das Etapas 1 e 2;
- Ferramenta para compartilhamento de arquivos do projeto.

Plano de Comunicação e de Engajamento

- Proposição dos objetivos de comunicação no contexto do projeto;
- Mapeamento dos stakeholders relevantes e identificação dos posicionamentos desses stakeholders em relação ao projeto;
- Identificação dos Canais de Comunicação mais relevantes, como mídias especializadas no setor, jornais locais e redes sociais de formadores de opinião locais;
- Lista de Perguntas e Respostas sobre os pontos que costumam suscitar mais dúvidas no público em relação a PPPs e Iluminação Pública;
- Estratégia para um Plano de Gestão de Crise para os casos em que, eventualmente, apresentar-se uma crise de comunicação, como a publicação de comunicação negativa para o Projeto, por exemplo.

Ciclo de Revisão dos Produtos

Cada produto desenvolvido ao longo do projeto, passa por um completo processo de validação pelos estruturadores envolvidos, de modo a trazer segurança ao Município quanto à qualidade da estruturação da PPP.

Por fim, todos os documentos são encaminhados para uma análise final do Grupo de Trabalho da Prefeitura.

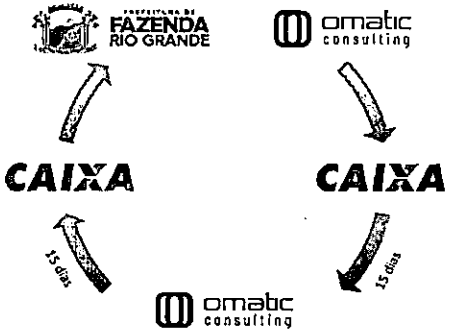


Figura 9 – Ciclo de Revisão. Fonte: Omatic Engenharia (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 564
Ass

Ciclo de Execução de Atividades e Aprovação de Produtos

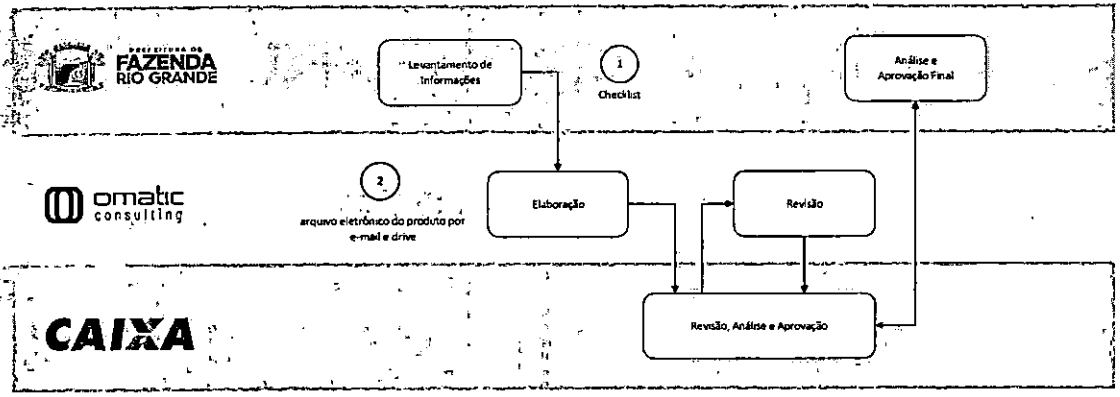


Figura 10 – Ciclo de execução. Fonte: Omatic Engenharia (2022)

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

Datas Previstas para Produtos da Etapa 4

O cumprimento das datas previstas para entrega dos produtos depende da evolução do fornecimento das informações pela Prefeitura.

Etapa 1 – Planejamento, Diagnóstico e Estudos | Etapa 2 – Estruturação do Contrato | Etapa 3 - Validação Externa | Etapa 4 - Licitação e Programa de Capacitação

Lista de Produtos da Etapa	Elaboração OMATIC	Comentários Caixa	Revisão OMATIC	Aprovação Prefeitura
Suporte ao Procedimento Licitatório			20/12/24	
Assinatura do Contrato de Concessão			14/02/24	
Manual da PPP Minuta preliminar de contratação de Verificador Independente	15/01/24	26/01/24	06/02/24	17/02/24

Tabela 6 – Produtos da Etapa 4. Fonte: Omatic (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 505
Ass

Datas Previstas para Produtos da Etapa 3

O cumprimento das datas previstas para entrega dos produtos depende da evolução do fornecimento das informações pela Prefeitura.

Etapa 1 - Planejamento, Diagnóstico e Estudos → Etapa 2 – Estruturação do Contrato → **Etapa 3 - Validação Externa** → Etapa 4 - Licitação e Programa de Capacitação

Lista de Produtos da Etapa	Elaboração OMATIC	Comentários Caixa	Revisão OMATIC	Aprovação Prefeitura
Relatório de Consolidação das Contribuições Recebidas	26/07/23	11/08/23	27/08/23	12/09/23
Relatório de Roadshow	26/07/23	11/08/23	27/08/23	12/09/23
Relatório de Respostas	05/08/23	21/08/23	06/09/23	22/09/23
Revisão Final dos Estudos e Minutas	15/08/23	31/08/23	16/09/23	02/10/23

Tabela 5 – Produtos da Etapa 3. Fonte: Omatic (2022)

Matriz de Documentos e Tramitações do Projeto

A Matriz abaixo tem por objetivo identificar os principais documentos e respectivas tramitações ao longo da execução da estruturação.

Documento	Formato	Responsável	Frequência	Destinatários e Partes Interessadas
Relatório Gerencial	Eletrônico (e-mail e drive)	OMATIC	Mensal	CAIXA, FAZ. RIO GRANDE
Informações e Levantamentos	Checklist Eletrônico	FAZ. RIO GRANDE	Sob Demanda	OMATIC
Atas de Reuniões	Eletrônico (e-mail e drive)	OMATIC	A cada reunião	CAIXA FAZ. RIO GRANDE
Relatórios de Entregas - Produtos	Eletrônico (e-mail e drive)	OMATIC	Conforme cronograma	CAIXA, FAZ. RIO GRANDE ÓRGÃO DE CONTROLE
Pareceres – Análise e Aprovação dos Produtos	Eletrônico (e-mail e drive)	CAIXA FAZ. RIO GRANDE	Conforme cronograma	OMATIC
Minutas de alteração legislativa	Eletrônico (e-mail e drive)	OMATIC	Conforme cronograma	Representante do Poder Legislativo de FAZ. RIO GRANDE
Informações sobre o escopo e impacto do projeto	Eletrônico (e-mail e drive)	OMATIC	Sob Demanda	Associação ou ONG representante da sociedade civil; Poder legislativo; Imprensa
Informações técnicas e andamento do projeto	Eletrônico	OMATIC, CAIXA FAZ. RIO GRANDE	Sob Demanda	Stakeholders externos

Tabela 7 – Matriz de Documentos e Tramitações do Projeto. Fonte: Omatic (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 306
Ass

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

Compartilhamento de arquivos em Nuvem - OneDrive

Espaço controlado	• Somente pessoas autorizadas a utilizar a rede têm acesso às pastas e aos arquivos, a partir de senha. • Esta ferramenta será utilizada para todo o compartilhamento de arquivos durante o projeto, incluindo o fornecimento das informações pela Prefeitura, conforme solicitado no checklist (citado na próxima página).
Atualização instantânea	• Todos podem ter acesso assim que o arquivo é salvo; • Todos podem acompanhar o desenvolvimento dos estudos; • Não é necessário enviar o arquivo por e-mail, o que é bom para instituições com limitação de tamanho dos arquivos anexados por e-mail.
Evita Conflito de Versões	• Ferramenta mitiga risco de se trabalhar em alguma versão desatualizada.
Backup	• *Backup* automático e constante dos arquivos trabalhados.
Ferramenta Testada e Comprovada	• Este método de compartilhamento de documentos, através do One Drive, foi utilizado com sucesso pelos times Caixa, IFC e Consultorias, em outros projetos de estruturação de PPP

Tabela 8 – Compartilhamento de arquivos em Nuvem. Fonte: Omatic (2022)

Link de Acesso ao OneDrive: www.omatic.com.br/fazendariogrande
Senha: 260190

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

Datas Previstas para Produtos da Etapa 2

O cumprimento das datas previstas para entrega dos produtos depende da evolução do fornecimento das informações pela Prefeitura.

Etapa 1 - Planejamento, Diagnóstico e Estudos | **Etapa 2 - Estruturação do Contrato** | Etapa 3 - Validação Externa | Etapa 4 - Licitação e Programa de Capacitação

Lista de Produtos da Etapa	Elaboração OMATIC	Comentários Caixa	Revisão OMATIC	Aprovação Prefeitura
Minuta de Edital e Anexos	09/04/23	25/04/23	11/05/23	27/05/23
Minuta do Contrato e Anexos	09/04/23	25/04/23	11/05/23	27/05/23
Disponibilização dos demais Documentos necessários à publicação da Audiência e Consulta Pública	09/04/23	25/04/23	11/05/23	27/05/23

Tabela 4 – Produtos da Etapa 2. Fonte: Omatic (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 52
Ass

Datas Previstas para Produtos da Etapa 1 (cont.)

O cumprimento das datas previstas para entrega dos produtos depende da evolução do fornecimento das informações pela Prefeitura.

Etapa 1 - Planejamento, Diagnóstico e Estudos | Etapa 2 – Estruturação do Contrato | Etapa 3 - Validação Externa | Etapa 4 - Licitação e Programa de Capacitação

Lista de Produtos da Etapa	Elaboração OMATIC	Comentários Caixa	Revisão OMATIC	Aprovação Prefeitura
Projeto Luminotécnico Projeto da Área de Expansão Projeto da Iluminação de Destaque Sistema de Telegestão Especificação Técnica	08/01/23	24/01/23	09/02/23	25/02/23
Relatório de Estudos Socioambientais	08/01/23	24/01/23	09/02/23	25/02/23
Relatório de Serviços e Indicadores	08/01/23	24/01/23	09/02/23	25/02/23
Relatório de Modelagem Jurídico-Institucional	08/01/23	24/01/23	09/02/23	25/02/23
Plano de Negócio Referencial	07/02/23	23/02/23	11/03/23	27/03/23

Tabela 3 – Produtos da Etapa 1 (continuação). Fonte: Omatic (2022)

Checklist para solicitação de informações

Abas do Arquivo Checklist

- **Contatos:** lista de contatos do projeto das partes envolvidas;
- **Resumo:** status geral do envio de informações pela Prefeitura;
- **1 - Técnico-Operacional:** informações sob o aspecto técnico, englobando inventário de IP, classificação viária, etc.
- **2 - Financeiro:** informações sob o aspecto financeiro, englobando histórico de arrecadação da COSIP/CIP, despesas com iluminação pública, etc.
- **3 - Jurídico Administrativo:** informações sob o aspecto jurídico administrativo, englobando legislação municipal sobre iluminação pública, PPP, etc.
- **4 - Comunicação:** informações sob o aspecto da comunicação, englobando estrutura organizacional na Prefeitura, canais de comunicação, etc.

Status Entrega

- Na aba de cada tema, é possível verificar o status para cada informação solicitada, em que:
  - **Aceito** = item analisado pela Consultoria, cuja informação foi completamente enviada e não há questionamento adicional;
  - **Entregue** = item enviado pela Prefeitura ainda não analisado pela Consultoria;
  - **Parcialmente** = item analisado pela Consultoria, com alguma pendência, seja documento complementar ou resposta a alguma dúvida;
  - **Não Entregue** = item não enviado pela Prefeitura.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 508
Ass

Cronograma das Reuniões de Grandes Marcos

Data	Temas a serem discutidos	Comitê de Liderança	Comitê Executivo	Equipe Comunicação	Equipe Técnica IP	Equipe Finanças	Procuradoria	Equipe Licitação
05/05/22	Reunião de Comunicação da Ordem de Início (CEVIG, CECOV, Omatic)							
12/05/22	Reunião Inaugural (Prefeitura, SEPPI, MDR, CEGOV, CECOV, Omatic)							
09/11/23	Workshop Preliminar PPP IP							
28/02/23	Workshop de Encerramento da ETAPA 1 (Planejamento, Diagnóstico e Estudos)							
17/06/23	Workshop de Encerramento da ETAPA 2 (Estruturação do Contrato) e *Preparação para Audiência e Consulta Pública*							
03/12/23	Workshop de Encerramento da ETAPA 3 (Validação Externa) e *Preparação para Concorrência Pública*							
21/05/24	Workshop de Encerramento da ETAPA 4 (Licitação da Concessão e Contratação) *Preparação para Gestão do Contrato*							
Sob demanda	Reuniões Gestão do Projeto							

Tabela 9 – Cronograma das Reuniões de Grandes Marcos. Fonte: Omatic (2022)

Datas Previstas para Produtos da Etapa 1

O cumprimento das datas previstas para entrega dos produtos depende da evolução do fornecimento das informações pela Prefeitura.

Etapa 1 – Planejamento, Diagnóstico e Estudos → Etapa 2 – Estruturação do Contrato → Etapa 3 – Validação Externa → Etapa 4 - Licitação e Programa de Capacitação

Lista de Produtos da Etapa	Elaboração OMATIC	Comentários Caixa	Revisão OMATIC	Aprovação Prefeitura
Relatório de Planejamento de Projeto	20/09/22	06/10/22	12/10/22	28/10/22
Plano de Comunicação e de Engajamento	25/09/22	11/10/22	27/10/22	12/11/22
Modelo de Relatório Padrão da Gestão Integrada	20/09/22	06/10/22	12/10/22	28/10/22
Diagnóstico da Situação Jurídico-Institucional	09/11/22	25/11/22	11/12/22	27/12/22
Diagnóstico da Situação Técnico-Operacional	25/10/22	10/11/22	26/11/22	12/12/22
Diagnóstico da Situação Fiscal *Market Sounding* Modelo Econômico-Financeiro Preliminar e Simplificado	24/11/22	10/12/22	26/12/22	11/01/23

Tabela 2 – Produtos da Etapa 1 (continuo). Fonte: Omatic (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 509
Ass

Cronograma Geral de Marcos

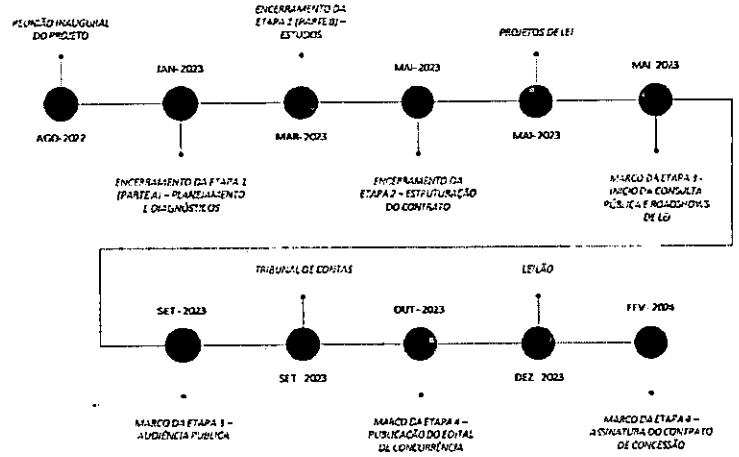


Figura 6 – Cronograma Geral de Marcos Fonte: Omatic Engenharia (2022)

Gestão da Qualidade e do Desempenho

Condições para Aprovação dos Produtos

- Adequação Formal;
- Suficiência de Escopo;
- Profundidade;
- Lógica;
- Rigor e Precisão;
-

Desempenho e Efetividade

Para assegurar o desempenho e a efetividade na conclusão das atividades e etapas do projeto, será avaliado:

- Quantidade e Complexidade de Diligências em cada Produto;
- Número de Versões até a Aprovação do Produto;
- Cumprimento dos Prazos e Aderência ao Cronograma Inicial

A Gestão da Qualidade e do Desempenho do projeto tem por objetivo acompanhar a qualidade dos produtos e da execução das atividades de estruturação. Para isso, estabelece condições e indicadores que devem ser acompanhados ao longo de todo o projeto.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº
Ass

Gestão de Risco

A Gestão de Riscos tem por objetivo identificar e avaliar os riscos à execução da estruturação de modo a maximizar a exposição aos eventos positivos e minimizar a exposição aos eventos negativos.

Riscos Identificados	Viés (+/-)	Probabilidade	Impacto	Ação Mitigadora
Dificuldade na mobilização e no engajamento do Ente Público	Negativo	Alto	Alto	Apresentar a proposta de trabalho e buscar manter atualizados e engajados os pontos de contato na prefeitura com reuniões periódicas (no mínimo, a cada 15 dias).
Dificuldade de acesso às informações necessárias	Negativo	Alto	Alto	Implantação de procedimentos para troca das informações técnicas com adoção de checklist formulários em que sejam especificados os dados a serem solicitados/enviados, o responsável pelo dado e o prazo de resposta.
Muitos atores envolvidos na aprovação dos produtos e na tomada de decisão	Negativo	Médio	Médio	Implantação de procedimento pactuado entre os envolvidos para revisão dos produtos e realização de reunião periódica com nivelamento de informações e esclarecimento de dúvidas com participação dos tomadores de decisão.
Realização da maior parte do projeto - em ano eleitoral.	Negativo	Alto	Médio	Manter mobilizados os representantes do município e desvincular as atividades e as decisões do projeto de eventos relacionados a agenda eleitoral.
Alterações nas composições das equipes dos parceiros envolvidos	Negativo	Médio	Baixo	Estabelecer procedimentos e prazos de aviso de troca de componentes da equipe, com previsão de repasse de conhecimento pelos componentes que deixam o projeto.
Contingenciamento de recursos para o projeto	Negativo	Baixo	Alto	Cumprimentos dos prazos contratuais e manutenção de cronogramas e relatórios de informações sobre o andamento do projeto sempre atualizados.

Tabela 10 – Gestão de Risco. Fonte: Ornatic (2022)

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

Escopo e Cronograma

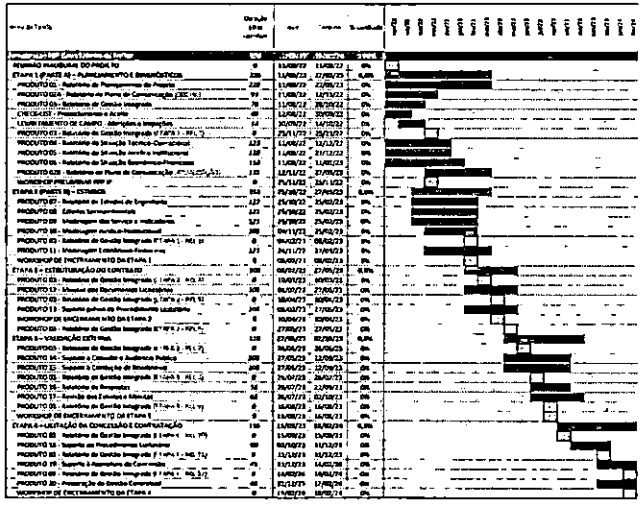


Figura 5 – Gráfica de Gantt do Projeto. Fonte: Ornatic Engenharia (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 511
Ass.

Escopo e Cronograma

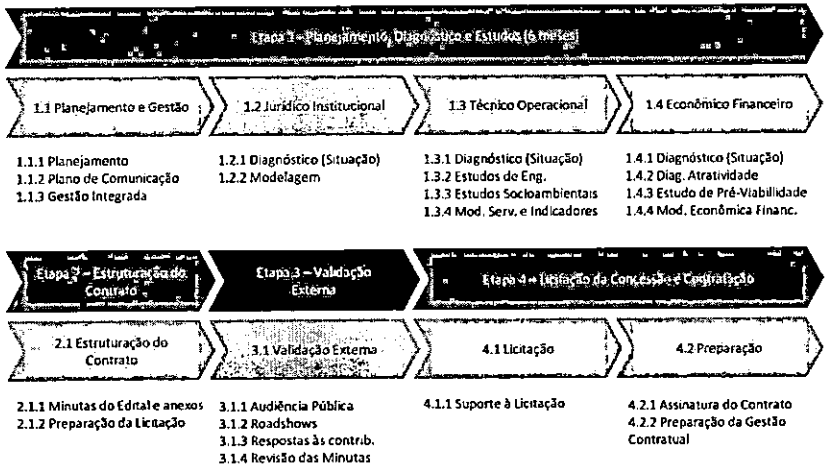


Figura 4 – Etapas e Atividades. Fonte: Omatic Engenharia (2022)

Ferramentas para Gestão

Gestão da Documentação

- Durante o desenvolvimento do projeto, diversos documentos (apresentações, relatórios, etc.) serão divulgados entre as partes envolvidas (Prefeitura, Caixa, Consultorias).
- De modo a assegurar um processo transparente e fluído na transmissão dos documentos, será utilizada a plataforma *OneDrive*.

Entrega dos Produtos

- O escopo do projeto prevê a elaboração dos produtos necessários à estruturação da PPP de IP no Município, em todas as frentes de trabalho: técnica, jurídica, econômico-financeira e comunicação.
- Os produtos serão entregues em diferentes formatos, conforme as características de cada documento. Serão desenvolvidos documentos em Word (padrão), PowerPoint (produtos específicos) e Excel (apenas Modelo Econômico-Financeiro).

Gestão Integrada

- A gestão integrada do projeto englobará as diversas áreas que precisam ser monitorados durante o projeto, com principal destaque às atividades do projeto (executadas, pendentes, próximos), ações de comunicação e engajamento das partes interessadas.
- Uma visão sumarizada da gestão integrada do projeto será apresentada em PowerPoint, e o controle das datas de entrega dos produtos será em Excel.

Comunicação

- Para gestão da comunicação do projeto, e alinhamento entre as partes envolvidas, a principal ferramenta de comunicação será via e-mail.
- Em relação às reuniões virtuais que ocorrerem durante o projeto, a ferramenta selecionada é o *Microsoft Teams*.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 512
Ass.

Principais Desafios e Fatores Críticos

Conciliação de cadastros técnicos divergentes

Uma das situações mais recorrentes nas modelagens e estruturações de Parceria Público-Privada (PPP) é a inconsistência entre cadastros técnicos existentes. Nas experiências passadas da empresa, já tivemos acesso aos seguintes tipos de cadastros:

- Cadastro da empresa distribuidora de energia elétrica;
- Cadastro da Prefeitura;
- Cadastro independente da empresa de manutenção.

Cada um dos cadastros apresenta condições específicas que podem gerar inconsistência entre eles. Por exemplo, nem sempre o cadastro da distribuidora contempla os pontos que são alimentados por circuitos dedicados; limitando-se apenas àqueles que são faturados por estimativa. Outro exemplo: muitas vezes o cadastro independente da prefeitura não é atualizado com frequência, podendo ter pontos faltantes.

Como forma de mitigar tal situação, será feito levantamento de campo, que além de abordar a coleta de parâmetros luminotécnicos, irá confirmar informações cadastrais e dirimir inconsistências.

Obtenção de lista de logradouros com classificação viária

Uma das informações cruciais para o planejamento do projeto e atividades da futura concessão é a lista completa de logradouros. Apesar de parecer uma informação simples, acontece com frequência a existência de vias sem nome ou com diversos nomes, trazendo uma série de inconvenientes.

A geração de uma lista consistente de vias ajuda nas simulações luminotécnicas, na definição da estratégia de telegestão e até mesmo na estimativa de receitas acessórias. Ter essa lista madura no momento da concessão acelera as fases iniciais previstas.

Como forma proativa de compilar tal informação, será gerada lista de logradouros a partir de sistema de informação geográfica (GIS) que permitirá gerar a lista e visualizar em mapas a informação, tal arquivo, caso seja desejo da Caixa, poderá ser compartilhado durante a concorrência.

Participantes do Projeto

DONO DO PROJETO

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

COORDENADORES

PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS / PPI

MDR

ESTRUTURADORES

CAIXA

FINANCIADORES

FEP

CONSULTORES

omatic consulting

STROBEL GUIMARÃES

Figura 3 – Participantes do Projeto. Fonte: Omatic Engenharia (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 513
Ass

Resultados Esperados

- Estruturação de uma PPP que atenda às necessidades e interesses do Município para os serviços de iluminação pública;
- Cumprimento do cronograma do projeto e das atividades sob responsabilidade de cada parte (Prefeitura, Caixa, Consultorias, etc.);
- Viabilidade econômico-financeira da PPP frente aos valores arrecadados através da Contribuição de Iluminação Pública (CIP);
- Atração do maior número possível de empresas interessadas no leilão da PPP;
- Capacitação das equipes da Prefeitura para gestão do contrato da PPP.

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

Definição eficiente das localidades com demanda reprimida

A utilização de créditos de pontos foi uma inovação trazida pelos projetos da Caixa / FEP que ajudou, em muito, a reduzir a precificação do risco associado à demanda reprimida e crescimento vegetativo. Entretanto, ter uma definição clara de onde há potencial imediato de atendimento de demanda reprimida, permite que os futuros licitantes possam avaliar com melhor rigor o fluxo de caixa associado aos créditos de ponto, reduzindo a percepção de risco.

Essa é uma das atividades mais complexas do caderno técnico-operacional, pois diversas variáveis podem influenciar nessa avaliação, desde entrepostes maiores que um valor atribuído como referência (por exemplo, 60m), até mesmo planos de expansão para eixos até então não habitados do município.

Como forma apontar localidades com potencial de demanda reprimida, é prevista a elaboração de mapas temáticos, como mapa de trechos viários sem posteamento, mapa de entrepostes médios, entrepostes máximos e afins, de acordo com o interesse da Caixa/FEP.

Conformidade do projeto com o plano diretor, plano diretor de iluminação pública e código de obras

Uma vez que a iluminação pública está inserida na estratégia urbanística do município, a modelagem de PPP de Iluminação Pública necessariamente deverá dialogar com os principais documentos urbanísticos do município.

Dessa forma, o estudo aprofundado do Plano Diretor Municipal, Plano Direto de Iluminação Pública, o Código de Obras ou qualquer outro documento destinado a organização do desenvolvimento urbano municipal se faz necessário.

Com isso, espera-se criar um projeto que resolva a questão da Iluminação Pública e que também esteja conectado com o pensamento estratégico para a cidade para os próximos anos.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 514
Ass

Blindar o projeto da possibilidade de revisão normativa até a publicação do edital

A principal norma nacional para iluminação pública, a ABNT NBR 5101, está prestes a sofrer uma grande revisão. Tal revisão irá alterar não somente os parâmetros relativos à simulação luminotécnica, mas também as verificações de qualidade / conformidade do parque de iluminação pública.

Como trata-se de momento de transição normativa, é importante que o projeto entregue segurança aos futuros licitantes na precificação do atendimento normativo exigido.

Dessa forma, um desafio extra que esse projeto deverá se preocupar é com as regras da aplicação da nova norma, de forma a garantir o cumprimento normativo sem que um grande ônus seja transferido ao poder concedente.

A mitigação desse risco depende de uma articulação bastante objetiva entre os diversos cadernos do estudo, principalmente o caderno de encargos e o do Sistema de Mensuração de Desempenho.

Criar ambiente favorável às receitas acessórias

Uma das justificativas para o valor das contraprestações estarem cada vez mais baixas é a previsão de receitas acessórias nos modelos dos diversos concorrentes. Apesar da dificuldade de se precificar a demanda futura para esse tipo de negócios, é possível apresentarmos parâmetros que ajudam na precificação dos concorrentes.

Uma das possibilidades é indicar quais os pontos com maior probabilidade de negociação de negócios relacionados com conectividade, principalmente 5G. Outra medida proativa para maximizar as possibilidades dessas receitas e, consequentemente, reduzir as contraprestações, é a proposta de legislação municipal que trata do assunto, em especial que normatiza a utilização dos equipamentos públicos e postes de iluminação de propriedade do município para serviços diversos.

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

Impactos

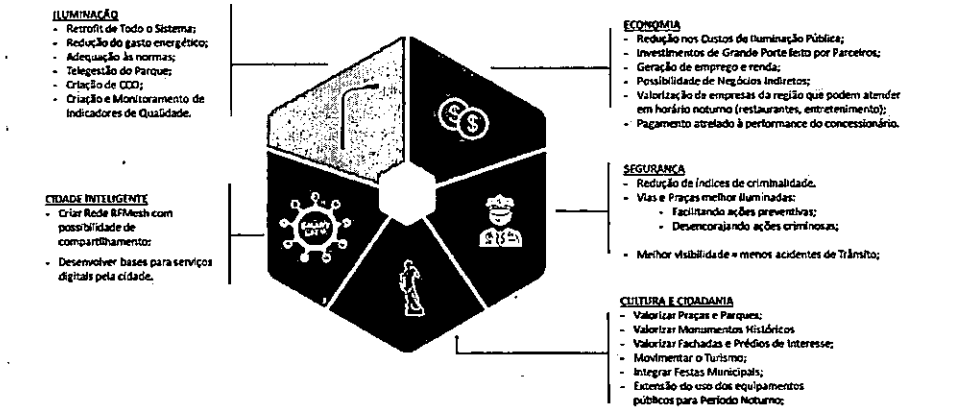


Figura 2 - Impacto esperado do PPP. Fonte: Omatic Engenharia (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 215
Ass

Por que a PPP?

(+)

- Melhor Eficiência Operacional;
- Gestão integrada de diversos escopos em um único contrato;
- Remuneração vinculada a resultados;
- Maior geração de investimentos para o Cidadão; e
- Maior fiscalização e transparência através de contrato público.

(-)

- Menores Custos para o Município;
- Menor prazo de implantação das melhorias no Parque de Iluminação Pública; e
- Risco reduzido para o Município (sobrepreço, manutenção, prazos etc.)

Benefícios da PPP para o Município

- Eficientização e economia de energia ao município;
- Diminuição de emissões de carbono;
- Maior rapidez de atendimento de chamados com a implantação de telegestão;
- Melhor gestão da operação e manutenção de longo prazo;
- Diminuição de custos de operação e manutenção;
- Valorização do patrimônio histórico e cultural;
- Maior sensação de segurança pública;
- Proporcionar vida noturna;
- Promoção do turismo; e
- Diminuição de acidentes de trânsito.

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

Definir linha de base de eficientização

Outra entrada financeira que gera muito impacto na precificação da contrapartida é o Bônus de consumo de Energia (BCE). O cálculo do bônus de economia é baseado, de forma amostral, na comparação das potências atualmente instaladas com as projetadas. A diferença é traduzida em uma economia mínima, de corte, e o compartilhamento da economia adicional.

Entendemos que há espaços para melhorias, por exemplo, com a indicação de uma linha de base corrigida, balanceando o cálculo de vias sub ou superdimensionadas. Essa informação traria maior conforto aos licitantes, que poderiam chegar a cálculos de BCE menos conservadores e refletir isso nos valores praticados de contraprestação.

Definir adequadamente a cobertura da telegestão

Com a redução contínua do preço da luminária e a manutenção do preço dos dispositivos de telegestão, cada vez mais a definição da sua cobertura impacta nos investimentos previstos para modernização.

Por outro lado, há a expectativa de classificação dinâmica das vias, o que pode tornar atrativa a dimerização dinâmica e a utilização de telegestão, sem contar com a possibilidade de utilização da rede para obtenção de outras receitas.

Essa decisão pode ser incentivada pela modelagem, mas parâmetros mínimos devem ser obrigatórios. Atualmente, grande parte dos editais define obrigatoriedade para as vias V1, V2 e V3. Pretende-se estabelecer o diálogo para propor solução oficiente para esse parâmetro.

Ofertar meios para que os futuros proponentes possam simular os cenários existentes

Trata-se de outro aspecto ligado ao investimento e ao BCE estimado pelos proponentes, que muitas vezes recorrem às estimativas por aproximação para definir as características do parque futuro.

Pretende-se, de forma objetiva, apresentar os cenários luminotécnicos considerados para que os proponentes possam fazer suas próprias simulações, atendendo parte significativa e representativa da cidade.

Criar plano de negócio aderente à realidade atual do mercado

Seguindo orientações da Caixa, o projeto oferecerá plano de negócio próximo aos valores por ponto ofertados atualmente.

Obviamente, esse valor de referência deverá ser justificado por plano de negócios referencial que leve em consideração a memória do mercado, em especial as últimas licitações de aquisição de material e mão de obra na região do município estudado.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 576
Ass

Criar meios de controle de inconsistência após a entrega do projeto e antes da efetiva publicação do edital

Algo que é muito observado em editais de PPPs de Iluminação Pública é a apresentação de números divergentes, em especial quanto ao total de pontos do parque e do seu perfil de tecnologia e potência.

Muitas vezes isso se dá pelo hiato entre a finalização dos estudos e a efetiva concorrência da concessão, podendo acontecer modernizações e ampliações no período entre os esses marcos. Não tendo essa informação centralizada, a revisão dos documentos pode ser imperfeita, gerando inconsistências entre os diversos anexos do edital.

Sugeriremos à Caixa que as principais informações do projeto esteja presente em um único anexo, referenciado por todos os demais. Com isso, todas as informações relevantes que necessitassem de atualização seriam geridas em um único documento, facilitando a obtenção de dados por parte dos licitantes e a consistência entre os diversos documentos do projeto.

Para além disso, sugere-se que haja a revisão dos dados relacionados ao cadastro, logo após (ou durante) a consulta pública do projeto.

Produzir um projeto que facilite a alavancagem financeira dos proponentes

Em tempos de elevação da taxa SELIC, o custo de capital toma-se cada vez mais relevante na precificação dos proponentes.

Pretende-se, caso a Caixa esteja de acordo, desenvolver a modelagem para atrair a maior quantidade de possibilidades de alavancagem possível, até mesmo aquelas que consideram a emissão de debentures, para tanto, apresentando indicadores de interesse para egências de classificação de risco.

Trazer para o certame a maior quantidade de bons proponentes possível

Todos os pontos anteriores podem, no final do dia, ser traduzidos em apenas um: trazer o maior número de bons competidores ao certame, o que se espera refletir nos preços ofertados.

Ou seja, o projeto será considerado bem-sucedido se mantiver o grande interesse do mercado pelos projetos desenvolvidos pela Caixa e isso poderá ser ainda mais positivo caso a percepção dos riscos e *upsides* seja favorável, motivada pela apresentação de informações úteis para a precificação

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

Objetivos

- O objetivo é estruturar uma Parceria Público-Privado (PPP) para promover a melhoria da qualidade dos serviços de iluminação pública prestados à população e o aumento da segurança, ajudando a fomentar o crescimento econômico e a criação de empregos com custos reduzidos para a administração pública municipal;
- O projeto irá buscar o ponto de equilíbrio entre as características e necessidades do Município, frente às condições que ampliam a atratividade do mercado privado e, por conseguinte, maior competitividade e modicidade fiscal;
- Durante todo o desenvolvimento do projeto, é esperada uma condução de forma harmônica entre o Grupo de Trabalho da Prefeitura, responsável pela tomada de decisão sobre as diretrizes do projeto, e os times da Caixa e Consultorias;
- O projeto irá avaliar diversos aspectos dos serviços de iluminação pública no Município, sob as óticas: técnica, jurídica, econômico-financeira, socioambiental e comunicação. Deste modo, será possível construir um robusto embasamento em todas as frentes de trabalho, para definir as melhores soluções para o projeto.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 57
Ass.

Principais diferenças entre PPP e Privatização

Formas de Contratação	O que é?	Exemplos	Prazo	Remuneração	Proprietários dos Bens
PPP Parceria Público Privada	Prestação de serviços com remuneração atrelada ao desempenho e menor mobilização de recursos pelo ente público.	Este Projeto – PPP Iluminação Pública	Entre 5 e 35 anos	Pagamento pelo ente público (OP) ao privado	Público
Privatização	Venda de um bem público ou empresa estatal em caráter definitivo.	Venda de empresa estatal de energia	Indeterminado	Pagamento direto pelos usuários	Privado

Tabela 1 - Diferenças entre PPP e Privatizações. Fonte: Omatic (2022)

Mapa de Stakeholders

	INFLUÊNCIA no sucesso	INTERESSE no sucesso
SECRETARIA INFRAESTRUTURA	5	4
SECRETARIA FINANÇAS	5	4
TRIBUNAL DE CONTAS	4	5
MINISTÉRIO PÚBLICO	4	5
ENTIDADES LIGADAS A CAUSA AMBIENTAL	4	3
CÂMARA DE VEREADORES	4	3
MUNÍCIPES	3	5

	INFLUÊNCIA no sucesso	INTERESSE no sucesso
DEPTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	3	4
DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA	3	2
SETORES LIGADOS À VIDA NOTURNA	2	5
SETORES LIGADOS AO TURISMO	2	5
POTENCIAIS LICITANTES	2	5
PRESTADORES DE SERVIÇOS ATUAIS	2	1
OPERADORES DE TELEFONIA E AFINS	1	5

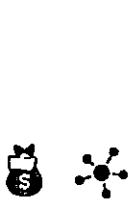
Figura 11 – Lista de Stakeholders. Fonte: Omatic Engenharia (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 518
Ass



Figura 12 – Gráfico de influência x interesse. Fonte: Omatic Engenharia (2022)

Lógica da PPP



Parceiro privado investe pesado em tecnologia e modernização do Parque de Iluminação



É esperada um redução da conta de energia, provocada pela nova tecnologia empregada, e a otimização na prestação de serviços



Com a eficientização dos serviços, o parceiro privado paga todas as despesas mensais de operação do parque e ainda é remunerado ao longo do tempo.

O prazo para modernização e o prazo de concessão são calculados no projeto do PMI, levando em consideração aspectos técnicos e econômicos.

Figura 1 - Lógica do PPP. Fonte: Omatic Engenharia (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 54
Ass

Introdução

O que é o Projeto?

- O projeto é a estruturação da Parceria Público-Privada (PPP) dos serviços de iluminação Pública (IP) no Município. A PPP é um modelo de contratação em que o setor público tem maior celeridade para execução de investimentos necessários no município, financiando-se por meio do parceiro privado, que é remunerado no longo prazo. Além disso, outros benefícios dessa modalidade são:
  - ✓ **Alavancagem financeira**, todo financiamento do investimento é feito pelo parceiro privado;
  - ✓ **Previsibilidade de gastos futuros**, ficando o ente público protegido de oscilações de custos na oferta do serviço público aos munícipes;
  - ✓ **Contratação do FIM e não do MEIO**, o município contratará o serviço de iluminação pública dentro de parâmetros de qualidade rigorosos, e não a aquisição de material, projeto ou mão de obra;
  - ✓ **Alinhamento de Garantias**, o parceiro privado se responsabilizará pelo projeto, aquisição, serviço de modernização, operação, manutenção e garantia. Não há espaço de fornecedores distintos alegarem que a garantia está fora do seu limite de escopo.
  - ✓ **Garantia de qualidade e prazos**, tendo em vista que a remuneração do parceiro privado é vinculada ao seu desempenho;
  - ✓ **Contrato Multisserviço**, diversos escopos são consolidados dentro de um mesmo projeto, facilitando uma gestão integrada, com maior eficiência operacional e financeira;
  - ✓ **Compartilhamento de Riscos**, diversos riscos são transferidos do ente público para o parceiro privado, como variação cambial e sobrepreço de materiais e pessoal.

- No Brasil, os projetos de IP estruturados via PPPs já beneficiam cerca de 35,8 milhões de brasileiros, com investimentos contratados da ordem de R$ 18 bilhões, em mais de 50 contratos assinados, totalizando mais de 2,4 milhões de pontos de iluminação pública.

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

Lista de Contatos. Prefeitura

Nome	Cargo	Telefone	E-mail
Alexandre Barros	Procuradoria	(41) 99921-4488	ajbbarros@gmail.com
Bruno Martins dos Santos	Planejamento Urbano	(41) 99671-3491	bruno.m.d.s@hotmail.com
Givanildo Francisco Pego	Finanças	(41) 99847-0818	givanildopego@gmail.com
Hideki Yanagita	Urbanismo	(41) 99665-7959	yanagita.eng@gmail.com
Pedro Sinatra	Iluminação	(41) 99656-0413	pedrosinatra@hotmail.com
Thauana Padilha	Comunicação	(41) 99638-3972	thaupadilha@gmail.com
Geovana	Planejamento Urbano	(41) 99181-1809	geovanamel@gmail.com

Tabela 11 – Contatos da Prefeitura. Fonte: Omatic (2022)

CAIXA omatic consulting
SEPPI – SECRETARIA ESPECIAL DE PROGRAMAS DE PARCERIAS DE INVESTIMENTO
MDR – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 520 Ass

Lista de Contatos. Caixa

Nome	Cargo	Telefone	E-mail
Jeferson Won Rondon de Souza	Gerente Centralizadora		jeferson.souza@caixa.gov.br
Ramon Silva dos Santos	Gerente PPP	(68) 98403-4263	ramon.santos@caixa.gov.br
José Carlos Medaglia Filho	Líder Projeto	(61) 99146.0800	jose.medaglia@caixa.gov.br
Rafael Moreira Messias	Líder Projeto	(62) 98120-8545	rafael.messias@caixa.gov.br
Camila Frazatti Rodrigues	Técnico Social	(18) 99685 0881	camila.felico@caixa.gov.br
Jonatas Mendonça dos Santos	Assistente	(11) 99911-0004	jonatas.santos@caixa.gov.br
Felipe Rene Cardoso	Engenheiro	(44) 99809-3010	felipe.r.cardoso@caixa.gov.br
Claudio Alberto de Sahi	Engenheiro	(19) 98820-1918	claudio.mose@caixa.gov.br
Anna Paula Cunha	Engenheira		anna.p.cunha@caixa.gov.br
Suellen Barbosa Sahina	Advogada		suellen.sahina@caixa.gov.br
Célio Américo Alves Izidoro	Gerente de Filial	(41) - 99695-2113	celio.izidoro@caixa.gov.br
José Luiz Vanz	Representante Caixa	(41) 99602-1585	jose.vanz@caixa.gov.br
Fernando Pereira Lázaro	Representante Caixa		jeferson.souza@caixa.gov.br

Tabela 12 – Contatos da Caixa. Fonte: Omatic (2022)

Sumário

- Introdução
- Participantes do Projeto
- Escopo e Cronograma
- Modelo de Gestão
- Ferramentas de Gestão
- Principais Desafios e Fatores Críticos
- Mapa de Stakeholders
- Contatos

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 521
Ass

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

Projeto para Estruturação da PPP de Iluminação Pública de FAZENDA RIO GRANDE/PR

Planejamento do Projeto *SETEMBRO/22*

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

Lista de Contatos. Consultorias

Nome	Cargo	Telefone	E-mail
Felipe Andrade Lucci	Líder Projeto	(41) 99709-0155	felipe.lucci@omatic.com.br
Pedro Henrique Braz De Vita	Líder Jurídica	(41) 99644-9560	pedro.henrique@strobelguimaraes.com
Julius Nunes	Líder Comunicação	(41) 98736-8118	juliusnunes@gmail.com
Bruno Amaral	Líder Técnico-Operacional	(21) 98699-0574	brunodemeloamaral@gmail.com
Felipe Peterman	Líder Socioambiental	(48) 99632-4812	felipepetermann@gmail.com

Tabela 13 – Contatos dos Consultores. Fonte: Omatic (2022)

Projeto para Estruturação da PPP de Iluminação Pública de FAZENDA RIO GRANDE/PR

Plano de Comunicação *OUTUBRO /22*

SUMÁRIO

| INTRODUÇÃO
| MAPA DE STAKEHOLDERS
| OPORTUNIDADES E AÇÕES
| CANAIS DE COMUNICAÇÃO
| COMUNICADOS
| PERGUNTAS E RESPOSTAS
| REFERÊNCIAS
| ATUALIZAÇÕES DO PLANO DE COMUNICAÇÃO

INTRODUÇÃO

Objetivos

Este documento tem por finalidade estabelecer diretrizes e orientar as estratégias de comunicação e de relações entre a Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande/PR e seus públicos, no que diz respeito ao projeto de Parceria Público-Privada de Iluminação Pública. É um plano que será atualizado sempre que necessário, com intuito de proporcionar uma comunicação eficiente e estimular o diálogo e o envolvimento com todos os stakeholders, visando a criação e/ou o fortalecimento de vínculos de confiança.

Construção do Plano

O presente documento foi elaborado pela OMATIC Engenharia, consultoria contratada para a modelagem e estruturação da PPP destinada à operação no setor de Iluminação Pública no município Fazenda Rio Grande/PR; em conjunto com o departamento de Comunicação da Prefeitura de Fazenda Rio Grande/PR e o FEP CAIXA (Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas da União).

Identificação e Diagnóstico

É um município paranaense, situado ao sul de Curitiba, pertencente à região metropolitana da capital. Possui 116,678 km² e com população estimada em 103.750 pessoas em (2021), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo a Prefeitura, o total de habitantes seria de 180 mil pessoas, número que poderá ser confirmado no CENSO 2022.

A densidade demográfica é de 700 hab/km². A escolarização da população entre 6 e 14 anos é de 95,8% (2010) e o índice de desenvolvimento humano (IDH) é de 0,720, o que coloca o município na posição número 127. Em 2020, o percentual de população ocupada era de 21,3. E o PIB per capta era de R$ 25.024,45, segundo dados de 2019.

O setor da indústria de transformação é o que mais contrata. Dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) apontam que são cerca de 6.300 pessoas trabalhando em 255 estabelecimentos deste tipo. Depois vem o setor de comércio e de serviços, ambos com cerca de 4 mil trabalhadores formais.

A cidade foi criada em 26 de Janeiro de 1990, por meio da Lei Estadual nº 9.213, sancionada pelo então Governador Álvaro Fernandes Dias. A instalação do Município aconteceu no dia 12 de abril de 1991.

Durante muito tempo foi considerada cidade dormitório, já que a maioria da população trabalhava em Curitiba. Atualmente, o município possui inúmeras indústrias e empresas, estrutura pública e privada para atendimento a todas as áreas da sociedade e um crescimento populacional de cerca de 2.500 pessoas por ano, desde 2016.

O atual prefeito é Marco Marcondes, que assumiu a administração municipal no lugar de Nassib Hammad, que teve o mandato cassado em fevereiro deste ano. "Ele foi acusado de participar de um esquema para furar a fila da vacina contra a Covid-19, contratação irregular de servidores e aplicação de verba na Saúde fora do percentual exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal." (Gazeta do Povo).

A câmara de vereadores está composta conforme relação apresentada no Quadro 5. A maioria dos parlamentares é apoiadora do prefeito.

No Brasil, os projetos de IP estruturados via PPPs já beneficiam (até junho de 2022) cerca de 35,8 milhões de brasileiros, com investimentos contratados da ordem de R$ 18 bilhões, em mais de 50 contratos assinados, totalizando mais de 2,4 milhões de pontos de iluminação pública.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 522
Ass

Resultados Esperados

Como resultados das estratégias apresentadas neste plano espera-se:

Resultado	Métrica
Stakeholders informados sobre a PPP de Iluminação Pública de Fazenda Rio Grande;	Comparação entre pesquisas internas e externas, comparação de número de presentes em encontros sobre o assunto, engajamento nas redes sociais;
Fortalecimento da imagem da PPP de Iluminação Pública de Fazenda Rio Grande junto aos seus stakeholders	Comparação entre pesquisas internas e externas sobre o nível de conhecimento da PPP, engajamento nas redes sociais e clipping de publicações em veículos de imprensa;
Fazenda Rio Grande como referência para outros municípios/estados	Avaliação de declarações de representantes de governos em encontros, reuniões, redes sociais e imprensa.

Quadro 1 – Resultados Esperados. Fonte: Omatic (2022)

Partes Interessadas

Sempre existirão os apoiadores e os detratores de qualquer ideia, projeto, realização. Em um governo, seja de qual nível for, sabemos da existência de divergências, muitas vezes em função do partido, ideologia, acordo comercial entre outras razões. Sendo assim, faz-se necessário mapear essa pluralidade de públicos, bem como de opiniões, para que as estratégias de comunicação e engajamento possam ser desenvolvidas.

A principal parte interessada na PPP de Iluminação Pública é a sociedade em geral. Aqui podemos destacar os moradores do município de Fazenda Rio Grande. A população será beneficiada com melhor qualidade da iluminação, o que promoverá, entre outras coisas, mais segurança e oportunidades noturnas (prática de esportes e lazer, por exemplo), além da potencial economia ao erário, a ser confirmada durante a estruturação.

Outra parte interessada é o próprio Governo Municipal, que conseguirá melhorar o atendimento desta área para a população, sendo atendido por uma empresa que investirá para modernização e na manutenção do sistema, o que poderá significar menor custo para a administração, menor responsabilidade neste setor, além de deixar um legado de modernização e mais segurança, por exemplo, aos munícipes.

Uma terceira parte interessada são os possíveis investidores, que poderão participar da concorrência que vai selecionar a empresa que passará a atender o município e com isso, obviamente, obter receitas.

Além destes, existem diversos outros stakeholders, elencados na sequência, cada qual com um nível de poder e interesse no sucesso do projeto, bem como posicionamento frente ao atual governo (responsável pelo desenvolvimento desta PPP). O monitoramento dos stakeholders é feito pelos três entes envolvidos na estruturação: CAIXA, Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande e OMATIC Engenharia.

A classificação das partes interessadas se dá da seguinte forma:

- Nível de poder no sucesso: de 1 (sem poder) a 5 (alto poder);
- Nível de interesse no sucesso: de 1 (sem interesse) a 5 (alto interesse);
- Posicionamento atual: podendo ser apoiador, favorável, inconsciente, neutro ou resistente;
- Posicionamento desejado: podendo ser apoiador, favorável, inconsciente, neutro ou resistente.

Quanto maior o nível de poder e de interesse, maior deve ser o cuidado com tal stakeholder. A matriz a seguir traz considerações sobre como deve-se atuar frente aos stakeholders mapeados.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 523
Ass.

Método a ser utilizado

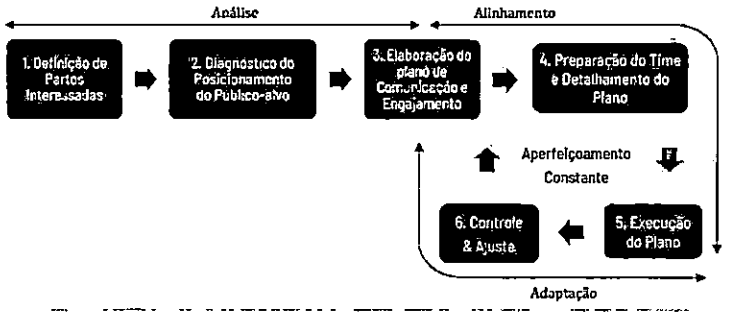


Figura 1 – Método. Fonte: GUIA PRÁTICO DE ESTRUTURAÇÃO DE PROJETO – FEP (2021)

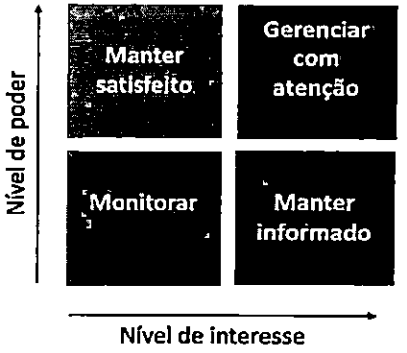


Figura 2 – Método. Fonte: GUIA PRÁTICO DE ESTRUTURAÇÃO DE PROJETO – FEP (2021)

MAPA DE STAKEHOLDERS

Stakeholder	Nível de poder no sucesso	Nível de interesse no sucesso	Posicionamento atual	Posicionamento desejado
POPULAÇÃO	3	5	NEUTRA	FAVORÁVEL
GOVERNO MUNICIPAL				
Prefeito Marco Antônio Marcondes Silva	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Sec. Administração Roberta Maria do Sacramento Espíndula de Jesus	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Sec. Comunicação Social Tiago Mattozo Ferraz	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Sec. Defesa Social Rui Noe Barroso Torres	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Sec. Educação Ednelson Queiroz Sobral	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Sec. Esporte e Lazer Paulo Eduardo dos Santos	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL

Quadro 2 – Mapa de Stakeholders (Parte 1). Fonte: Omatic (2022)

Stakeholder	Nível de poder no sucesso	Nível de interesse no sucesso	Posicionamento atual	Posicionamento desejado
GOVERNO MUNICIPAL (Continuação)				
Sec. Finanças Givanildo Francisco Pego	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Sec. Governo Elvis Roberto Maioky	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Se. Habitação e Interesse Social Francisco Roberto Barbosa	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Sec. Assistência Social / Mulher Giuliana Batista Dal Toso Marcondes	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Sec. Cultura Odair Rodrigues dos Santos Junior	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Sec. Meio Ambiente Rafael Nunes Campaner	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Sec. Obras Jose Carlos Szadkoski	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Sec. Planejamento Urbano Bruno Martins dos Santos	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL

Quadro 3 – Mapa de Stakeholders (Parte 2). Fonte: Omatic (2022)

Stakeholder	Nível de poder no sucesso	Nível de interesse no sucesso	Posicionamento atual	Posicionamento desejado
GOVERNO MUNICIPAL (Continuação)				
Sec. Saúde Francisco Roberto Barbosa	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Sec. Desenvolvimento Econômico e Turismo Tiago Henrique Wandscheer	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Sec. Trabalho, Emprego e Renda Renan Gabriel Wozniack	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Sec. Urbanismo Gerry José dos Santos	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Comitê Gestor de PPPs	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Procuradoria do Município Débora Lemos	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Empresa Pública responsável Iluminação do município / Divisão de Iluminação Pública	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL

Quadro 4 – Mapa de Stakeholders (Parte 3). Fonte: Omatic (2022)

Stakeholder	Nível de poder no sucesso	Nível de interesse no sucesso	Posicionamento atual	Posicionamento desejado
LEGISLATIVO MUNICIPAL				
Vereador Alexandre Maringá (PRTB)	5	3	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Vereador Alex Padilha (sem filiação)	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Vereador Carlos Brandão (REPUBLICANOS)	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Vereador Enfermeiro Zé Carlos (PRTB)	5	2	RESISTENTE	NEUTRO
Vereador Gilmar Petry (Cidadania)	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Vereador Maciel do Dog (sem filiação)	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Vereador Alexandre Maringá (PRTB)	5	3	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Vereador Marco Antonio (sem filiação)	5	2	RESISTENTE	NEUTRO
Vereador Nani Hammad (PSL)	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Vereador Professor Fabiano Fubá (PRTB)	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Vereador Professor Helio (PSD)	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Vereador Professor Léo (PSB)	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Vereador Sandro do Proteção (PROS)	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
Vereador Serjão (PSL)	5	5	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL

Quadro 5 – Mapa de Stakeholders (Parte 4). Fonte: Omatic (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 524 Ass

Stakeholder	Nível de poder no sucesso	Nível de interesse no sucesso	Posicionamento atual	Posicionamento desejado
ÓRGÃOS DE CONTROLE REGIONAIS				
Ministério Público (MP-PR)	4	5	NEUTRO	NEUTRO
Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCE-PR)	4	5	NEUTRO	NEUTRO
PODER JUDICIÁRIO	4	5	NEUTRO	NEUTRO
GOVERNO FEDERAL	5	3	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
GOVERNO ESTADUAL	5	1	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
DEPUTADOS ESTADUAIS				
Alisson Wandscheer (PROS): 9944 votos	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Paulo Gomes da Tv (PROGRESSISTAS): 2988 votos	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Delegado Tito Barichello (UNIÃO BRASIL): 1780 votos	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Alexandre Curi (PSD): 1699 votos	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Alexandre Amaro (Republicanos): 1457 votos	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Gilberto Ribeiro (PL): 1431 votos	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Requião Filho (PT): 1228 votos	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Demais	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO

Quadro 6 – Mapa de Stakeholders (Parte 5). Fonte: Omatic (2022)

Stakeholder	Nível de poder no sucesso	Nível de interesse no sucesso	Posicionamento atual	Posicionamento desejado
DEPUTADOS FEDERAIS MAIS VOTADOS NO MUNICÍPIO (Legislatura 2023 a 2026)				
Toninho Wandscheer (PROS): 11375 votos	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Gleisi (PT): 3275 votos	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Delegado Matheus Laiola (UNIÃO BRASIL): 2421 votos	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Deltan Dallagnol (PODEMOS): 2239 votos	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Felipe Francischini (UNIÃO BRASIL): 1873 votos	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Sargento Fahur (PSD): 1687 votos	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Carol Dartora (PT): 1429 votos	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Filipe Barros (PL): 926 votos	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Demais	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
ASSOCIAÇÕES DE MORADORES / BAIRROS	1	3	NEUTRO	FAVORÁVEL
SINDICATOS	1	3	NEUTRO	FAVORÁVEL
UNIVERSIDADES / PROFESSORES	1	3	NEUTRO	FAVORÁVEL
ENTIDADES AMBIENTAIS	4	3	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL

Quadro 7 – Mapa de Stakeholders (Parte 6). Fonte: Omatic (2022)

Stakeholder	Nível de poder no sucesso	Nível de interesse no sucesso	Posicionamento atual	Posicionamento desejado
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL (ACE)	3	3	NEUTRO	FAVORÁVEL
PRINCIPAIS EMPRESAS DO MUNICÍPIO	3	3	EM OBSERVAÇÃO	FAVORÁVEL
DIOCESE MUNICIPAL	1	4	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
ASSOCIAÇÃO DE PASTORES EVANGÉLICOS	1	4	APOIADOR	APOIADOR
IMPRENSA - RÁDIOS				
Rádio Fazenda 87.9 FM (comunitária)	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Rádio Nacional 790 AM	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Rádio Alcançando Vidas FM (gospel)	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Rádio Antena Postar (online)	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Rádio Canaã FM (gospel online)	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Rádio Carisma Web (católica online)	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Rádio CBC	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Rádio É Adorar (gospel)	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Rádio Livre Som (gospel)	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Rádio Missão Ide (gospel)	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
Rádio O Repórter (online)	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO

Quadro 8 – Mapa de Stakeholders (Parte 7). Fonte: Omatic (2022)

Stakeholder	Nível de poder no sucesso	Nível de interesse no sucesso	Posicionamento atual	Posicionamento desejado
IMPRENSA – MÍDIA DIGITAL				
https://www.oreporterpr.com.br/	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
https://informativofazenda.blogspot.com/	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
https://www.g1sul.com.br/	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
https://oregionalpr.com.br/caderno/fazenda-rio-grande/	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
https://www.agenciadanoticia.com.br/parana/	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
https://asemananews.com.br/	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
https://jornaldopovoparana.com.br/	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
https://pt-br.facebook.com/FazendaUrgenteoficial/	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
https://www.instagram.com/salainformativa/	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO	EM OBSERVAÇÃO
DISTRIBUIDORA DE ENERGIA	3	2	RESISTENTE	NEUTRO
PRESTADORES DE SERVIÇOS ATUAIS	2	1	RESISTENTE	NEUTRO
POTENCIAIS INTERESSADOS INVESTIDORES, FORNECEDORES, AGENTES DE FINANCIAMENTO E EMPRESAS VERIFICADORAS INDEPENDENTES	2	5	APOIADOR	APOIADOR
OPERADORES DE TELEFONIA E AFINS	1	5	APOIADOR	APOIADOR

Quadro 9 – Mapa de Stakeholders (Parte 8). Fonte: Omatic (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 525
Ass

OPORTUNIDADES E AÇÕES

FASES E INTERESSADOS

Para cada fase da modelagem e estruturação de parceria público-privada (PPP) sugere-se ações informativas e de engajamento dos stakeholders. No primeiro momento, período inicial de trabalho, sugere-se que a comunicação seja interna, garantindo alinhamento e reduzindo a assimetria de informações. No segundo momento, sugere-se que a comunicação seja com os stakeholders que têm papel político no município e no terceiro momento, quando o projeto já estiver mais encaminhado, sugere-se ampliar a comunicação para a sociedade como um todo, dando visibilidade aos benefícios (para atrair apoio da população) e às oportunidades comerciais (para atrair interesse de possíveis investidores).

Como o nível de interesse vai mudando com o andamento do projeto, e o departamento de comunicação deve estar avaliando os stakeholders constantemente, as ações aqui propostas também poderão sofrer mudanças.

Etapa	Stakeholders
Etapa I	Público interno.
Etapa II	Público interno / Político.
Etapa III	Público interno / externo / Político / Órgãos de controle / Possíveis parceiros interessados / Sociedade no geral
Etapa IV	Público interno / externo / Político / Órgãos de controle / Possíveis parceiros interessados / Sociedade no geral

Quadro 10 – Interessados por Etapa. Fonte: Omatic (2022)

COMUNICAÇÃO INTERNA

A falta de comunicação interna, ou sem efetividade, provoca danos que podem ser evitados. Neste sentido, sugere-se que todos os colaboradores da Prefeitura sejam informados sobre a PPP e seus encaminhamentos já neste primeiro momento. A ideia é esclarecer o projeto e benefícios, engajando, em um primeiro momento, quem atua na Prefeitura.

Oportunidades	Ação
Falta de conhecimento do público interno sobre a PPP;	Elaboração de um vídeo/animação curto sobre a PPP para exibição em reuniões e eventos
	Convite para encontro com equipe para explicações sobre a PPP
Assimetria de informações;	Encontros com equipes para explicações sobre a PPP
Melhorar Cultura Organizacional;	E-mail com explicações sobre a PPP (foco nas pessoas que não puderam participar dos encontros)
Engajamento e Manutenção de conhecimento	Imagem na tela de descanso de computadores da Prefeitura
	Banner impresso em lona disposto em pontos estratégicos da Prefeitura
	Cartaz impresso no quadro mural da Prefeitura
	Banner digital na intranet
	Boletim digital para envio por e-mail com o andamento da PPP
	E-mail com clipping de notícias sobre a PPP veiculadas na imprensa local

Quadro 11 – Oportunidades de Comunicação Interna. Fonte: Omatic (2022)

COMUNICAÇÃO EXTERNA

Oportunidades	Ação
Falta de conhecimento do público externo sobre a PPP;	Mapeamento de porta-vozes;
	Veiculação de *spot* radiofônico;
	Veiculação de informe publicitário;
	Evento de apresentação na Câmara de Vereadores;
Compreensão da oportunidade de melhoria e benefícios;	Informe enviado a deputados/senadores;
	Informe enviado às associações de bairros, sindicatos, universidades;
Transparência e responsabilidade;	Encontro com Associação Comercial para explicações sobre a PPP;
	Encontro com lideranças religiosas para explicações sobre a PPP;

Quadro 12 – Oportunidades de Comunicação Externa (continua).. Fonte: Omatic (2022)

Oportunidades	Ação
Falta de conhecimento do público externo sobre a PPP;	*Webinários / Lives* sobre a PPP;
	Cerimonial e Protocolo do Evento;
	Evento de lançamento;
Compreensão da oportunidade de melhoria e benefícios;	*Press kit;*
	Cobertura em Foto e Vídeo;
	Pesquisas de Opinião;
Transparência e responsabilidade;	Registro em foto e vídeo de todos os passos da PPP, principalmente no momento de substituição dos novos equipamentos, incluindo imagens de drone para que seja possível realizar time-lapse

Quadro 13 – Oportunidades de Comunicação Externa (continuação). Fonte: Omatic (2022)

EVENTOS

Etapa	Ações	Partes interessadas	Formato	Quando
INÍCIO DA CONSULTORIA	Reunião	Prefeitura, Consultoria e Caixa Econômica	Evento Online / Presencial	Início
	Kickoff	Prefeitura, Consultoria e Caixa Econômica	Evento Online / Presencial	Início
	Briefing	Prefeitura, Consultoria e Caixa Econômica	Lauda resumo	Início
DIAGNÓSTICO	Reunião com os principais stakeholders	Dividir por grupos de interesse	Evento Online / Presencial	Início
	Comunicação sobre o início do projeto	Público em geral	Notícia no portal da prefeitura, lançamento do hotsite, assessoria de imprensa, post nas redes da prefeitura	Início
	E-mail marketing de apresentação	Possíveis investidores	*Mailling* coletado	Fim
	Workshop Preliminar PPP IP	Prefeitura	*Workshop*	Final

Quadro 14 – Eventos (Continua). Fonte: Omatic (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 526 Ass:

Etapa	Ações	Partes interessadas	Formato	Quando
ESTUDOS TÉCNICOS	Comunicação sobre o avanço do projeto	Público em geral	Notícia no portal da prefeitura, no hotsite, assessoria de imprensa, post nas redes da prefeitura	Início
	Reuniões e Boletins sobre o avanço do projeto	- Secretarias envolvidas da prefeitura	Eventos presenciais e Boletins eletrônicos	Meio
	Audiências na Câmara de Vereadores	Legislativo Municipal	Evento presencial, assessoria de imprensa, post nas redes da prefeitura	Fim
	Divulgação de vídeo do projeto	Público em geral	Notícia no portal da prefeitura, no hotsite, post nas redes da prefeitura	Fim
	Treinamento de Porta-Voz	Porta-Voz e Backup	*Workshop*	Fim
LICITAÇÃO	Coletiva de imprensa	Público em geral	Coletiva de imprensa	Início
	Publicidade dos estudos / documentos licitatórios revisados	Público em geral	hotsite; jornais de grande circulação; plataformas de PPP; redes sociais	Início
	Atendimento à imprensa	Público em geral	vários formatos	Meio
ASSINATURA DE CONTRATO	B3 ou outros	Público em geral	hotsite; jornais de grande circulação; plataformas de PPP; redes sociais	Início

Quadro 15 – Eventos (Continuação). Fonte: Omatic (2022)

Pesquisas de Opinião

O ideal é que seja realizada uma pesquisa no início e outra mais perto do encerramento do projeto para avaliar o nível de conhecimento das pessoas sobre o assunto e interesse. Tais dados podem ser transformados em materiais de comunicação.

Comunicação interna

Sugere-se acompanhar a quantidade de partidpantes da Prefeitura nos eventos internos, bem como a taxa de abertura dos e-mails enviados sobre a PPP para avaliar o impacto. Uma sondagem poderá demonstrar a percepção dos colaboradores sobre o assunto e trazer à tona insights para que a comunicação interna seja, de fato, efetiva.

Comunicação externa

Para a comunicação externa, as plataformas dispõem de métricas próprias para a avaliação de impacto. O site, por exemplo, pode ser analisado via *Analytics*. As redes sociais também disponibilizam relatórios que demonstram números importantes. O monitoramento dos perfis e termos-chave pode trazer pontos a se destacar, reconfigurar ou mitigar. O sucesso no relacionamento com a imprensa pode ser medido pelo *clipping* e análise dos materiais publicados.

Costuma-se avaliar as notícias como positivas, neutras e negativas, com e sem fonte oficial (prefeitura/Caixa/Omatic) e também pela valoração do espaço destinado ao material (comparando com valores comerciais). Também sugere-se a veiculação de informe publicitário e *spot* sobre a PPP em rádios locais, para dar ampla divulgação ao assunto.

Os momentos para divulgação externa são diversos, podendo também ser aproveitadas as datas comemorativas como, por exemplo:

- Dia 26 de janeiro – Aniversário de Fazenda Rio Grande;
- Dia 16 de maio - Dia Internacional da Luz;
- Dia 24 de julho - Dia da Iluminação Elétrica no Brasil;
- Dia 21 de outubro – Dia Mundial da Iluminação;
- Dia 31 de outubro – Dia Mundial das Cidades;
- Dia 8 de novembro – Dia Mundial do Urbanismo.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 574
Ass

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Site da Prefeitura

A Internet é, sem dúvida, o principal canal de comunicação para a implantação deste plano por conta do pouco investimento necessário. Entretanto, a efetividade da comunicação será maior se as diversas ferramentas mencionadas na sequência forem utilizadas em conjunto, e somadas à assessoria de imprensa.

Sugere-se a publicação periódica de notícias relacionadas à PPP. Recomenda-se a criação de uma seção específica sobre a PPP no site, para que os assuntos relacionados ao tema sejam facilmente encontrados.

Como a ideia é, também, tornar o projeto referência para outros municípios, recomenda-se atenção aos mecanismos de busca, com a produção de textos com técnicas SEO.

Mídias Sociais

Além de informar, as mídias sociais têm o poder de auxiliar no engajamento, por isso sugere-se a publicação de posts, em diferentes formatos, para dar visibilidade ao projeto, etapas, resultados. Os posts podem ser estáticos; carrossel com fotos de antes e depois; infográficos com números interessantes; vídeos de reuniões; depoimentos da população, de empresários e demais stakeholders, entre outros.

Sugere-se estudo de frequência de postagens, para que a PPP não pareça mais importante que outras ações da Prefeitura. Sugere-se também atenção às hashtags para que as palavras-chaves não direcionem para assuntos que não têm ligação ou sejam aquelas banidas pelas redes sociais.

A Prefeitura de Fazenda Rio Grande utiliza, basicamente, duas redes: Facebook e Instagram. No Facebook são 61 mil seguidores. No Instagram são pouco mais de 23 mil seguidores.

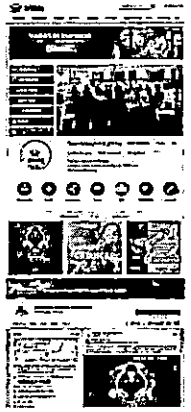


Figura 3 – Acesso em 18/jul/22. De Cima para baixo: https://www.fazendariogrande.pr.gov.br/ https://www.facebook.com/prefeituradafg/ https://www.instagram.com/fazendariogrande_pm/rg/

COMUNICADOS

Temas e Ideias

O Guia de PPP da CAIXA sugere alguns temas para os comunicados. Os assuntos podem ser pauta tanto de releases e sugestões aos veículos, como também ser transformados em conteúdo para redes sociais e *posts* no *hotsite* da PPP.

Área	Tema	Ideia	Exemplos
MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	Aumento da luminosidade no Município	Material abordando que, com melhor iluminação noturna, há redução no número de crimes e acidentes de trânsito, por exemplo, o que oferece mais segurança à população.	Fazenda Rio Grande vai ficar mais segura no período noturno;
			Melhoria nas condições de trafegabilidade e trânsito noturno;
			Melhoria na sensação de segurança;
	Democratização da Iluminação Pública	Material contando história de moradores que hoje não são atendidos pelo serviço e o que isso vai trazer de benefício para eles.	Melhor distribuição da iluminação no Município;
			Expansão do serviço para áreas não atendidas;
			Modernização de toda a cidade, inclusive vias de menor tráfego.
PROMOÇÃO DO MUNICÍPIO (CONTINUA)	Valorização da cidade com uso da iluminação de destaque; Aumento da luminosidade no Município	Material destacando a importância da iluminação para visualização das belezas arquitetônicas, da sensação de pertencimento ao município, do aumento no turismo e negócios. à população.	Manutenção do orgulho de ser fazendense, ao ter sua história e monumentos valorizados;
			Incremento do turismo proporcionado pela possibilidade de desfrutar a cidade também no período noturno;
			Fazenda Rio Grande vai ficar mais segura no período noturno;

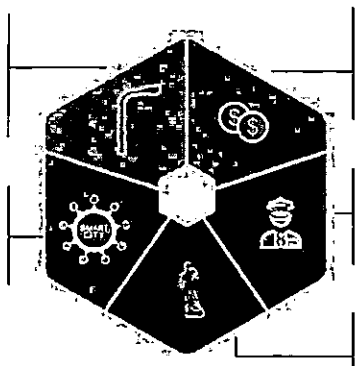
Quadro 16 – Comunicados (Continua). Fonte: Omatic (2022)

Área	Tema	Ideia	Exemplos
PROMOÇÃO DO MUNICÍPIO (CONTINUAÇÃO)	Aumento da utilização noturna de espaços públicos por meio de uma melhor iluminação.	Material destacando que a iluminação trará mais oportunidades recreativas, de lazer, esportiva e de turismo para a cidade, oferecendo inúmeras possibilidades aos moradores e empresários.	Parques terão seus horários estendidos para uso depois do expediente.
			Atividades como ciclismo, corridas e caminhadas ficarão mais seguras em período noturno.
			Restaurantes e opções de lazer poderão se beneficiar da cidade mais bem iluminada, alavancando a vida noturna.
EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	Mais eficiência e sustentabilidade	Materiais que apresentem números, valores, que expliquem o alinhamento da Prefeitura com as leis do país, com as diretrizes de órgãos ambientais e de saúde, que demonstrem a preocupação em garantir qualidade de vida para a população e suas próximas gerações.	Economia de energia e redução de emissões de gases de efeito estufa;
			Redução da poluição luminosa;
			Maior transparência na prestação dos serviços;
			Apoio ao crescimento da economia da cidade, especialmente o turismo; e
			Remuneração do parceiro privado pelo seu desempenho.
	Processo Transparente e Independente	Materiais que tragam esclarecimentos sobre o projeto, sobre legado, sobre preparo para inclusão de outras tecnologias a partir das mudanças realizadas etc.	Planejamento macro do projeto – principais marcos;
			Parceiros envolvidos;
			Envolvimento prévio de órgãos de controle externo; e
			Divulgação e publicidade do projeto.

Quadro 17 – Comunicados (Continuação). Fonte: Ornatic (2022)

Impactos

O direcionamento das comunicações deverá observar os impactos esperados do projeto, atraindo a atenção da população para as diferentes vertentes possíveis de um impacto positivo.



ILUMINAÇÃO
- Retrofit de Todo o Sistema;
- Redução do gasto energético;
- Adequação às normas;
- Telegestão do Parque;
- Criação de CCO;
- Criação e Monitoramento de Indicadores de Qualidade.

CIDADE INTELIGENTE
- Criar Rede RFMesh com possibilidade de compartilhamento;
- Desenvolver bases para serviços digitais pela cidade.

ECONOMIA
- Redução nos Custos de Iluminação Pública;
- Investimentos de Grande Porte feito por Parceiros;
- Geração de emprego e renda;
- Possibilidade de Negócios Indiretos;
- Valorização de empresas da região que podem atender em horário noturno (restaurantes, entretenimento);
- Pagamento atrelado à performance do concessionário.

SEGURANÇA
- Redução de índices de criminalidade.
- Vias e Praças melhor iluminadas:
  - Facilitando ações preventivas;
  - Desencorajando ações criminosas;
- Melhor visibilidade = menos acidentes de Trânsito;

CULTURA E CIDADANIA
- Valorizar Praças e Parques;
- Valorizar Monumentos Históricos
- Valorizar Fachadas e Prédios de Interesse;
- Movimentar o Turismo;
- Integrar Festas Municipais;
- Extensão do uso dos equipamentos públicos para Período Noturno;

Figura 3 - Impacto esperado do PPP. Fonte: Ornatic Engenharia (2022)

Mensagens Chave

PPP não é privatização

O parque de IP será modernizado e operado por um parceiro privado, por meio de um contrato que definirá os direitos e obrigações de cada parte. O contrato tem um prazo definido e o parceiro privado receberá um valor acordado em contrato e atrelado a indicadores desempenhos pré-estabelecidos e à transferência de riscos e encargos. Ao final do contrato, a rede de iluminação pública do Município seguirá pretendendo à cidade, mas modernizada e de acordo com as normas técnicas brasileiras;

Melhoria no Serviço

A modernização da rede de iluminação pública resultará em ambientes públicos melhor iluminados, permitindo o uso das vias e calçadas da cidade com maior segurança para pedestres e veículos;

Parques, Praças e Monumentos Incluídos

Os parques, praças e monumentos da cidade também receberão um tratamento especial no desenho de sua rede de iluminação pública, com iluminação especial para valorizar o patrimônio público e fornecer uma experiência agradável aos visitantes destes locais no período noturno; e

Redução do Consumo de Energia

A rede de iluminação pública da cidade será modernizada para a tecnologia LED, reduzindo significativamente o seu consumo de energia elétrica, na ordem dos 50%. Além da economia de energia, o LED também proporciona melhores índices de reprodução de cor e direcionamento do foco luminoso, resultando em maior conforto visual para a população.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Introdução

Toda novidade provoca uma série de dúvidas e questionamentos. Pensando em respondê-las de forma antecipada, sugere-se a criação de uma FAQ (*Frequently Asked Questions*/Perguntas Frequentes) para o hotsite da PPP. Essas perguntas e respostas poderão ser apresentadas, também, por meio de um vídeo curto, em que o próprio prefeito responde às dúvidas. Alguns conteúdos aqui mencionados foram extraídos do Guia da Caixa.

Perguntas e Respostas

1) A Iluminação Pública do Município será privatizada?

Não. Na privatização a propriedade do bem/serviço é transferida definitivamente para o setor privado. Nos projetos de Parcerias Público-Privadas (PPP) os bens/serviços continuam sendo propriedade do poder público. No caso do projeto de PPP de Iluminação Pública, a empresa vencedora do leilão modernizará e operará a rede do Município, por um tempo determinado em contrato, sob o controle e monitoramento sistemático do setor público. Uma vez que o contrato termina, o setor privado deve devolver a operação da rede de iluminação pública ao Município nas condições estabelecidas no contrato

2) A conta de energia elétrica do munícipe vai aumentar com a PPP?

O custo com consumo de energia elétrica do cidadão não será impactado pela PPP. Todos os estudos de PPPs estão baseados na arrecadação atual da CIP (Contribuição de Iluminação Pública).

3) Os problemas de iluminação e de segurança nas ruas do Municípios serão resolvidos?

A PPP tem como objetivo realizar a modernização da rede de iluminação pública do Município e, consequentemente, a adequação às normas vigentes, [illegible] fornecendo, assim, um serviço de maior qualidade que, por si só, permite a melhoria da segurança na cidade.

4) A PPP custa mais caro que gestão pela própria Prefeitura?

Não. Nos estudos em elaboração são realizadas comparações dos custos existentes atualmente com a gestão da Prefeitura e dos custos com a implementação da PPP. A PPP somente será uma opção se apresentar um melhor custo-benefício.

5) O parceiro privado vai lucrar com a PPP e o que a cidade vai ganhar?

Para um projeto ser implantado por meio de uma PPP, um parceiro privado vai investir recursos que irão melhorar a qualidade do parque e iluminação pública do Município; por essa razão, deve sim, ter lucro na atividade. A cidade, por sua vez, deve se beneficiar do investimento que será realizado, recebendo modernização, ampliação e gestão da rede de iluminação pública.

6) O órgão da Prefeitura que é responsável pela iluminação pública será extinto?

Não. A equipe responsável pela iluminação pública do Município será responsável pelas atividades de monitoramento e fiscalização do parceiro privado contratado.

7) A atual equipe da Prefeitura responsável pela iluminação pública será demitida?

Os funcionários concursados poderão ser remanejados para outros órgãos ou departamentos do município. Os funcionários contratados poderão ser absorvidos pelo parceiro privado.

8) Meu bairro será contemplado com a iluminação pública?

Sim. Todos os bairros de Fazenda Rio Grande serão contemplados, seguindo o projeto de implantação.

9) A iluminação de praças e parques será melhorada?

Sim. As praças e os parques terão iluminação melhorada, favorecendo o lazer inclusive de noite, assim como garantindo mais segurança aos cidadãos.

10) Além da iluminação pública, a cidade vai ter algum outro ganho com a PPP?

Sim. É um passo para a conectividade da cidade. Com a PPP a estrutura para que seja disponibilizada internet em praças, parques, pontos turísticos e ruas, por exemplo, estará criada.

11) O que é telegestão?

É um sistema que oferece mais controle sobre os ativos do município e maior eficiência em manutenções, por exemplo, melhorando a prestação dos serviços.

12) O que é o FEP?

É um fundo privado, sem personalidade jurídica própria, constituído por prazo indeterminado e sob o amparo da Lei nº 13.529, de 2017, que tem por finalidade exclusiva custear serviços técnicos profissionais especializados, com vistas a apoiar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de concessão e parcerias público-privadas de interesse dos entes da Federação. (CAIXA)

REFERÊNCIAS

Mensagem

Fazenda Rio Grande está mudando para melhor e se tornando uma cidade mais bonita, segura e inteligente. Uma verdadeira revolução urbana está sendo planejada a partir do projeto de modernização do parque de iluminação pública.

As luminárias de LED vão iluminar a cidade com mais qualidade, uniformidade e eficiência energética. Além disso, a nova iluminação reduz significativamente o risco de contaminação do meio-ambiente e o consumo de energia elétrica, contribuindo assim com o compromisso de sustentabilidade da administração municipal.

Utilizando-se de tecnologia de ponta, as luminárias públicas serão monitoradas e controladas a partir de um moderno Centro de Controle Operacional, reduzindo o tempo de troca em caso de queima. Esse mesmo sistema estará apto a alavancar uma série de serviços públicos digitais, inserindo a cidade no seleto grupo das *smart cities*, as cidades inteligentes.

Toda essa melhoria será feita em curtíssimo prazo, sem que o município desembolse qualquer valor além do já arrecadado normalmente. O projeto de Parceria Público Privada vai atrair parceiros interessados em fazer todo o investimento necessário, além de capacitar e empregar profissionais locais.

O município está recebendo todo o apoio do governo federal para o desenvolvimento do projeto, através do Fundo de Estruturação de Projetos e o apoio de importantes instituições, como o MDR (Ministério de Desenvolvimento Regional), Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI) e Caixa Econômica Federal.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 589
Ass

Imagens

Imagens têm o poder de comunicar. A ideia seria aproveitar fotos de antes e depois para divulgar a diferença de iluminação, como no exemplo a seguir, da cidade de Palhoça em Santa Catarina.



Figura 4 - Fotos de antes e depois para divulgar a diferença de iluminação.
Fonte: https://dcn.news/portal/iluminacao-publica-de-palhoca-ja-promoveu-66-mil-atendimentos-de-manutencao-e-2021-ano-ate (em 19 de Julho)

Em um primeiro momento não haverá imagens concretas, então a ideia é trabalhar com perspectivas simuladas e imagens representativas neutras, como os posts exemplos a seguir:



Figura 5 – Divulgação PPP Santa Lucia.
Fonte: https://www.santalucia.rs.gov.br (em 19 de Julho)



Figura 6 - Divulgação Programa Cidade Iluminada de Corolândia.
Fonte: https://www.corlandia.pa.gov.br/site/Noticias/Article-180120181114041142-Programa-Cidade-Iluminada (em 19 de Julho)

Vídeos

Para os vídeos sugeridos, as referências são as que constam nos links a seguir:

PPP de Saúde OPY Health
https://youtu.be/YEekAMfBAMU

Vídeo demonstrativo – Fábrica de Vídeos
https://youtu.be/0xOpw-1AtG4

PMI Iluminação Pública - União da Vitória/PR
https://youtu.be/aTsaG_xrBe8

PMI Cidade Inteligente – Angra dos Reis/RJ
https://youtu.be/YENxQZ74Osg



Figura 7 – Captura de Tela Divulgação PPP de Saúde OPY Health.
Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=YEekAMfBAMU (em 19 de julho)

Hotsite

O hotsite da PPP deve ser limpo, objetivo, ilustrado, com a seguinte estrutura:

- HOME;
- Menu superior [O QUE É PPP | ILUMINAÇÃO PÚBLICA | FAZENDA RIO GRANDE | PROJETO | DOCUMENTOS | CONTATO];
- Seção de notícias sobre a PPP;
- Vídeo sobre a PPP;
- Outros materiais visuais informativos: fotos, *banners*, infográficos etc.;
- *Link* para Site da Prefeitura de Fazenda Rio Grande;
- *Link* para Site FEP Caixa Econômica;
- *Chat* com "*bot*

Algumas outras referências:

https://www.toledo.pr.gov.br/ppp/

https://www.cachoeiro.es.gov.br/programa-de-parcerias-publico-privadas-e-concessoes/

https://ppp.angra.rj.gov.br/

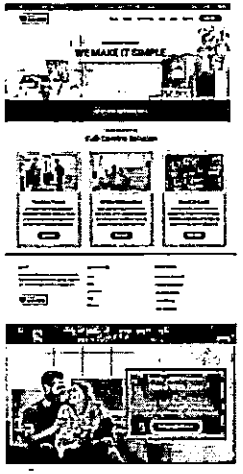


Figura 8 – Referência de Site.
Fonte: https://evoda.theme-fusion.com/movers/ (em 19 de julho de 2022)

Pautas

Para as pautas da assessoria de imprensa, temos inúmeros assuntos, desde o início do projeto até a conclusão do processo licitatório e a conclusão da implantação da nova iluminação. A seguir alguns recortes de veículos de comunicação para exemplificar:

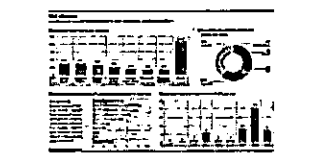
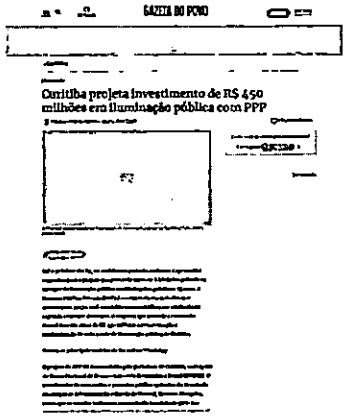

PPPs de iluminação pública devem bater R$ 1,8 bi

Figura 9 – Matéria sobre contratos de PPPs no Valor.
Fonte: https://valor.globo.com/empresas/noticia/2022/03/25/ppps-de-iluminacao-publica-devem-bater-r-18-bi.ghtml (em 19 de julho de 2022)



Curitiba projeta investimento de R$ 450 milhões em iluminação pública com PPP

Figura 10 – Matéria sobre PPP de Curitiba no Gazeta do Povo.
Fonte: https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/fora-pauta/ppp-iluminacao-publica-curitiba/ (em 19 de julho de 2022)

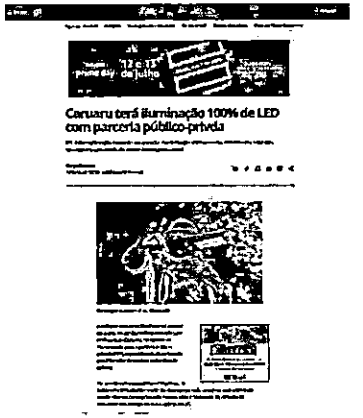

Caruaru terá iluminação 100% de LED com parceria público-privada

Figura 11 – Matéria no G1 sobre PPP de Caruaru.
Fonte: https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2022/02/15/caruaru-tera-iluminacao-100percent-de-led-com-parceria-publico-privada.ghtml (em 19 de julho de 2022)

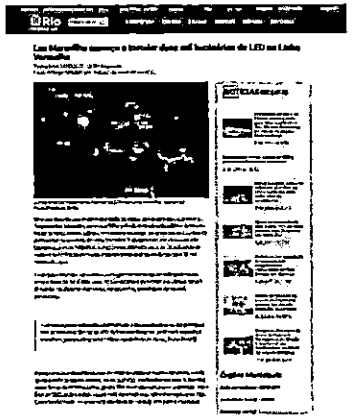


Figura 12 – Matéria sobre PPP do Rio no site da Prefeitura do Rio de Janeiro.
Fonte: https://prefeitura.rio/infraestrutura/au-maravilha-comeca-a-instalar-mil-luminarias-de-led-na-linha-vermelha (em 19 de julho de 2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 530

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 531
Ass.

ATUALIZAÇÕES

Plano de Comunicação

Está prevista ao menos uma atualização desse plano de comunicação, ao final da Etapa I do projeto, com data planejada para dezembro de 2022. Independente desse compromisso, esse documento poderá ser revisado sempre diagnosticada necessidade de revisão ou atualização relevante.

Relatório de Acompanhamento

Quinzenalmente, haverá apresentação do relatório sobre a performance da comunicação. O documento trará a listagem das ações realizadas e seus impactos, sugerindo, também, melhorias na estratégia e os próximos passos para que seja possível alcançar os objetivos do plano.

Projeto para Estruturação da PPP de Iluminação Pública de FAZENDA RIO GRANDE/PR

Relatório de Diagnóstico da Situação Jurídico-Institucional

JANEIRO/23

Sumário

1. INTRODUÇÃO 5
2. ARCABOUÇO NORMATIVO DO ENTE PÚBLICO 6
2.1. Situação do parque de iluminação pública 7
2.2. Peculiaridades locais em Matéria de Licitações, Contratos, Concessões e Parcerias Público-Privadas 8
2.3. Questões orçamentárias relevantes 11
2.4. Sistema de garantias ao parceiro privado, instituído pelo arcabouço jurídico vigente 13
3. CONTRATOS, ACORDOS OPERACIONAIS E DEMAIS AJUSTES QUE POSSAM AFETAR DE MANEIRA DIRETA O PROJETO 17
4. LEGISLAÇÃO ASSOCIADA À PRESTAÇÃO DO OBJETO (QUESTÕES AMBIENTAIS, FUNDIÁRIAS, URBANÍSTICAS E TRIBUTÁRIAS) 20
4.1. Questões ambientais pertinentes 21
4.2. Questões fundiárias pertinentes 24
4.3. Questões urbanísticas pertinentes 26
4.4. Questões tributárias pertinentes 28

4.4.1. Aspectos relativos à Contribuição para o Custeio de Serviços de Iluminação pública (COSIP ou COCIP) 28
4.4.2. Aspectos relativos a PIS, Cofins, IRPJ e CSLL 32
4.4.3. Aspectos relativos ao ISS 38
5. MARCOS LEGAIS QUE PODEM IMPACTAR O PROJETO 39
6. DIRETRIZES DOS TRIBUINAIS SUPERIORES, DO TJPR, DO TCU E DO TCE/PR 41
6.1. Diretrizes pertinentes ao Supremo Tribunal Federal (STF) 41
6.2. Diretrizes pertinentes ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) 43
6.3. Diretrizes pertinentes ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) 44
6.4. Diretrizes pertinentes ao Tribunal de Contas da União (TCU) 47
6.5. Diretrizes pertinentes ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) 49
7. COMPETÊNCIA MUNICIPAL 53
8. OPÇÕES QUE O MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE/PR POSSUI PARA VIABILIZAR O ARRANJO NECESSÁRIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO 54
9. SUGESTÕES DE ADEQUAÇÃO DO ARCABOUÇO JURÍDICO EXISTENTE 56
10. LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES NECESSÁRIAS AO PROJETO 59

11. FATORES JURÍDICOS, TÉCNICOS E PROCEDIMENAIS QUE CONDICIONAM A PUBLICAÇÃO DE EDITAIS PELO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS/BA 60
12. RECEITAS ACESSÓRIAS EXPLORÁVEIS 64
ANEXO 1 65
ANEXO II 68
ANEXO III 78
ANEXO IV 89
ANEXO V 91
ANEXO VI 96

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 532
Ass

1. INTRODUÇÃO

O presente "Relatório de Diagnóstico da Situação Jurídico Institucional" do Município de Fazenda Rio Grande/PR (daqui em diante, apenas "relatório") consiste em produto a ser entregue em virtude do Contrato nº 974/2022, cujo objeto é a *"Prestação de serviços técnicos especializados necessários à modelagem e estruturação de Parceria Público-Privada (PPP) destinada à operação no setor de Iluminação Pública no município Fazenda Rio Grande/PR* [...]".

Conforme o conteúdo do Termo de Referência que norteia a execução do objeto do contrato em epígrafe, este RELATÓRIO se prestar a formalizar e sistematizar a *"[...] análise o respeito do panorama legal aplicável à PPP com o objetivo de reunir informações para subsidiar a análise de viabilidade jurídica do PROJETO, inclusive quanto aos aspectos da sua licitação e contratação, e identificação das limitações legais que condicionem o seu desenvolvimento, observando as especificidades e com foco no ENTE PÚBLICO."*

Sua elaboração tomou por base normas legais e infralegais, bem como documentos fornecidos pelo Município de Teixeira de Freitas (daqui em diante, apenas "ENTE PÚBLICO"), e ainda material jurisprudencial e doutrinário levantado pela Ornatic Engenharia – EIRELI (daqui em diante, apenas CONSULTORIA ESPECIALIZADA) e pela Caixa Econômica Federal (daqui em diante, apenas "CEF").

Também se levou em consideração o trabalho realizado em outros 4 (quatro) projetos de PPP de Iluminação Pública, cujos principais dados estão sintetizados no quadro juntado ao anexo VI deste material.

Para além desta introdução, o RELATÓRIO conta com outros 11 (onze) tópicos, destinados a abordar, de maneira organizada, os pontos de reflexão destacados no Termo de Referência que norteia a execução do Contrato nº 974/2022, a saber: a) arcabouço normativo do ente público; b) contratos, acordos operacionais e demais ajustes que possam afetar de maneira direta o projeto; c) legislação associada à prestação do objeto (questões ambientais, fundiárias, urbanísticas e tributárias); d) ambiente jurisprudencial atinente ao ENTE PÚBLICO; e) marcos legais que podem impactar o projeto; f) jurisprudência dos tribunais superiores, do Tribunal de Justiça do Paraná, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; g) competência municipal; h) opções que o Município de Fazenda Rio Grande/PR possui para viabilizar o arranjo jurídico necessário para a implementação do projeto; i) sugestões de adequação do arcabouço jurídico existente; j) licenças e autorizações necessárias ao projeto; k) fatores jurídicos, técnicos e procedimentais que condicionam a publicação de editais pelo Município de Fazenda Rio Grande/PR; e l) receitas acessórias exploráveis.

2. ARCABOUÇO NORMATIVO DO ENTE PÚBLICO

A estruturação de um projeto de parceria público-privada, como se sabe, deve se dar à luz de uma complexa teia de normas constitucionais, legais e infralegais.

A própria figura da concessão de serviços públicos está prescrita no art. 175, da Constituição Federal, segundo o qual *"incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos"*.

No tocante às concessões dos serviços de modernização, manutenção e operação de parques de iluminação pública, ganha destaque também a previsão do art. 30, Inc. V, da Constituição Federal, o qual estabelece que compete aos Municípios *"organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial"*.

Visando instrumentalizar essas previsões, o legislador editou as Leis nº 8.987/95 (a lei geral das concessões e permissões de serviços públicos) e nº 11.079/2004 (a lei das PPPs).

Ainda no âmbito federal, cumpre destacar a Resolução Normativa ANEEL nº 1000/2021, a qual reforça a incidência do art. 30, inc. V, aos serviços de modernização, operação e manutenção dos parques de iluminação pública, preconizando que *"a elaboração de projeto, a implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública são de responsabilidade do poder público municipal"*.

Essas referências normativas consistem no que há de mais elementar em termos de premissas jurídicas para a implementação de concessões e parcerias público privadas.

Entretanto, uma análise atenta delas já denota a grande quantidade de cuidados e providências a serem observados para se estruturar um projeto de sucesso.

Esse panorama de complexidade é potencializado em casos como o ora analisado, quando o titular dos serviços a serem delegados é um município. Isso porque projetos desse tipo são trespassados por uma série de normas jurídicas regionais e locais que precisam ser observadas para que a concessão ou a PPP sejam implementadas num ambiente juridicamente seguro.

Daí a pertinência de se avaliar, com cautela, o ambiente jurídico institucional em que o Município de Fazenda Rio Grande/PR está inserido nesse momento. Melhor dizendo, é importante analisar se as fontes normativas existentes e incidentes sobre o projeto que se pretende implementar no município estão aptas a garantir que ele se desenvolva de maneira firme.

Para garantir que esse emaranhado de informações seja estudado de maneira organizada, e que este tópico do relatório de diagnóstico detenha a clareza que se espera dele, optou-se por dispor as informações coletadas a partir de subtópicos que refletam os seus graus de abstração. São eles:

1. Situação do parque de iluminação;
2. Peculiaridades locais em matéria de licitações, contratos, concessões e parcerias público-privadas;
3. Questões orçamentárias relevantes; e
4. Sistema de garantias ao parceiro privado instituído pelo arcabouço jurídico vigente;

Estando claras as premissas metodológicas que nortearão a elaboração deste tópico do relatório, passa à análise dos dados coletados junto à municipalidade.

2.1. Situação do parque de iluminação pública

Conforme anotado anteriormente, o presente relatório consiste em um dos produtos a serem entregues com o objetivo de subsidiar o Município de Fazenda Rio Grande/PR a estruturar e implantar projeto de parceria público privada que instrumentalize a concessão dos serviços de modernização, operação e manutenção do seu parque de iluminação pública.

Nesse contexto, é instintivo apontar a situação do parque de iluminação pública como o primeiro núcleo de preocupação para o presente projeto.

Obviamente, os responsáveis pela elaboração dos estudos técnicos terão melhores condições de tratar deste assunto. De qualquer modo, cabe ao especialista jurídico identificar a existência de normas legais que tratem das condições do parque de iluminação pública do Município de Fazenda Rio Grande/PR.

Nesse contexto, cumpre destacar 3 (três) leis ordinárias editadas pelo Município de Fazenda Rio Grande/PR, que são pertinentes ao tema.

A primeira delas consiste na Lei Municipal nº 154/2002.

Tal lei é responsável por instituir, no âmbito do Município de Fazenda Rio Grande/PR, a Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (designada também como "COSIP" em âmbito municipal), e será avaliada de forma detida ao longo deste relatório.

Para os fins a que se dedica este subitem, importa destacar o art. 1º-A, da referida lei, segundo o qual os valores arrecadados a título de COSIP devem ser utilizados também para a implantação, manutenção e atualização de software de comunicação e atendimento ao usuário do parque de iluminação pública e de publicidade e propaganda.

É de se notar que essa ferramenta, a rigor, já deve estar implementada no Município de Fazenda Rio Grande/PR, sendo, portanto, um dado posto acerca da situação jurídica do parque de iluminação pública.

Contudo, cabe à equipe de modelagem técnico-operacional verificar se a ferramenta efetivamente já foi implementada, bem como se há necessidade de ela sofrer adequações ou ser substituída.

A segunda norma pertinente consiste na Lei Municipal nº 1.350/2020, cujo art. 1º impõe a utilização preferencial de energia solar para o funcionamento da rede de iluminação pública municipal.

É de se destacar o emprego, pelo legislador, da expressão "preferencial", indicando que apesar de desejada, a utilização de energia solar no funcionamento do parque de iluminação pública pode ser afastada, acaso existam justificativas para tanto.

Essas justificativas estão delineadas no art 2º, da mesma lei, o qual condiciona a utilização de energia solar, para o funcionamento de toda a rede de iluminação pública, à "[...]*comprovação de condições técnicas*".

Em que pese não se ter localizado decreto ou ato editado com o objetivo de regulamentar tal lei (conforme previsto em seu art. 6º), sugere-se que a equipe de modelagem técnico-operacional esteja atenta ao seu conteúdo, o qual deve ser considerado quando da definição das diretrizes a serem seguidas pelo futuro concessionário no tocante à modernização do parque de iluminação pública do Município de Fazenda Rio Grande.

A terceira norma pertinente é a Lei Municipal nº 1.325/2019.

De acordo com o art. 1º, c/c art. 2º, inc. V, da referida lei, o Município de Fazenda Rio Grande é obrigado a informar em seu sítio eletrônico, no último dia de expediente do mês, o cronograma de todos os serviços de iluminação pública que serão executados no mês seguinte.

Considerando o fato de que mesmo após a concessão, o Município continuará sendo o titular dos referidos serviços, é plausível se entender que a concessionária, responsável por executar os serviços em nome daquele, também deve se submeter a essa regra.

2.2. Peculiaridades locais em Matéria de Licitações, Contratos, Concessões e Parcerias Público-Privadas

A Lei Orgânica do Município prevê em seu art. 9º, inc. XII, a possibilidade de a municipalidade prestar serviços públicos indiretamente, por meio de concessões, desde que tais projetos sejam autorizados pela Câmara Municipal (art. 33, Inc. VI).

Acerca desta autorização, não se encontrou na Lei Orgânica do Município de Fazenda Rio Grande/PR qualquer menção à concessão dos serviços de modernização, operação e manutenção do parque de iluminação pública municipal.

Também não se localizou qualquer lei autorizativa específica, que tenha sido editada posteriormente pela Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande/PR.

Isso abre espaço para a primeira sugestão de adequação legislativa pertinente para o presente projeto (a qual será melhor detalhada no item "9" deste relatório), qual seja, a de edição de lei autorizando a concessão dos serviços de modernização, operação e manutenção do parque de iluminação pública do Município de Fazenda Rio Grande/PR.

Também não se localizou, no Município de Fazenda Rio Grande/PR, lei que tenha instituído um programa local de parcerias público-privadas ou que tenha regulamentado o tema em âmbito municipal.

A existência de lei local não se impõe como um requisito para a estruturação e a execução de projetos de parcerias público-privadas, dado que as Leis nº

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 533
Ass

8.987/95 e 11.079/2004 têm caráter de normas gerais, aplicáveis a todos os entes da federação.

De qualquer modo, a edição da referida lei é, quando pouco, recomendável. Trata-se de boa oportunidade de o Poder Público adequar a disciplina legal já existente às peculiaridades inerentes à sua estrutura administrativa. E essa é a segunda sugestão de adequação legislativa pertinente ao presente projeto (que também será detalhada no item "9" deste relatório).

Quando menos, entende-se pertinente que o Município de Fazenda Rio Grande/PR edite um decreto, regulamentando a Lei nº 11.079/2004 (outra oportunidade de adequar a aplicação da referida lei em âmbito local), e instituindo um Conselho Gestor de PPPs local.

A instituição desse conselho é importante, na medida em que ele tem por finalidade servir como unidade organizadora e propulsora das atividades pertinentes ao desenvolvimento da concessão que se pretende erigir. Ele centralizará os trabalhos, demandará os diversos órgãos e entidades da administração pública municipal cujas competências são pertinentes para a estruturação da PPP em questão, interagirá com os responsáveis pela modelagem do projeto, etc.

Sem a realização dessas adequações legislativas, a disciplina legal incidente sobre o caso, pertinente a concessões e PPPs, se limitará à legislação editada pela União, notadamente as Leis nº 8.987/95 e 11.079/2004.

No tocante à disciplina do procedimento licitatório propriamente dito, deve-se destacar, em primeiro lugar, que no momento da elaboração deste relatório, estão vigentes 2 (duas) leis gerais de licitações: a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 14.133/2021.

Entretanto, levando-se em conta o cronograma estruturado para o presente projeto, bem como o fato de que a Lei nº 8.666/93 será completamente revogada pela Lei nº 14.133/2021 em abril de 2022, tudo indica que a licitação pertinente para o presente caso ocorrerá sob a vigência exclusiva da Nova Lei de Licitações, devendo estar alinhada aos seus ditames.

Maiores detalhes sobre o procedimento a ser observado constarão dos documentos inerentes à etapa de modelagem jurídica da PPP.

Entretanto, é preciso destacar desde logo que, em princípio, não foram encontradas contradições entre a disciplina jurídica contida na Lei nº 14.133/2021 e na legislação municipal pertinente a procedimentos licitatórios.

Isso porque as normas municipais, pertinentes a procedimentos licitatórios, encontradas em pesquisa, ou complementam a legislação federal, conferindo maior eficácia a princípios dos procedimentos licitatórios, ou não são aplicáveis (pelo menos não completamente) a licitações destinadas a selecionar potenciais concessionários de serviços públicos.

São 3 (três) as normas pertinentes a esse ponto.

A primeiro consiste no Decreto Municipal nº 4.628/2017, que regulamenta o procedimento interno no Município para o trâmite de licitações e contratos administrativos.

O alcance do referido Decreto não é propriamente claro. De um lado, seu art. 1º menciona que os procedimentos previstos no decreto são aplicáveis "[...] *ao processamento de pedidos de compras, licitações, dentre outros instrumentos de contratação*". De outro, o § 1º, do art. 2º, do mesmo decreto, ao tratar de documento denominado de "memorando", que inaugura os processos de contratação no âmbito do Município de Fazenda Rio Grande/PR, indica que ele deve conter "[...] *solicitação de compra ou contratação de serviços* [...]" (*g.n.*).

Após uma análise sistemática do referido decreto, a conclusão a que se chega é a de que ele não se aplica (ao menos não integralmente) aos procedimentos licitatórios destinados a selecionar concessionários de serviços públicos.

Essa conclusão decorre, por exemplo, das orientações nele contidas acerca da realização de pesquisa de preços, as quais demandam consulta a fontes de pesquisa tradicionais, como potenciais fornecedores, tabelas oficiais de preços e atas de registro de preços firmadas por outros órgãos ou entidades da Administração Pública (art. 2º, § 4º, inc. I, "a" a "c").

Sabe-se que a consulta a tais fontes é corriqueira nos processos de predicação de objetos mais simples, passíveis de serem contratados mediante contratos de empreitada, e que são incompatíveis com os complexos métodos de predicação de contratos de concessão de serviços públicos.

Daí porque opina-se pela inaplicabilidade (ao menos da integralidade) do Decreto Municipal nº 4.628/2017 ao procedimento licitatório pertinente ao presente projeto.

De qualquer forma, o referido ato normativo se mostra pertinente na medida em que contém indicativos de órgãos do Município de Fazenda Rio Grande/PR que estarão envolvidos no procedimento licitatório em questão.

Conforme mencionado, o art. 2º do referido decreto prevê que os órgãos e entidades da administração pública municipal interessados na licitação, devem encaminhar memorando à Secretaria Municipal de Administração, órgão que, tudo indica, centraliza as atividades inerentes à etapa externa dos processos de contratação pública municipais, e que, por isso, deverá se envolver no procedimento licitatório destinado a selecionar a futura concessionária do presente projeto.

O art. 4º, do mesmo decreto, confirma essa conclusão, ao prever que após a realização do procedimento licitatório, o Secretário Municipal de Administração deverá elaborar parecer acerca da sua regularidade, opinando a favor ou contra a homologação do certame.

Ato contínuo, e de acordo com o art. 6º, a Procuradoria-Geral do Município também deverá avaliar o procedimento licitatório, manifestando-se sobre o preenchimento dos requisitos legais. Esse parecer deve ser exarado, conjuntamente, por 2 (dois) Procuradores do Município, ou por um Procurador e pelo Procurador-Geral do Município, ou ainda por um Procurador do Município e por um Procurador Adjunto (art. 6º, parágrafo único).

Somente após essas providências, o procedimento licitatório será encaminhado ao Prefeito Municipal, que poderá homologar o resultado do procedimento licitatório (art. 9º).

O art. 10, do referido decreto, estabelece ainda a necessidade de o extrato do contrato ser publicado na imprensa oficial do Município de Fazenda Rio Grande até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura.

Passando à segunda norma pertinente, trata-se da Lei Complementar Municipal nº 154/2018, a qual regulamenta, em âmbito municipal, o tratamento diferenciado a ser conferido às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e ao Microempreendedor Individual.

Tal lei contém uma série de dispositivos destinados a incentivar a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais em procedimentos licitatórios promovidos pelo Município de Fazenda Rio Grande/PR.

Evidentemente, será necessário avaliar a aplicabilidade de cada um desses dispositivos ao procedimento licitatório a ser estruturado por ocasião da modelagem de minuta do edital de licitação deste projeto.

Entretanto, é possível afirmar, de pronto, que alguns deles definitivamente não incidirão no caso concreto.

Tome-se como exemplo os arts. 57 e 59, da referida lei complementar.

O art. 57 estabelece a necessidade de o Município, sempre que possível, instruir seus procedimentos licitatórios com orçamentos fornecidos pelas empresas beneficiadas pela Lei Complementar Municipal nº 154/2018, balizando seus processos de formação de preços estimados nesses orçamentos.

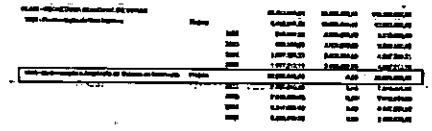
Esse dispositivo, entende-se, não se aplica ao presente projeto, uma vez que, conforme visto, os processos de formação de preços estimados em projetos concessionários são consideravelmente mais complexos do que aqueles pertinentes a contratos de empreitada, e não se pautam pela mera coleta de orçamentos junto a potenciais fornecedores.

O art. 59, por sua vez, impõe a necessidade de o Município de Fazenda Rio Grande/PR promover licitações destinadas exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que o valor estimado do objeto a ser contratado for igual ou inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Ainda que não se saiba, nesse momento, o valor estimado do futuro contrato de concessão dos serviços de modernização, operação e manutenção do parque de iluminação pública de Fazenda Rio Grande/PR, pode-se afirmar, com amplo grau de certeza, que ele será muito superior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), de modo que o referido dispositivo também não se aplica ao presente projeto.

Por fim, a terceira norma a ser mencionada consiste na Lei Municipal nº 1.315/2019. Essa lei estabelece a necessidade de os procedimentos licitatórios realizados pelo Poder Executivo do Município de Fazenda Rio Grande serem gravados em áudio e vídeo.

Essas gravações, de acordo com o art. 1º, da referida lei, devem ser disponibilizados no site oficial do Poder Executivo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas) após o encerramento das sessões.



Ainda que o texto acima não faça remissão expressa à instituição de uma concessão administrativa, fato é que ele destaca recursos públicos aptos a fazer frente a grande parte do objeto do presente projeto: a modernização e a ampliação parque de iluminação pública do Município de Fazenda Rio Grande.

É preciso registrar ainda que o mesmo Plano Plurianual destaca recursos no valor de R$ 4.067.888,31 (quatro milhões sessenta e sete mil oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e um centavos) para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Urbanismo, a qual, de acordo com o Decreto Municipal nº 3.904/2015 é responsável por manter a divisão de iluminação pública do Município de Fazenda Rio Grande/PR.

Portanto, entende-se que, no caso concreto, o requisito previsto no art. 10, inc. V, da Lei nº 11.079/2004, resta preenchido no caso concreto.

Ainda no tocante às questões orçamentárias, é preciso destacar também a Lei Municipal nº 1.524/2022 e a futura Lei Orçamentária Anual do Município de Fazenda Rio Grande/PR para o exercício de 2023 (a qual não foi encontrada, e, por isso, presume-se, ainda não foi aprovada e publicada pela Câmara Municipal).

Não se vislumbra qualquer razão para que tal regra não seja observada no procedimento licitatório pertinente ao presente projeto, de modo que o Município de Fazenda Rio Grande/PR precisa estar atento à necessidade de providenciar a gravação e a publicação das sessões públicas de licitação que ocorrerão para selecionar a futura concessionária dos serviços de modernização, operação e manutenção do seu parque de iluminação pública.

2.3. Questões orçamentárias relevantes

Passando ao núcleo temático das questões orçamentárias, ganha relevância a Lei Municipal nº 1.942/2021, a qual contém o Plano Plurianual do Município de Fazenda rio Grande/PR, para o quadriênio 2022-2025.

Por força do contido no art. 10, inc. V, da Lei nº 11.079/2004, a presença do objeto da concessão pertinente para o presente caso no Plano Plurianual em questão consiste em requisito para a abertura do procedimento licitatório que deve anteceder a formalização do contrato de parceria público-privada.

No caso concreto, há no Plano Plurianual do Município de Fazenda Rio Grande/PR (Lei Municipal nº 1.492/2021) à modernização e à ampliação do parque de iluminação pública:

A realização de análise contábil destas leis é medida essencial para a estruturação do projeto em questão, dado o previsto no art. 10, inc. I, "b" e "b", e incs. II e II, da Lei nº 11.079/2004.

Esses dispositivos impõem que a abertura de procedimento licitatório destinado a selecionar o futuro contratado seja precedida pela elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios em que deva vigorar o contrato de parceria público-privada, de declaração do ordenador da despesa de que as obrigações contraídas pela Administração Pública no decorrer do contrato são compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e estão previstas na lei orçamentária anual, e de autorização da autoridade competente, fundamentada em estudo técnico que demonstre, dentre outros:

1. que as despesas criadas ou aumentadas não afetarão as metas de resultados fiscais previstas no Anexo referido no § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa; e

2. que os limites e condições decorrentes da aplicação dos arts. 29, 30 e 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, pelas obrigações contraídas pela Administração Pública relativas ao objeto do contrato, serão observadas no caso concreto;

Dado o teor desses requisitos, recomenda-se que Lei Orçamentária Anual do Município de Fazenda Rio Grande/PR para o exercício de 2023 preveja expressamente a instituição de concessão administrativa dos serviços de modernização, manutenção e operação do parque de iluminação pública

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 336 Assinatura

municipal, destacando recursos para fazer frente à parcela do objeto que será executada no decorrer do ano.

É preciso estar atento, ainda, aos relatórios e análises que precisam ser elaborados em função das exigências previstas no art. 10, inc. I, "b" e "b", e incs. II e III, da Lei nº 11.079/2004. A produção de tais documentos, em verdade, demanda uma análise transversal e minuciosa da Lei Municipal nº 1.524/2022 e da Lei Orçamentária Anual do Município de Fazenda Rio Grande/PR para o exercício de 2023, o que deverá ser feito por ocasião da elaboração dos estudos econômico-financeiros pertinentes a este projeto.

Os responsáveis pela elaboração desses estudos devem se atentar, também, para o previsto no art. 28, da Lei nº 11.079/2004. Esse dispositivo estabelece que a União não poderá conceder garantia ou realizar transferência voluntária aos Estados, Distrito Federal e Municípios se a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias já contratadas por esses entes tiver excedido, no ano anterior, a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

Todos esses dispositivos precisarão ser observados quando da elaboração dos estudos de modelagem econômico-financeira.

Por fim, ainda que não se trate de questão propriamente orçamentária, é preciso destacar que, a julgar pelo cronograma elaborado para o presente projeto, tudo indica que a licitação da futura PPP não será realizada em período eleitoral, de modo que eventuais limitações decorrentes da legislação pertinente não devem indicar sobre este projeto.

Entretanto, caso o cronograma sofra alterações, está conclusão precisará ser revista.

2.4. Sistema de garantias ao parceiro privado, instituído pelo arcabouço jurídico vigente

O tema das garantias passíveis de serem instituídas em favor do futuro parceiro privado possui especial importância, na medida em que um sistema firme de garantias tende a reduzir riscos, e, consequentemente, tornar o projeto menos oneroso ao Município de Fazenda Rio Grande/PR.

Na forma do art. 8º, da Lei nº 11.079/2004, as obrigações assumidas pela Administração Pública no âmbito dos contratos de parcerias público—privadas podem ser garantidas mediante: *i)* vinculação de receitas; *ii)* instituição ou utilização de fundos especiais previstos em lei; *iii)* contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que não sejam controladas pelo Poder Público; *iv)* garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras; *v)* garantias prestadas por fundo garantidor ou empresa estatal criada por essa finalidade; *vi)* outros mecanismos admitidos em lei.

Há, como se vê, amplo espaço para a prestação de garantias em contratos parcerias público-privadas.

Na prática, é relativamente comum que o Poder Concedente institua, por meio de lei, fundo garantidor, direcionando a ele recursos financeiros aptos a servir de garantia para fazer frente às contraprestações devidas ao concessionário.

Em consulta à Lei Municipal nº 1.492/2021, o Plano Plurianual vigente em âmbito local, percebe-se que o Município de Fazenda Rio Grande hoje possui

11 (onze) fundos especiais instituídos, os quais são subsidiados com recursos públicos. São eles:

1. Fundo Municipal de Saúde;
2. Fundo Municipal de Educação;
3. Fundo Municipal de Assistência Social;
4. Fundo Municipal de Trânsito;
5. Fundo Municipal de Habitação;
6. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescência;
7. Fundo Municipal do Idoso;
8. Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação (FMDI);
9. Fundo Municipal do Meio Ambiente;
10. Fundo Municipal de Cultura;
11. Fundo Municipal de Políticas Públicas.

Dessa lista, 2 (dois) possuem aparente pertinência temática com o objeto da futura concessão, quais sejam: *i)* O Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação (FMDI); e *ii)* o Fundo Municipal de Políticas Públicas.

O FMDI foi instituído pela Lei Municipal nº 1.319/2019, a qual também criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Município de Fazenda Rio Grande (PROFAZ).

De acordo com o art. 19, da referida lei, *"o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação - FMDI tem por finalidade exclusiva propiciar o apoio financeiro às proposições aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico de Fazenda Rio Grande - PROFAZ, como estudos, programas, projetos, dentre outras atividades em prol do desenvolvimento econômico municipal [...]"*.

O art. 26, da mesma lei, complementa essa informação, e prescreve que os recursos do FMDI destinados às seguintes atividades:

1. estruturação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de desenvolvimento econômico do Município;
2. desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento lideranças, inclusive missões técnicas;
3. desenvolvimento de programas de apoio financeiro e incentivos a empresários, principalmente de micro e pequenas empresas, e ao empreendedorismo;
4. organização e participação em eventos, feiras, seminários, congressos e afins, nacionais e internacionais relacionados aos objetivos propostos;
5. financiamento de atividades nas áreas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação para segmentos econômicos como indústria, comércio e serviços, com destaque para saúde, educação, segurança e mobilidade urbana, observadas as prioridades do planejamento estratégico para o Município, bem como aquelas indicadas pelo PROFAZ;
6. custeio para a elaboração de projetos técnicos de viabilidade econômico-financeira, visando à atração de investimentos;
7. estudos e pesquisas que orientem programas setoriais e cadeias produtivas para a alavancagem de novos empreendimentos assim como a identificação de oportunidades de investimentos;
8. contratação de profissionais para dar suporte técnico e administrativo ao funcionamento do PROFAZ, observando aos princípios legais vigentes;
9. outras despesas não previstas, sempre voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável do Município.

É de se notar que nenhuma das hipóteses prevê expressamente a possibilidade de os recursos do FMDI fazerem frente a uma PPP de iluminação Pública.

Entretanto, não se pode perder de vista que a lei autoriza a utilização do FDMI em *"outro despesas não previstas, sempre voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável do Município"*.

Ora, não se pode negar que a redução do consumo de energia elétrica por parte do Município consiste numa medida alinhada a ideia de desenvolvimento sustentável.

Demais disso, sabe-se que do ponto de vista técnico, um projeto de iluminação pública pode implementar uma *smart grid* que sirva de base para o desenvolvimento de uma série de serviços com potencial de incrementar o crescimento econômico sustentável da municipalidade.

Basta pensar, por exemplo, na instalação de parquímetros digitais, que racionalizem a utilização de vagas públicas de estacionamento e incrementem as receitas municipais.

Serviços como o de fornecimento de Internet Wi-fi para comerciantes, a preços subsidiados, também caminham nesse sentido.

Daí porque se entende que, a depender da forma como o presente projeto for modelado do ponto de vista técnico-operacional, a utilização dos recursos do FMDI para fins de prestação de garantia ao futuro concessionário pode ser uma opção.

O Fundo Municipal de Política Pública, por sua vez, tem fundamento no art. 39-B, da Lei Complementar Municipal nº 8/2006 (com redação conferida pela Lei Complementar Municipal nº 85/2013).

De acordo com o § 3º do referido dispositivo legal, *"os recursos do Fundo poderão ser utilizadas para a instituição de programas habitacionais, construção de unidades escolares, construção de unidades de saúde, construção de equipamentos comunitários, compra de equipamentos permanentes, desapropriação, pagamento de indenização de áreas, aquisição de bens imóveis, dentre outras necessidades de relevante interesse público, ficando vedado o pagamento de vencimentos dos servidores públicos municipais"*.

O dispositivo, tudo indica, enumera rol taxativo de hipóteses de utilização do referido fundo, o qual não contém qualquer previsão no sentido de aplicação dos recursos para fins de garantir projetos de infraestrutura como aquele pertinente ao presente relatório.

Daí porque, tudo indica, sua utilização, para fins de garantia à futura concessionária dos serviços de modernização, operação e manutenção do parque de iluminação Pública do Município de Fazenda Rio Grande, não se mostra viável.

Deve-se destacar também a possibilidade de garantias serem prestadas por empresas estatais criadas com essa finalidade.

Essa hipótese ganha relevo no caso concreto, na medida em que a administração pública indireta do Município de Fazenda Rio Grande contém em sua estrutura a "Companhia de Desenvolvimento de Fazenda Rio Grande" (CODEF).

A referida sociedade de economia mista foi criada pela Lei Municipal nº 118/1997, tem como competências, dentre outras, *"exercer atividades que visem a promoção do Município, proporcionando o seu desenvolvimento"* e *"promover medidas relativas à geração de empregos e de orientação e associações de empresários na condução de seus interesses perante o Município"* (art. 1º, incs. V e VII).

Não se pode negar que a concessão dos serviços de modernização, operação e manutenção do parque de iluminação pública do Município de Fazenda Rio

Grande tem como finalidade precípua proporcionar o seu desenvolvimento. Demais disso, a instituição de Sociedade de Propósito Específico destinada a executar o contrato de concessão tem o condão de gerar vagas de emprego que podem ser preenchidas por munícipes.

Isso não significa, é claro, que a CODEF esteja autorizada desde logo a prestar garantia em favor do futuro concessionário pertinente à concessão ora tratada. Não se consegue inferir da Lei Municipal nº 118/1997 que a estatal detém competência para tanto.

O esclarecimento dessa questão passa, sem sombra de dúvidas, por uma consulta ao texto do estatuto social da CODEF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 164/1997, e que não foi encontrado por ocasião da pesquisa que instruiu o presente relatório.

De qualquer modo, não se pode deixar de destacar o aparente alinhamento entre algumas das missões da CODEF e o objeto da concessão que se está a planejar, de modo que a referida consulta ao estatuto social da sociedade de economia mista é, quando menos, medida recomendável.

Por fim, outra "garantia"[1] albergada pela legislação incidente sobre o caso e que merece destaque consiste na vinculação das receitas da Contribuição de Iluminação Pública (COSIP) arrecadada pelo Município de Fazenda Rio Grande/PR.

Tal vinculação se instrumentaliza mediante a instituição da chamada "conta garantia", ou *"escrow account"*, instrumento comumente utilizado em projetos de PPPs, sobretudo de iluminação pública, para disciplinar o sistema de pagamento de contrapartidas ou contraprestações públicas e aumentar a segurança desses projetos.

Em resumo, o Poder Concedente se obriga contratualmente a abrir uma conta, gerida por um terceiro, e a realizar um depósito inicial, apto a fazer frente um determinado número de contraprestações mensais máximas pertinentes ao contrato, o qual servirá como um colchão de liquidez apto a fazer frente aos compromissos financeiros a cargo do Município.

Esse saldo deve ser mantido num patamar mínimo, mediante o direcionamento dos recursos da COSIP arrecada pelo Município para a conta.

Ao final de cada mês, e após receber os relatórios que apontam o desempenho da concessionária e o valor devido a ela, o terceiro responsável por gerir a conta transferirá o valor da contraprestação a quem é de direito.

Cumpre destacar que esse é um instrumento amplamente utilizado em PPPs de iluminação pública, e, por isso mesmo, considerado essencial para garantir um nível adequado de segurança jurídica e econômico-financeira para o presente projeto.

[1] Ao comentar a possibilidade de vinculação de receitas em PPPs (o que pode ser feito mediante a instituição de uma "conta garantia"), FERNANDO VENALHA GUIMARÃES registra o seguinte: "Rigorosamente [a vinculação de receitas], não se reveste da mesmíssima natureza que as clássicas garantias erigidas da teoria geral do direito civil, por consubstanciar-se numa modalidade de pagamento de obrigações com fonte vinculada de receita. Há garantia numa acepção lata (ou leiga) do termo, mas não se verifica na hipótese uma obrigação (acessória) garantidora". (GUIMARÃES, Fernando Vernalha. Parceria público-privada. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 367).

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 532

3. CONTRATOS, ACORDOS OPERACIONAIS E DEMAIS AJUSTES QUE POSSAM AFETAR DE MANEIRA DIRETA O PROJETO

Este terceiro tópico se dedica a destacar e analisar documentos que, apesar de não consistirem em normas propriamente ditas, detêm o condão de impactar no planejamento do presente projeto de PPP.

Neste ponto, é preciso destacar a escassez de documentos e informações repassadas pelo Município de Fazenda Rio Grande/PR.

Com efeito, são escassos os dados pertinentes a 4 (quatro) temas centrais: *i)* a situação patrimonial dos ativos de iluminação pública do Município de Fazenda Rio Grande/PR; *ii)* a composição e as características da equipe de servidores que atualmente presta os serviços de manutenção do parque de iluminação pública do Município de Fazenda Rio Grande/PR; *iii)* as características dos instrumentos utilizados pelo Município de Fazenda Rio Grande/PR para obter equipamentos e insumos para os serviços de manutenção do seu parque de iluminação pública; e *iv)* características do instrumento contratual firmado entre o Município de Fazenda Rio Grande/PR e a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) para o fornecimento de energia elétrica.

Com efeito, o Município de Fazenda Rio Grande/PR não disponibilizou até o momento, qualquer documento que dê conta da situação formal dos ativos que compõem o seu parque de iluminação pública.

Como se sabe, muitos Municípios resistiram ao ônus de assumir a posse e o dever de gerir seus Parque de Iluminação, imposto pela revogada Resolução ANEEL nº 414/2010. Alguns deles nunca chegaram a assumir formalmente a posse de seus parques de iluminação.

Em contraste, o desenvolvimento do presente projeto num ambiente com o adequado nível de segurança jurídica pressupõe que a cessão formal de iluminação pública em favor do Município de Fazenda Rio Grande tenha ocorrido.

Por isso, recomenda-se ao Coordenador do projeto que formalize pedido à Procuradoria-Geral do Município de Fazenda Rio Grande/PR para que forneça cópia do respectivo termo de cessão de ativos do parque de iluminação pública municipal, ou informe eventual existência do referido documento, para que esse dado seja levado em consideração na modelagem do projeto em apreço.

No caso de o Município de Fazenda Rio Grande/PR não localizar o referido documento, recomenda-se que se instaure procedimento de formalização da transferência formal dos ativos do parque iluminação para a municipalidade, o qual deverá culminar na formalização de "Termo de Transferência do Sistema de Iluminação Pública", mencionado no art. 218 da revogada Resolução ANEEL nº 414/2010.

O Município de Fazenda Rio Grande/PR também não informou qual é o tamanho ou a composição da equipe de servidores que presta os serviços manutenção de seu parque de iluminação pública.

Tudo o que se sabe é que tal equipe integra a divisão de iluminação pública, a qual compõe a estrutura da Secretaria Municipal de Urbanismo do Município de Fazenda Rio Grande, nos termos do Decreto Municipal nº 3.904/2015.

Contudo, é de fundamental importância que os responsáveis pela modelagem técnico-operacional do presente projeto tenham dados sobre essa equipe, para poder dimensionar, com precisão, o volume de trabalho que será entregue aos cuidados da futura concessionária.

Por isso, recomenda-se ao Coordenador do projeto que formalize pedido à divisão de iluminação pública do Município de Fazenda Rio Grande/PR, para que forneça a relação dos servidores que compõem a referida equipe, informando dados como: *i)* o tipo de vínculo mantido entre os servidores e o município; *ii)* a formação profissional de cada um desses servidores; *iii)* a carga horária cumprida por cada um desses servidores.

O Município de Fazenda Rio Grande/PR não forneceu, ainda, cópias dos instrumentos jurídicos que disciplinam a aquisição de equipamentos e insumos que subsidiem os trabalhos da divisão de iluminação pública municipal.

Em consulta ao sítio eletrônico do Município de Fazenda Rio Grande/PR, foi encontrada cópia da ata de registro de preços nº 050/2021, firmadas com as empresas Deltavalle Materiais Elétricos EIRELI, Directy Construtora EIRELI e VRS Serviços Eireli, cujo objeto consiste na "*aquisição de materiais elétricos para manutenção da iluminação pública*".

Entretanto, a relação de materiais passíveis de serem adquiridos em função da referida ata de registro de preços não foi encontrada, o que impõe uma restrição bastante grande de informações pertinentes.

Demais disso, a tendência é que tais atas de registro de preços não estejam mais vigentes (tendo em vista o disposto no art. 15, § 3º, inc. III, da Lei nº 8.666/93). E não há garantias de que o Município de Fazenda Rio Grande/PR tenha feito novo uso do sistema de registro de preços para adquirir esse tipo de objeto. Ou seja: não se sabe sequer se o modelo jurídico segue sendo adotado.

Em face disso, recomenda-se ao Coordenador do projeto que formalize pedido à divisão de iluminação pública do Município de Fazenda Rio Grande/PR, para que forneça cópias dos instrumentos jurídicos que atualmente disciplinam o fornecimento de equipamentos e insumos destinados a subsidiar seu trabalho de manutenção do parque de iluminação pública municipal.

Por fim, o Município de Fazenda Rio Grande não forneceu cópia do contrato de fornecimento de energia elétrica firmado junto à COPEL.

Ainda que parte dos dados financeiros decorrentes desta omissão tenha sido disponibilizados indiretamente, nas faturas de energia elétrica coletadas pelos responsáveis pela modelagem econômico-financeira, fato é que a análise do instrumento de fornecimento se mostra essencial, na medida em que o custo do fornecimento de energia elétrica costuma ter grande impacto no projeto. A detecção de eventuais pontos de melhoria contratual pode reduzir esses custos e melhorar a viabilidade do projeto.

Em virtude disso, recomenda-se ao Coordenador do projeto que formalize pedido à divisão de iluminação pública do Município de Fazenda Rio Grande/PR, para que forneça cópia do contrato do fornecimento de energia elétrica firmado junto à COPEL.

A bem da verdade, o único documento efetivamente disponibilizado pelo Município de Fazenda Rio Grande/PR, pertinente a este tópico do relatório, consiste no Contrato s.n, firmado junto à COPEL, para que esta última possa

"*[...] arrecadar a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública [...]*" em favor da municipalidade.

O contrato em questão prevê que a COPEL arrecadará em favor do Município de Fazenda Rio Grande/PR os valores devidos pelos contribuintes a título de COSIP, mediante cobrança nas faturas de energia elétrica emitidas em face dos munícipes.

Não há ônus financeiro para o Município de Fazenda Rio Grande/PR (Cláusula Quinta). Em contrapartida, a COPEL fica autorizada a reter do montante arrecadado os valores devidos pela municipalidade em virtude do fornecimento de energia elétrica (Cláusula Quarta, Parágrafo Terceiro), repassando apenas eventual crédito.

Entende-se que tais previsões estão alinhadas com as normas jurídicas e as práticas de mercado, e permitem que o projeto se desenvolva num ambiente de segurança jurídica.

O mesmo não pode ser dito acerca do prazo de vigência do contrato em questão, fixado em 5 (cinco) anos, contados da data da sua assinatura (Cláusula Onze), 01 de fevereiro de 2018. Isso significa que o referido prazo se encerra no próximo dia 31 de janeiro de 2023.

Em face disso, recomenda-se que o Município de Fazenda Rio Grande/PR tome as providências necessárias para firmar novo contrato de arrecadação de COSIP junto à COPEL.

Entende-se que, para tanto, o Município pode fazer uso da Lei nº 14.133/2021 e do que prevê o seu art. 109, segundo o qual "*A Administração poderá estabelecer a vigência por prazo indeterminado nos contratos em que seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação*".

Por fim, é preciso destacar ainda a existência do Procedimento Administrativo nº 50.082/2022, em trâmite junto à 3ª Promotoria de Justiça do Foro Regional de Fazenda Rio Grande/PR, por meio do qual o *parquet* requisitou (Ofício nº 1036/2022) do Município de Fazenda Rio Grande/PR "*[...] informações sobre os valores cobrados dos contribuintes referentes à Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública no Município de Fazenda Rio Grande, devendo ser apresentada a Lei Municipal que regulamenta a cobrança*".

Tal procedimento tem origem em representação manejada pelo Sr. Ederson Dobrochinski, que ao procurar a Companhia Paranaense de Energia (COPEL) para obter informações sobre os valores por ele pagos a título de COSIP, foi orientado a questionar diretamente o Município acerca desses dados.

O Ministério Público aparentemente vislumbrou a possibilidade de essa "negativa" da COPEL caracterizar má prestação de serviços público a consumido, de modo que instaurou o procedimento administrativo em questão, o qual, após sucessivas declinações de competência, foi remetido à 3ª Promotoria de Justiça do Foro Regional de Fazenda Rio Grande/PR.

Após ser provocado, o Município de Fazenda Rio Grande/PR enviou ao órgão ministerial as informações solicitadas, com algum grau de detalhamento. Tal fato, somado à contratação de que o procedimento se original por suposta falha na prestação de serviços pela COPEL, comporta afirmação no sentido de que o impacto desse procedimento no projeto em apreço deve ser relativamente baixo.

De qualquer modo, ele demonstra a importância de a modelagem do projeto abarcar a efetiva implantação, manutenção e atualização de software de comunicação e atendimento ao usuário do parque de iluminação pública e de publicidade e propaganda, tal como previsto no art. 1º-A, Lei Municipal nº 154/2002, na medida em que a efetiva transparência acerca do funcionamento dos ativos de iluminação pública do município, bem como dos

recursos públicos utilizados para fazer frente às despesas dele decorrentes, tende a diminuir a ocorrência desse tipo de situação.

Demonstra, também, que o trabalho da equipe de comunicação social da Caixa Econômica Federal e da consultoria por ela contratada, no intuito de informar o público interno e externos acerca das peculiaridades do presente projeto, é essencial para se implementar um ambiente de segurança jurídica e institucional propício para o desenvolvimento do presente projeto.

4. LEGISLAÇÃO ASSOCIADA À PRESTAÇÃO DO OBJETO (QUESTÕES AMBIENTAIS, FUNDIÁRIAS, URBANÍSTICAS E TRIBUTÁRIAS)

Para além dos atos legais, regulamentares e dos instrumentos normativos que impactam diretamente na estruturação do projeto, há um feixe de normas que o tangenciam, influenciando indiretamente no seu planejamento.

Dito de outra forma, a estruturação e o planejamento de um contrato de concessão ou de PPP pode ser influenciado por normas que não necessariamente versam sobre o ajuste em si ou sobre os recursos financeiros que serão utilizados para fazer frente à sua execução.

PM FAZENDA... GRANDE Folha Nº 536 20

A construção de uma obra, por exemplo, pode ser influenciada por restrições de ordem ambiental, ou por limitações impostas pela legislação fundiária e urbanística vigente.

Para além disso, a estruturação, a licitação e a assinatura de um contrato de PPP economicamente viável passa pela análise das obrigações tributárias que ele irá gerar tanto para o Município quanto para a futura concessionária.

O objeto de análise deste tópico do relatório reside justamente nesse conjunto de normas que perpassam, de maneira mais ou menos transversal, todo o projeto.

Para facilitar a sua compressão, ele será dividido em 4 (quatro) subtópicos, a saber: a) questões ambientais pertinentes; b) questões fundiárias pertinentes; c) questões urbanísticas pertinentes; e d) questões tributárias pertinentes.

4.1. Questões ambientais pertinentes

A disciplina jurídica ambiental que permeia o projeto em apreço orbita basicamente 4 (quatro) temas: a) a (des)necessidade de a estruturação do contrato de PPP dos serviços de modernização, operação e manutenção do parque de iluminação pública do Município de Fazenda Rio Grande/PR se submeter a procedimento de licenciamento ambiental; b) os cuidados com a destinação final de resíduos sólidos decorrentes de empreendimentos de construção civil; c) os cuidados com a destinação final de lâmpadas; e d) atividades de poda de árvores.

Destaque-se de pronto que a legislação vigente pertinente ao presente projeto indica que sua implantação não depende de sua submissão ao procedimento de licenciamento ambiental.

A disciplina jurídica acerca do licenciamento ambiental encontra fundamento na Lei nº 6.938/81, mas está pulverizada em leis e atos normativos editados por todas as esferas da federação.

Em âmbito federal, o licenciamento ambiental é tratado na própria Lei nº 6.938/281, no Decreto nº 99.274/90, e, de maneira bem pormenorizada, na Resolução CONAMA nº 237/97.

Essa resolução prevê em seu art. 2º, § 1º, que *"estão sujeitos ao licenciamento ambiental os empreendimentos e as atividades relacionados no Anexo 1, parte integrante desta Resolução"*.

Ocorre que o referido Anexo 1 da Resolução CONAMA nº 237/97 não faz qualquer menção a atividades de modernização, operação ou manutenção de parques de iluminação pública, pelo que se deduz que esse tipo de empreendimento não está sujeito ao rito do licenciamento ambiental, ao menos sob o ponto de vista da legislação federal.

O mesmo pode ser dito em relação à legislação estadual. Nesse caso, o licenciamento ambiental está regulado pela Resolução SEMA nº 051/2009 e pela Resolução CEMA nº 107/2020.

Elas tratam do procedimento pertinente ao licenciamento ambiental, bem como indicam quais atividades e empreendimentos estão dispensados do licenciamento, ainda para quais atividades e empreendimentos o licenciamento é inexigível.

Não há nesses atos normativos qualquer menção à necessidade de obras na infraestrutura urbana de iluminação pública serem licenciadas.

Entretanto, a Resolução CEMA nº 107/2020 faz menção em seus arts. 63 e 65 às chamadas "Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual" (DLAE) e "Declaração de Inexigibilidade de Licenciamento Ambiental" (DILA).

O art. 65, da Resolução CEMA nº 107/2020, contém rol de atividades sujeitas ao procedimento de emissão da DILA. A Resolução SEMA nº 051/2009, por seu turno, trata das atividades sujeitas à emissão da DLAE.

Em que pese nenhuma das duas relações mencionar expressamente as obras na infraestrutura urbana de iluminação pública, tanto o art. 65, inc. XV, da Resolução CEMA nº 107/2020, quanto 2º, da Resolução SEMA nº 051/2009, abrem espaço para o enquadramento de atividades que não tenham sido expressamente mencionadas.

Portanto, é de todo recomendável que o Município consulte o órgão responsável (no caso, o Instituto Água e Terra – IAT, conforme art. 3º, inc. III, da Lei Estadual nº 20.070/2019), visando providenciar a respectiva DLAE ou DILA.

No âmbito Municipal, não foram encontradas quaisquer normas que imponham o licenciamento ambiental para obras na infraestrutura urbana de iluminação pública.

Isso tudo conduz à conclusão de que a estruturação e implantação de parceria público-privada destinada a conceder os serviços de modernização, operação e manutenção do parque de iluminação pública do Município de Fazenda Rio Grande/PR não estará sujeita a licenciamento ambiental.

De outro lado, é inegável que a modernização do parque poderá ensejar a realização de atividades de construção civil, como a instalação de postes, por exemplo.

No caso de esses postes servirem também como suporte para redes de telecomunicações e equipamentos afins, será necessário observar o disposto no Decreto Municipal nº 5.016/2019, o qual estabelece a necessidade de tais atividades serem precedidas do respectivo procedimento de licenciamento ambiental (art. 20).

A destinação final dos resíduos sólidos decorrentes de atividades de construção civil também deve ser objeto de cautela por parte do futuro concessionário.

Isso porque o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Fazenda Rio Grande, aprovado pela Lei Municipal nº 1.044/2014, estabelece em sua página 45 que *"o serviço* [de coleta e destinação final dos resíduos decorrentes da construção civil] *é contratado diretamente pelo responsável pela geração de resíduos"*.

Em matéria ambiental, cumpre destacar ainda o teor Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Fazenda Rio Grande, segundo o qual as lâmpadas, classificadas como resíduos especiais, devem ser objeto de logística reversa (p. 67).

Para garantir isso, o referido plano estabelece que a Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande identifique e convoque "[...] *os estabelecimentos julgados adequados para ajustamento como pontos de devolução dos resíduos*". (pp. 67-68).

Tais estabelecimentos, designados de "Ecopontos" ou "PEVs" não foram identificados pela pesquisa que norteou a elaboração deste Relatório. Por isso, entende-se recomendável que o Coordenador do presente projeto diligencie junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, visando obter informações acerca dos estabelecimentos autorizados a realizar o recolhimento das lâmpadas a serem descartas em função da modernização e da manutenção do parque de iluminação pública do Município de Fazenda Rio Grande/PR

Esse dado, entende-se, pode ter impacto na operação da futura concessionária, e, por isso, deve ser considerado quando da estruturação dos estudos técnicos-operacionais, em especial no relatório sócio ambiental.

Além disso, é importante registrar desde logo que esse relatório deverá levar em consideração as seguintes normas técnicas:

1. ABNT NBR 7500 - Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos;
2. ABNT NBR 7501 - Transporte de Cargas Perigosas – Terminologia;
3. ABNT NBR 7503 - Ficha de Emergência para Transporte de Cargas Perigosas;
4. ABNT NBR 7504 - Envelope para Transporte de Produtos Perigosos – Características e Dimensões;
5. ABNT NBR 8371 - Ascarel para Transformadores e Capacitores – Características e Riscos;
6. ABNT NBR 10004 - Resíduos Sólidos – Classificação;
7. ABNT NBR 12235 - Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos – Procedimento;
8. ABNT NB 11174 - Armazenamento de Resíduos Classe II Não Inertes e III – Inertes;
9. ABNT NBR 13221 - Transporte Terrestre de Resíduos;
10. ASTM D 3304 - Method for Analysis of Environmental Materials for Polychlorinated Biphenyls (Withdrawn 1993); e
11. Decreto-Lei nº 96.044 de 18/05/1988.

Por fim, no que diz respeito à atividade de poda de árvores, é de se destacar que o Município de Fazenda Rio Grande/PR possui um volume considerável de normas pertinentes ao tema.

A primeira norma que merece destaque consiste na Lei Municipal nº 1.204/2017, a qual "dispõe sobre a proteção da vegetação de porte arbóreo no âmbito do Município de Fazenda Rio Grande".

O art. 49 desta lei prevê expressamente que o Município de Fazenda Rio Grande/PR "[...] *deverá promover a padronização nos projetos de implantação da rede de posteamento e iluminação pública, de modo que ela seja realizada somente em um dos lados da via, permitindo que um dos lados fique livre para implantação de árvores e maior porte*".

O art. 50 complementa essa informação, registrando que *"no lado das vias que possuem posteamento devem-se usar, preferencialmente, espécies de pequeno porte"*.

Tais regras, é claro, tem como objetivo evitar que as árvores plantadas em vias públicas interfiram na iluminação pública, de modo a evitar a realização de podas nessas espécies.

A Lei, contudo, não se omite em tratar dos casos em que tal poda se fizer necessária. Em seu art 29, ela estabelece que *"o empreso concessionária dos serviços de distribuição de energia elétrica deverá apresentar por escrito plano*

de poda, assinado por profissional legalmente habilitado[2]*, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias"*.

Considerando a hipótese de a futura concessionária de iluminação pública se substituir à COPEL nos serviços de podas de árvores que afetem o sistema de iluminação pública, entende-se razoável que ela siga a mesma regra. Vale dizer: será necessário que ela apresente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (órgão competente para a análise, segundo se retira da leitura sistemática da Lei Municipal nº 1.204/2017) o referido plano de poda, dentro do prazo previsto no já mencionado art. 29.

É importante que esse procedimento ocorra também em observância ao disposto no art. 1º, c/c art. 2º, inc. III, da Lei Municipal nº 1.325/2019, segundo os quais o Município de Fazenda Rio Grande/PR deverá disponibilizar em seu sítio oficial, no último dia de expediente do mês, o cronograma de serviços de poda de árvores para o mês seguinte.

Para obter detalhes acerca dos procedimentos a serem observados no tocante à elaboração do plano de poda, sugere-se que o Coordenador deste projeto diligencie formalmente junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, de modo a obter informações acerca desse tema.

Sugere-se ainda que o Coordenador deste projeto questione formalmente a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, de modo a verificar se a execução desses serviços pressupõe a obtenção de licenças ambientais.

Os detalhes sobre tais questões deverão ser abordados por ocasião do relatório socioambiental e ser elaboração pelos responsáveis pela modelagem técnico-operacional do projeto.

[2] Segundo o art. 28, da Lei Municipal nº 1.204/2017, *"o profissional habilitado para autorizar a poda de árvores localizadas próximo à linhas energizadas na área urbana é o Engenheiro Agrônomo, ou Engenheiro Florestal, ou Técnico Agrícola ou Técnico Florestal, com a corresponsabilidade obrigatória de um Engenheiro Eletricista ou um Técnico em Eletricidade"*.

4.2. Questões fundiárias pertinentes

No que concerne a questões fundiárias, cumpre destacar que o Município de Fazenda Rio Grande possui uma série de normas que, de maneira mais ou menos direta, versam sobre ações de regularização fundiária, tais como a Lei Municipal nº 4/2006 (Plano Diretor), a Lei Municipal nº 6/2006 (Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano), Lei Municipal nº 8/2006 (Lei de Parcelamento do Solo para Fins Urbanísticos), Lei Municipal nº 501/2007 (institui o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS) e a Lei Municipal nº 812/2011 (estabelece os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política Municipal de Habitação de Interesse Social – PMHIS e institui o plano local de habitação de interesse social – PLHIS).

Entretanto, para os fins a que se destina o presente relatório, parecem ser pertinentes 3 (três) dispositivos legais específicos.

O primeiro deles consiste no art. 15, inc. VI, "a", da Lei Municipal nº 8/2006. Segundo esse dispositivo, os loteamentos objeto de ações de regularização fundiária devem ter, no mínimo, "rede para o abastecimento de água potável, energia elétrica e iluminação pública".

É de se notar, entretanto, que o dispositivo em comento não indica a quem cabe o ônus de custear a infraestrutura de iluminação pública, nesse tipo de situação.

A resposta a essa questão, tudo indica, consta do art. 10, inc. III, c/c § 2º, da mesma lei, o qual classifica rede de energia elétrica com iluminação pública

como um item de infraestrutura básica para aprovação do loteamento, cuja instalação, em caso de inexistência, cabe ao loteador.

Sendo assim, é possível afirmar que para proceder à regularização fundiária de um loteamento urbano, o loteador deve custear a instalação da infraestrutura de iluminação pública, caso ela não exista.

De qualquer modo, sabe-se que esse tipo de questão é muito sensível. Desse modo, recomenda-se ao Coordenador deste projeto que diligencie junto à Secretaria Municipal de Obras e à Secretaria Municipal de Habitação, para verificar, na prática, a quem é alocado o ônus de instalar ativos de iluminação a pública em loteamentos que sejam alvo de ações de regularização fundiária.

O segundo dispositivo a ser destacado é o art. 56, inc. I, da Lei Municipal nº 4/2006, o qual indica a possibilidade de se utilizar o instrumento do consórcio imobiliário para *"realizar obras de urbanização, como abertura de vias públicas, pavimentação, rede de água e esgoto e iluminação pública"*.

O consórcio imobiliário, nos termos do que prevê o art. 54, da mesma lei, *"[...] é um instrumento de cooperação entre o poder público municipal e a iniciativa privada, para fins de realizar urbanização em áreas que tenham carência de infra-estrutura e serviços urbanos e que contenham imóveis urbanos sub-utilizados, não utilizados ou utilizados inadequadamente* [...]".

Seu funcionamento tem por fundamento a possibilidade de os proprietários de imóveis urbanos considerados sub-utilizados, não utilizados ou utilizados inadequadamente (conforme enquadramento realizado pelo art. 9º, da Lei Municipal nº 4/2006) alienarem ao Município de Fazenda Rio Grande tais imóveis.

A alienação está vinculada à assunção, pelo Município de Fazenda Rio Grande/PR, de 2 (dois) compromissos: *i)* o de realizar as obras de urbanização ou implementar plano de edificação; e *ii)* o de remunerar o antigo proprietário um percentual das unidades imobiliárias instituídas em sua antiga propriedade, após a implementação das obras de urbanização ou do plano de edificação mencionados anteriormente.

Entende-se que tal instrumento consiste em ferramenta interessante, passível de ser levada a cabo pelo Município de Fazenda Rio Grande/PR para instalar equipamentos de iluminação pública em áreas não regulares, sem se envolver em demandas judiciais.

O terceiro dispositivo a ser destacado é o art. 3º, inc. VI, da Lei Municipal nº 1.606/2022.

Tal lei autoriza o Poder Executivo do Município de Fazenda Rio Grande/PR a implantar "Programa de Manutenção dos Acessos Rurais – Porteira Adentro".

Em seu art. 3º, da referida lei enumera uma série de ações que o Município de Fazenda Rio Grande/PR deverá adotar, no âmbito do Programa "Porteira Adentro" para auxiliar os produtores rurais e as pessoas que vivem nas áreas rurais do município.

Dentre esses possíveis auxílios, chama a atenção aquele previsto no inc. VI, do art. 3º, onde se lê que o Município de Fazenda Rio Grande/PR poderá prestar "outros serviços que possam trazer melhorias para as propriedades rurais, dentro das possibilidades das Secretarias: Agrícola, Obras, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico e obedecidos os limites orçamentários".

Entende-se que o dispositivo em apreço abre espaço para uma expansão da rede de iluminação pública também em vias rurais, como forma de auxiliar os produtores rurais e promover uma melhoria na qualidade de vida dessas pessoas (conforme preconiza o art. 1º, da Lei Municipal nº 1.606/2022).

4.3. Questões urbanísticas pertinentes

Conforme mencionado no subitem anterior, o Município de Fazenda Rio Grande/PR possui um extenso espectro de normas locais que versam sobre matéria urbanística e fundiária.

Para os fins a que se presta o presente relatório, cumpre pinçar desse universo de normas dispositivos específicos das leis Municipais nº 8/2006 (Lei de Parcelamento do Solo para Fins Urbanísticos) e 4/2006 (Plano Diretor), os quais tratam da instalação de equipamentos de iluminação no interior de loteamentos e condomínios.

O art. 10, da Lei Municipal nº 8/2006, vincula a aprovação de loteamento junto à Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande/PR à indicação de instalação de elementos de infraestrutura considerados básicos, dentre os quais está enumerada, no inciso III do referido dispositivo, a respectiva "rede de energia elétrica com iluminação".

O art. 16-A, inc. VI, da Lei Municipal nº 8/2006, por sua vez, desta como item de infraestrutura básica para condomínios a respectiva *"rede de iluminação das vias de circulação privativo implantada, de acordo com projeto aprovado pela Companhia de Energia do Paraná – COPEL"*.

Portanto, tem-se que a instalação de equipamentos de iluminação pública em loteamentos e condomínios é condição *sine qua non* para que esses empreendimentos sejam aprovados junto à Prefeitura[3].

E, em ambos os casos, o ônus de providenciar a instalação desses equipamentos é do empreendedor, na forma do art. 10, § 2º, do art. 19, parágrafo único, da Lei Municipal nº 8/2006.

O assunto, entretanto, deve ser avaliado com cautela e de forma bastante pragmática. Sabe-se que muitos condomínios, por exemplo, omitem-se propositadamente do ônus de delimitarem bem suas divisas, de modo a criar certa confusão entre as vias de circulação privativa

Há ainda questões de caráter tangencial, mas que merecem ser registradas.

A primeira delas parte da constatação de que a modernização do parque de iluminação pública do Município de Fazenda Rio Grande/PR certamente demandará a realização de obras em vias e locais públicos.

Para executar esses obras regularmente, a futura concessionária deverá observar os ditames da Lei Complementar Municipal nº 9/2006, que compreende o Código de Obras Municipal.

A referida lei estabelece, basicamente, 2 (dois) ritos burocráticos a serem seguidos para se obter autorização para a realização de obras no Município de Fazenda Rio Grande/PR.

O primeiro deles, menos burocrático, está previsto no art. 4º, da referida Lei, o qual indica que alguns tipos especiais de obras estão sujeitos à mera obtenção de "Licença Municipal", estando isentas de anotação do responsável técnico e de taxas de alvará, além dos emolumentos relativos ao cadastramento e à obtenção da própria licença.

Ocorre que a leitura da relação de obras sujeitas a esse procedimento denota que as atividades pertinentes ao presente projeto não estão nela previstos.

[3] Esse conclusão é referendada pelo art. 19, da Lei Municipal nº 8/2006, segundo o qual *"A infraestrutura exigida para os parcelamentos do solo em condomínio é a mesma definida para os loteamentos, devendo ser registrado no registro de imóveis o projeto do condomínio e a proibição de subdivisão da área em lotes"*.

Desse modo, a execução regular das obras atinentes à modernização do parque de iluminação pública do Município de Fazenda Rio Grande/PR demandará a sujeição do concessionário aos ditames do art. 8º, da Lei Complementar Municipal nº 9/2006.

Esse dispositivo descreve o procedimento burocrático, que, como regra, deve ser observado pelos sujeitos que desejam executar obras no âmbito do Município de Fazenda Rio Grande/PR.

Os incisos do dispositivo legal em apreço indicam, basicamente, o seguinte caminho a ser seguido:

1. É preciso protocolar junto à Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande[4] uma consulta prévia, indicando quais serviços e com quais utilidades se pretende executar, os locais onde eles se darão e os documentos comprobatórios de sua posse (no caso, o contrato de concessão);
2. O Município de Fazenda Rio Grande/PR analisará a consulta prévia, podendo emitir diretrizes a serem observadas para que as obras sejam executadas adequadamente;
3. A concessionária de serviços públicos deverá designar do projetista legalmente habilitado perante o CREA responsável pela obra, que deverá elaborar o respectivo projeto em observância às normas pertinentes e às diretrizes emanadas pela Prefeitura Municipal;
4. O projeto será revisado pelo órgão municipal competente;
5. Estando de posse do projeto, a concessionária deverá solicitar o alvará para execução das obras;
6. Passa-se, então, à etapa de execução das obras propriamente ditas; e
7. Estando as obras finalizadas, a concessionária requisitará a emissão do respectivo certificado de condusão de obra, em requerimento instruído com o resultado de vistoria final a ser promovida por agenda público integrante do órgão competente.

Os detalhes acerca de cada uma dessas providências estão contidos nos demais dispositivos da Lei Complementar Municipal nº 9/2006, que deverá ser observada pela concessionária naquilo que for pertinente.

Por fim, é preciso enfrentar o tema relativo às intervenções no parque de iluminação pública do Município de Fazenda Rio Grande/PR que se darão no entorno de imóveis tombados pela municipalidade.

Não se pode perder de vista que o Município de Fazenda Rio Grande/PR possui lei pertinente à preservação do seu patrimônio natural e cultural, a qual dá tratamento legal para esse tipo de situação.

A referida lei instituiu o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (COMPAC), órgão de caráter deliberativo e consultivo que integra a Secretaria Municipal de Cultura, responsável por gerir o livro do Tombo Municipal, e, por consequência, os imóveis tombados e as limitações administrativas deles decorrentes.

De acordo com o art. 20, da referida Lei, *"as construções, demolições, paisagismos no entorno ou no ambiente do bem tombado deverão seguir as restrições impostas por ocasião do tombamento"*. O mesmo dispositivo prevê

[4] A lei não indica expressamente qual Secretária é responsável pela análise da consulta prévia, mas, dado o conteúdo do art. 18, da Lei Complementar Municipal nº 47/2011, entende-se que tal competência é da Secretaria Municipal de Urbanismo.

ainda que, em caso de dúvidas ou omissões, o responsável pela intervenção deverá consultar formalmente o COMPAC.

Esse procedimento deve estar no espectro de preocupações da futura concessionária.

É de se destacar, ainda, que até o presente momento, o Município de Fazenda Rio Grande/PR não forneceu a relação ou qualquer informação acerca de bens móveis ou imóveis por ele tombados que possam afetar o projeto.

De qualquer forma, dada a sensibilidade do tema para os responsáveis pela modelagem técnico-operacional deste projeto, recomenda-se que o Coordenador diligencie formalmente junto à Secretaria Municipal de Cultura, consultando-a acerca da exigência de bens móveis ou imóveis tombados e da localização deles.

4.4. Questões tributárias pertinentes

As questões tributárias atinentes ao presente projeto são especialmente importantes para a equipe de modelagem econômico-financeira, na medida em que fornecem imputs para a projeção de custos e receitas dos futuros concessionários.

Isso justifica uma análise mais detida dos aspectos tributários pertinentes ao presente caso.

Visando facilitar a compreensão destas questões, a análise será dividida em 3 (três) partes, a saber: a) aspectos relativos à Contribuição para o Custeio de Serviços de Iluminação Pública (COSIP); b) aspectos relativos a PIS, Cofins, IRPJ e CSLL; e c) aspectos relativos ao ISS.

4.4.1. Aspectos relativos à Contribuição para o Custeio de Serviços de Iluminação pública (COSIP ou COCIP)

Inserida na Constituição Federal pela Emenda nº 39/2002[5], a Contribuição para o Custeio de Serviços de Iluminação Pública (COSIP) objetiva custear a manutenção, operação, instalação, melhoria de equipamentos e, principalmente, o fornecimento de iluminação pública.

Sendo uma contribuição de competência dos Municípios e do Distrito Federal, a Constituição Federal estabelece em seu artigo 149-A que os municípios deverão dispor de legislação específica para tratar a forma de cobrança e a base de cálculo da COSIP, e assim, pode ser cobrada conforme métricas distintas ou uma combinação delas, conforme definido pelo próprio município.

No âmbito do Município de Fazenda Rio Grande/PR, há 2 (duas) leis que regem essa Contribuição: a Lei Municipal nº 154/2002 e a Lei Municipal nº 195/2003.

A Lei Municipal nº 154/2002 indica em sua súmula que é ela quem *"institui contribuição para custeio de iluminação pública, previsto no art. 149-A da Constituição da* República [...]".

[5] Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte art. 149-A: "Art. 149-A Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III.

Parágrafo único. É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura consumo de energia elétrica."

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha nº 538 Ass.

Os recursos provenientes da arrecadação da referida contribuição, de acordo com o art. 1º, parágrafo único, e com o art. 1º-A, da referida lei municipal, devem ser utilizados exclusivamente para o custeio da iluminação pública do Município, o qual abarca as seguintes despesas:

1. Pagamento de locação de imóvel para depósito e sede administrativa do departamento de iluminação pública, pagamento de material de consumo de iluminação pública, pagamento de passagens e despesas com locomoção e diárias relacionadas com a iluminação pública, pagamento de capacitação de servidores do departamento de iluminação pública, pagamento dos vencimentos dos servidores do departamento de iluminação pública, pagamento de equipamentos de proteção individual relativos aos serviços de iluminação pública, pagamento de combustível para os veículos do departamento de iluminação pública, pagamento da aquisição e manutenção de veículos e equipamentos do departamento de iluminação pública, pagamento de iluminações públicas decorativas, pagamento de instalação de rede de iluminação pública, pagamento de remoção e realocação de postes e pagamento de equipamentos de monitoramento integrado e instalação e manutenção de câmeras de segurança relativas à iluminação pública;
2. Custos para implantação, atualização e manutenção de software ou aplicativo de comunicação e atendimento ao usuário através de computadores, tablets e celulares, bem como a publicidade e propaganda, ambas institucionais, voltadas a informação no âmbito da iluminação pública do Município.

Já o fato gerador da COSIP (ou COCIP, como designada pela legislação municipal), segundo o art. 2º, da Lei Municipal nº 154/2002, é "[...] *o consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território do Município*".

Esse dispositivo chama a atenção por duas razões.

A primeira razão consiste no fato de que ele limita a incidência da COSIP a imóveis regularmente ligados à rede de distribuição de energia existente no território do Município de Fazenda Rio Grande/PR.

A segunda razão reside na vinculação textual da incidência da COSIP ao consumo de energia elétrica por pessoas físicas ou jurídicas. Logo, de acordo com a literalidade da lei, os proprietários de imóveis situados no Município de Fazenda Rio Grande/PR que não consumirem energia elétrica fornecida pela concessionária competente não estão obrigados a pagar COSIP.

Outras leis municipais contêm previsões análogas àquela pertinente à primeira razão apontada acima. Trata-se de opção legislativa que, apesar de reduzir a arrecadação da COSIP, consiste em possível e legítima escolha legislativa.

Entretanto, a vinculação legislativa realizada entre a o fato gerador da COSIP e o consumo de energia elétrica parece ser questionável.

Não se pode perder de vista que mesmo imóveis onde não há consumo de energia elétrica (a exemplo de terrenos não habitados) são beneficiados pela estrutura de iluminação pública do Município.

Pode-se presumir, por exemplo, que terrenos localizados em vias públicas bem iluminadas tem menos chances de serem alvo de vandalismo.

Em face disso, recomenda-se que o art. 2º, da Lei Municipal nº 154/2002, tenha sua redação adequada, de modo a ajustar o fato gerador da COSIP, de modo a prever sua incidência em face de todos os "[...] *proprietários, titulares de domínio útil ou ocupantes, a qualquer título, de imóveis edificados ou não, situados no Município de Fazenda Rio Grande/PR, atendidos pelos serviços de iluminação pública*" (a exemplo do que prevê o art. 177-B, da Lei nº 1.760/93, do Município de Toledo, que recentemente licitou a concessão dos serviços de modernização, operação e manutenção do seu parque de iluminação pública).

Desse modo, o fato gerador da COSIP será a detenção de propriedade, titularidade de domínio útil, ocupação, a qualquer título, de imóvel edificado ou não, situados nos limites geográficos do Município, e que sejam efetivamente atendidos pelo parque de iluminação pública municipal.

Tal adequação deve alcançar também o texto do art. 3º, da Lei Municipal nº 154/2002, segundo a qual o sujeito passivo da COSIP é "[...] *o consumidor de energia elétrica residente ou estabelecido no território do Município* [...]".

Seguindo a lógica da alteração legislativa anteriormente sugerida, faz-se necessário adequar o referido art. 3º, para que o sujeito passivo da COSIP passe a ser "*o proprietário, o detentor de titularidade de domínio útil, ou o ocupante, a qualquer título, de imóvel, edificado ou não, situado no Município de Fazenda Rio Grande/PR*". – na forma do que já prevê o art. 41, inc. I, da Lei Municipal nº 195/2003.

É preciso, por fim, incluir um dispositivo na Lei Municipal nº 154/2002, para prever que "*a base de cálculo da COCIP é o valor cobrado pelo consumo de 1.000 (mil) quilowatt-hora (KWh), de acordo com o preço da Tarifa de Iluminação Pública (TIP) B4a, estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL.*" (a exemplo do que prevê o art. 194, da Lei nº 7.186/2006, do Município de Salvador, com redação dada pela Lei Municipal nº 9.279/2017).

As hipóteses de isenção da COSIP estão previstas nos §§ 2º e 5º, da Lei Municipal nº 154/2002. Conforme esses dispositivos legais, estão livres de pagar a COSIP:

1. Os consumidores das Classes: Residencial e Rural durante o período em que estiverem enquadrados no Programa Luz Fraterna, nos termos da legislação federal ou estadual; e
2. Os contribuintes que mantenham atividades exclusivamente vinculadas ao Setor Primário, a saber: agricultura, pecuária, pesca, piscicultura, silvicultura, olarias e demais atividades correlatas;

Por fim, a Lei Municipal nº 154/2002 também estabelece a periodicidade para pagamento da COSIP (juntamente com o vencimento da fatura de energia elétrica, conforme art. 5º), bem como autoriza a Município de Fazenda Rio Grande/PR a celebrar convênio ou contrato com a concessionária dos serviços de distribuição de energia elétrica visando delegar a ela a tarefa de arrecadar a referida contribuição.

No que tange ao cálculo desta contribuição, a Lei Municipal nº 154/2002 estabelece em seu art. 4º que "*o valor da contribuição será fixado em Lei Complementar, por mês ou fração, para cada unidade consumidora*".

Como se vê, o legislador optou por diferir o momento da definição da forma de cálculo da COSIP, indicando que isso ocorreria posteriormente, mediante edição de lei complementar específica.

Aparentemente, tal medida foi tomada por ocasião da edição da Lei Municipal nº 195/2003, a qual trata da COSIP em seu art. 38 e seguintes.

Aqui cabe uma observação pertinente: não há indicativos de que a referida norma seja uma lei complementar, nos termos do que se exige expressamente no art. 4º, da Lei Municipal nº 154/2002.

Tal omissão pode ser explicada pelo fato de que nem a Lei Orgânica do Município de Fazenda Rio Grande/PR, nem o Regimento Interno da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande/PR, contém diferenciação entre "leis ordinárias" e "leis complementares".

O art. 196, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande/PR, estabelece apenas que o referido órgão exercerá sua função legislativa por meio de: *i)* projetos de emenda à Lei Orgânica; *ii)* projetos de lei; *iii)* projetos de decreto legislativo; e *iv)* projetos de resolução.

O art. 98, do referido regimento interno, por sua vez, estabelece diferenças de quórum de votação para a deliberação acerca de diversos temas – indicando

em seu inciso I, alínea "a" que matérias de ordem tributária devem ser decididas pela maioria absoluta dos vereadores –, mas sem indicar que diferentes quóruns darão origem a diferentes espécies de leis.

Isso indica que a Lei Municipal nº 195/2003 provavelmente foi votada e aprovada pelo quórum indicado no art. 98, inc. I, "a", do Regimento Interno da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande/PR, de modo que, presume-se, ela está formalmente apta a gerar todos os seus efeitos.

Entretanto, ela possui outras inconsistências, de ordem material, que afetam diretamente o cálculo do valor devido pelos contribuintes a título de COSIP, gerando um ambiente de insegurança jurídica que, entende-se, reclama adequações legislativas.

O art. 46, inc. I, da referida lei municipal, aparentemente vincula o cálculo de valor da COSIP à definição de uma unidade de valor, cuja fixação seria de competência do "Poder Executivo", e em observância à Tabela I, do Anexo III, da mesma lei.

Ao se consultar a referida Tabela I, do Anexo III, da Lei Municipal nº 195/2003, percebe-se que, na verdade, a "unidade de valor" mencionada no dispositivo legal em apreço é utilizada apenas como um "teto" para o valor a ser pago.

Em verdade, o valor da COSIP é calculado a partir da incidência de alíquotas previamente definidas e incidentes sobre o valor que o contribuinte deve pagar à concessionária pelo consumo de energia elétrica dentro de um mês;

Classes de Consumidor	
Comercial e Industrial	10% do valor do consumo, limitado a 2,0 (duas) UFM. 10% do valor total do consumo limitado a R$ 50,00
Demais	10% do valor do consumo, limitado a 1,0 (uma) UFM. 10% do valor total do consumo limitado a R$ 30,00

Os valores constantes desta tabela estão definidos em UFM - Unidade Fiscal do Município e serão atualizados anualmente observando o índice legal. Os valores previstos como limitação serão reajustados anualmente observando o índice aplicado na variação da UFM – Unidade Fiscal do Município

Tem-se, então que, na forma da Lei Municipal nº 195/2003, o valor da ser pago pelo contribuinte, a título de COSIP, varia entre 10 e 20% do valor relativo ao consumo de energia elétrica aferido mensalmente, limitado a 2 (duas) Unidades Fiscais Municipais (UFM) para imóveis utilizados com finalidade comercial ou industrial, e a 1 (uma) UFM para outros imóveis.

Ainda de acordo com a tabela, esse teto, fixado em UFM's, deve ser reajustado anualmente, observando "o índice geral" (que não é indicado nem na referida tabela, nem no corpo da Lei Municipal nº 195/2003).

Essa disciplina contém uma série de pontos de questionamento.

O primeiro deles reside no fato de que o texto retirado da tabela acima colacionada não está alinhado com o corpo da Lei Municipal nº 195/2003, que não permite que a COSIP (ou o patamar máximo em que ela será cobrada) seja fixado e/ou atualizado por ato do Poder Executivo Municipal.

Em verdade, o art. 43, da referida lei, estabelece que "*o Poder Executivo fixará, se necessário, em ato administrativo, a unidade de valor estimado para cada serviço que constitua hipótese de incidência de taxa*" (g.n.).

A COSIP, contudo, não é uma taxa. Ela consiste em espécie distinta de tributo (contribuição), que não está abrangida pelo dispositivo em apreço.

Isso contrasta com a *praxe* observada no âmbito do Município de Fazenda Rio Grande/PR, que tem se aproveitado de decretos que atualizam o valor da Unidade Fiscal Municipal (UFM) para elevar os patamares máximos para cobrança da COSIP.

Demais disso, é preciso ressaltar novamente que ao vincular a base de cálculo da COSIP ao consumo de energia elétrica, o Município de Fazenda Rio Grande/PR está abdicando de arrecadar COSIP de imóveis não edificados que, apesar de estarem ligados à rede de distribuição e de serem atendidos pelos serviços de iluminação pública, não consomem energia elétrica.

Deve-se destacar também que a disciplina legal em comento não está alinhada com experiências legislativas mais recentes, que atrelam a base de cálculo da COSIP ao valor da tarifa B4a.

Por fim, é de se registrar que apesar de instituir (questionável) método de atualização do valor limite passível de ser cobrado a título de COSIP, a Lei Municipal nº 195/2003 não contém previsão clara acerca da atualização da base de cálculo ou da alíquota da contribuição em questão.

Tudo isso motiva outra sugestão de adequação legislativa, destinada a aprovar Lei Complementar que:

1. Trate exclusivamente da fixação do valor da COSIP, conforme exigência contida no art. 4º, da Lei Municipal nº 154/2002;
2. Esteja alinhada com a sugestão de alteração da Lei Municipal nº 154/2002, os quais definem o fato gerado e o sujeito e o sujeito passivo do tributo, de modo a expandir a cobrança da COSIP para todos os proprietários, detentores de titularidade de domínio útil, ou ocupantes, a qualquer título, de imóveis, edificados ou não, situados no Município de Fazenda Rio Grande/PR;
3. Preveja que "*a base de cálculo da COCIP é o valor cobrado pelo consumo de 1.000 (mil) quilowatt-hora (KWh), de acordo com o preço da Tarifa de Iluminação Pública (TIP) B4a, estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL.*" (a exemplo do que prevê o art. 194, da Lei nº 7.186/2006, do Município de Salvador, com redação dada pela Lei Municipal nº 9.279/2017); e
4. Estabeleça critério objetivo de atualização anual da alíquota da COSIP.

4.4.2. Aspectos relativos a PIS, Cofins, IRPJ e CSLL

No que se refere às receitas a serem auferidas pela licitante que assumir a prestação de serviços relativos à modernização, eficiência, expansão, operação e manutenção da infraestrutura de rede municipal do Município de Fazenda Rio Grande/PR, é certo que estas estarão sujeitas ao recolhimento do PIS e da Cofins.

É dizer, como contrapartida aos investimentos e despesas a serem realizadas pelo futuro Concessionário, lhe deverá ser paga pelo Município de Fazenda Rio Grande/BA a contraprestação mensal/periódica. Aqui não se está apontando para a COSIP, a qual será arrecadada mensalmente aos cofres públicos, mas sim à própria contraprestação pelos serviços prestados, a qual deverá ser periodicamente formalizada através da emissão de documentos fiscais pelo Concessionário.

Assim, especificamente no que tange à apuração do PIS e da Cofins, ressalta-se que a legislação que rege estas contribuições prevê duas distintas formas de recolhimento e apuração destas contribuições, sendo estes regimes conhecidos como cumulativo e não-cumulativo.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 539 Assi

A sujeição da Concessionária ao regime de apuração cumulativo ou não-cumulativo, no caso em tela, irá variar a partir da sujeição, deste contribuinte, à apuração do IRPJ e da CSLL pelo regime do Lucro Presumido ou Lucro Real.

Como regra, as Leis nº 10.833/2003 e 10.637/2002 estabelecem a aplicação do regime não-cumulativo aos cálculos do PIS e da Cofins[4].

Desde a publicação das leis nº 10.833/2003 e 10.637/2002 a regra é a apuração do PIS e da Cofins pelo regime não-cumulativo, sendo que permanecem sujeitas às regras estabelecidas na Lei nº 9.718/1998 aquelas empresas tributadas pelo lucro presumido.

De uma forma geral, a sujeição ao Lucro Real se dá a partir da opção do contribuinte pela tributação nesta modalidade, salvo aquelas hipóteses que legalmente obrigam o contribuinte à apuração por esta modalidade. Não cumpre a este estudo tecer maiores comentários sobre as regras que tornam o contribuinte obrigado à apuração por esta sistemática, mas é importante destacar aquela hipótese mais comum estabelecida na Lei nº 9.718/1998:

> *Art. 13. A pessoa jurídica cuja receita bruta total no ano-calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou a R$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido.*
>
> *[...]*

> *Art. 14. Estão obrigadas à apuração do lucro real as pessoas jurídicas:*
>
> *I - cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a 12 (doze) meses;*

Ou seja, se o Concessionário registrar receita bruta superior a R$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões) não existirá outra alternativa a este contribuinte senão a apuração do IRPJ e CSLL pela sistemática do Lucro Real e, consequentemente, à apuração não-cumulativa do PIS e da Cofins.

Especificamente quanto às modelagens de PPPs de Iluminação Pública, tipicamente se estabelece a incidência dos tributos sobre a receita da Concessionária pela sistemática do Lucro Real. A diferença entre as duas sistemáticas se dá, fundamentalmente, em razão do Lucro Real ser calculado a partir do lucro contábil efetivo (ajustado por adições e exclusões), ao passo que no Lucro Presumido temos a presunção de que o lucro auferido pelo contribuinte é de 32%, no caso de prestadoras de serviço. Em síntese temos o seguinte cálculo comparado:

Lucro Real Anual	Lucro Presumido
Lucro Contábil	Receita Bruta (RB)
(+) Adições previstas em Lei	Presunção de 32% de Lucro
(-) Exclusões previstas em Lei	
Base de Cálculo = Lucro Real (LR)	Base de Cálculo = RB x 32%

[4] A título exemplificativo, citam-se os artigos 1º e 10º da Lei nº 10.833/2003: "Art. 1º A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, com a incidência não cumulativa, incide sobre o total das receitas auferidas no mês pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil. [...] Art. 10. Permanecem sujeitas às normas da legislação da COFINS, vigentes anteriormente a esta Lei, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1o a 8º: [...] II - as pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido ou arbitrado; ".

IRPJ	IRPJ
LR x 15%	LR x 15%
(LR – R$ 240.000,00) x 10%	(LR – R$ 240.000,00) x 10%
CSLL	CSLL
LR x 9%	LR x 9%

Além de que, na hipótese de a Concessionária vir a registrar prejuízo na operação nos anos iniciais, o prejuízo acumulado neste período inicial poderá ser compensado com lucros futuros, limitados à 30% do lucro a ser auferido. Em contrapartida, mesmo em cenários de prejuízo contábil, haverá a normal incidência de IRPJ e CSLL pelo Lucro Presumido, em razão da aplicação do percentual de presunção de 32%.

Em uma simples análise é de se concluir que quanto maiores os custos incorridos e reconhecidos na contabilidade, maior a probabilidade do regime de Lucro Real ser o mais adequado. Especificamente no que tange à modelagem de PPP, usualmente as operações são estruturadas a partir de empresas no Lucro Real, pois este regime confere a possibilidade de dedução das despesas financeiras e custos de capital, usualmente relevantes, da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, resultando em menores valores globais ao projeto, quando comparados ao Lucro Presumido.

Ainda assim, é certo que este cenário deverá ser avaliado de forma conjunta com as próprias alíquotas e cenários tributáveis para PIS e Cofins.

Isto exposto, ainda considerando o cenário incerto quanto às receitas ou modalidade de apuração do IRPJ e da CSLL pelo Concessionário, cumpre traçar as principais diferenças relacionadas à sujeição desta pessoa a cada um dos regimes de apuração do PIS e da Cofins acima apresentados.

A grande diferença na aplicação dos dois regimes é que no primeiro deles, ou seja, no cumulativo, as alíquotas incidentes sobre a base de cálculo (i.e faturamento / receita bruta) são reduzidas quando comparadas às aplicadas pelos contribuintes sujeitos à não-cumulatividade.

Assim, enquanto as alíquotas aplicáveis no regime cumulativo são de 0,65% para PIS e 3% para Cofins, os contribuintes sujeitos à apuração pelo regime não-cumulativo deverão aplicar as alíquotas de 1,65% para PIS e 7,6% para Cofins. Em comparação às alíquotas cumuladas (3,65% versus 9,25%), vê-se um aumento na alíquota incidente sobre o faturamento na casa de 253,42%.

Entretanto, em contrapartida a este significante aumento na alíquota aplicável, a apuração do PIS e da Cofins pelo regime não-cumulativo garante ao contribuinte o direito ao desconto de créditos fiscais sobre determinadas aquisições, gastos ou despesas estabelecidas em lei. Via de regra, estes créditos serão descontados a partir da aplicação da alíquota cumulada de 9,25% sobre o custo de aquisição de cada um destes bens ou serviços essenciais ou relevantes à atividade empresarial. Assim, certamente, a diferença apontada no tópico anterior irá reduzir significativamente a partir da apropriação destes créditos fiscais.

Cumpre ainda realizar alguns apontamentos acerca dos regimes cumulativo (Lei nº 9.718/1998) e não cumulativo (Leis nº 10.833/2003 e 10.637/2002).

Os contribuintes sujeitos à apuração das contribuições para o PIS e a Cofins pelo regime cumulativo terão como fato gerador o aferimento de faturamento. Em breve síntese, este faturamento imputado ao Concessionário será aquele formalizado por meio das contraprestações conferidas pelo Poder Público, sendo equivalente à Receita Bruta de que trata o art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598/1977.

Nos termos dos artigos 8º da Lei nº 9.718/1998, e do artigo 8º, I, da Lei nº 9.715/1998 , as contribuições para o PIS e a Cofins, devidas no regime de

apuração cumulativa, serão calculadas mediante aplicação das alíquotas de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 3% (três por cento), respectivamente

Contribuição	Alíquota	Previsão Legal
PIS	0,65%	Artigo 8º, I, da Lei nº 9.715/1998
Cofins	3%	Artigo 8º da Lei nº 9.718/1998

Neste regime de apuração do PIS e da Cofins inexiste a previsão de realização de maiores ajustes às bases de cálculo, ou mesmo a previsão para o desconto de créditos fiscais sobre as aquisições gastos necessários às atividades empresariais. O que existe, em suma, é a previsão para exclusão das vendas canceladas e descontos incondicionais das bases de cálculo[7], ou mesmo daquelas receitas auferidas em contrapartida a ativo intangível representativo de direito de exploração.

Com isso, para a devida análise comparativa do PIS e da Cofins apurados pelo regime cumulativo ou não-cumulativo não basta apenas avaliar as alíquotas incidentes, sendo fundamental a análise quanto às possibilidades de descontos de créditos de PIS e Cofins no regime não-cumulativo e, também, o conceito que envolve a tributação do Lucro Presumido e do Lucro Real.

Os contribuintes sujeitos à apuração do PIS e da Cofins pelo regime não-cumulativo deverão observar o fato gerador constante dos artigos 1º das leis que regem esta sistemática, quais sejam as Leis nº 10.833/2003 e 10.637/2002. Em uma breve avaliação do seu teor, consta que estas contribuições incidirão sobre a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, inclusive sobre receitas financeiras[8], independentemente da sua denominação ou classificação contábil.

Para efeitos de definição do conceito de receitas, será considerada a receita bruta constante do artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/1977[9], e todas os demais

[7] § 2º Para fins de determinação da base de cálculo das contribuições a que se refere o art. 2º, excluem-se da receita bruta: I - as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos; II - as reversões de provisões e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingressos de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimento pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de participações societárias, que tenham sido computados como receita bruta; [...] IV - as receitas de que trata o inciso IV do caput do art. 187 da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, decorrentes da venda de bens do ativo não circulante, classificado como investimento, imobilizado ou intangível; [...] VI - a receita reconhecida pela construção, recuperação, ampliação ou melhoramento da infraestrutura, cuja contraprestação seja ativo intangível representativo de direito de exploração, no caso de contratos de concessão de serviços públicos.

[8] Decreto nº 8.426/2015 - Art. 1º Ficam restabelecidas para 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente, as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge , auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

[9] Art. 1o A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, com a incidência não cumulativa, incide sobre o total das receitas auferidas no mês pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.
§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, o total das receitas compreende a receita bruta de que trata o art. 12 do Decreto-Lei no 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e todas as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica com os seus respectivos valores decorrentes do ajuste a valor presente de que trata o inciso VIII do caput do art. 183 da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

receitas auferidas pela pessoa jurídica com os seus respectivos valores decorrentes do ajuste a valor presente.

Em comparação ao regime cumulativo de apuração do PIS e da Cofins, no regime não-cumulativo há a majoração das alíquotas aplicadas sobre a base de cálculo:

Contribuição	Alíquota	Previsão Legal
PIS	1,65%	Artigo 2º da Lei nº 10.637/2002
Cofins	7,6%	Artigo 2º da Lei nº 10.833/2003

Ainda assim, conforme antecipado, no regime não-cumulativo é conferida à pessoa jurídica a possibilidade de descontar créditos fiscais sobre determinados custos ou despesas essenciais, relevantes ou expressamente previstas em lei. Dentre as possibilidades mais relevantes de aproveitamento de créditos fiscais, citamos à título exemplificativo que poderão ser descontados créditos sobre:

1. Custos ou despesas correspondentes a bem ou serviço utilizado como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda - Art. 3º, II, Lei nº 10.833/2003;

2. Energia elétrica e energia térmica, inclusive sob a forma de vapor, consumidas nos estabelecimentos da pessoa jurídica - Art. 3º, III, Lei nº 10.833/2003;

3. Aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, pagos a pessoa jurídica, utilizados nas atividades da empresa - Art. 3º, IV, Lei nº 10.833/2003;

4. Máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos ou fabricados para locação a terceiros, ou para utilização na produção de bens destinados à venda ou na prestação de serviços - Art. 3º, VI, Lei nº 10.833/2003; e

5. Edificações e benfeitorias em imóveis próprios ou de terceiros, utilizados nas atividades da empresa - Art. 3º, VII, Lei nº 10.833/2003.

Especificamente quanto às alternativas acima apresentadas, maior destaque se dá à possibilidade de aproveitamento de créditos fiscais sobre insumos utilizados na prestação de serviços.

Em breve síntese, o conceito de "insumo" que deve ser considerado engloba todos os custos e despesas, essenciais ou relevantes à atividade geradora de receitas. Assim, poderão ser considerados aqueles custos ou gastos incorridos direta ou indiretamente na prestação dos serviços, desde que sejam entendidos como essenciais ou relevantes ao desenvolvimento da atividade-fim da empresa.

A partir deste conceito de insumos, viu-se superado o antigo entendimento de que o crédito fiscal apenas seria descontado sobre aqueles itens e materiais que efetivamente se desgastaram, foram consumidos ou compuseram a prestação final de serviços.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 560 Ass.

Conforme se apura do GUIA PRÁTICO DE ESTRUTURAÇÃO DE PROJETO DE PPP DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA[38], nesta modelagem de contrato são, tipicamente, consideradas as seguintes hipóteses creditórias:

OPEX	CAPEX
Manutenção Veículos	Criação do Cadastro Georreferenciado
Aluguel Veículos	Criação e regularização da Concessionária
Materiais para Manutenção (lâmpadas, relés, braços etc.)	Aquisição de Infraestrutura Civil e Mobiliário
Operação e Manutenção do Sistema de Telegestão	Aquisição Veículos
Operação e Manutenção de Iluminação Especial	Implantação de Iluminação Especial
Licenças de Software	Implantação de Sistemas (Softwares)
Operação e Manutenção de Instalações e utilidades administrativas	Cobertura de Pontos Escuros
Seguros e Garantias	Modernização e Eficientização (materiais IP e custo de instalação)
	Descarte de Resíduos
	Implantação do Sistema de Telegestão
	Expansão do Parque de IP

Com isso, sobre os gastos acima elencados a Concessionária, desde que optante pelo Lucro Real, poderá descontar créditos correspondentes a 9,25% do valor desses bens e serviços. Estes créditos poderão ser utilizados para compensar os débitos de PIS (1,65%) e Cofins (7,6%) apurados a partir da aferição de receita como contraprestação aos serviços prestados.

Ainda que seja permitido o aproveitamento de créditos fiscais sobre a totalidade daqueles itens, como regra geral os gastos incorridos com OPEX gerarão créditos imediatos de PIS e Cofins, os quais poderão ser descontados tão logo seja reconhecido o seu custo ou despesa. Por outro lado, em linha geral, os gastos com CAPEX gerarão direito ao aproveitamento de créditos fiscais à medida da amortização ou depreciação dos bens integrantes do seu ativo.

Por fim, também existirão gastos que, por mais que possam ser relevantes à operação da empresa, não gerarão direito ao aproveitamento de créditos fiscais para PIS e Cofins. Neste sentido cita-se, a título exemplificativo e considerando os gastos acessórios relevantes, que estariam vedados os aproveitamentos de créditos fiscais sobre os gastos incorridos com as equipes administrativa e operacional, bem como com o ressarcimento de estudos realizados.

[38] Disponível em Brazil Street Lighting PPP Structuring Toolkit (Portuguese) (002).pdf (globalinfrafacility.org) acesso em 10/01/2023.

4.4.3. Aspectos relativos ao ISS

O imposto Sobre Serviço (ISS) é um imposto de competência municipal, com particularidades quanto a sua arrecadação que variam de município para município e pode haver diferença entre alíquotas a depender da atividade desempenhada pelo prestador destes serviços.

As regras gerais desse imposto encontram-se na Lei Complementar nº 116/2003 e tem como fato gerador a efetiva prestação de serviços.

No âmbito do Município de Fazenda Rio Grande/PR, o ISS foi disciplinado, inicialmente, na Lei Municipal nº 28/93 (Código Tributário do Município de Fazenda Rio Grande/PR), e, posteriormente, na Lei Municipal nº 154/2003.

Esta última, aliás, trata do referido imposto de forma bastante detalhada, de modo que, entende-se, acabou por revogar os dispositivos do Código Tributário do Município de Fazenda Rio Grande/PR que versavam sobre o ISS.

De acordo com o art. 1º, da Lei Municipal nº 195/2003, a hipótese de incidência do imposto consiste na "*[...] prestação de serviço, qualquer que seja a sua natureza, de acordo com a lista de serviços, prevista no Anexo I, parte integrante desta Lei, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador*".

Em consulta ao referido Anexo I da Lei, percebe-se que ela não enumera, de forma explícita, a prestação de serviços relacionados à iluminação pública como hipótese de incidência do ISS.

Isso ocorre em outros municípios que já firmaram PPP desse tipo, os quais costumam tributar as referidas atividades mediante utilização do código de serviço 7.02, com alíquotas variam entre 3% e 5%.

O código de serviço 7.02 possui como definição: "*Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).*"

De acordo com o art. 7º, inc. II, da Lei Municipal nº 195/2003, o item 7.02 seria tributado mediante a aplicação da alíquota de 2% sobre o valor do serviço prestado e, via de regra, devido ao município onde foi prestado o serviço[39]. Conforme previsão expressa constante deste diploma (art. 18, § 3º), não serão incluídos na base de cálculo do imposto o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa à Lei.

Ainda que possa existir debate acerca do melhor enquadramento quanto ao código de serviço a ser descrito no documento fiscal, a depender do escopo dos serviços objeto da contratação futura, ressalta-se inexistir maiores dúvidas quanto a efetiva alíquota a ser cobrada. Isso porque o 7º, inc. II, da Lei Municipal nº 195/2003, prevê expressamente que todos os serviços não enumerados no inciso I do mesmo dispositivo (códigos 3.04, 7.09, 12.06, 12.10, 15.02 a 15.18, 21.01, 22.01 e 25,05, do Anexo I da lei), devem ser calculados com base na alíquota de 2%.

[39] "*Art. 5º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador, ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I e XXV, quando o imposto será devido no local: [...] III – do execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista de serviço, Anexo I*".

Há ainda alíquotas especiais para atividades prestadas por profissionais autônomos (art. 14), que certamente não se aplicam ao caso concreto.

Isto exposto, considerando a aplicação da alíquota de ISS de 2%, a importância da viabilização da Projeto de Iluminação Pública, é importante que a equipe de modelagem econômico-financeira avalie se a cobrança nesse patamar permite a estruturação de projeto financeiramente viável, que não onere demasiadamente nenhum das partes e seja atrativa para os potenciais *players* de mercado.

5. MARCOS LEGAIS QUE PODEM IMPACTAR O PROJETO

Considerando todo o exposto até aqui, foram identificados os seguintes marcos legais que podem impactar o projeto:

1. Constituição Federal de 1988;
2. Lei nº 8.987/95;
3. Lei nº 11.079/2004;
4. Resolução Normativa ANEEL nº 1000/2021;
5. Lei Municipal nº 154/2002;
6. Lei Municipal nº 1.350/2020;
7. Lei Municipal nº 1.325/2019;
8. Lei Orgânica do Município de Fazenda Rio Grande/PR;
9. Lei 14.133/2021;
10. Decreto Municipal nº 4.628/2017;
11. Lei Complementar Municipal nº 164/2018;

12. Lei Municipal nº 1.315/2019;
13. Lei Municipal nº 1.942/2021;
14. Lei Municipal nº 1.524/2022;
15. Lei Complementar nº 101/2000;
16. Lei Municipal nº 1.319/2019;
17. Lei Complementar Municipal nº 8/2006;
18. Lei Municipal nº 118/1997;
19. Decreto Municipal nº 164/1997;
20. Decreto Municipal nº 3.904/2015;
21. Contrato s.n, firmado junto à COPEL, para arrecadação da COSIP;
22. Lei nº 6.938/81;
23. Decreto nº 99.274/90;
24. Resolução CONAMA nº 237/97;
25. Resolução SEMA nº 051/2009;
26. Resolução CEMA nº 107/2020;
27. Lei Estadual nº 20.070/2019;
28. Decreto Municipal nº 5.016/2019;
29. Lei Municipal nº 1.044/2014;
30. Lei Municipal nº 1.204/2017;
31. Lei Municipal nº 1.325/2019;
32. Lei Municipal nº 4/2006;
33. Lei Municipal nº 6/2006;
34. Lei Municipal nº 501/2007;
35. Lei Municipal nº 812/2011;
36. Lei Municipal nº 1.606/2022;
37. Lei Municipal nº 154/2002;
38. Lei Municipal nº 195/2003;
39. Lei nº 10.833/2003;
40. Lei nº 10.637/2002;
41. Lei nº 9.718/1998;
42. Decreto nº 8.426/2015;
43. Decreto-Lei nº 1.598/1977;
44. Lei Municipal nº 28/93;
45. Lei Complementar Municipal nº 9/2006
46. Lei Municipal nº 112/2002.

6. DIRETRIZES DOS TRIBUINAIS SUPERIORES, DO TJPR, DO TCU E DO TCE/PR

O presente tópico se destina a tratar de diretrizes emanadas pelos Tribunais Superiores, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, pelo Tribunal de Contas da União e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que sejam pertinentes para o presente processo.

Essas diretrizes, é bom destacar, podem tomar a forma de precedentes ou de normas emitidas pelas cortes de contas, as quais tangenciem as providências a serem tomadas pelo Município de Fazenda Rio Grande/PR para planejar, licitar e contratar parceria público-privada visando delegar os serviços de modernização, operação e manutenção do seu parque de iluminação pública.

Para facilitar a compreensão do material ora desenvolvido, o presente tópico será subdivido em 5 (cinco) temas: a) diretrizes pertinentes do Supremo Tribunal Federal (STF); b) diretrizes pertinentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ); c) diretrizes pertinentes do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR); d) diretrizes pertinentes ao Tribunal de Contas da União (TCU); e e) diretrizes pertinentes do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR).

6.1. Diretrizes pertinentes ao Supremo Tribunal Federal (STF)

A pesquisa que subsidiou a elaboração deste relatório não logrou êxito em encontrar normas ou precedentes emanados pelo Supremo Tribunal Federal que versem especificamente sobre parcerias público-privadas destinadas à delegação de serviços ligados a parques de iluminação pública.

Esse resultado é natural, na medida em que a competência constitucionalmente atribuída ao STF não lhe permite avaliar conflitos envolvendo normas infraconstitucionais, tais como as Leis nº 8.987/95 e 11.079/2004, as quais servirão como espinha dorsal para o presente projeto.

Entretanto, há no âmbito do STF alguns precedentes que versam sobre a Taxa de Iluminação Pública e a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP) que se mostram pertinentes ao caso concreto.

Já há muito o STF pacificou o entendimento de que "*O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa, uma vez que não configura serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição*" (Agravo de Instrumento nº 400.658, Rel. Min. Carlos Velloso).

Tal taxa foi substituída pela COSIP, acerca da qual o STF se manifestou por ocasião do julgamento do Recurso Extraordinário nº 573.675/SC, de relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski.

Nesse caso, o STF foi provocado a avaliar a constitucionalidade de lei municipal que restringiu a cobrança da COSIP aos municípes consumidores de energia elétrica e que instituiu alíquotas progressivas de cobrança.

Para além de reconhecer a constitucionalidade destes aspectos da lei municipal[32], o STF ainda realizou uma análise razoavelmente detida das principais características da COSIP, classificando-a como um tributo sui generis, na medida em que possui destinação específica mas cuja arrecadação não está vinculada a contraprestação individualizada em favor do contribuinte:

> *CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. RE INTERPOSTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE ESTADUAL. CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP. ART. 149-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LEI COMPLEMENTAR 7/2002, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, SANTA CATARINA. COBRANÇA REALIZADA NA FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA. UNIVERSO DE CONTRIBUINTES QUE NÃO COINCIDE COM O DE BENEFICIÁRIOS DO SERVIÇO. BASE DE CÁLCULO QUE LEVA EM CONSIDERAÇÃO O CUSTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E O CONSUMO DE ENERGIA. PROGRESSIVIDADE DA ALÍQUOTA QUE EXPRESSA O RATEIO DAS DESPESAS INCORRIDAS PELO MUNICÍPIO. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA. INOCORRÊNCIA. EXAÇÃO QUE RESPEITA OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO EXTRAORDINÁRIO IMPROVIDO. I - Lei que restringe os contribuintes do COSIP aos consumidores de energia elétrica do município não ofende o princípio da isonomia, ante a impossibilidade de se identificar e tributar todos os beneficiários do serviço de iluminação pública. II - A progressividade da alíquota, que resulta do rateio do custo da iluminação pública entre os consumidores de energia elétrica, não ofende o princípio da capacidade contributiva. III - Tributo de caráter sui generis, que não se confunde com um imposto, porque sua receita se destina a finalidade específica, nem com uma taxa, por não exigir a contraprestação individualizada de um serviço ao contribuinte. IV - Exação que, ademais, se amolda aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. V - Recurso extraordinário conhecido e improvido.* (RE 573675, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, Julgado em 25/03/2009, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-094 DIVULG 21-05-2009 PUBLIC 22-05-2009 EMENT VOL-02361-07 PP-01404 RTJ VOL-00211-01 PP-00536 RDDT n. 167, 2009, p. 144-157 RF v. 105, n. 401, 2009, p. 409-429 JC v. 85, n. 118, 2009, p. 167-200)

Um segundo precedente decorre do julgamento do Recurso Extraordinário nº 666.404/SP, de relatoria do Ministro Marco Aurélio Mello.

O caso em questão versa sobre decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a qual indicou a suposta impossibilidade de a COSIP instituída por lei complementar de um determinado município ser destinada ao "[...] *melhoramento e à expansão da rede* [...]", limitando a utilização dos recursos arrecadados apenas a atividades de instalação e manutenção do parque de iluminação pública.

Ao julgar a adequação desta decisão, a maioria dos ministros decidiu pela sua reforma, reconhecendo que os recursos oriundos da COSIP podem sim ser utilizados para subsidiar atividades de melhoria do parque de iluminação pública:

> *RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 696. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS. MELHORAMENTO E EXPANSÃO DA REDE. POSSIBILIDADE. 1. O artigo 149-A, da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional 39/2002, dispõe que "Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III". 2. O constituinte não pretendeu limitar o custeio do serviço de iluminação pública apenas às despesas de sua execução e manutenção. Pelo contrário, deixou margem a que o legislador municipal pudesse instituir a referida contribuição de acordo com a necessidade e interesse local, conforme disposto no art. 30, I e III, da Constituição Federal. 3. A iluminação pública é indispensável à segurança e bem estar da população local. Portanto, limitar a destinação dos recursos arrecadados com a contribuição ora em análise às despesas com a execução e manutenção significaria restringir as fontes de recursos que o Ente Municipal dispõe para prestar adequadamente o serviço público. 4. Diante da complexidade e da dinâmica características do serviço de iluminação pública, é legítimo que a contribuição destinada ao seu custeio inclua também as despesas relativas à expansão da rede, a fim de atender as novas demandas oriundas do crescimento urbano, bem como o seu melhoramento, para ajustar-se às necessidades da população local. 5. Recurso Extraordinário a que se dá provimento. Fixada a seguinte tese de repercussão geral: "É constitucional a aplicação dos recursos arrecadados por meio da contribuição para o custeio da iluminação pública na expansão e aprimoramento da rede".* (RE 666404, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, Julgado em 18/08/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-221 DIVULG 03-09-2020 PUBLIC 04-09-2020)

[32] No mesmo sentido, vari: TJGO, Tribunal Pleno. Rel. Des. João Ubaldo Ferreira, processo 200801290630, J 746 de 26/01/2011.

A leitura conjunta dos procedentes denota que o Supremo Tribunal Federal conferiu segurança jurídica à utilização dos recursos oriundos da COSIP para remunerar o futuro concessionário de iluminação pública.

Com efeito, o primeiro precedente reconhece que a COSIP serve para fazer frente a despesas com serviços indivisíveis atinentes à iluminação pública, e o segundo indica que esses serviços compreender não apenas a instalação e a manutenção do parque de iluminação pública, mas também sua modernização.

Isso tudo reforça a segurança jurídica do sistema de remuneração ordinariamente estruturado para projetos como o ora planejado, pautado na abertura de uma conta escrow, gerenciada por agente financeiro independente e alimentada com recursos oriundos da COSIP.

6.2. Diretrizes pertinentes ao Superior Tribunal de Justiça (STJ)

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, encontrou-se precedente especialmente pertinente para a construção da matriz de riscos do futuro contrato de parceria público-privada do parque de iluminação pública do Fazenda Rio Grande/PR.

Trata-se do Agravo Interno em Suspensão de Liminar nº 2.779/RJ, interposto em face de decisão do Presidente do STJ que indeferiu pedido de suspensão de liminar deferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em ação onde se discute a sustentabilidade econômico-financeira de contrato de PPP de construção, ampliação e operação do sistema de esgotamento sanitário de um município fluminense.

A decisão exarada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro deferiu, em parte, pedido de antecipação de tutela realizada pelo município, e determinou a limitação de repasses a título de contraprestação, sob o argumento de que a queda de arrecadação do poder concedente, decorrente da variação do preço do petróleo teria afetado a sustentabilidade financeira da concessão.

O STJ decidiu dar provimento ao agravo interposto pela concessionária de serviço público, reformando a decisão do Presidente da corte e suspendendo parcialmente os efeitos da decisão do TJRJ, determinando que o município mantivesse o pagamento das contraprestações tal como fixado no contrato:

> *AGRAVO INTERNO. SUSPENSÃO DE LIMINAR. NÃO CONFIGURAÇÃO DE LESÃO À ORDEM PÚBLICA E ECONÔMICA. REPARTIÇÃO DE RISCOS. CRITÉRIOS NÃO DEMONSTRADOS.*
>
> *1. A alocação de riscos é inerente aos contratos de parceria público-privada, conforme exigência contida na lei (inciso VI do art. 4º da Lei n. 11.079/2004).*
>
> *1.1. Na hipótese de distribuição ex post dos riscos, devem ser observados critérios relacionados à equação econômico-financeira dos contratos.*
>
> *1.2. Assim é que a queda de arrecadação fiscal de município contratante advinda da redução do preço do barril de petróleo no mercado internacional não constitui motivo suficiente à redução da contraprestação devida à concessionária de serviços públicos se essa contraprestação não estiver vinculada contratualmente à variação do preço do petróleo. Inexiste a imprevisibilidade do evento.*
>
> *2. A repartição de riscos não pode resultar no comprometimento do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste. A redução das contraprestações em 85,5%, sem alteração dos demais encargos e das obrigações previstas entre as partes, principalmente as de responsabilidade da concessionária, compromete esse equilíbrio.*
>
> *3. Agravo provido.* (Agint na SLS n. 2.779/RJ, relator Ministro João Otávio de Noronha, relator para acórdão Ministro João Otávio de Noronha, Corte Especial, julgado em 1/6/2022, DJe de 16/8/2022.)

Em que pese não versar especificamente sobre PPP de iluminação pública, o precedente é importante para se compreender quais contornos o Superior Tribunal de Justiça confere aos riscos decorrentes de queda de arrecadação em contratos de concessão e aos seus efeitos.

Conforme visto, o STJ entendeu, ao menos inicialmente, que tal fato, por si só, não justifica a redução do valor da contraprestação a ser paga à concessionária de serviços públicos, exceto se a matriz de riscos do contrato versar em sentido contrário.

Por isso, é importante avaliar adequadamente como esse risco deve ser tratado na matriz de riscos a ser construída no caso concreto.

6.3. Diretrizes pertinentes ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR)

No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) foram localizados diversos precedentes que tratam de concessões de serviços públicos.

Em pesquisa realizada no sítio eletrônico do TJPR, foram encontrados 77 (setenta e sete) precedentes exarados no âmbito da 4ª e da 5ª Câmaras Cíveis daquela Corte (as quais possuem competência para avaliar a maioria das ações populares, as ações civis públicas e os mandados de segurança, bem como outras ações concernentes a "licitações e contratos administrativos", conforme art. 90, inc. II, do Regimento Interno do TJPR), os quais versam sobre contratos de concessão de serviços públicos.

No geral, esses precedentes abordam questões muito específicas de contratos de concessão de outros serviços que não os de modernização, operação e

PM FAZENDA RIO GRANDE

manutenção de parques de iluminação pública (em especial de concessões comuns), ou afirmar o dever de o Poder Concedentes resguardar o equilíbrio econômico-financeiro dessas avenças. Como exemplo, pode-se citar o mais recente desses precedentes, qual seja, o acórdão exarado nos autos da Apelação Cível e Reexame Necessário nº 0008876-32.2020.8.16.0030, de relatoria do Desembargador Leonel Cunha, caso julgado em 31.08.2021:

> [...]
>
> *2) DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE LIMPEZA EM FOZ DO IGUAÇU. REAJUSTE MONETÁRIO PREVISTO NO EDITAL. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO DE VALORES, PORQUE NÃO COMPROVADA A EXTENSÃO DO DANO AO ERÁRIO, RESSALVADA A UTILIZAÇÃO DAS VIAS PROCESSUAIS ADEQUADAS PELO ENTE PÚBLICO.*
>
> *a) O Município de Foz do Iguaçu firmou com a Empresa Vital Engenharia Ambiental S/A o Contrato nº 118/2013, com vigência de 15 (quinze) anos, cujo objeto é a concessão de serviços de limpeza do perímetro urbano municipal.*
>
> *b) Embora o Contrato e seus dois Termos Aditivos nada disponham sobre reajuste monetário, há item específico sobre o tema no Edital de Licitação (Concorrência Pública nº 01/2013).*
>
> *c) Assim, não cabe à Administração escolher se aplicará, ou não, o reajuste monetário, pois, embora se trate de direito contratual disponível, foi expressamente indicado no Edital da Licitação, ao qual o Municipalidade é vinculada (princípio da vinculação ao instrumento convocatório).*
>
> *d) Ademais, é certo que: (i) a reavaliação das Unidades Tarifárias (e a eventual dispensa do reajuste) dependem de regular Processo Administrativo, o que não foi comprovado pelo Ente Público; (ii) a apuração de irregularidades pela Administração e pelo TCE/PR, por si só, não autoriza a suspensão do pagamento dos reajustes; e (iii) várias outras medidas poderiam ter sido adotadas pelo Concedente, a exemplo da caducidade, da encampação e da rescisão, mas se optou pela continuidade da execução contratual.*
>
> *e) Portanto, deve ser mantida a condenação do Município ao pagamento dos reajustes monetários. Precedentes.*
>
> *f) Noutro giro, opesar da gravidade dos fatos em apuração pelo Administração e pelo TCE/PR, o modo como o pedido de compensação foi formulado pelo Município torna impossível sua concessão neste momento processual, porque não comprovada a extensão do dano ao erário.*
>
> *g) Isso não impede que o Ente Público, for caso, por meio das adequadas vias processuais, promova o recomposição das perdas pecuniários em face da Concessionária. É o que se busca, por exemplo, em Ação Civil de Improbidade Administrativa na qual o Ministério Público pleiteia a declaração de nulidade do Licitação nº 01/2013 e do Contrato nº 118/2013, além do ressarcimento de milhões de reais ao erário municipal.*
>
> [...] (TJPR, Classe: Apelação Cível e Reexame Necessário, Número do Processo: 0008876-32.2020.8.16.0030, Relator(a): LEONEL CUNHA, Julgado em: 31/08/2021)

Especificamente sobre contratos de PPPs com objetos similares ao do presente projeto, encontrou-se precedente que deve ser objeto de atenção pelo Município de Fazenda Rio Grande/PR.

Trata-se o acórdão prolatado no âmbito a ação direta de inconstitucionalidade nº 0041867-54.2020.8.16.0000, de relatoria do Desembargador Fabio Haick Dalla Vecchia, em julgamento ocorrido no dia 12/01/2022.

A decisão versa sobre 2 (duas) ações diretas de inconstitucionalidade, manejadas por diferentes deputados estaduais, questionando a forma e o conteúdo da Lei nº 3.604/2020, do Município de São José dos Pinhais, a qual autorizou a concessão dos serviços de modernização, ampliação, operação e

redação muito similar àquela do art. 2º, da Lei nº 3.604/2020, do Município de São José dos Pinhais, considerada inconstitucional pelo TJPR.

Em terceiro lugar, porque ao considerar irregular a vinculação de receitas da COSIP à estruturação dos sistemas de remuneração e de garantias da PPP's que envolvam serviços de modernização, operação e manutenção de parques de iluminação pública, o TJPR acaba por inviabilizar a grande maioria desses projetos, os quais dependem dos recursos oriundos da arrecadação dessa contribuição para se mostrarem viáveis.

Prova disso consiste no fato de que o relator do precedente em questão consignou formalmente em seu voto que a suposta irregularidade "*[...] não contamina apenas o art. 2º da norma impugnada (dispositivo que previu a aludida vinculação da COSIP, notadamente porque a estrutura do PPP descrita na Lei objurgada perde sua base de sustentação sem a referida vinculação de receita*".

Em face disso tudo, recomenda-se que o Município de Fazenda Rio Grande/PR siga as sugestões realizadas nos subitens 2.4 e 4.4, de modo a realizar adequações legislativas e estruturar sistema de garantias que estabeleçam o direcionamento dos recursos oriundos da COSIP a uma conta *escrow* vinculada à concessão administrativa a ser erigida.

Entende-se que o precedente em questão representa um caso isolado, cuja replicação pode ser evitada mediante ações de comunicação efetivas junto ao público interno e externo, as quais esclareçam a natureza da COSIP, sua função em projetos similares ao pertinente a este relatório e às possibilidades de sua utilização.

6.4. Diretrizes pertinentes ao Tribunal de Contas da União (TCU)

Em que pese não deter competência para analisar o mérito da adequação de projetos de PPP de iluminação pública, é indiscutível que o Tribunal de Contas da União (TCU) consiste em terreno fértil para a identificação de balizas de boas práticas em concessões e parcerias público-privadas.

Afinal de contas, o órgão é responsável por avaliar os detalhes técnicos, financeiros e jurídicos de todos os projetos concessionários que envolvam recursos da União. Isso faz com que sua produção técnica e jurisprudencial se mostre rica no que tange aos referidos temas.

Visando conferir objetividade ao presente relatório, optou-se por destacar aqui 3 (três) precedentes que, tudo indica, possuem maior proximidade com o objeto da PPP que se pretende executar no Município de Fazenda Rio Grande/PR.

O primeiro deles consiste no Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário, de relatoria do Ministro Marcos Bemquerer Costa[15].

Tal acordão contém o resumo dos trabalhos de um grupo interdisciplinar instaurado por determinação do TCU para estudar o BDI médio de uma série de obras, dentre as quais deve-se destacar as obras de construção e manutenção de estações e redes de distribuição elétrica.

[15] O inteiro teor do referido documento pode ser acessado ao seguinte link: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%2525253A2623%252520ANOACORDAO%25253A2013/DTRELEVANCIA%252520desc%25252C%252520NUMACORDAOINT%252520desc/0/%252520

manutenção da rede de iluminação pública municipal, e adotou outras providências.

Dentre os dispositivos da referida lei, cumpre destacar o seu art 2º, o qual autorizava o Poder Executivo Municipal a "*[...] vincular receitas municipais advindas da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP [...], para o pagamento da contraprestação pública devida à concessionária e constituição do arranjo de garantias previstas no contrato de parceria público-privado [...]*".

O TJPR entendeu que o referido dispositivo era inconstitucional, na medida em que autorizava a vinculação de receitas de natureza tributária, em ofensa ao disposto no art. 6º, inc. II, da Lei nº 11.079/2004, a qual autoriza que a contraprestação pública seja feita exclusivamente por "*cessão de créditos não tributários*". Veja-se:

> *AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL 3.604/2020, DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. 1. PRELIMINAR. CARÊNCIA DE AÇÃO. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DE INCOMPATIBILIDADE DA LEI COM A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. ACOLHIMENTO.2. NORMA AUTORIZANDO CONTRATAÇÃO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP) PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO. EDIÇÃO DE NORMAS GERAIS DE CONTRATAÇÃO. ART. 22, INCISO XXVII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NORMA DE REPRODUÇÃO OBRIGATÓRIA. 3. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. OCORRÊNCIA. REGRAMENTO GERAL MATERIALIZADO PELA LEI NACIONAL 11.079/2004. VINCULAÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS PARA A CONTRAPARTIDA DO PARCEIRO PÚBLICO AO PRIVADO. DISCIPLINA DIVERGENTE DOS LIMITES AUTORIZADOS PELA REFERIDA LEGISLAÇÃO GERAL. USURPAÇÃO MUNICIPAL À COMPETÊNCIA RESERVADA PELA CARTA À UNIÃO. 4. PEDIDOS DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE PROCEDENTES. [...]. 5. No âmbito da competência privativa para editar normas gerais de contratação (art. 22, inciso XXVII, da Constituição Federal), a União encaminhou a lei nacional 11.079/2004, a qual autorizou tão somente a cessão de créditos não tributários para a contraprtida pública devida ao parceiro privado.6. Flagrante a contrariedade da norma impugnada à normativo geral ao vincular as receitas tributárias, oriundas da Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública (COSIP), como contraprestação pública.7. É de se reconhecer o vício de forma que afeta a íntegra da lei porque, sem a referida vinculação, desnatura-se a estrutura da PPP desenhado pela norma impugnada.8. Pedidos das ações diretas procedentes, ainda que reconhecida parcialmente a carência de ação, nos outros 0041867-54.2020.8.16.0000.* (TJPR, Classe: Ação Direta de Inconstitucionalidade, Número do Processo: 0041867-54.2020.8.16.0000 - ° Não definida - Relator(a): FABIO HAICK DALLA VECCHIA, Julgado em 12/01/2022)

Tal precedente é altamente questionável.

Primeiramente porque ignora a literalidade do art. 8º, inc. I, da própria Lei nº 11.079/2004, segundo o qual as obrigações pecuniárias assumidas pela Administração Pública em contratos de PPP podem ser garantidos mediante "*vinculação de receitas, observado o disposto no inciso IV do art. 167 da Constituição Federal*".

A única ressalva feita pelo dispositivo, note-se, consiste na vedação à "*vinculação de receitas de impostos a órgão, fundo ou despesa [...]* (*g.n*), contida na Constituição Federal, de modo que a vinculação de receitas oriundas de outros tributos (como é o caso da COSIP, que consiste numa contribuição) é perfeitamente possível.

Em segundo lugar porque ignora prática amplamente aceita e adotada em diversas PPPs com objetos similares ao do presente projeto, e nas leis autorizativas que os fundamentam. Para citar apenas 2 (dois) exemplo, veja-se o art. 2º, da Lei nº 15.871/2021, do Município de Curitiba, e o art. 3º, da Lei Complementar nº 23/2020, do Município de Toledo, os quais possuem

Esses valores, entende-se, podem fornecer subsídios importantes para a equipe de modelagem econômico-financeira deste projeto.

O segundo precedente é o Acórdão nº 1.806/2016 – Plenário, de relatoria do Ministro Benajmin Zymler[14], o qual traz em seu bojo definição do que são "bem reversíveis".

De acordo com o voto proferido nesse caso, "*[...] bens reversíveis são aqueles afetados à prestação do serviço, que serão revertidos ao poder público ao término da concessão, independentemente de terem sido transferidos ao concessionário no momento da concessão ou de terem sido incorporados pelo concessionário ao serviço durante a execução do contrato.*".

Considera-se tal definição essencial para a construção das regras atinentes ao inventário de bens vinculados à concessão, à reversão desses bens ao patrimônio do Município de Fazenda Rio Grande/PR e às indenizações a serem pagas ao concessionário necessárias para fazer frente a esses bens (no caso de valores não amortizados no decorrer da concessão).

O terceiro precedente, por fim, consiste no Acórdão 2.472/2020 – Plenário, o qual consagra a importância de os sistemas de remuneração em contratos de PPPs serem pautados em indicadores objetivos de desempenho, a serem aferidos de tempos em tempo por verificador independente:

> O Sistema de Mensuração de Desempenho é crucial para uma adequada governança e gestão do Contrato de Concessão. Nessa lógica, é fundamental que se garanta a qualidade, fidedignidade e consistência tanto das pesquisas de satisfação realizadas com os visitantes dos Parques quanto das inspeções semestrais a serem realizadas pelo Verificador Independente.

Cumpre destacar ainda que o TCU possui vasta jurisprudência sobre diversos aspectos relacionados às licitações.

Na tentativa de pinçar alguns, especialmente pertinente ao presente caso, cumpre destacar, primeiramente, aqueles que refletem posicionamento do TCU segundo o qual o rol legal de exigências de habilitação passíveis de serem realizadas em licitações é taxativo[15]. Veja-se:

> No certame licitatório, os documentos que podem ser exigidos quanto à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e prova de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal estão adstritos àqueles previstos nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/1993. (Acórdão 2056/2008 – Plenário).
>
> Atenham-se ao rol de documentos para habilitação definido nos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/1993, sem exigir nenhum elemento que não esteja ali enumerado. (Acórdão 2450/2009 – Plenário).
>
> Abstenha-se de fazer exigências que excedam aos limites fixados nos arts. 27 a 33 da Lei nº 8.666/1993.(Acórdão 59/2008 – Plenário).
>
> Abstenha-se de exigir das licitantes interessadas como condição para habilitação documentos não previstos nos arts. 27 a 31 da Lei nº 8.666/1993. (Acórdão 1745/2009 - Plenário).

[14] O inteiro teor do referido documento pode ser acessado ao seguinte link: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NATUREZA%25252Dnorm%25253A%25ADvel/%252520/DTRELEVANCIA%252520desc%252C%252520NUMACORDAOINT%252520desc/18/%252520

[15] Por outro lado, o TCU possui precedentes a presença da exigência de habilitação indevida, no ato convocatório, não é capaz de ensejar a nulidade do procedimento. Nesse sentido ver o Acórdão 1.908/2008 – Plenário.

Esses precedentes se fundam no posicionamento pacífico do Tribunal de Contas da União no sentido de que é ilegal realizar exigências de habilitação injustificadas, que restrinjam indevidamente o caráter competitivo do certame (Acórdão 597/2007 – Plenário).

O TCU também entende que empresas cujo objeto social é incompatível com o da licitação não preenchem os requisitos de habilitação jurídica previstos em lei, conforme Acórdão 1021/2007 – Plenário.

Ainda, importante destacar entendimento do referido Tribunal segundo o qual é admissível, por ocasião da fixação e da avaliação dos requisitos de qualificação técnica, exigir prova de atendimento de requisitos previstos em lei/norma de caráter especial, nos termos do artigo 30, inciso IV, da Lei federal nº 8.666/1993 (Acórdão 703/2007 – Plenário).

6.5. Diretrizes pertinentes ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR)

Em pesquisa realizada no repositório oficial de jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), foram encontrados 4 (quatro) precedentes particularmente interessantes para o presente projeto.

O primeiro desses precedentes consiste no Acórdão nº 1791/2015, do Tribunal Pleno, de relatoria do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares, cuja ementa é a seguinte:

Consulta. Custeio de serviço de iluminação público (COSIP). Forma de utilização dos recursos. Art. 149-A, da CF. Possibilidade de custeio dos vencimentos da equipe de manutenção da iluminação pública. Impossibilidade de custeio de faturas de energia elétrica, materiais e serviços referes a bens de uso especial e em relação a itens diversos da iluminação público.

O precedente foi exarado em processo de consulta formalizado pelo Município de Campo Mourão, onde se apresentou, em resumo, 3 (três) questionamentos à Corte de Contas paranaense: *i)* é possível utilizar os recursos da COSIP para o pagamento dos vencimentos de equipe de eletricistas que farem a manutenção da rede de iluminação pública? *ii)* é possível utilizar os recursos da COSIP para o pagamento de faturas de energia elétrica dos espaços esportivos das comunidades e bairros do Município? *iii)* é possível utilizar os recursos da COSIP para a aquisição de materiais e serviços (substituição de postes e luminárias) nos espaços esportivos e parques de exposição?

Após analisar os questionamentos, a conclusão do TCE/PR foi de que seria possível utilizar os recursos da COSIP para fazer frente à remuneração dos vencimentos devidos aos servidores que compõem a equipe de eletricistas que fazem a manutenção da rede de iluminação pública, sob o fundamento de que o art. 149-A da Constituição Federal deveria ser interpretado ampliativamente, de modo a possibilitar a utilização da referida contribuição para financiar todos os aspectos humanos e operacionais necessários para manter em funcionamento o parque de iluminação pública.

Entretanto, de acordo com o TCE/PR, o utilização dos recursos em apreço para fazer frente ao pagamento de faturas de energia elétrica, materiais e serviços referentes a espaços esportivos e parques de exposição municipais não seria viável, na medida em que tais áreas consistiriam em bens de uso especial, que não estariam à disposição de todo e qualquer cidadão a qualquer tempo, de modo que, por isso, não seriam atendidos pela rede de iluminação pública, que por ser um serviço público não divisível, atenderia apenas a bens de uso comum do povo.

Esse precedente se mostra importante, na medida em que fornece balizas razoavelmente claras sobre quais critérios devem ser observados pelo Município de Fazenda Rio Grande/PR e pelos responsáveis pela modelagem técnico-operacional da futura PPP ao projetar a expansão do parque de iluminação pública municipal.

O segundo precedente consiste no Acórdão 1.023/15, do Tribunal Pleno, de relatoria do Conselheiro José Durval Mattos do Amaral. A ementa deste precedente é a seguinte:

> *CONSULTA. ILUMINAÇÃO PÚBLICA. TRANSFERÊNCIA SEM ÔNUS DE TITULARIDADE DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO REGISTRADO COMO ATIVO IMOBILIZADO EM SERVIÇOS (AIS) DAS CONCESSIONÁRIAS PARA O MUNICÍPIO. RESOLUÇÕES NORMATIVAS Nº 414/2010 E 480/2010 DA ANEEL.*

O precedente em apreço decorre de consulta formalizada pelo Município de São José dos Pinhais, acerca da possibilidade de a concessionária de energia elétrica exigir que a transferências dos ativos do parque de iluminação pública local, ao Município, estivesse atrelada ao "custeio" dos bens.

Em resposta, o TCE/PR asseverou que "[...] *a transferência dos ativos à pessoa jurídica de direito público, no caso o Município, deve ser realizado sem ônus, não ensejando quaisquer pleitos compensatórios ao equilíbrio econômico-financeiro (art. 218, § 5º, da Resolução nº 414/2010 da ANEEL). Assim, quaisquer pleito da concessionária-distribuidora de energia são descabidos* [...]".

Esse posicionamento pode ser importante para o presente caso, na medida em que, conforme narrado anteriormente, o Município de Fazenda Rio Grande/PR não logrou êxito em localizar e fornecer, até o momento, o respectivo Termo de Cessão dos ativos do parque de iluminação pública local, da COPEL em seu favor. Acaso seja necessário formalizar esse documento, é importante ter em mente que a transferência dos ativos deve ocorrer sem nenhum ônus para o Município, conforme definiu o TCE/PR.

O terceiro precedente, por sua vez, consiste no Acórdão nº 1.317/2019, do Tribunal Pleno, de relatoria do Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares. Nesse precedente, o TCE/PR suspendeu cautelarmente a Concorrência nº 001/2019, deflagrada pelo Município de Guarapuava com o objetivo de selecionar a futura signatária de contrato de PPP de iluminação pública.

Naquela oportunidade, o TCE/PR avaliou, de forma perfunctória, 7 (sete) supostas irregularidades contidas no referido edital, e entendeu que 5 (cinco) delas justificavam a suspensão cautelar do procedimento licitatório, quais sejam:

1. Restrição indevida promovida por exigência de comprovação de *Project Finance* por atestados e restrição indevida da modalidade de financiamento;
2. Vedação indevida de apresentação de atestados em nome de SPE;
3. Ilegalidade de exigência de credenciamento como condição para entrega de documentos;
4. Ilegalidade de restrição à forma de entrega dos envelopes; e
5. Ausência de previsão acerca da possibilidade de se apresentar documentos estrangeiros apostilados.

No que tange ao primeiro item, o TCE/PR entendeu pela irregularidade da exigência de comprovação de experiência na captação de recursos pela modalidade *Project Finance* exclusivamente mediante a apresentação de atestados, na medida em que, segundo o seu ponto de vista, a finalidade da exigência seria atingida também mediante a apresentação do respectivo contrato de financiamento ou dos demonstrativos contábeis da(s) empresa(s) licitante(s).

A Corte de Contas também destacou que a exigência de que a captação se desse por meio de financiamentos bancários seria restritiva, na medida em que os licitantes poderiam levantar os recursos por meios alternativos, tais como operações de financiamento no mercado de capitais (emissão de debêntures).

Acerca do segundo item, asseverou o TCE/PR que não havia justificativa para a omissão do edital acerca da possibilidade de os licitantes apresentarem atestados emitidos em nome de SPE's das quais eles fossem acionistas, na medida em que, de acordo com o art. 9º, apenas SPE's podem firmar contratos de PPPs.

No que diz respeito ao terceiro item, o TCE/PR entendeu pela necessidade de o edital ser claro ao estabelecer que mesmo licitantes que não credenciassem representantes na sessão pública de julgamento (perdendo assim o direito a voz, por exemplo) poderiam encaminhar envelopes com propostas e documentos rubricados, os quais deveriam ser analisados pela comissão de licitação.

Sobre o quarto item, a posição do TCE/PR foi no sentido de que o ato convocatório do certame deveria conter regras disciplinando a possibilidade de os licitantes encaminharem envelopes de documentos por outros meios que não apenas mediante entrega presencial na sede da Prefeitura Municipal de Guarapuava.

Por fim, o TCE/PR também frisou a necessidade de o Edital da Concorrência nº 001/2019 conter regras que permitissem a apresentação de documentos estrangeiros apostilados.

Esse caso, cumpre destacar, não foi julgado no mérito. No Acórdão nº 2.620/2020, o TCE/PR declarou que os pleitos realizados no processo de representação haviam perdido objeto, na medida em que o Município de Guarapuava realizou alterações no edital que adequaram sua redação ao conteúdo da decisão cautelar anteriormente exarada.

Entretanto, não se pode negar que por meio dele o TCE/PR fixou parâmetros importantes, que devem ser observados quando da modelagem jurídica do presente projeto.

Não se descarta, é claro, que a adoção do regulamento da B3 possa eventualmente gerar algum tipo de contradição entre o procedimento por ela adotado e tais balizas. Nesse caso, será de extrema importância consignar no processo de contratação as justificativas para a não observância da íntegra do precedente em apreço.

Por fim, o quarto precedente pertinente ao presente projeto consiste no Acórdão nº 1.172/2021, do Tribunal Pleno, de relatoria do Conselheiro Ivan Lelis Bonilha.

Ele foi prolatado em processo de representação movido em face do edital da Concorrência Pública nº 002/2019, publicado pelo Município de União da Vitória, com o objeto de conceder os serviços de modernização, operação e manutenção do seu parque de iluminação pública.

Naquela oportunidade, o representante questionou previsões do edital que: *i)* limitavam a formação de consórcio a 3 (três) participantes, no máximo; e *ii)* exigiam a apresentação de atestados que comprovassem a instalação de um número mínimo de luminárias com operação de telegestão.

Ao avaliar o primeiro ponto questionado, o TCE/PR entendeu que a limitação era cabível, uma vez que o Município de União da Vitória logrou êxito em apresentar (ainda que extemporaneamente) justificativa técnica para a limitação, conduta que estaria alinhada à jurisprudência do TCU.

Quanto ao segundo item, o TCE/PR registrou que a exigência, por si só, não era irregular. Entretanto, ela não teria se mostrado adequada ao caso concreto, na medida em que o Município de União da Vitória não teria consignado no processo, de forma clara, que ela recala sobre a parcela de maior relevância técnica ou econômica do objeto, o que afrontaria a literalidade do art. 30, § 1º, Inc. I, da Lei nº 8.666/93.

Entretanto, o TCE/PR optou por substituir eventuais sanções pela recomendação de que o Município de União da Vitória fizesse "[...] *constar expressamente do processo licitatório quais são os itens de maior relevância técnica e valor significativo, passando a exigir a comprovação de capacidade técnica apenas em relação a esses pontos*".

Mais uma vez, tem-se aqui parâmetros importantes a serem observados no procedimento licitatório a ser estruturado.

De um lado, o art. 15, § 4º, da Lei nº 14.133/2021 (que, em virtude do cronograma de desenvolvimento do presente projeto, muito provavelmente servirá de fundamento para a licitação a ser processada) passou a prever expressamente a possibilidade de a Administração Pública licitante estabelecer em seus editais um limite máximo para o número de empresas consorciadas, desde que haja justificativa técnica para tanto, aprovada pela autoridade competente.

De outro, cumpre lembrar que o art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 segue restringindo a exigência de atestados às "[...] *parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação* [...]".

Por isso, é importante que os responsáveis pela modelagem técnico-operacional deixem bem claro quais são justificativas técnicas para eventual limitação ao número de empresas consorciadas, bem como destaquem quais são as parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto, para que as exigências de qualificação técnica recalam apenas sobre elas.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 564 Ass

7. COMPETÊNCIA MUNICIPAL

Considerando todo o exposto até aqui, identificou-se que o projeto ora estruturado poderá demandar o envolvimento direto ou indireto dos seguintes órgãos e entidades municipais:

1. Prefeito Municipal;
2. Gabinete do Prefeito (art. 10, da Lei Complementar Municipal nº 47/2011);
3. Procuradoria Geral do Município (art. 11, da da Lei Complementar Municipal nº 47/2011);
4. Secretaria Municipal de Governo (art. 12, da Lei Complementar Municipal nº 47/2011);
5. Secretaria Municipal de Finanças (art. 13, da Lei Complementar Municipal nº 47/2011);
6. Secretaria Municipal de Administração (art. 14, da Lei Complementar Municipal nº 47/2011);
7. Secretaria Municipal de Urbanismo (art. 18, da Lei Complementar Municipal nº 47/2011);
8. Secretaria Municipal de Obras (art. 19, da Lei Complementar Municipal nº 47/2011);
9. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo (art. 20, da Lei Complementar Municipal nº 47/2011);
10. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (art. 22, da Lei Complementar Municipal nº 47/2011);
11. Secretaria Municipal de Meio Ambiente (art. 23, da Lei Complementar Municipal nº 47/2011);
12. Secretaria Municipal de Habitação (art. 23-D, da Lei Complementar Municipal nº 47/2011);
13. Secretaria Municipal de Comunicação Social (art. 23-F, da Lei Complementar Municipal nº 47/2011);

Obviamente, alguns desses órgãos estarão envolvidos diretamente na estruturação e na condução do projeto, tais como o Prefeito, seu Gabinete, a Procuradoria Geral do Município, a Secretaria Municipal de Finanças, a Secretaria Municipal de Urbanismo, a Secretaria Municipal de Obras e a Secretaria Municipal de Comunicação Social.

Outros órgãos darão apoio institucional e fornecerão informações de interesse do projeto, tais como a Secretaria Municipal de Administração, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Habilitação.

8. OPÇÕES QUE O MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE/PR POSSUI PARA VIABILIZAR O ARRANJO NECESSÁRIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

O presente tópico se destina a indicar, ainda que brevemente, qual(ais) arranjo(s) contratual(ais) são colocados à disposição pela legislação vigente para viabilizar o arranjo jurídico necessário para implementação do projeto.

Em verdade, pode-se afirmar que o ordenamento jurídico pátrio instituí uma série de instrumentos jurídicos que podem ser utilizados para viabilizar a implementação do objeto desejado pelo Município de Fazenda Rio Grande/PR.

Teoricamente, seria possível, por exemplo, que a municipalidade planejasse a formalização de diversos contratos de empreitada, fundamentados na Lei nº 8.666/93 (ou na Lei nº 14.133/2021, a partir de 1º de abril deste ano), destinados a adquirir, separadamente, os serviços de modernização e manutenção do seu parque de iluminação pública, mantendo os serviços de operação a cargo de sua equipe de servidores.

Entretanto, sabe-se que esse tipo de arranjo, pautado na execução de diversos contratos com objetos mais simples, tende a gerar ineficiências.

Não há garantias de que os diversos contratados executarão suas tarefas com nível de qualidade similar ou que atuarão conjuntamente, de modo a garantir o bom funcionamento da solução como um todo.

Não por outra razão, a própria Caixa Econômica Federal definiu o objeto do contrato nº 974/2021 como a prestação de "[...] *serviços técnicos especializados à modelagem e estruturação bem como suporte ao processo licitatório de contrato de Parceria Público-Privada (PPP) destinado à gestão, ampliação, modernização, operação e manutenção do PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA* [...]" do Município de Fazenda Rio Grande/PR.

Em outras palavras, a própria Caixa Econômica Federal conferiu delimitação inicial ao arranjo jurídico a ser implementado para viabilizar o projeto ora estruturado, indicando que a solução passa pela celebração de algum tipo de Parceria Público-Privada. E há algumas razões que justificam esse encaminhamento.

As PPPs são espécies de contratos de concessão de serviços públicos. Esse tipo de arranjo permite a contratação de soluções complexas, que integrem diversas prestações num único objeto contratual.

Demais disso, são contratos de longo prazo, os quais admitem a utilização de sistemas de remuneração baseados na eficiência do futuro concessionário.

Esses contratos tendem ainda a acomodar os riscos passíveis de se materializarem durante suas execuções de maneira mais clara, uma vez que são compostos por matrizes de alocação objetivas desses riscos, relegando discussões acerca desequilíbrios econômico-financeiros causados por supostos "fatos imprevisíveis" a um segundo plano.

A legislação vigente contempla diversas espécies de contratos de concessão de serviços públicos.

As 3 (três) principais são as seguintes: a) a concessão comum, disciplinada na Lei nº 8.987/95; b) a concessão patrocinada, disciplinada na Lei nº 11.079/2004; e c) a concessão administrativa, disciplinada na Lei nº 11.079/2004.

Segundo material divulgado pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), os contratos de concessão comum "[...] *são contratos firmados entre empresas privadas e a Administração Pública, cujo objeto é a prestação de serviços públicos fruíveis pelos usuários. Numa concessão comum, a empresa concessionária encarrega-se de prover todo a infraestrutura necessária para a disponibilização do serviço público, remunerando-se das tarifas que são pagas pelos usuários pela sua fruição*"[36].

A concessão patrocinada, por sua vez, "[...] *é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado*" (art. 2º, § 1º, da Lei nº 11.079/2004. Grifo nosso).

Trata-se de modalidade de contrato elegível nos casos onde o serviço comporta a cobrança de tarifa a ser paga diretamente pelos usuários dos serviços, mas tal medida se mostra insuficiente para garantir a amortização dos investimentos a serem realizados pelo concessionário e para ele obter margem de lucro.

A concessão administrativa, por fim, "[...] é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens".

Essa modalidade de contrato tem cabimento quando não se pode mensurar quanto cada usuário, individualmente, o utiliza. São os chamados serviços *uti universi*, cujo usuário direto passa a ser o próprio Poder Público.

Dada a impossibilidade de se mensurar a utilização individualizada dos serviços, torna-se impossível fixar uma política tarifária. Desse modo, a remuneração do concessionário é pautada no pagamento de contraprestação pelo Poder Concedente.

Tal modalidade parece ser a mais adequada para o caso concreto.

Com efeito, é materialmente impossível mensurar quanto cada um dos cidadãos de Fazenda Rio Grande/PR faz uso da iluminação pública. Tais serviços são, por excelência, indivisíveis.

Por isso, a utilização da concessão administrativa, prevista no art. 2º, § 2º, da Lei nº 11.079/2004, é medida que se impõe no caso concreto.

[36] Concessões e parcerias público-privadas: guia para o gestor público. p. 16. Disponível em https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Concessoes_e_Parcerias_Publico_Privada_2017.pdf Acesso em 11/01/2023.

9. SUGESTÕES DE ADEQUAÇÃO DO ARCABOUÇO JURÍDICO EXISTENTE

Nos termos do que fora destacado anteriormente, o arcabouço jurídico-institucional do Município de Fazenda Rio Grande/PR, no tocante à matéria de concessões de serviços público, é consideravelmente lacônico.

Não se localizou, por exemplo, lei que instituísse um programa municipal de parcerias, que complementasse a disciplina das Leis nº 8.987/95 e 11.079/2004, adaptando-a às peculiaridades locais, ou qualquer norma que instituísse um conselho gestor de parcerias no âmbito do Município de Fazenda Rio Grande/PR.

Ademais, a análise das questões tributárias pertinentes ao presente projeto, conforme visto, demonstrou que a legislação atinente à COSIP comporta adequações destinadas a permitir o uso mais seguro e eficiente dos recursos oriundos dessa contribuição.

Em face disso, o presente tópico se prestar a sintetizar sistematizar as adequações legislativas que foram sugeridas ao longo deste relatório.

O primeiro conjunto de adequações legislativas sugeridas se destina a melhorar o ambiente jurídico-institucional do Município de Fazenda Rio Grande/PR no tocante às concessões e parcerias público-privadas.

Esse núcleo de adequações sugeridas tem por objetivo permitir que o projeto em questão seja estruturado e executado regularmente, num ambiente com regras de competência e de procedimento claras.

Nesse contexto, aliás, há lei que, antes de ser sugerida, precisa necessariamente ser editada pelo Município de Fazenda Rio Grande/PR. Trata-se da lei que autorizará o município a conceder os serviços de modernização, operação e manutenção do parque de iluminação pública.

Com efeito, a existência dessa lei consiste em requisito *sine qua non* para a concessão dos serviços em apreço, conforme dispõe o art. 2º, da Lei nº 9.74/95, e o art. 33, inc. VI, da Lei Orgânica do Município de Fazenda Rio Grande/PR.

É de se destacar que em pesquisa realizada, não se encontrou qualquer lei ou dispositivo legal que autorizasse a referida concessão, ainda que em caráter genérico.

Por isso é importante que o Município de Fazenda Rio Grande/PR providencie a edição da mencionada lei autorizativa.

Não há, na Lei Orgânica do Município, qualquer exigência quanto ao formato da referida lei.

A consulta à Lei Orgânica denota que também não há maiores limitações no que diz respeito à competência para propor a referida lei, na medida em que a matéria a ela pertinente não está arrolada no rol de iniciativas exclusivas do Prefeito (art. 46) e da Mesa da Câmara de Vereadores (art. 47), de modo que incide sobre o caso a regra geral, segundo a qual "*a iniciativa das leis cabe a Vereador, ao Prefeito e ao eleitorado que o exercerá sob a forma de moção*

articulado, subscrito, no mínimo, por cinco por cento do total do número de eleitores do Município" (art. 44).

Desse modo, pode o Prefeito do Município de Fazenda Rio Grande/PR apresentar à Mesa da Câmara de Vereadores projeto de lei autorizativa.

Segundo o art. 203, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Fazenda Rio Grande/PR, tal projeto será protocolado, lido em sessão, e despachado às Comissões Permanetes competentes para opinar sobre a matéria (no caso, as Comissões X e Y, conforme arts. 1 e 2 do Regimento interno em apreço).

Essas comissões não possuem um prazo próprio para avaliar o projeto, mas deverão analisá-lo e aprová-lo, mediante elaboração de pareceres. Depois disso, o projeto será considerado "em condições de pauta" (art. 211 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Fazenda Rio Grande/PR).

Então o projeto será debatido em primeira discussão e votação (arts 212 e 213, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Fazenda Rio Grande/PR). Sendo aprovado, passará a segunda discussão e votação (arts. 217 e 218 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Fazenda Rio Grande/PR).

Aprovado o parecer com redação final do Projeto, ele será enviado para sanção do Prefeito (art. 223, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Fazenda Rio Grande/PR).

Como se trata de lei que trata de concessão de serviço público, o Plenário da Câmara Municipal deverá deliberar acerca dele por maioria absoluta (art. 98, inc. I, "e", do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Fazenda Rio Grande/PR).

Importa destacar que o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Fazenda Rio Grande/PR não estabelece prazo máximo para que esse processo se finalize.

Entretanto, o próprio regimento estabelece a possibilidade de o Prefeito solicitar que o projeto tramite em regime de urgência (art. 208, *caput*). O pedido está atrelado à demonstração de que a adiamento da discussão tornará a deliberação inútil ou causará grave prejuízo à coletividade ou ao erário público (conforme art. 48, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Fazenda Rio Grande/PR). Nesse tipo de situação, Se a Câmara não deliberar sobre o projeto em até 30 (trinta) dias, ele será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto a outros assuntos até que se finalize a votação daquele projeto (art. 208, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Fazenda Rio Grande/PR).

Entende-se pertinente que o referido projeto de lei contenha não apenas a autorização para que os serviços de modernização, operação e manutenção do parque de iluminação pública do Município de Fazenda Rio Grande sejam concedidos, mas também para que o Poder Executivo do Município institua e disciplina, mediante Decreto, um Conselho Gestor de Parcerias.

A instituição desse órgão é importante, na medida em que ele costuma centralizar as ações pertinentes à modelagem do projeto, à estruturação do procedimento licitatório e à organização das ações que devem ser tomadas antes da assinatura do contrato de concessão, cumprindo assim o papel de articulador entre os diversos órgãos e agentes públicos que serão envolvidos no projeto.

Ainda que não seja uma medida obrigatória, sugere-se ainda que o Município de Fazenda Rio Grande/PR edite também lei instituindo um Programa Municipal de Parcerias, criando normas de caráter complementar àquelas contidas na Lei nº 11.079/2004, adaptando-as à realidade local.

Entende-se que dessa forma o Município de Fazenda Rio Grande/PR terá mais claro o fluxo de medidas a serem tomadas desde o início da concepção do presente projeto até a assinatura e a execução do respectivo contrato de concessão.

Como se trata de lei que versa sobre concessão de serviços públicos, o processo legislativo pertinente é exatamente aquele descrito anteriormente neste subitem.

Passando ao segundo conjunto de adequações legislativas, tem-se que as sugestões são aquelas realizadas no subitem 4.4.1 deste relatório, e são pertinentes à disciplina legal que institui e disciplina o cálculo e a cobrança da COSIP no Município de Fazenda Rio Grande.

A primeira adequação sugerida, conforme mencionado naquele subitem do presente relatório, consiste na alteração da redação dos arts. 2º, e 3º, da Lei Municipal nº 154/2002, responsável por instituir a COSIP no âmbito do Município de Fazenda Rio Grande/PR.

Tal alteração tem por objetivo redefinir o fato gerador da referida contribuição, bem como o conceito de sujeito passivo, para que eles passem a abarcar *proprietários, titulares de domínio útil ou ocupantes, a qualquer título, de imóveis edificados ou não, situados no Município de Fazenda Rio Grande/PR, atendidos pelos serviços de iluminação pública.*

A segunda adequação sugerida, por sua vez, consiste na edição de lei complementar que dê cumprimento ao disposto no art. 4º, da Lei Municipal nº 154/2002. Essa lei, conforme registrado no subitem 4.4.1 deste relatório, teria por finalidade dar as seguintes providências:

1. Tratar exclusivamente da fixação do valor da COSIP, conforme exigência contida no art. 4º, da Lei Municipal nº 154/2002;
2. Estar alinhada com a sugestão de alteração da Lei Municipal nº 154/2002, os quais definem o fato gerado e o sujeito e o sujeito passivo do tributo, de modo a expandir a cobrança da COSIP para todos os proprietários, detentores de titularidade de domínio útil, ou ocupantes, a qualquer título, de imóveis, edificados ou não, situados no Município de Fazenda Rio Grande/PR;
3. Prever que *"a base de cálculo da COSIP é o valor cobrado pelo consumo de 1.000 (mil) quilowatt-hora (KWh), de acordo com o preço da Tarifa de Iluminação Pública (TIP) B4a, estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL."* (a exemplo do que prevê o art. 194, da Lei nº 7.186/2006, do Município de Salvador, com redação dada pela Lei Municipal nº 9.279/2017); e
4. Estabelecer critério objetivo de atualização anual da alíquota da COSIP.

A edição dessas leis também seguiria o rito legislativo exposto anteriormente, com a peculiaridade de que não tratam mais de "concessões de serviços públicos", mas sim de "matéria tributária", de modo que também precisam ser deliberadas pela maioria absoluta dos membros da Câmara de Vereadores do Município de Fazenda Rio Grande/PR, nos termos do art. 98, inc. I, "a", do Regimento Interno daquela casa legislativa.

10. LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES NECESSÁRIAS AO PROJETO

O presente tópico tem por objetivo enumerar as licenças e autorizações necessárias para o desenvolvimento seguro do projeto de PPP do parque de iluminação pública do Município de Fazenda Rio Grande/PR.

Em matéria de autorizações, a primeira a ser destacada é aquela a ser concedida pelo Poder Legislativo.

Tal autorização encontra amparo no art. 2º, da Lei nº 9.074/95, e, no caso específico do Município de Fazenda Rio Grande/PR, no art. 33, inc. VI, da respectiva Lei Orgânica.

Essa lei autorizativa, é bom frisar, ainda não foi editada no âmbito do Município de Fazenda Rio Grande/PR, razão pela qual tal medida foi arrolada no item 9 deste relatório como uma adequação legislativa pertinente.

Considerando a inexistência, até o momento, de lei municipal que institua um programa municipal de PPP's, a referência legislativa para se identificar eventuais outras autorizações ou licenças necessárias para o projeto consiste basicamente na Lei nº 11.079/2004.

Tal lei estabelece em seu art. 10, inc. I, que a contratação de PPP deve ser precedida do respectivo procedimento licitatório, o qual está condicionado a *"autorização da autoridade competente"*.

Em que pese a lei não indicar claramente quem é essa "autoridade competente", na prática costuma-se observar que essa autorização é emitida pelo Chefe do Poder Executivo, com base em parecer técnico que demonstre uma série de dados (os quais serão melhor detalhados no item 11 deste relatório).

1. a conveniência e a oportunidade da contratação, mediante Conforme visto anteriormente, a execução do futuro contrato também está condicionada à obtenção de algumas autorizações e licenças.

A execução de obras, por exemplo, está condicionada, como regra, à observância do procedimento previsto no art. 8º, do Código de Obras do Município de Fazenda Rio Grande/PR (Lei Complementar Municipal nº 9/2006). Tal procedimento pode ser sintetizado da seguinte forma:

1. Realização de consulta prévia ao Município;
2. Designação de projetista legalmente habilitado perante o CREA/PR;
3. Apresentação e revisão de projeto;
4. Solicitação de alvará;
5. Execução das obras; e
6. Solicitação de certificado de conclusão de obras;

Tudo isso deve se dar em observância aos detalhes e peculiaridades previstos no próprio Código de Obras Municipal.

Quando o planejamento indicar que essas obras serão executadas no entorno de bens tombados (art. 20, da Lei Municipal nº 112/2002, será necessário também consultar o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, órgão que integra a Secretaria Municipal de Cultura, para se verificar se há condições especiais a serem observadas.

11. FATORES JURÍDICOS, TÉCNICOS E PROCEDIMENAIS QUE CONDICIONAM A PUBLICAÇÃO DE EDITAIS PELO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA DE FREITAS/BA

Para além das autorizações mencionadas anteriormente, às quais está condicionada o desenvolvimento seguro do presente projeto e a execução adequada dos serviços de modernização, operação e manutenção do parque de iluminação pública do Município de Fazenda Rio Grande/PR.

Entretanto, há outro conjunto de providências, as quais condicionaram a abertura do procedimento licitatório propriamente dito.

Na verdade, a Lei nº 11.079/2004 estabelece uma série de requisitos, previstos em seu art. 10.

Para além da já mencionada autorização do chefe do Poder Executivo, o dispositivo legal em apreço impõe os seguintes requisitos para a abertura de procedimento licitatório destinado a selecionar parceiros aptos a firmar contratos de PPPs com o Município, bem como para a assinatura do contrato:

1. estruturação de estudo técnico que demonstre: *i)* a conveniência e a oportunidade da contratação, mediante identificação das razões que justifiquem a opção pela forma de parceria público-privada; e *ii)* que as despesas criadas ou aumentadas não afetarão as metas de resultados fiscais previstas na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos subsequentes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa (art. 10, inc. I);

2. elaboração estimativa de impacto orçamentário-financeiro nos exercícios em que deva vigorar o contrato de parceria público-privada (art. 10, inc. II);

3. declaração do ordenador de despesa de que as obrigações contraídas pela Administração Pública Municipal no decorrer do contrato são compatíveis com a lei de diretrizes orçamentárias e estão previstas na lei orçamentária anual (art. 10, inc. III);

4. construção de estimativa de fluxos de recursos públicos suficientes para cumprimento, durante a vigência do contrato e para cada exercício financeiro, das obrigações contraídas pela Administração Pública (art. 10, inc. IV);

PM FAZENDA RIO GRANDE Nº 5717

5. demonstração de que o objeto da PPP está previsto no plano plurianual em vigor (art. 8º, inc. V);

6. submissão da minuta do edital e do contrato à consulta pública, mediante publicação na imprensa oficial, em jornais de grande circulação e por meio eletrônico, que deverá informar a justificativa para a contratação, a identificação do objeto, o prazo de duração do contrato, seu valor estimado, fixando-se prazo mínimo de 30 (trinta) dias para recebimento de sugestões, cujo termo dar-se-á pelo menos 7 (sete) dias antes da data prevista para publicação do edital (art. 10, inc. VI);

7. obtenção de licença ambiental prévia ou expedição das diretrizes para o licenciamento ambiental do empreendimento, sempre que o objeto do contrato exigir (art. 10, inc. VII);

8. atualização dos estudos e demonstrações a que se referem os itens "1" a "4", no caso de a assinatura do futuro contrato acontecer em exercício financeiro diverso daquele em que foi publicado o edital de licitação (art. 10, § 2º); e

9. autorização legislativa prévia e específica quando se tratar de concessão patrocinada em que mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado seja paga pela Administração Pública (art. 10, § 3º).

Esses requisitos comportam alguns comentários, a iniciar por aquele indicado no item "7".

Isso porque o presente projeto, conforme visto anteriormente, aparentemente dispensa os procedimentos de licenciamento ambiental, nos termos da legislação vigente. De qualquer modo, frisa-se novamente a necessidade de se oficializar formalmente o IAT-PR, para verificar se o órgão ambiental estadual se posiciona da mesma forma.

O estudo técnico mencionado no item "1", as estimativas de impacto orçamentário-financeiro e de fluxos suficientes de recursos para cumprimento das obrigações a serem contraídas previstas nos itens "2" e "4" e a demonstração de que o objeto da PPP está previsto no plano plurianual vigente mencionada no item "5", devem ser providenciados pela consultoria especializada responsável pela estruturação do presente projeto.

A identificação de qual autoridade deve emitir a declaração mencionada no item "3", pressupõe, por sua vez, a verificação de quem será o ordenador de despesas pertinente para o contrato a ser firmado.

Considerando a definição contida art. 80, § 1º, do Decreto-Lei nº 200/67, pode-se afirmar que, no caso concreto, o ordenador de despesas será o responsável pela Pasta interessada no projeto concessionário, ou seja, o Secretário Municipal de Urbanismo, que, de acordo com o Decreto Municipal nº 3.904/2015, é responsável por manter a divisão de iluminação pública do Município de Fazenda Rio Grande/PR.

Entende-se que a consulta pública mencionada no item "6" também deve ser encabeçada pela Pasta interessada na PPP ora planejada, qual seja, a Secretaria Municipal de Urbanismo, auxiliada pelo time de consultores da Caixa Econômica Federal e da consultoria especializada.

É preciso considerar ainda os requisitos de planejamento impostos pelo art. 18[17], da Lei nº 14.133 (a Nova Lei de Licitações). De acordo com esse

[17] Para mais detalhes sobre a etapa de planejamento das licitações processadas à luz da Lei nº 14.133/2021, conferir: GUIMARÃES, Bernardo Strobel; DE VITA, Pedro Henrique Braz. A hora e a vez do planejamento das contratações públicas: as novidades da Lei nº 14.133/2021. *In:* Horizontes e perspectivas da Lei nº

dispositivo, a etapa preparatória de licitações deve *"[...] abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação"*, estando compreendidas entre elas:

1. a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

2. a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

3. a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

4. o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

5. a elaboração do edital de licitação;

6. a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

7. o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

8. a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

9. a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

10. a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

11. a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

É de se notar que as exigências contidas nos itens 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9 e 10 devem constar dos documentos a serem elaborados por ocasião da modelagem técnico-operacional e jurídica desse projeto, devendo os responsáveis por essas tarefas estarem atentos a isso.

Deve-se atentar, contudo, que as exigências contidas nos itens 4 e 11, não são aplicáveis em sua literalidade ao caso concreto.

Não se pode perder de vista que a licitação a ser executada terá por objetivo conceder os serviços de modernização, operação e manutenção de um parque de iluminação pública.

14.133/2021 (ensaios sobre licitações e contratações públicas. Pedro Henrique Braz De Vita, Bernardo Strobel Guimarães e Thiago Lima Breus (Coord.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022. pp. 15-27

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 542

Nesse tipo de licitação, os particulares interessados possuem maior liberdade para definir quais técnicas, métodos e equipamentos utilizarão para prestar o serviço da forma mais eficiente possível.

Por consequência, eles possuem uma margem maior de definição dos custos de suas propostas.

Daí porque não se cogita da elaboração de um "orçamento estimado", com valores global e unitários de cada um dos itens que devem compor a solução a ser contratada. Em licitações destinadas a conceder serviços públicos, sequer se sabe, de antemão, quais e quantos serão os custos unitários do futuro concessionário.

Isso não significa, todavia, que os licitantes comparecerão à licitação "tateando no escuro". A equipe de modelagem econômico-financeira deve estar atenta à necessidade de serem elaborados estudos consistentes, com projeções de CAPEX e de OPEX, por exemplo, as quais permitam a formulação de propostas sérias pelos licitantes.

Por fim, é preciso registrar neste tópico o conteúdo do art. 28, § 1º, da Lei nº 11.0789/2004, cuja redação é a seguinte:

> *Art. 28. A União não poderá conceder garantia ou realizar transferência voluntária aos Estados, Distrito Federal e Municípios se a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias já contratadas por esses entes tiver excedido, no ano anterior, a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem o 5% (cinco por cento) da receita corrente líquido projetada para os respectivos exercícios.*
>
> *§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que contratarem empreendimentos por intermédio de parcerias público-privadas deverão encaminhar ao Senado Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional, previamente à contratação, as informações necessárias para cumprimento do previsto no caput deste artigo.*

Ainda que se trate de um requisito que condiciona a assinatura do contrato, e não a abertura do procedimento licitatório, ele merece destaque dada a sua importância para o projeto.

Trata-se de mandamento no sentido de que antes de firmar o futuro contrato de parceria público-privada, o Município encaminhe ao Senado Federal e à Secretaria do Tesouro Nacional, os estudos que demonstrem o cumprimento do disposto no art. 28, da Lei nº 11.079/2004.

Vale dizer: para que o contrato de parceria público-privada seja firmado validamente, é preciso enviar a esses órgãos elementos aptos a demonstrar que as despesas de caráter continuado decorrentes da referida PPP, somadas àquelas derivadas de outras parcerias firmadas pelo Município, não extrapolarão o limite de 5% (cinco por cento) da receita líquida municipal, e, portanto, não inviabilizará que a União conceda garantias ou realize transferências voluntárias para a municipalidade.

Por fim, ainda que não seja uma condição imposta por Lei, é de todo recomendável que o Coordenador do projeto questione formalmente a Procuradoria-Geral do Município acerca da existência de eventuais ações, procedimentos administrativos e Termos de Ajustamento de Conduta que versem sobre o objeto da futura PPP ou estejam com ele relacionados.

Essa informação é essencial para a modelagem jurídica do presente projeto e precisa ser fornecida antes desta etapa ser iniciada.

12. RECEITAS ACESSÓRIAS EXPLORÁVEIS

Projetos de modernização de parques de iluminação pública não raramente são utilizados como meio de instalação de redes elétricas inteligentes (*"smar grids"*), as quais suportam o desenvolvimento de uma série de soluções de cidades inteligentes (*"smart cities"*), quase todas com potencial de serem exploradas na forma de receitas acessórias.

Nesse contexto, os responsáveis pelo desenvolvimento dos estudos técnico-operacionais possuem melhores condições de indicar receitas acessórias com efetivo potencial de exploração no caso concreto.

De qualquer modo, e no intuito de auxiliar o trabalho destes especialistas na identificação destas oportunidades, realizou-se pesquisa na legislação do Município de Fazenda Rio Grande/PR, buscando-se identificar eventuais oportunidades ou limitações ao desenvolvimento de soluções desse tipo.

Tal pesquisa não retornou resultados, do que se pode concluir pela possibilidade de a instalação de rede elétrica inteligente, seguida do desenvolvimento de soluções de cidades inteligentes, a serem exploradas na forma e receitas acessórias pela concessionária.

É importante que a implementação e a exploração desse tipo de solução estejam previstas e minimamente disciplinas no contrato de concessão a ser desenvolvido por ocasião da modelagem jurídica.

Entretanto, é aconselhável que tal disciplina não se dê de modo a embaraçar ou burocratizar demasiadamente a possibilidade de exploração dessas receitas.

Elaborar um rol de quais receitas acessórias poderiam desde logo ser exploradas pela concessionária, por exemplo, não parece ser a solução jurídica mais adequada, uma vez que ela contrasta com a dinamicidade e a mutabilidade do ramo tecnológico.

Melhor dizendo, tentar enumerar agora quais são as ferramentas tecnológicas passíveis de serem exploradas na condição de receitas acessórias equivale a ignorar que, durante o prazo de vigência do contrato de concessão (que normalmente perdura por décadas), diversas ferramentas não existentes hoje, e com bom potencial para exploração econômica, surgirão.

Desse modo, o melhor é estabelecer no contrato uma ferramenta que permita ao Poder Concedente analisar previamente e aprovar planos de exploração de receitas acessórias passíveis de serem apresentados pela futura concessionária durante todo o prazo de vigência do contrato. Essa ferramenta pode estabelecer, desde logo, quais elementos devem constar dos referidos planos, bem como fixar um parâmetro de compartilhamento das receitas.

Felipe Lucci - Coordenador do Projeto

Pedro Henrique Braz De Vita – Especialista Jurídico

(OAB/PR nº 58.070).

ANEXO 1

MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE – PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº ____, DE ____ DE JANEIRO DE 2023

Autoriza o Poder Executivo a contratar, em Parceria Público-Privada, a prestação de serviços de iluminação pública no Município de Fazenda Rio Grande, Paraná, nos termos da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprova e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei autoriza o Executivo Municipal a efetuar a contratação de Parceria Público-Privada (PPP) para a prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Fazenda Rio Grande, na forma da Lei Federal nº 11.079/2004.

Art. 2º - Fica o Executivo Municipal autorizado a contratar Parceria Público-Privada (PPP), na forma da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, na modalidade de concessão administrativa e mediante prévia licitação, para a prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Fazenda Rio Grande, compreendendo a implantação, a instalação, a recuperação, a modernização, o melhoramento, a expansão da operação e a manutenção da rede de iluminação pública, podendo ser incluída a realização de outros investimentos e serviços, atividades inerentes, acessórias ou complementares e a implantação de projetos associados, na forma do contrato.

§ 1º- Para fins da concessão administrativa prevista neste artigo, aplica-se, no que couber, todas as disposições normativas, princípios e diretrizes das Leis Federais nºs 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, com suas posteriores alterações.

§ 2º A concessão de que trata o *caput* deste artigo será firmada e custeada com o produto da arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COCIP, nos termos da legislação municipal pertinente.

Art. 2º - O prazo de vigência desta concessão deve ser compatível com a amortização dos investimentos realizados e as hipóteses de término de contrato, e os demais termos da contratação serão definidos por meio do edital de licitação e seus anexos, com fundamento nos preliminares estudos técnicos que comprovem a viabilidade jurídica, econômico-financeira, operacional, técnica e orçamentária da Parceria Pública-Privada, e a melhoria da eficiência no emprego de recursos públicos, respeitados os limites e as previsões dispostas na Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e legislação correlata.

Art. 3º - Fica o Executivo Municipal autorizado a vincular as receitas municipais advindas da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COCIP para o pagamento dos valores devidos à concessionária e de quaisquer outras obrigações pecuniárias decorrentes da concessão.

Parágrafo único: Os recursos arrecadados com a da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COCIP serão depositados em conta especial objetivando o adimplemento dos serviços de Iluminação Pública do Município, e deverão ser utilizados exclusivamente com a finalidade de melhoria constante dos serviços de Iluminação Pública.

Art. 4º - Fica o Executivo Municipal autorizado a disciplinar por Decreto a constituição e o funcionamento de Conselho Gestor Municipal de Parcerias, para deliberar sobre os assuntos relacionados a Parcerias Público-Privadas de interesse do Município, que será responsável pela aprovação de projetos, bem como o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos decorrentes de Parcerias Público-Privadas.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, e quando não houver previsão na Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, EM XX DE JANEIRO DE 2023.

MARCO ANTÔNIO MARCONDES SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO II

MINUTA DE DECRETO Nº XX – INSTITUI O CONSELHO GESTOR MUNICIPAL DE PARCERIAS E APROVA O SEU REGIMENTO INTERNO

Institui o Conselho Gestor de Parcerias do Município de Fazenda Rio Grande, aprova seu regimento interno e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica instituído o Conselho Gestor de Parcerias do Município de Fazenda Rio Grande.

Parágrafo único: a composição e o funcionamento do Conselho Gestor de Parcerias do Município de Fazenda Rio Grande se darão na forma do seu Regimento Interno, que fica desde logo aprovado, conforme Anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 54 Ass

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, em XX de XX de 2023.

MARCO ANTÔNIO MARCONDES SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO GESTOR DE PARCERIAS MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regimento Interno estabelece a estrutura e disciplina o funcionamento do Conselho Gestor de Parcerias do Município de Fazenda Rio Grande.

Art. 2º O Conselho Gestor de Parcerias do Município de Fazenda Rio Grande (CGP), é um órgão técnico consultivo e deliberativo, com o propósito de auxiliar o executivo municipal, quanto à orientação, planejamento e promoção das Parcerias Público-Privadas no Município de Fazenda Rio Grande, ficando suas decisões sujeitas à homologação do Prefeito Municipal.

Art. 3º O CGP tem por finalidade promover, fomentar, coordenar, regular e fiscalizar a realização de parcerias público-privadas no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, no implemento das políticas voltadas ao desenvolvimento do Município e ao bem-estar coletivo, em áreas de atuação pública de interesse social ou econômico.

Parágrafo único: As Parcerias Público-Privadas de que trata este Regimento são mecanismos de colaboração entre o Município e os agentes do setor privado com o objetivo de implantar e desenvolver obra, serviço ou empreendimento público, bem como explorar a gestão das atividades deles decorrentes.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas – CGPPP Fazenda Rio Grande será composto pelos seguintes membros:

I. Secretário Municipal de Administração;
II. Secretário Municipal de Finanças;
III. Procurador do Geral do Município;
IV. Controlador Geral do Município;
V. Chefe do Gabinete do Prefeito;
VI. Secretário de Urbanismo;
VII. Secretário do Meio Ambiente;
VIII. Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo;
IX. Secretário Municipal de Obras.

Art. 5º A suplência dos membros do Conselho será exercida por pessoa indicada pelo titular das secretarias, órgãos e entidades que o compõe, e mediante aprovação do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA

Art. 6º Ao CGP, órgão superior deliberativo, compete:

I. Definir os projetos prioritários para execução no regime de parcerias público-privadas;
II. Disciplinar os procedimentos para celebração desses contratos;
III. Autorizar a abertura da licitação e aprovar projetos de parcerias público-privadas para deliberação do Prefeito;
IV. Supervisionar a fiscalização e a execução das parcerias público-privadas;
V. Opinar sobre alteração, revisão, resolução, rescisão, prorrogação ou renovação dos contratos de parceria;
VI. Elaborar e modificar seu Regimento Interno, bem como submetê-lo à apreciação do Prefeito;
VII. Expedir resoluções necessárias ao exercício de sua competência;
VIII. Submeter os projetos de Parcerias Público-Privada à consulta pública, conforme regulamento;
IX. Elaborar à Prefeitura, à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas do Estado e a outros órgãos pertinentes Relatório de desempenho dos contratos de Parceria Público-Privada, por meio de sítio de rede mundial de computadores (Internet), as informações nele constantes, ressalvadas aquelas classificadas como sigilosas pela legislação;
X. Estabelecer, em conjunto com a Procuradoria Geral do Município, modelos de editais de licitação e de contratos de Parceria Público-Privada, bem como os requisitos técnicos mínimos para sua aprovação;
XI. Fazer publicar, em jornal onde são veiculados os atos do Município, os relatórios e as atas de suas reuniões, sem prejuízo da sua disponibilização ao público, por meio de rede pública de transmissão de dados, ressalvadas as informações classificadas como sigilosas, na forma da legislação;
XII. Centralizar, gerir e conferir agilidade à tramitação de projetos, mantendo diálogo e coletando as manifestações, pareceres e relatórios pertinentes junto às Secretarias e demais órgãos municipais.

§1° A autorização e a aprovação de que trata o inciso III deste artigo constitui requisito e não supre a autorização específica do ordenador de despesas, nem a análise e aprovação da minuta de edital feita pelo órgão ou entidade que realizar a licitação de Parceria Público-Privada, após manifestação prévia da Procuradoria Geral do município.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE E DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CGPPP FAZENDA RIO GRANDE

SEÇÃO I

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 7º Ao Presidente do CGP compete:

I. Convocar e presidir as reuniões do plenário;
II. Aprovar o encaminhamento das matérias ao CGP e definir a pauta das reuniões;
III. Definir as atividades prioritárias e supervisionar as atividades de execução que deverão ser registradas em ata;
IV. Assinar as deliberações, resoluções, atas e atos relativos aos cumprimentos dos atos do CGP;
V. Expedir e ordenar a publicação das normas e deliberações aprovadas pelo CGP;
VI. Manter entendimentos com os demais dirigentes da Administração Pública do Município de Fazenda Rio Grande e com entidades públicas ou privadas no interesse de Parcerias Público-Privadas do Município;
VII. Participar dos debates e, quando for o caso, exercer o direito do voto de qualidade;
VIII. Coordenar o uso da palavra durante as reuniões do Conselho;
IX. Submeter à votação as matérias a serem decididas pelo plenário;
X. Manter a ordem na condução dos trabalhos;
XI. Submeter à apreciação e aprovação do CGP o relatório anual de desempenho dos contratos de Parcerias Público-Privadas e disponibilizar, por meio de site na rede mundial de computadores (Internet), as informações nele constantes, ressalvadas aquelas classificadas como sigilosas pela legislação;
XII. Encaminhar à Câmara de Vereadores do Município de Fazenda Rio Grande as deliberações do Conselho, cuja formalização dependa de ato do Poder Legislativo;
XIII. Zelar pelo cumprimento das disposições do Regimento, adotando, para este fim, as providências que se fizerem necessárias;
XIV. Estabelecer os prazos de vistas dos projetos, quando solicitados;
XV. Autorizar o acesso a documentos relativos a projetos incluídos no Município;
XVI. Delegar competência aos membros do Conselho e ao Secretário Executivo.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 544 Ass

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO SECRETÁRIO EXECUTIVO

Art. 8º À Secretaria Executiva do CGP cabe:

I. Dar suporte ao Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas;
II. Elaborar resoluções, ordens e mensagens, entre outros atos da Presidência do CGP;
III. Receber, formalizar e transmitir os processos a serem submetidos à apreciação do Conselho;
IV. Ordenar e manter a documentação relacionada com as discussões e resoluções do Conselho;
V. Preparar e organizar, as pautas das reuniões do Conselho;
VI. Redigir e lavrar as atas das reuniões do Conselho;
VII. Encaminhar e fazer publicar as decisões emanadas do Conselho;
VIII. Responsabilizar-se pela organização dos arquivos e atos do Conselho;
IX. Prover o apoio logístico e administrativo do Conselho;
X. Acompanhar e manter registros dos projetos em análise, aprovados ou rejeitados;
XI. Encaminhar documentos e prestar informações relacionadas com o Conselho;
XII. Prestar apoio aos demais órgãos envolvidos nos projetos;
XIII. Organizar e promover consultas e audiências públicas;
XIV. Receber propostas de projeto apresentadas por terceiros e interessados na área de prestação de serviço público em regime de Parceria Público-Privada;
XV. Enviar com antecedência de até 3 (três) dias úteis, os avisos de convocação para as reuniões do CGP e respectiva documentação.

CAPÍTULO VI

DAS REUNIÕES E DELIBERAÇÃO

Art. 9º O CGP reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses, de acordo com as datas definidas em Resolução Anual aprovada pelo Conselho e acolhida pelo Presidente.

I. A convocação ordinária será feita com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de antecedência;
II. O Comitê reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente;
III. A convocação extraordinária será feita com, no mínimo, 1 (um) dia de antecedência;
IV. As reuniões extraordinárias tratarão exclusivamente dos assuntos para as quais forem convocadas, a critério do Presidente;
V. Terão direito a voz e voto os membros efetivos nominados no art. 4º, deste Regimento, assim como os titulares de Secretarias ou Órgãos do Município que tiverem interesse direto em determinada parceria, ressalvado o voto do Secretário Municipal de Administração (Presidente), que terá direito ao voto de qualidade;
VI. As decisões serão tomadas por maioria absoluta.
VII. O quórum mínimo para início das reuniões e deliberações é de 5 (cinco) membros efetivos.
§1o O Presidente do CGP poderá dispensar a realização da reunião ordinária ou convocar reuniões extraordinárias, sempre que julgar necessário, analisando a solicitação de qualquer membro.

Art. 10. A convocação para as reuniões ordinárias e extraordinárias será feita mediante correspondência em formato físico ou eletrônica destinada a cada Conselheiro, estabelecendo o dia, o local e a hora da reunião, acompanhada de documentos a serem submetidos a deliberação, que deverão ser encaminhados, obrigatoriamente, com a antecedência prevista nos incisos I e II, do art. 9º deste Regimento.

Parágrafo único. No expediente de convocação deverá constar, obrigatoriamente:
I. A pauta da reunião, com indicação dos assuntos a serem objeto de decisão;
II. A relação das instituições eventualmente convidadas e assuntos a serem tratados.

Art. 11. A deliberação das matérias deverá obedecer à seguinte sequência:
I. As propostas que implicarem em despesas deverão indicar a fonte da respectiva receita;

II. O Presidente apresentará o item incluído na ordem do dia e dará a palavra ao Secretário Executivo ou especialista indicado para exposição detalhada e apresentação do parecer técnico elaborado;
III. Terminada a exposição, o Presidente oportunizará aos demais membros efetivos ou temáticos a apresentação de pareceres alternativos;
IV. Terminada a exposição, a matéria será colocada em discussão, podendo qualquer membro se manifestar por escrito ou oralmente;
V. Encerrada a discussão, o Plenário deliberará sobre a matéria.
§1º É facultado aos membros o pedido de vistas, hipótese na qual deverá ser apresentada manifestação em até 7 (sete) dias, em reunião de continuidade;

§2º É facultado ao Presidente e a qualquer membro, com a devida justificativa, solicitar o reexame de qualquer deliberação tomada em reunião anterior, condicionada à concordância do Plenário.

Art. 12. Os atos decididos no Conselho, concernentes aos projetos analisados, motivarão a edição de resolução específica, assinada pelo Presidente e publicada no Diário Oficial.

CAPÍTULO VII

DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Art. 13. O interesse direto, apto a atribuir direito à voto nas deliberações do CGP se consubstancia pelo vínculo temático entre o objeto da deliberação e o respectivo campo funcional.

Art. 14. Caso exista interesse temático concomitante de titular de Órgão e de titular de Secretaria vinculados hierarquicamente, o direito a voto caberá exclusivamente à autoridade hierarquicamente superior.

Art. 15. O interesse direto dos titulares de Secretarias ou Órgãos do Município poderá ser reconhecido de ofício pelo Presidente do CGP ou mediante provocação do interessado por meio de requerimento escrito ao Presidente do CGP.

Parágrafo Único. O requerimento previsto no caput conterá as razões de fato e de direito que comprovam o interesse alegado e será protocolado com no mínimo um dia útil de antecedência da sessão, sob pena de preclusão restrita à sessão.

Art. 16. O Presidente poderá decidir monocraticamente o requerimento do interessado se as razões apresentadas evidenciarem, de plano, o interesse alegado ou se o requerimento for manifestamente infundado, contrário à literalidade de lei ou deste Regulamento.

Parágrafo Único. Não será conhecido o requerimento de titular de Órgão quando já tiver sido conferido o direito de voz e voto ao titular da Secretaria à qual o órgão é hierarquicamente vinculado, bem como se o titular da Secretaria já tiver formulado requerimento de interesse ou quando o requerimento de interesse do titular da Secretaria tiver sido indeferido monocraticamente ou pelo colegiado.

Art. 17. Não sendo caso de decisão monocrática, o CGP decidirá, por maioria absoluta dos seus membros efetivos, nominados no art. 4º, deste Regimento, sobre a existência de interesse temático.

Art. 18. O reconhecimento ulterior do interesse produz efeitos *ex nunc*, confere ao interessado o direito de participação e voto nas deliberações posteriores, e não prejudicará a legalidade ou a conveniência e oportunidade dos atos já praticados.

CAPÍTULO VIII

DAS ATAS

Art. 19. Nas sessões plenárias em que ocorrerem votações, as atas deverão conter, obrigatoriamente, o nome dos presentes e dos ausentes com direito a voto, as propostas colocadas em votação, o nome do votante e o teor do voto.

Art. 20. Os votos e as razões de eventuais abstenções e impedimentos, assim como a declaração de voto minoritário, deverão constar expressamente da respectiva ata.

Art. 21. Das Reuniões do CGPP serão lavradas atas assinadas por todos os presentes.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 550 Ass

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na implantação e execução deste Regimento serão dirimidos pelo Plenário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, EM XX DE JANEIRO DE 2023.

MARCO ANTÔNIO MARCONDES SILVA

Prefeito Municipal

ANEXO III

MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE – PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº _____, DE ____ DE JANEIRO DE 2023

Institui o Programa de Parcerias Pública-Privadas do Município de Fazenda Rio Grande, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprova e sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Parcerias Público-Privadas do Município de Fazenda Rio Grande, com função de fomentar e disciplinar a realização de parcerias com o setor privado, em áreas de atuação pública de interesse social ou econômico, voltadas ao desenvolvimento municipal.

§ 1º O Programa de Parcerias Público-Privadas observará as seguintes diretrizes:

I - Eficiência no cumprimento das finalidades do Programa, com estímulo à competitividade na prestação de serviços e à sustentabilidade econômica de cada empreendimento;

II - A necessidade de vantagem econômica e operacional da proposta para o Município e a melhoria da eficiência no emprego de recursos públicos, relativamente a outras possibilidades de execução direta ou indireta;

III - Respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos agentes privados incumbidos de sua execução;

IV - Indisponibilidade das funções política, normativa, policial, reguladora, controladora e fiscalizadora do poder público;

V - Universalização do acesso a bens e serviços essenciais;

VI - Transparência e publicidade dos procedimentos e decisões;

VII - Responsabilidade fiscal na celebração e execução dos contratos;

VIII - Responsabilidade social;

IX - Repartição objetiva de riscos entre as partes;

X - Responsabilidade ambiental;

XI - Sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 551 Ass.

§ 2º O Programa de Parcerias Público-Privadas será desenvolvido por meio de adequado planejamento, que definirá as prioridades quanto à implantação, expansão, melhoria, gestão ou exploração de bens, serviços, atividades, infraestrutura, estabelecimentos ou empreendimentos públicos.

§ 3º A execução dos projetos de Parcerias Público-Privadas deverá ser acompanhada permanentemente, a fim de que se possa, por meio de critério objetivos previamente definidos, avaliar a eficiência do projeto de sua execução.

Art. 2º São condições para a inclusão de projetos no Programa de Parcerias Público-Privadas:

I – Efetivo interesse público, considerando a natureza, relevância e valor de seu objeto, bem como o caráter prioritário da respectiva execução, observado às diretrizes governamentais.;

II – Estudo técnico de sua viabilidade, mediante demonstração das metas e resultados a serem atingidos, prazos de execução e de amortização do capital investido, bem como a indicação dos critérios de avaliação ou desempenho a serem utilizados.

III – A viabilidade dos indicadores de resultado a ser adotado, em função de sua capacidade de aferir de modo permanente e objetivo, o desempenho do ente privado em termos qualitativos e quantitativos, bem como de paramentos que vinculem o montante da remuneração aos resultados atingidos;

IV – A forma e os prazo de amortização do capital investido pelo contratado;

V – A necessidade, a importância e o valor do serviço ou da obra em relação ao objeto a ser executado.

Parágrafo único. A aprovação do projeto fica condicionada ainda à comprovação de compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

CAPÍTULO II

DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E SEUS CONTRATOS

Seção I

Definições e Princípios

Art. 3º Parceria Público Privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa, nos termos da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e suas alterações, celebrando entre a Administração Pública Direta e indireta e entidades privadas, com o objetivo de implantar e desenvolver

obra, serviço ou empreendimento público, bem como explorar a gestão das atividades deles decorrentes, cabendo remuneração aos parceiros privados segundo critérios de desempenho, em prazo compatível com a amortização dos investimentos realizados, observadas as seguintes diretrizes:

I – Eficiência no cumprimento das missões do Município e no emprego dos recursos da sociedade;
II – Qualidade e continuidade na prestação de serviços;
III – Repartição dos riscos entre os contratantes;
IV – Sustentabilidade econômica da atividade;
V – Remuneração do contratado vinculada ao seu desempenho.

Parágrafo único. O risco inerente à insustentabilidade financeira da parceria, em função de causa não imputável a descumprimento ou modificação unilateral do contrato pelo parceiro público, ou alguma situação de força maior, deve ser, tanto quanto possível, transferido para o parceiro privado.

Seção II

Da Formalização dos Contratos de Parceria Público-Privada

Art. 4º Os contratos de Parcerias Público-Privadas, bem como as licitações que os precedem, reger-se-ão pelo disposto nesta lei, na legislação federal correspondente, em especial a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e suas atualizações, pelas normas gerais do regime de concessão e permissão de serviços públicos, pelas normas gerias de licitações e contratos administrativos e deverão obrigatoriamente estabelecer:

I – As metas e os resultados a serem atingido, cronograma de execução de execução e prazo estimados para seu alcance, bem como os critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante adoção de indicadores capazes de aferir o resultado;
II – O prazo de vigência, limitado a um mínimo de 5 (cinco) anos e a um máximo de 35 (trinta e cinco) anos;
III – A remuneração pelos bens ou serviços disponibilizados e, observada a natureza do instituto escolhido para viabilizar a parceria, o prazo necessário à amortização dos investimentos;
IV – As formas de remuneração e de atualização dos valores contratuais;

V – As penalidades aplicáveis à Administração Pública e ao parceiro privado;
VI – O compartilhamento com a Administração Pública, dos ganhos econômicos decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos da parceria e do ganho de produtividade apurados na execução do contrato;
VII – As hipóteses de extinção antecipada do contrato e os critérios para cálculo, prazo e demais condições de pagamento das indenizações;
VIII – Cláusulas que, dependendo da modalidade escolhida, preveja a obrigação do contratado de obter recursos financeiro necessários à execução do objeto e de sujeitar-se aos riscos do negócio, bem como as hipóteses de exclusão de sua responsabilidade;
IX – Identificação dos gestores responsáveis pela execução e fiscalização;
X – A periodicidade e os mecanismos de revisão para:
a) Manutenção do inicial equilíbrio econômico-financeiro dos contratos;
b) Preservação da atual idade da prestação dos serviços objetos da parceria.
XI – Os fatos que caracterizam a inadimplência pecuniária do parceiro público, os modos o prazo de regularização, bem como a forma de notificação da inadimplência ao gestor do fundo garantidor, pelo parceiro privado;
XII – As hipóteses de encampação;
XIII – O cronograma e os marcos para o repasse ao parceiro privado das parcelas do aporte de recursos, na fase de investimento do projeto e/ou após a disponibilização dos serviços.
§ 1º Compete ao Poder Público declarar de utilidade pública os bens que, por suas características, sejam apropriados ao desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao objeto do contrato, bem como à implementação de projetos associados.

§ 2º As indenizações de que trata o inciso VII do caput deste artigo poderão ser pagas à entidade financiadora do projeto de parceria público-privada.

§ 3º As cláusulas de atualização automática de valores, baseadas em índices e fórmulas matemáticas, quando houver, serão aplicadas sem a necessidade de homologação por parte da Administração Pública, exceto se esta publicar, até o advento do primeiro vencimento de fatura, após a data da atualização, razões fundamentadas em lei ou contrato para a não homologação ou se a legislação aplicável exigir.

§ 4º Na extinção da concessão, serão observados:

I – O retorno ao Município de todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário, conforme previsto no edital e estabelecido no contrato;
II – Haverá a imediata assunção do serviço pelo Município, procedendo-se aos levantamentos, avaliação e liquidação necessária, com ocupação das instalações e utilização de todos os bens reversíveis;
III – Nos casos de advento do termo contratual e de encampação, o Município, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessárias à determinação dos montantes de indenização que será devida à concessionária, na forma dos incisos IV e V deste parágrafo;
IV - A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido;
§ 5º Considerar-se encampação a retomada do serviço pelo Município da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do inciso IV deste artigo.

§ 6º Além da avaliação e aprovação do Conselho Gestor de PPP, a abertura do processo licitatório para contratar Parceria Público-Privada está condicionada às normas gerais de licitação, contidas na Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 14.133/2021, às normas de responsabilidade fiscal previstas na Lei Complementar Federal nº 101/00 e às normas gerais alusivas às Parcerias Público-Privadas da Lei Federal nº 11.079/04, e suas atualizações.

Seção III

Da Remuneração

Art. 5º A remuneração ao contratado, observa a natureza jurídica do instituto escolhido para viabilizar a parceria, poderá ser feita mediante a utilização isolada ou combinada das seguintes alternativas:

I - Tarifas cobradas dos usuários;
II - Pagamento com recursos orçamentários ou do tesouro Municipal;
III - Cessão de direitos relativos à exploração comercial de bens públicos materiais ou imateriais;

IV - Cessão de créditos não tributários do Município;
V - Transferência de bens móveis e imóveis;
VI - Outorga de direitos sobre bens públicos dominiais;
VII - Outras receitas alternativas, complementares, acessórias, ou de projetos associados;
VIII - Outros meios admitidos em lei.

Art. 6º As parcerias público-privadas, para os fins desta Lei, serão remuneradas segundo critérios de desempenho, em prazo compatível com a amortização dos investimentos realizados.

Art. 7º O edital de licitação poderá prever em favor do parceiro privado outras fontes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, conferir maior sustentabilidade ao projeto ou propiciar menor contraprestação governamental.

Seção IV

Da Responsabilidade e das Obrigações das Parceiros Privados

Art. 9º As Parcerias Público-Privadas determinam para os agentes do setor privado:

I – A assunção de obrigações de resultado definidas pelo Poder Público, com liberdade para a escolha dos meios para sua implementação, nos limites previsto no instrumento;
II - A submissão ao controle do Poder Público permanente dos resultados, como condição para percepção da remuneração e pagamento;
III - O dever de submeter-se à fiscalização do Poder Público, permitindo o acesso de seus agentes às instalações, informações e documentos inerentes ao contrato, inclusive seus registros contábeis;
IV - Sujeição aos riscos do empreendimento, salvo nos casos expressamente previstos no edital de licitação e no contrato.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 552 Ass

Art. 10. Para contratar com a Administração Pública, o parceiro privado ainda obriga-se a demonstrar e comprovar a capacidade técnica, econômica e financeira para a execução do contrato.

CAPÍTULO III

DA CONTABILIDADE DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Art. 11. Os contratos de Parcerias Público-Privadas estão baseados na realização continua e plena de atividades que as caracterizam como prestação de serviços.

Art. 12. Os projetos de parcerias público-privadas deverão ser contabilizados como serviços de terceiros, em conformidade com as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional ou legislação superior, de acordo com o valor estimado para cada exercício financeiro.

Art. 13. Os programas e atividades relacionados com parcerias público-privadas (PPP) devem ser indicados na Lei Orçamentária Anual de forma individualizada, com a descrição do projeto e o total de créditos orçamentários para sua execução.

Art. 14. O Poder Executivo encaminhará juntamente com o Projeto da Lei Orçamentária Anual, documento intitulado "Anexo dos Programas de Parcerias Público-Privadas", indicando os valores dos créditos orçamentários, individualizados para cada projeto, suficientes para o custeio destes no exercício referido.

Parágrafo único. Os valores destinados no Projeto da Lei Orçamentária Anual devem incluir, obrigatoriamente, o valor estimado de reajuste definido no contrato de parceria.

CAPÍTULO IV

DAS GARANTIAS

Art. 15. As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública oriundas de contrato de Parceria Público-Privada, observadas a legislação pertinente, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal, poderão ser garantidas através de:

I - Vinculação de receitas, observado o disposto no inciso IV do artigo 167 da Constituição Federal;

II - Instituição ou utilização de fundos especiais previstos em lei;

III - Contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que não sejam controladas pelo Poder Público;

IV - Garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras que não sejam controladas pelo Poder Público;

V - Garantias prestadas por fundo garantidor ou empresa estatal criada para essa finalidade;

VI - Outros mecanismos admitidos em lei.

§ 1º Além das garantias referidas no caput deste artigo, o contrato de parceria poderá prever a emissão de empenhos relativos às obrigações da Administração Pública, diretamente em favor da instituição financiadora do projeto e a legitimidade desta para receber pagamentos por intermédio do fundo garantidor.

§ 2º O direito da instituição financiadora citado no §1º deste artigo, se limita à habilitação para receber diretamente o valor verificado pela Administração Pública na fase de liquidação, excluída sua legitimidade para impugná-la.

CAPÍTULO V

DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

Art. 16. Será constituída, pelo parceiro privado, uma sociedade de propósito específico incumbida de implantar e gerir o objeto de parceria, ainda que parcialmente, à qual caberá a propriedade dos bens resultantes do investimento, durante a vigência do contrato, até que se dê a amortização do investimento realizado.

§ 1º A transferência do controle da sociedade de propósito específico e constituição de garantias ou oneração estarão condicionadas à autorização expressa da Administração Pública, nos termos do edital e do contrato, observado o disposto no artigo 27 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

§ 2º A sociedade de propósito específico poderá assumir a forma de companhia aberta, com ações negociadas em bolsa de valores do país ou do exterior, respeitado, quanto ao controle acionado, o disposto no § 1º deste artigo e na Lei Federal nº 6.404/76.

§ 3º A sociedade de propósito específico poderá, na forma do contrato, dar em garantia aos financiamentos contraídos para a consecução dos objetivos da parceria público-privada os direitos emergentes do contrato de parceria até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade das obras e serviços.

§ 4º A sociedade de propósito específico deverá, para celebração do contrato, adotar contabilidade e demonstração financeira padronizadas, compatíveis com os padrões mínimos de governança corporativa que vierem a ser fixadas pelo Governo Federal.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 353

CAPÍTULO VI

DO CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Art. 17. A gestão do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas será realizada por Conselho Gestor, subordinado ao Prefeito por linha de autoridade hierárquica e funcional, o qual definirá as prioridades quanto à implantação, expansão, melhoria, gestão ou exploração de bens, serviços, atividades, infraestruturas, estabelecimentos ou empreendimentos públicos.

Art. 18. A composição do Conselho Gestor será fixada por decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 19. A competência do Conselho Gestor será determinada mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 20. As atribuições do Presidente e do Secretário Executivo do Conselho Gestor, bem como questões relacionadas as reuniões e deliberações, serão fixadas por Decreto do Chefe do Poder executivo.

Art. 21. Caberá à Secretaria Municipal de Urbanismo executar as atividades operacionais e de coordenação das parcerias público-privadas, bem como assessorar o Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas ora criado e divulgar os conceitos e metodologias próprios dos contratos de parceria, apoiada por equipe técnica.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. Os projetos de parcerias público-privadas serão objeto de consulta pública, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da publicação do edital da respectiva licitação, mediante publicação de aviso na imprensa oficial local e por meio eletrônico, no qual serão informadas as justificativas para a contratação, a identificação

do objeto, o prazo de duração do contrato e seu valor estimado, fixando-se prazo para fornecimento de sugestões, cujo termo final dar-se-á pelo menos com 07 (sete) dias de antecedência da data prevista para a publicação do edital.

Art. 23. A Administração Pública deverá declarar de utilidade pública área, local ou bem que seja adequado ao desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao objeto do contrato de parceria público-privada e à implementação de projeto associado, bem como promover as necessárias desapropriações.

Art. 24. Os instrumentos de parcerias público-privadas poderão prever mecanismos amigáveis de solução de divergências contratuais, inclusive por meio de arbitragem, nos termos da legislação em vigor.

§ 1º Na hipótese de arbitragem, os árbitros deverão escolhidos dentre os vinculados a instituições especializadas na matéria e de reconhecida idoneidade.

§ 2º A arbitragem, se pactuada, terá lugar na sede do Município de Fazenda Rio Grande.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, EM XX DE JANEIRO DE 2023.

MARCO ANTÔNIO MARCONDES SILVA

Prefeito Municipal

ANEXO IV

MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE – PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº_____, DE ____ DE JANEIRO DE 2023

Altera e acrescenta dispositivos à Lei Ordinária Municipal nº 154, de 26 de dezembro de 2002, que institui contribuição para custeio da iluminação pública, prevista no art. 149-A da Constituição da República e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, Estado do Paraná, **APROVOU**, e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º, da Lei Ordinária nº 154, de 26 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O fato gerador da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública é a detenção de propriedade, titularidade de domínio útil, ocupação, a qualquer título, de imóvel edificado ou não, situado nos limites geográficos do Município de Fazenda Rio Grande, e que sejam efetivamente atendidos pelo parque de iluminação pública"

Art. 2º Fica criado o art. 2º-A, da Lei Ordinária nº 154, de 26 de dezembro de 2002, com a seguinte redação:

"Art. 2º-A Base de cálculo da COSIP é o valor equivalente ao consumo de 1.000 (mil) quilowatt-hora, apurado à Tarifa de Iluminação Pública (TIP) B4a, estabelecida em Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL".

Art. 3º O art. 3º, da Lei Ordinária nº 154, de 26 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Sujeito passivo da Contribuição é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóveis, edificados ou não, situados no Município de Fazenda Rio Grande.

Parágrafo primeiro: É sujeito passivo solidário da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, o locatário, o comodatário ou possuidor a qualquer título de imóvel edificado situado no território do Município e que tenha ligação privada e regular de energia elétrica."

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, EM XX DE JANEIRO DE 2023.

MARCO ANTÔNIO MARCONDES SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO V

MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE – PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº_____, DE ____ DE JANEIRO DE 2023

Dispõe sobre a fixação do valor da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COCIP, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, Estado do Paraná, **APROVOU**, e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a fixação do valor da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COCIP, instituída pela Lei Ordinária nº 154, de 26 de dezembro de 2002 para custear as despesas com a energia elétrica e com a operação, manutenção, eficientização e ampliação do serviço de iluminação pública no Município.

CAPÍTULO II
DO TRIBUTO
Seção I
Hipóteses de Incidência

Art. 2º A Contribuição para Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COCIP tem como hipótese de incidência a detenção de propriedade, titularidade de domínio útil, ocupação, a qualquer título, de imóvel edificado ou não, situado nos limites geográficos do Município de Fazenda Rio Grande, e que sejam efetivamente atendidos pelo parque de iluminação pública.

§ 1º A arrecadação do tributo se justifica em razão das despesas decorrentes da prestação, ampliação e aprimoramento dos serviços de iluminação pública.

Seção II
Sujeito Passivo

Art. 3º Sujeito passivo da Contribuição é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de imóveis, edificados ou não, situados no Município de Fazenda Rio Grande.

Parágrafo primeiro: É sujeito passivo solidário da COSIP – Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública, o locatário, o comodatário ou possuidor a qualquer título de imóvel edificado situado no território do Município e que tenha ligação privada e regular de energia elétrica."

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 554

Seção III

Base de Cálculo e Fixação do Valor

Art. 4º A Base de cálculo da COSIP é o valor equivalente ao consumo de 1.000 (mil) quilowatt-hora, apurado à Tarifa de Iluminação Pública (TIP) B4a, estabelecida em Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL.

§ 1º O valor da contribuição será cálculo aplicando-se à base de cálculo correspondente a alíquota, conforme a classificação do consumidor e das faixas de consumo de energia elétrica, fixados na Tabela de Receita nº I, que constitui o Anexo I desta Lei.

Seção IV

Reajuste

Art. 5º O índice de reajuste anual da alíquota da Contribuição para Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COCIP será o mesmo que for autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para o resultado do Reajuste Tarifário Anual do Município de Fazenda Rio Grande.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, EM XX DE JANEIRO DE 2023.

MARCO ANTÔNIO MARCONDES SILVA

Prefeito Municipal

TABELA DE RECEITA I

ANEXO I

COSIP

VALOR LÍQUIDO DA FATURA DE Faixa de Consumo (Kwh)	VALOR DA COSIP
TARIFA SOCIAL	ISENT
0 a 30	X% do módulo da TIP
31 a 50	X% do módulo da TIP
51 a 60	X% do módulo da TIP
61 a 80	X% do módulo da TIP

81 a 100	X% do módulo da TIP
101 a 200	X% do módulo da TIP
201 a 300	X% do módulo da TIP
301 a 450	X% do módulo da TIP
451 a 650	X% do módulo da TIP
651 a 1000	X% do módulo da TIP
ACIMA DE 1000	X% do módulo da TIP

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 555 Ass.

ANEXO VI

Abaixo estão sintetizadas as informações centrais de 5 (cinco) projetos atuais de parcerias público-privadas para a delegação dos serviços de iluminação pública, cujos conteúdos foram e devem ser considerados para o presente projeto:

Poder Concedente	Status	Objeto e metas	Valor	Prazo	Inversão de fases	Habilitação técnica	Garantias	Cls. término antecipado
Porto Alegre	Concluído	Implantação, instalação, recuperação, modernização, melhoramento, eficientização, expansão, operação e a manutenção da Rede Municipal de Iluminação Pública.	R$ 403 milhões	20 anos	Sim	Investimentos de R$ 135.000.000,00 ou mais, em empreendimento de infraestrutura em qualquer setor, com recursos próprios ou de terceiros.	5% do valor estimado do contrato indicado no edital, considerando o valor da contraprestação mensal máxima.	Não
Curitiba	Licitado	Modernização, eficientização, expansão, Operação e manutenção da infraestrutura da rede municipal de iluminação pública.	R$ 927.031.806,99 (estimado)	23 anos	Sim	Investimentos de, no mínimo, R$ 166.044.732,94 em empreendimento de qualquer setor de infraestrutura, com recursos próprios ou de terceiros, e com previsão de retorno de longo prazo sobre o capital investido.	5% do valor estimado do contrato indicado no edital, considerando o valor da contraprestação mensal máxima.	Não
Aracaju	Concluído	Desenvolver, modernizar, expandir, operar e manter a rede municipal de iluminação pública	R$ 116.150.580,00	15 anos	Sim	Investimentos de R$ 24.790.129,11 ou mais, na data base de maio de 2020, com recursos próprios ou de	i) 5% do valor do contrato até o final da fase II; ii) 2,5% do valor do contrato, a partir do começo da FASE III até 2 antes do	Sim

						terceiros, sendo que esta última hipótese deve compreender retorno de longo prazo.	vencimento do prazo da concessão; III) 5% do valor do contrato, nos últimos 2 antes do vencimento do prazo da concessão.	
Feira de Santana	Concluído	Desenvolvimento, modernização, expansão, eficientização energética, operação e manutenção da Rede Municipal de Iluminação Pública.	R$ 122.584.800,00	18 anos	Sim	Investimentos de R$ 24.248.036,34 ou mais, na data base de maio de 2020, com recursos próprios ou de terceiros, sendo que esta última hipótese deve compreender retorno de longo prazo.	I) 5% do valor do contrato até o final da fase II; II) 2,5% do valor do contrato, a partir do começo da FASE III até 2 antes do vencimento do prazo da concessão; 5% do valor do contrato, nos últimos 2 antes do vencimento do prazo da concessão.	Sim

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 556
Ass

Projeto para Estruturação da PPP de Iluminação Pública de FAZENDA RIO GRANDE/PR

Relatório de Diagnóstico da Situação Técnico-Operacional *JAN/23*

As informações transcritas no presente relatório possuem caráter não-vinculativo e comportam interpretação meramente informativa e referencial ao gestor público, fundada na análise, por consultores técnicos especializados, de documentação pertinente à matéria, em especial da legislação e demais normativos respectivos, para embasamento e fundamentação dos estudos ora realizados. A partir dessa premissa, cabe ao próprio gestor avaliar seu conteúdo, de modo a motivar e integrar sua decisão pela viabilização e concretização do Projeto de interesse.

Sumário

INTRODUÇÃO

Dados Socioeconômicos
Segurança Pública
Áreas de Proteção Ambiental
Percepção da População

ANÁLISE DE DOCUMENTOS TÉCNICOS

Cadastro Técnico
Faturamento
Expansão

ILUMINAÇÃO VIÁRIA

Metodologia de Classificação
Demanda Reprimida – Vias sem IP
Demanda Reprimida – Postes Distantes
Lista de Logradouros
Classificação Viária
Volume de Tráfego de Veículos
Volume de Tráfego de Pedestres
Classificação da Iluminação
Amostra para Inspeção em Campo
Validação da Amostra
Qualidade do Cadastro
Conformidade Normativa
Parâmetros de Engenharia
Situação dos Componentes
Rondas Noturnas
Demanda Reprimida

ILUMINAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

ILUMINAÇÃO DE DESTAQUE

GLOSSÁRIO

NORMAS E REFERÊNCIAS

ANEXOS

Anexo 1 – Distribuição dos Pontos de Iluminação (Sede);
Anexo 2 – Lista de Logradouros;
Anexo 3 – Mapa de Classificação Viária;
Anexo 4 – Mapa de Volume de Tráfego - Pedestre;
Anexo 5 – Mapa de Volume de Tráfego - Veículos;
Anexo 6 – Mapa de Classificação da Iluminação;
Anexo 7 – Mapa de Amostras Sorteadas.
Anexo 8 – Relatório de Aferição de Iluminância;
Anexo 9 – Relatório de Coleta de parâmetros luminotécnicos.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 554
Ass

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 558

SUMÁRIO EXECUTIVO

Direto ao ponto

PERFIL DO PARQUE

Serviço	Quantidade	%
Iluminação Viária – V1 (estimada)	1.202	8,8%
Iluminação Viária – V1 (BR116)	360	2,6%
Iluminação Viária – V2	1.184	8,7%
Iluminação Viária – V3	1.920	14,0%
Iluminação Viária – V4	887	6,5%
Iluminação Viária – V5	7357	53,8%
Iluminação de EUP	775	5,7%
TOTAL (exceto Ilum. Destaque)	13.685	100,0%

Tabela 1 – Perfil do Parque de iluminação atual, exceto iluminação de Destaque. Fonte: Omatic (2023)

PARÂMETROS DE DIMENSIONAMENTO DO CAPEX E EXPANSÃO

Parâmetro	Valor
Trocas de Braços	3,23%
Trocas de Poste	0,27%
Demanda Reprimida – Expansão de Malha Viária	736
Pontos Escuros – Compensação de vãos	93
Crescimento Vegetativo médio estimado	2,00% a.a.

Tabela 2 – Perfil de dimensionamento de investimento. Fonte: Omatic (2023)

RISCOS E UPSIDES

Parâmetro	Valor
Iluminação Marginais BR116	218
Iluminação Vias Rurais	1.931
Iluminação de Condomínios	450
Parcela já modernizada da cidade	11,4%

Tabela 3 – Riscos e Upsides. Fonte: Omatic (2023)

INTRODUÇÃO

Dados Socioeconômicos

O município de Fazenda Rio Grande está localizado na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) no estado do Paraná, distante menos de 30 km da capital paranaense. Trata-se de um dos municípios brasileiros que mais cresce, apresentando um crescimento populacional na ordem de 10% ao ano, sendo sede de Comarca, desde 1999.

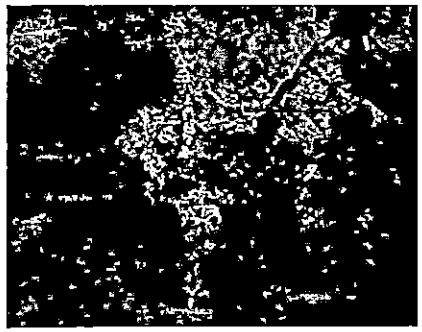


Figura 1 – Fazenda Rio Grande e arredores. Fonte: Google (2022).

Em 26 de janeiro de 1990, através da lei estadual nº 9.213, sancionada pelo governador Álvaro Fernandes Dias, o distrito de Fazenda Rio Grande, foi elevado à categoria de município emancipado, com território desmembrado do município de Mandirituba. A instalação oficial ocorreu no dia 1º de janeiro de 1993.

A cidade conta com (IBGE, 2010) [1]:

- 92,96 % dos domicílios em área urbana;
- 78% dos domicílios conectados à rede de esgoto;
- 99,60% dos domicílios com abastecimento de água; e,
- 99,96% dos domicílios com energia elétrica; e,
- 99,25% dos domicílios com coleta de lixo; e,
- 15,6% das vias públicas com pavimentação asfáltica;

INDICADOR	FAZ. RIO GRANDE	PARANÁ
População estimada (Estimada, 2021)	103.750	11.597.484
IDHM (2010)	0,720	0,749
Índice de Gini (2010)	0,4923	0,5416
População urbana (2010)	92,96%	84,49%
PIB per capita (2020)	27.189,88	42.367,00

Tabela 4 – Dados Geográficos. IBGE [1], IPARDES [3][4].

A área ocupada pelo município é de 116,678 km². O que resulta em uma densidade de população de 889,20 hab./km². Importante ressaltar que os dados do censo demográfico de 2022 devem atualizar os dados apresentados.

A população por faixa etária segue o padrão a seguir:

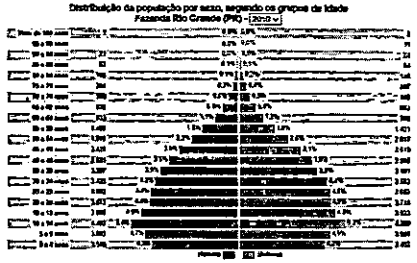


Figura 2 – Piramide etária. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 [1].

Segundo os dados do Ministério da Infraestrutura [2], a iluminação pública viária do município atende a seguinte frota de 68.101 veículos (2022), dos quais destacam-se:

- 45.445 Automóveis;
- 1.634 Caminhões;
- 4.326 Caminhonetes;
- 9.737 Motocicletas.
- 380 Ônibus;

O PIB da cidade é de cerca de R$ 2,8 bilhões de reais, sendo que 48,3% do valor adicionado advêm dos serviços, na sequência aparecem as participações da indústria (28,1%), da administração pública (22,1%) e da agropecuária (1,5%).

Segundo o MTE, em dados compilados pelo caderno estatístico do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (IPARDES) [3], os setores que mais geram emprego (2021) são o comércio varejista (20,95%), a administração pública (14,09%), os serviços de transporte e comunicação (8,27%) e os serviços de administração de imóveis e valores mobiliários (7,12%).

A cidade fica no eixo da rodovia BR-116 e perto da BR-277 e da BR-376. Fica a 20km da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), a 30km do Aeroporto Afonso Pena e a 110km do Porto de Paranaguá. Conta com relevo plano e está relativamente longe de mananciais. Esse conjunto de características têm chamado atenção de investidores, o que reflete no salto do PIB Municipal e no pujante mercado imobiliário.

Com grande quantidade de comercio varejista, destacando-se os supermercados, lojas de variedades e lojas de materiais de construção, a população local consegue atender suas demandas de consumo localmente, apesar da proximidade com a capital.

	Valor adicionado bruto (Unidade: R$ x1000) (2020)				
	TOTAL	Agropec.	Indust.	Serv.	Adm. Púb.
Estado (PR)	428.369.453	58.493.881	131.144.408	201.893.052	58.838.129
Fazenda Rio Grande (PR)	2.275.993	15.189	638.529	1.099.809	502.466

Tabela 5 - Valor adicionado bruto. Fonte: IPARDES, 2022 [3][4].

Expansão Populacional

Segundo dados oficiais do IBGE, em 2000 [5], o município contava com aproximadamente 63 mil habitantes. No censo realizado em 2010 [6], foram registrados pouco mais de 81,5 mil habitantes. As prévias do Censo 2022 [7] apontam para uma população de mais de 167 mil habitantes, fazendo com que a cidade entre no grupo das 10 maiores populações do estado.

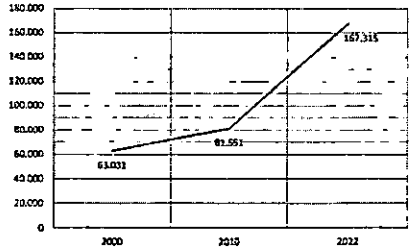


Figura 3 – Evolução da população do município. Fonte: IBGE.

A média linear da expansão populacional no período, portanto, é de 4,54% a.a., com indicação de aceleração da taxa entre 2010 até 2022, quando comparada com a taxa registrada entre 2000 e 2010.

Divisão Administrativa

O município apresenta 13 bairros, que nesse estudo foram divididos nas regiões Nordeste, Sudeste, Sudoeste, Noroeste e Central, conforme tabela abaixo:

ID	Bairro
REG. CENTRAL	
1	Centro
REG. NORDESTE	
2	Eucaliptos
3	Industrial I
REG. SUDESTE	
4	Nações
5	Parque Tecnológico
REG. SUDOESTE	
6	Gralha Azul
7	Veneza
8	Industrial II
9	Estados
REG. NOROESTE	
10	Pioneiros
11	Iguaçu
12	Santa Terezinha
13	Campo do Rio

Tabela 6 – Bairros do Município. Fonte: Omatic (2023)

Todas as demais localidades foram tratadas como "Rural".

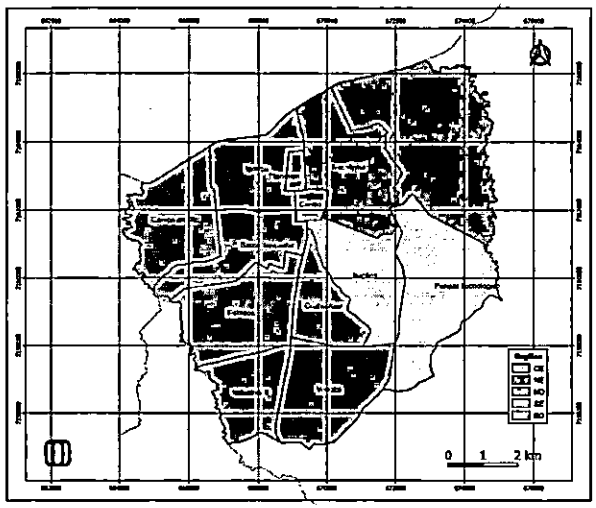


Figura 4 – Bairros e Regiões da Sede de Fazenda Rio Grande. Fonte: Omatic (2023).

Expansão Viária

A partir de estudos comparativos de imagens de satélite do ano de 2014 e do ano de 2022, é possível ter dimensão da expansão viária ocorrida no período.

Esse dado, assim como o crescimento vegetativo populacional, é um importante balizador do crescimento vegetativo do parque no período.

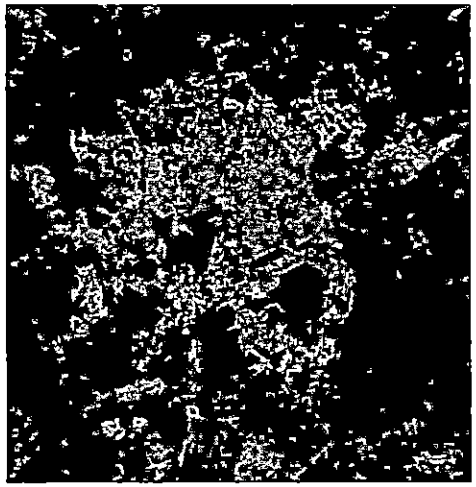


Figura 5 – Imagem de satélite do ano de 2014. Fonte: Landsat 8 (2014).

Da análise das imagens é possível observar uma expansão de 67 km de vias, chegando nos atuais 528 km. Ou seja, uma expansão de 14,59% no período, o que corresponde a uma expansão média de 1,72% anuais.

Sobre os pontos de iluminação Pública instalados nos trechos de expansão viária, nota-se que correspondem a um total de 1322 pontos, ou 10,21% do parque de iluminação Pública atual. Ou seja, o atendimento do crescimento viário na cidade se deu a taxa de 1,36% ao ano, um pouco inferior ao crescimento viário.

Podemos notar que a expansão populacional se deu de forma mais acelerada que a expansão viária e a do parque de iluminação Pública. Isso se explica tanto pela verticalização da cidade, como pela grande presença de condomínios particulares.

Enquanto a verticalização garante que mais habitantes são atendidos pela mesma quantidade de pontos de IP, os condomínios privados tomam para si a responsabilidade de iluminação na última milha, que em bairros ou loteamentos públicos seriam de responsabilidade do município.

Dessa forma, foi arbitrada a taxa de 2,00% ao ano para a taxa de crescimento vegetativo. Não tão grande quanto à expansão populacional, mas bem acima da expansão viária e de pontos de IP registrados.

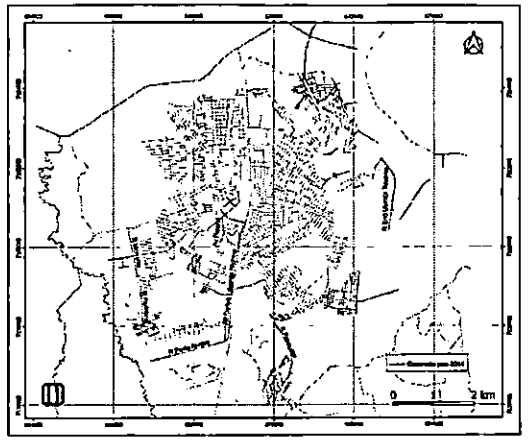


Figura 6 – Mapa de Expansão Viária. Vias existentes em 2014 em cinza, vias criadas a partir de 2014 em vermelho. Fonte: Omatic (2023).

Condomínios

O município de Fazenda Rio Grande conta com quantidade expressiva de condomínios e áreas residenciais particulares, que, em alguns casos contam com pontos de iluminação cadastrados no sistema da distribuidora de energia.

As recomendações sobre o tratamento desses pontos serão fornecidas no Termo de Referência, conforme recomendação da prefeitura após análise do impacto econômico-financeiro desses pontos no contrato.

Abaixo são apresentados os condomínios identificados nesse estudo:

Cod	Nome	Pontos
1	Res. América	81
2	Green Maria Residencial	128
3	Cond. Res. Spazio Verde I	20
4	Cond. Res. Vila Romana	0
5	Cond. Res. Fênix	2
6	Cond. Res. Guapondi	0
7	Village Del Sole	0
8	Cond. Águas Claras	0
9	Cond. Res. Bella Cabral	64
10	Cond. Vila Paraíso	21
11	Cond. Res. Bahrein	15
12	Res. San Marino	25
13	Res. Bela Vista	0
14	Cond. Portal da Fazenda	0
15	Cond. Maria Raquel	0
16	Cond. Monte Carlo	2
17	Res. Alice Tieko IV	43
18	Cond. Res. Cabanhas I e II	9
19	Cond. Res. Nascente do Iguaçu I a IV	10
20	Cond. Res. Marques Horijo I a IV	10
21	Cond. Monte Belo	0
22	Cond. Res. Village Amazonas	0
23	Cond. Jd. Paraíso	0
24	Res. Monte Belo	0
25	Cond. Morar Bem	0
26	Cond. Dubai I	10
27	Res. Não Identificado	1
28	Res. Anita	0
29	Cond. Res. Pola	1
30	Cond. Res. Ventura	3
31	Res. Pártia	0
32	Cond. Quatar	0
33	Res. Uzard	3
34	Cond. Não Identificado	3
35	Cond. Galicia IV	0
36	Vista Alegre Residencial	0
37	Res. Alagoas	3
38	Res. Não Identificado	5
39	Cond. Terra Nova	0
40	Cond. Diamante	5
41	Res. Demetor I	0
42	Res. Não Identificado	0
43	Res. Arapongas	0
44	Cond. Res. Jardim Tulipa	0
45	Porto Residencial	81
46	Res. Morada dos Pessaros II	0
47	Cond. Gran Paradiso	0
48	Res. Chaby Graffus And	0
49	Res. Lady Laura	0
50	Cond. Res. Stadium	0
51	Res. Fazenda Rio Grande	0
52	Cond. Central Park 2	0
53	Cond. Res. Recanto Portugal	0
	TOTAL	453

Tabela 7 – Condomínios do Município. Fonte: Omatic (2023)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 559
Ass

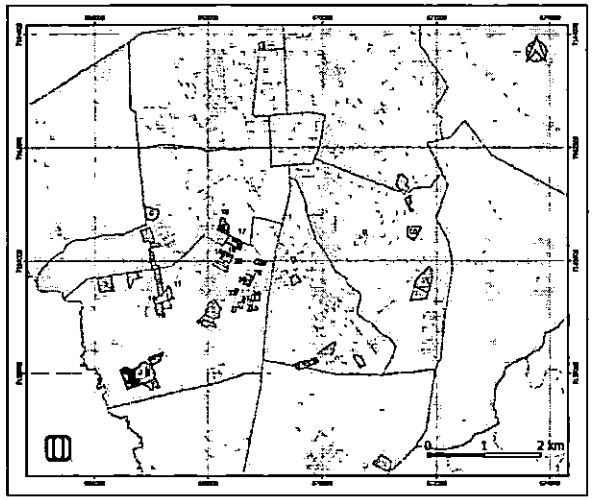


Figura 7 – Condomínios de Fazenda Rio Grande, em verde aqueles sem pontos de iluminação no cadastro da COPEL, em laranja os que apresentam pontos de iluminação Pública no cadastro da COPEL. Fonte: Omatic (2023).. Fonte: Omatic (2023).

Gestão, operação e a manutenção atual

MODELO ATUAL

Conforme entrevista com o comitê técnico do projeto, atualmente a gestão, operação e a manutenção do parque são realizadas por equipe própria, através de funcionários da Secretaria de Planejamento Urbano.

Dentro da estrutura da Secretaria, há a Divisão de Iluminação Pública, que concentra as decisões e ações relativas ao serviço.

Os veículos são próprios. Não há contratos de mão de obra e as aquisições de materiais e sobressalentes são realizadas através de pregões regidos pela Lei 8.666/93.

VEÍCULOS

Conforme entrevista com o comitê técnico do projeto, foi indicado que, atualmente, para a realização das atividades são utilizadas 2 (duas) equipes. O município dispõe de 3 (três) veículos caminhões Munck com cestos aéreos, próprios da prefeitura.

TELEGESTÃO E CONTRATADOS

Conforme avaliação das contas públicas, levantamento de campo e entrevistas com os responsáveis do município, atualmente o município não dispõe de telegestão para o monitoramento e controle do parque.

Da mesma forma, como destacado anteriormente, não há contratos firmados para fornecimento de mão de obra para as atividades.

EQUIPE PRÓPRIA

Conforme entrevista feita com os envolvidos com a iluminação pública da cidade, foi informado que a manutenção do parque de iluminação pública é realizada por 2 (duas) equipes com 2 (dois) eletricistas cada. Além desses, há ainda o Chefe de Divisão.

Adicionalmente aos funcionários que se dedicam exclusivamente à iluminação Pública, alguns profissionais dão suporte ao serviço juntamente com outras atividades, notadamente: I. o secretário de Infraestrutura e Serviços Urbanos; II. assessores que fazem a interface com a população (*call center*).

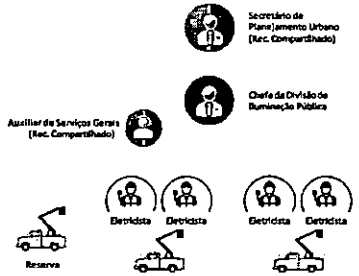


Figura 8 – Organograma Iluminação Pública. Fonte: Omatic (2023).

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 560
Ass

Segurança Pública

A segurança pública pode ser uma das maiores beneficiadas por um projeto amplo de modernização da iluminação pública. Além do efeito inibidor, uma iluminação adequada dos espaços públicos tem o potencial de impulsionar o fluxo de pessoas em áreas outrora evitadas, trazendo um ciclo virtuoso de maior percepção de segurança – maior fluxo de pedestres – inibição de ações criminosas – maior percepção de segurança.

Espera-se que a modernização do sistema de iluminação Pública possa contribuir para a redução dos delitos no município e, consequentemente, incentivar a ocupação e utilização da população em geral das praças e espaços livres públicos (ELP's).



Figura 2 – Série temporal do registro de vítimas de mortes violentas em Fazenda Rio Grande. Fonte: SESP-PR, 2022 [8].

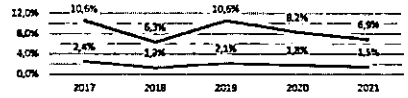


Figura 2 – Série temporal da participação de FRG nos registros de vítimas de mortes violentas em 2ª. AISP (em azul) e no estado (laranja). Fonte: SESP-PR, 2022 [8].

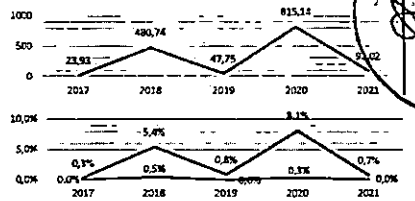
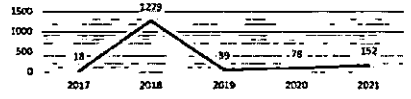


Figura 2 – Série temporal do registro de apreensão de entorpecentes (Maconha, Cocaína e Crack) em Fazenda Rio Grande, dado em Kg e sua participação nos registros da 2ª. AISP (em azul) e do estado (laranja).. Fonte: SESP-PR, 2022 [8].



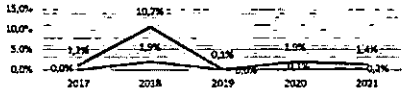


Figura 2 – Série temporal do registro de apreensão de entorpecentes (LSD e Ecstasy) em Fazenda Rio Grande, dado em unidades e sua participação nos registros da 2ª. AISP (em azul) e do estado (laranja).. Fonte: SESP-PR, 2022 [8].

Áreas de Proteção Ambiental

As áreas de proteção permanente (APP), bem como as unidades de conservação (UCs), realizam as funções de proteger as características ambientais existentes e oferecer espaços públicos adequados e qualificados ao lazer da população.

Fazenda Rio Grande e seu território apresenta diversas áreas de interesse ambiental na forma de APP, em especial áreas de nascentes, várzeas, topos de morros e rios, visando assim a conservação, proteção e recuperação destes ambientes notadamente frágeis.

O município faz fronteira com área de uso sustentável de Curitiba. Maiores detalhes serão fornecidos nos documentos socioambientais.

Ressalta-se a importância de iluminação responsável, que minimize o impacto da iluminação artificial ao ecossistema local.

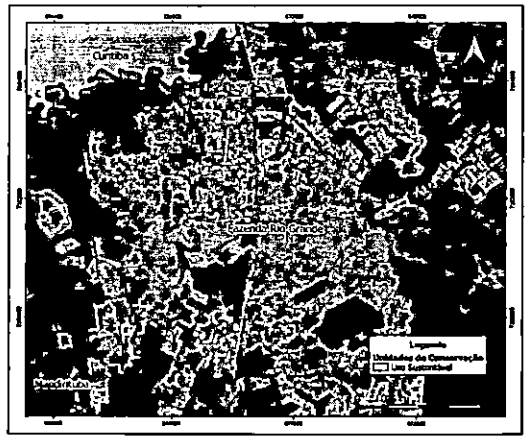
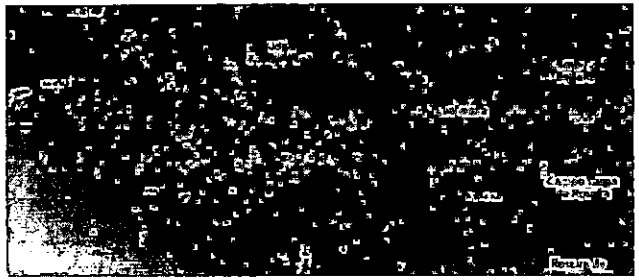


Figura 9 - Áreas de interesse ambiental em Fazenda Rio Grande e arredores. Fonte: Omatic (2023).

Poluição Luminosa

A poluição luminosa é preocupação premente da iluminação pública. Os efeitos da poluição luminosa são diversos e englobam diversas áreas sociais e da vida silvestre, como o aumento do consumo de energia elétrica, perturbação do ecossistema e até afetando a saúde das pessoas.

O mapa de poluição luminosa de Fazenda Rio Grande deixa bastante evidente uma iluminação mais impactante na região central, devido a utilização de lâmpadas de maiores potências sem limitação de distribuição (*cut-off*).



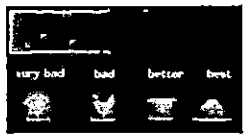


Figura 11- Eficiência da Luminária. Fonte: James Madison University

Figura 10- Poluição Luminosa em Fazenda Rio Grande e arredores. Fonte: NASA, 2017

Percepção da População

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Esse estudo fez o levantamento da percepção da população sobre diversos serviços públicos oferecidos pelo município, aprofundando naqueles que dizem respeito à iluminação Pública, bem como aferindo a receptividade da população à serviços ligados à cidade inteligente, que podem ser importante fonte de receita acessória futura.

A pesquisa foi realizada entre os dias 01 e 04 de agosto, através de 300 entrevistas distribuídas proporcionalmente nas regiões conforme a população. As entrevistas foram realizadas por uma equipe de entrevistadores devidamente treinados para abordagem desse tipo de público.

A margem de erro máxima estimada é de 5 pontos percentuais sobre os resultados encontrados no total da amostra. O intervalo de confiança utilizado é de 95%, o que significa dizer que se fossem realizadas 100 pesquisas nos mesmos moldes dessa, podemos garantir que 95 delas os índices estão dentro da margem de erro máxima proposta.

A amostra apresenta o seguinte perfil:

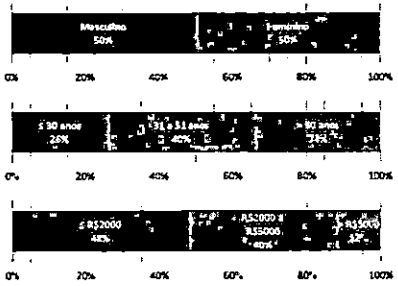


Figura 12- Perfil dos entrevistados em Fazenda Rio Grande/PR. Fonte: Omatic (2023).

QUADRO GERAL

Como ponto de partida para o entendimento da percepção da população, a entrevista coletou notas para os principais desafios públicos, o que nos permite posicionar o serviço de iluminação pública entre os demais.

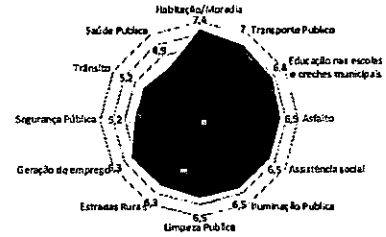


Figura 13- Notas dos Serviços Públicos em Fazenda Rio Grande/PR. Fonte: Omatic (2023).

Pode-se notar que as notas médias atribuídas vão de 4,9 (saúde) até 7,4 (moradia), em escala que vai de 0 a 10, tendo a média de 6,26 entre as dimensões estudadas.

Nesse quadro, a nota de 6,5 recebida pela iluminação pública ocupa uma posição intermediária, porém acima da média das notas recebidas, o que denota uma grande oportunidade para que as melhorias advindas da PPP alavanquem rapidamente o serviço para as principais posições do ranking.

PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA E A ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Fazenda Rio Grande apresenta um quadro típico das cidades de seu porte no país: conta com uma boa percepção geral de segurança de seus moradores, entretanto, a mesma percepção reduz drasticamente quando o período noturno é focado.

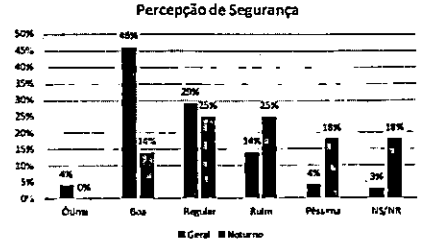


Figura 14- Percepção de Segurança em Fazenda Rio Grande/PR. Fonte: Omatic (2023).

Esse é outro ponto em que a PPP de Iluminação Pública poderá contribuir e os impactos positivos podem ser sentidos no curto prazo, após a modernização do parque. Dentre os entrevistados, 68% acreditam que a iluminação pública impacta diretamente na sensação de segurança.

Dentre as regiões de maior preocupação, os entrevistados destacaram: Iguaçu (23%), Periferia (sem citar) (15%) e Região Central (12%).

QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Quando perguntados sobre a qualidade do serviço de iluminação pública de forma geral, grande parte dos entrevistados apontaram para falhas e queimas de luminárias em suas ruas, inclusive com períodos de falhas relativamente longos:

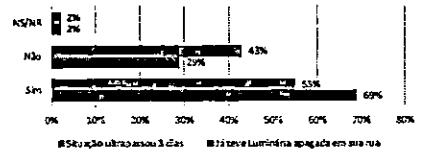


Figura 15- Luminárias em falha em Fazenda Rio Grande/PR. Fonte: Omatic (2023).

Na PPP proposta, ter-se-á critérios associados ao prazo de troca de luminárias queimadas (SLA). Caso não haja a troca dentro de um limite estabelecido, o futuro concessionário não receberá a totalidade possível da contraprestação.

Dessa forma, o próprio concessionário buscará meios (rondas e telegestão, entre outros) para que o problema seja resolvido antes mesmo da percepção da população.

Outro ponto de atenção identificado é a iluminação de pontos de ônibus, cuja percepção de 48% é insuficiente (péssimo ou ruim), bem como a nota de 5,4 está abaixo média dos serviços (6,5).

Por outro lado, boa parte dos entrevistados (81%) consideram a iluminação de praças, jardins e pontos turísticos satisfatória (avaliação ótima, boa ou regular).

CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Diferente da média de outras cidades estudadas por essa consultoria, as entrevistas em Fazenda Rio Grande apontam que a população está razoavelmente satisfeita com o custo-benefício da cobrança da COSIP frente aos serviços prestados.

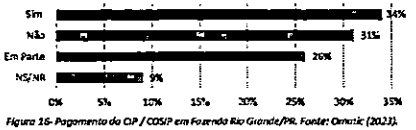


Figura 16- Pagamento da CIP / COSIP em Fazenda Rio Grande/PR. Fonte: Omatic (2023).

Assim como outras cidades, a maior parte dos entrevistados não sabe ou não se lembram qual o valor pago pela contribuição:

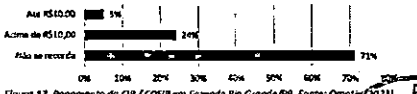


Figura 17- Pagamento da CIP / COSIP em Fazenda Rio Grande/PR. Fonte: Omatic (2023).

Ou seja, a população, de maneira geral, mesmo não se recordando do valor da CIP/COSIP, indica que a contribuição está sendo bem aplicada, o que denota o saneamento dos serviços de iluminação Pública.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 56
Visto

CONECTIVIDADE E OPORTUNIDADES EM RECEITAS ACESSÓRIAS

A entrevista com cidadãos de Fazenda Rio Grande revela uma cidade amplamente conectada.

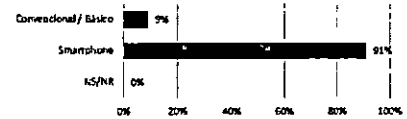


Figura 18- Proporção de Smartphone em Fazenda Rio Grande/PR. Fonte: Omatic (2023).

Entretanto com ressalvas dos usuários de telefonia móvel sobre a qualidade do sinal oferecido, o que pode ser uma oportunidade na comercialização de direitos de uso de propriedades para instalação de antenas, a ser detalhada na estruturação econômica e jurídica.

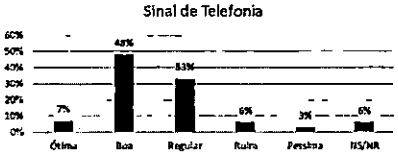


Figura 19- Avaliação do sinal de telefonia em Fazenda Rio Grande/PR. Fonte: Omatic (2023).

Sobre a interação com o poder público, a partir da tecnologia de comunicação, 57% dos entrevistados alegaram que nunca acessaram qualquer serviço público por dispositivos móveis (tablets e/ou celulares).

Dentre os serviços digitais possíveis com a utilização de tecnologias de conectividade 4G/5G e BLE, foram testadas algumas hipóteses de serviços, que apresentaram aderências variadas:

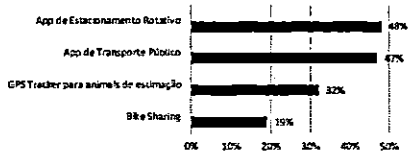


Figura 20- Aderência de possíveis serviços em Fazenda Rio Grande/PR. Fonte: Omatic (2023).

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 562
Ass

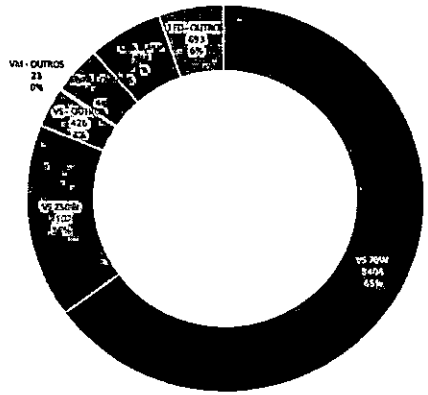


Figura 21 - Perfil do parque conforme tecnologia e Potência. Fonte: Omatic (2023)

ANÁLISE DE DOCUMENTOS TÉCNICOS

Cadastro Técnico

O cadastro técnico fornecido pela distribuidora de energia é chave para a análise e diagnóstico do parque de iluminação pública do município. Nesse cadastro constam informações de tecnologia adotada, sua potência, o braço, o método de faturamento (por medição ou estimativa) e várias outras informações importantes de cada um dos pontos.

Não é incomum que esses cadastros estejam desatualizados, mesmo com a obrigatoriedade do censo a cada 2 anos, por isso, as informações do cadastro foram conferidas em levantamento de campo. Atualmente, de acordo com o cadastro da distribuidora de energia local, o Parque de Iluminação Pública de Fazenda Rio Grande apresenta o seguinte perfil:

Tecnologia	Potência (W)	Qtde de Pontos	% de Pontos
Vapor de Sódio (VS)	70	8406	64,9%
	100	4	0,0%
	150	17	0,1%
	250	2102	16,3%
	400	405	3,1%
	SUBTOTAL	10.934	84,4%
Vapor de Mercúrio (VM)	80	7	0,1%
	125	3	0,0%
	250	23	0,1%
	SUBTOTAL	23	0,2%

Tabela 8 - Resumo do Cadastro Técnico da Distribuidora de Energia Elétrica (continua). Fonte: Omatic (2023)

Tecnologia	Potência (W)	Qtde de Pontos	% de Pontos
Multi Vapor Metálico (MVM)	150	140	1,1%
	250	189	1,5%
	400	181	1,4%
	SUBTOTAL	510	3,9%
LED	≤ 30W	92	0,7%
	40	4	0,0%
	50	50	0,4%
	60	16	0,1%
	70	25	0,2%
	80	143	1,1%
	100	195	1,5%
	120	1	0,0%
	130	7	0,1%
	150	788	6,1%
	160	106	0,8%
	200	53	0,4%
	250	1	0,0%
	SUBTOTAL	1.481	11,4%
TOTAL		12.948	100%

Tabela 9 - Resumo do Cadastro Técnico da Distribuidora de Energia Elétrica (continuação). Fonte: Omatic (2023)

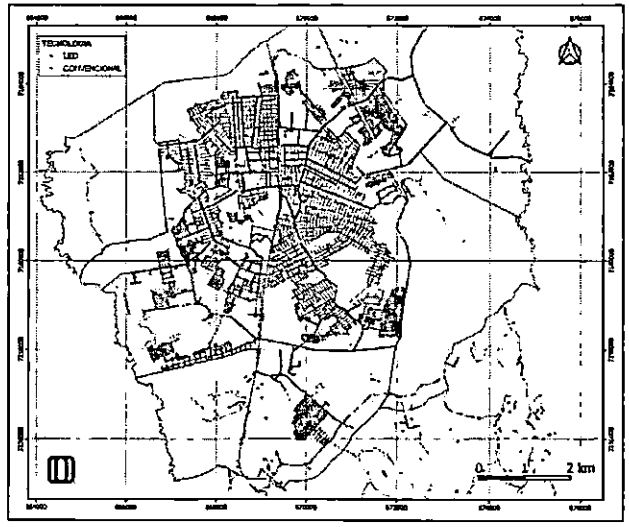


Figura 22 – Distribuição dos Pontos de Iluminação (Sede), luminárias LED em azul, as demais em laranja. Fonte: Omatic (2023)

Carga Instalada – Cadastro Técnico

Admitindo-se as potências listadas no Cadastro Técnico fornecido pela distribuidora de energia local, bem como suas perdas conforme NBR 14305:2015 e boas práticas, verifica-se o perfil de carga do parque de iluminação pública municipal.

O quantidade de LED de potência igual ou superior a 100W, que corresponde a mais de 77% do parque modernizado, denota uma preferência pela substituição inicial de luminárias de maior consumo. Mesmo assim, a parcela correspondente à carga das luminárias (10,19%) a LED é inferior à sua representatividade no parque (11,44%).

Ou seja, o município já experimentou uma primeira rodada de modernização e eficientização do seu parque, e o projeto da PPP apresenta potencial de reproduzir efeito semelhante em quase 89% do parque, reduzindo a carga e, consequentemente, o consumo e faturamento de energia nas lâmpadas que ainda não estão modernizadas.

Outra conclusão possível é que a modernização já ocorrida priorizou a substituição de lâmpadas de Vapor de Mercúrio, atualmente em baixíssima quantidade no município.

Sobre a carga total do parque, observa-se que o cadastro indica 1,82 MW, com uma carga média de 140,46W. Excluindo-se as perdas, o somatório de potências das lâmpadas resulta em 1,61 MW, com potência média de 124,27W, de onde é possível calcular uma perda média de 16,20W, correspondente a 11,53% da carga.

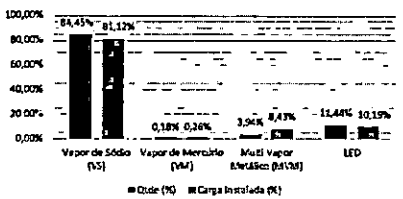


Figura 23 - Comparativo quantidade x carga do parque. Fonte: Omatic (2023)

No capítulo a seguir são apresentadas as cargas e potências médias a partir do cálculo sob a perspectiva das faturas de energia elétrica, bem como os comparativos com o cadastro fornecido.

Carga Instalada – Faturas de Energia

Nesse tópico, iremos focar na medição por estimativa, que corresponde a mais de 93% do parque, em média, além de contar com medição direta, menos suscetível a descasamento em encontros de contas.

Tendo como referência as faturas fornecidas de energia elétrica, podemos notar que a parcela faturada por estimativa apresentou a seguinte dinâmica entre dezembro de 2021 e novembro de 2022, o gráfico apresenta estimativa para o mês de dezembro de 2022:

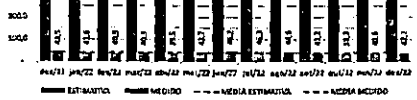


Figura 24 – Consumo para faturamento por Estimativa em Teixeira de Freitas. Fonte: Omatic (2023)

O valor acumulado para o faturamento por estimativa nos 12 meses representa 7.300 MWh, dessa forma, a média mensal no período é de 608.328 kWh. Quando se apura o consumo total, incluindo aqueles faturados por medição, a média mensal no período salta para 650.560 kWh.

Tomando-se o parque medido por estimativa equipado com 12.948 pontos de IP e o período de 11h25m para o consumo diário para fins de faturamento da energia elétrica, estipulado pela ANEEL REH 2.590/2019, chegamos ao valor médio de carga de 140,46W por ponto.

Admitindo-se que as perdas apresentam a mesma relação indicada no cadastro técnico, ou seja, em média de aproximadamente 11,5% da carga, calcula-se que a potência média do parque, calculada a partir da fatura de energia, é de 156,66 W por ponto, de acordo com o faturamento apresentado.

A partir dos cálculos é possível inferir que a fatura de novembro de 2022 ainda não considera a revisão do cadastro técnico. Considerando o cadastro anterior, que se diferencia pela presença de pontos em áreas privadas e soma aproximadamente 14.000 pontos, a potência média cairia para 124,27W por ponto e a carga para 139,56W por ponto, uma diferença de apenas -0,69% e, portanto, dentro de uma margem de erro aceitável.

Dessa forma, espera-se que as próximas faturas apresentem o cálculo a partir de um consumo na ordem dos 560 kWh por estimativa e 42kWh por medição, totalizando algo em torno de 600kWh, uma redução de aproximadamente 7,5% em consideração a média anterior.

Conclui-se que os valores de referência para os estudos econômicos e técnicos deverão considerar a informação mais atual, ou seja, 12.948 pontos com potência média de 124,27 W e carga média de 140,46W.

Faturamento por Medição x Estimativa

Em 2010, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 414 (ANEEL REN 414/2021), que normatizava as formas de faturamento da energia elétrica consumida pelo sistema de iluminação pública municipal. Nessa norma, eram apresentadas as possibilidades de faturamento por medição da distribuidora ou por estimativa.

Mais recentemente, foi publicada a ANEEL REN 1000/2021, que dispõe sobre o tema da seguinte forma:

> *" Art. 468. O consumo mensal da energia elétrica destinada à iluminação pública deve ser apurado considerando as seguintes disposições:*
>
> *I - com medição da distribuidora: nas mesmas condições das demais unidades consumidoras dos grupos A e B com medição;*
>
> *II - com medição amostral da distribuidora: a medição amostral deve ser extrapolada para os demais pontos de iluminação pública, com o consumo da unidade consumidora que agrega os pontos sendo calculado pelo somatório dos consumos individuais;*
>
> *III - com sistema de gestão de iluminação pública do poder público municipal: o consumo dos pontos de iluminação abrangidos deve ser apurado a partir das informações do sistema de gestão, observado o art. 474 e demais instruções da ANEEL; e*
>
> *IV - nas demais situações: o consumo mensal por ponto de iluminação deve ser estimado considerando a seguinte expressão:*

$$Consumo\ Mensal\ (kWh) = \frac{(Carga \times \left(n \times Tempo - \frac{DIC}{f}\right))}{1000}$$

_"

Ou seja, apesar de possibilitar novos métodos de faturamento, a revisão normativa da ANEEL ainda contempla os dois métodos de medição para faturamento utilizados atualmente e amplamente difundidos no país e que, possivelmente irão participar dos primeiros anos da concessão.

Avaliando os documentos de Cadastro Técnico e Faturas encaminhadas, é possível chegar ao seguinte cenário sobre o tipo de medição atual, tendo dezembro de 2022 como estimativa:

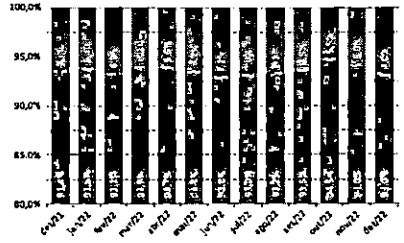


Figura 25 - Relação Consumo faturado por estimativa x medido (Vária) x Medida (EPL). Fonte: Omatic (2023)

A análise do gráfico permite dizer que o consumo do parque é em grande parte faturada por estimativa. A análise dos dados das faturas de iluminação Pública de novembro de 2022 aponta para o seguinte cenário.

Contrato	Consumo (kWh)	Endereço	Tipo
5910536	611.806	Fat. por estimativa	ESTIMATIVA
36637394	1.291	Praça Brasil	MEDIDO - EPL
41960359	1.350	Praça Brasil	MEDIDO - EPL
93877579	5.072	Rua Gourmet	MEDIDO - EPL
94125767	50	Praça da Vitória	MEDIDO - EPL
98657658	4.071	BR116	MEDIDO - VIÁRIA
98657747	2.946	BR116	MEDIDO - VIÁRIA
43777394	3.421	BR116	MEDIDO - VIÁRIA
98657801	2.481	BR116	MEDIDO - VIÁRIA
98657844	2.380	BR116	MEDIDO - VIÁRIA
98657917	3.223	BR116	MEDIDO - VIÁRIA
98657968	6.057	BR116	MEDIDO - VIÁRIA
98658034	2.911	BR116	MEDIDO - VIÁRIA
100576206	2.604	BR116	MEDIDO - VIÁRIA
100586503	4.919	BR116	MEDIDO - VIÁRIA
102967296	473	Trincheira BR316	MEDIDO - VIÁRIA
103893369	0	Campo de Futebol	MEDIDO - EPL
103961798	175	Academia da Saúde	MEDIDO - EPL
108858090	50	Quadra Esportiva	MEDIDO - EPL
Estimativa	611.806		
Medido Viária	35.506		
Medido EPL	7.988		

Tabela 10 – Detalhamento do faturamento por medição e estimativa. Fonte: Omatic (2023)

Como pode-se analisar, apenas a Rodovia BR116 apresenta faturamento por medição, apontando para uma grande oportunidade para o futuro concessionário.

Endereço	Consumo (kWh)	Quantidade	Carga Média (w)
BR116	35.039	360	280,24

Tabela 11 – Cargas BR116 faturadas por medição. Fonte: Omatic (2023)

Outro ponto importante de se destacar é: que são 775 pontos levantados em EPLs (Espaços Públicos Livres), 398 deles constam no cadastro da COPEL e são faturados por estimativa, outros são faturados por medição direta. O capítulo específico mostra em detalhes.

Dentre as EPLs que são faturadas por medição direta, as principais são:

Endereço	Consumo (kWh)	Quantidade	Carga Média (w)
Praça Brasil	2.641	40	190,13
Rua Gourmet	5.072	92	158,76
TOTAL	7.713	132	168,27

Tabela 12 – Cargo Principais EPLs faturadas por medição. Fonte: Omatic (2023)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 563
Ass

Comparativo

Conforme apresentado nos capítulos anteriores, há uma pequena divergência entre os valores de carga quando calculado pelo cadastro técnico e os faturados por estimativa.

Como concluído anteriormente, a tese de que a fatura de janeiro (referente a novembro de 2022) não se encontrava atualizada com o cadastro técnico revisado é comprovada a partir do cálculo de carga média admitindo-se o total de pontos anterior (aproximadamente 14.000), resultando uma diferença de apenas -0,69% e, portanto, dentro de uma margem de erro aceitável.

Por outro lado, foram observados pontos de iluminação pública que não constam nem em faturas por medição direta (como a Praça Brasil e Rua Gourmet) nem no cadastro Cadastro Técnico, base para a medição por estimativa.

A hipótese mais provável, dada a alta assertividade do cadastro da COPEL, é que esses pontos de iluminação possam estar sendo faturados a partir de uma unidade consumidora de propósito mais amplo, incluindo outras demandas (iluminação internas, sonorização, CFTV, etc) dos EPIs, portanto, sendo tarifada em outra modalidade (B3).

CARGA DO PARQUE		VIÁRIA	EPLS	TOTAL
Estimativa	Pontos	12.550	398	12.948
	Carga Média (W)	140	140	140
	Carga Total (MW)	1,76	0,06	1,82
Medição	Pontos	360	136	496
	Carga Média (W)	280	169	250
	Carga Total (kW)	101	23	124
TOTAL	Pontos	12.910	534	13.444
	Carga Média (W)	144	148	145
	Carga Total (MW)	1,86	0,08	1,94

Tabela 13 – Resumo pontos e cargas do município. Fonte: Omotic (2023)

Plano Diretor de Iluminação Pública

Não há registros da existência de Plano Diretor de Iluminação Pública no município, o que foi confirmado pelo comitê técnico do projeto.

Passivos

Com relação aos passivos do parque de iluminação, não há registros de recursos federais ou estaduais para implantação/modernização, TAC, ou qualquer outro passivo.

Acordo Operativo com Distribuidora de Energia

Dentre os documentos que formalizam as relações entre o Município de Fazenda Rio Grande/PR e a Companhia Paranaense de Energia (COPEL), esse estudo concentra-se em:

a) o Contrato, firmado entre o Município de Fazenda Rio Grande/PR e a COPEL para fornecimento de energia;

b) Termo de Transferência do Sistema de Iluminação Pública;

c) O Contrato, firmado entre o Município de Fazenda Rio Grande/PR e a COPEL para arrecadação da contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública;

O primeiro documento, conforme descrito no diagnóstico jurídico, não disponibilizado até o momento, deve apresentar as bases para o fornecimento de energia elétrica ao município.

Também conforme Diagnóstico Jurídico, há uma aparente ausência do Termo de Transferência do Sistema de Iluminação Pública (item "b" da lista), o que gera um risco atrelado a não formalização da assunção do parque de iluminação Pública pelo Município e deve ser tratado antes da assinatura da concessão.

O último documento a ser analisado consiste no contrato s.n firmado entre o Município de Fazenda Rio Grande/PR e a COPEL, cujo objeto é a cobrança da Contribuição de Iluminação Pública – CIP.

O contrato em questão prevê que a COPEL arrecadará em favor do Município de Fazenda Rio Grande/PR os valores devidos pelos contribuintes a título de COSIP, mediante cobrança nas faturas de energia elétrica emitidas em face dos munícipes.

Não há ônus financeiro para o Município de Fazenda Rio Grande/PR (Cláusula Quinta). Em contrapartida, a COPEL fica autorizada a reter do montante arrecadado os valores devidos pela municipalidade em virtude do fornecimento de energia elétrica (Cláusula Quarta, Parágrafo Terceiro), repassando apenas eventual crédito.

Entretanto, destaca-se que o prazo de vigência do contrato em questão, fixado em 5 (cinco) anos, encerra-se no próximo dia 31 de janeiro de 2023. Podendo esse diagnóstico ser atualizado a partir da renovação desse contrato

Iluminação Viária

Metodologia de Classificação

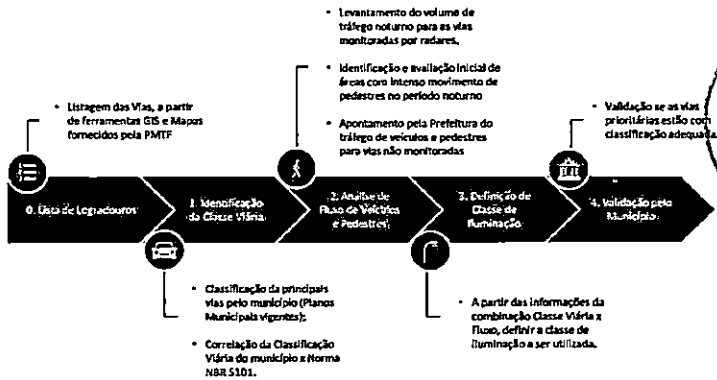


Figura 26 - Metodologia. Fonte: Omotic (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 597
Ass

Lista de Logradouros

A lista completa de logradouros pode ser consultada no ANEXO 2. A lista contempla tanto vias equipadas com iluminação pública, como aquelas não iluminadas ou iluminadas parcialmente pelo sistema de iluminação pública municipal.

Extensão da Malha Viária: levantados 527,84 km.

Classificação Viária

A partir de debate com o comitê técnico PPP e Secretaria de Urbanismo a correlação que melhor se encaixa com a classificação presente na ABNT NBR 5101 / 2018, chegando-se à seguinte conclusão:

Vias de Trânsito Rápido:

1. Av. Carlos Eduardo Nichele (marg. BR316, sentido São Bento do Sul);
2. Av. das Américas (marg. BR316, sentido Curitiba);

Vias Arteriais:

1. Av. Áustria;
2. Av. Brasil;
3. Av. das Indústrias;
4. Av. Mato Grosso;
5. Av. Nossa Senhora Aparecida;
6. Av. Nossa Senhora da Conceição;
7. Av. Portugal;
8. R. Cerejeira;
9. R. Duarte Leopoldo Camargo;
10. R. Eng. Ubirajá Tavares;
11. R. Eslovênia;
12. R. Flamboiã;
13. R. Jerivá;
14. R. João Quirino Leal;
15. R. Madagascar;
16. R. Pau Brasil;
17. R. Pintassilgo;
18. R. Porto Alegre;
19. R. Renato Baldan;
20. R. Sérvia;

Vias Coletoras:

1. Av. Condor;
2. Av. das Araucárias;
3. Av. Estados Unidos;
4. Av. Girassol;
5. Av. Luxemburgo;
6. Av. Nossa Senhora de Guadalupe;
7. Av. Palmeiras;
8. Av. Paraguai;
9. Av. Paraná;
10. Av. Polônia;
11. Av. Rio Amazonas;
12. Av. São Cristóvão;
13. Av. São Paulo;
14. Av. Thomaz Edison de A. Vieira;
15. Av. Venezuela;
16. Estrada Sem Nome 082;
17. Estrada Sem Nome 084;
18. Largo da Amoreira;
19. R. Abacateiro;
20. R. Alecrim;
21. R. Bulgária;
22. R. Cambará;
23. R. Canários;
24. R. Ceara;
25. R. César Carelli;
26. R. Colômbia;
27. R. Congo;
28. R. Corticeira;
29. R. Curitiba;
30. R. Dedaleiro;
31. R. dos Lírios;
32. R. El Salvador;
33. R. Equador;
34. R. Flamingos;
35. R. Francisco Claudino Neto;
35. R. Francisco da C. Machado;
37. R. Fruta do Conde;
38. R. Gambia;
39. R. Groelândia;
40. R. Irlanda;
41. R. Itália;
42. R. José Ambrósio Claudino;
43. R. Lituânia;
44. R. Macedônia;
45. R. Manaus;
46. R. Morretes;
47. R. Natal;
48. R. Nêspera;
49. R. Oiti;
50. R. Papagaio;
51. R. Paraíba;
52. R. Parintins;
53. R. Pernambuco;
54. R. Rio Cerne;
55. R. Rio Madeira;
56. R. Rio Piquiri;
57. R. Rio Tejo;
58. R. Rio Tietê;
59. R. Salgueiro;
60. R. Santa Rita de Cássia;
61. R. São Benedito;
62. R. São Dionísio;
63. R. Tridi;
64. R. Videira;
65. Tv. Japão;
66. Tv. Moçambique;
67. Tv. Palmiteiro;

Vias Locais: todas as demais

Para a consulta completa da classificação viária, consultar o documento ANEXO 3.

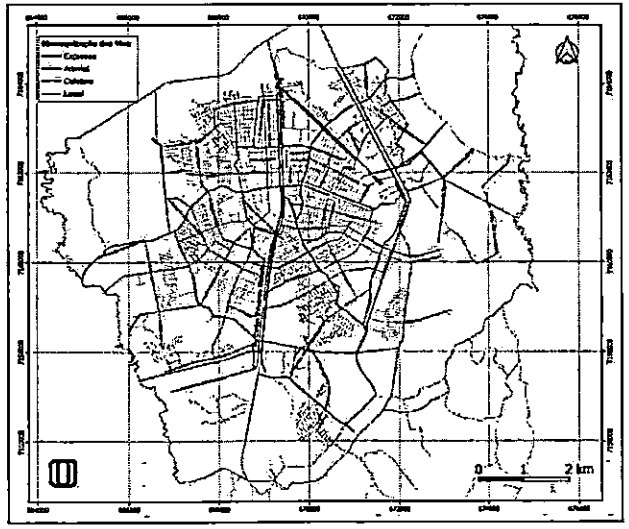


Figura 27 – Vias com as maiores hierarquias de tráfego em Fazenda Rio Grande. Fonte: Omatic (2023)

Volume de Tráfego de Veículos

A cidade atualmente não conta com equipamentos capazes de totalizar o tráfego de veículos. Dessa forma, a classificação de tráfego foi coletada de forma qualitativa, a partir da experiência dos responsáveis pela SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, sendo:

Tráfego Intenso:

1. Av. Carlos Eduardo Nichele;
2. Av. das Américas;
3. Av. Brasil;
4. Av. das Indústrias;
5. Av. Nossa Senhora Aparecida;
6. Av. Portugal;
7. R. Duarte Leopoldo Camargo;
8. R. Eng. Ubirajá Tavares;
9. R. Pintassilgo;
10. Av. das Araucárias;
11. Av. Paraguai;
12. Av. Venezuela;
13. R. César. Carelli;
14. R. Colômbia;
15. R. Itália;
16. R. Rio Tejo;
17. R. São Benedito;
18. Tv. Japão.

Tráfego Médio:

1. Av. Áustria;
2. Av. das Indústrias;
3. Av. Mato Grosso;
4. Av. Nossa Senhora da Conceição;
5. R. Cerejeira;
6. R. Eslovênia;
7. R. Flamboiã;
8. R. Jerivá;
9. R. João Quirino Leal;
10. R. Madagascar;
11. R. Pau Brasil;
12. R. Porto Alegre;
13. R. Renato Baldan;
14. R. Sérvia;

Tráfego Leve: todas as demais

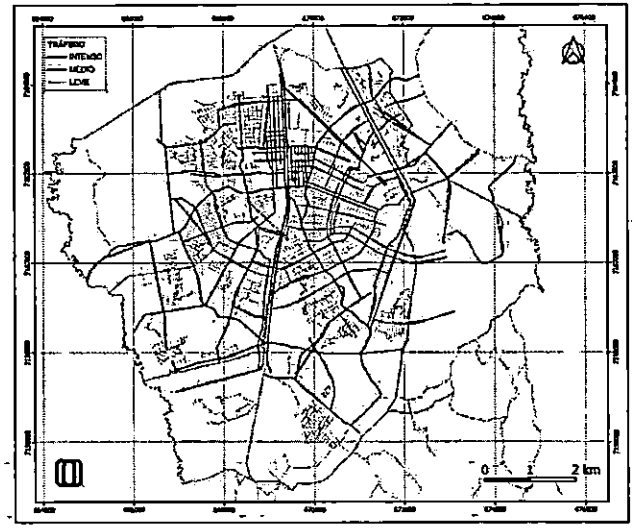


Figura 28 - Vias com os maiores tráfegos de veículos de Fazenda Rio Grande. Fonte: Omatic (2023)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 65
Ass.

Volume de Tráfego de Pedestres

Foram identificadas as vias em que não há tráfego de pedestre, bem como as áreas residenciais, de tráfego de pedestre leve. A diferenciação entre tráfego médio (vias comerciais secundárias) e tráfego intenso (vias comerciais principais) se deu com o apoio da secretaria SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, resultando:

Tráfego Intenso:

1. Av. Cedro
2. Av. Paraná
3. R. Abílio Juliano
4. R. Baraúna
5. R. Castanheira
6. R. César Carelli
7. R. Ephigênio Pereira da Cruz
8. R. Farid Stephens
9. R. França
10. R. Francisco Claudino dos Santos
11. R. Grécia
12. R. Guaritá
13. R. Inglaterra
14. R. Jacarandá
15. R. Jequitibá
16. R. João Gregório Barbosa
17. R. Macedônia
18. R. Manoel Claudino Barbosa
19. R. Pitangueira
20. R. Professor Alfredo Gonchorovski
21. R. Rio Eufrates
22. R. Rio Volga
23. R. Silvano José Baldan
24. R. Ten Sandro Luiz Kampa
25. R. Vinheiro
26. Tv. Angelim
27. Tv. Bélgica
28. Tv. Cavkina
29. Tv. Cinamomo
30. Tv. Figueira
31. Tv. Guapeva
32. Tv. Japão

Tráfego Leve: todas as demais

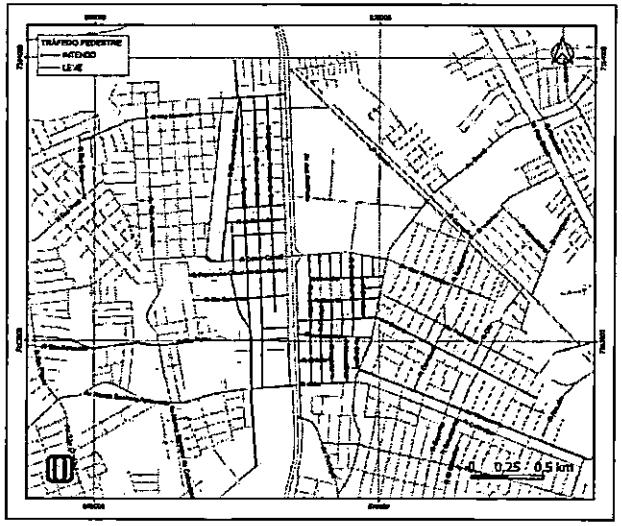


Figura 29 – Vias com os maiores tráfegos de pedestre de Fazenda Rio Grande. Fonte: Omatic (2023)

Classificação da Iluminação

Cruzando as informações do item anterior, temos a seguinte classificação de iluminação:

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 566
Ass.

PEDESTRE

Logradouros	Tipo	Classe de IP
Av. Cedro; Av. Paraná; R. Abílio Juliano; R. Baraúna; R. Castanheira; R. César Carelli; R. Ephigênio Pereira da Cruz; R. Farid Stephens; R. França; R. Francisco Claudino dos Santos; R. Grécia; R. Guaritá; R. Inglaterra; R. Jacarandá; R. Jequitibá; R. João Gregório Barbosa; R. Macedônia; R. Manoel Claudino Barbosa; R. Pitangueira; R. Professor Alfredo Gonchorovski; R. Rio Eufrates; R. Rio Volga; R. Silvano José Baldan; R. Ten Sandro Luiz Kampa; R. Vinheiro; Tv. Angelim; Tv. Bélgica; Tv. Cavkina; Tv. Cinamomo; Tv. Figueira; Tv. Guapeva; Tv. Japão.	Vias de uso noturno intenso por pedestres	P1
Sem registros no município.	Vias de grande tráfego noturno de pedestres	P2
Sem registros no município.	Vias de uso noturno moderado por pedestres	P3
Demais	Vias de pouco uso por pedestres	P4

Tabela 14 - Classificação de IP Pedestres. Fonte: Omatic (2023)

VIÁRIA

Logradouros	Classe Viária	Tráfego	Classe de IP
Av. Carlos Eduardo Nichele; Av. das Américas	Trans. Rápido	Intenso	V1
Av. Brasil; Av. das Indústrias; Av. Nossa Senhora Aparecida; Av. Portugal; R. Duarte Leopoldo Camargo; R. Eng. Ubiratã Tavares; R. Pintassilgo	Arterial	Intenso	V2
Sem registros no município.	Trans. Rápido	Médio	V2
Av. Áustria; Av. das Indústrias; Av. Mato Grosso; Av. Nossa Senhora da Conceição; R. Carneiro; R. Estrelinha; R. Flamboiã; R. Jerivá; R. João Quirino Leal; R. Madagascar; R. Pau Brasil; R. Porto Alegre; R. Renato Baldan; R. Sérvio	Arterial	Médio	V2
Av. das Araucárias; Av. Paraguai; Av. Venezuela; R. César Carelli; R. Colômbia; R. Elias; R. Rio Tejo; R. São Benedito; Tv. Japão.	Coletora	Intenso	V2

Tabela 15 - Classificação de IP Viária (continua). Fonte: Omatic (2023)

Logradouros	Classe Viária	Tráfego	Classe de IP
Av. Condor; Av. Estados Unidos; Av. Girassol; Av. Luxemburgo; Av. Nossa Senhora da Guadalupe; Av. Palmares; Av. Paraná; Av. Polônia; Av. Rio Amazonas; Av. São Cristóvão; Av. São Paulo; Av. Thomaz Edison de Andrade Vieira; Est. Sem Nome 082; Est. Sem Nome 084; R. Abacateiro; R. Aracruz; R. Bulgária; R. Carneiro; R. Cenário; R. Ceará; R. Congo; R. Corcovado; R. Curitiba; R. Dadalena; R. das Uvas; R. El Salvador; R. Equador; R. Flamengos; R. Francisco Claudino Reis; R. Francisco de Conceição Machado; R. Fruta de Conde; R. Gambia; R. Groelândia; R. Mendo; R. José Ambrósio Claudino; R. Litulina; R. Macedônia; R. Manaus; R. Marrecos; R. Natal; R. Niterói; R. Oslo; R. Papagaio; R. Paraíba; R. Paraíso; R. Pernambuco; R. Rio Corrente; R. Rio Madeira; R. Rio Piquiri; R. Rio Tietê; R. Salgueiro; R. Santa Rita de Cássia; R. São Dionísio; R. Tridi; R. Vidoca; Tv. Moçambique; Tv. Palmeiras;	Coletora	Médio	V3
Sem registros no município.	Local	Médio	V4
Demais	Local	Leve	V5

Tabela 16 - Classificação de IP Viária (continuação). Fonte: Omatic (2023)

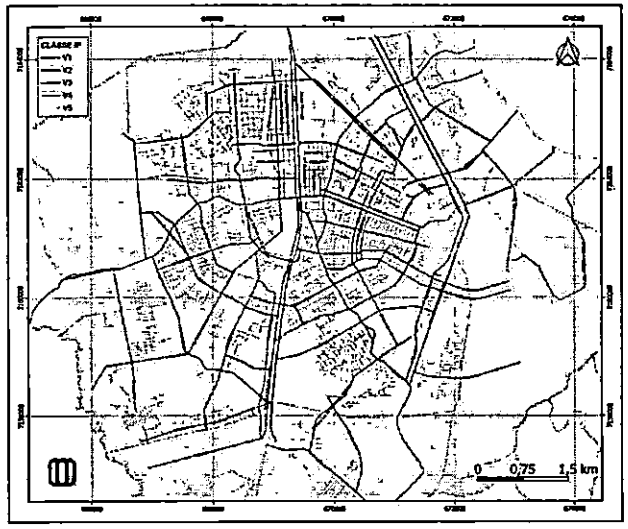


Figura 30 – Classe IP das vias de Fazenda Rio Grande (SEDE). Fonte: Omatic (2023)

Amostra para Inspeção em Campo

A norma que define tamanho de amostras é a ABNT NBR 5426. Conforme estabelecido em documentação de referência, o projeto deve aplicar o regime de inspeção severa nível I para a Coleta de Iluminância e o nível II para a Coleta de Parâmetros de Engenharia.

Início	Fim	Nível I	Nível II
501	1.200	32	80
1.201	3.200	50	125
3.201	10.000	80	200
10.001	35.000	125	315
35.001	150.000	200	500

O sorteio dos pontos amostrais foi realizado a partir de funções computacionais de aleatoriedade baseadas em Microsoft Visual Basic®, tendo como referência o cadastro de pontos fornecidos.

Aderência da Amostra

Região	Cadastro Técnico		Amostra Iluminância (LUX)		Amostra Parâmetros de Engenharia	
	#	%	#	%	#	%
Centro	1	4%	5	4%	13	4%
Norte	2727	21%	26	21%	67	21%
Oeste	2108	16%	20	16%	51	16%
Sul	3827	29%	36	29%	93	29%
Leste	3507	28%	33	28%	91	28%
Rural	335	3%	5	4%	9	3%
Total	12948	100%	125	100%	315	100%

Tabela 17 - Representatividade por Regiões. Fonte: Omatic (2023)

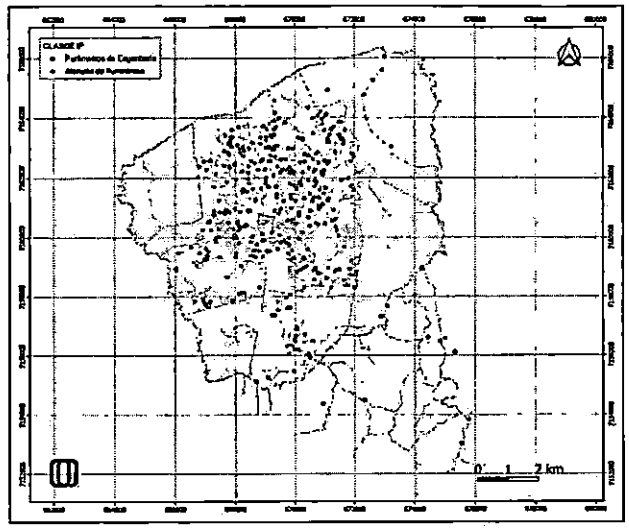


Figura 31 – Amostras para aferição de atendimento normativo e de parâmetros de engenharia. Fonte: Omatic (2023)

Trabalho de Campo – Conformidade Normativa

A qualidade da Iluminação Pública Viária pode ser aferida pelos 2 principais indicadores: iluminância, dada em lux, e luminância, dada em lumens. Esses 2 indicadores compõem a maior parte dos editais de concorrência, quando se fala em mensuração da qualidade da iluminação.

Sugere-se que a aferição de luminância, pela sua sensibilidade na medição, seja exclusiva em rodovias fora do trecho urbano. Por outro lado, a aferição da iluminância é de uma complexidade bastante inferior e muito eficiente na determinação da qualidade do serviço.

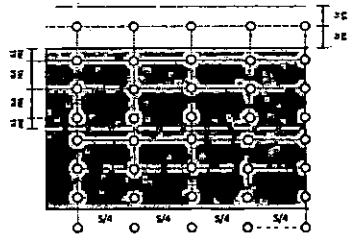


Figura 32 – Malha de medição de iluminância. Fonte: Omatic (2023)

Por conta do exposto, nessa etapa de estruturação, o levantamento de campo restringiu-se ao levantamento da iluminância. O relatório completo de aferição pode ser encontrado no ANEXO 8.

Quando feito o recorte apenas da calha (área de circulação de veículos), as amostras coletadas apresentaram um percentual de 12,8% de atendimento integral da norma, 40,0% de não atendimento a qualquer critério e 47,2% de atendimento parcial.

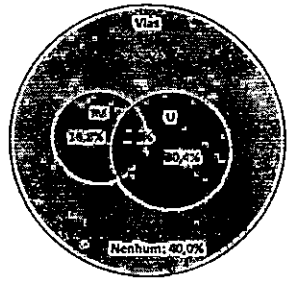


Figura 33 – Resultados de Aferição – Vias. Fonte: Omatic (2023)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 567
Ass.

Quando feito o recorte apenas dos passeios/calçadas, as amostras coletadas apresentaram um percentual de 20,0% de atendimento integral da norma, 47,2% de não atendimento a qualquer critério e 32,8% de atendimento parcial.

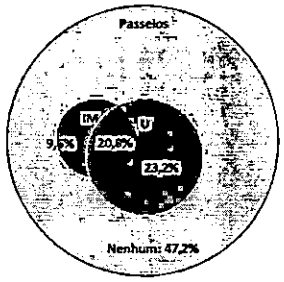


Figura 34 – Resultados de Aferição - Passeios. Fonte: Omatic (2023)

Quando levada em conta as aferições por completo, verifica-se que apenas 8,8% das amostras estão atendendo a norma, considerando passeios e vias veiculares. Ou seja, 91,2% das amostras não atendem à norma.

Ainda é motivo de destaque que, para 76% das amostras, a iluminação está completamente em desacordo com a norma, não há iluminação adequada nem para o passeio, nem para os veículos.

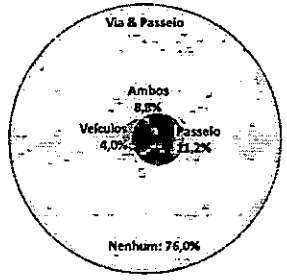
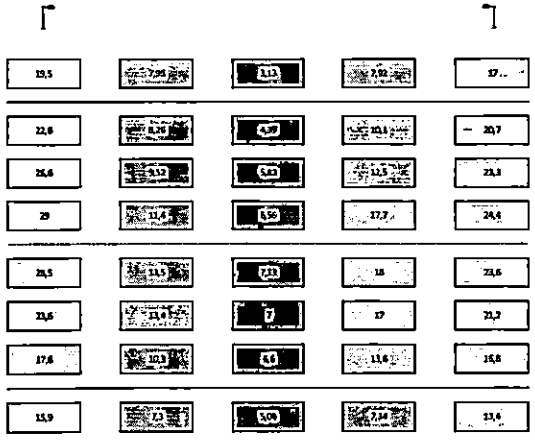


Figura 35 – Resultados de Aferição - Completo. Fonte: Omatic (2023)



Legradouro R Curitiba	
Amostra	34
Bairro	Estados
Região	SO
Entrepostro (EP)	39,0 m
Classe IP Vária	V3
Classe IP Pedestre	P4

Passeio Adjacente (P1)	Largura	1,5	m
	Iluminância Média (Em)	11,1	lux
	Uniformidade (U)	0,28	-
Calha	Largura	7,0	m
	Iluminância Média (Em)	13,7	lux
	Uniformidade (U)	0,28	-
Passeio Adjacente (P2)	Largura	1,5	m
	Iluminância Média (Em)	8,6	lux
	Uniformidade (U)	0,51	-

Atende NBR5101??	Via	Passeios
Iluminância Média	SIM	SIM
Fator de Uniformidade	SIM	SIM

Figura 36 – Exemplo de Aferição – Rua Curitiba. Fonte: Omatic (2023)
O relatório completo de aferição pode ser encontrado no ANEXO II.

Trabalho de Campo – Qualidade do Cadastro

O cadastro técnico disponibilizado pela distribuidora de energia traz uma quantidade bastante relevante de informações, dentre as quais destacam-se:

- Coordenadas geográficas do ponto;
- Potência da lâmpada empregada ("NU_POTENCI");
- Tipo da fonte de luz ("DE_SIGLA");
- Quantidade de lâmpada no ponto de IP ("QT_LAMPADA").

Todas essas variáveis são extremamente relevantes não apenas no aspecto técnico, como também no aspecto econômico-financeiro. Dessa forma, dentro do grupo de parâmetros de engenharia, foi verificada a aderência desses dados de cadastro.

Importante destacar que o cadastro fornecido pela concessionária não trouxe de maneira explícita informações sobre o braço extensor, nem dados sobre a exclusividade de rede.

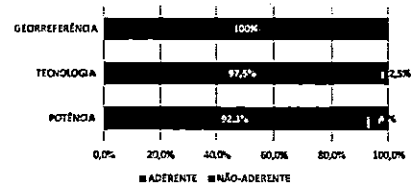


Figura 37 – Aderência do Cadastro. Fonte: Omatic (2023)

Das potências que foram verificadas em campo com valores diferente daqueles constantes no Cadastro Técnico, encontramos o seguinte perfil:

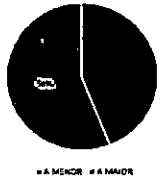


Figura 38 – Perfil dos pontos em não-conformidade. Fonte: Omatic (2023)

Por fim, alerta que houve um ponto sorteado em espaço viário que o cadastro da COPEL indicava 6 pétalas instaladas quando na verdade eram apenas 2 luminárias.

Dentre os pontos sorteados, 9 (2,46%) estão instalados em áreas privadas. Além desses, 2 (0,62%) estão instalados em Espaços Públicos Livres (Praças e Parques) o que indica que há também medição por estimativa em EPIs do município, assunto que será tratado em detalhe em tópico específico.

Tratando a informação com o rigor estipulado pela ABNT 5426, Tabela 2, para que o cadastro técnico ofertado pela COPEL seja considerado válido, as informações contidas devem estar dentro do limite estabelecido. Para um nível de confiança de 95% (NQA = 4,0), temos o seguinte cenário:

Cód. Amostra	Tam. Amostra	Tipo de Aferição	Limite para aceitação
K	125	Iluminância	10
L	315	Param. Engenharia	21

Tabela 18 – Limites para aceitação dos Lotes. Fonte: ABNT (1988) [9]

Como tratado no tópico anterior, fica claro que o "lote" parque de iluminação pública, quando observado os requisitos de conformidade normativa, não está adequado (ou seja, "reprovado"). Essa conclusão está aderente com o que era esperado, inclusive, a melhoria na qualidade da iluminação pública municipal é meta importantíssima do futuro concessionário.

Por outro lado, o cadastro técnico da concessionária apresentou conformidade quanto ao georreferenciamento, tendo os pontos planejados na posição indicada pelo cadastro. Da mesma forma, apenas 8 pontos tiveram tecnologia verificada em campo diferente da do cadastro, ficando dentro do limite de aceitação.

Por outro lado, 25 pontos tiveram potência verificada em campo diferente da do cadastro, ficando ligeiramente fora do limite de aceitação (21). Entretanto, como a dinâmica do parque sugere trocas de lâmpadas que nem sempre são comunicadas à distribuidora, entende-se que esses desvios não são suficientes para reprovar o cadastro.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 568
Ass

Trabalho de Campo – Parâmetros para Estudos de Engenharia

INTRODUÇÃO

Os parâmetros para estudos de engenharia podem são, nesse estudo, divididos em:

(a) parâmetros para simulação luminotécnica;

(b) parâmetros para definição de investimento em substituição de materiais em condições não adequadas;

(c) parâmetros para aferição da qualidade do cadastro da distribuidora de energia elétrica."

Cada uma dessas dimensões são explicadas e têm seus resultados apresentados ao longo desse documento.

PARÂMETROS PARA SIMULAÇÃO LUMINOTÉCNICA

A simulação luminotécnica é importante ferramenta para a definição do parque futuro ótimo. Entretanto, para sua perfeita calibração, é importante que os parâmetros de simulação estejam muito bem definidos.

Esse estudo utilizará a ferramenta Dialux Evo®, padrão da indústria para simulações luminotécnicas viárias. Dentre os parâmetros necessários, destacam-se:

- Perfil da Rua
  - Largura do Passeio;
  - Altura do Passeio em relação a via;
  - Classe de iluminação do Passeio;
  - Pavimento da Pista de Rodagem;
  - Largura da Pista de Rodagem;
  - Quantidade de Faixas de Rodagem;
  - Classe de iluminação da Via;
- Distribuição de Luminárias
  - Tipologia (unilateral, bilateral, bilateral alternada)
  - Distância entre postes;
  - Altura do ponto de luz;
  - Pendor do ponto de luz;
  - Distância poste-pista (recuo);
  - Comprimento do braço extensor;
  - Inclinação do braço extensor (ângulo de ataque);

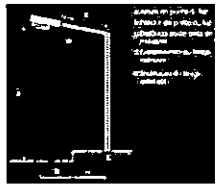


Figura 39 – Dados Relacionados ao ponto de IP. Fonte: Dial GmbH DiaLuxEvo (2022)

- Seleção da Luminária
  - Seleção de Potência e curva a partir de arquivo IES.

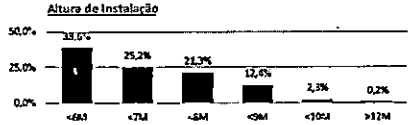


Figura 45 – Altura de instalação dos pontos de IP nas vias visitadas. Fonte: Omatk (2023)

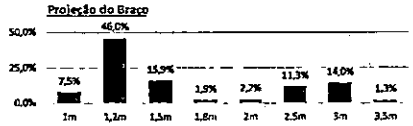


Figura 46 – Projeção horizontal dos braços nas vias visitadas. Fonte: Omatk (2023)

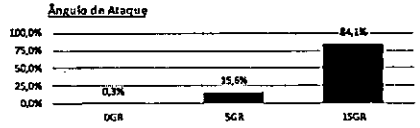


Figura 47 – Ângulo de ataque dos braços nas vias visitadas. Fonte: Omatk (2023)

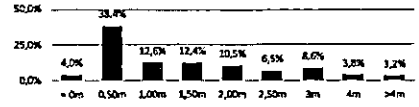


Figura 48 – Recuo nas vias visitadas. Fonte: Omatk (2023)

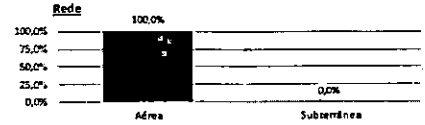


Figura 49 – Rede que alimenta o IP nas vias visitadas. Fonte: Omatk (2023)

Apesar da entrada do programa de simulação ser o pendor do ponto de luz, é possível calcular esse parâmetro a partir da subtração da projeção horizontal do braço extensor pelo recuo (distância poste-pista).

Da mesma forma, uma vez que há a informação do ângulo de ataque e projeção horizontal do braço extensor, para a finalidade de simulação luminotécnica, o parâmetro comprimento do braço é dispensável.

Muitos desses parâmetros já foram discutidos ao longo desse documento, como por exemplo a classe de iluminação das Vias e Passeios. Alguns desses parâmetros serão definidos durante o projeto de engenharia, em especial aqueles que dizem respeito à seleção de luminárias.

O parâmetro de pavimento de estrada de rodagem, uma vez que todas as amostras se localizavam em pavimento asfáltico ou a ser asfaltado, considerar-se-á Q0 = 0,07. Por fim, a altura do passeio em relação à via, que apresenta grande variabilidade e impacto irrelevante, terá o valor padrão de 0,1m.

RESULTADOS

Os demais dados foram coletados em campo. Os resultados podem ser observados nos gráficos abaixo.

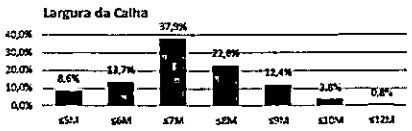


Figura 40 – Largura das vias visitadas. Fonte: Omatk (2023)

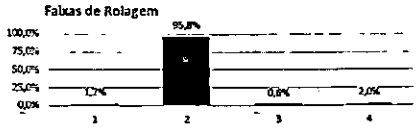


Figura 41 – Faixas de Rolagem das vias visitadas. Fonte: Omatk (2023)

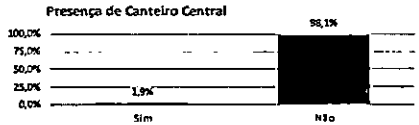


Figura 42 – Presença de canteiro central nas vias visitadas. Fonte: Omatk (2023)

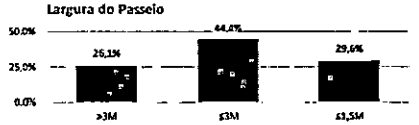


Figura 43 – Largura dos Passeios das vias visitadas. Fonte: Omatk (2023)

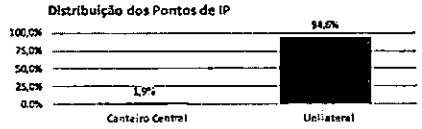


Figura 44 – Tipologia das vias visitadas. Fonte: Omatk (2023)

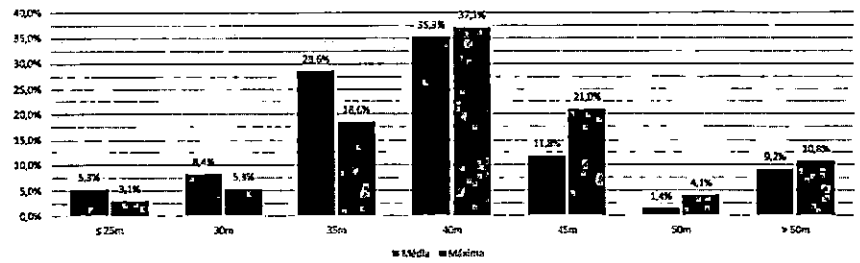


Figura 50 – Distribuição de Entrepostes das vias visitadas. Fonte: Omatk (2023)

Sobre os entrepostes, importante fazer algumas considerações:

(a) os valores máximos são considerando o vão antecessor (ou a montante) e o vão sucessor (a jusante) do ponto sorteado;

(b) Dessa forma, a maneira mais conservadora de se garantir que ambos os vão são atendidos com a substituição da luminária é a partir de seus valores máximos;

(c) Muitos estudos consideram os vãos médios, em especial aqueles que aferem dois vãos consecutivos para a inspeção em campo, motivo esse que o valor é também apresentado, ficando a cargo e responsabilidade dos proponentes o uso com parcimônia dessa informação.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 569 Ass.

Trabalho de Campo – Intercorrências encontradas

Além da modernização das luminárias, elementos secundários devem ser observados na composição total dos investimentos para a garantia da sustentabilidade e da adequabilidade do sistema como um todo.

Dentre os insumos que devem ser considerados pelos licitantes, destacam-se a troca de braços em más condições, a troca de conectores, substituição de cabos e atualização de dispositivos de comando e controle, como reles fotoelétricos, controladores e gateways de telegestão, por exemplo.

Outro fator a ser considerado, o impacto de arborização na iluminação pública é notório, devendo os decisores pactuarem para um serviço de iluminação pública eficiente, mas sem dizimar a vegetação local e/ou significar retrocessos urbanísticos e ambientais para a cidade.

Nesse sentido, o levantamento de campo realizado em Fazenda Rio Grande apontou algumas intercorrências, tais como braços e postes em condições precárias, luminárias em falhas (acesas de dia, apagadas de noite ou piscante durante qualquer período) e arborização com potencial obstrução da iluminação pública.

Os achados podem ser consultados no gráfico ao lado.

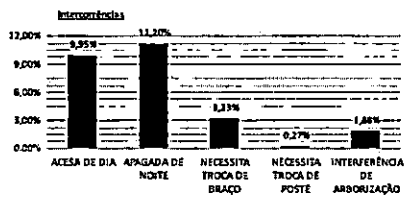


Figura 51 – Intercorrências encontradas nas vias visitadas. Fonte: Ometric (2023)

Destaca-se a grande quantidade de pontos acesos de dia e apagados de noite, acima da média de outras cidades estudadas por essa consultoria. Por outro lado, a quantidade de interferência por arborização na cidade é baixíssima.

Muito embora os postes em sua esmagadora maioria sejam de propriedade do distribuidor, foram identificados casos que sua substituição é recomendada, seja pela condição que se encontra, seja pelo porte frente a quantidade de cabos e equipamentos que suportam. Esse levantamento não considerou possíveis trocas por questões estéticas em praças e parques.

A quantidade de braço cuja troca é sugerida não leva em consideração otimização luminotécnica, apenas condições gerais de segurança, podendo ser elevado de acordo com o projeto executivo das iluminações das vias.

Vias Rurais e Federais

Outro ponto que gera discussão é a responsabilidade pela iluminação de vias federais e estaduais (e suas áreas de domínio) em áreas estratégicas do município. No caso de Fazenda Rio Grande, alguns trechos das marginais da BR376 (Rod. Régis Bittencourt) aproveitam de sua iluminação da rodovia, o que pode gerar pontos de iluminação insuficiente. Essa situação é responsável por mais de 8,5km de demanda reprimida no município.

Por fim, a extensão da iluminação pública em vias rurais devem considerar aspectos normativos, econômicos de investir e custear uma estrutura ampla com baixíssima demanda, e aspectos técnicos-ambientais que indicam que a iluminação pública pode afetar a produtividade de lavouras, tornando os equipamentos muitas vezes alvos de vandalismo. Apesar de mitigável com o uso de tecnologia (estratégia de controle *"light bubbles"*), há um custo relativamente elevado associado para isso.

As recomendações sobre o tratamento desses pontos serão fornecidas no Termo de Referência, conforme recomendação da prefeitura após análise do impacto econômico-financeiro desses pontos no contrato.

Modelação	Classe IP	Trechos	Extensão (m)	Pontos Estimados
Iluminação Marginais BR316	Variada	36	8.730	218
Iluminação Vias Rurais	V1	4	3926	86
	V2	3	3423	68
	V3	10	10.682	287
	V5	76	59.209	1.480
TOTAL		129	85.970	2.149

Tabela 21 – Demanda Reprimida motivada por vias rurais e vias federais. Fonte: Ometric (2023)

Pontos Escuros

Para abordar os temas a seguir, faz-se necessário contextualizar o histórico da gestão dos parques de iluminação Pública no Brasil. Inicialmente, esse serviço público era prestado pelas distribuidoras de energia elétrica, tais como a COPEL. O cenário se alterou com a edição da Resolução Normativa nº 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL que transferiu a responsabilidade para os Municípios, com o prazo inicialmente estabelecido de 31 de janeiro de 2014 para que os municípios assumissem o parque.

Ou seja, praticamente todo o desenvolvimento dos parques de iluminação pública do Brasil foi executado pelas Distribuidoras de Energia, que incluíam a iluminação pública nos cálculos de aspectos técnicos e econômicos mais abrangentes, com predominância dos aspectos relacionados à distribuição de energia, *core business* dessas empresas.

Dessa forma, nem sempre os vão entre os postes que permitiem a instalação de braços e luminárias era adequado para o cumprimento normativo nacional, gerando vão longos que produziam pontos escuros evidentes.

Compensação de Distâncias entre Pontos de IP			
Classe IP	Trechos	Extensão (m)	Pontos Estimados
V1	4	283	7
V2	5	398	10
V3	8	769	20
V4	1	39	1
V5	55	3.935	55
TOTAL	74	5342	93

Tabela 19 – Pontos escuros motivados por grande distância entre pontos de IP. Fonte: Ometric (2023)

Demanda Reprimida – Localidades sem IP

Por outro lado, a assunção do parque de iluminação pelas prefeituras tornou independente a expansão da rede de distribuição elétrica e a expansão do parque de iluminação pública, não sendo raro os casos de algumas localidades estarem conectadas ao sistema de distribuição elétrico sem, no entanto, estar devidamente iluminada.

Expansão de Vias Locais			
Classe IP	Trechos	Extensão (m)	Pontos Estimados
V1	2	2.725	68
V2	14	7.228	181
V3	22	10.363	259
V4	0	0	0
V5	46	9.125	228
TOTAL	84	29.441	736

Tabela 20 – Demanda Reprimida motivada pela expansão de vias locais ainda não atendidas. Fonte: Ometric (2023)

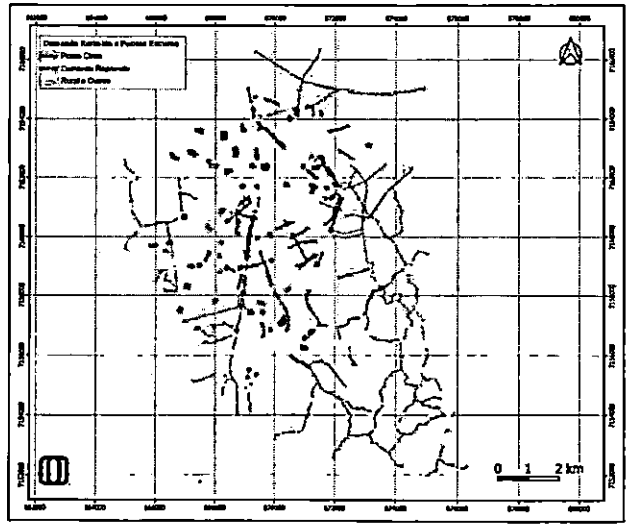


Figura 52 – Vias com pontos escuros (em vermelho), demanda reprimida potencial (em azul), vias rurais e federais (em verde). Fonte: Ometric (2023)

Iluminação de Espaços Livres Públicos (ELP)

Os espaços livres públicos são espaços para a convivência social da população, sejam praças, parques, playgrounds, quadras pollesportivas, campos, entre outros. Além de sua função, são elementos de "comunicação", pois ligam os espaços privados e a vida pública, promovem a coesão social, o encontro das pessoas [10].

Para que esse importante papel possa ser executado também no período noturno, esses espaços contam com parcela significativa do parque de iluminação.

A partir do levantamento de campo que será detalhado a seguir, foi possível apurar os seguintes valores:

Tipo	Campo	Copel
Led	253	89
Vapor de sódio	459	228
Vapor metálico	63	81
Vapor de mercúrio	0	0
TOTAL	775	398

Tabela 22 – Pontos de IP em espaços livres públicos. Fonte: Omatic (2023)

Conforme planilha, a diferença de pontos entre o apurado em campo e o cadastro da distribuidora é de 377 pontos.

Excluindo-se a hipótese de erro no cadastro, essa diferença pode ser explicada pelo fato do cadastro técnico estar voltado ao faturamento por estimativa e esses pontos eventualmente serem faturados de alguma outra forma:

(a) por medição de energia exclusiva para iluminação pública (portanto, tarifa B4a), como visto anteriormente nesse documento;

(b) a partir de uma unidade consumidora de propósito mais amplo, incluindo outras demandas (iluminação internas, sonorização, CFTV, etc) dos EPLs, portanto, sendo tarifada em outra modalidade (B3).

CANCHA DO ABACATEIRO



Figura 53 – Cancha do Abacateiro. Fonte: Omatic (2023)

Cancha Abacateiro	Campo	Copel
LED	-	-
Vapor de sódio	8	12
Vapor metálico	-	-
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 23 – Levantamento de Pontos no EPL. Fonte: Omatic (2023)

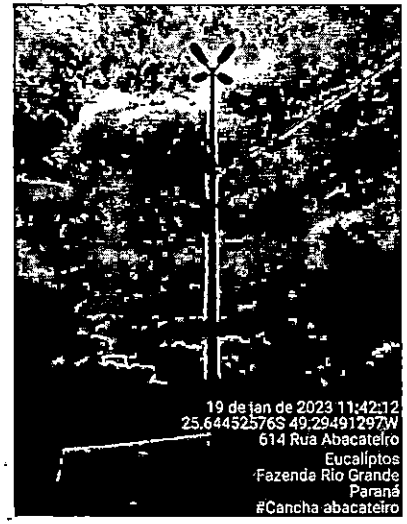


Figura 54 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

CANCHA BOA ESPERANÇA



Figura 55 – Cancha Boa Esperança. Fonte: Omatic (2023)

Cancha Boa Esperança	Campo	Copel
Led	-	-
Vapor de sódio	-	-
Vapor metálico	-	-
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 24 – Levantamento de Pontos no EPL. Fonte: Omatic (2023)



Figura 56 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

CANCHA GUARÁ

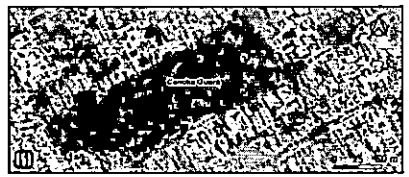


Figura 57 – Cancha Guará. Fonte: Omatic (2023)

Cancha Guará	Campo	Copel
Led	-	-
Vapor de sódio	-	2
Vapor metálico	-	-
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 25 – Levantamento de Pontos no EPL. Fonte: Omatic (2023)

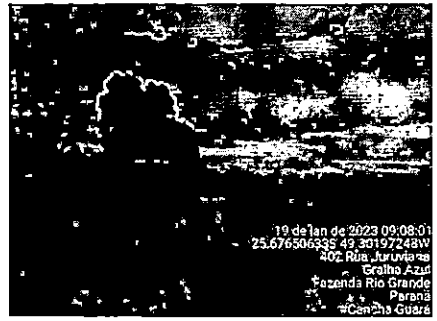


Figura 58 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

Como se pode observar, apesar de haver a indicação no site da prefeitura da existência da cancha, possivelmente ela ainda se encontra em etapa de estudos e preparação e deverá ser considerada nos esforços de iluminação pública.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 571
Ass.

CANCHA JD. EUROPA



Figura 59 – Cancha Boa Esperança. Fonte: Omatic (2023)

Cancha Jardim Europa	Campo	Copel
Led	-	-
Vapor de sódio	-	2
Vapor metálico	-	-
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 26 – Levantamento de Pontos no EPL. Fonte: Omatic (2023)

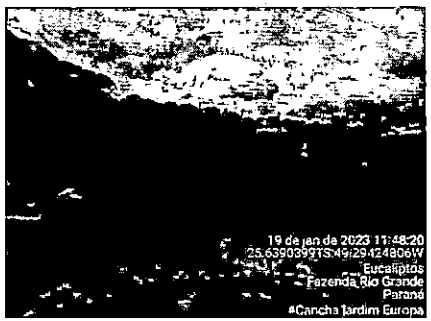


Figura 60 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

Como se pode observar, apesar de haver a indicação no site da prefeitura da existência da cancha, possivelmente ela ainda se encontra em etapa de estudos e preparação e deverá ser considerada nos esforços de iluminação pública.

CANCHA JD. PALMEIRA

Figura 61 – Cancha Jardim Palmeira. Fonte: Omatic (2023)

Cancha Jardim Palmeira	Campo	Copel
Led	-	-
Vapor de sódio	20	4
Vapor metálico	-	-
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 27 – Levantamento de Pontos no EPL. Fonte: Omatic (2023)



Figura 62 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

CANCHA NITTA

Figura 63 – Cancha Nitta. Fonte: Omatic (2023)

Cancha Nitta	Campo	Copel
Led	8	8
Vapor de sódio	-	4
Vapor metálico	-	-
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 28 – Levantamento de Pontos no EPL. Fonte: Omatic (2023)

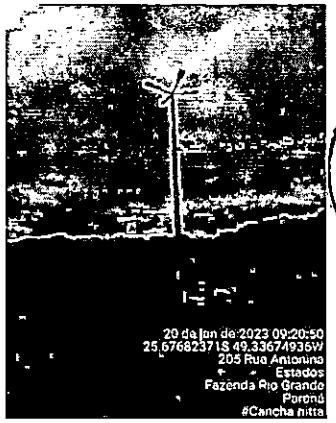


Figura 64 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 582
Ass.

CANCHA SUZUKI



Figura 65 – Cancha Suzuki. Fonte: Omatic (2023)

Cancha Suzuki	Campo	Copel
Led	-	-
Vapor de sódio	4	2
Vapor metálico	-	-
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 29 – Levantamento de Pontos no EPL. Fonte: Omatic (2023)

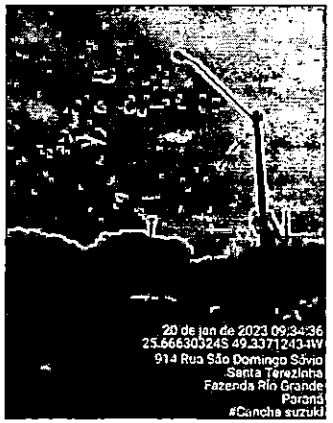


Figura 66 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

CANCHA VENEZA I

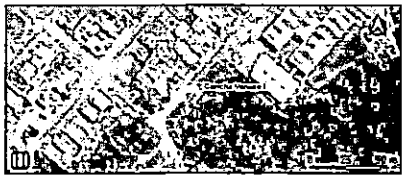


Figura 67 – Cancha Veneza I. Fonte: Omatic (2023)



Figura 68 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

Cancha Veneza I	Campo	Copel
Led	-	-
Vapor de sódio	-	-
Vapor metálico	-	-
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 30 – Levantamento de Pontos no EPL. Fonte: Omatic (2023)

CANCHA VENEZA II



Figura 69 – Cancha Veneza II. Fonte: Omatic (2023)

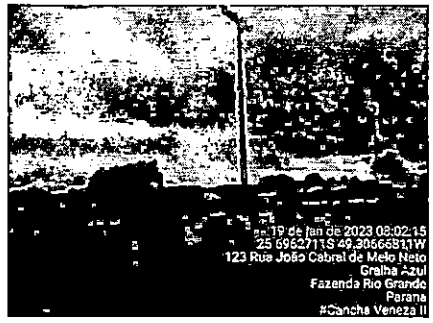


Figura 70 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

Cancha Veneza II	Campo	Copel
Led	-	-
Vapor de sódio	8	2
Vapor metálico	-	-
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 31 – Levantamento de Pontos no EPL. Fonte: Omatic (2023)

CENTRO MULTIEVENTOS



Figura 71 – Centro Multieventos Fonte: Omatic (2023)

Centro Multieventos	Campo	Copel
Led	100	50
Vapor de sódio	122	35
Vapor metálico	-	15
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 32 – Levantamento de Pontos no EPL. Fonte: Omatic (2023)

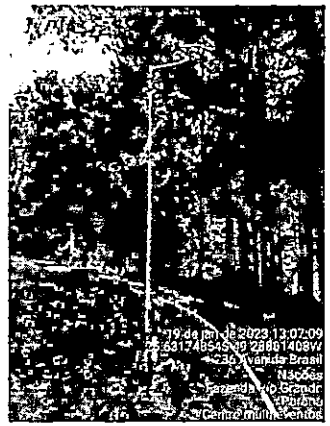


Figura 72 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

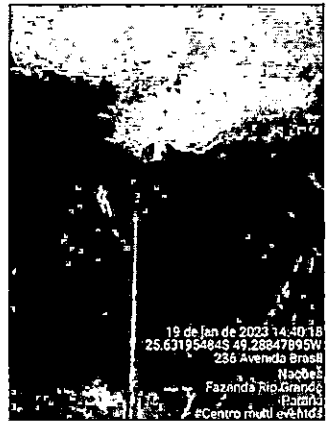


Figura 73 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

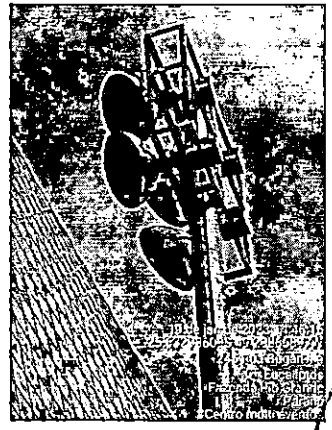


Figura 74 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 532
Ass

ESPAÇO CULTURAL - TEATRO MUNICIPAL

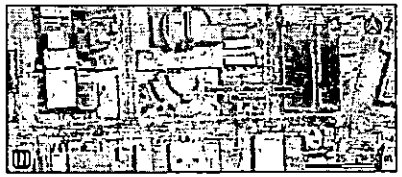


Figura 75 – Espaço Cultural - Teatro Municipal. Fonte: Omatic (2023)

Espaço Cultural - Teatro Municipal	Campo	Copel
Led	-	1
Vapor de sódio	-	-
Vapor metálico	-	-
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 33 – Levantamento de Pontos na EPL. Fonte: Omatic (2023)

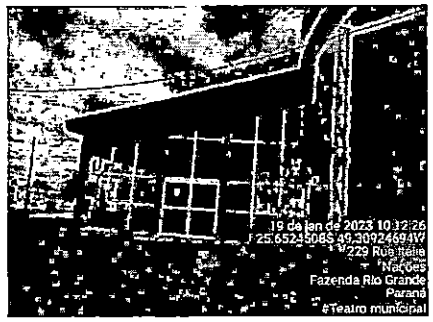


Figura 76 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

PARÓQUIA SÃO GABRIEL DA VIRGEM DOLOROSA

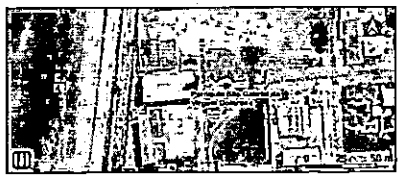


Figura 77 – Paróquia São Gabriel da Virgem Dolorosa. Fonte: Omatic (2023)

Paróquia São Gabriel da Virgem Dolorosa	Campo	Copel
Led	-	-
Vapor de sódio	15	1
Vapor metálico	-	-
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 34 – Levantamento de Pontos na EPL. Fonte: Omatic (2023)



Figura 78 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

PARQUE DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL MIRO SIQUEIRENSE

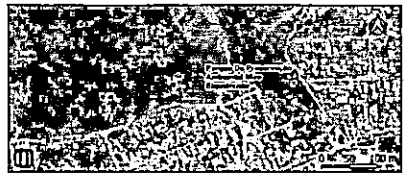


Figura 79 – Parque de Preservação Ambiental Miro Siqueirense. Fonte: Omatic (2023)

Parque de Preservação Ambiental Miro Siqueirense	Campo	Copel
Led	-	-
Vapor de sódio	24	3
Vapor metálico	-	-
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 35 – Levantamento de Pontos na EPL. Fonte: Omatic (2023)



Figura 80 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha nº 574
Ass.

PARQUE VERDE



Figura 81 – Parque Verde. Fonte: Omatic (2023)

Parque Verde	Campo	Copel
Led	83	25
Vapor de sódio	45	18
Vapor metálico	-	20
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 36 – Levantamento de Pontos na EPL. Fonte: Omatic (2023)



Figura 82 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)



Figura 83 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

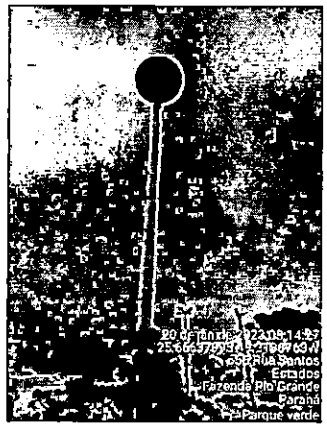


Figura 84 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

PRAÇA DA VITÓRIA



Figura 87 – Praça da Vitória. Fonte: Omatic (2023)

Praça Vitória	Campo	Copel
Led	-	-
Vapor de sódio	32	20
Vapor metálico	-	-
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 38 – Levantamento de Pontos no EPL. Fonte: Omatic (2023)



Figura 88 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

PRAÇA ANGICO



Figura 85 – Praça Angico. Fonte: Omatic (2023)

Praça Angico	Campo	Copel
Led	-	-
Vapor de sódio	-	-
Vapor metálico	20	20
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 37 – Levantamento de Pontos no EPL. Fonte: Omatic (2023)

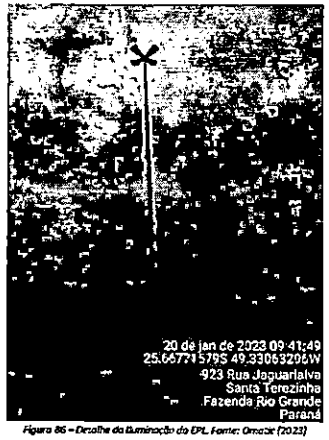


Figura 86 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

PRAÇA BRASIL



Figura 89 – Praça Brasil. Fonte: Omatic (2023)

Praça Brasil	Campo	Copel
Led	32	
Vapor de sódio	-	-
Vapor metálico	6	6
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 39 – Levantamento de Pontos no EPL. Fonte: Omatic (2023)

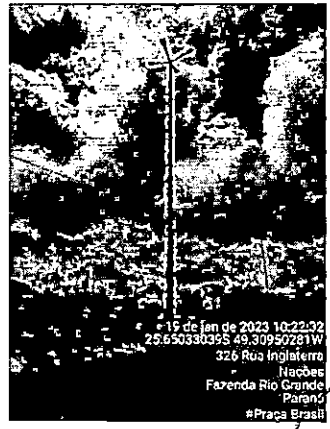


Figura 90 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

PM FAZENDA GRANDE
Folha Nº 525
Ass.

PRAÇA GRALHA AZUL

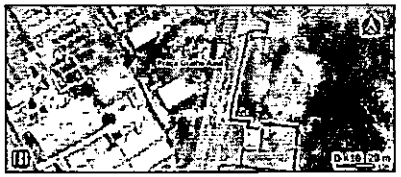


Figura 91 – Praça Gralha Azul. Fonte: Omatic (2023)

Praça Gralha Azul	Campo	Copel
Led	-	-
Vapor de sódio	27	29
Vapor metálico	-	-
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 40 – Levantamento de Pontos na EPL. Fonte: Omatic (2023)



Figura 92 – Detalhe da iluminação da EPL. Fonte: Omatic (2023)

PRAÇA NAÇÕES II



Figura 95 – Praça Nações II. Fonte: Omatic (2023)

Praça Nações II	Campo	Copel
Led	-	-
Vapor de sódio	16	16
Vapor metálico	-	-
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 42 – Levantamento de Pontos na EPL. Fonte: Omatic (2023)

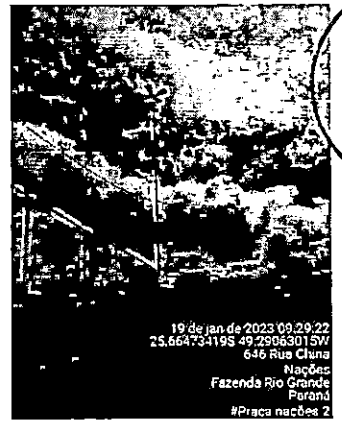


Figura 96 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 576
Ass.

PRAÇA KOKUBO



Figura 93 – Praça Kokubo. Fonte: Omatic (2023)

Praça Kokubo	Campo	Copel
Led	-	-
Vapor de sódio	24	24
Vapor metálico	-	-
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 41 – Levantamento de Pontos na EPL. Fonte: Omatic (2023)



Figura 94 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

PRAÇA SANTA FÉ



Figura 97 – Praça Santa Fé. Fonte: Omatic (2023)

Praça Santa Fé	Campo	Copel
Led	-	-
Vapor de sódio	20	20
Vapor metálico	-	-
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 43 – Levantamento de Pontos na EPL. Fonte: Omatic (2023)

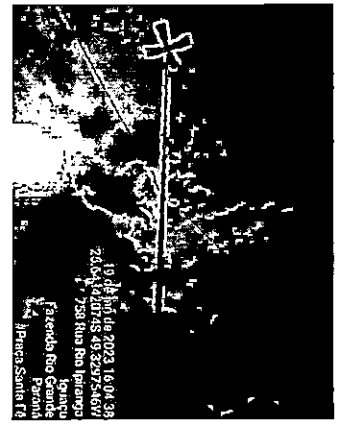


Figura 98 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

PRAÇA SANTARÉM

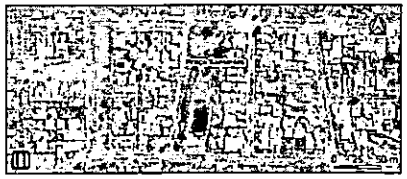


Figura 99 – Praça Santarém. Fonte: Ornatic (2023)

Praça Santarém	Campo	Copel
Led	-	-
Vapor de sódio	-	-
Vapor metálico	19	12
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 44 – Levantamento de Pontos na EPL. Fonte: Ornatic (2023)

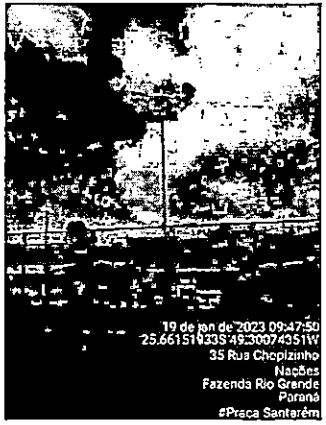


Figura 100 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Ornatic (2023)

PRAÇA SIDON

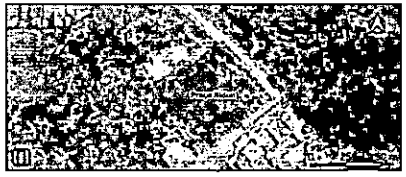


Figura 101 – Praça Sidon. Fonte: Ornatic (2023)

Praça Sidon	Campo	Copel
Led	-	-
Vapor de sódio	12	12
Vapor metálico	-	-
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 45 – Levantamento de Pontos na EPL. Fonte: Ornatic (2023)

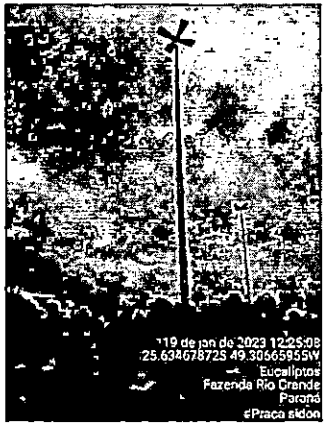


Figura 102 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Ornatic (2023)

PRAÇA TAPAJÓS - IZALTINO SALVADOR DE SOUZA

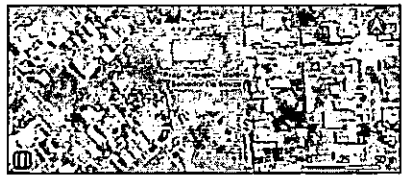


Figura 103 – Praça Tapajós - Izaltino Salvador De Souza. Fonte: Ornatic (2023)

Praça Tapajós - Izaltino Salvador De Souza	Campo	Copel
Led	-	-
Vapor de sódio	20	20
Vapor metálico	-	-
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 46 – Levantamento de Pontos na EPL. Fonte: Ornatic (2023)

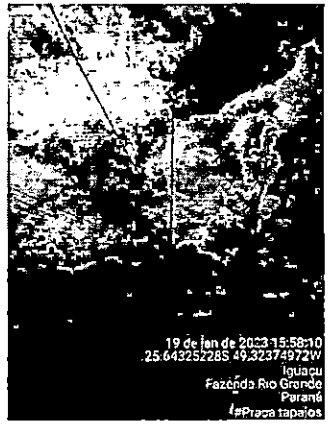


Figura 104 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Ornatic (2023)

PREFEITURA

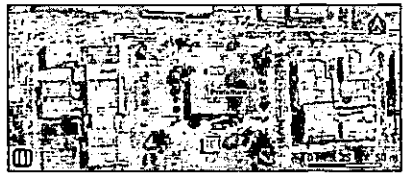


Figura 105 – Prefeitura. Fonte: Ornatic (2023)

Prefeitura	Campo	Copel
Led	-	-
Vapor de sódio	-	-
Vapor metálico	16	6
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 47 – Levantamento de Pontos na EPL. Fonte: Ornatic (2023)

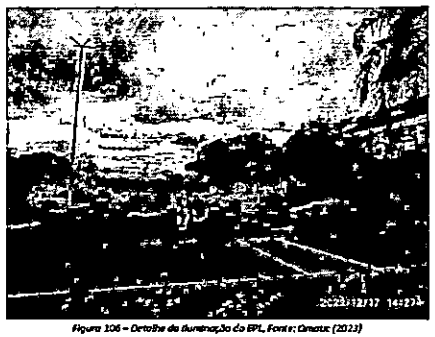


Figura 106 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Ornatic (2023)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 574
Ass

RUA GRÉCIA

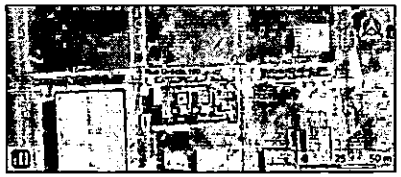


Figura 107 – Rua Grécia. Fonte: Omatic (2023)

Rua Grécia,100	Campo	Copel
Led	30	5
Vapor de sódio	62	2
Vapor metálico	-	-
Vapor de mercúrio	-	-

Tabela 48 – Levantamento de Pontos na EPL. Fonte: Omatic (2023)



Figura 108 – Detalhe da iluminação do EPL. Fonte: Omatic (2023)

PARQUE VERDE

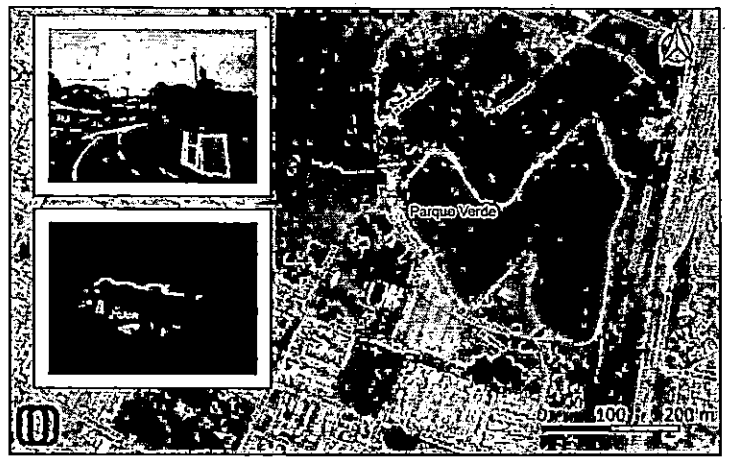


Figura 109 – Elementos com potencial recebimento de iluminação de destaque do Parque Verde. Fonte: Omatic (2023)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 538
Ass

Iluminação de Destaque

A iluminação de destaque cumpre o importante papel de valorizar as edificações e equipamentos públicos disponibilizados aos cidadãos, o que entre outros efeitos pode reforçar o turismo na cidade e aumentar a autoestima da população.

Abaixo são apresentados os pontos de interesse com potencial para recebimento e/ou assunção da operação e manutenção da iluminação de destaque.

PARQUE CHIMANSKI

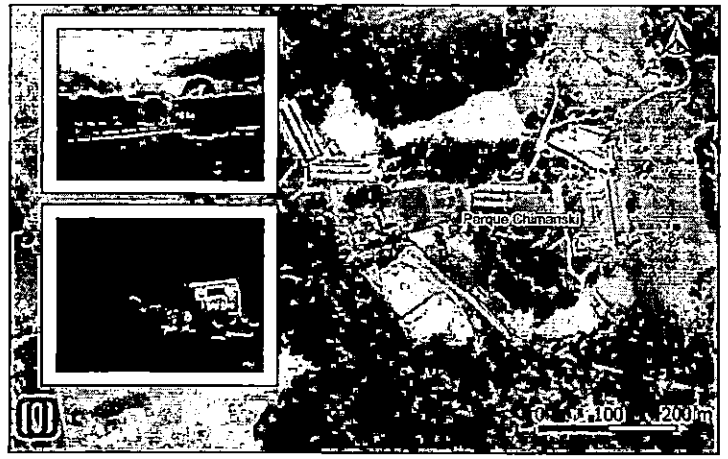


Figura 110 – Elementos com potencial recebimento de iluminação de destaque do Parque Chimanski. Fonte: Omatic (2023)

CENTRO MULTIEVENTOS

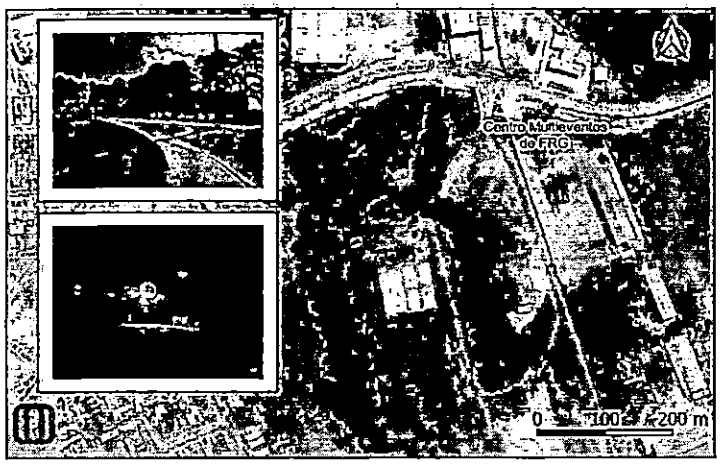


Figura 111 – Elementos com potencial recebimento de iluminação de destaque do Centro Multieventos. Fonte: Omatic (2023)

PRAÇA BRASIL



Figura 112 – Elementos com potencial recebimento de iluminação de destaque da Praça Brasil. Fonte: Omatic (2023)

RECANTO FAZ. IGUAÇU

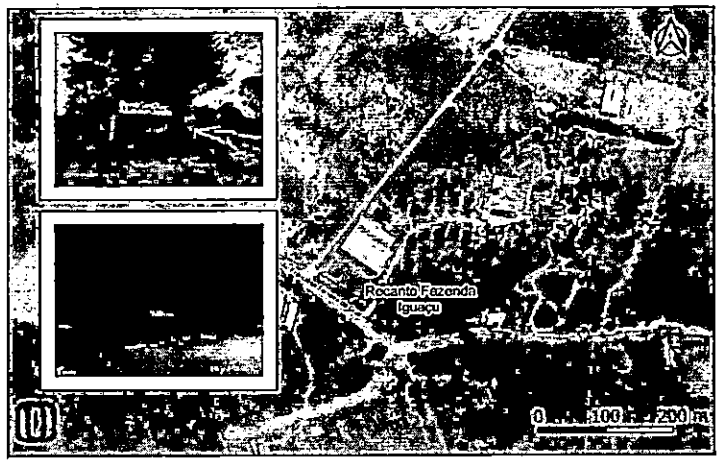


Figura 113 – Elementos com potencial recebimento de iluminação de destaque do Recanto Faz. Iguaçu. Fonte: Omatic (2023)

PARÓQUIA SÃO GABRIEL DA VIRGEM DOLOROSA

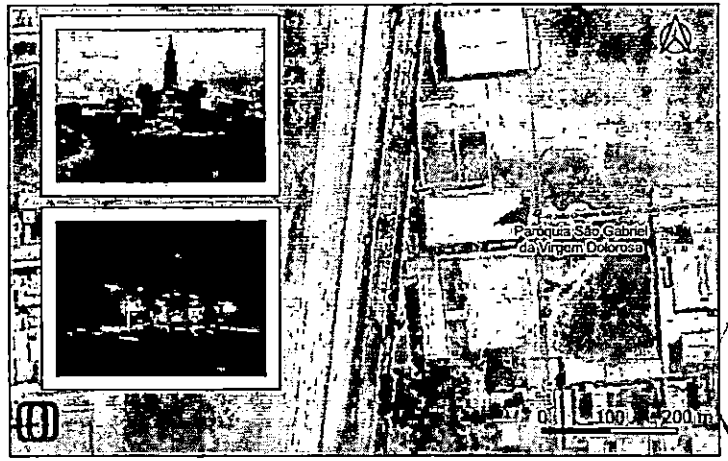


Figura 114 – Elementos com potencial recebimento de iluminação de destaque da Paróquia São Gabriel da Virgem Dolorosa. Fonte: Omatic (2023)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 57
Ass

ESPAÇO CULTURAL - TEATRO MUNICIPAL



Figura 115 – Elementos com potencial recebimento de iluminação de destaque do Espaço Cultural - Teatro Municipal. Fonte: Omatic (2023)

PREFEITURA DE FRG

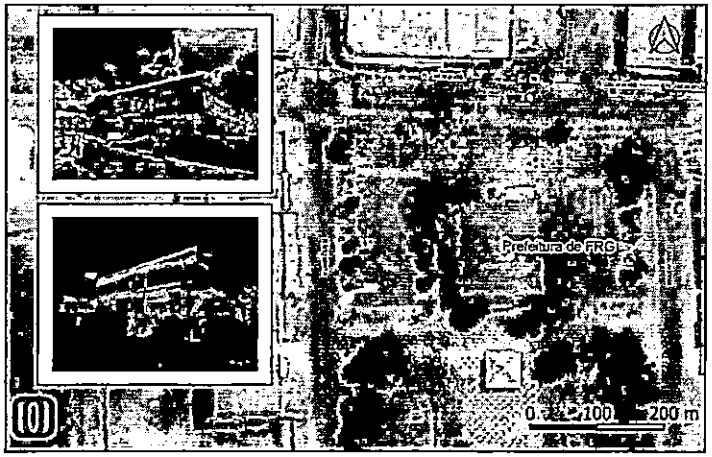


Figura 116 – Elementos com potencial recebimento de iluminação de destaque Prefeitura de FRG. Fonte: Omatic (2023)

1 GLOSSÁRIO

ABNT: Associação de Brasileira de Normas Técnicas.

ANEEL: sigla para Agência Nacional de Energia Elétrica, uma autarquia sob regime especial (Agência Reguladora), vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com a finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão e comercialização de energia elétrica.

CALL CENTER: Centro de chamadas, local destinado a receber demandas diretamente dos usuários do SISTEMA DE IP.

CCO-IP: Centro de Controle & Operação de Iluminação Pública;

CODIP: Coeficiente de Desempenho da Iluminação Pública;

CFTV: Circuito fechado de TV;

CIE: Comissão Internacional de Iluminação ou *Commission Internationale de l'Eclairage;*

Comando em grupo: Acionamento simultâneo de um conjunto de luminárias conectados em um mesmo circuito.

Comando individual: é o equipamento formado por um relê fotoelétrico para operar a unidade de iluminação pública individualmente, conectado diretamente à rede de alimentação de energia.

Eficiência Luminosa: a eficiência luminosa é a relação entre o fluxo luminoso emitido por uma fonte de luz alimentada por energia elétrica e a potência elétrica desta fonte de luz. É medida em lúmen por Watt (lm/W).

Estudo luminotécnico: simulação através de software com modelos matemáticos de luminárias para obtenção de resultados de níveis de luminosidade e uniformidade em determinados tipos de vias.

Fonte de Luz: Superfície ou objeto que emite luz, produzida por uma conversão de energia.

Fluxo luminoso (φv) – Grandeza derivada da potência emitida, transmitida ou recebida sob a forma de radiação visível ou não, e é representada por lumens (lm)

IBGE: sigla para Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com atribuições ligadas às geociências e estatísticas sociais, demográficas e econômicas, o que inclui realizar censos e organizar as informações obtidas nesses censos, para suprir órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal, e para outras instituições e o público em geral.

Iluminação Ornamental: Tipo de Unidade caracterizada por elementos de concepção histórica ou decorativa existentes na cidade ou instaladas para comemorações e/ou festas municipais, tais como: dia da padroeira, carnaval, natal, etc.

Iluminância (E): Em um ponto de uma superfície, é a razão do fluxo luminoso incidente num elemento de superfície que contém o ponto dado, para área desse elemento. Sua unidade é representada em Lux (lx).

Iluminância média horizontal (Emédi): Iluminância em serviço, da área delimitada pela malha de pontos consideradas ao nível da via, sobre o número de ponto correspondente.

Iluminância mínima horizontal (Emín): iluminância mínima em ponto da área delimitada pela malha de pontos consideradas ao nível da via.

IP: Iluminação Pública, serviço que tem por objetivo exclusivo prover de claridade os logradouros públicos

IRC: Índice de Reprodução de Cor, classifica as fontes luminosas por sua capacidade de reproduzir com fidelidade as cores quando comparadas com um iluminante padrão CIE.

INMETRO: Sigla para Instituto Nacional de Metrologia, Qualidades e Tecnologia, uma autarquia federal brasileira, no formato de uma agência executiva, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que objetiva fortalecer as empresas nacionais, aumentando sua produtividade por meio da adoção de mecanismos destinados à melhoria da qualidade de produtos e serviços, bem como através do apoio ao desenvolvimento de inovações tecnológicas

LED: sigla em inglês Light Emitting Diode, significando diodo emissor de luz.

Luminância: grandeza de intensidade de radiação visível em uma direção dada e num ponto dado sobre uma superfície real ou imaginária. Esta grandeza é representada por candelas por metro quadrado (cd/m²).

ONLINE: Status a qual um elemento esteja conectado, independentemente do meio, à um sistema.

OFFLINE: Status a qual um elemento esteja desconectado de um sistema existente.

PARQUE DE IP: compreende-se exclusivamente aos ativos da rede de iluminação pública, equipamentos e estruturas de iluminação pública das vias urbanas e passeios das praças do município.

PONTO DE IP: Ponto de Iluminação Pública, composto por braço, luminária, reator, relé foto eletrônico e lâmpada.

PMS: Prefeitura Municipal de Sombrio/SC.

PPP: Parceria Público-Privada, neste projeto, na modalidade de concessão administrativa.

SISTEMA DE IP: Conjunto de elementos e procedimentos, compreendidos entre eles o atendimento aos usuários, gestão de manutenção e ampliação, gestão dos ativos compreendendo como os PONTOS DE IP, entre outros que viabilizam o provimento da claridade os logradouros públicos.

SGI-IP: Sistema de Gestão Integrada da Iluminação Pública, ferramenta de integração de softwares de gestão.

Uniformidade de Iluminância (em determinado plano) (U): Razão entre a iluminância mínima (Emín) e a iluminância média (Emédi).

Uniformidade de luminância (Uniformidade global) (U0): razão entre Luminância mínima (Lmín) e a luminância média (Lmédi)

UPS: Uninterruptible Power Supply, Sistema de fornecimento de energia elétrica ininterrupto.

Videowall: Painel de monitores destinados a mostrar informações sobre determinado sistema.

NORMAS E REFERÊNCIA

ABNT NBR 5101/2018 - Iluminação pública – Procedimento

ABNT NBR 5123/2016 - Relé fotocontrolador intercambiável e tomada para iluminação — Especificação e ensaios

ABNT NBR 5426/1985 - Planos de amostragem e procedimentos na inspeção por atributos

ABNT NBR 5462/1994 - Confiabilidade e mantenabilidade

ABNT NBR 8451/2011 - Postes de concreto armado e protendido para redes de distribuição e de transmissão de energia elétrica

ABNT NBR 10.004/2004 - Resíduos sólidos - Classificação

ABNT NBR 15129/2012 - Luminárias para iluminação pública — Requisitos particulares

ABNT NBR 15688/2012 - Redes de distribuição aérea de energia elétrica com condutores nus

ABNT NBR ISO/IEC 27002/2013 - Tecnologia da informação - Técnicas de segurança - Código de Prática para controles de segurança da informação

ABNT NBR ISO/IEC 27017/2016 - Tecnologia da informação - Técnicas de segurança - Código de prática para controles de segurança da informação com base ABNT NBR ISO/IEC 27002 para serviços em nuvem

ABNT NBR IEC 60598-1/2010 - Luminárias - Parte 1: Requisitos gerais e ensaios

Resolução Conama 001/86 - Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre/CONAMA_RES_CONS_1986_001.pdf

Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm

Lei Federal 8.987/95, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 13 fev. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8987cons.htm

Lei Federal nº 10.406/02, de 10 de janeiro de 2002., institui o Código Civil.

Lei Federal 11.079/04, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília, DF, 30 dez. 2004.

Lei Federal 12.305/10, de 2 de agosto de 2010, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

Lei Federal 12.766/12, de 27 de dezembro de 2012, altera as Leis nos 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública, para dispor sobre o aporte de recursos em favor do parceiro privado, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 12.058, de 13 de outubro de 2009, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.420, de 10 de abril de 2002, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.602, de 12 de dezembro de 2002, e 9.718, de 27 de novembro de 1998, e a Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências.

Resolução ANEEL n. 414 de 9 de setembro de 2010 - Estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica de forma atualizada e consolidada.

Resolução ANEEL n. 1000 de 7 de dezembro de 2021 - Estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica (substitui ANEEL RES 414/2010)

NR-6 - Equipamento de Proteção Individual – EPI.

NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.

NR-15 - Atividades e Operações Insalubres.

REFERÊNCIAS

[1] Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/fazenda-rio-grande/panorama>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

[2] Disponível em: <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/conteudo-Senatran/frota-de-veiculos-2022>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

[3] Disponível em: <http://www.fpardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83820&btOk=ok>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

[4] Disponível em: <http://www.fpardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=198&btOk=ok>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

[5] Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico-2000.html?edicao=9858&t=resultados>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

[6] Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Diario_Oficial_da_Uniao_2010_11_04/PR2010.pdf>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

[7] Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/PR_POP2022.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

[8] Disponível em: <https://www.seguranca.pr.gov.br/CAPE/Estatisticas>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

[9] ABNT NBR 5426/1985 - Planos de amostragem e procedimentos na inspeção por atributos.

[10] DEGREAS, H. N.; RAMOS, P. G. Espaços livres públicos: formas urbanas para uma vida pública. In: X COLÓQUIO QUAPÁ-SEL, 2015. Brasília: USP, 2015. Disponível em: <http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2015/11/Espa%C3%A7os-livres-p%C3%BAblicos-formas-urbanas-para-uma-vida-p%C3%BAblica.pdf>. Acesso em: 29 de novembro de 2022.

ENCERRAMENTO

Número do Documento:	RL-2210-000-GMT-005
Revisão:	A
Parecer Técnico Anterior:	PA CEVIG 0156/2022
Data da Revisão Atual:	28/12/2022
Número de Folhas	100

Autores:

Arq. Bruno Amaral	Eng. Michel Silva
CAU: A42024-7	CREA/RJ: 2011110011

Coordenação:

Felipe Andrade Luoci
CREA: PR-93329/D

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 581
Ass

PREFEITURA DE
FAZENDA
RIO GRANDE

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 582
Ass

Projeto para Estruturação da PPP de Iluminação Pública de ***FAZENDA RIO GRANDE/PR***

Análise de Pré-Viabilidade *JAN/23*

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 583
Ass

AS INFORMAÇÕES TRANSCRITAS NO PRESENTE RELATÓRIO POSSUEM CARÁTER NÃO-VINCULATIVO E COMPORTAM INTERPRETAÇÃO MERAMENTE INFORMATIVA E REFERENCIAL AO GESTOR PÚBLICO, FUNDADA NA ANÁLISE, POR CONSULTORES TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, DE DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE À MATÉRIA, EM ESPECIAL DA LEGISLAÇÃO E DEMAIS NORMATIVOS RESPECTIVOS, PARA EMBASAMENTO E FUNDAMENTAÇÃO DOS ESTUDOS ORA REALIZADOS. A PARTIR DESSA PREMISSA, CABE AO PRÓPRIO GESTOR AVALIAR SEU CONTEÚDO, DE MODO A MOTIVAR E INTEGRAR SUA DECISÃO PELA VIABILIZAÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO DE INTERESSE.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 589
Ass.

Sumário

INTRODUÇÃO	**4**
ESCOPO REFERENCIAL DA PPP PARA ANÁLISE DE PRÉ-VIABILIDADE	**5**
METODOLOGIA	**7**
RECEITA – COSIP	**8**
HISTÓRICO ARRECADAÇÃO COSIP	8
ARRECADAÇÃO COSIP POR PONTO	8
CONTRAPRESTAÇÃO	**9**
INTRODUÇÃO	9
MODELO MATEMÁTICO	9
HISTÓRICO DOS ÚLTIMOS LEILÕES	10
CÁLCULO DA EQUAÇÃO LINEAR	11
TESTE DE CONSISTÊNCIA	12
ESTIMATIVA DE CONTRAPRESTAÇÃO	12
CONTA DE ENERGIA	**13**
INTRODUÇÃO	13
PREMISSAS REFERENCIAIS PARA O CENÁRIO DA PPP	13
PERFIL ATUAL DA REDE DE IP	13
CUSTO DE ENERGIA	**14**
CÁLCULO DO VALOR DA CONTA DE ENERGIA	**16**
TAXA DE ARRECADAÇÃO	**17**
INTRODUÇÃO	17
VALOR ATUAL DESEMBOLSADO	17
RESULTADOS DO ESTUDO DE PRÉ-VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA	**18**
SEM ALTERAÇÃO DA COSIP	18
ALTERNATIVAS PARA SANEAR AS CONTAS DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	18
ANÁLISE DE CENÁRIOS	**20**
CENÁRIOS	20
COSIP VS. CONTRAPRESTAÇÃO	20
COSIP ATUAL VS. CENÁRIOS (R$ MILHÕES)	21
ANÁLISE DO LIMITE DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	**22**
METODOLOGIA	22
RESULTADOS	22
CONCLUSÃO	**23**
PRÓXIMOS PASSOS	**23**
ENCERRAMENTO	**24**

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 385
Ass.

Introdução

Esse documento tem por objetivo apresentar os cálculos prévios de viabilidade de Parceria Público-Privada para a Modernização, Ampliação, Operação e Manutenção do parque de iluminação pública.

Como premissas para cálculo da projeção de contraprestação, utiliza valores de referência em leilões recentes no setor, cujo comportamento dos licitantes apresenta um padrão de atuação e oferta de preços.

Além disso, são utilizados dados históricos de custeios e projeções preliminares de eficiência, a ser confirmada ao longo dos estudos, em especial pela elaboração do projeto de engenharia e modelagem econômico-financeira.

Esse documento tratará das questões elencadas abaixo, bem como irá indicar, de forma preliminar, a viabilidade do projeto.

1. Escopo típico da PPP de IP
2. Valores das propostas de Contraprestação Mensal, ponderados pelas respectivas quantidades de pontos de IP
3. Caracterização do Município em análise.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 586
Ass.

Escopo Referencial da PPP para Análise de Pré-viabilidade

O escopo da PPP de IP proposta segue o escopo típico de projetos dessa natureza.

Basicamente, o futuro concedente terá como principal missão **modernizar** todo o parque de iluminação pública municipal, que além da **iluminação viária** compreende a **iluminação de Espaços Públicos Livres** (que, entre outros, compreende Parques, Praças e estacionamentos públicos) e a **Iluminação de Destaque** de Prédios, Monumentos e Pontos de Interesse.

A reboque da modernização, o concessionário deverá buscar meios para **financiar** em seu nome a aquisição de materiais e mão de obra necessários. Nessa análise consideramos que não haverá aportes públicos, portanto, a remuneração do investimento se dará mensalmente ao longo do contrato.

O futuro concessionário deverá não apenas modernizar as estruturas de Iluminação Pública, mas garantir que pontos que deveriam ser atendidos, de fato o sejam. Dessa forma, toda a **demanda reprimida** deverá ser atendida. Além disso, eventuais pontos que estejam com iluminação precária (**pontos cinzas**) deverão ser corrigidos para se enquadrar no padrão normativo, o que poderá requerer novos pontos.

O concessionário será responsável pela **operação e manutenção** no parque durante todo o contrato, para tanto deverá empregar profissionais capacitados, equipamentos, ferramentas e todos os demais meios necessários.

Além disso, espera-se que a redução de consumo energético e o nível de serviço seja elevado, para tanto, o concessionário deverá providenciar meios como **telegestão, CCO e SAC** para tornar o serviço o mais eficiente possível.

Caso os níveis de serviço não estejam dentro do desejável, espera-se que a aferição do **verificador independente** aponte as deficiências e o contrato poderá performar de maneira inferior ao estabelecido pela contraprestação máxima estabelecida em contrato.

O concessionário também será o responsável por acompanhar a evolução urbana municipal, levando iluminação pública às novas vias, loteamentos, praças, parques e afins. Essa atividade é conhecida no mercado como atendimento do **crescimento vegetativo**.

Por outro lado, o concessionário terá assinado um contrato de longo prazo, com demanda previsível, com possibilidade de bônus por redução de consumo de energia elétrica, além da possibilidade de explorar **negócios acessórios** diversos a partir da infraestrutura de Iluminação Pública, que se destaca pela capilaridade e amplitude.

Ao final do contrato, haverá a **reversão de bens**, ou seja, o concessionário irá devolver ao ente público toda a infraestrutura de iluminação pública com todas as melhorias executadas ao longo do contrato de concessão.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 587
Ass.

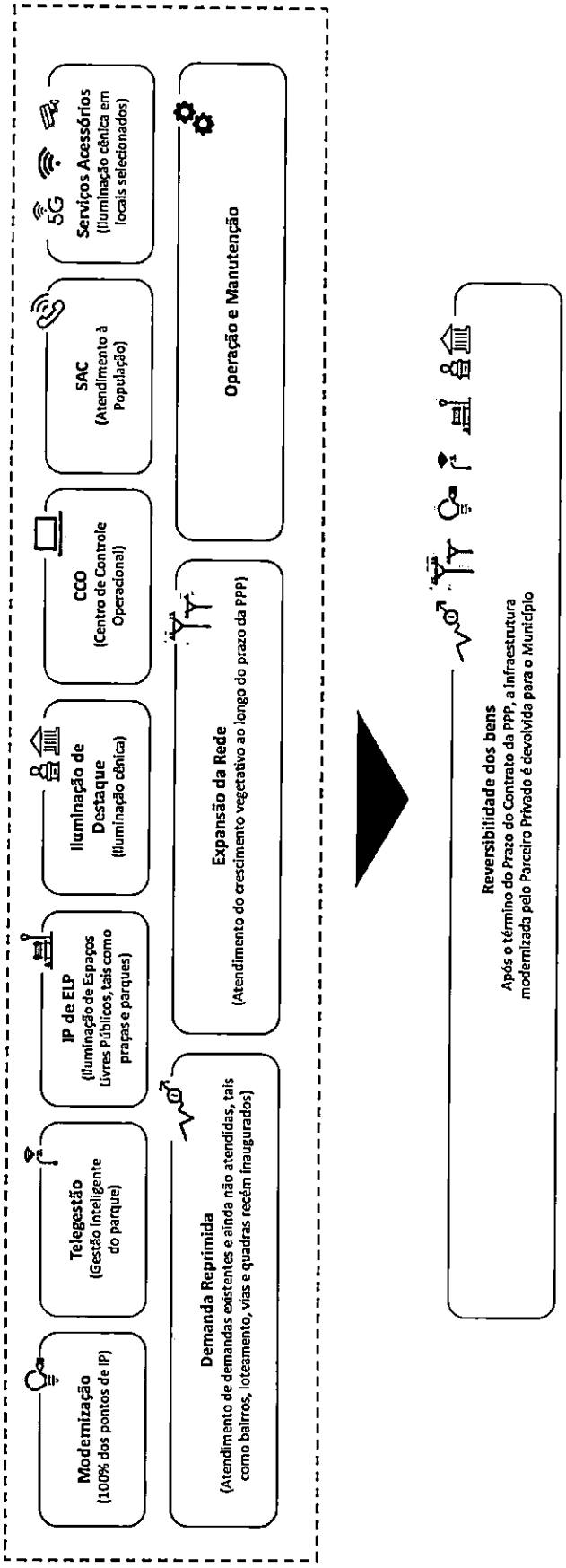


Figura 1 - Modelo de projetos de PPP de Iluminação Pública considerados neste relatório. Fonte: Omatic (2022).

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 588
Ass

Metodologia

Basicamente, esse documento realiza a comparação dos gastos necessários para arcar com as contraprestações da Parceria Pública-Privada frente aos valores arrecadados atualmente em contribuição para custeio dos serviços de Iluminação Pública (COSIP).

Para tanto, é feita a projeção de custos do contrato, a partir de dados históricos de projetos semelhantes, a projeção de gastos com energia elétrica, em especial pós-modernização e os custos com a taxa de arrecadação. Resumidamente:

Cálculo	Driver	Definição	Metodologia de Cálculo
+ Receita	COSIP	Contribuição para custeio dos serviços de Iluminação Pública	COSIP dos últimos 12 meses
- Despesas	Contraprestação	Pagamento mensal para remunerar o Parceiro Privado pelos investimentos e serviços prestados	Histórico de valores ofertados em projetos recentes licitados
	Conta de Energia	Conta de energia elétrica referente ao consumo do parque de IP	Tarifa de energia elétrica (b4a) x Carga média projetada
	Taxa de Arrecadação	Taxa cobrada pela Distribuidora de Energia pelo serviço de arrecadação da COSIP	% sobre a COSIP
= Resultado	≥ 0	Se maior ou igual a zero, é viável	Receita menos Despesa
	< 0	Se menor que zero, deve-se estudar alternativas para o saneamento das contas relacionadas ao serviço.	

Tabela 1 – Metodologia empregada. Fonte: Omatic (2022)

FAZENDA RIO GRANDE
Fls: 589
Ass:

Receita – COSIP

Histórico Arrecadação COSIP

O histórico de arrecadação da COSIP aponta para uma crescente na arrecadação, tendo o seu maior valor da série em 2021, arrecadando valor próximo aos R$8,60 milhões.

Esse dado é essencial, pois aponta o limite de gastos do município com o serviço de iluminação pública, sem capturar recursos que poderiam ser destinados à outras áreas (como saúde, mobilidade e educação), reajustar a COSIP ou mesmo revisar os pontos de Iluminação cadastrados.

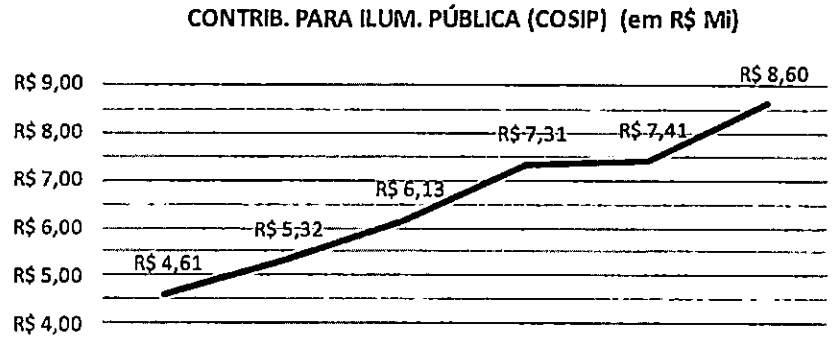


Figura 2 - Arrecadação de COSIP de 2016 a 2021, Fazenda Rio Grande. Fonte: SICONFI (2022).

Arrecadação COSIP por ponto

Uma vez que o parque irá ter sua própria dinâmica ao longo do contrato, expandindo-se e dando saltos, é importante que tenhamos uma referência diferente do valor total arrecadado.

Esse projeto considera a referência COSIP/ponto para a arrecadação mensal, o que equivale a dizer que a arrecadação da COSIP irá acompanhar a dinâmica do parque em sua expansão.

Do ponto de vista do risco da premissa, trata-se de um *upside*, uma vez que o crescimento vegetativo populacional (e arrecadatório) tende a crescer mais aceleradamente que a malha viária e oferta de parques e praças, em municípios que já experimentam certo grau de verticalização (presença de prédios).

- COSIP arrecadada em 2021: R$ 8.597.503,18;
- Total de pontos: 13.685;
- **COSIP / ponto (mensal): R$ 52,35.**

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 590
Ass.

Contraprestação

Introdução

Como dito anteriormente, os licitantes do setor apresentam um padrão de atuação e oferta de preços. Os processos listados estão apresentados em ordem cronológica e mostram os valores vencedores em cidades de diferentes portes e regiões, o que faz com que um modelo matemático deva ser testado adequadamente para sua validação.

Esse capítulo trata-se exatamente disso. A partir de uma série histórica de projetos que compartilham parâmetros semelhantes, propor um modelo matemático válido para a projeção da oferta vencedora para o projeto do município.

A seguir, serão apresentados o modelo matemático, a série histórica que deu base ao cálculo do modelo, o teste de consistência e a estimativa da Contraprestação.

Modelo Matemático

O modelo matemático sugerido para a obtenção da projeção da contraprestação da concessão é a regressão linear, visto a forte correlação direta entre as ofertas vencedoras e os tamanhos de parques objetos dos contratos.

Destaca-se que grande parte do mercado suporta suas ofertas nos valores mensais por ponto, o que torna a utilização desse método bastante intuitivo.

Para a análise, foram utilizadas as informações dos leilões de PPP IP constantes no histórico apresentado a seguir. Sobre a fonte dos valores, entende-se ser mais adequada a utilização dos valores ofertados pelas Licitantes, pois ao fim e ao cabo, são os valores praticados nos contratos e não referenciais.

Para a projeção da contraprestação calculou-se a equação da reta que representa a estimativa da relação entre os quantitativos de pontos de Iluminação Pública e as contraprestações mensais contratadas (valor mensal por ponto).

Para simplificar o modelo proposto, não foram consideradas outras variáveis com potencial impacto no valor final da contraprestação, tais como percentual de telegestão, demanda reprimida, aporte público de recursos, entre outros.

Ao final, foi calculado o valor por ponto para o projeto do município, que será utilizado como referência para a análise de viabilidade

Município	UF	Data do Leilão	Pontos IP	Número de Licitantes	CP Mensal / Ponto IP (vencedor)	CP Mensal / Ponto IP (média)	CP Mensal / Ponto IP (mediana)	CP Mensal / Ponto IP (máxima)	CP Mensal / Ponto IP (Edital)
Barreiras	BA	nov/22	20.331	5	R$ 14,17	R$ 20,27	R$ 20,52	R$ 24,20	R$ 29,35
Nova Lima	MG	nov/22	19.773	5	R$ 14,22	R$ 20,84	R$ 21,10	R$ 24,89	R$ 32,46
Toledo	PR	abr/22	24.274	9	R$ 12,49	R$ 16,98	R$ 17,19	R$ 20,27	R$ 25,48
Cachoeiro do Itapemirim	ES	abr/22	18.556	7	R$ 13,38	R$ 22,21	R$ 22,48	R$ 26,52	R$ 41,88
Patos de Minas	MG	dez/21	25.498	11	R$ 12,54	R$ 17,44	R$ 16,92	R$ 21,70	R$ 26,09
Campinas	SP	nov/21	122.573	9	R$ 10,20	R$ 15,84	R$ 17,61	R$ 19,28	R$ 27,56
Belém	PA	nov/20	90.024	8	R$ 12,60	R$ 16,84	R$ 16,60	R$ 21,88	R$ 36,53
Petrolina	PE	nov/20	36.036	8	R$ 11,36	R$ 14,24	R$ 14,01	R$ 17,37	R$ 35,06
Sapucaia do Sul	RS	nov/20	11.382	8	R$ 18,72	R$ 22,53	R$ 22,59	R$ 26,75	R$ 38,25
Macapá	AP	out/20	34.386	5	R$ 14,32	R$ 16,28	R$ 14,6s9	R$ 19,80	R$ 36,71
Feira de Santana	BA	ago/20	60.500	11	R$ 12,99	R$ 18,20	R$ 18,06	R$ 24,02	R$ 29,65
Aracaju	SE	ago/20	58.763	15	R$ 12,67	R$ 19,51	R$ 19,31	R$ 25,06	R$ 30,68
Vila Velha	ES	ago/20	34.930	11	R$ 14,34	R$ 20,54	R$ 20,56	R$ 24,65	R$ 37,80
Franco da Rocha	SP	ago/20	10.413	8	R$ 23,94	R$ 28,21	R$ 27,57	R$ 35,76	R$ 39,08

Tabela 2 – Histórico de Leilões. Fonte: Omatic (2022).

P.M. FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 592
Ass

Cálculo da Equação Linear

A partir da metodologia apresentada anteriormente, foram estimadas as variáveis a e b da equação. Deste modo, através da equação ao lado é possível estimar o valor da contraprestação mensal por ponto do Município.

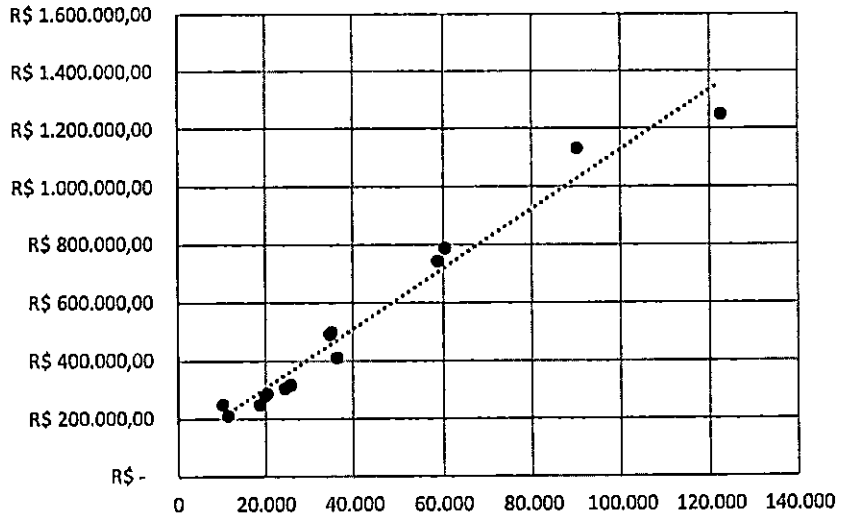


Figura 3 – Ofertas vencedoras nos últimos leilões. Fonte: Omatic (2022).x'

Equação Linear

CP = a * PIP + b

Onde:

CP = Contraprestação Mensal
PIP = Número de Pontos de IP
a = R$ 10,30
b = R$ 98.352,15

Teste de Consistência

A regressão avaliada obteve como resultado um coeficiente de determinação (R^2) superior a 0,967 indicando que a variabilidade da contraprestação mensal é explicada em mais de 96,71% pelas variáveis do modelo de regressão, e a variável dependente (pontos de IP) teve um P-Valor menor que 0,00001% sendo estatisticamente significante. As variáveis também apresentaram uma correlação de Pearson superior a 0,98.

Regressão Testada	Valores
R^2	0,967085343
P-Valor: Pontos de IP (variável dependente)	< 0,00001%
Tamanho da Amostra	14
Correlação de *Pearson*	0,984691444

Tabela 3 – Regressão Linear das ofertas vencedoras. Fonte: Omatic (2022).

Estimativa de Contraprestação

Conforme apresentado anteriormente, a partir da equação linear, é obtido o valor da contraprestação mensal.

Equação Linear

Contraprestação Mensal = a* [Número de pontos de IP] + b

Onde:

PIP = 13.685
a = R$ 10,30
b = R$ 98.352,15

Contraprestação Mensal = R$ 10,30 * 13.685 + R$ 98.352,15
Contraprestação Mensal = R$ 239.279,49

Contraprestação Mensal por Ponto = Contraprestação Mensal / Número de pontos de IP
Contraprestação Mensal por Ponto = R$ 239.279,49 / 13.685
Contraprestação Mensal por Ponto = R$ 17,48

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 594
Ass.

Conta de Energia

Introdução

Além do custo da PPP propriamente dita, outro componente importante de custo para a manutenção dos serviços de iluminação pública é a fatura de energia elétrica.

Para a estimativa desses custos, é considerado o tamanho do parque, o seu percentual já modernizado e o potencial de eficientização alcançável.

A seguir é desenvolvida a estimativa de custos de energia.

Premissas referenciais para o cenário da PPP

Redução no consumo de energia para IP

Espera-se o efeito de economia de energia em curto prazo, a partir da modernização. O grau de economia irá depender das conclusões possíveis do projeto de engenharia, em especial da simulação luminotécnica.

Entretanto, uma premissa adequada para o teste de pré-viabilidade é a média de economia exigida em projetos anteriores semelhantes. No caso desse diagnóstico, foram usados os dados dos certames de PPPs de IP: Aracaju, Belém, Campinas, Feira de Santana, Franco da Rocha, Patos de Minas, Petrolina, Sapucaia do Sul, Vila Velha e Macapá.

Dessa forma, após a modernização, a **economia energética esperada é de 56,05%,** em média.

Perfil atual da Rede de IP

Introdução

Conforme dados disponíveis no Relatório de Diagnóstico Técnico-Operacional, o parque de Iluminação Pública do município apresenta as seguintes características.

Quantidade de Pontos de IP

- 13.685 pontos de IP;
- 12.204 (89,2%) pontos com tecnologias "convencionais" (vapor de sódio, vapor metálico etc.)
- 1.481 (10,8%) pontos com tecnologia LED;

Carga Média por Ponto IP

- Carga Média (pontos Convencionais): 142,45 W
- Carga Média (pontos LED): 125,12 W

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 595
Ass

Custo de Energia

Para determinação do custeio da energia elétrica, primeiramente é importante uma discussão sobre o custo final da energia elétrica.

Em consulta ao sítio da Distribuidora de Energia na internet, constata-se que a tarifa aplicável, Tarifa b4a, encontra-se no valor de R$ 313,36/ MWh (Sem impostos)

Uma componente importante no custo são os adicionais por bandeira tarifária, que atualmente apresentaram os seguintes valores:

Adicional	2018-2019 (R$/kWh)	2019-2020 (R$/kWh)	2020-2021 (R$/kWh)	2021-2022 (R$/kWh)	2022-2023 (R$/kWh)
Verde	0	0	0	0	0
Amarela	0,01000	0,01500	0,01343	0,01874	0,02989
Vermelha P1	0,03000	0,04000	0,04169	0,03971	0,06500
Vermelha P2	0,05000	0,06000	0,06243	0,09495	0,09795
Escassez Hídrica	NA	NA	NA	0,14200,	NA

Tabela 4 – Adicional de bandeira. Fonte: ANEEL (2022).

Nos últimos anos, a bandeira tarifária apresenta o seguinte histórico:

Bandeiras Tarifárias - Últimos 4 anos				
	2019	2020	2021	2022
Janeiro	Verde	Amarela	Amarela	Escassez Hídrica
Fevereiro	Verde	Verde	Amarela	Escassez Hídrica
Março	Verde	Verde	Amarela	Escassez Hídrica
Abril	Verde	Verde	Amarela	Escassez Hídrica
Maio	Amarela	Verde	Vermelha P1	Verde
Junho	Verde	Verde	Vermelha P2	Verde
Julho	Amarela	Verde	Vermelha P2	Verde
Agosto	Vermelha P1	Verde	Vermelha P2	Verde
Setembro	Vermelha P1	Verde	Escassez Hídrica	Verde
Outubro	Amarela	Verde	Escassez Hídrica	Verde
Novembro	Vermelha P1	Verde	Escassez Hídrica	Verde
Dezembro	Amarela	Vermelha P2	Escassez Hídrica	Verde
Custo Médio (R$/MWh)	R$ 14,58	R$ 6,45	R$ 76,31	R$ 47,33

Tabela 5 – Histórico de bandeira. Fonte: ANEEL. (2022).

Nota-se que nos últimos 4 anos houve a aplicação de bandeira tarifária no país, sendo agravada no final de 2021 e início de 2022 pelo uso da bandeira de escassez hídrica. Porém, mesmo com o reajuste dos valores das bandeiras, o ano de 2022 apresentou um valor médio associado a esse dispositivo inferior ao de 2021. Nos últimos 4 anos, pode-se observar uma média de R$ 36,17/MWh associado à cobrança de bandeiras.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 596
Ass

Por fim, destaca-se os impostos que incidem no fornecimento de energia elétrica, são eles:

ICMS: 18%;
PIS e COFINS: 5,45% (fev/21);

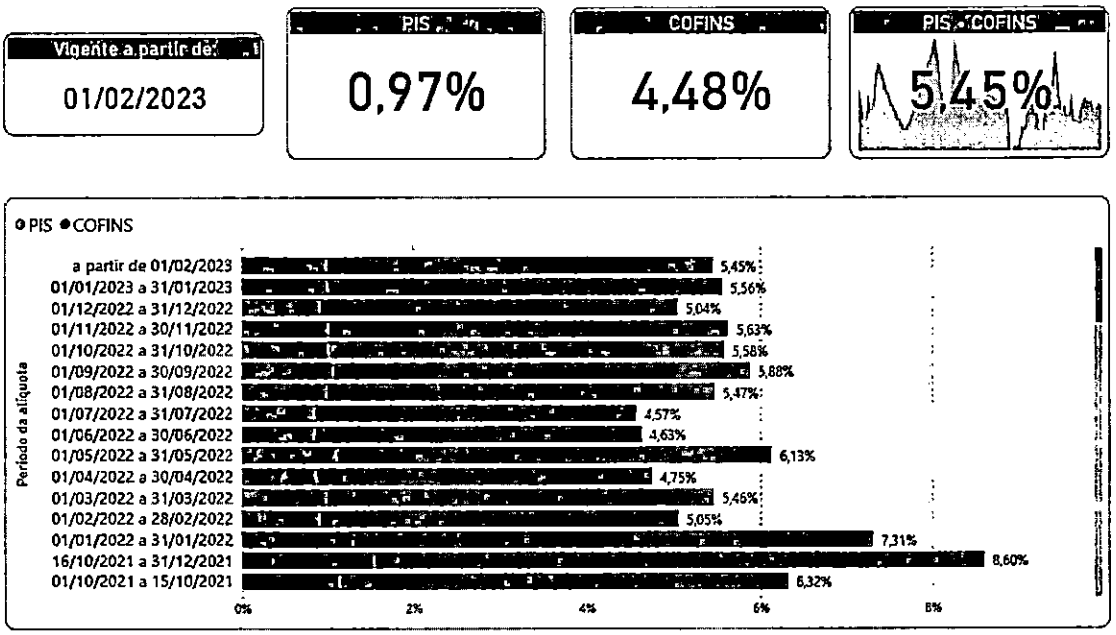


Figura 4 – Histórico PIS/COFINS da COPEL. Fonte: https://www.copel.com/site/copel-distribuicao/tributos/. Acesso em 06/02/2023

Aplicando os valores de bandeira tarifária e de impostos, calcula-se:

Preço Base da Tarifa B4a para o município: R$ 313,36/ MWh
Valor Médio de Bandeira Tarifária: R$ 36,17/ MWh
Subtotal: R$ 349,53/ MWh
Tributos: R$ 81,66/ MWh
Custo Total de Energia Elétrica (CTEE) de **R$ 431,50 /MWh** para o projeto.

FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 597
Ass.

Cálculo do valor da conta de energia

A partir da tarifa de energia aplicada ao parque de Iluminação Pública (b4a), o valor da conta de energia a ser paga pela Prefeitura é obtida:

Conta de Energia por Ponto =CMf/ 1000* Tempo* Tarifa
CMf = [Carga $_{MED\_CONV}$ * (PIP $_{CONV}$) * (1 - Efic) + Carga $_{MED\_LED}$ * PIP $_{LED}$] / [PIP $_{TOTAL}$]

Onde:

CMf = Carga média futura do parque calculada pela média ponderada entre Carga Média (pontos atuais com LED) e Carga Média (pontos atuais convencionais), aplicando a Meta de Eficientização de Referência;

PIP = Número de Pontos de IP

Tempo= Tempo de consumo mensal calculado pelo Tempo de consumo diário estimado (ANEEL) x 365 dias/12 meses

Tarifa=Tarifa b4a (com impostos e bandeira tarifária) em R$/kWh

PIP LED: Pontos de IP com LED já existentes no Parque

PIP CONV: Pontos de IP Convencionais já existentes no Parque

Efic = Eficientização

CMf = [142,4 * 12.204 * (1 –56,05%) + 125,1 * 1.481] / [13.685]
CMf = 69,37W

Conta de Energia por Ponto= 69,37 /1000 * (11,42 * 365/12) * 0,43150
Conta de Energia por Ponto= R$ 10,39

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 598
Ass

Taxa de Arrecadação

Introdução

Conforme contrato firmado com a companhia distribuidora de energia, a COPEL arrecada em favor do Município de Fazenda Rio Grande/PR os valores devidos pelos contribuintes a título de COSIP, mediante cobrança nas faturas de energia elétrica emitidas.

Não há ônus financeiro para o Município de Fazenda Rio Grande/PR. Em contrapartida, a COPEL fica autorizada a reter do montante arrecadado os valores devidos pela municipalidade em virtude do fornecimento de energia elétrica, repassando apenas eventual crédito.

Valor atual desembolsado

O valor referente a taxa de arrecadação cobrada pela Distribuidora e paga pela Prefeitura é obtida da seguinte forma:

Valor Taxa de Arrecadação Total = R$ 0,00

Valor Taxa de Arrecadação por Ponto = R$ 0,00

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 599
Ass

Resultados do Estudo de Pré-Viabilidade Econômico-Financeira

Sem alteração da COSIP

Saldo = **Receita** - **Despesas**

Resultados	R$ / ponto . mês	R$ total /mês	R$ total /ano
+ Receita (COSIP Atual)	R$ 52,35	R$ 716.458,60	R$ 8.597.503,18
- Despesa Total	R$ 27,88	R$ 381.528,94	R$ 4.578.347,23
- Contraprestação	R$ 17,48	R$ 239.279,49	R$ 2.871.353,84
- Conta de Energia	R$ 10,39	R$ 142.249,45	R$ 1.706.993,39
- Taxa de Arrecadação	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
= Saldo	R$ 24,47	R$ 334.929,66	R$ 4.019.155,95
Saldo %	46,75%	46,75%	46,75%

Tabela 6 – – Saldo de COSIP. Fonte: Omatic (2022)

Alternativas para tornar o resultado ainda mais positivo

Como visto no quadro anterior, há uma situação confortável quanto aos resultados esperados com a PPP, resultando em saldo que pode ser aplicado à outras iniciativas em Iluminação Pública, desvinculação de receitas até o limite legal ou mesmo redução na Contribuição.

Entretanto, recomenda-se atenção às possibilidades listadas abaixo, que tornariam o resultado, que já é bom, ainda mais favorável:

Desconto na concorrência da PPP ser maior que o estimado

Como pode ser visto na Tabela 2, nos leilões mais atuais, os descontos tornaram a contraprestação menor do que a estimada nessa pré-viabilidade.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 60
Ass:

Exclusão de Pontos em Áreas Privadas

Fazenda Rio Grande apresenta uma grande quantidade de condomínios, não obstante o esforço em retirar todos os pontos de área privada do cadastro técnico da COPEL, foram identificados pontos nessa situação.

Caso a prefeitura opte pela formalização da transferência das responsabilidades desses pontos, haveria uma redução dos valores de energia elétrica e da concessão como um todo, bem como a relação COSIP/pontos seria majorada.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 601
Ass

Análise de Cenários

Cenários

Foram avaliados cenários para possível variação do número de pontos de IP, em relação ao Parque de IP Atual:

1) Redução dos pontos, de acordo com potencial exclusão de pontos cadastrados em áreas privada;

2) Variação de 15%, para mais, no quantitativo de pontos de IP.

3) Variação até o limite de viabilidade.

Esse exercício tem por objetivo a reflexão sobre os limites possíveis da PPP e os espaços orçamentários na COSIP a partir de sua implantação. Ou seja, testa qual o nível de conforto nas contas da iluminação pública que permitem absorver eventuais variações nos custos associados, como o de energia elétrica, mesmo com a expansão do parque.

COSIP vs. Contraprestação

Arrecadação | Pontos de IP	~13,2 mil (excluí Condomínios)	~13,7 mil (Cadastro)	~15,7 mil (+15%)	~29,9 mil (+118%)
COSIP atual (R$ 1000/mês)	R$ 716,46	R$ 716,46	R$ 716,46	R$ 716,46
Despesa Total (R$ 1000/mês)	R$ 372,22	R$ 381,53	R$ 424,01	R$ 716,46
Saldo (R$ 1000 / mês)	R$ 344,24	R$ 334,93	R$ 292,45	R$ 0,00

Tabela 11 – Saldo de COSIP para diversos cenários. Fonte: Omatic (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 602
Ass 6

COSIP Atual vs. Cenários (R$ milhões)

O gráfico abaixo apresenta os resultados para os casos apresentados anteriormente.

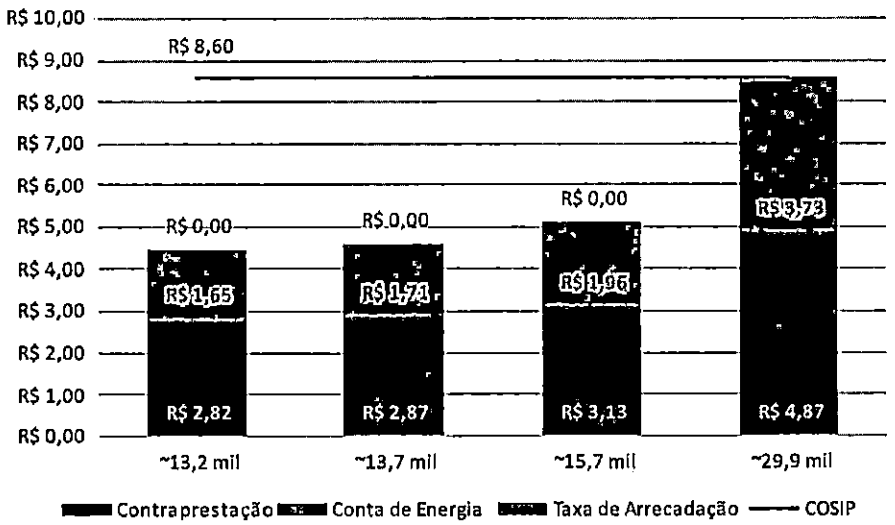


Figura 5 – Saldo de COSIP projetado. Fonte: Omatic (2022).

Análise do Limite da Receita Corrente Líquida (RCL)

Metodologia

Como análise complementar a pré-viabilidade econômico-financeira da PPP previamente apresentada, também foi avaliado o limite da RCL no Município para constituição de novos projetos de Parceria Público Privada (PPP);

Conforme definido no art. 28 da Lei 11 079 de 30 de dezembro de 2004 que instituiu normas gerais para licitação e contratação de PPPs a soma das despesas derivadas de PPPs não deve exceder 5% da RCL do Município.

De acordo com o diagnóstico jurídico institucional, não foram identificadas leis municipais que estabelecem limites mais restritivos, portanto, será considerado o limite de 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida do exercício, devendo adequar as despesas anuais dos contratos às receitas correntes líquidas projetadas para os exercícios seguintes respectivos.

Conforme a projeção de contraprestação que toma em conta o histórico dos últimos leilões, a expectativa de comprometimento é de R$ 2.871.353,84, o que corresponde a apenas 0,792% da RCL municipal, deixando margem confortável para outras PPPs.

Ainda que a PPP alcançasse o limite hipotético da COSIP, haveria um comprometimento na ordem dos 2,37%, dentro dos limites legais estabelecidos.

Dessa forma, primeiramente deve-se observar se há espaços para novas PPP, caso alguma já tenha sido contratada pelo município. Em Fazenda Rio Grande ainda não há registros de PPPs, portanto, a nova PPP não deverá ultrapassar o limite de 5% da Receita Corrente Líquida, ou R$ 18.119.588,56.

Resultados

Parâmetro	Valor Anual
RCL (2021)	R$ 362.391.771,11
Limite RCL (%)	5%
Limite RCL (R$)	R$ 18.119.588,56
PPPs Vigentes no Municípios (R$)	R$ 0,00
PPP Iluminação Pública (R$)	R$ 2.871.353,84
Saldo Limite RCL para Novas PPPs	R$ 15.248.234,72

Tabela 7 – Limite de RCL para novas PPPs. Fonte: Omatic (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 604
Ass

Conclusão

O estudo de pré-viabilidade aponta para uma situação favorável para as contas relacionadas aos serviços de Iluminação Pública no município, em especial com a implantação da PPP.

O valor que é arrecadado já é suficiente para suportar todo o contrato, podendo ser melhorada com a hipótese de os descontos ofertados serem superiores ao planejado nesse documento e com a exclusão em pontos instalados em áreas privadas.

Resumidamente, o cenário do município é confortável e apresenta possibilidades de melhoria. Além disso, o município conta com amplo espaço orçamentário para a contratação da PPP dentro dos limites fiscais.

Próximos Passos

A partir da apresentação dos diagnósticos, essa consultoria irá focar na elaboração dos estudos técnico-operacional, que dará suporte para o levantamento do investimento (CAPEX) e custeio (OPEX) do projeto.

Com essa informação mais precisa e detalhada, será refinada a estimativa de contraprestação futura a partir da modelagem econômico-financeira, bem como de custeios que estão fora do escopo, em especial energia elétrica.

Com os resultados em mãos, será possível iterar com a equipe técnica caso haja necessidade de ajustes do escopo para enquadramento na expectativa econômica. Também será possível ajustar com a equipe jurídica-institucional os meios mais eficazes para garantir que os documentos de contratação observem todos os requisitos da modelagem econômica.

Nos próximos meses também está prevista a fase de *Market Sounding*, que se trata de mapeamento de potenciais licitantes e equilíbrio entre suas expectativas, garantindo assim a atratividade do projeto, e os interesses do município, garantindo assim a vantajosidade.

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 605
Ass

ENCERRAMENTO

FAZENDA RIO GRANDE

Número do Documento:	**RL-2201-000-OMT-006**
Revisão:	**0**
Parecer Técnico Anterior:	NA
Data da Revisão Atual:	**08/02/2022**
Número de Folhas	**24**

Autores:

Lidiane Kuchnir	**Felipe Andrade Lucci**
Administradora	Engenheiro

Coordenação:

Felipe Andrade Lucci
CREA: PR-93329/D

AS INFORMAÇÕES TRANSCRITAS NO PRESENTE RELATÓRIO POSSUEM CARÁTER NÃO-VINCULATIVO E COMPORTAM INTERPRETAÇÃO MERAMENTE INFORMATIVA E REFERENCIAL AO GESTOR PÚBLICO, FUNDADA NA ANÁLISE, POR CONSULTORES TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, DE DOCUMENTAÇÃO PERTINENTE À MATÉRIA, EM ESPECIAL DA LEGISLAÇÃO E DEMAIS NORMATIVOS RESPECTIVOS, PARA EMBASAMENTO E FUNDAMENTAÇÃO DOS ESTUDOS ORA REALIZADOS. A PARTIR DESSA PREMISSA, CABE AO PRÓPRIO GESTOR AVALIAR SEU CONTEÚDO, DE MODO A MOTIVAR E INTEGRAR SUA DECISÃO PELA VIABILIZAÇÃO E CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO DE INTERESSE.

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

Projeto para Estruturação da PPP de Iluminação Pública de FAZENDA RIO GRANDE/PR

Relatório de Diagnóstico da Situação Fiscal

FEV/23

PM FAZENDA RIO GRANDE
Ass
Folha Nº 96

INTRODUÇÃO

Objetivo

O diagnóstico da situação fiscal tem como objetivo entender os valores envolvidos (investimentos, custeio e arrecadação) na operação e manutenção dos serviços de Iluminação Pública, bem como as condições fiscais e financeiras do ENTE PÚBLICO, a fim de avaliar sua capacidade de suportar os valores previstos com o novo contrato de PPP.

Complementar à interação com a prefeitura, suas secretarias e comitê gestor, foram utilizadas as ferramentas de transparência da própria prefeitura [1], do Tesouro Nacional, em especial do SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro) [2], e dados públicos do IBGE [3].

Dados Socioeconômicos

O município de Fazenda Rio Grande está localizado na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) no estado do Paraná, distante menos de 30 km da capital paranaense. Trata-se de um dos municípios brasileiros que mais cresce, apresentando um crescimento populacional na ordem de 10% ao ano, sendo sede de Comarca, desde 1999.

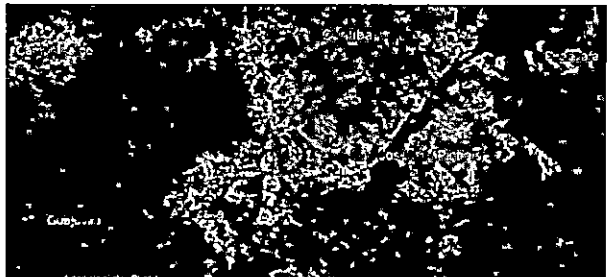


Figura 1 – Fazenda Rio Grande e arredores. Fonte: Google (2022).

Em 26 de janeiro de 1990, através da lei estadual nº 9.213, sancionada pelo governador Álvaro Fernandes Dias, o distrito de Fazenda Rio Grande, foi elevado à categoria de município emancipado, com.território desmembrado do município de Mandirituba. A instalação oficial ocorreu no dia 1º de janeiro de 1993.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 68 Ass

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	**4**
OBJETIVO	4
DADOS SOCIOECONÔMICOS	4
ECONOMIA DO MUNICÍPIO	6
EXPANSÃO POPULACIONAL	7
CUSTEIO ("AS IS")	**8**
INTRODUÇÃO	8
DINÂMICA DOS CUSTOS	9
INVESTIMENTOS REALIZADOS	**11**
INTRODUÇÃO	11
CONTRATOS	12
PROJEÇÃO DE INVESTIMENTOS	**14**
INTRODUÇÃO	14
MODERNIZAÇÃO	14
DEMANDA REPRIMIDA	16
EXPANSÃO / CRESCIMENTO VEGETATIVO	16
RESUMO DA PROJEÇÃO	18
PROJEÇÃO DE CUSTEIO	**19**
INTRODUÇÃO	19
ENERGIA ELÉTRICA	19
CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS	22
EQUIPE PRÓPRIA	23
RESUMO DA PROJEÇÃO	23
PROJEÇÃO DE CONTRATO DE PPP	**26**
HISTÓRICO DOS ÚLTIMOS LEILÕES	26
CÁLCULO DA EQUAÇÃO LINEAR	27
TESTE DE CONSISTÊNCIA	28
ESTIMATIVA DE CONTRAPRESTAÇÃO	28
CONDIÇÕES FISCAIS E FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO	**29**
CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COCIP)	29
CONDIÇÕES FISCAIS E FINANCEIRAS	31
CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG)	33
COMPROMETIMENTO DA RCL	**36**
DIRETRIZES / PRÓXIMOS PASSOS	**37**
REFERÊNCIAS	**38**
ENCERRAMENTO	**39**

Economia do Município

Segundo dados de 2020, última apuração disponível do IBGE, Fazenda Rio Grande tem o 26° PIB entre os 399 municípios paranaenses, nacionalmente ocupa a 386ª posição entre os 5570 municípios. Quando analisado o PIB per capita, o município ocupa o 295° e 1973° postos, respectivo ao estado e à federação.

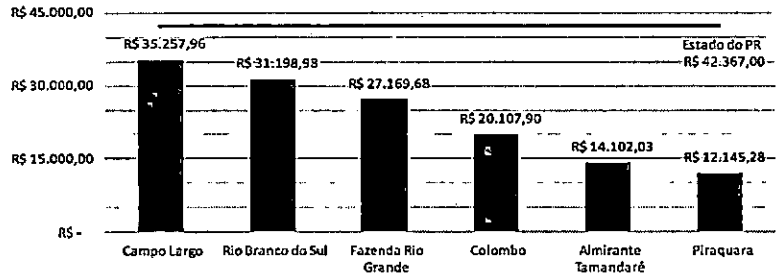


Figura 3 – PIB per capita de Fazenda Rio Grande e arredores em comparação com a média estadual (R$42.367,00). Fonte: IBGE (2020) [5].

O PIB da cidade é de cerca de R$ 2,8 bilhões de reais, sendo que 48,3% do valor adicionado advém dos serviços, na sequência aparecem as participações da indústria (28,1%), da administração pública (22,1%) e da agropecuária (1,5%).

Segundo o MTE, em dados compilados pelo caderno estatístico do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (IPARDES) [3], os setores que mais geram emprego (2021) são o comércio varejista (20,95%), a administração pública (14,09%), os serviços de transporte e comunicação (8,27%) e os serviços de administração de imóveis e valores mobiliários (7,12%), o que destaca a franca expansão imobiliária municipal.

A cidade fica no eixo da rodovia BR-116 e perto da BR-277 e da BR-376. Está situada a 20km da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), a 30km do Aeroporto Afonso Pena e a 110km do Porto de Paranaguá. Conta com relevo plano e está relativamente longe de mananciais. Esse conjunto de características têm chamado atenção de investidores, o que reflete no salto do PIB Municipal.

Com grande quantidade de comercio varejista, destacando-se os supermercados, lojas de variedades e lojas de materiais de construção, a população local consegue atender suas demandas de consumo localmente, apesar da proximidade com a capital.

	Valor adicionado bruto (Unidade: R$ x1000) (2020)				
	TOTAL	Agropec.	Indust.	Serv.	Adm. Púb.
Estado (PR)	426.369.453	56.493.861	111.144.409	201.893.052	56.838.129
Fazenda Rio Grande (PR)	2.275.993	35.189	638.529	1.099.809	502.464

Tabela 2 - Valor adicionado bruto. Fonte: IPARDES, 2022 [3][4].

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

A cidade conta com (IBGE, 2010) [3]:

- **92,96 %** dos domicílios em área urbana;
- **78%** dos domicílios conectados à rede de esgoto;
- **99,60%** dos domicílios com abastecimento de água; e,
- **99,96%** dos domicílios com energia elétrica; e,
- **99,25%** dos domicílios com coleta de lixo; e,
- **15,6%** das vias públicas com pavimentação asfáltica;

INDICADOR	FAZ. RIO GRANDE	PARANÁ
População estimada (Estimada, 2021)	103.750	11.597.484
IDHM (2010)	0,720	0,749
Índice de Gini (2010)	0,4922	0,5416
População urbana (2010)	92,96%	84,49%
PIB per capita (2020)	27.169,68	42.367,00

Tabela 1– Dados Geopolíticos. IBGE [1], IPARDES [4][5].

A área ocupada pelo município é de 116,678 km². O que resulta em uma densidade de população de 889,20 hab./km². Importante ressaltar que os dados do censo demográfico de 2022 devem atualizar os dados apresentados.

A população por faixa etária segue o padrão a seguir:

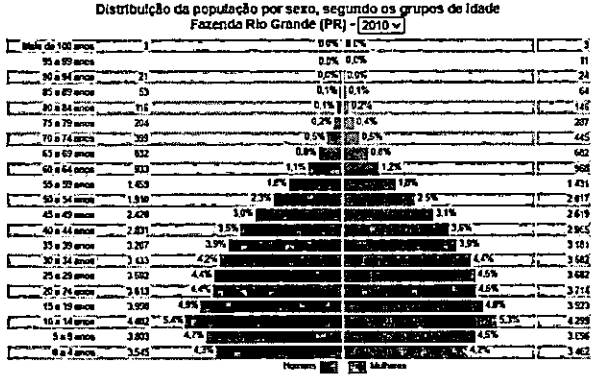


Figura 2 – Pirâmide etária. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 [1].

Segundo os dados do Ministério da Infraestrutura [2], a iluminação pública viária do município atende a seguinte frota de 68.101 veículos (2022), dos quais destacam-se:

- 45.445 Automóveis;
- 1.634 Caminhões;
- 4.326 Caminhonetes;
- 9.737 Motocicletas.
- 380 Ônibus;

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 808 Ass

CUSTEIO ("AS IS")

Introdução

Reproduzimos a seguir parte do Diagnóstico Técnico Operacional, para melhor compreensão do capítulo. Para o entendimento completo, sugerimos a leitura integral do Relatório de Diagnóstico da Situação Técnico-Operacional.

Sempre que citadas, as "entrevistas com os envolvidos", tratam-se de entrevista com o comitê técnico do projeto, em especial o sr. Bruno Martins (ponto focal da prefeitura), sr. Pedro Sinatra (responsável pelo Depto de Iluminação) e sr. Givanildo Francisco Pego (secretário de finanças), bem como as reuniões de projetos (pontos de controle).

PERFIL DO PARQUE

O parque de iluminação Pública Municipal é composto por 13.685 pontos de iluminação Pública, distribuídos entre as vias, parques e demais espaços públicos municipais. De acordo com os estudos técnicos, 11,4% do parque conta com iluminação a LED.

Serviço	Quantidade	%
Iluminação Viária – V1 (estimada)	1.202	8,8%
Iluminação Viária – V1 (BR116)	360	2,6%
Iluminação Viária – V2	1.184	8,7%
Iluminação Viária – V3	1.920	14,0%
Iluminação Viária – V4	887	6,5%
Iluminação Viária – V5	7.357	53,8%
Iluminação de ELP	775	5,7%
TOTAL (exceto Ilum. Destaque)	13.685	100,0%

Tabela 3 – Perfil do Parque de Iluminação atual, exceto Iluminação de Destoque. Fonte: Omatic (2023)

MODELO ATUAL

Conforme entrevista com o comitê técnico do projeto, atualmente a gestão, operação e a manutenção do parque são realizadas por equipe própria, através de funcionários da Secretaria de Planejamento Urbano.

Dentro da estrutura da Secretaria, há a Divisão de Iluminação Pública, que concentra as decisões e ações relativas ao serviço.

Os veículos são próprios. Não há contratos de mão de obra e as aquisições de materiais e sobressalentes são realizadas através de pregões regidos pela Lei 8.666/93.

PREFEITURA DE RIO GRANDE Folha Nº 69 Ass

Expansão Populacional

Segundo dados oficiais do IBGE, em 2000 [6], o município contava com aproximadamente 63 mil habitantes. No censo realizado em 2010 [7], foram registrados pouco mais de 81,5 mil habitantes. As prévias do Censo 2022 [8] apontam para uma população de mais de 167 mil habitantes, fazendo com que a cidade entre no grupo das 10 maiores populações do estado.

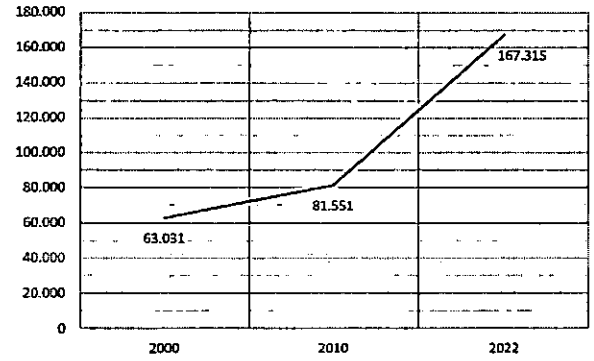


Figura 4 – Evolução da população do município. Fonte: IBGE.

A média linear da expansão populacional no período, portanto, é de **4,54% a.a.**, com indicação de aceleração da taxa entre 2010 até 2022, quando comparada com a taxa registrada entre 2000 e 2010.

TERCEIROS – TELEGESTÃO

Conforme avaliação das contas públicas e entrevistas com os responsáveis do município, atualmente o município não dispõe de telegestão para o monitoramento e controle do parque. Dessa forma, não há custos relacionados a esse serviço.

CUSTOS DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

Conforme entrevista com o comitê técnico do projeto, foi indicado que, atualmente, o município dispõe de 3 (três) veículos caminhões Munck com cestos aéreos, próprios da prefeitura, majoritariamente utilizado para a Iluminação Pública, mas com a possibilidade de uso compartilhado com outras atividades.

Infelizmente, foi impossível apurar os valores empenhados com combustível e manutenção, que deverão ser estimados durante a modelagem econômico-financeira.

EQUIPE PRÓPRIA

Conforme entrevista feita com os envolvidos com a iluminação pública da cidade, foi informado que a manutenção do parque de iluminação pública é realizada por 2 (duas) equipes com 2 (dois) eletricistas cada. Além desses, há ainda o Chefe de Divisão.

Adicionalmente aos funcionários que se dedicam exclusivamente à Iluminação Pública, há o secretário de Infraestrutura e Serviços Urbanos, que além do departamento de Iluminação acumula outras responsabilidades.

De acordo com o portal de transparências do município, existem 8 profissionais atuando diretamente nos serviços de Iluminação pública, em cargos distintos, sendo 1 diretor(a) de área, 4 eletricistas, 2 guardiões e 1 assessor(a) técnico. Nota-se que as informações constantes no site da transparência estão plenamente de acordo com as informações fornecidas nas entrevistas.

O somatório dos vencimentos brutos da equipe dedicada resulta em R$ 58.932,45 mensais.

Foram considerados parcela (50%) dos vencimentos do secretário que assume a pasta. Ou seja, somando-se os profissionais plenamente e os parcialmente envolvidos, há um desembolso mensal com equipe própria estimada em R$ 67.371,95.

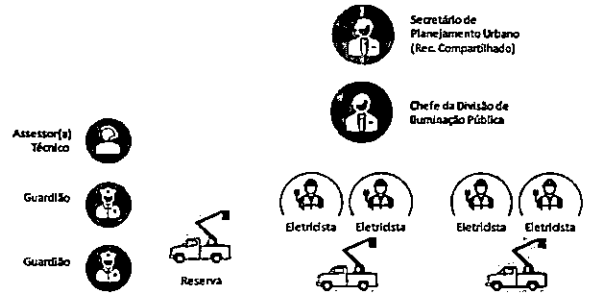


Figura 6 – Organograma Iluminação Pública. Fonte: Omatic (2023).

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

Dinâmica dos Custos

Os gráficos a seguir mostram a dinâmica dos custos nos últimos anos e uma breve análise sobre os achados.

ENERGIA ELÉTRICA

Conforme visto no diagnóstico técnico, grande parte da fatura de energia elétrica é calculada por estimativa, sendo aproximadamente 7% do parque faturado por medição direta. O gráfico a seguir apresenta a dinâmica em boa parte do ano de 2022.

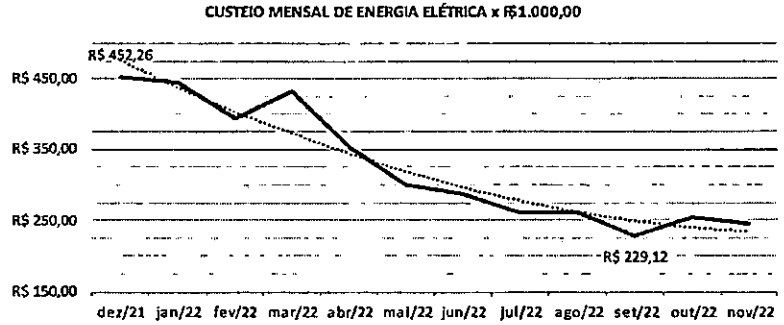


Figura 5 - Histórico de custeio mensal de energia elétrica, em R$ mil.
Fonte: Copel (2022), Elaborado por: Omatic Consultoria (2022).

O resultado evidencia uma redução nos custos de energia elétrica, em especial a partir de maio, o que pode ser parcialmente explicado pela alteração da bandeira tarifária de "escassez hídrica" para "bandeira verde".

Entretanto, a mudança é mais significativa do que apenas a redução do adicional tarifário, o que denota um esforço do município na redução da conta, que será avaliada nos tópicos a seguir, em especial o que trata dos investimentos em modernização.

Atualmente a conta gira em torno do valor de R$250.000,00, corroborada pela linha de tendência polinomial proposta.

TERCEIROS – CONTRATOS DE O&M

Conforme avaliação das contas públicas e entrevistas com os responsáveis do município, atualmente o município não contrata qualquer empresa para a realização de Operação e Manutenção (O&M). Dessa forma, não há custos relacionados a esse serviço.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 610 Ass

Contratos

Número do Contrato	Data de Assinatura	Vencedor	Objeto	Certame	Valor	Fonte	Dotação
NA	NA	NA	Aquisição de materiais para ampliação e melhoria no sistema de iluminação pública, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - Divisão de Iluminação Pública.	Pregão Eletrônico Nº 127/2022	NA	1507	164
-	29/03/22	ORION SOLUÇÕES EM ILUMINAÇÃO LTDA.	Dispensa Emergencial de Licitação para aquisição de material elétrico para a Iluminação Pública conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras Públicas.	Pregão Eletrônico Nº 19/2022	R$ 82.064,00	1507	164
REG. DE PREÇO 006-2022	22/03/22	ELETROFER EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS E INDÚSTRIAIS LTDA	Aquisição de Materiais de Construção, para suprir às necessidades das secretarias municipais, considerando o maior desconto sobre a tabela de preço SINAPI	Pregão Eletrônico Nº 08/2022	R$ 1.000.000,00	1507	164
REG. DE PREÇO 050-2021	16/09/21	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI DIRECTY CONSTRUTORA EIRELI VRS SERVIÇOS EIRELI	Aquisição de materiais elétricos para manutenção da iluminação pública em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras Públicas.	Pregão Eletrônico Nº 55/2021	R$ 143.515,68	1507	76
CONTRATO 051-2020	14/04/20	ENERGEPAR EMPREENDIMENTOS ELÉTRICOS LTDA.	Contratação de empresa especializada na execução de serviços de iluminação e fornecimento de materiais para ampliação e melhorias no sistema de iluminação Pública, com equipe qualificada, materiais e equipamentos necessários..	Concorrência pública Nº 02/2020	R$ 900.000,00	1507	237
REG. DE PREÇO 026-2020	13/04/20	COMERCIAL PRINT LUX EIRELI LUMINATI COMÉRCIO DE MATRIAL ELÉTRICO EIRELI – EPP R.D. VELANI ELÉTRICA - EPP	Aquisição de Materiais Elétricos para Divisão de Iluminação Pública.	Pregão Presencial Nº 15/2020	R$ 552.875,00	1507	234 241 1219
REG. DE PREÇO 047-2020	06/07/20	SERRALED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E ILUMINAÇÃO EIRELI	Fornecimento de material para o sistema de iluminação pública, compreendendo a instalação de luminárias tipo SOLAR.	Pregão Eletrônico Nº 41/2020	R$ 167.256,00	1507	234

Tabela 4 – Contratos de Iluminação Pública. Fonte: Omatic (2023)

PMRG FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 119 Ass

TAXA DE ARRECADAÇÃO

Conforme contrato de arrecadação da COCIP, que coincidem com os valores apresentados em fatura, a Distribuidora de Energia (COPEL) não cobra qualquer valor a título de taxa de arrecadação.

INVESTIMENTOS REALIZADOS

Introdução

A seguir são apresentados os contratos relacionados à aquisição de materiais e mão de obra para os serviços de iluminação pública, todos aqueles que desde 2020 utilizaram recursos "1507 - Contribuições Iluminação Pública Exercício Corrente".

A dotação orçamentária encontra-se indicada na tabela, sendo:

76 - Manutenção do Sistema de Iluminação Publica

164 - Modernização e Ampliação do Sistema de Iluminação

234 - Manutenção do Sistema de Iluminação Publica

237 - Manutenção do Sistema de Iluminação Publica

241 - Manutenção do Sistema de Iluminação Publica

1219 - Manutenção do Sistema de Iluminação Publica

Alguns outros contratos podem contar acessoriamente com escopo de iluminação, como sugerem os contratos de expansão viária, que normalmente carregam o termo "Iluminação Pública" no seu objeto. Notadamente os serviços nos bairros Iguaçu, Santa Terezinha e Centro (CONTRATO 081-2020), Avenida Francisco Ferreira da Cruz (CONTRATO 056-2020), Bairro Estados-Jardim Morumbi (REG. DE PREÇO 079-2021), Rua Matinhos (CONTRATO 003-2021). Infelizmente não é possível avaliar o percentual da Iluminação Pública no escopo.

Não há a percepção de contratos dedicados à modernização tecnológica do parque para luminárias LED, o que é consoante com a participação dessa tecnologia no cadastro técnico (11,4%) e configura ótima oportunidade para a PPP trazer resultados expressivos nas suas primeiras semanas de execução.

Os custos relacionados exclusivamente com os serviços de iluminação pública somam R$ 2.845.710,68, sendo que o último contrato assinado é de 03/2022 e já encontra-se em fase final, com o desembolso da totalidade de recursos previstos.

Dessa forma, a pesquisa sugere um custo com materiais próprios para Iluminação Pública do município em torno de R$ 948.570,23.

Os números de contratos e de editais estão disponíveis nas listas abaixo, permitindo a consulta e obtenção de informações detalhadas dos interessados.

PROJEÇÃO DE INVESTIMENTOS

Introdução

Esse capítulo tem por objetivo apresentar estimativas para os investimentos necessários para a modernização do parque, a partir de premissas que serão confirmadas ao longo do projeto.

A partir desse dado, será possível avaliar a alavancagem que o projeto oferece ao município, bem como dar insumos para fases posteriores ligadas às informações de CAPEX (*CAPital EXpenditure*) do projeto.

Foram utilizadas premissas como parâmetros de cálculos, em especial percentual de telegestão, prazo de modernização e vigência do projeto, de acordo com a moda estatística dos projetos FEP/CEF. Como dito anteriormente, essas premissas devem ser confirmadas após as análises de sensibilidade que serão apresentadas em documentos sucessores a esse diagnóstico.

Da mesma forma, salienta-se que a Modelagem Econômica irá tratar dos ganhos e riscos com a modernização, bem como a comparação PPP e continuação das trocas em andamento através de ferramentas específicas, como o *Value for Money* (VfM) que dependem de informações que serão fornecidas ao longo do projeto.

Modernização

Para a projeção de investimentos em modernização, esse estudo propõe o cálculo prévio a partir dos valores contidos na tabela SINAPI. Lembramos que há previsão futura de detalhamento e aprofundamento dessa projeção, principalmente a luz dos estudos de Engenharia, que irá possibilitar a revisitação desse diagnóstico.

Tendo como base a classificação de IP disponibilizada pelo Diagnóstico técnico, e ciente de que a projeção deverá ser revisada com os resultados luminotécnicos, foi proposta a tabela abaixo para o cálculo do valor médio de modernização por ponto.

Material	%	Referência
101654 LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 33 W ATÉ 50 W – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	55%	R$ 276,10
101655 LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 51 W ATÉ 67 W – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	25%	R$ 439,47
101657 LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 98 W ATÉ 137 W – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	10%	R$ 558,87
101658 LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 138 W ATÉ 180 W – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	10%	R$ 725,94
Valor Médio		R$ 390,20

Tabela 6 – Custo Médio por Luminária tomando tabela SINAPI como referência. Fonte: Omatic (2023).

Infelizmente, a tabela SINAPI traz apenas a referência de braços de 1,5m, sem maiores detalhes de espessura da parede ou diâmetro do tubo, mesmo sendo um material fortemente influenciado pelo custo do aço, dado em grande parte pelo seu peso. Tal limitação deverá ser tratada em fases

Número do Contrato	Data de Ass.	Vencedor	Objeto	Certame	Valor	Fonte	Dotação
CONTRATO 003-2021	10/02/21	DEZEMBRO MINERAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO EIRELI	Contratação de empresa para execução de obra de pavimentação urbana da Rua Matinhos, no Bairro Estados, com extensão total 313,21 metros, compreendendo o fornecimento de todo o material de construção empregado, equipamentos, mão-de-obra, serviços complementares, transporte.	Tomada de preço Nº 13/2020	R$ 527.267,44	1601 11731	171 - Pavimentação de Vias Urbanas 1340 - Pavimentação de Vias Urbanas
REG. DE PREÇO 079-2021	18/11/21	DEZEMBRO MINERAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO EIRELI	Contratação de remanescente de obra, em consequência de rescisão contratual de obras de Pavimentação de vias urbanas em CBUQ com área de 19.429,12 m², incluindo os serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, drenagem e ensaios tecnológicos.O objeto está contenplado na operação de crédito Projeto SAM 60,firmado com o SEDU-PARANACIDADE.	Dispensa de Licitação Nº 70/2021	R$ 3.928.605,22	1601	752 - Pavimentação de Vias Urbanas
CONTRATO 056-2020	16/04/20	CTG CONSTRUTORA EIRELI	Pavimentação de via urbana em CBUQ com área de 3.273,13 m², incluindo os serviços preliminares, terraplanagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, paisagismo e urbanismo, sinalização de trânsito, iluminação pública, serviços diversos, drenagem e ensaios tecnológicos. *Observação: Empresa anterior não assinou o contrato 038-2020.	Concorrência Pública Nº 05/2019	R$ 837.475,85	1601	183 - Pavimentação de Vias Urbanas
CONTRATO 081-2020	05/06/20	PAVIMENTADORA ARAUJO EIRELI	Obras de pavimentação urbanas em CBUQ nos Bairros Iguaçu, Sta Terezinha e Centro, com área de 6684,89 m², incluindo os serviços preliminares, terraplanagem, base e sub-base, revestimento com meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, iluminação pública, drenagem e ensaios tecnológicos.	Concorrência Pública Nº 05/2020	R$ 1.176.220,31	1601	171 - Pavimentação de Vias Urbanas

Tabela 5 – Contratos com parcela do escopo relacionada a Iluminação Pública. Fonte: Omatic (2023)

Cabe destacar que, até o momento da elaboração desse documento, os contratos firmados com impactos nos serviços de Iluminação Pública tratavam apenas de manutenção rotineira, sem interferência no projeto.

O pregão Nº 127/2022 tem o potencial de ampliar a parcela já modernizada do parque e, portanto, ter alguma interferência nos custos associados à futura concessão. Caso o contrato seja de fato firmado, as projeções serão atualizadas para o novo cenário.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 612 Ass.

Demanda Reprimida

Nesse estudo, admite-se que a demanda reprimida não contempla a correção de pontos escuros, que são aqueles provenientes de uma distância entre pontos de iluminação pública que necessariamente demandam a inclusão de um ponto intermediário para atendimento normativo.

Admite-se também que as estradas rurais não iluminadas não caracterizarão demanda reprimida.

Destaca-se que as premissas acima poderão ser revistas de acordo com o andamento do projeto e posicionamento do ente concedente.

Isto posto, de acordo com o Diagnóstico Técnico-Operacional, são 736 pontos de iluminação adicionais para atendimento de demanda reprimida imediata, ou seja, aquela já conhecida e mapeada.

Admitindo-se que as premissas da modernização se repetem, exceto aquela referente à quantidade de braços extensores, teremos o seguinte cenário:

Material - DEMANDA REPRIMIDA	Qtde Estimada	Valor Unitário	Valor Total
101654 LUM. LED PARA ILUM. PÚBLICA, DE 33 W ATÉ 50 W – FORN. E INSTAL.	404	R$ 276,10	R$ 111.544,40
101654 LUM. LED PARA ILUM. PÚBLICA, DE 51W ATÉ 67 W – FORN. E INSTAL.	184	R$ 439,47	R$ 80.862,48
101654 LUM. LED PARA ILUM. PÚBLICA, DE 98W ATÉ 137 W – FORN. E INSTAL.	74	R$ 558,87	R$ 41.356,38
101654 LUM. LED PARA ILUM. PÚBLICA, DE 138W ATÉ 180 W – FORN. E INSTAL.	74	R$ 725,94	R$ 53.719,56
101636 BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA... - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	736	R$ 160,38	R$ 118.039,68
CUSTO MÉDIO PARA TELEGESTÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	184	R$ 550,00	R$ 101.200,00
Miscelâneas	-	15%	R$ 76.008,38
TOTAL	736	R$ 791,75	R$ 582.730,88

Tabela 11 – Custo estimado de atendimento à demanda reprimida. Fonte: Omatic (2023).

Ou seja, de acordo com as premissas apresentadas e o valor de referência da SINAPI, cada ponto de iluminação que venha a atender à demanda reprimida, em média, custará R$ 791,75.

Expansão / Crescimento Vegetativo

Nesse estudo, admite-se que o crescimento vegetativo será na ordem de 2% ao ano, conforme apresentado no diagnóstico Técnico-Operacional.

Admite-se também que o atendimento ao crescimento vegetativo não contemplará a instalação de postes e lançamento de circuitos, que serão atribuições da concessionária de distribuição de energia. Portanto, a expansão poderá ser atendida apenas com a instalação de braços, luminárias, telegestão e miscelâneas.

Destaca-se que as premissas acima poderão ser revistas de acordo com o andamento do projeto e posicionamento do ente concedente.

Isto posto, teremos o seguinte cenário:

ANDE Folha Nº 63 Ass

posteriores desse projeto, com a cotação de braços de características diversas e de acordo com o recomendado no estudo técnico.

De acordo com o diagnóstico, espera-se a troca de 3,23% dos braços que equipam o parque. Para efeitos de estimativa de custos, esse valor foi arredondado para 4%.

Material	%	Referência
101636 BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO, COMPRIMENTO DE 1,50 M, PARA FIXAÇÃO EM POSTE DE CONCRETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	4%	R$ 160,38

Tabela 7 – Custo Médio por Braço Extensor. Fonte: SINAPI (2022).

Consideração a moda estatísticas dos projetos estruturados pela CEF/FEP, espera-se que o parque seja equipado com equipamentos de telegestão em, pelo menos, 25% de sua totalidade. O custo estimado por ponto considerado é de R$550,00 a ser confirmado na etapa de modelagem econômica.

Material	%	Referência
Custo Médio para Telegestão (*end-points*, *gateways* e demais equipamentos necessários)	25%	R$ 550,00

Tabela 8 – Custo Médio de Telegestão. Fonte: Omatic (2023).

Por fim, é considerada a premissa de parcela de 15% sobre os demais investimentos a ser destinada à aquisição de Miscelâneas, a ser confirmada após o projeto de engenharia. Por miscelâneas, entende-se cabos, conectores, suportes, postes, parafusos, porcas, globos e afins.

Material	%	Referência
Custo Médio em Miscelânea	15%	Demais Itens

Tabela 9 – Custo Média de Miscelânea. Fonte: Omatic (2023).

Dessa forma, estima-se a seguinte composição de custos para a modernização do parque, que será refinada ao longo do projeto.

Material	Qtde Estimada	Valor Unitário	Valor Total
101654 LUM. LED PARA ILUM. PÚBLICA, DE 33 W ATÉ 50 W – FORN. E INSTAL.	7.526	R$ 276,10	R$ 2.077.928,60
101654 LUM. LED PARA ILUM. PÚBLICA, DE 51W ATÉ 67 W – FORN. E INSTAL.	3.421	R$ 439,47	R$ 1.503.426,87
101654 LUM. LED PARA ILUM. PÚBLICA, DE 98W ATÉ 137 W – FORN. E INSTAL.	1.369	R$ 558,87	R$ 765.093,03
101654 LUM. LED PARA ILUM. PÚBLICA, DE 138W ATÉ 180 W – FORN. E INSTAL.	1.369	R$ 725,94	R$ 993.811,86
101636 BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA... - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	547	R$ 160,38	R$ 87.727,86
CUSTO MÉDIO PARA TELEGESTÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	3.421	R$ 550,00	R$ 1.881.550,00
Miscelâneas		15%	R$ 1.096.430,73
TOTAL	13.685	R$ 614,25	R$ 8.405.968,95

Tabela 10 – Custo Médio e Total para modernização. Fonte: Omatic (2023).

Ou seja, de acordo com as premissas apresentadas e o valor de referência da SINAPI, cada ponto de iluminação que tenha que ser modernizado, custará (em média) R$ 614,25.

Resumo da Projeção

De acordo com os dados apresentados nesse capítulo, podemos resumir as premissas de cálculo do investimento (CAPEX) de modernização, caso ocorresse em regime de Lei 8.666/93, da seguinte forma:

a) Para cada linha de aquisição, a utilização dos valores da tabela SINAPI;

b) Substituição de 4,00% dos braços extensores atuais, conforme arredondamento do diagnóstico técnico-operacional;

c) Premissa de 15% do valor total destinados a Miscelâneas, a ser confirmada após o projeto de engenharia;

d) Telegestão de 25% do parque, tomando em consideração a moda estatísticas dos projetos estruturados pela CEF/FEP, custo estimado por ponto de R$550,00 a ser confirmado na etapa de modelagem econômica;

e) Vigência de contrato de 13 anos, tomando em consideração a moda estatísticas dos projetos estruturados pela CEF/FEP;

f) Modernização em 12 meses, tomando em consideração a moda estatísticas dos projetos estruturados pela CEF/FEP.

Material	Qtde Estimada	Valor Unitário	Valor Total
Modernização	13.685	R$ 614,25	R$ 8.405.968,95
Demanda Reprimida	736	R$ 791,75	R$ 582.730,88
Crescimento Vegetativo	4.242	R$ 794,82	R$ 3.371.606,15
TOTAL	18.663	R$ 662,29	R$ 12.360.305,98

Tabela 13 – Projeção de Investimento. Fonte: Omatic (2023).

Ou seja, de acordo com as premissas apresentadas e o valor de referência da SINAPI, desconsiderando os efeitos da inflação, ao final dos 13 anos propostos, cada ponto de iluminação custará, em média, R$ 662,29.

A partir dessa premissa, teríamos a seguinte dinâmica de desembolso ao longo do contrato:

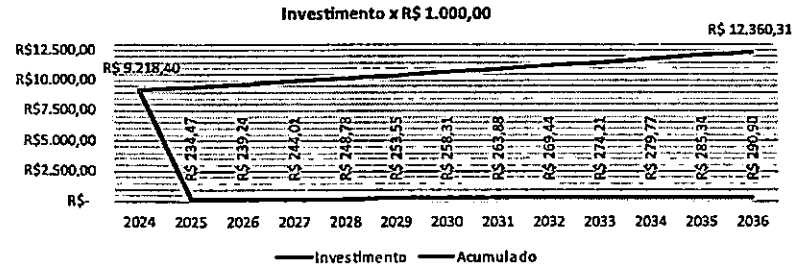


Figura 9 – Projeção de Investimento. Fonte: Omatic (2023).

Material – CRESCIMENTO VEGETATIVO	Qtde Estimada	Valor Unitário	Valor Total
101654 LUM. LED PARA ILUM. PÚBLICA, DE 33 W ATÉ 50 W – FORN. E INSTAL.	159	R$ 276,10	R$ 43.899,90
101654 LUM. LED PARA ILUM. PÚBLICA, DE 51W ATÉ 67 W – FORN. E INSTAL.	73	R$ 439,47	R$ 32.081,31
101654 LUM. LED PARA ILUM. PÚBLICA, DE 98W ATÉ 137 W – FORN. E INSTAL.	29	R$ 558,87	R$ 16.207,23
101654 LUM. LED PARA ILUM. PÚBLICA, DE 138W ATÉ 180 W – FORN. E INSTAL.	29	R$ 725,94	R$ 21.052,26
101636 BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA_ - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	289	R$ 160,38	R$ 46.349,82
CUSTO MÉDIO PARA TELEGESTÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	73	R$ 550,00	R$ 40.150,00
Miscelâneas	-	15%	R$ 29.961,08
TOTAL	289	R$ 794,82	R$ 229.701,60

Tabela 12 – Custo estimado de atendimento ao crescimento Vegetativo. Fonte: Omatic (2023).

Admitindo que o crescimento vegetativo permaneça em 2,00% a.a., teremos a seguinte dinâmica de acréscimo de pontos ao longo dos próximos 13 anos:

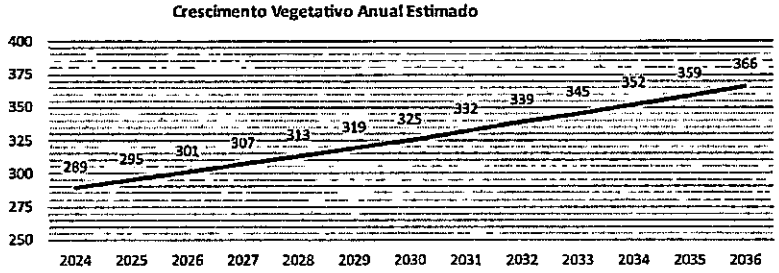


Figura 7 – Crescimento Vegetativo, em número de pontos adicionais de IP. Fonte: Omatic (2023).

Aplicando os valores de demanda reprimida e crescimento vegetativo, espera-se a seguinte dinâmica no total de pontos ao longo dos próximos 13 anos:

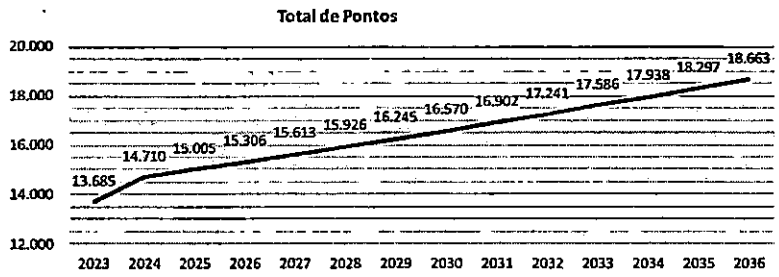


Figura 8 – Crescimento Vegetativo, em número de pontos adicionais de IP. Fonte: Omatic (2023).

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 614 Assº

Nos últimos anos, a bandeira tarifária apresenta o seguinte histórico:

Bandeiras Tarifárias - Últimos 4 anos				
	2019	2020	2021	2022
Janeiro	Verde	Amarela	Amarela	Escassez Hídrica
Fevereiro	Verde	Verde	Amarela	Escassez Hídrica
Março	Verde	Verde	Amarela	Escassez Hídrica
Abril	Verde	Verde	Amarela	Escassez Hídrica
Maio	Amarela	Verde	Vermelha P1	Verde
Junho	Verde	Verde	Vermelha P2	Verde
Julho	Amarela	Verde	Vermelha P2	Verde
Agosto	Vermelha P1	Verde	Vermelha P2	Verde
Setembro	Vermelha P1	Verde	Escassez Hídrica	Verde
Outubro	Amarela	Verde	Escassez Hídrica	Verde
Novembro	Vermelha P1	Verde	Escassez Hídrica	Verde
Dezembro	Amarela	Vermelha P2	Escassez Hídrica	Verde
Custo Médio (R$/MWh)	R$ 14,58	R$ 6,45	R$ 76,31	R$ 47,33

Tabela 15 – Histórico de bandeira. Fonte: ANEEL. (2022).

Nota-se que nos últimos 4 anos houve a aplicação de bandeira tarifária no país, sendo agravada no final de 2021 e início de 2022 pelo uso da bandeira de escassez hídrica. Porém, mesmo com o reajuste dos valores das bandeiras, o ano de 2022 apresentou um valor médio associado a esse dispositivo inferior ao de 2021. Nos últimos 4 anos, pode-se observar uma média de R$ 36,17/MWh associado à cobrança de bandeiras.

Por fim, destaca-se os impostos que incidem no fornecimento de energia elétrica, são eles:

ICMS: 18%;
PIS e COFINS: 5,45% (fev/21);

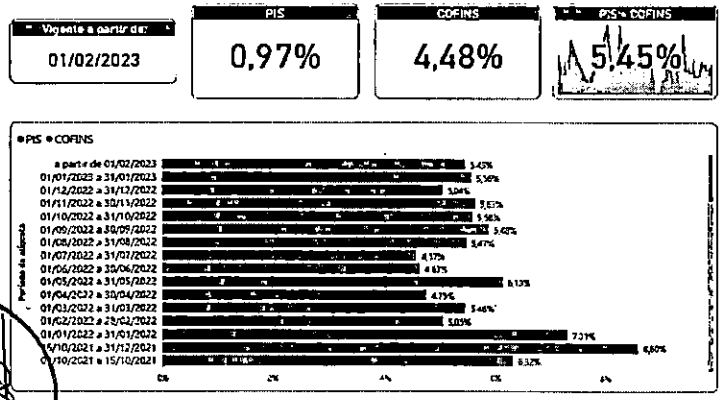


Figura 10 – Histórico PIS/COFINS da COPEL. Fonte: https://www.copel.com/site/copel-distribuicao/tributos/. Acesso em 06/02/2023

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 619
Assinatura

PROJEÇÃO DE CUSTEIO

Introdução

Esse capítulo tem por objetivo apresentar estimativas para o custeio a partir da modernização do parque, a partir de premissas que serão confirmadas ao longo do projeto.

A partir desse dado, será possível avaliar a economia que o projeto oferece ao município a partir da eficientização dos serviços, bem como dar insumos para fases posteriores ligadas às informações de OPEX (*OPerational EXpenditure*) do projeto.

Foram utilizadas premissas como parâmetros de cálculos, em especial prazo de modernização e vigência do projeto, de acordo com a moda estatística dos projetos FEP/CEF. Como dito anteriormente, essas premissas devem ser confirmadas após as análises de sensibilidade que serão apresentadas em documentos sucessores a esse diagnóstico.

Da mesma forma, salienta-se que a economia média em energia elétrica obtida pela modernização só poderá ser confirmada após o projeto de engenharia.

Energia Elétrica

CUSTO DE ENERGIA

Para determinação do custeio da energia elétrica, primeiramente é importante uma discussão sobre o custo final da energia elétrica.

Em consulta ao sítio da Distribuidora de Energia na internet, constata-se que a tarifa aplicável, Tarifa b4a, encontra-se no valor de R$ 313,36/ MWh (Sem impostos)

Uma componente importante no custo são os adicionais por bandeira tarifária, que atualmente apresentaram os seguintes valores:

Adicional	2018-2019 (R$/kWh)	2019-2020 (R$/kWh)	2020-2021 (R$/kWh)	2021-2022 (R$/kWh)	2022-2023 (R$/kWh)
Verde	0	0	0	0	0
Amarela	0,01000	0,01500	0,01343	0,01874	0,02989
Vermelha P1	0,03000	0,04000	0,04169	0,03971	0,06500
Vermelha P2	0,05000	0,06000	0,06243	0,09495	0,09795
Escassez Hídrica	NA	NA	NA	0,14200,	NA

Tabela 14 – Adicional de bandeira. Fonte: ANEEL (2022).

Conta de Energia = CMf/ 1000 * Tempo* Tarifa * PIP
= 69,37 /1000 * (11,42 * 365/12) * 0,43150 * 13.685
= R$ 142.290,21

Considerando a média do custo de energia por ponto, chegamos a **R$ 10,40**. Dessa forma, considerando a estabilidade tarifária e a projeção de crescimento do parque ao longo dos anos, temos o seguinte cenário sobre os custos de energia elétrica:

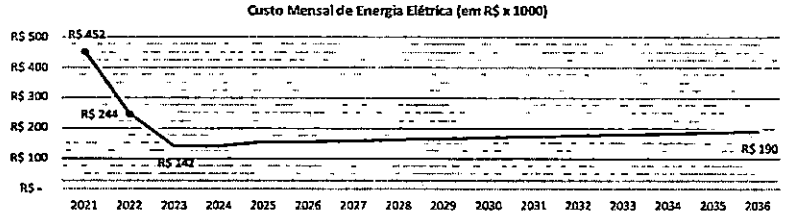


Figura 11 – Custo de Energia realizados (em azul) e projetados (em laranja). Fonte: Omatic (2023).

Contratação de Materiais e Serviços

Quanto à Operação e Manutenção (O&M), no que tange os gastos com terceiros, podemos destacar os seguintes itens:

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA IP

Pelos mesmos motivos que serão detalhados no tópico "Equipe Própria", esse estudo considerou que o quantitativo de veículos, mesmo com a modernização do parque deve continuar o mesmo.

Quanto aos valores praticados, não obstante a atual elevação dos preços de equipamentos, espera-se que não haja aquisição de novos veículos até a contratação da PPP. O resultado de eventuais vendas de ativos, serão discutidas na estruturação econômica, bem como na estruturação jurídica-institucional.

Destaca-se que as premissas acima poderão ser revistas de acordo com o andamento do projeto e posicionamento do ente concedente.

MATERIAIS DE REPOSIÇÃO

Os gastos com contratos destinados aos materiais de reposição custaram, em média, aproximadamente R$ 949 mil por ano. Espera-se uma redução gradual por conta da menor exigência de trocas, que atualmente encontra-se em 35 por dia, conforme entrevista com a Diretoria de Iluminação Pública.

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

Aplicando os valores de bandeira tarifária e de impostos, calcula-se:

Preço Base da Tarifa B4a para o município: R$ 313,36/ MWh
Valor Médio de Bandeira Tarifária: R$ 36,17/ MWh
Subtotal: R$ 349,53/ MWh
Tributos: R$ 81,66/ MWh
custo total de energia elétrica (CTEE) de **R$ 431,50 /MWh** para o projeto.

CONSUMO DE ENERGIA

Dado o perfil do parque atual e o informado pelo diagnóstico técnico, calcula-se que as cargas médias atuais do parque, conforme tabela abaixo:

Tipo	Qtde	Carga Média [W]
Lâmpadas Convencionais (VS, MVM, VM, etc)	12.204	142,4
Luminárias LED	1.481	125,1
Carga Média atual (CMa)	13.685	140,5

Tabela 16 – Carga Médio Atual. Fonte: COPEL (2022).

A Carga Média futura do parque é calculada pela média ponderada entre Carga Média (pontos atuais em LED) e Carga Média (pontos atuais convencionais), aplicando a Meta de Eficientização de Referência, a partir da fórmula:

$CMf = [Carga_{MED\_CONV} * (PIP_{CONV}) * (1 - Efic) + Carga_{MED\_LED} * PIP_{LED}] / [PIP_{TOTAL}]$

Onde:

CMf = Carga média futura do parque;
PIP = Número de Pontos de IP
PIP_{LED}: Pontos de IP com LED já existentes no Parque
PIP_{CONV}: Pontos de IP Convencionais já existentes no Parque
Efic = Eficientização

CMf = [142,4* 12.204 * (1 –56,05%) + 125,1 * 1.481] / [13.685]
CMf = 69,37117368

Para o cálculo do valor da energia, multiplica-se a Carga Média Futura (CMf) pelo tempo estimado de consumo (TEC) e pelo custo total de energia elétrica (CTEE).

O tempo estimado de consumo (TEC) diário é determinada pela resolução ANEEL Res. 2.590/2019. Para o município de Fazenda Rio Grande, o valor estumado é de 11h 27 min, equivalente à 11,45 horas.

Dessa forma, o cálculo do Valor de Energia segue a fórmula:

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 616

a) Os valores de **energia elétrica** serão gradualmente reduzidos com a modernização e gradualmente expandidos conforme crescimento do parque de iluminação pública;

b) Os valores de **materiais de reposição** serão gradualmente reduzidos com a modernização e gradualmente expandidos conforme crescimento do parque de iluminação pública;

c) A quantidade de **equipamentos e veículos** manter-se-ão estáveis, tendo a menor demanda compensada por Nível de Serviço mais exigente;

d) Valores relacionados ao **pessoal próprio** manter-se-ão estáveis, tendo a menor demanda compensada por Nível de Serviço mais exigente;

e) Para efeitos da simplificação do modelo, **não foram incluídos os efeitos da inflação;**

f) **Telegestão de 25% do parque**, tomando em consideração a moda estatísticas dos projetos estruturados pela CEF/FEP, custo estimado de licença por ponto de R$1,00 a ser confirmado na etapa de modelagem econômica;

g) Projeção para os próximos **13 anos**, equivalente à moda estatísticas dos projetos estruturados pela CEF/FEP;

h) **Modernização em 12 meses**, equivalente à moda estatísticas dos projetos estruturados pela CEF/FEP.

Ano	Energia Elétrica	Material de Reposição	Locação de Veículo	Pessoal Próprio	Tele gestão	Total
2023	R$ 1.707,48	R$ 210,07	R$ 0,00	R$ 808,46	R$ 41,05	R$ 1.201,88
2024	R$ 1.707,48	R$ 210,07	R$ 0,00	R$ 808,46	R$ 41,05	R$ 1.201,88
2025	R$ 1.835,37	R$ 226,04	R$ 0,00	R$ 808,46	R$ 44,14	R$ 1.231,59
2026	R$ 1.872,18	R$ 230,34	R$ 0,00	R$ 808,46	R$ 45,01	R$ 1.239,83
2027	R$ 1.909,74	R$ 235,26	R$ 0,00	R$ 808,46	R$ 45,92	R$ 1.248,79
2028	R$ 1.948,04	R$ 239,56	R$ 0,00	R$ 808,46	R$ 46,84	R$ 1.257,19
2029	R$ 1.987,09	R$ 244,47	R$ 0,00	R$ 808,46	R$ 47,78	R$ 1.266,31
2030	R$ 2.026,89	R$ 249,39	R$ 0,00	R$ 808,46	R$ 48,73	R$ 1.275,49
2031	R$ 2.067,45	R$ 254,30	R$ 0,00	R$ 808,46	R$ 49,72	R$ 1.284,77
2032	R$ 2.108,87	R$ 259,83	R$ 0,00	R$ 808,46	R$ 50,71	R$ 1.294,74
2033	R$ 2.151,17	R$ 264,74	R$ 0,00	R$ 808,46	R$ 51,72	R$ 1.304,19
2034	R$ 2.194,21	R$ 270,27	R$ 0,00	R$ 808,46	R$ 52,76	R$ 1.314,35
2035	R$ 2.238,13	R$ 275,18	R$ 0,00	R$ 808,46	R$ 53,82	R$ 1.323,98
2036	R$ 2.282,92	R$ 280,71	R$ 0,00	R$ 808,46	R$ 54,89	R$ 1.334,31

Tabela 17 – Projeção de Custeio, valores x R$ 1.000,00. Fonte: Omatic (2023).

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 617 Ass



Figura 12 – Desembolsos com Reposição realizados (em azul) e projetados (em laranja). Fonte: Omatic (2023).

Destaca-se que os valores indicados como realizados tem como data base a assinatura dos contratos, portanto a grande discrepância do ano de 2021 pode ser explicada pela aplicação de materiais contratados em 2020, ano com o maior valor contratado da série.

Para o cálculo da projeção de custos com reposição, utilizou-se o valor de 2,5% de falhas anuais nas luminárias LED, valor padrão de mercado, bem como os valores médios por ponto e as expansões anuais previstas e discutidas nesse documento.

Nota-se uma redução inicial dos custos e um progressivo avanço, proporcional ao aumento do parque. Destaca-se que as premissas acima poderão ser revistas de acordo com o andamento do projeto e posicionamento do ente concedente.

Equipe Própria

Levando-se em consideração que a vida útil do LED é bastante superior à vida útil das lâmpadas de descarga, o que implica em uma menor incidência de falhas mensais de equipamentos, o que permite distensionar os serviços.

Por outro lado, o atendimento da demanda reprimida e do crescimento vegetativo, bem como a melhoria necessária no tempo de atendimento de ocorrências, farão com que a demanda no Departamento de Iluminação Pública seja crescente.

Por conta desses argumentos, espera-se que a equipe própria, mantenha-se estável em comparação ao atualmente dimensionado, sofrendo correções conforme acordos de categoria e/ou legislação vigente. Ou seja, somando todos os vencimentos dos profissionais alocados diretamente na iluminação pública, há uma previsão mensal de desembolso de R$ 84.250,94 (oitenta e quatro mil, duzentos e cinquenta reais e noventa e quatro centavos).

Destaca-se que as premissas acima poderão ser revistas de acordo com o andamento do projeto e posicionamento do ente concedente.

Resumo da Projeção

De acordo com os dados apresentados nesse capítulo, podemos resumir as premissas de cálculo dos custos (OPEX) de modernização, caso ocorresse em regime de Lei 8.666/93, da seguinte forma:

PROJEÇÃO DE CONTRATO DE PPP

Histórico dos últimos Leilões

Município	UF	Data do Leilão	Pontos IP	Número de Licitantes	CP Mensal / Ponto IP (vencedor)	CP Mensal / Ponto IP (média)	CP Mensal / Ponto IP (mediana)	CP Mensal / Ponto IP (máxima)	CP Mensal / Ponto IP (Edital)
Barreiras	BA	nov/22	20.331	5	R$ 14,17	R$ 20,27	R$ 20,52	R$ 24,20	R$ 29,35
Nova Lima	MG	nov/22	19.773	5	R$ 14,22	R$ 20,84	R$ 21,10	R$ 24,88	R$ 32,46
Toledo	PR	abr/22	24.274	9	R$ 12,49	R$ 16,88	R$ 17,19	R$ 20,27	R$ 25,48
Cachoeiro do Itapemirim	ES	abr/22	18.558	7	R$ 13,38	R$ 22,21	R$ 22,48	R$ 28,52	R$ 41,88
Patos de Minas	MG	dez/21	25.486	11	R$ 12,54	R$ 17,44	R$ 16,82	R$ 21,70	R$ 26,09
Campinas	SP	nov/21	122.573	9	R$ 10,20	R$ 15,04	R$ 17,61	R$ 19,28	R$ 27,58
Belém	PA	nov/20	90.024	8	R$ 12,60	R$ 19,64	R$ 19,80	R$ 21,88	R$ 38,53
Petrolina	PE	nov/20	38.036	8	R$ 11,36	R$ 14,24	R$ 14,01	R$ 17,37	R$ 35,06
Sapucaia do Sul	RS	nov/20	11.382	8	R$ 18,72	R$ 22,53	R$ 22,59	R$ 26,75	R$ 38,25
Macapá	AP	out/20	34.386	5	R$ 14,32	R$ 19,28	R$ 14,659	R$ 19,80	R$ 38,71
Feira de Santana	BA	ago/20	60.500	11	R$ 12,99	R$ 18,20	R$ 18,06	R$ 24,02	R$ 29,65
Aracaju	SE	ago/20	58.763	15	R$ 12,67	R$ 19,51	R$ 19,31	R$ 25,06	R$ 30,68
Vila Velha	ES	ago/20	34.930	11	R$ 14,34	R$ 20,54	R$ 20,58	R$ 24,65	R$ 37,80
Franco da Rocha	SP	ago/20	10.413	8	R$ 23,94	R$ 28,21	R$ 27,57	R$ 35,78	R$ 39,08

Tabela 18 – Histórico de Leilões. Fonte: Omatic (2023).

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

A partir dessa premissa, teríamos a seguinte dinâmica de desembolso ao longo do contrato:

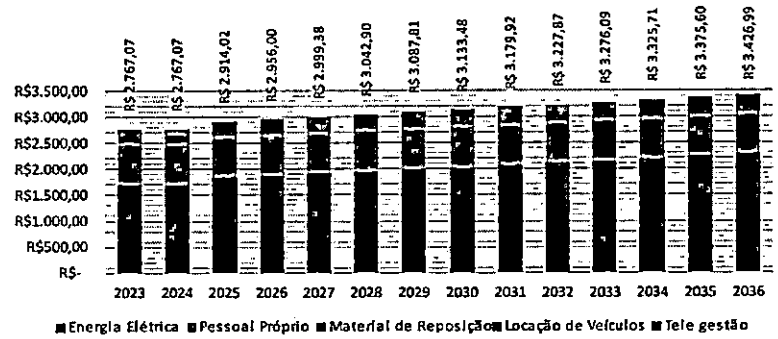


Figura 13 – Projeção de Custeio, mantendo a operação atual e modernizando via L8666/93. Fonte: Omatic (2023).

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 618
Ass.

Teste de Consistência

A regressão avaliada obteve como resultado um coeficiente de determinação (R^2) superior a 0,967 indicando que a variabilidade da contraprestação mensal é explicada em mais de 96,71% pelas variáveis do modelo de regressão, e a variável dependente (pontos de IP) teve um P-Valor menor que 0,00001% sendo estatisticamente significante. As variáveis também apresentaram uma correlação de Pearson superior a 0,98.

Regressão Testada	Valores
R^2	0,967085343
P-Valor: Pontos de IP (variável dependente)	< 0,00001%
Tamanho da Amostra	14
Correlação de *Pearson*	0,984691444

Tabela 19 – Regressão Linear das ofertas vencedoras. Fonte: Omatic (2023).

Estimativa de Contraprestação

Conforme apresentado anteriormente, a partir da equação linear, é obtido o valor da contraprestação mensal.

Equação Linear

Contraprestação Mensal = a* [Número de pontos de IP] + b

Onde:

PIP = 13.685
a = R$ 10,30
b = R$ 98.352,15

Contraprestação Mensal = R$ 10,30 * 13.685 + R$ 98.352,15
Contraprestação Mensal = R$ 239.279,49

Contraprestação Mensal por Ponto = Contraprestação Mensal / Número de pontos de IP
Contraprestação Mensal por Ponto = R$ 239.279,49 / 13.685
Contraprestação Mensal por Ponto = R$ 17,48

FAZENDA RIO GRANDE 619

Cálculo da Equação Linear

A partir da metodologia apresentada anteriormente, foram estimadas as variáveis a e b da equação. Deste modo, através da equação ao lado é possível estimar o valor da contraprestação mensal por ponto do Município.

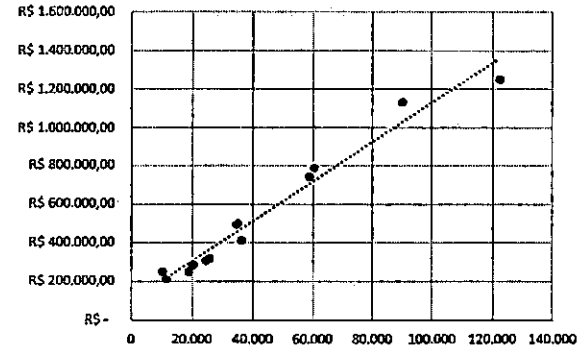


Figura 14 – Ofertas vencedoras nos últimos leilões. Fonte: Omatic (2023).x'

Equação Linear

CP = a * PIP + b

Onde:

CP = Contraprestação Mensal
PIP = Número de Pontos de IP
a = R$ 10,30
b = R$ 98.352,15

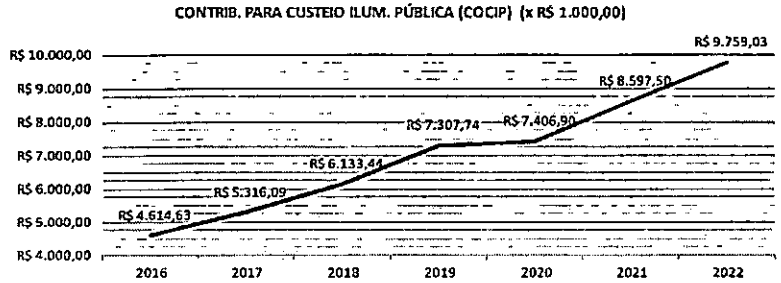


Figura 15 - Arrecadação de COCIP de 2016 a 2022, Fazenda Rio Grande. Fonte: SICONFI (2023) e PMFRG(2023).

Tomando como referência o último valor da série histórica (2021), foram arrecadados R$9,76 milhões para o atendimento do parque de 13.685 pontos de iluminação pública. Nota-se, portanto, uma arrecadação média mensal de R$59,43 por ponto.

O valor arrecadado atualmente é suficiente para as operações atuais do parque, como podemos observar abaixo:

Arrecadação da COCIP (2021)	R$ 9.759.033,88
Energia Elétrica (2022)	-R$ 3.913.392,89
Material de Reposição (2022)	-R$ 1.082.064,00
Locação de Veículo (2022)	R$ 0,00
Pessoal Próprio (2022)	-R$ 808.463,40
TOTAL	**R$ 3.955.113,57**

Tabela 21 - Resumo do Saldo de COCIP. Fonte: Omatic (2023)

O superavit entre arrecadação e custos do serviço de iluminação Pública, fornece espaço fiscal para diversas iniciativas da prefeitura, como ampliação do parque de iluminação a áreas em expansão, iluminação temática de Natal, páscoa e outras festividades, iluminação de destaque de pontos de interesse entre muitos outros.

Adicionalmente, a Emenda Constitucional nº 93/2016 regulamentou a possibilidade de os municípios desvincular, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) das receitas "carimbadas". Portanto, o saldo positivo da iluminação pública poderá ser aplicado em outras iniciativas municipais.

Por fim, com a parceria público-privada, espera-se uma redução nos custos totais associados aos serviços. Haverá a possibilidade, portanto, de estudo de redução das contribuições.

O valor de arrecadação média mensal atual, calculado anteriormente, é amplamente superior a qualquer resultado histórico de leilão de projetos do FEP/CEF, bem como do valor projetado para esse contrato.

O valor arrecadado é suficiente para cobrir todos os custos de contraprestação, energia elétrica e todas as demais associadas, conforme pode ser observado em detalhes no Diagnóstico de Peé-Atratividade.

CONDIÇÕES FISCAIS E FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO

Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COCIP)

MODELO DE ARRECADAÇÃO DA COCIP

A arrecadação de COCIP é regulamentada pela Lei Municipal nº 154/2002 e aquelas leis que a altere, em especial a Lei Municipal nº 195/2003. A cobrança da COCIP se dá mensalmente através das faturas de energia elétrica dos munícipes, não há cobrança de terrenos não conectados à rede elétrica. Maiores detalhes podem ser obtidos no relatório de diagnóstico jurídico institucional.

Atualmente, a arrecadação da COCIP está definida da seguinte forma:

Classe de Consumidor	Valores
Comercial e Industrial	10% do valor do consumo, limitado a 2,0 (duas) UFM.
Demais	10% do valor do consumo, limitado a 1,0 (uma) UFM.

Tabela 20 – Modelo de Arrecadação atual. Fonte: PMFRG (2022)

De acordo com o Decreto nº 6.743/2022, o mais atual que trata da atualização do valor em Real da Unidade Fiscal do Município - UFM, o valor até o momento da elaboração desse diagnóstico é de R$ 121,03 (cento e vinte e um reais e três centavos).

Ou seja, a cobrança da COCIP equivale a 10% da fatura de energia elétrica, limitado ao valor de R$ 242,06 (cento e vinte e um reais e três centavos) para consumidores comerciais e industriais e ao valor de R$ 121,03 (cento e vinte e um reais e três centavos) para os residenciais e demais.

ARRECADAÇÃO DA COCIP

De acordo com o SICONFI, a arrecadação da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COCIP) teve a seguinte evolução:

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 623 Ass

CONCLUSÕES

Os dados fornecidos nesse capítulo apresentam as condições do município frente aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e auxiliam na análise da saúde financeira da administração municipal.

O primeiro gráfico, de Resultado Nominal, resultado da variação da dívida líquida do setor público deduzidos os ajustes patrimoniais e metodológicos, mostra um resultado positivo na maior parte da série histórica, tendo o último resultado negativo em 2017 e desde então apresentando resultados positivos robustos.

A dívida pública consolidada ou fundada constitui-se no montante total das obrigações financeiras assumidas, para amortização em prazo superior a doze meses ou de prazo inferior a doze meses, mas com receitas constando do orçamento.

O limite de endividamento pela LRF é de 120% da RCL. O município, no pior ano de seu endividamento entre 2016 e 2021, teve uma relação DCL/RCL de 14,41% (em 2016). Em 2021, essa relação era negativa de -20,70%, ou seja, havia Disponibilidade de Caixa superior às Dívidas Consolidadas. Sob a óptica da LRF, há amplo espaço para o endividamento.

Por fim, foi apresentado o gráfico de percentual da receita gastos com o pessoal. Como é de conhecimento, o limite estabelecido na lei é de 60%. O município rompeu esse teto em 2016. Desde então, a expansão desses gastos se deu de forma menos acelerada que o avanço percebido na RCL. Dessa forma, o município vem se afastando consistentemente do limite imposto pela LRF.

Pode-se concluir que Fazenda Rio Grande apresenta números Fiscais e Financeiros robustos e situação sob controle.

FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 69
Ass

Condições fiscais e financeiras

Abaixo são apresentadas as condições fiscais e financeiras do ENTE PÚBLICO. As informações foram obtidas nas bases oficiais de comunicação contábil, em especial o SICONFI [2], bem como no portal transparência [1] e com o apoio do comitê técnico municipal que suporta as atividades de estruturação do projeto.

A série apresentada para todos os dados é de 2016 a 2021.

RESULTADO NOMINAL

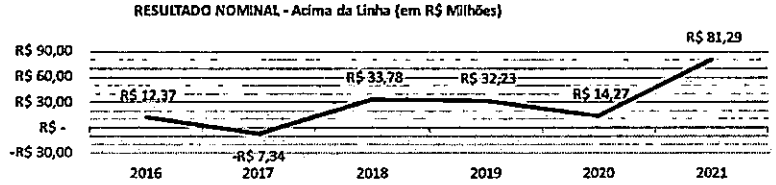


Figura 16 – Resultado Nominal de 2016 a 2021, Fazenda Rio Grande. Fonte: SICONFI (2023), TCE-PR (2023).

DÍVIDA LÍQUIDA

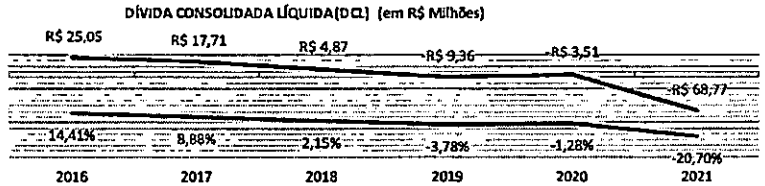
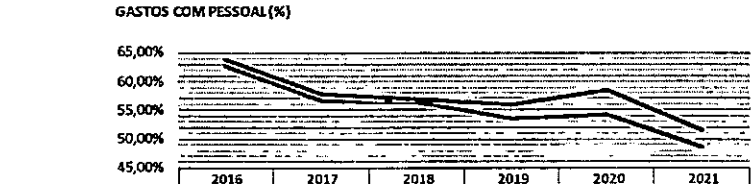


Figura 17 – Dívida Líquida de 2016 a 2021, Fazenda Rio Grande. Fonte: SICONFI (2022).

GASTOS COM PESSOAL



	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DESP. BRUTA PESSOAL / RCL	63,94%	57,86%	56,92%	55,95%	58,46%	51,44%
DESP. LIQ. PESSOAL / RCL	62,81%	56,72%	56,51%	53,43%	54,23%	48,64%

Figura 18 – Gastos com Pessoal de 2015 a 2021, Fazenda Rio Grande. Fonte: SICONFI (2022).

Indicador	Faixa	Nota
Poupança corrente (PC) Despesas correntes / receitas correntes ajustadas	PC < 90%	A
	90% ≤ PC < 95%	B
	PC ≥ 95%	C

Tabela 23 – Notas para Poupança corrente (PC). Fonte: STN (2023). Elaboração: Omatic (2023).

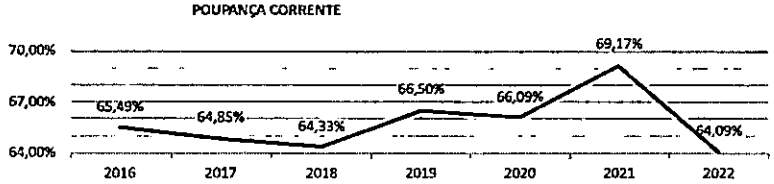


Figura 20 – Indicador de Poupança Corrente, Fazenda Rio Grande. Fonte: SICONFI (2023) [2]. Elaboração: Omatic (2023).

A série histórica mostra que em todo o período estudado o município esteve com o indicador de Poupança Corrente inferior à 90%, portanto, recebeu nota "A" em toda a série estudada.

INDICADOR 3 – INDICADOR DE LIQUIDEZ (IL)

O indicador é calculado pela relação entre as obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa bruta do exercício anterior, considerando-se apenas as fontes de recursos não vinculadas. Dessa forma, apura-se a disponibilidade de recursos prontamente utilizáveis e não vinculados para fazer frente às obrigações financeiras de curto prazo.

Indicador	Faixa	Nota
Índice de liquidez (IL) Obrigações financeiras / disponibilidades de caixa bruta	IL < 1	A
	IL ≥ 1	C

Tabela 24 – Notas para Poupança corrente (PC). Fonte: STN (2023). Elaboração: Omatic (2023).

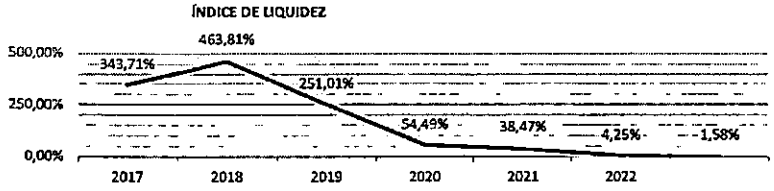


Figura 21 – Indicador de Liquidez, Fazenda Rio Grande. Fonte: SICONFI (2023) [2]. Elaboração: Omatic (2023).

A série histórica mostra que a partir de 2019 o município esteve com o indicador de Liquidez inferior à 100%, portanto, recebe nota "A".

Capacidade de Pagamento (CAPAG)

Infelizmente, não está disponível no sítio do Tesouro Transparente o cálculo da CAPAG do município de Fazenda Rio Grande, possivelmente pela falta da apresentação de documentação pertinente.

Dessa forma, esse estudo calculou cada um dos indicadores que formam o CAPAG, com as informações disponíveis, e os critérios estabelecidos para a atribuição da nota.

INDICADOR 1 - ENDIVIDAMENTO (DC)

O indicador é calculado pela relação entre a dívida consolidada bruta e a receita corrente líquida, do exercício anterior. Deve ser tomado o devido cuidado na utilização da dívida bruta e não da dívida líquida. Explica-se essa regra pelo fato de que a liquidez terá seu próprio indicador, como veremos adiante, que levará em conta as disponibilidades no cálculo.

Indicador	Faixa	Nota
Endividamento (DC) Dívida consolidada bruta / receita corrente líquida	DC < 60%	A
	60% ≤ DC < 150%	B
	DC ≥ 150%	C

Tabela 22 – Notas para Endividamento (DC) . Fonte: STN (2023). Elaboração: Omatic (2023).

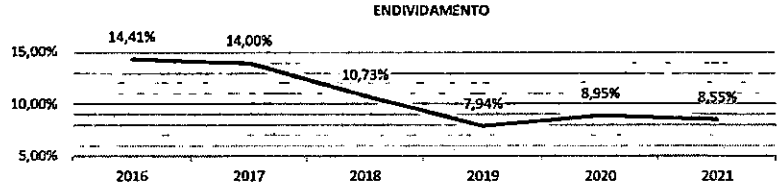


Figura 19 – Indicador de Endividamento, Fazenda Rio Grande. Fonte: SICONFI (2023) [2]. Elaboração: Omatic (2023).

A série histórica mostra que em todo o período estudado o município esteve com o endividamento inferior à 60% da sua Receita Corrente Líquida e, portanto, recebeu nota "A" em toda a série estudada.

INDICADOR 2 – POUPANÇA CORRENTE (PC)

O indicador é calculado pela relação entre despesas correntes e receitas correntes ajustadas, apuradas pela média ponderada dos três exercícios anteriores, cujos pesos são 50% (exercício imediatamente anterior), 30% e 20% (exercício mais antigo).

Por receitas correntes ajustadas, entende-se a Receita Corrente excluindo os valores relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Notar que não inclui as despesas e as receitas de capital.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 622 Ass

COMPROMETIMENTO DA RCL

Para o cálculo do comprometimento, faz-se necessário levantar qual o histórico da referência, nesse caso a Receita Corrente Líquida. Na sequência calcula-se o comprometimento no pior caso, ou seja, a utilização integral da COCIP na futura concessão, e o caso mais provável, de acordo com a projeção de custo por ponto para o contrato.

RECEITA CORRENTE LÍQUIIDA

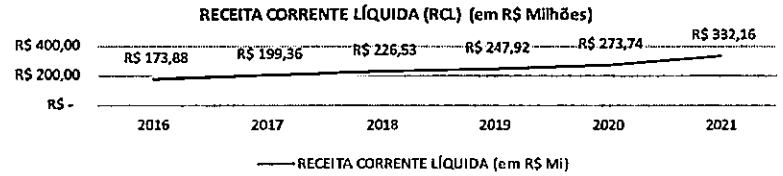


Figura 23 – Receita Corrente Líquida de 2016 a 2021, Fazenda Rio Grande. Fonte: SICONFI (2023).

COMPROMETIMENTO RCL

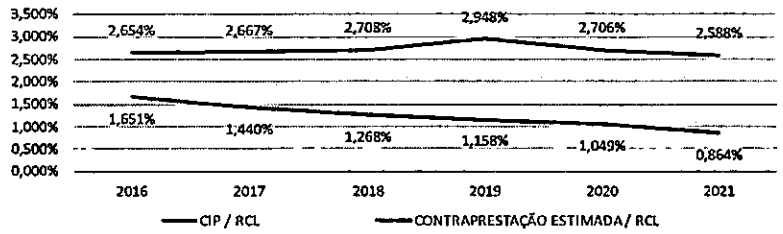


Figura 24 – Comprometimento de RCL, Fazenda Rio Grande. Fonte: Omatic (2023).

Conforme apontado no diagnóstico jurídico institucional, para que o município possa pleitear que a União conceda garantias ou realize transferências voluntárias, será necessário demonstrar que o conjunto de PPPs não ultrapassa o limite de 5% (cinco por cento) da receita líquida municipal.

Para o caso concreto de Fazenda Rio Grande, uma vez que não há o registro de outras PPPs ativas no município, mesmo que a PPP alcançasse o limite hipotético da COCIP, haveria um comprometimento na ordem dos 2,59%. Ainda assim haveria espaço orçamentário para outras PPPs no município sem que haja necessidade de alteração do limite legal.

Utilizando a estimativa de contraprestação, essa relação cai a 0,86%, aumentando os valores possíveis de serem contratados em outras PPPs, sem que o limite discutido acima seja ultrapassado.

DEFINIÇÃO DA NOTA

A obtenção das notas finais A e B é condição necessária (embora não suficiente) para que o município receba garantia da União em operações de crédito. O cálculo da nota final dá-se pela análise da combinação das notas parciais de cada indicador, conforme possibilidades indicadas a seguir.

Endividamento (DC)	Poupança Corrente (PC)	Liquidez (IL)	Nota Final
A	A	A	A
B	A	A	B
C	A	A	B
A	B	A	B
B	B	A	B
C	B	A	B
Todas as demais combinações			C
C	C	C	D

Tabela 25 – Notas para Poupança corrente (PC). Fonte: STN (2023). Elaboração: Omatic (2023).

Dessa forma, teríamos a seguinte situação de Notas ao longo do Período estudado:

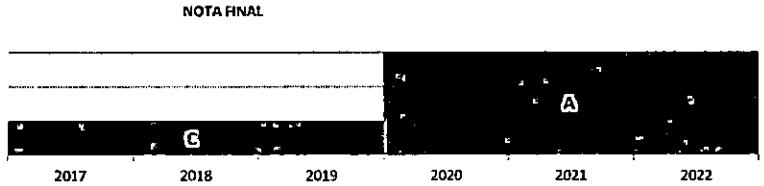


Figura 22 – CAPAG de Fazenda Rio Grande entre 2017 e 2022. Fonte: Omatic (2023).

REFERÊNCIAS

[1] Disponível em: < https://www.fazendariogrande.pr.gov.br/transparencia >. Acesso em: 01 de fevereiro. de 2023.

[2] Disponível em: < https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf >. Acesso em: 01 de fevereiro. de 2023.

[3] Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/fazenda-rio-grande.html >. Acesso em: 01 de fevereiro. de 2023.

[4] Disponível em: < http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83820&btOk=ok >. Acesso em: 01 de fevereiro. de 2023.

[5] Disponível em: < http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=19&btOk=ok >. Acesso em: 01 de fevereiro. de 2023.

[6] Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico-2000.html?edicao=9861&t=resultados >. Acesso em: 01 de fevereiro. de 2023.

[7] Disponível em: < https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Diario_Oficial_da_Uniao_2010_11_04/PR2010.pdf >. Acesso em: 22 de dezembro de 2022.

[8] Disponível em: < https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/PR_POP2022.pdf >. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

[9] Disponível em: < https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_61_0_1_22062022141524.pdf >. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

[10] Disponível em: < https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/municipios>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

DIRETRIZES / PRÓXIMOS PASSOS

Esse documento é o primeiro produto da disciplina econômico-financeira. Na sequência dos trabalhos serão desenvolvidos documentos que confirmam ou revisam as premissas utilizadas, além de aprofundar a análise em todas as disciplinas e suas interdependências.

Dentre as providências que devem ser analisadas pelo setor público, destacam-se:

1. Recomenda-se que investimentos em Expansão do Parque sejam avaliados cuidadosamente, uma vez que já haverá um compromisso do futuro concessionário em assumir as demandas reprimidas existentes;

2. Recomenda-se que apenas as aquisições necessárias para o ano de 2023 sejam levadas a cabo;

3. Avaliação das condições de utilização dos veículos atualmente destinados à IP para outras finalidades, como poda de árvores e manutenção semafórica e demais equipamentos em altura.

4. Cabe destacar que o município de Fazenda Rio Grande ocupa a posição 5.006° no Ranking Nacional da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no SICONFI [10] o que dificulta o acesso de competidores para as suas próprias análises, sugere-se atenção para contornar essa situação.

Cabe ressaltar que o município apresenta excelente saúde financeira, capacidade de contrair empréstimos, serviços de Iluminação Pública financeiramente saneados e limite para contratação de novas PPPs, conjunto de características muito favorável para a atração de bons competidores na futura concorrência.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 624 Ass.

ENCERRAMENTO

Número do Documento:	RL-2201-000-OMT-007
Revisão:	0
Parecer Técnico Anterior:	NA
Data da Revisão Atual:	27/02/2022
Número de Folhas	39

Autores:

Lidiane Kuchnir	**Felipe Andrade Lucci**
Administradora	Engenheiro

Coordenação:

Felipe Andrade Lucci
CREA: PR-93329/D

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 626
Ass

Lista de documentos pendentes – Fazenda Rio Grande

1. Termo de cessão dos ativos do parque de iluminação pública da COPEL em favor do Município de Fazenda Rio Grande (item 3.7 do check list);

2. Contratos de prestação de serviços de manutenção do parque de iluminação pública e/ou de aquisição de equipamentos e insumos utilizados pela equipe que realiza a manutenção do parque de iluminação pública (item 3.8 do check list);

3. Contrato de cobrança de COSIP pela COPEL ou outro instrumento que garanta o pagamento regular da COSIP pelo consumidor;

4. Contrato de fornecimento de energia elétrica firmado junto à COPEL;

5. Informações sobre titularidade de vias em todos os condomínios e loteamentos fechados;

6. Indicar e disponibilizar legislação acerca da proteção do patrimônio histórico e cultural do município e indicação dos órgãos e conselhos responsáveis pela política de proteção;

7. Acordos operacionais, contratos e ajustes do ENTE PÚBLICO com terceiros relacionados ao projeto (p.ex.: Cessão a terceiros de direitos de uso sobre os postes de iluminação pública; concessão de parques, praças, entre outros bens públicos, onde exista um sistema de iluminação pública);

8. Informar se existem bens ou recursos do município que poderão ser utilizados na estrutura de garantias prevista para a PPP;

PREFEITURA DE FAZENDA RIO GRANDE

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 627 Ass

Projeto para Estruturação da PPP de Iluminação Pública de FAZENDA RIO GRANDE/PR

Planejamento do Projeto

SETEMBRO/22

CAIXA omatic consulting

SEPPI – SECRETARIA ESPECIAL DE PROGRAMAS DE PARCERIAS DE INVESTIMENTO
MDR - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Sumário

- Introdução
- Participantes do Projeto
- Escopo e Cronograma
- Modelo de Gestão
- Ferramentas de Gestão
- Principais Desafios e Fatores Críticos
- Mapa de Stakeholders
- Contatos

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 620 Ass

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 629 Ass

Introdução

O que é o Projeto?

- O projeto é a estruturação da Parceria Público-Privada (PPP) dos serviços de Iluminação Pública (IP) no Município. A PPP é um modelo de contratação em que o setor público tem maior celeridade para execução de investimentos necessários no município, financiando-se por meio do parceiro privado, que é remunerado no longo prazo. Além disso, outros benefícios dessa modalidade são:

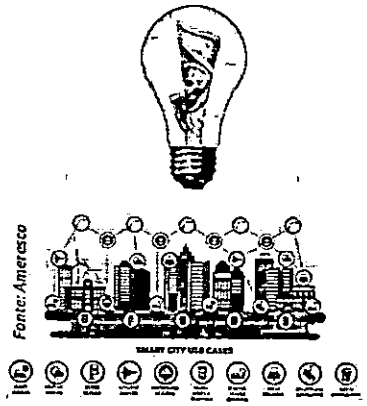
  - ✓ **Alavancagem financeira**, todo financiamento do investimento é feito pelo parceiro privado;
  - ✓ **Previsibilidade de gastos futuros**, ficando o ente público protegido de oscilações de custos na oferta do serviço público aos munícipes;
  - ✓ **Contratação do FIM e não do MEIO**, o município contratará o serviço de iluminação pública dentro de parâmetros de qualidade rigorosos, e não a aquisição de material, projeto ou mão de obra;
  - ✓ **Alinhamento de Garantias**, o parceiro privado se responsabilizará pelo projeto, aquisição, serviço de modernização, operação, manutenção e garantia. Não há espaço de fornecedores distintos alegarem que a garantia está fora do seu limite de escopo.
  - ✓ **Garantia de qualidade e prazos**, tendo em vista que a remuneração do parceiro privado é vinculada ao seu desempenho;
  - ✓ **Contrato Multisserviço**, diversos escopos são consolidados dentro de um mesmo projeto, facilitando uma gestão integrada, com maior eficiência operacional e financeira;
  - ✓ **Compartilhamento de Riscos**, diversos riscos são transferidos do ente público para o parceiro privado, como variação cambial e sobrepreço de materiais e pessoal.

- No Brasil, os projetos de IP estruturados via PPPs já beneficiam cerca de 35,8 milhões de brasileiros, com investimentos contratados da ordem de R$ 18 bilhões, em mais de 50 contratos assinados, totalizando mais de 2,4 milhões de pontos de iluminação pública.

Lógica da PPP



Parceiro privado investe pesado em tecnologia e modernização do Parque de Iluminação



É esperada um redução da conta de energia, provocada pela nova tecnologia empregada, e a otimização na prestação de serviços



Com a eficientização dos serviços, o parceiro privado paga todas as despesas mensais de operação do parque e ainda é remunerado ao longo do tempo.

O prazo para modernização e o prazo de concessão são calculados no projeto do PMI, levando em consideração aspectos técnicos e econômicos.

Figura 1 - Lógica da PPP. Fonte: Omatic Engenharia (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 630 Ass

Principais diferenças entre PPP e Privatização

Formas de Contratação	O que é?	Exemplos	Prazo	Remuneração	Proprietários dos Bens
PPP Parceria Público Privada	Prestação de serviços com remuneração atrelada ao desempenho e menor mobilização de recursos pelo ente público.	Este Projeto – PPP Iluminação Pública	Entre 5 e 35 anos	Pagamento pelo ente público (CIP) ao privado	Público
Privatização	Venda de um bem público ou empresa estatal em caráter definitivo.	Venda de empresa estatal de energia	Indeterminado	Pagamento direto pelos usuários	Privado

Tabela 1 - Diferenças entre PPP e Privatizações. Fonte: Omatic (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Ass.
Folha Nº 631

FAZENDA RIO GRANDE
Fls. Nº 622
Ass.

Objetivos

- O objetivo é estruturar uma Parceria Público-Privado (PPP) para promover a melhoria da qualidade dos serviços de iluminação pública prestados à população e o aumento da segurança, ajudando a fomentar o crescimento econômico e a criação de empregos com custos reduzidos para a administração pública municipal;
- O projeto irá buscar o ponto de equilíbrio entre as características e necessidades do Município, frente às condições que ampliam a atratividade do mercado privado e, por conseguinte, maior competitividade e modicidade fiscal;
- Durante todo o desenvolvimento do projeto, é esperada uma condução de forma harmônica entre o Grupo de Trabalho da Prefeitura, responsável pela tomada de decisão sobre as diretrizes do projeto, e os times da Caixa e Consultorias;
- O projeto irá avaliar diversos aspectos dos serviços de iluminação pública no Município, sob as óticas: técnica, jurídica, econômico-financeira, socioambiental e comunicação. Deste modo, será possível construir um robusto embasamento em todas as frentes de trabalho, para definir as melhores soluções para o projeto.

Por que a PPP?

(+)

- Melhor Eficiência Operacional;
- Gestão Integrada de diversos escopos em um único contrato;
- Remuneração vinculada a resultados;
- Maior geração de Investimentos para o Cidadão; e
- Maior fiscalização e transparência através de contrato público.

(-)

- Menores Custos para o Município;
- Menor prazo de implantação das melhorias no Parque de Iluminação Pública; e
- Risco reduzido para o Município (sobrepreço, manutenção, prazos etc.)

Benefícios da PPP para o Município

- Eficientização e economia de energia ao município;
- Diminuição de emissões de carbono;
- Maior rapidez de atendimento de chamados com a implantação de telegestão;
- Melhor gestão da operação e manutenção de longo prazo;
- Diminuição de custos de operação e manutenção;
- Valorização do patrimônio histórico e cultural;
- Maior sensação de segurança pública;
- Proporcionar vida noturna;
- Promoção do turismo; e
- Diminuição de acidentes de trânsito.

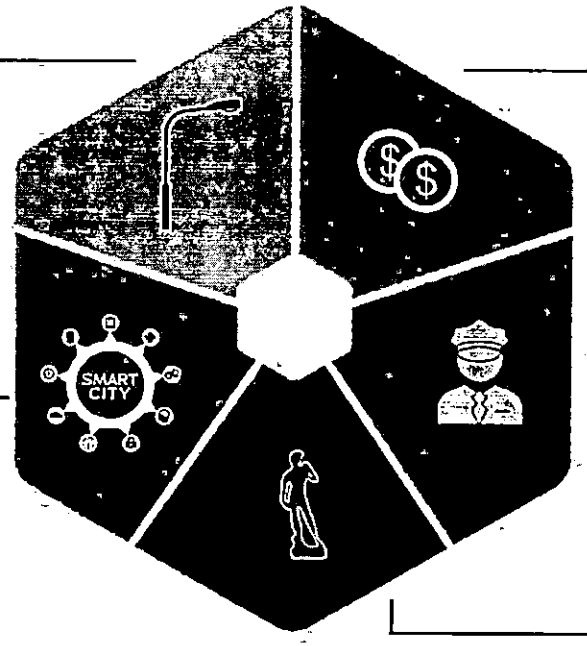
PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 633
Ass

P.M. FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 634
Ass

Impactos

ILUMINAÇÃO
- Retrofit de Todo o Sistema;
- Redução do gasto energético;
- Adequação às normas;
- Telegestão do Parque;
- Criação de CCO;
- Criação e Monitoramento de Indicadores de Qualidade.

CIDADE INTELIGENTE
- Criar Rede RFMesh com possibilidade de compartilhamento;
- Desenvolver bases para serviços digitais pela cidade.



ECONOMIA
- Redução nos Custos de Iluminação Pública;
- Investimentos de Grande Porte feito por Parceiros;
- Geração de emprego e renda;
- Possibilidade de Negócios Indiretos;
- Valorização de empresas da região que podem atender em horário noturno (restaurantes, entretenimento);
- Pagamento atrelado à performance do concessionário.

SEGURANÇA
- Redução de índices de criminalidade.
- Vias e Praças melhor iluminadas:
  - Facilitando ações preventivas;
  - Desencorajando ações criminosas;
- Melhor visibilidade = menos acidentes de Trânsito;

CULTURA E CIDADANIA
- Valorizar Praças e Parques;
- Valorizar Monumentos Históricos
- Valorizar Fachadas e Prédios de Interesse;
- Movimentar o Turismo;
- Integrar Festas Municipais;
- Extensão do uso dos equipamentos públicos para Período Noturno;

Figura 2 - Impacto esperado da PPP. Fonte: Omatic Engenharia (2022)

Resultados Esperados

- Estruturação de uma PPP que atenda às necessidades e interesses do Município para os serviços de iluminação pública;
- Cumprimento do cronograma do projeto e das atividades sob responsabilidade de cada parte (Prefeitura, Caixa, Consultorias, etc.);
- Viabilidade econômico-financeira da PPP frente aos valores arrecadados através da Contribuição de Iluminação Pública (CIP);
- Atração do maior número possível de empresas interessadas no leilão da PPP;
- Capacitação das equipes da Prefeitura para gestão do contrato da PPP.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 635
Ass

Participantes do Projeto

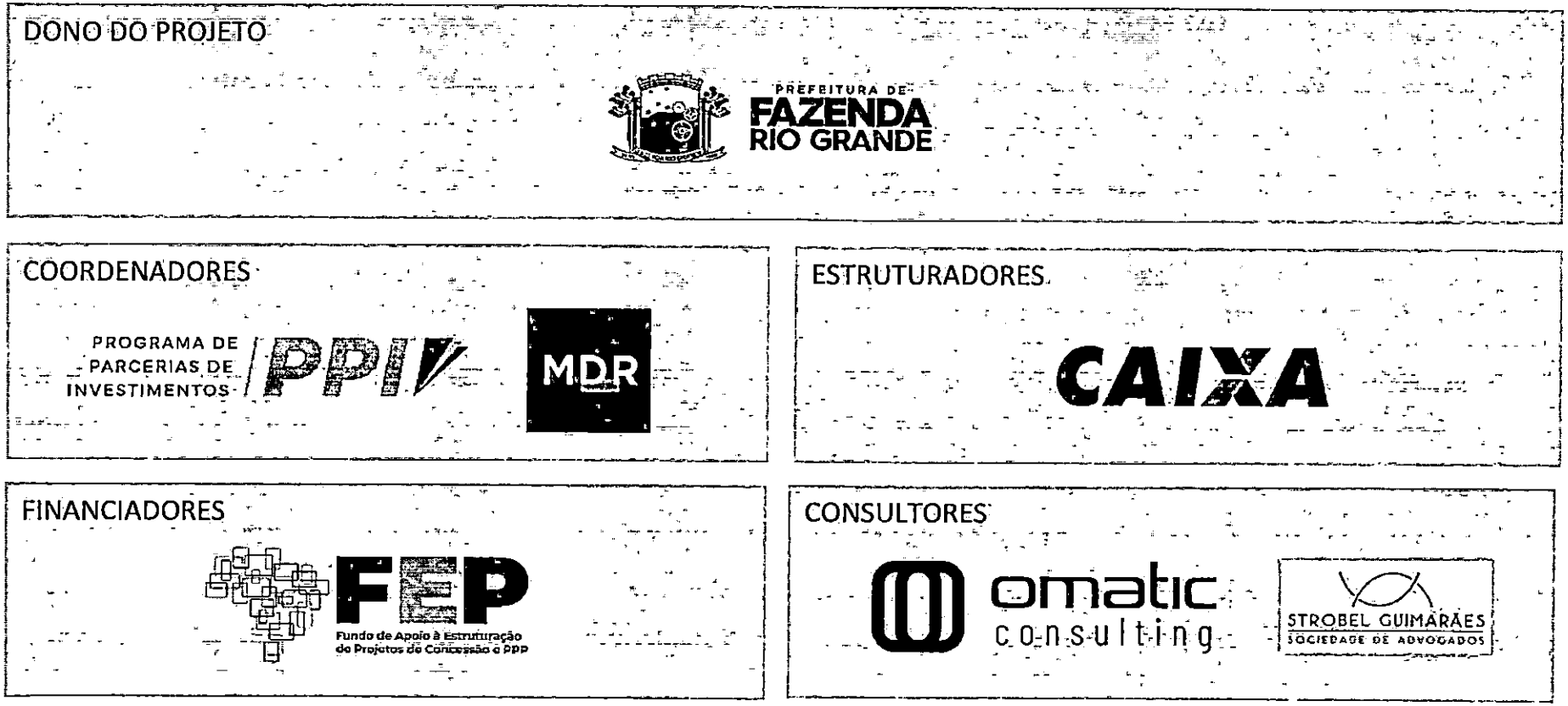


Figura 3 – Participantes do Projeto. Fonte: Omatic Engenharia (2022)

Escopo e Cronograma

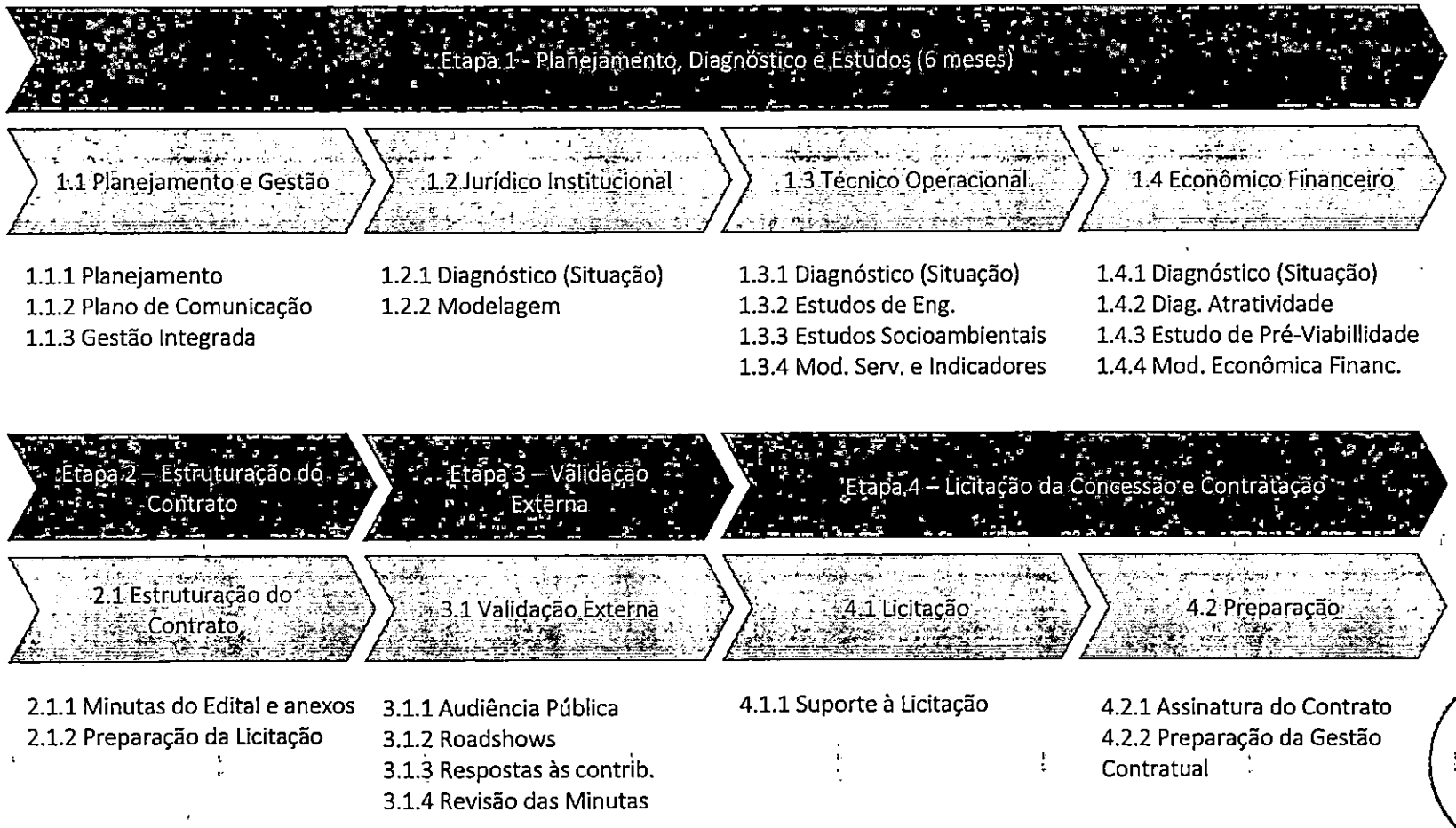


Figura 4 – Etapas e Atividades. Fonte: Omatic Engenharia (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Ass
Folha Nº 637

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 638
Ass

Escopo e Cronograma

Nome da Tarefa	Duração (dias corridos)	Início	Término	% concluída
Estruturação FEP Calha Telecine da Freitas	556	11/08/22	18/02/24	0,00%
REUNIÃO INAUGURAL DO PROJETO	0	11/08/22	11/08/22	0%
ETAPA 1 (PARTE A) – PLANEJAMENTO E DIAGNÓSTICOS	228	11/08/22	27/03/23	0,0%
PRODUTO 01 - Relatório de Planejamento do Projeto	228	11/08/22	27/03/23	0%
PRODUTO 02A - Relatório de Plano de Comunicação (INICIAL)	93	11/08/22	12/11/22	0%
PRODUTO 03 - Relatório de Gestão Integrada	78	11/08/22	28/10/22	0%
CHECK-LIST - Preenchimento e Aceite	49	12/08/22	30/09/22	0%
LEVANTAMENTO DE CAMPO - Aferições e Inspeções	14	30/09/22	14/10/22	0%
PRODUTO 03 - Relatório de Gestão Integrada (ETAPA 1 - REL 2)	0	25/11/22	25/11/22	0%
PRODUTO 04 - Relatório de Situação Técnico-Operacional	123	11/08/22	12/12/22	0%
PRODUTO 05 - Relatório de Situação Jurídico Institucional	138	11/08/22	27/12/22	0%
PRODUTO 06 - Relatório de Situação Econômico-Financeira	153	11/08/22	11/01/23	0%
PRODUTO 02B - Relatório de Plano de Comunicação (ATUALIZAÇÃO)	135	12/11/22	27/03/23	0%
WORKSHOP PRELIMINAR PPP IP	0	25/11/22	25/11/22	0%
ETAPA 1 (PARTE B) – ESTUDOS	153	25/10/22	27/03/23	0,0%
PRODUTO 07 - Relatório de Estudos de Engenharia	123	25/10/22	25/02/23	0%
PRODUTO 08 - Estudos Socioambientais	123	25/10/22	25/02/23	0%
PRODUTO 09 - Modelagem dos Serviço e Indicadores	123	25/10/22	25/02/23	0%
PRODUTO 10 - Modelagem Jurídico-Institucional	108	09/11/22	25/02/23	0%
PRODUTO 03 - Relatório de Gestão Integrada (ETAPA 1 - REL 3)	0	08/02/23	08/02/23	0%
PRODUTO 11 - Modelagem Econômico-Financeira	123	24/11/22	27/03/23	0%
WORKSHOP DE ENCERRAMENTO DA ETAPA 1	0	08/02/23	08/02/23	0%
ETAPA 2 – ESTRUTURAÇÃO DO CONTRATO	108	08/02/23	27/05/23	0,0%
PRODUTO 03 - Relatório de Gestão Integrada (ETAPA 2 - REL 4)	0	10/03/23	10/03/23	0%
PRODUTO 12 - Minutas dos Documentos Licitatórios	108	08/02/23	27/05/23	0%
PRODUTO 03 - Relatório de Gestão Integrada (ETAPA 2 - REL 5)	0	10/04/23	10/04/23	0%
PRODUTO 13 - Suporte prévio ao Procedimento Licitatório	108	08/02/23	27/05/23	0%
WORKSHOP DE ENCERRAMENTO DA ETAPA 2	0	10/04/23	10/04/23	0%
PRODUTO 03 - Relatório de Gestão Integrada (ETAPA 2 - REL 6)	0	27/05/23	27/05/23	0%
ETAPA 3 – VALIDAÇÃO EXTERNA	128	27/05/23	02/10/23	0,0%
PRODUTO 03 - Relatório de Gestão Integrada (ETAPA 3 - REL 7)	0	26/06/23	26/06/23	0%
PRODUTO 14 - Suporte à Consulta e Audiência Pública	108	27/05/23	12/09/23	0%
PRODUTO 15 - Suporte à Condução de Roadshows	108	27/05/23	12/09/23	0%
PRODUTO 03 - Relatório de Gestão Integrada (ETAPA 3 - REL 8)	0	26/07/23	26/07/23	0%
PRODUTO 16 - Relatório de Respostas	58	26/07/23	22/09/23	0%
PRODUTO 17 - Revisão dos Estudos e Minutas	68	26/07/23	02/10/23	0%
PRODUTO 03 - Relatório de Gestão Integrada (ETAPA 3 - REL 9)	0	16/08/23	16/08/23	0%
WORKSHOP DE ENCERRAMENTO DA ETAPA 3	0	16/08/23	16/08/23	0%
ETAPA 4 – LICITAÇÃO DA CONCESSÃO E CONTRATAÇÃO	156	15/09/23	18/02/24	0,0%
PRODUTO 03 - Relatório de Gestão Integrada (ETAPA 4 - REL 10)	0	15/09/23	15/09/23	0%
PRODUTO 18 - Suporte ao Procedimento Licitatório	90	02/10/23	31/12/23	0%
PRODUTO 03 - Relatório de Gestão Integrada (ETAPA 4 - REL 11)	0	31/12/23	31/12/23	0%
PRODUTO 19 - Suporte à Assinatura da Concessão	45	31/12/23	14/02/24	0%
PRODUTO 03 - Relatório de Gestão Integrada (ETAPA 4 - REL 12)	0	14/02/24	14/02/24	0%
PRODUTO 20 - Preparação da Gestão Contratual	48	31/12/23	17/02/24	0%
WORKSHOP DE ENCERRAMENTO DA ETAPA 4	0	18/02/24	18/02/24	0%

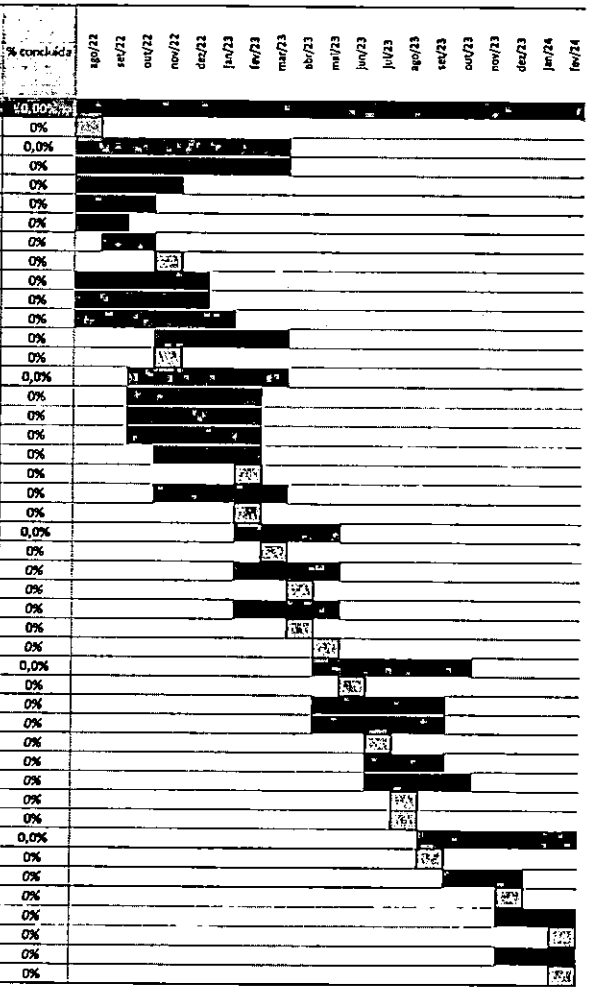


Figura 5 – Gráfico de Gantt do Projeto. Fonte: Omatic Engenharia (2022)

Cronograma Geral de Marcos

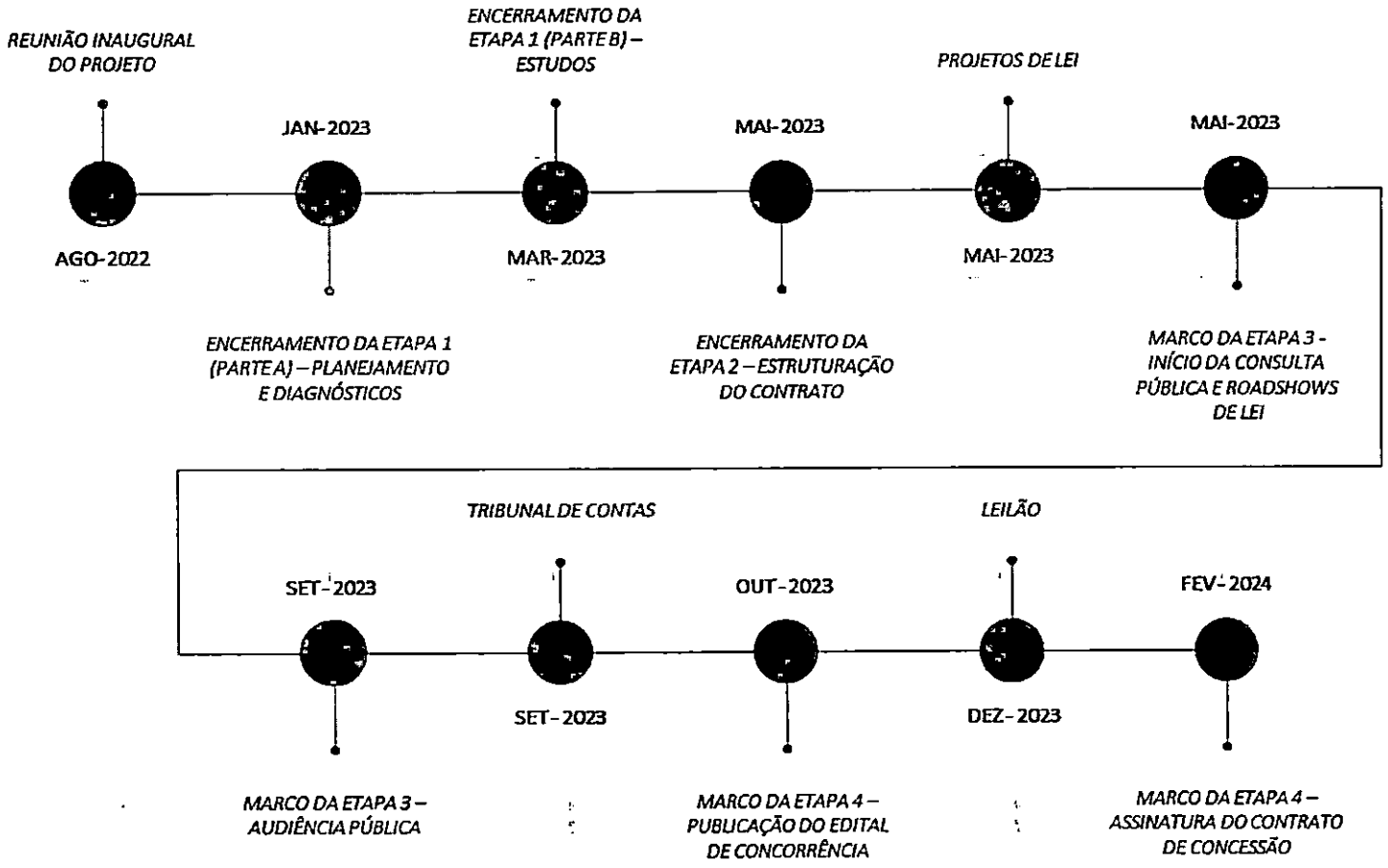


Figura 6 – Cronograma Geral de Marcos. Fonte: Omatic Engenharia (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 639
Ass.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 640
Ass.

Datas Previstas para Produtos da Etapa 1

O cumprimento das datas previstas para entrega dos produtos depende da evolução do fornecimento das informações pela Prefeitura.

Etapa 1 - Planejamento, Diagnóstico e Estudos | Etapa 2 - Estruturação do Contrato | Etapa 3 - Validação Externa | Etapa 4 - Licitação e Programa de Capacitação

Lista de Produtos da Etapa	Elaboração OMATIC	Comentários Caixa	Revisão OMATIC	Aprovação Prefeitura
Relatório de Planejamento de Projeto	20/09/22	06/10/22	12/10/22	28/10/22
Plano de Comunicação e de Engajamento	25/09/22	11/10/22	27/10/22	12/11/22
Modelo de Relatório Padrão da Gestão Integrada	20/09/22	06/10/22	12/10/22	28/10/22
Diagnóstico da Situação Jurídico-Institucional	09/11/22	25/11/22	11/12/22	27/12/22
Diagnóstico da Situação Técnico-Operacional	25/10/22	10/11/22	26/11/22	12/12/22
Diagnóstico da Situação Fiscal *Market Sounding* Modelo Econômico-Financeiro Preliminar e Simplificado	24/11/22	10/12/22	26/12/22	11/01/23

Tabela 2 – Produtos da Etapa 1 (continua). Fonte: Omatic (2022)

Datas Previstas para Produtos da Etapa 1 (cont.)

O cumprimento das datas previstas para entrega dos produtos depende da evolução do fornecimento das informações pela Prefeitura.

Etapa 1 - Planejamento, Diagnóstico e Estudos | Etapa 2 – Estruturação do Contrato | Etapa 3 - Validação Externa | Etapa 4 - Licitação e Programa de Capacitação

Lista de Produtos da Etapa	Elaboração OMATIC	Comentários Caixa	Revisão OMATIC	Aprovação Prefeitura
Projeto Luminotécnico Projeto da Área de Expansão Projeto da Iluminação de Destaque Sistema de Telegestão Especificação Técnica	08/01/23	24/01/23	09/02/23	25/02/23
Relatório de Estudos Socioambientais	08/01/23	24/01/23	09/02/23	25/02/23
Relatório de Serviços e Indicadores	08/01/23	24/01/23	09/02/23	25/02/23
Relatório de Modelagem Jurídico-Institucional	08/01/23	24/01/23	09/02/23	25/02/23
Plano de Negócio Referencial	07/02/23	23/02/23	11/03/23	27/03/23

Tabela 3 – Produtos da Etapa 1 (continuação). Fonte: Omatic (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 67 Ass

FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 692 Ass

Datas Previstas para Produtos da Etapa 2

O cumprimento das datas previstas para entrega dos produtos depende da evolução do fornecimento das informações pela Prefeitura.

Etapa 1 – Planejamento, Diagnóstico e Estudos | **Etapa 2 – Estruturação do Contrato** | Etapa 3 – Validação Externa | Etapa 4 – Licitação e Programa de Capacitação

Lista de Produtos da Etapa	Elaboração OMATIC	Comentários Caixa	Revisão OMATIC	Aprovação Prefeitura
Minuta de Edital e Anexos	09/04/23	25/04/23	11/05/23	27/05/23
Minuta do Contrato e Anexos	09/04/23	25/04/23	11/05/23	27/05/23
Disponibilização dos demais Documentos necessários à publicação da Audiência e Consulta Pública	09/04/23	25/04/23	11/05/23	27/05/23

Tabela 4 – Produtos da Etapa 2. Fonte: Omatic (2022)

Datas Previstas para Produtos da Etapa 3

O cumprimento das datas previstas para entrega dos produtos depende da evolução do fornecimento das informações pela Prefeitura.

Etapa 1 - Planejamento, Diagnóstico e Estudos | Etapa 2 – Estruturação do Contrato | **Etapa 3 - Validação Externa** | Etapa 4 - Licitação e Programa de Capacitação

Lista de Produtos da Etapa	Elaboração OMATIC	Comentários Caixa	Revisão OMATIC	Aprovação Prefeitura
Relatório de Consolidação das Contribuições Recebidas	26/07/23	11/08/23	27/08/23	12/09/23
Relatório de *Roadshow*	26/07/23	11/08/23	27/08/23	12/09/23
Relatório de Respostas	05/08/23	21/08/23	06/09/23	22/09/23
Revisão Final dos Estudos e Minutas	15/08/23	31/08/23	16/09/23	02/10/23

Tabela 5 – Produtos da Etapa 3. Fonte: Omatic (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 643 Ass

Datas Previstas para Produtos da Etapa 4

O cumprimento das datas previstas para entrega dos produtos depende da evolução do fornecimento das informações pela Prefeitura.

Etapa 1 - Planejamento, Diagnóstico e Estudos → Etapa 2 – Estruturação do Contrato → Etapa 3 - Validação Externa → **Etapa 4 - Licitação e Programa de Capacitação**

Lista de Produtos da Etapa	Elaboração OMATIC	Comentários Caixa	Revisão OMATIC	Aprovação Prefeitura
Suporte ao Procedimento Licitatório		20/12/24		
Assinatura do Contrato de Concessão		14/02/24		
Manual da PPP Minuta preliminar de contratação de Verificador Independente	15/01/24	26/01/24	06/02/24	17/02/24

Tabela 6 – Produtos da Etapa 4. Fonte: Omatic (2022)

Etapa 1 - 1.1 Planejamento e Gestão do Projeto

Planejamento do Projeto

- Introdução e apresentação institucional de partes integrantes do Grupo de Trabalho;
- Modelo de Governança para o projeto;
- Apresentação de cronograma para agendas das Etapas 1 e 2;
- Ferramenta para compartilhamento de arquivos do projeto.

Plano de Comunicação e de Engajamento

- Proposição dos objetivos de comunicação no contexto do projeto;
- Mapeamento dos stakeholders relevantes e identificação dos posicionamentos desses stakeholders em relação ao projeto;
- Identificação dos Canais de Comunicação mais relevantes, como mídias especializadas no setor, jornais locais e redes sociais de formadores de opinião locais;
- Lista de Perguntas e Respostas sobre os pontos que costumam suscitar mais dúvidas no público em relação a PPPs e Iluminação Pública;
- Estratégia para um Plano de Gestão de Crise para os casos em que, eventualmente, apresentar-se uma crise de comunicação, como a publicação de comunicação negativa para o Projeto, por exemplo.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 615
Ass

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 696 Ass

Etapa 1 - 1.1 Planejamento e Gestão do Projeto

Gestão Integrada

- Monitoramento de etapas, atividades, riscos e pendências do projeto, comparando-se o planejado e o realizado em relação ao período relatado, bem como apresentação das justificativas para eventuais atrasos e plano de recuperação;
- Acompanhar a implementação da Estratégia de Comunicação, da promoção do projeto e dar suporte a este.

Etapa 1 - 1.2 Diagnóstico

Situação Técnico Operacional

- Este relatório irá apresentar um diagnóstico técnico da rede de iluminação pública do Município, avaliando, dentre outros, os seguintes aspectos:
    - Apresentação da distribuição dos pontos de IP conforme tecnologia, potência e localização, com base nas informações do cadastro de IP;
    - Classificação viária das vias públicas do Município conforme a Norma ABNT NBR 5101;
    - Trabalho em campo para coleta dos parâmetros atualmente implementados nas vias do município e aferimento do nível atual de atendimento aos índices luminotécnicos estabelecidos pela Norma ABNT NBR 5101;
- Avaliação do histórico financeiro sob a ótica do Município: receita (CIP) e despesas com iluminação pública (conta energia, manutenção do parque etc.).
- Análise fiscal do nível de comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) com projetos de PPP.

Situação Jurídico-Institucional

- Identificação das Leis, Aprovações, Licenças e Autorizações aplicáveis ao projeto, no contexto de Iluminação Pública e Parceria Público-Privada (PPP);
- Análise de compatibilidade das normas vigentes sobre fornecimento de iluminação pública ao Município;
- Análise Jurídica da CIP e eventuais recomendações acerca da metodologia, arrecadação, previsibilidade etc.;
- Análise dos contratos vigentes do Município com a Distribuidora de Energia.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 69
Ass

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 648
Ass

Etapa 1 - 1.2 Diagnóstico

Análise de Pré-Viabilidade Financeira

- Análise de pré-viabilidade econômico-financeira da PPP com base em:
    - Diagnóstico preliminar do parque de IP do Município;
    - Histórico de arrecadação da COSIP;
    - *Benchmarkings* de custos e investimentos de outros projetos de PPP de IP.

Análise de Atratividade

- Mapeamento de potenciais participantes interessados (potenciais licitantes, financiadores, fornecedores, operadores, etc.);
- Realização de *Market Sounding* preliminar junto ao mercado para coleta de informações da percepção do mercado sobre últimos projetos estruturados/licitados (melhorias, críticas, etc.). Assim como, contribuições iniciais para estruturação do projeto, em relação aos principais aspectos da PPP.

Etapa 1 - 1.3 Modelagem do Projeto

Estudos de Engenharia

- Simulações Luminotécnicas para definição de quantitativo, potência e posicionamento dos pontos de IP no parque a ser modernizado e dimensionamento da eficiência energética após a modernização do parque de IP;
- Definição de Modelo Operacional referencial, ou seja, da estrutura de custos e despesas do projeto, bem como a definição do faseamento desse, do funcionamento do Centro de Controle Operacional (CCO), do dimensionamento de equipes etc.;
- Projetos referenciais de iluminação especial em locais indicados pela Prefeitura;
- Precificação dos investimentos (*CAPEX*) e custos/despesas (*OPEX*) necessários a execução do projeto.

Estudos Socioambientais

- Análise de aspectos socioambientais relacionados ao contexto do Município e setor de iluminação pública;
- Análise dos Performance Standards Ambientais e Sociais aplicáveis;
- Análise dos itens do Princípio do Equador que sejam aplicáveis.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 649
Ass

FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 650 Ass

Etapa 1 - 1.3 Modelagem do Projeto

Modelagem Econômico-Financeira

- Projeção de Receitas, OPEX e CAPEX considerando diferentes cenários de investimento, prazos e formas de operação, bem como da contraprestação máxima que será devida pelo Poder Concedente ao parceiro privado;
- Projeção de DRE, Balanço e Fluxo de Caixa para obtenção de Taxas de Retorno e cálculo da Contraprestação a ser paga com os recursos da COSIP;
- Análise de cenários e sensibilidades incluindo dados operacionais e indicadores relacionados ao Custo de Capital (*WACC*); condições de financiamento (ICSD) e outros.
- Definição do mecanismo de pagamentos e garantias mitigando riscos da prestação de serviço prevista ao contrato para o longo prazo.

Value for Money

- Análise *Value for Money*, a qual consiste na apresentação dos benefícios quantitativos e qualitativos de se desenvolver o projeto na modalidade de Parceria Público-Privada (PPP) em vez de pelo modelo tradicional de contratação direta de serviços por parte da administração pública.
- Análise de Capacidade Financeira (*Affordability*) do projeto, considerando os níveis disponíveis da COSIP, frente às despesas no cenário da PPP, como contraprestação, conta de energia e outras despesas.

Etapa 1 - 1.3 Modelagem

Modelo Jurídico-Institucional

- Análise de pré-viabilidade econômico-financeira da PPP com base em:
  - Diagnóstico preliminar do parque de IP do Município;
  - Histórico de arrecadação da COSIP;
  - Benchmarkings de custos e investimentos de outros projetos de PPP de IP.

Análise de Atratividade

- Mapeamento de potenciais participantes interessados (potenciais licitantes, financiadores, fornecedores, operadores, etc.);
- Realização de *Market Sounding* preliminar junto ao mercado para coleta de informações da percepção do mercado sobre últimos projetos estruturados/licitados (melhorias, críticas, etc.). Assim como, contribuições iniciais para estruturação do projeto, em relação aos principais aspectos da PPP.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 651 Ass.

Etapa 1 - 1.3 Modelagem

Modelo Jurídico-Institucional

- O relatório do Modelo Jurídico-Institucional será desenvolvido a partir dos documentos jurídicos para a licitação (Edital, Contrato e Anexos);
- Este produto será apresentado em um formato comentado (contendo as justificativas técnicas para as propostas apresentadas), a partir dos documentos licitatórios, incluindo todo o conteúdo previsto em:
    - ***Edital*** - Regulamento da concorrência; condições de participação; qualificação; garantia das propostas; procedimentos sobre recursos, homologação, adjudicação e assinatura do contrato; etc.
    - ***Minuta de Contrato*** - Responsabilidades do Poder Concedente e da Concessionária; relacionamento com a Distribuidora de Energia; Matriz de Riscos; Penalidades; Regras e condições de Término Contratual; etc.
    - ***Anexos*** - Condições Gerais para Apólices de Seguro; Condições Gerais da Garantia de Execução do Contrato; Minuta Contrato Instituição Financeira Depositaria; Diretrizes para Contratação do Verificador Independente e outros, etc

Modelagem dos Serviços e Indicadores

- Será um relatório desenvolvido a partir dos documentos técnicos para a licitação (Anexos Técnicos e Econômico-Financeiros);
- Este produto será apresentado em um formato comentado (contendo as justificativas técnicas para as propostas apresentadas) a partir dos documentos licitatórios, incluindo todo o conteúdo a ser previsto em:
    - ***Caderno de Encargos*** - Anexo com detalhamento das obrigações da Concessionária durante a execução do contrato, relacionado à meta de eficientização, marcos contratuais, modelo operacional, prazos de atendimento etc.
    - ***Sistema de Mensuração de Desempenho*** - Anexo com indicadores e metas para acompanhamento periódico do desempenho da Concessionária;
    - ***Mecanismos de Pagamentos*** - Anexo com detalhes sobre contraprestação; aporte público (se aplicável); bônus sobre a conta de energia; receitas acessórias; mecanismos de reajuste e reequilíbrio econômico-financeiro etc.

Etapa 2 - Estruturação do Contrato

Edital, Contrato e Anexos

- Baseados nos Estudos realizados, serão elaborados os documentos relacionados à PPP no município, englobando:
  - ***Edital*** - condições de participação; garantia das propostas; procedimentos sobre recursos, homologação, adjudicação e assinatura do contrato etc.;
  - ***Minuta de Contrato*** - responsabilidades do Poder Concedente e da Concessionária; relacionamento com a Distribuidora de Energia; Matriz de Riscos; Penalidades; Regras e condições de Término Contratual etc.;
  - ***Anexos Jurídicos*** - Condições Gerais para Apólices de Seguro; Condições Gerais da Garantia de Execução do Contrato; Minuta Contrato Instituição Financeira Depositaria; Diretrizes para Contratação do Verificador Independente;
  - ***Anexo – Caderno de Encargos*** - obrigações da Concessionária para execução do contrato, sobre marcos contratuais, modelo operacional, iluminação especial, telegestão, prazos etc.;
  - ***Anexo – Sistema de Mensuração de Desempenho*** – indicadores e metas para acompanhamento do desempenho;
  - ***Anexo – Mecanismo de Pagamento*** - mecanismos de pagamentos relacionados ao contrato

Processo Administrativo da Licitação

- Elaboração de um Manual de Apoio para a Prefeitura referente ao Processo Administrativo de Licitações, considerando as características do Município
- Auxílio preliminar ao Município nas etapas necessárias à realização da Consulta Pública e Audiência Pública, como a aprovação de projetos de lei eventualmente necessários para a realização do projeto, procedimentos a serem executados em conformidade com a lei de PPP (11.079) e demais legislações aplicáveis ao projeto;
- Apoio, se necessário, na elaboração de processos administrativos internos e suporte nos itens definidos na lei de PPP, ou outra lei e procedimento aplicável, caso exigido como condição precedente para a realização das etapas de Consulta e Audiência Pública.

PM FAZENDA RIO GRANDE Ass Folha Nº 63

PM FAZENDA RIO GRANDE
Ass
Folha Nº 654

Etapa 3 - Validação Externa

Audiência Pública e Consulta Pública

- Apoio à equipe da Prefeitura durante todo o processo de Audiência Pública (AP) e Consulta Pública (CP), como na elaboração de apresentações e textos para o processo;
- Mapeamento de contribuições feitas na AP e na CP, bem como registro em ata da AP, classificação das contribuições recebidas e discussão entre equipes Caixa, Prefeitura e Omatic das possíveis respostas às contribuições;
- Elaboração de respostas sugestivas para os Pedidos de Esclarecimentos durante a Audiência Pública;
- Análise dos questionamentos / contribuições à Consulta Pública e apoio na elaboração de respostas.

Roadshows – Apresentação ao Mercado Interessado

- Preparação de material para a promoção do projeto;
- Reuniões com potenciais interessados para apresentação do projeto e recebimento de contribuições;
- Mapeamentos dos principais interessados no projeto e avaliação de eventuais gargalos (*Deal Breakers*) à participação no certame.

Revisão Documentos (Estudos + Edital)

- Revisão dos estudos e dos documentos licitatórios, incluindo Edital, Contrato e Anexos, com base nas contribuições coletadas durante a validação externa;
- Apoio ao Município nas etapas necessárias para início do Processo de Licitação, para publicação definitiva do Edital.

Etapa 4 - Licitação e Programa de Capacitação

Licitação - Apoio à Prefeitura

- Apoio à equipe da Prefeitura durante todo o processo licitatório, incluindo publicação do Edital, leilão e assinatura de contrato;
- Orientação sobre Procedimentos necessários para a Publicação Final do Edital;
- Orientação sobre Procedimentos necessários para a assinatura do Contrato;
- Elaboração de notas técnicas a eventuais esclarecimentos enviados após a publicação do Edital;
- Elaboração de notas técnicas a eventuais impugnações sobre a licitação em andamento.

Programa de Capacitação para a Prefeitura

- Fornecer um Programa de Capacitação para garantir que o Município irá ser capaz de Gerenciar o Contrato de PPP após sua assinatura;
- Explicação de todos os componentes e fatores críticos presentes no Contrato de PPP necessários para o pleno entendimento do Contrato de PPP pela equipe do Município;
- Apoio ao Município na definição do Modelo de Governança do contrato;
- Sessões de Workshops para apresentar a "Gestão de Contratos de PPP - Manual" para o Município.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 655
Ass

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 659
Ass.

PÁGINA INTENCIONALMENTE

EM BRANCO

Projeto para Estruturação da PPP de Iluminação Pública de FAZENDA RIO GRANDE/PR

Modelo de Gestão

SETEMBRO/22

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 657
Ass

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 658
Ass

Modelo de Governança

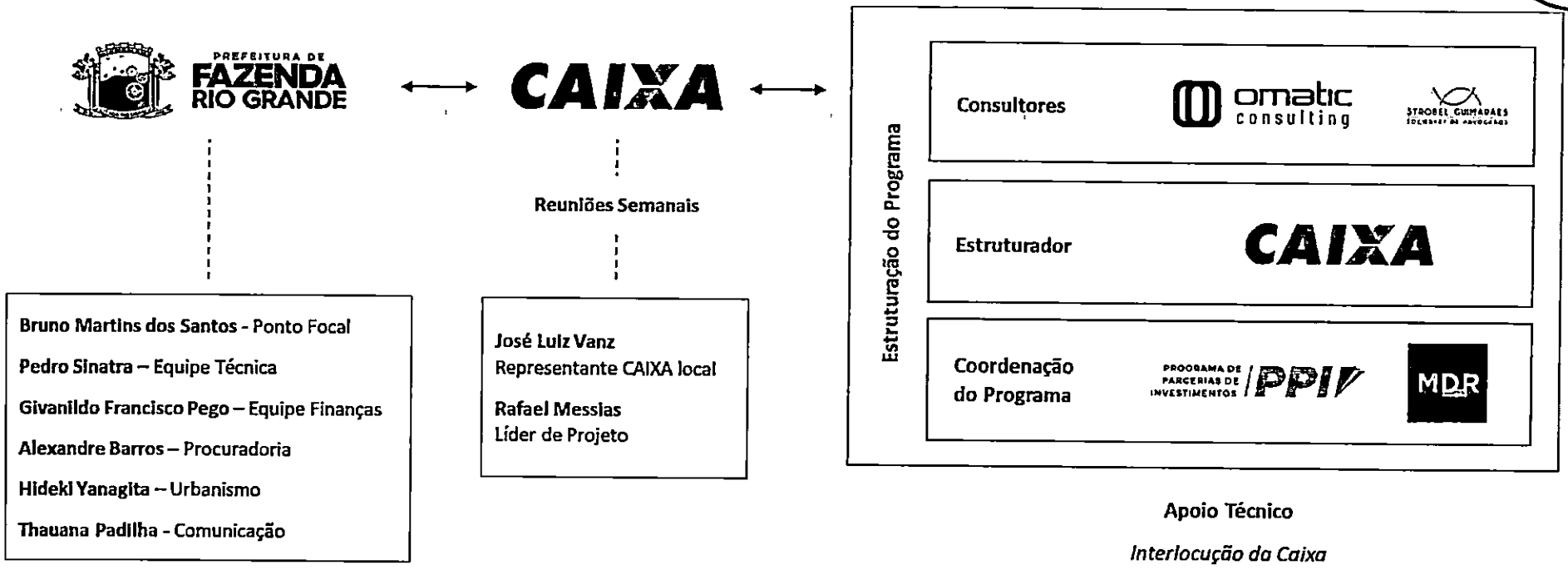


Figura 7 – Modelo Governança e fluxo de informações. Fonte: Omatic Engenharia (2022)



	QUEM	PAPEIS E RESPONSABILIDADES	PERIODICIDADE
COMITÊ ESTRATÉGICO 4	COMITÊ MUNICÍPIO / CAIXA	- Arbitrar conflitos entre diretriz estratégica e solicitações específicas do projeto; - Patrocinar e dar legitimidade ao projeto; - Abastecer equipes de informações próprias do município.	SEMANAL QUA 15H
3 FEP CAIXA	GERÊNCIA FEP/CAIXA	- Prover diretrizes e orientações estratégicas - Garantir alinhamento da carteira - Analisar e autorizar as requisições de mudanças do projeto	2 X SEMANA
2 COORDENAÇÃO DE PROJETOS	COORDENAÇÃO DE PROJETOS	- Gestão Tática do Projeto - Garantir consistência entre disciplinas - Monitorar qualidade - Identificar oportunidades de melhoria - Identificar desalinhamento de expectativa	DIÁRIA
1 ESPECIALISTAS	ESP. TÉCNICO-OPERACIONAL ESP. JURÍDICO-REGULATÓRIO ESP. ECONÔMICO-FINANC. ESP. SOCIAMBIENTAL ESP. COMUNICAÇÃO	- Acompanhar a evolução dos trabalhos das frentes - Identificar e monitorar riscos, problemas e pendências - Escalar problemas críticos - Fiscalizar a execução dos trabalhos - Realizar diligências	DIÁRIA

Figura 8 – Modelo Governança. Fonte: Omatic Engenharia (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 659 Ass.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 660
Ass.

Ciclo de Revisão dos Produtos

Cada produto desenvolvido ao longo do projeto, passa por **um completo processo de validação** pelos estruturadores envolvidos, de modo a trazer segurança ao Município quanto à qualidade da estruturação da PPP.

Por fim, todos os documentos são encaminhados para uma análise final do **Grupo de Trabalho da Prefeitura**.



Figura 9 – Ciclo de Revisão. Fonte: Omatic Engenharia (2022)

Ciclo de Execução de Atividades e Aprovação de Produtos

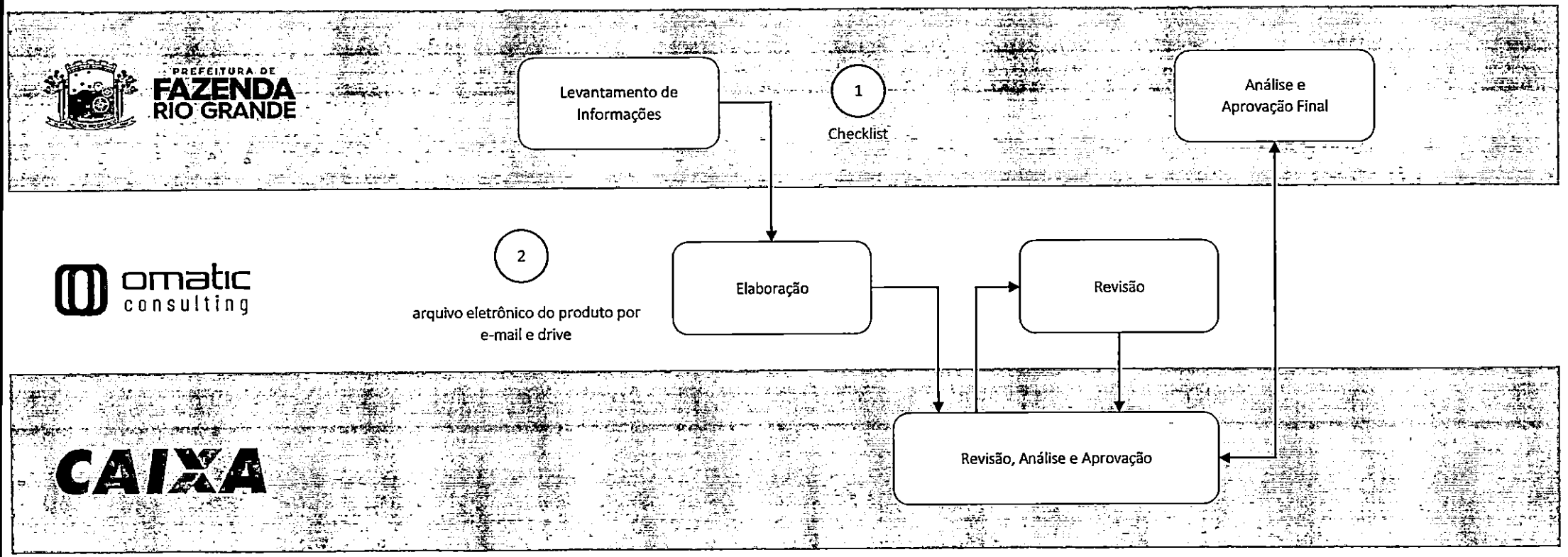


Figura 10 – Ciclo de execução. Fonte: Omatic Engenharia (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 799
Ass.

FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 662
Ass.

Matriz de Documentos e Tramitações do Projeto

A Matriz abaixo tem por objetivo identificar os principais documentos e respectivas tramitações ao longo da execução da estruturação.

Documento	Formato	Responsável	Frequência	Destinatários e Partes Interessadas
Relatório Gerencial	Eletrônico (e-mail e drive)	OMATIC	Mensal	CAIXA, FAZ. RIO GRANDE
Informações e Levantamentos	Checklist Eletrônico	FAZ. RIO GRANDE	Sob Demanda	OMATIC
Atas de Reuniões	Eletrônico (e-mail e drive)	OMATIC	A cada reunião	CAIXA FAZ. RIO GRANDE
Relatórios de Entregas - Produtos	Eletrônico (e-mail e drive)	OMATIC	Conforme cronograma	CAIXA, FAZ. RIO GRANDE ÓRGÃO DE CONTROLE
Pareceres – Análise e Aprovação dos Produtos	Eletrônico (e-mail e drive)	CAIXA FAZ. RIO GRANDE	Conforme cronograma	OMATIC
Minutas de alteração legislativa	Eletrônico (e-mail e drive)	OMATIC	Conforme cronograma	Representante do Poder Legislativo de FAZ. RIO GRANDE
Informações sobre o escopo e impacto do projeto	Eletrônico (e-mail e drive)	OMATIC	Sob Demanda	Associação ou ONG representante da sociedade civil; Poder legislativo; Imprensa
Informações técnicas e andamento do projeto	Eletrônico	OMATIC, CAIXA FAZ. RIO GRANDE	Sob Demanda	*Stakeholders* externos

Tabela 7 – Matriz de Documentos e Tramitações do Projeto. Fonte: Omatic (2022)

Compartilhamento de arquivos em Nuvem - OneDrive

Espaço controlado	• Somente pessoas autorizadas a utilizar a rede têm acesso às pastas e aos arquivos, a partir de senha. • Esta ferramenta será utilizada para todo o compartilhamento de arquivos durante o projeto, incluindo o fornecimento das informações pela Prefeitura, conforme solicitado no checklist (citado na próxima página).
Atualização instantânea	• Todos podem ter acesso assim que o arquivo é salvo; • Todos podem acompanhar o desenvolvimento dos estudos; • Não é necessário enviar o arquivo por e-mail, o que é bom para instituições com limitação de tamanho dos arquivos anexados por e-mail.
Evita Conflito de Versões	• Ferramenta mitiga risco de se trabalhar em alguma versão desatualizada.
Backup	• *Backup* automático e constante dos arquivos trabalhados.
Ferramenta Testada e Comprovada	• Este método de compartilhamento de documentos, através do One Drive, foi utilizado com sucesso pelos times Caixa, IFC e Consultorias, em outros projetos de estruturação de PPP

Tabela 8 – Compartilhamento de arquivos em Nuvem. Fonte: Omatic (2022)

Link de Acesso ao OneDrive: **www.omatic.com.br/fazendariogrande**

Senha: **260190**

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 663 Ass.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 669
Ass

Checklist para solicitação de informações

Abas do Arquivo Checklist

- **Contatos:** lista de contatos do projeto das partes envolvidas;
- **Resumo:** status geral do envio de informações pela Prefeitura;
- **1 - Técnico-Operacional:** informações sob o aspecto técnico, englobando inventário de IP, classificação viária, etc.
- **2 - Financeiro:** informações sob o aspecto financeiro, englobando histórico de arrecadação da COSIP/CIP, despesas com iluminação pública, etc.
- **3 - Jurídico Administrativo:** informações sob o aspecto jurídico administrativo, englobando legislação municipal sobre iluminação pública, PPP, etc.
- **4 - Comunicação:** informações sob o aspecto da comunicação, englobando estrutura organizacional na Prefeitura, canais de comunicação, etc.

Status Entrega

- Na aba de cada tema, é possível verificar o status para cada informação solicitada, em que:
  - **Aceito** = item analisado pela Consultoria, cuja informação foi completamente enviada e não há questionamento adicional;
  - **Entregue** = item enviado pela Prefeitura ainda não analisado pela Consultoria;
  - **Parcialmente** = item analisado pela Consultoria, com alguma pendência, seja documento complementar ou resposta a alguma dúvida;
  - **Não Entregue** = item não enviado pela Prefeitura.

Cronograma das Reuniões de Grandes Marcos

Data	Temas a serem discutidos	Comitê de Liderança	Comitê Executivo	Equipe Comunicação	Equipe Técnica IP	Equipe Finanças	Procuradoria	Equipe Licitação
05/05/22	Reunião de Comunicação da Ordem de Início (CEVIG, CECOV, Omatic)							
12/05/22	Reunião Inaugural (Prefeitura, SEPPI, MDR, CEGOV, CECOV, Omatic)							
09/11/23	Workshop Preliminar PPP IP							
28/02/23	Workshop de Encerramento da ETAPA 1 (Planejamento, Diagnóstico e Estudos)							
17/06/23	Workshop de Encerramento da ETAPA 2 (Estruturação do Contrato) e ***Preparação para Audiência e Consulta Pública***							
03/12/23	Workshop de Encerramento da ETAPA 3 (Validação Externa) e ***Preparação para Concorrência Pública***							
21/05/24	Workshop de Encerramento da ETAPA 4 (Licitação da Concessão e Contratação) ***Preparação para Gestão do Contrato***							
Sob demanda	Reuniões Gestão do Projeto							

Tabela 9 – Cronograma das Reuniões de Grandes Marcos. Fonte: Omatic (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 665 Ass

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 666
Ass.

Gestão da Qualidade e do Desempenho

Condições para Aprovação dos Produtos

- Adequação Formal;
- Suficiência de Escopo;
- Profundidade;
- Lógica;
- Rigor e Precisão;
-

Desempenho e Efetividade

Para assegurar o desempenho e a efetividade na conclusão das atividades e etapas do projeto, será avaliado:

- Quantidade e Complexidade de Diligências em cada Produto;
- Número de Versões até a Aprovação do Produto;
- Cumprimento dos Prazos e Aderência ao Cronograma Inicial

A Gestão da Qualidade e do Desempenho do projeto tem por objetivo acompanhar a qualidade dos produtos e da execução das atividades de estruturação. Para isso, estabelece condições e indicadores que devem ser acompanhados ao longo de todo o projeto.

Gestão de Risco

A Gestão de Riscos tem por objetivo identificar e avaliar os riscos à execução da estruturação de modo a maximizar a exposição aos eventos positivos e minimizar a exposição aos eventos negativos.

Riscos Identificados	Viés (+/-)	Probabilidade	Impacto	Ação Mitigadora
Dificuldade na mobilização e no engajamento do Ente Público	Negativo	Alto	Alto	Apresentar a proposta de trabalho e buscar manter atualizados e engajados os pontos de contato na prefeitura com reuniões periódicas (no mínimo, a cada 15 dias).
Dificuldade de acesso às informações necessárias	Negativo	Alto	Alto	Implantação de procedimentos para troca das informações técnicas com adoção de checklist formulários em que sejam especificados os dados a serem solicitados/enviados, o responsável pelo dado e o prazo de resposta.
Muitos atores envolvidos na aprovação dos produtos e na tomada de decisão	Negativo	Médio	Médio	Implantação de procedimento pactuado entre os envolvidos para revisão dos produtos e realização de reunião periódica com nivelamento de informações e esclarecimento de dúvidas com participação dos tomadores de decisão.
Realização da maior parte do projeto em ano eleitoral.	Negativo	Alto	Médio	Manter mobilizados os representantes do município e desvincular as atividades e as decisões do projeto de eventos relacionados a agenda eleitoral.
Alterações nas composições das equipes dos parceiros envolvidos	Negativo	Médio	Baixo	Estabelecer procedimentos e prazos de aviso de troca de componentes da equipe, com previsão de repasse de conhecimento pelos componentes que deixam o projeto.
Contingenciamento de recursos para o projeto	Negativo	Baixo	Alto	Cumprimentos dos prazos contratuais e manutenção de cronogramas e relatórios de informações sobre o andamento do projeto sempre atualizados.

Tabela 10 – Gestão de Risco. Fonte: Omatic (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 639

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 668
Ass

Ferramentas para Gestão

Gestão da Documentação

- Durante o desenvolvimento do projeto, diversos documentos (apresentações, relatórios, etc.) serão divulgados entre as partes envolvidas (Prefeitura, Caixa, Consultorias).
- De modo a assegurar um processo transparente e fluído na transmissão dos documentos, será utilizada a plataforma *OneDrive*.

Entrega dos Produtos

- O escopo do projeto prevê a elaboração dos produtos necessários à estruturação da PPP de IP no Município, em todas as frentes de trabalho: técnica, jurídica, econômico-financeira e comunicação.
- Os produtos serão entregues em diferentes formatos, conforme as características de cada documento. Serão desenvolvidos documentos em Word (padrão), PowerPoint (produtos específicos) e Excel (apenas Modelo Econômico-Financeiro).

Gestão Integrada

- A gestão integrada do projeto englobará as diversas áreas que precisam ser monitorados durante o projeto, com principal destaque às atividades do projeto (executadas, pendentes, próximos), ações de comunicação e engajamento das partes interessadas.
- Uma visão sumarizada da gestão integrada do projeto será apresentada em PowerPoint, e o controle das datas de entrega dos produtos será em Excel.

Comunicação

- Para gestão da comunicação do projeto, e alinhamento entre as partes envolvidas, a principal ferramenta de comunicação será via e-mail.
- Em relação às reuniões virtuais que ocorrerem durante o projeto, a ferramenta selecionada é o *Microsoft Teams*.

Principais Desafios e Fatores Críticos

Conciliação de cadastros técnicos divergentes

Uma das situações mais recorrentes nas modelagens e estruturações de Parceria Público-Privada (PPP) é a inconsistência entre cadastros técnicos existentes. Nas experiências passadas da empresa, já tivemos acesso aos seguintes tipos de cadastros:

- Cadastro da empresa distribuidora de energia elétrica;
- Cadastro da Prefeitura;
- Cadastro independente da empresa de manutenção.

Cada um dos cadastros apresenta condições específicas que podem gerar inconsistência entre eles. Por exemplo, nem sempre o cadastro da distribuidora contempla os pontos que são alimentados por circuitos dedicados, limitando-se apenas àqueles que são faturados por estimativa. Outro exemplo: muitas vezes o cadastro independente da prefeitura não é atualizado com frequência, podendo ter pontos faltantes.

Como forma de mitigar tal situação, será feito levantamento de campo, que além de abordar a coleta de parâmetros luminotécnicos, irá confirmar informações cadastrais e dirimir inconsistências.

Obtenção de lista de logradouros com classificação viária

Uma das informações cruciais para o planejamento do projeto e atividades da futura concessão é a lista completa de logradouros. Apesar de parecer uma informação simples, acontece com frequência a existência de vias sem nome ou com diversos nomes, trazendo uma série de inconvenientes.

A geração de uma lista consistente de vias ajuda nas simulações luminotécnicas, na definição da estratégia de telegestão e até mesmo na estimativa de receitas acessórias. Ter essa lista madura no momento da concessão acelera as fases iniciais previstas.

Como forma proativa de compilar tal informação, será gerada lista de logradouros a partir de sistema de informação geográfica (GIS) que permitirá gerar a lista e visualizar em mapas a informação, tal arquivo, caso seja desejo da Caixa, poderá ser compartilhado durante a concorrência.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 669
Ass

PM FAZENDA RIO GRANDE Fls. Nº 632 Ass.

Definição eficiente das localidades com demanda reprimida

A utilização de créditos de pontos foi uma inovação trazida pelos projetos da Caixa / FEP que ajudou, em muito, a reduzir a precificação do risco associado à demanda reprimida e crescimento vegetativo. Entretanto, ter uma definição clara de onde há potencial imediato de atendimento de demanda reprimida, permite que os futuros licitantes possam avaliar com melhor rigor o fluxo de caixa associado aos créditos de ponto, reduzindo a percepção de risco.

Essa é uma das atividades mais complexas do caderno técnico-operacional, pois diversas variáveis podem influenciar nessa avaliação, desde entrepostes maiores que um valor atribuído como referência (por exemplo, 60m), até mesmo planos de expansão para eixos até então não habitados do município.

Como forma apontar localidades com potencial de demanda reprimida, é prevista a elaboração de mapas temáticos, como mapa de trechos viários sem posteamento, mapa de entrepostes médios, entrepostes máximos e afins, de acordo com o interesse da Caixa/FEP.

Conformidade do projeto com o plano diretor, plano diretor de iluminação pública e código de obras

Uma vez que a iluminação pública está inserida na estratégia urbanística do município, a modelagem de PPP de Iluminação Pública necessariamente deverá dialogar com os principais documentos urbanísticos do município.

Dessa forma, o estudo aprofundado do Plano Diretor Municipal, Plano Direto de Iluminação Pública, o Código de Obras ou qualquer outro documento destinado a organização do desenvolvimento urbano municipal se faz necessário.

Com isso, espera-se criar um projeto que resolva a questão da Iluminação Pública e que também esteja conectado com o pensamento estratégico para a cidade para os próximos anos.

Blindar o projeto da possibilidade de revisão normativa até a publicação do edital

A principal norma nacional para iluminação pública, a ABNT NBR 5101, está prestes a sofrer uma grande revisão. Tal revisão irá alterar não somente os parâmetros relativos à simulação luminotécnica, mas também as verificações de qualidade / conformidade do parque de iluminação pública.

Como trata-se de momento de transição normativa, é importante que o projeto entregue segurança aos futuros licitantes na precificação do atendimento normativo exigido.

Dessa forma, um desafio extra que esse projeto deverá se preocupar é com as regras da aplicação da nova norma, de forma a garantir o cumprimento normativo sem que um grande ônus seja transferido ao poder concedente.

A mitigação desse risco depende de uma articulação bastante objetiva entre os diversos cadernos do estudo, principalmente o caderno de encargos e o do Sistema de Mensuração de Desempenho.

Criar ambiente favorável às receitas acessórias

Uma das justificativas para o valor das contraprestações estarem cada vez mais baixas é a previsão de receitas acessórias nos modelos dos diversos concorrentes. Apesar da dificuldade de se precificar a demanda futura para esse tipo de negócios, é possível apresentarmos parâmetros que ajudam na precificação dos concorrentes.

Uma das possibilidades é indicar quais os pontos com maior probabilidade de negociação de negócios relacionados com conectividade, principalmente 5G. Outra medida proativa para maximizar as possibilidades dessas receitas e, consequentemente, reduzir as contraprestações, é a proposta de legislação municipal que trata do assunto, em especial que normatiza a utilização dos equipamentos públicos e postes de iluminação de propriedade do município para serviços diversos.

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 67 Ass.

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 622
Ass.

Definir linha de base de eficientização

Outra entrada financeira que gera muito impacto na precificação da contrapartida é o Bônus de consumo de Energia (BCE). O cálculo do bônus de economia é baseado, de forma amostral, na comparação das potências atualmente instaladas com as projetadas. A diferença é traduzida em uma economia mínima, de corte, e o compartilhamento da economia adicional.

Entendemos que há espaços para melhorias, por exemplo, com a indicação de uma linha de base corrigida, balanceando o cálculo de vias sub ou superdimensionadas. Essa informação traria maior conforto aos licitantes, que poderiam chegar a cálculos de BCE menos conservadores e refletir isso nos valores praticados de contraprestação.

Definir adequadamente a cobertura da telegestão

Com a redução contínua do preço da luminária e a manutenção do preço dos dispositivos de telegestão, cada vez mais a definição da sua cobertura impacta nos investimentos previstos para modernização.

Por outro lado, há a expectativa de classificação dinâmica das vias, o que pode tornar atrativa a dimerização dinâmica e a utilização de telegestão, sem contar com a possibilidade de utilização da rede para obtenção de outras receitas.

Essa decisão pode ser incentivada pela modelagem, mas parâmetros mínimos devem ser obrigatórios. Atualmente, grande parte dos editais define obrigatoriedade para as vias V1, V2 e V3. Pretende-se estabelecer o diálogo para propor solução eficiente para esse parâmetro.

Ofertar meios para que os futuros proponentes possam simular os cenários existentes

Trata-se de outro aspecto ligado ao investimento e ao BCE estimado pelos proponentes, que muitas vezes recorrem às estimativas por aproximação para definir as características do parque futuro.

Pretende-se, de forma objetiva, apresentar os cenários luminotécnicos considerados para que os proponentes possam fazer suas próprias simulações, atendendo parte significativa e representativa da cidade.

Criar plano de negócio aderente à realidade atual do mercado

Seguindo orientações da Caixa, o projeto oferecerá plano de negócio próximo aos valores por ponto ofertados atualmente.

Obviamente, esse valor de referência deverá ser justificado por plano de negócios referencial que leve em consideração a memória do mercado, em especial as últimas licitações de aquisição de material e mão de obra na região do município estudado.

Criar meios de controle de inconsistência após a entrega do projeto e antes da efetiva publicação do edital

Algo que é muito observado em editais de PPPs de Iluminação Pública é a apresentação de números divergentes, em especial quanto ao total de pontos do parque e do seu perfil de tecnologia e potência.

Muitas vezes isso se dá pelo hiato entre a finalização dos estudos e a efetiva concorrência da concessão, podendo acontecer modernizações e ampliações no período entre os esses marcos. Não tendo essa informação centralizada, a revisão dos documentos pode ser imperfeita, gerando inconsistências entre os diversos anexos do edital.

Sugeriremos à Caixa que as principais informações do projeto esteja presente em um único anexo, referenciado por todos os demais. Com isso, todas as informações relevantes que necessitassem de atualização seriam geridas em um único documento, facilitando a obtenção de dados por parte dos licitantes e a consistência entre os diversos documentos do projeto.

Para além disso, sugere-se que haja a revisão dos dados relacionados ao cadastro, logo após (ou durante) a consulta pública do projeto.

Produzir um projeto que facilite a alavancagem financeira dos proponentes

Em tempos de elevação da taxa SELIC, o custo de capital torna-se cada vez mais relevante na precificação dos proponentes.

Pretende-se, caso a Caixa esteja de acordo, desenvolver a modelagem para atrair a maior quantidade de possibilidades de alavancagem possível, até mesmo aquelas que consideram a emissão de debentures, para tanto, apresentando indicadores de interesse para agências de classificação de risco.

Trazer para o certame a maior quantidade de bons proponentes possível

Todos os pontos anteriores podem, no final do dia, ser traduzidos em apenas um: trazer o maior número de bons competidores ao certame, o que se espera refletir nos preços ofertados.

Ou seja, o projeto será considerado bem-sucedido se mantiver o grande interesse do mercado pelos projetos desenvolvidos pela Caixa e isso poderá ser ainda mais positivo caso a percepção dos riscos e *upsides* seja favorável, motivada pela apresentação de informações úteis para a precificação

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 673
Ass

PM FAZENDA RIO GRANDE
Folha Nº 674
Ass

Mapa de Stakeholders

	INFLUÊNCIA no sucesso	INTERESSE no sucesso
SECRETARIA INFRAESTRUTURA	5	4
SECRETARIA FINANÇAS	5	4
TRIBUNAL DE CONTAS	4	5
MINISTÉRIO PÚBLICO	4	5
ENTIDADES LIGADAS A CAUSA AMBIENTAL	4	3
CÂMARA DE VEREADORES	4	3
MUNÍCIPES	3	5

	INFLUÊNCIA no sucesso	INTERESSE no sucesso
DEPTO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	3	4
DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA	3	2
SETORES LIGADOS À VIDA NOTURNA	2	5
SETORES LIGADOS AO TURISMO	2	5
POTENCIAIS LICITANTES	2	5
PRESTADORES DE SERVIÇOS ATUAIS	2	1
OPERADORES DE TELEFONIA E AFINS	1	5

Figura 11 – Lista de Stakeholders. Fonte: Omatic Engenharia (2022)

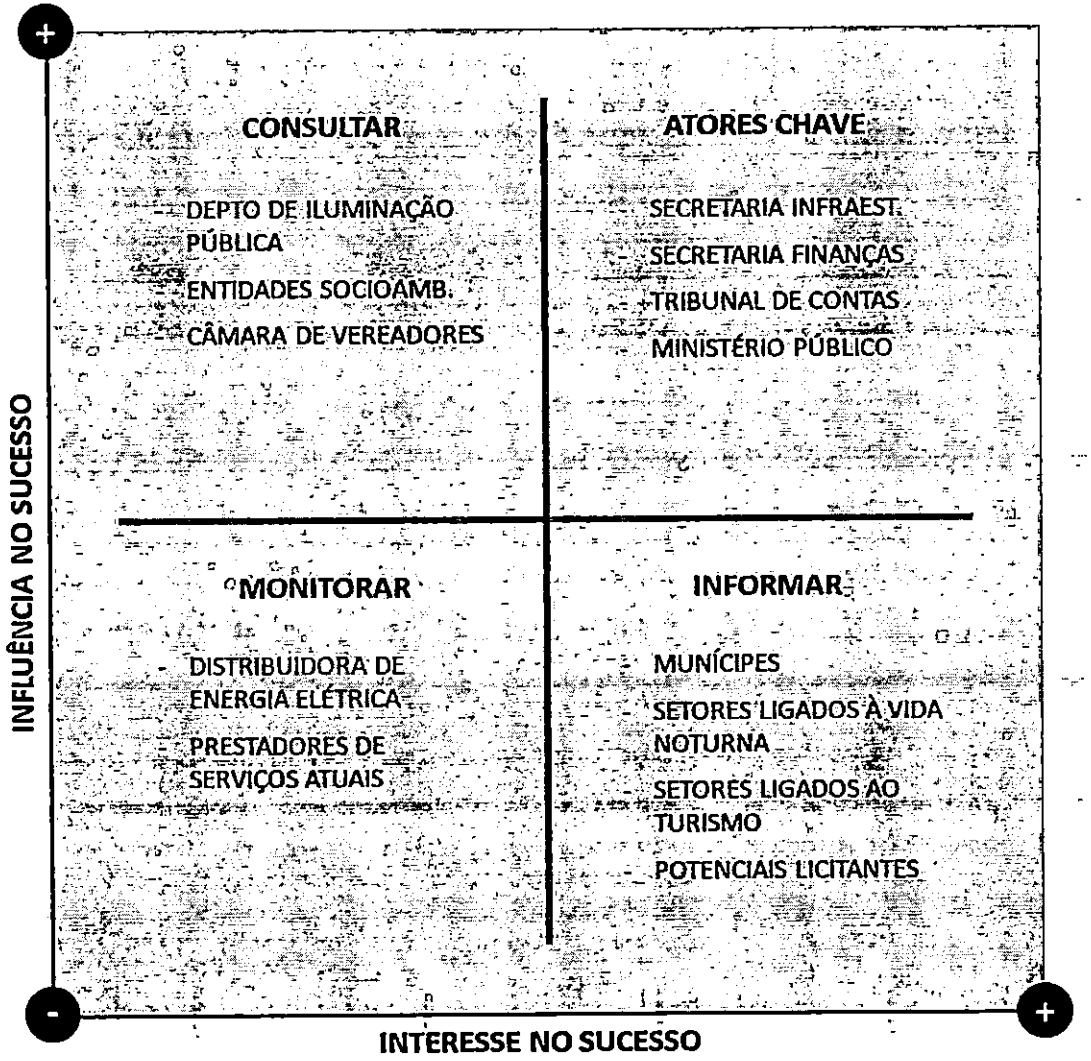


Figura 12 – Gráfico de Influência x Interesse. Fonte: Omatic Engenharia (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 635 Ass.

Lista de Contatos. Prefeitura

Nome	Cargo	Telefone	E-mail
Alexandre Barros	Procuradoria	(41) 99921-4488	ajbbarros@gmail.com
Bruno Martins dos Santos	Planejamento Urbano	(41) 99671-3491	bruno.m.d.s@hotmail.com
Givanildo Francisco Pego	Finanças	(41) 99847-0818	givanildopego@gmail.com
Hideki Yanagita	Urbanismo	(41) 99665-7959	yanagita.eng@gmail.com
Pedro Sinatra	Iluminação	(41) 99656-0413	pedrosinatra@hotmail.com
Thauana Padilha	Comunicação	(41) 99638-3972	thaupadilha@gmail.com
Geovana	Planejamento Urbano	(41) 99181-1809	geovanamel@gmail.com

Tabela 11 – Contatos da Prefeitura. Fonte: Omatic (2022)

Lista de Contatos. Caixa

Nome	Cargo	Telefone	E-mail
Jeferson Won Rondon de Souza	Gerente Centralizadora		jeferson.souza@caixa.gov.br
Ramon Silva dos Santos	Gerente PPP	(68) 98403-4263	ramon.santos@caixa.gov.br
José Carlos Medaglia Filho	Líder Projeto	(61) 99146.0800	jose.medaglia@caixa.gov.br
Rafael Moreira Messias	Líder Projeto	(62) 98120-8545	rafael.messias@caixa.gov.br
Camila Frazatti Rodrigues	Técnico Social	(18) 99685 0881	camila.felicio@caixa.gov.br
Jonatas Mendonça dos Santos	Assistente	(11) 99911-0004	jonatas.santos@caixa.gov.br
Felipe Rene Cardoso	Engenheiro	(44) 99809-3010	felipe.r.cardoso@caixa.gov.br
Claudio Alberto de Salvi	Engenheiro	(19) 98820-1918	claudio.mose@caixa.gov.br
Anna Paula Cunha	Engenheira		anna.p.cunha@caixa.gov.br
Suellen Barbosa Sahina	Advogada		suellen.sahina@caixa.gov.br
Célio Américo Alves Izidoro	Gerente de Filial	(41) - 99695-2113	celio.izidoro@caixa.gov.br
José Luiz Vanz	Representante Caixa	(41) 99602-1585	jose.vanz@caixa.gov.br
Fernando Pereira Lázaro	Representante Caixa		jeferson.souza@caixa.gov.br

Tabela 12 – Contatos da Caixa. Fonte: Omatic (2022)

PM FAZENDA RIO GRANDE Folha Nº 67 Ass

PM FAZENDA GRANDE Folha Nº 68 Ass.

Lista de Contatos. Consultorias

Nome	Cargo	Telefone	E-mail
Felipe Andrade Lucci	Líder Projeto	(41) 99709-0155	felipe.lucci@omatic.com.br
Pedro Henrique Braz De Vita	Líder Jurídica	(41) 99644-9560	pedro.henrique@strobelguimaraes.com
Julius Nunes	Líder Comunicação	(41) 98736-8118	juliusnunes@gmail.com
Bruno Amaral	Líder Técnico-Operacional	(21) 98699-0574	brunodemeloamaral@gmail.com
Felipe Peterman	Líder Socioambiental	(48) 99632-4812	felipepetermann@gmail.com

Tabela 13 – Contatos das Consultorias. Fonte: Omatic (2022)